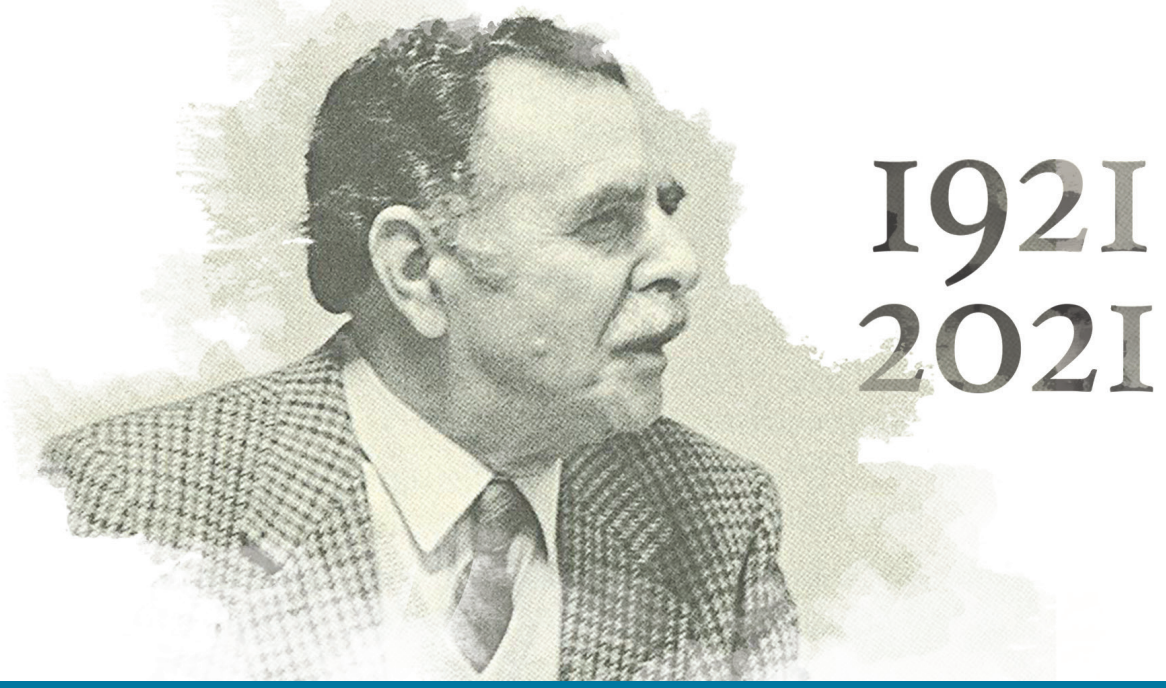


1921
2021

NÃO NOS DEIXEMOS PETRIFICAR

REFLEXÕES NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE VICTOR DE SÁ

COORD.
AMÉLIA POLÓNIA
FERNANDA RIBEIRO
GASPAR MARTINS PEREIRA
HENRIQUE BARRETO NUNES
JORGE FERNANDES ALVES
JOSÉ VIRIATO CAPELA
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

NÃO NOS DEIXEMOS PETRIFICAR

REFLEXÕES NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE VICTOR DE SÁ

COORD.
AMÉLIA POLÓNIA
FERNANDA RIBEIRO
GASPAR MARTINS PEREIRA
HENRIQUE BARRETO NUNES
JORGE FERNANDES ALVES
JOSÉ VIRIATO CAPELA
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

Título: ***Não nos deixemos petrificar: reflexões no centenário do nascimento de Victor de Sá***

Coordenação: Amélia Polónia, Fernanda Ribeiro, Gaspar Martins Pereira, Henrique Barreto Nunes, Jorge Fernandes Alves, José Viriato Capela, Luís Alberto Marques Alves e Maria da Conceição Pereira
Design gráfico: Helena Lobo Design | www.hldesign.pt
Capa: Doutor Victor de Sá. Conselho Cultural da Universidade do Minho
Coedição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt
Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Via Panorâmica, s/n | 4150-564 Porto | http://www.letras.up.pt | flup@letras.up.pt
Depósito legal: 489831/21
ISBN: 978-989-8970-40-4
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-8970-40-4/nao
Porto, outubro de 2021
Paginação, impressão e acabamento: Sersilito-Empresa Gráfica, Lda. | www.sersilito.pt

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020.

SUMÁRIO

NOTAS DE ABERTURA 7
Fernanda Ribeiro
Amélia Polónia

Victor de Sá: uma herança intemporal (1921-2021) 13
Comissão Organizadora

Época de grandes ruturas 21
Victor de Sá

No encalço de Gilberto Freyre pelo último império português (1951-1952) 25
Cláudia Castelo (Prémio 1997)

Crime e sociedade. Lisboa, c. 1867-1910 49
Maria João Vaz (Prémio 1998)

Os cidadãos-soldados no vintismo (1820-1823) 69
Arnaldo da Silva Pata (Prémio 2001)

Victor de Sá: o livreiro-editor antifascista e a causa da cultura 87
Daniel Melo (Prémio 2003)

A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAE), 1918-2021: mais de 100 anos ao serviço da ciência e da comunidade 111
Patrícia Ferraz de Matos (Prémio 2005)

Representações da mulher nos divórcios da comarca do Porto (1911-1934) 131
Sandra Costa (Prémio 2006)

A Revolução de 25 de Abril de 1974 em Moçambique 149
Fernando Tavares Pimenta (Prémio 2009)

Repressão e subjetividade política no Estado Novo: a cadeia de Peniche 175
Miguel Cardina (Prémio 2011)

Da fraternidade republicana à imaginação imperial: usos e abusos do luso-brasileirismo como discurso político 191
Isabel Corrêa da Silva (Prémio 2013)

O cerimonial fúnebre régio na monarquia constitucional portuguesa 209
Pedro Urbano (Prémio 2014)

«O conjunto duplamente museu, pelo continente e conteúdo»: afirmação de uma identidade expositiva no Museu Machado de Castro (1931-1944) 229
Duarte Manuel Freitas (Prémio 2015)

O *capital* da frustração: transição política e regulação económica no fim do marcelismo 259
Márcio Barbosa (Prémio 2016)

Prosopografia de um partido político oitocentista: os Regeneradores no Parlamento 275
Patrícia Gomes Lucas (Prémio 2019)

«Guitarra de Portugal» e «Canção do Sul»: a imprensa de fado entre a tradição e a afirmação cultural (1922-1948) 291
Cátia Tuna (Prémio 2020)

NOTAS DE ABERTURA

FERNANDA RIBEIRO
AMÉLIA POLÓNIA

No centenário do nascimento do Professor Victor de Sá, não podia a Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) deixar de lhe prestar uma sentida homenagem, de que este volume, de par com a exposição bibliográfica patente ao público na Biblioteca Central, são expressão material.

Integrado como docente na Faculdade de Letras em julho de 1974, pouco depois de o novo regime implantado com a Revolução de Abril ter revogado o Decreto-Lei n.º 25317, de 13 de maio de 1935, que, durante décadas, impedira os opositores à ditadura de Salazar e Caetano de lecionarem no ensino público, Victor de Sá teve um papel inestimável na introdução do estudo da História Contemporânea, tanto no ensino como na investigação científica. Logo no primeiro ano em que deu aulas lecionou uma cadeira de *História Contemporânea de Portugal e Península Ibérica*, outra de *Economia e Sociedade* e outra ainda de *História do Colonialismo e da Descolonização*, as quais manteve durante 4 anos, além da direção de Seminários na área de História Contemporânea.

A partir do ano letivo de 1978-79, por força da reforma curricular das Faculdades de Letras, a História Contemporânea passou a ser lecionada no âmbito de uma disciplina designada *História de Portugal (séculos XVIII-XX)*, da qual Victor de Sá foi docente e regente até se jubilar em 1991 (excetuando-se apenas o período de janeiro de 1980 a março de 1981 em que foi deputado do PCP à Assembleia da República, pelo círculo eleitoral de Braga).

O incentivo à investigação, que incutia nos seus estudantes por via da realização de trabalhos de pesquisa em bibliotecas e arquivos (que eram um elemento de avaliação obrigatório), com recurso a fontes documentais originais, bem como o atendimento que fazia no seu gabinete para discussão das dificuldades e dos caminhos a seguir na elaboração desses mesmos trabalhos foram, porventura, o seu melhor legado como professor. Esta abordagem de proximidade aos estudantes, além de ser pouco habitual na prática docente à época, era muito estimulante e contribuía para criar o gosto pela História Contemporânea.

Mas Victor de Sá teve, também na investigação, uma importância fundamental na FLUP. Participou ativamente na criação do Centro de História da Universidade do Porto, ficando responsável pela linha de ação, correspondente à área de História Contemporânea, no âmbito da qual desenvolveu vários estudos e ajudou a promover o trabalho de muitos jovens investigadores.

Este ano de 2021 têm sido várias as iniciativas de âmbito académico, cultural e político que têm assinalado o centenário do seu nascimento, evidenciando a personalidade multifacetada do nosso homenageado. A FLUP associa-se, naturalmente, a essa plêiade de tributos que lhe são prestados, demonstrando assim reconhecimento e gratidão. Victor de Sá foi um académico de causas e um historiador comprometido com valores e lutas do seu tempo, que deixou uma marca indelével

em todos os que com ele privaram pela sua retidão de caráter e trato afetuoso, atributos cada vez mais raros no seio de uma academia em que o individualismo e a competição pelo sucesso tantas vezes ofuscam os valores nobres que deveriam guiar a instituição universitária.

A Diretora da FLUP
Fernanda Ribeiro

O Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM) associa-se, por deliberação unânime da sua Direção, às manifestações que evocam, em 2021, o centenário do nascimento do Professor Victor de Sá, vulto maior da historiografia portuguesa e cidadão comprometido com causas que serviu, de acordo com as suas convicções e valores, sem nunca comprometer a qualidade científica da sua investigação. Esta sempre beneficiou do seu pensamento crítico e da sua capacidade de inovação, ao trazer para o debate historiográfico matérias até aí menosprezadas ou parcamente tratadas. A sua visão, enquanto historiador, e a sua ação, enquanto docente de várias gerações de estudantes da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, marcaram, estruturalmente, os rumos da história contemporânea portuguesa.

Muitos dos seus discípulos integram o CITCEM, unidade de investigação que prossegue, nos seus Grupos e Linhas de Investigação, orientações pelas quais propugnava o eminente investigador e docente. Através do CITCEM tem-se vindo a dar continuidade à ação de Victor de Sá no âmbito do Centro de História da Universidade do Porto (CH), no qual era responsável pela linha de ação dedicada à área de História Contemporânea. Coube a este Centro a iniciativa de organizar, em 1991, ano da jubilação de Victor de Sá, a obra, coordenada por Gaspar Martins Pereira e Luís Alberto Marques Alves, *Estudos de História Contemporânea Portuguesa. Homenagem ao Professor Victor de Sá*, que teve a colaboração de quase três dezenas de colegas e discípulos da FLUP e de outras universidades portuguesas. Na mesma senda do CH, também o CITCEM se tem investido em promover o trabalho de jovens investigadores e divulgar pesquisa de ponta em todos os domínios historiográficos, incluindo o da História Contemporânea.

O Prémio Victor de Sá de História Contemporânea, instituído em 1991 a partir de um legado instituído pelo agora homenageado, tem vindo a incentivar a disseminação de trabalhos produzidos por jovens investigadores no âmbito da História Contemporânea de Portugal, tendo-se afirmado como uma distinção nacional de grande prestígio. Através dele têm vindo a ser reconhecidos trabalhos de elevado mérito e impulsionado a difusão científica nessa área do saber histórico. O propósito de se compendiarem, nesta publicação, estudos de História Contemporânea da autoria de investigadores contemplados com o referido Prémio possibilita reativar os seus contributos, ao incluir tanto ensaios tematicamente afins aos trabalhos premiados, como decorrentes de investigações realizadas posteriormente à obtenção dessa distinção.

Os objetivos desta iniciativa não se afastam, pois, dos do legado do mestre, antes pretendem responder, num presente por natureza diverso daquele vivido pelo Professor, aos desafios colocados por outros tempos, outras correntes historiográficas e outros temas de reflexão. E fá-lo mobilizando uma via clássica de disseminação

de conhecimento e de comunicação científica: uma publicação impressa, mas também disponível em livre acesso, através da qual se evocam o espírito e a ação do Professor Victor de Sá, e se procura incutir nas novas gerações, em particular as mais jovens, o estímulo para prosseguirem investigações de charneira na área das Humanidades e das Ciências Sociais e Humanas, em particular as direcionadas à História Contemporânea.

A Coordenadora Científica do CITCEM
Amélia Polónia

VICTOR DE SÁ: UMA HERANÇA INTEMPORAL (1921-2021)

«DAR VOZ AO MESTRE»

> *A perspetivação histórica de uma época representa uma importante tomada de consciência que nos permite intervir com eficácia no curso da sociedade em que nos inserimos. Daí o interesse que tem a disciplina da História, que não pode consistir apenas no conhecimento amontoado dos factos do passado. É essencialmente o conhecimento racional, crítico e sistematizado das grandes linhas de evolução ou transformação das sociedades, através dos acontecimentos verdadeiramente significativos e determinantes de uma época.*
>
> *A história é uma tomada de consciência do homem considerado coletivamente. Surgiu das suas inquietações e ansiedades, da perplexidade perante as grandes transmutações sociais. É nos períodos de crise que mais se evidencia a importância da história.* […] *É que o passado não vale por si exclusivamente, mas sobretudo pelo que responde às inquietações do presente.* […] *O historiador que seja apenas o descobridor ou colecionador de factos do passado, aquele que se fecha nos arquivos de olhos cerrados para a realidade contemporânea que o cerca, mais tenderá a mitificar a história, do que a cientificá-la*[1].

Esta citação faz parte de um texto escrito, não apenas para apresentar nas Jornadas Democráticas em novembro de 1974, como para reflexão e debates em Braga, Amarante e na FLUP na cadeira e no Seminário de História Contemporânea. *Um Ensino da História para a Compreensão da Actualidade Portuguesa* é o seu título, capítulo do livro onde depois foi publicado.

A ATUALIDADE DO SEU CONCEITO DE UNIVERSIDADE

Hoje regressa-se à discussão sobre o que deve ser a Universidade, ouvindo-se cada vez mais vozes críticas, embora a memória histórica nos obrigue a moderar o cariz de novidade com que aparecem.

Numa obra recém-publicada, fruto de umas provas de agregação, pode ler-se:

> *O monolitismo campeia nos estudos universitários* […]. *Nos nossos dias cresce exponencialmente nas universidades portuguesas o incómodo dos estudantes acerca do ensino de cátedra — essa imagem do professor que fala e se dirige a todos como se fossem um só que tão bem caracteriza a nossa voz e sintetiza a nossa atitude há*

[1] SÁ, 1975: 18-19.

vários séculos — e da ausência de experimentação metodológica. […] *A universidade em que estamos, em Portugal, pouco absorveu de práticas de vida comunitária centradas na consciência dos processos criativos que se aprofundaram noutros domínios da realidade cultural e artística.* […] *O figurino da universidade moderna* […] *postula, para além da independência académica, vinda da Idade Média, uma prática de afirmação problematizadora de todo o conhecimento, de uma busca da verdade sem constrangimentos ou limites de partida. Na universidade, nada deveria estar fora do questionamento, da discussão, da reelaboração. É preciso que saibamos, cada um a seu modo, assumir não apenas um princípio de resistência, mas uma força de resistência e de dissidência*[2].

Ora, desde Kant, está enunciado o problema fundamental: fazer da instituição universitária um lugar de resistência ativa, através do pensar e do dizer verdadeiro, ao despotismo e a qualquer abuso de poder totalitário justificado em nome da verdade. Para isso o ator deve ser sobretudo um investigador-professor que sabe que precisa de multiplicar afetos e procurar a companhia de outros para que a sua potência de pensar e de agir se desenvolva no interior do caminho já iniciado por outros. Qualquer problema de investigação deve antes de mais apresentar-se como uma imagem do avanço do pensamento no interior de uma sociedade de amigos.

Victor de Sá criou essa comunidade com os seus alunos, com os seus colegas e num cenário nacional mais alargado. A importância que lhes atribuía, tal como à investigação no quadro académico, transformou-o no principal responsável pela criação de um Centro de Investigação Histórica — o Centro de História da Universidade do Porto (1976) — que concentrou uma biblioteca especializada e apoiou muitos trabalhos, em particular teses de doutoramento, de mestrado ou trabalhos de licenciatura. Aí criou uma «Linha de Acção para a Época Contemporânea» onde, como afirmou, «não à sombra da historiografia tradicional, mas à luz de novas problemáticas e de novas fontes», procurou incentivar e dirigir investigações em cinco eixos: «triunfo do capitalismo e da sociedade burguesa em Portugal»; «importância do factor colonial nos condicionalismos da evolução económica, política, social e cultural da sociedade portuguesa»; «intensificação da exploração colonial portuguesa em África, da industrialização na metrópole e da concentração operária»; «Portugal perante a Guerra Civil de Espanha, a segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria»; «o 25 de Abril como ruptura no processo histórico português».

Este sentido nacional e coletivo esteve sempre presente na rutura que procurou provocar na visão e no estudo da nossa História Contemporânea, trazendo para a

[2] Ó, 2019: 40-42.

sua interpretação um novo quadro concetual e uma nova visão teórica, fruto da sua passagem pela historiografia francesa e do convívio com os seus protagonistas.

A EPISTEMOLOGIA DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA PORTUGUESA

A marginalização intelectual e académica leva-o a solicitar, em abril de 1962, uma bolsa de estudo à Fundação Calouste Gulbenkian para desenvolver os seus estudos em Paris, na Sorbonne. O seu plano incidia na «actividade cultural dos portugueses em França no período oitocentista» e a obtenção do apoio permite-lhe a partida em 15 de setembro de 1963. Aí conheceu vários historiadores, mas, sobretudo, Léon Bourdon que propôs a sua candidatura a um doutoramento. Durante três anos (1964-1967) participou no seminário de Albert Silbert na Escola de Altos Estudos sobre o tema «Recherche sur l'Histoire du Portugal au XIXe Siècle». Entre 1966 e 1968 participou também no seminário dirigido por Pierre Vilar sobre «Théorie et pratique de la recherche historique». Frequentou como ouvinte os cursos: «Proudhon et Charles Marx» lecionado por Georges Gurvitch; «Histoire et statistique économiques» por Ernest Labrousse; «Littérature et sociologie» por Lucien Goldmann; e «Interpretação Sociológica da Escola Mineira e do Arcadismo» por António Cândido de Mello e Sousa, professor da Universidade de S. Paulo.

O ambiente que viveu em Paris durante 5 anos, e onde foi testemunha privilegiada do Maio de 1968, permitiu-lhe a rutura com a formação histórica que tinha recebido — evidenciada na sua obra *A História em Discussão* —, garantiu-lhe o contacto com novos procedimentos metodológicos, novas leituras em bibliotecas bem apetrechadas e o convívio e a discussão com intelectuais de elevada craveira. Mas, como bolseiro exemplar, termina e entrega a sua tese de doutoramento em setembro de 1968, prestando provas públicas em 6 de janeiro de 1969. Depois de algumas alterações durante a investigação, o título desse trabalho remete-nos para «A crise do liberalismo e as primeiras manifestações do pensamento socialista em Portugal». O júri, presidido por Léon Bourdon, atribui-lhe a menção mais elevada — «très bien» — com equiparação da tese apresentada à tese complementar de «doctorat d'État». Nesse mesmo mês (a 14) regressa a Portugal. Ainda nesse ano publicará *A Revolução de Setembro de 1836*.

O controlado regresso, o impedimento de desempenhar funções públicas, o não reconhecimento do doutoramento e a recusa de uma bolsa por parte do IAC (Instituto de Alta Cultura) para prosseguir as investigações sobre a História Contemporânea Portuguesa levam-no a escrever, em 1970, *Regressar para quê?*, obra que foi apreendida pela PIDE na própria semana em que foi posta à venda. Investe então na sua atividade de livreiro e transforma a livraria num ponto de encontro de intelectuais,

democratas e oposicionistas. Participa nos Congressos Republicanos de Aveiro e nas eleições de 1973, onde a Oposição teve, uma vez mais, de desistir.

Só em 1974, após a revogação do decreto 25.317 de 13 de maio de 1935 e a promulgação em 26 de abril do decreto n.º 173/74 que determinou a reintegração dos servidores do Estado nas funções públicas de que tivessem sido afastados por motivos de natureza política, foi possível a sua dedicação à docência universitária, uma vez aprovada por unanimidade a sua candidatura à Faculdade de Letras do Porto em julho de 1974. No mesmo ano foi também convidado pelas Faculdades de Letras de Lisboa e de Economia do Porto, convites que declinou.

Fica responsável pelas cadeiras de «História Contemporânea de Portugal e Península Ibérica», «Economia e Sociedade», «História do Colonialismo e da Descolonização» e «Seminário de História Contemporânea». Em regime de acumulação colabora com a Universidade do Minho entre 1975/76 e 1979, regendo «Cultura Portuguesa I e II» e «Sociedade e Cultura Portuguesa I e II». Em 1979 foi o primeiro deputado eleito pelo Partido Comunista Português no círculo eleitoral de Braga (marcou presença na Assembleia da República entre janeiro de 1980 e março de 1981). Nas eleições legislativas de 1980 foi novamente eleito (havendo registo da sua passagem pela A.R. entre 13 de novembro de 1980 e 30 de maio de 1983). Nas eleições autárquicas de 1985, nessa altura já fixado em Rio de Mouro, foi candidato em Sintra e eleito presidente da Assembleia Municipal.

Estas referências positivas não podem olvidar dois acontecimentos marcantes na sua vida pessoal e profissional: o clima de anticomunismo primário que teve de suportar no Verão de 1975 em Braga, instigado pelos sectores mais reacionários e pela própria hierarquia da Igreja bracarense; a reprovação nas provas de agregação a que se submeteu em 1978, por razões não totalmente esclarecidas e a que a composição do júri não foi alheia. Referiu-se a este acontecimento como uma «bárbara agressão intelectual» e «mais um acto de terrorismo», escrevendo num Relatório de atividades posterior (1979) que «ferido no seu brio intelectual, científico e académico, aguardou inconformado, mas sereno, a oportunidade de prestação de novas provas». Nunca o chegou a fazer, porque não foi alterado o processo de decisão do júri «por bolas brancas e pretas sem justificação escrita», condição que elegeu como imprescindível. O tema escolhido para a «lição de síntese» proferida em 7 de abril de 1978 — «Formação do Movimento Operário Português» — e o facto de a votação ser por simples escolha de bolas brancas ou pretas sem justificação ajudam a perceber este desenlace, mais político do que científico. Em maio de 1978, publicava na Editora Centelha *Formação do Movimento Operário Português — Memória de uma reprovação*, com uma dedicatória elucidativa da sua hombridade intelectual «Aos jovens trabalhadores e estudantes, em especial aos meus alunos, merecedores

de verem à transparência as qualidades e as humanas limitações de quem procura transmitir-lhes o que sabe».

O sentido da utilidade da História numa perspetiva comparativa e a possibilidade que ela nos oferece para compreendermos o presente vai ser um dos vetores mais presentes na sua obra. A opção pela História Contemporânea permitiu-lhe ainda expressar uma preocupação de relativizar as incidências e, utilizando as metodologias que a sua formação em Paris lhe vai permitir, identificar mecanismos de mudança numa visão longa. A abordagem que nos vai trazer, sem descurar o tempo curto necessário para a compreensão das grandes alterações — ilustrado por exemplo no pormenor como abordou a instauração do liberalismo em Portugal —, privilegia a compreensão das sequências e a visão da globalidade. Depois da preocupação inicial com a democratização da cultura e o acesso a uma bibliografia atualizada e diversificada — visível nas décadas de 1940 e 1950 e em particular na sua iniciativa da Biblioteca Móvel e de um conjunto de opúsculos numa coleção intitulada «Cultura e Acção» — dedica-se, a partir de 1961, à reflexão histórica desde logo exteriorizada no ensaio *História e actualidade*. Victor de Sá também contribuiu para que a Escola dos *Annales* chegasse à nossa historiografia contemporânea. Como nos diz José Tengarrinha numa intervenção num colóquio de homenagem em 2001, «ao contrário da historiografia oficial que procurava defender a castidade de Clio e que afastava os objetos de estudo tão longe quanto possível da atualidade, reduzindo o historiador ao puro erudito… Victor de Sá e os historiadores da sua geração procuraram preencher esse vazio, esse silêncio da historiografia portuguesa». Surge assim como natural a incidência no século XIX e no Liberalismo, evidenciando a capacidade que o país teve de alcançar a liberdade, mesmo perante os condicionalismos internos e externos que iam num sentido diferente.

Este enfoque é já visível em 1964 quando publica, na «Colecção Portugália» dirigida por Augusto da Costa Dias, *Perspectivas do século XIX*. A sua obra é uma referência pela forma como trata a primeira imprensa socialista em Portugal e como chama a atenção para a «Geração de 1852» (Amorim Viana, António Pedro Lopes de Mendonça, Sousa Brandão, Custódio José Vieira, entre outros). Aliás, o pensamento intemporal de alguns protagonistas sempre lhe mereceu uma particular atenção: de Mouzinho da Silveira a António Sérgio, de Ribeiro Sanches a Antero de Quental, procurou descortinar o papel dos princípios, das ideias e dos valores nas mudanças históricas. A sua obra *Liberais e Republicanos,* publicada em 1986, expressa bem esse sentido transversal, evolutivo e cíclico de algumas ideias semeadas que ficam à espera que o tempo e o espaço ajudem a fertilizar. A sua incontornável *A Crise do Liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)* é a melhor síntese de toda uma postura epistemológica e científica que procurará colocar ao serviço da sua docência.

Nesse papel de professor, foi um dos responsáveis pela emancipação da História Contemporânea face à Moderna, garantindo o seu aparecimento no currículo da licenciatura em História como cadeira autónoma, complementada com a «História do Colonialismo e da Descolonização» (Obra: *Repensar Portugal — reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*, 1977) ou a «História do Movimento Operário», conjunto de lições incorporadas na cadeira de HCP.

Incorporou ainda uma linha de análise marxista trazendo para a interpretação, em particular da História Contemporânea, um quadro concetual que entroncava tanto nas perspetivas dos socialistas utópicos que estudou com grande profundidade quanto nas visões de Marx e Engels, em particular, aplicadas ao devir da nossa contemporaneidade. Na explicação da instauração do liberalismo em Portugal, por exemplo, defendia que «não se tratou apenas de uma luta política, económica e militar contra a aristocracia do Antigo Regime; houve também lutas sociais e são estas justamente que formam o pano de fundo da época». Aliás, tanto sob o ponto de vista temático como analítico, essa perspetiva de interpretação da História sintonizava com os seus próprios ideais, cimentados na partilha científica com os historiadores que solidificaram a sua formação em França.

A PEDAGOGIA DO EXEMPLO E DA PARTILHA

A sua sensibilidade pedagógica e didática exteriorizou-se em muitas iniciativas que fizeram escola: criação de guias de estudo para a História Contemporânea portuguesa — por exemplo a sua obra *Época Contemporânea Portuguesa. Onde o Portugal velho acaba* (1981) —; realização de testes de avaliação com consulta garantindo que as leituras de obras e respetivas fichas de leitura pudessem ser utilizadas nas respostas às questões que formulava e que, naturalmente, privilegiavam a crítica, a construção de um texto autónomo e fundamentado por parte dos alunos; fomento de trabalhos de investigação, valorizando a nota final ao associar um acrescento de valores à classificação obtida em teste; preocupação em preparar sucessores, assistindo a aulas do seu assistente e posteriormente analisando, comentando, sugerindo outros caminhos ou outras leituras, até sentir que «podia matar o pai» (expressão que utilizou para indicar o fim dessa fase de preparação/estágio).

A sua permanente preocupação em compreender o sentido da História e o lugar que ocupamos levou-o a algumas inovações no quadro universitário, sempre que este lhe permitia, sobretudo em Seminários de História Contemporânea (espaço de preparação de dissertações finais de licenciatura), investindo em temáticas recentes, por exemplo a descolonização, ou dando consistência científica e metodológica a temas com pouco espaço para lecionação em disciplinas de carácter mais geral, por exemplo o movimento operário. Imbuído de uma permanente postura didática e de partilha, procurou sistematizar algumas dessas reflexões coletivas em obras que

nos legou — *A História em Discussão* (1975), *Repensar Portugal. Reflexões sobre o colonialismo e descolonização* (1977) ou *Roteiro da Imprensa Operária e Sindical 1836-1986* (1991). Mas um dos melhores exemplos dessa partilha é a obra preparada com Fernanda Ribeiro — O *Liberalismo Português (1820-1852). Recolha bibliográfica* — publicada em 1994 e onde nos deixou 2220 referências, fruto do seu trabalho de recolha científica e temática.

Afirmava Victor de Sá em 1975 que «todo o esforço individual deve ser integrado na construção coletiva de um fundo de conhecimentos críticos, isto é, analisados e confrontados, pois só a partir destes elementos previamente estabelecidos com solidez científica se poderá caminhar para fases mais evoluídas ou aprofundadas da investigação»[3].

Foi nesse sentido que, entre 1976 e 1978, integrando o Conselho Consultivo de Ciências Humanas e Sociais do INIC, teve, para além de um papel importante na atribuição de bolsas para investigadores na área de Contemporânea, um relevante contributo para conseguir condições para a publicação da «Revista de História» associada ao Centro que criou e cujo primeiro número saiu em 1979 (Centro de História da Universidade do Porto).

Este sentido de partilha, de incentivo, de generosidade, ficou bem expresso quando em 12 de julho de 1991 (ano da sua jubilação universitária) formalizou a doação à Universidade do Minho e à Biblioteca Pública de Braga de um conjunto de variada documentação de carácter político, correspondência literária e documentos relativos à sua vida académica e pessoal, além de materiais de estudo e investigação referentes aos séculos XIX e XX. Na mesma altura, a Universidade do Minho comprometeu-se a atribuir anualmente, através do Conselho Cultural, um Prémio de História Contemporânea, destinado a estimular a investigação científica de jovens historiadores, prémio que ainda hoje é um dos mais prestigiados na área a que deu voz! O Prémio foi criado com um fundo financeiro doado por Victor de Sá.

Foi dando sentido a esta preocupação que os organizadores deste volume singelo de homenagem ao centenário do seu nascimento resolveram solicitar aos premiados desde 1992 (embora só na 3ª edição em 1994 o júri tenha decidido conceder o prémio) um pequeno ensaio sobre um tema de História Contemporânea Portuguesa. A resposta generosa e inequívoca de boa parte desses autores permitiu-nos construir mais um excelente repositório do que a nossa investigação tem produzido na linha do seu visionário — Victor de Sá.

Autores de referência da História Contemporânea Portuguesa podem aqui ser revisitados através dos seus ensaios: Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo, Maria João Mendes Vaz, Arnaldo da Silva Pata, Daniel Jorge Seixas de Melo, Patrícia Carla

[3] SÁ, 1975: 81.

Valente Ferraz de Matos, Sandra Cristina Martins Costa, Fernando Tavares Pimenta, Miguel Gonçalo Cardina Codinha, Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva, Pedro Urbano da Gama Machuqueiro, Duarte Manuel Roque de Freitas, Márcio Sérgio Costa Barbosa, Patrícia Isabel Gomes Lucas e Cátia Sofia Ferreira Tuna, ordenados simplesmente pela ordem cronológica de atribuição do Prémio. Entendemos ainda partilhar um texto de Victor de Sá, fruto de um discurso de despedida na altura da sua jubilação, pelo seu desconhecimento entre muitos de nós, mas também pela atualidade da sua mensagem.

Ontem como hoje, as ruturas do nosso quotidiano só podem ser resolvidas pelo entendimento, pela contextualização, pelo estudo, pela densidade do conhecimento sustentado e partilhado, tal como Victor de Sá sempre ambicionou.

Pela Comissão Organizadora

BIBLIOGRAFIA

Ó, Jorge Ramos do (2019). *Fazer a Mão — por uma escrita inventiva na universidade*. Lisboa: Edições do Saguão.

SÁ, Victor de (1975). *A História em Discussão*. Lisboa: Publicações D. Quixote.

ÉPOCA DE GRANDES RUTURAS
JUBILEU NA UNIVERSIDADE DO PORTO, 1991*

VICTOR DE SÁ

Não estou aqui para falar de mim, nem rever-me no espelho do passado. Prefiro falar de *nós*, das nossas angústias comuns. E também das nossas justificadas esperanças.

Nesta hora de grandes ruturas históricas, prefiro cantar convosco as primaveras do futuro. De um futuro que, sinto, já começou.

É cruel, ao fim de uma vida, ver ruir o mundo de muitas das minhas e nossas ilusões. Quero dizer-vos, porém, da minha parte não me sinto soterrado pelos estrondosos desabamentos.

A filosofia que me iluminou os caminhos na compreensão da história dá-me o mesmo sentido dialético para a compreensão da vida e do mundo.

Eu vim, como sabeis, da política de resistência para a história. Encontro agora na história os fundamentos para a minha esperança no futuro.

Vivemos numa época desestruturante, é certo.

Estruturas que ao longo do século pareciam perfilar-se para o enquadramento do nosso viver futuro romperam-se e encontram-se em imparável desintegração.

Mas os que não somos escolásticos temos agora oportunidade de ver claro os desajustamentos à realidade. A Guerra Fria tinha-nos obliterado por muitos anos o claro entendimento desses desajustamentos.

Certo é também que, por outro lado, o mito da nova sociedade a que aspirávamos nos ajudou em Portugal, na resistência à ditadura daqui.

Agora, o descalabro dos mitos dói-nos individualmente. Dá-nos a sensação de termos sido enganados por muito tempo.

Mas este período de ruturas representa já, quero acreditar, as dores de parto de uma nova época para a humanidade.

Certo é que as ruturas estão a alargar-se a todo o mundo e a múltiplos aspetos da vida social. Tudo está em questão: desde os sistemas políticos, aos sistemas de educação; nos partidos e nas igrejas; na justiça e no exército; nos conceitos empresariais e nos posicionamentos sindicais; enfim, em todas as formas gregárias da vida, na hierarquia dos valores, na família e nas profissões.

---

* Texto publicado em: SÁ, Victor de (1994). *Textos para reflexão crítica*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, pp. 95-98. (Cadernos do Centro de Estudos de História Contemporânea de Portugal; 1).

Além disso, estas ruturas verificam-se em todas as latitudes desde a ex-União Soviética, passando pela Europa, pelas Américas e por África, até aos confins do Pacífico.

Tantas ruturas representam outros tantos ajustamentos às novas realidades que o século produziu. São uma fase necessária para o reenquadramento do mundo.

A ciência, a tecnologia e o pensamento crítico rasgaram o caminho ao longo do século para novos horizontes humanísticos. Esta é a minha convicção.

Aliás, não teria havido progressos através dos séculos se as velhas civilizações não tivessem acabado em seu tempo. Fosse a civilização do Egipto Antigo, da China, ou dos Incas, da Grécia ou de Roma. Todas elas se constituíram grandes sistemas, na altura em conformidade com as suas condições tecnológicas de produção.

Mas quando estas se modificaram substancialmente, tais civilizações decaíram e dissolveram-se. Deram lugar a novas formações civilizacionais.

A dissolução dos sistemas é um fenómeno imprescindível para a marcha do progresso.

Na sociedade, se tudo se combinasse com perfeição, de uma vez por todas, é que o mundo teria parado no tempo. Então a vida seria uma chateza intolerável.

A física ensinou-nos, por seu lado, que na natureza nada se cria, tudo se transforma.

Também a vida social é uma espécie de geometria variável, como as galáxias em movimento. Os astros e os planetas parecem invulneráveis, mas na realidade estão em movimento contínuo em fases sucessivas de estruturação e desestruturação.

Será através da compreensão da dialética da vida e da natureza que poderemos ir além das angústias individuais neste mundo de profundas ruturas.

Este regresso à compreensão dialética da vida e da história dá-nos a chave — parece-me a mim — para sobrevivermos à queda dos sistemas petrificados. **Não nos deixemos petrificar nós também.**

Temos de seguir a vida, como a história nos ensina, por abordagens sucessivas à perfeição possível. Nada será absolutamente perfeito nem absolutamente justo.

Vivemos um período dramático, sim, mas ao mesmo tempo genesíaco. Se nos oferece ainda espetáculos de barbárie, também nos surpreende com originais desafios: as grandes potências voltadas para o desarmamento, ou a reconversão das indústrias militares em indústrias de paz.

O mundo hoje já não é o das confrontações agressivas da Guerra Fria. Os progressos tecnológicos foram tantos no nosso século que uma guerra mundial é agora inviável. A bomba atómica não oferece alternativa nem a vencidos nem a hipotéticos vencedores.

Ao equilíbrio do terror, que dominou as décadas da Guerra Fria, sucede agora uma maior preocupação em garantir a paz mundial, em defender a natureza, enfim, respeitar os direitos do homem e a qualidade de vida das populações.

Projetos estes, todos eles muito difíceis de alcançar, e morosos de conseguir. Mas, ainda assim, bem mais aliciantes para mobilizar o empenho das novas gerações.

Hoje compreende-se que o mundo é único e o planeta vulnerável. A competição agora é sobre qual sociedade será a mais livre, a mais democrática e a mais humanista. Um desafio que faz com que se inverta o eixo de luta Leste-Oeste para a cooperação Norte-Sul.

É por isso que em todas as latitudes estamos a assistir às grandes derrocadas produzidas pelo degelo.

Os mitos que dominaram o nosso século estão em queda livre. Seja o mito escolástico do marxismo-leninismo, sejam os mitos agressivos do militarismo, do racismo ou do *apartheid*, seja mesmo o mito do primarismo anticomunista. Tudo isso pertence agora ao passado. Ao passado que marcou a minha e outras gerações.

Para vós, os mais novos, vós estais inocentes quanto aos mitos caducos. Guardai-vos, no entanto, da tentação dos mitos novos, nomeadamente os que já fizeram o seu tempo no século XIX, ainda que agora tentem apresentar-se com novas roupagens.

E, sobretudo, não deixeis que o ceticismo e a indiferença política sequem nos vossos corações as raízes da esperança. Esperança na luta contra a miséria; na busca incansável da justiça; na procura da igualdade, com respeito pelas diferenças.

Vós, as mulheres e os homens novos, não contaminados pelos mitos antigos, sereis vós a construir o homem novo do futuro.

Construí-o com dignidade.

NO ENCALÇO DE GILBERTO FREYRE PELO ÚLTIMO IMPÉRIO PORTUGUÊS (1951-1952)

CLÁUDIA CASTELO*

INTRODUÇÃO

Este ensaio retoma os itinerários planeados e percorridos pelo cientista social brasileiro Gilberto Freyre no império colonial português, entre outubro de 1951 e janeiro de 1952. No decorrer da viagem, Freyre apresentou o conceito de luso-tropicalismo, que o regime do Estado Novo português viria a reutilizar para fins político-ideológicos, interna e externamente, nos anos seguintes, com o acordo ou tolerância da Oposição democrática, e que continuou a ecoar na sociedade portuguesa, após o fim da ditadura e do colonialismo, até aos nossos dias[1]. Da visita resultaram dois livros: *Um Brasileiro em terras portuguesas* e *Aventura e rotina* (ambos de 1953). O primeiro, como o subtítulo esclarece, pretende ser uma «introdução a uma possível luso-tropicologia», acompanhada de conferências e discursos proferidos durante o percurso. O segundo é uma espécie de diário da viagem realizada «à procura das constantes portuguesas de carácter e acção»[2].

Os estudos existentes sobre a viagem de Freyre por Portugal e pelo «ultramar português» baseiam-se sobretudo na exegese destas obras e em leituras em contraponto, cotejadas ou comparadas com relatos de viagens de outros cientistas sociais[3]. Outros cruzamentos poderiam ser ensaiados com relatos de investigadores portugueses (por exemplo, de Almerindo Lessa, da sua missão a Angola e Moçambique, ou de Orlando Ribeiro, da missão à «Índia portuguesa»). Pela minha parte, irei cruzar as publicações do visitante-estudioso com documentação disponível em arquivos portugueses, correspondência particular dirigida a Gilberto Freyre e notícias publicadas na imprensa da época.

Este exercício não foi feito no âmbito da minha dissertação de mestrado, *«O Modo português de estar no mundo»: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portu-*

* Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais. Email: claudia.castelo@ics.ulisboa.pt. Cláudia Sofia Orvalho da Silva Castelo (Prémio 1997).

[1] Sobre o processo de apropriação do luso-tropicalismo pelo Estado Novo português, LÉONARD, 1997 e CASTELO, 1999. A produção científica sobre o luso-tropicalismo e as suas reverberações coloniais e pós-coloniais é vasta e continua pujante. Sem qualquer pretensão de exaustividade: o dossiê temático reunido por COUTO, ENDERS, LÉONARD, *org*., 1997; ALMEIDA, 2000; MEDINA, 2000; THOMAZ, 2002; ARENAS, 2006; CAHEN, 2008; DÁVILA, 2011; CARDÃO, 2015; CAHEN, MATOS, 2018; ANDERSON, ROQUE, SANTOS, 2019.

[2] FREYRE, 1953a, 1953b.

[3] BASTOS, 1998, 2015; ARAÚJO, 2000; PEIXOTO, 2015; TOLEDO, 2019; MOTTA, 2021.

guesa[4]. Isto porque, no decurso da minha investigação, o arquivo Gilberto Freyre, na Fundação homónima, no Recife, encontrava-se em fase de organização e não estava acessível ao público. Então, também não consegui localizar o processo da visita de Freyre no Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa), cujo trabalho deveras incipiente de descrição arquivística só refletia parcialmente a documentação existente. Em 2000, estando já o arquivo Gilberto Freyre organizado, usufruí de uma estadia de pesquisa na Fundação Gilberto Freyre, graças a uma bolsa de curta duração da Fundação Calouste Gulbenkian[5]. Pouco depois, no decurso da minha investigação de doutoramento, encontrei por acaso o processo da visita de Freyre produzido pelo Ministério do Ultramar[6]. Na sequência disso, percebi que o arquivo da antiga Junta das Missões Geográficas e Investigações do Ultramar também poderia ter documentação relacionada com a visita, o que se veio a confirmar. Este texto, beneficiando da consulta das fontes acima mencionadas, descreve o processo de estabelecimento do programa geral e dos programas parciais em cada escala, e a negociação entre Freyre e os seus anfitriões; equaciona o peso dos imponderáveis na viagem e no estado de espírito do viajante; e desvela a teia de relações afetivas e políticas entretecida ou reforçada no caminho. Constitui-se como um complemento ao que já publiquei sobre o tema[7].

1. O CONVITE E O PÉRIPLO QUE PODIA TER SIDO

Gilberto Freyre abre o primeiro capítulo de *Casa-grande & senzala*[8], um livro sobre a formação da sociedade brasileira sob o regime patriarcal e escravocrata instituído pelos portugueses, com a frase: «Quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; de demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical». Umas linhas à frente, esclarece: «A singular predisposição do português para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, explica-a em grande parte o seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África». É numa visão essencialista do carácter português que o autor encontra evidências da aptidão deste para a colonização dos trópicos antes, durante e depois da formação do Brasil, em todos os espaços que colonizou. Esse alargamento espacial e temporal surge no livro *Conferências na Europa* (1938), republicado com o título *O Mundo que o português criou* (1940).

[4] Elaborada sob orientação de Valentim Alexandre, na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, aquela tese foi entregue em outubro de 1996, defendida em maio de 1997, distinguida no final desse ano com o prémio de história contemporânea Victor de Sá, e publicada em livro, no início de 1999.

[5] Dessa pesquisa resultou uma comunicação sobre a correspondência de portugueses para Gilberto Freyre, apresentada ao VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro (CASTELO, 2002).

[6] AHU. MU, 87, 1A. *Viagem de Gilberto Freyre ao ultramar português*, 1951.

[7] CASTELO, 1999: 87-91; CASTELO, 2010.

[8] FREYRE, 1933: 1-2.

Freyre não terá sido estranho ao convite para visitar as colónias portuguesas. Quando a ideia lhe é apresentada, acolhe-a como uma possibilidade de confrontar as suas ideias com a realidade e confirmar «a intuição […] de que existe no Mundo um complexo social, ecológico e de cultura, que pode ser caracterizado como "luso--tropical"»[9]. Esse é também o propósito genérico de quem o convida. No prefácio a *Um Brasileiro em terras portuguesas*, Freyre salienta que aceitou o convite do ministro do Ultramar da República Portuguesa porque estavam asseguradas condições de «inteira independência»; não aceitava «encomenda, mesmo subtil, de livro ou série de artigos apologéticos»[10]. Esta declaração escamoteia o que se passou na prática: o Estado português, através de diferentes organismos centrais e dos governos coloniais, custeou os encargos da viagem; coube ao ministro em articulação com os governadores determinar em grande medida o circuito. Esperava-se em retribuição, um livro, respaldado no prestígio internacional de Freyre[11]. Um livro que o próprio Freyre já manifestara desejos de escrever. Na conferência «Em torno de um novo conceito de tropicalismo», lida na Universidade de Coimbra, em janeiro de 1952, afirmou que a viagem avivara a ideia de «um ensaio há muito planeado»: «Em contacto com essas áreas tropicais, irmãs do Brasil, senti que se esclareceram ou confirmaram em mim algumas já velhas antecipações em torno de novo conceito de tropicalismo, tema que há anos me seduz»[12].

O convite só seria formalizado depois de contactos prévios conduzidos por José Osório de Oliveira, escritor, funcionário do ministério das Colónias, amigo de longa data de Freyre e divulgador incansável da sua obra em Portugal. Na altura, Osório de Oliveira era delegado da Agência Geral das Colónias junto do Secretariado Nacional de Informação. Dirigindo-se ao seu superior hierárquico, avançou desta forma a ideia.

> *Noticiaram ontem os jornais da tarde que vem em Junho a Portugal* […] *o grande sociólogo brasileiro Gilberto Freyre, mestre da história social do Brasil, autor da mais vasta e mais importante análise da formação da sociedade brasileira, constituída pela obra monumental que é «Casa-Grande e Senzala»; autor, ainda, de outras obras notabilíssimas como «Sobrados e Mucambos», «Nordeste», «Interpretação do Brasil» e «O Mundo que o Português criou». Este último livro é, sem dúvida, o mais eloquente e fundamentado elogio erguido, até hoje, ao génio colonizador do Português.* […] *Temos, no Brasil, amigos mais retóricos; não temos nenhum que, pelo estudo e pelo poder de síntese, pela base científica dos*

[9] FREYRE, 1953b: 10.
[10] FREYRE, 1953b: 11.
[11] Freyre participara em 1948, em Paris, numa conferência de oito cientistas sociais sobre compreensão internacional, promovida pela UNESCO.
[12] FREYRE, 1953b: 134.

> *seus juízos e pela clareza da prosa de grande escritor de ideias, contribua mais para nos tornar respeitados, quer no seu país, quer na América do Norte, onde é muito grande o prestígio desse mestre de renome internacional.*
>
> *Ora eu sei, pela amizade que me liga a Gilberto Freyre, que um dos seus desejos é escrever uma obra sobre Portugal — e essa obra ficará incompleta se não incluir o Ultramar. Sei, também, que Gilberto Freyre gostaria de visitar os nossos territórios ultramarinos, e creio que, quer para ele, quer para nós, teria o maior interesse que pudesse visitar, ao menos, mas com uma certa demora, o Arquipélago de Cabo Verde, dada a identidade de formação que apresenta com o Nordeste do Brasil. Ouso, por isso, pedir a Vossa Excelência que apresente o caso a Sua Excelência o Ministro, certo de que esse Excelentíssimo Senhor, com a sua cultura e o seu interesse pelas coisas de espírito, compreenderá a oportunidade única que se nos apresenta de mostrar ao Brasil, por intermédio do seu mais alto valor no campo das ciências sociais, o que é e o que vale o Império Ultramarino Português*[13].

Como é sabido, a visita não se ficou por Cabo Verde e a expectativa relativamente a uma adesão de Freyre à realidade social desse território não se cumpriu, antes pelo contrário. Já lá iremos.

Osório de Oliveira funcionou também como intermediário entre Gilberto Freyre e o editor Sousa Pinto, da Livros do Brasil, para eventuais edições em Portugal de *Interpretação do Brasil* e *O Mundo que o português criou*, e para a escrita de novos livros.

> [A]*nsiosamente esperamos que você faça: um ensaio de ecologia sobre o Douro (vinho do Porto) como o que fez sobre o Nordeste (Açúcar) e outro sobre a colonização portuguesa em África, pelo menos em Cabo Verde. Diga-me se está decidido a escrever este segundo ensaio, para eu insistir com o Ministro das Colónias, pessoa de grande curiosidade intelectual e de muito interesse pelos assuntos culturais. Desejo que você decida porque espero de si a melhor interpretação desse fenómeno que é a África Portuguesa. Desejo-o por nós, como português, e para prestígio da inteligência brasileira, tão desacreditada por quantos literatos têm vindo cá ultimamente*[14].

[13] OLIVEIRA, José Osório de, delegado da Agência Geral das Colónias junto do SNI (1951). *[Cópia de informação] 1951 jan. 25, Lisboa [a] Agente Geral das Colónias.* Arquivo Documental Gilberto Freyre, Recife, Brasil. Correspondência, José Osório de Oliveira.

[14] OLIVEIRA, José Osório de (1951). *[Carta]. 1951 mar. 31, Lisboa. [a] Gilberto Freyre.* Arquivo Documental Gilberto Freyre, Correspondência, José Osório de Oliveira.

Em maio, Osório de Oliveira voltou a escrever a Freyre, insistindo na questão das publicações, mas o principal assunto da carta era o convite oficial que o governo português pretendia endereçar-lhe:

> *Falei com o Ministro das Colónias, Comandante Sarmento Rodrigues, sobre a sua visita ao Ultramar Português (pelas alterações à Constituição, voltámos à designação antiga e tradicional, suprimindo a palavra colónias, que se prestava a confusões, e a palavra Império, para adoptar a portuguesíssima expressão: Ultramar). O actual Ministro é um oficial de marinha distintíssimo e homem de cultura, que foi governador da Guiné, onde realizou a mais notável obra administrativa e política de quantas se têm feito nos últimos tempos, no Ultramar. Não sei de homem, em Portugal, com quem você possa entender-se melhor, pois ninguém realizou obra tão de acordo com as suas ideias (e com a histórica orientação portuguesa) de democracia social (ou racial). Trata-se, aliás, de alguém que conhece as suas obras e as admira e que, por isso, muito espera, para Portugal, da obra que você pode escrever sobre o nosso Ultramar. Deixe-me dizer que o próprio Doutor Salazar o respeita e considera e que aprova, portanto, os desejos do seu ilustre colaborador na pasta das colónias (o hábito leva-me, ainda, às vezes, a empregar a expressão agora condenada) de que você seja convidado a visitar, com inteira liberdade, Cabo Verde, Guiné, São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e, se você quiser, as Províncias do Oriente: o Estado da Índia, especialmente. Que livro você nos pode dar! E para que o faça, o Comandante Sarmento Rodrigues oferece-lhe quanto está na sua mão. As palavras dele foram estas: «Pelo Gilberto Freyre farei tudo. Pode dizer-lhe isto mesmo. Terei o maior gosto em elaborar eu próprio, com o Gilberto Freyre, o plano da sua viagem». Portanto, você pode contar com essa viagem de estudo, que lhe dará a melhor conclusão de seus trabalhos sobre a formação portuguesa do Brasil, feita à base da miscigenação de raças e de culturas. Receberá, de um momento para o outro, o convite oficial, mas eu gostava de saber (para informar o Ministro) se esse convite pode seguir*[15].

Dado que, desde fevereiro, Sarmento Rodrigues tinha o aval de Salazar e a garantia de que o governo brasileiro via favoravelmente o projetado convite a Freyre[16], só faltava a concordância deste. Com a «luz verde» de Freyre, o convite oficial foi finalmente enviado e o ministro atribuiu a organização da viagem a Osório de Oliveira[17].

---

[15] OLIVEIRA, José Osório de (1951). *[Carta]. 1951 mai. 13, Lisboa. [a] Gilberto Freyre.* Arquivo Documental Gilberto Freyre, Correspondência, José Osório de Oliveira.

[16] CASTELO, 1999: 88.

[17] Numa nota de Osório de Oliveira, sem data, numa folha de um pequeno bloco da Sabena, lê-se: «Meu caro Gilberto: Desejo que chegue bem. Logo que chegue telefone — peço-lhe — para minha casa […]. Estou encarregado pelo Ministro de organizar a sua viagem». Arquivo Documental Gilberto Freyre, Correspondência, José Osório de Oliveira.

O processo relativo à visita na documentação do gabinete do ministro do Ultramar contém uns apontamentos manuscritos que parecem constituir um primeiro esboço do programa, mais ambicioso e longo do que aquele que efetivamente se realizou. Incluía todas as colónias (inclusive Macau e Timor) e territórios «ex-portugueses» (Mombaça, Singapura, Malaca, São João Baptista de Ajudá). Considerava-se que a despesa podia ser paga por verbas da Junta de Investigações do Ultramar, da Agência Geral do Ultramar ou da Colonização. A estimativa dos custos apontava para um total de 220 contos[18].

No processo de Gilberto Freyre no arquivo da Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar encontra-se um manuscrito sem data nem assinatura com uma possível segunda versão do programa, mas que também não foi aquela que se concretizou[19]. Esse esboço previa três etapas:

1.ª etapa: Guiné e Cabo Verde

3 de outubro — Partida de Lisboa
De 5 a 16-20 de outubro (o «Alfredo da Silva» parte entre 16 e 20 para Cabo Verde) — Guiné
De 18 a 31 de outubro — Cabo Verde (aqui devia ser acompanhado pelo professor Baltasar Lopes da Silva ou pelo funcionário aduaneiro Jorge Barbosa)
Descansa 6 dias em Lisboa

2.ª etapa: Índia e Macau

7 de novembro — Partida de Lisboa
9 de novembro — Chegada a Bombaim
11 a 25 de novembro — Goa
Bombaim — Diu, Damão, Baçaim — Bombaim
3 de dezembro — Singapura
4 de dezembro — Malaca
5 de dezembro — Singapura
6 de dezembro — Hong-Kong
7 a 11 de dezembro — Macau
Bombaim — Nairobi — Mombaça

3.ª etapa: Moçambique, Angola e S. Tomé

18 de dezembro a 11 de janeiro 1952 — Moçambique, visitando especialmente a Zambézia, onde se formou uma sociedade mestiça (Quelimane e

[18] AHU. MU, 87, 1A.
[19] AIICT. Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, Processo 477 — Gilberto Freyre.

Chinde). Acompanha-o o engenheiro agrónomo José Gomes Pedro ou o funcionário administrativo Manuel Dias Belchior.
12 de janeiro a 3 de fevereiro — Angola, visitando Malange, Lobito, Nova Lisboa, Sá da Bandeira e Moçâmedes. Acompanha-o o Dr. Alexandre Sarmento.
3 a 10 de fevereiro — S. Tomé
11 de fevereiro — Chegada a Lisboa

A visita a Timor já não constava desta versão. O assunto havia sido abordado entre Sarmento Rodrigues e Salazar[20]. As autoridades portuguesas optaram por não mostrar Timor a Freyre. A justificação teve seguramente a ver com o facto de que ainda se sentiam no território as marcas da destruição causada pela ocupação japonesa e da repressão que se seguiu à retomada da soberania portuguesa[21].

Como veremos a seguir, no decurso da própria visita, este programa sofreu mudanças nas datas, na duração das estadias em cada destino, nos locais incluídos (alguns serão mesmo suprimidos) e nos guias. O programa foi-se reajustando devido a imprevistos, a decisões dos governadores coloniais e à intervenção do próprio Freyre.

2. ENTRE O PROGRAMA PENSADO E O CAMINHO FEITO

Freyre chegou a Portugal a 13 de agosto, acompanhado da mulher, dos filhos e do pai. Fora um encontro com o presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar, no dia 14, a visita ao Jardim do Ultramar (Belém) e à Junta de Investigações do Ultramar (sedeada no Palácio Burnay), alguns almoços e receções oferecidos pelo ministro do Ultramar e por autoridades municipais, a estadia em Portugal foi sobretudo de férias e turismo com a família. Não deixou, no entanto, de atrair muitas atenções e receber muitas solicitações de encontros, da parte de pessoas que admiravam a sua obra. Por exemplo, um grupo de jovens negros e mestiços de Angola, da Casa dos Estudantes do Império, em que se incluía provavelmente Joaquim Pinto de Andrade, convidou-o a visitar a associação, mas Freyre tratou-os com paternalismo[22]. Aproveitou para percorrer o país, rever sítios já seus conhecidos e visitar outros pela primeira vez[23]. Socializou com amigos de longa data e outros mais recentes; gente dos meios científico, cultural e político; afetos à ditadura e à oposição democrática

[20] CASTELO, 1999: 89.
[21] Numa carta para Marcelo Caetano, datada de 13 de maio de 1947, Ruy Cinatti, à época secretário do governador de Timor, dá conta da atitude arbitrária e cruel das autoridades portuguesas perante timorenses suspeitos de colaboração com os japoneses. ANTT. Arquivo Marcello Caetano, cx. 22, Correspondência/CINATTI, Rui, n.º 4.
[22] FREYRE, 1953a: 31 e 411.
[23] Lisboa, Sintra, Praia das Maçãs, Estoril, Queluz, Setúbal, Arrábida e Azeitão, Mafra, Évora, Beja, Elvas, Olhão, Faro, São Brás de Alportel, Lagos, Portimão, Sagres, Tomar, Fátima, Nazaré, Peniche, Alcobaça, Óbidos, Leiria, Buçaco, Lorvão, Vila Viçosa, Coimbra, Curia, Freixo, Miranda do Douro, Amarante, Guarda, Serra da Estrela, Bragança, Vila Real, Guimarães, Pedras Salgadas, Vidago, Chaves, Famalicão, Braga, Porto, Aveiro, Figueira da Foz.

(entre muitos outros republicanos, visitou Norton de Matos, em Ponte de Lima). Foi hóspede do casal Vieira Machado, na sua casa de veraneio (o castelo de Ferragudo, Algarve), da família Sarmento Rodrigues no Freixo e de Nuno Simões, em Pedras Salgadas (Trás-os-Montes).

Guiné

A 3 de outubro, começou a «viagem de estudo» de Gilberto Freyre pelas colónias portuguesas de África. A Guiné seria o primeiro destino. Antes da partida, o ministro do Ultramar enviou um telegrama ao respetivo governador com orientações práticas, para que a visita surtisse os efeitos desejados pelo governo português. Nessa altura, o posicionamento político de Freyre era percecionado como favorável à democracia (fora deputado federal por Pernambuco, pela União Democrática Nacional, de 1946 a 1951), o que ditava alguma cautela[24].

> *Não interessam recepções oficiais mas convém ser tratado com todas deferências. Dada posição política não oportuno exaltar nossa política mas sim obra colonização civilização e contactos culturais assimilação racial. Teixeira Mota completamente preparado esse efeito. Como ser hóspede do Governo rogo facilitar sua estadia fornecendo transportes e instalações hotéis e outras despesas todas de nossa conta. Convém ser apresentado pessoas destaque especialmente não europeias afim melhor possa ajuizar nossa acção civilizadora sem discriminação*[25].

Freyre viajava na companhia do tenente Avelino Teixeira da Mota, que elaborou o programa local[26]. Não havendo ligação aérea direta, aterraram em Dakar. Na capital do Senegal, aproveitaram para visitar o Instituto Francês da África Negra. Depois, voaram até Zinguichor, onde os esperava um carro enviado pelo governador da Guiné, a pedido do ministro, que os transportou a Varela, no dia 5 e, finalmente, a Bissau, no dia 6.

Em Bissau, Freyre visitou o posto de combate à doença do sono e o Centro de Estudos da Guiné Portuguesa[27]. Além de ver as terras e as populações, era suposto tomar contacto com o trabalho que os portugueses estavam a fazer no domínio científico e médico. Um dos assuntos a que pesquisadores do Centro se vinham

[24] Pelos telegramas enviados pelo ministro do Ultramar aos governadores coloniais, antes do início da viagem e à medida que se desenrola, percebemos que Sarmento Rodrigues desejava que Freyre fosse recebido sem grandes cerimónias oficiais ou de exaltação política, como um «observador independente, mas muito afeiçoado a Portugal», e pretendia que que tudo fosse feito para não melindrar, antes agradar, o convidado. AHU. MU, 87, 1A.
[25] AHU. MU, 87, 1A.
[26] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do Telegrama 103 CIF]. 1951 set. 6. [a] Governador da Guiné.* AHU. MU, 87, 1A.
[27] Sobre o CEGP, *vd.* ÁGOAS, 2020.

dedicando, em particular Teixeira da Mota, e que muito interessava a Freyre do ponto de vista científico e social era a questão da «habitação indígena», a casa vista «como um valor vivo, humano e ecológico»[28]. O cientista social brasileiro também se interessou pela grande variedade dos povos da Guiné e pelas tatuagens, que pôde observar «com olhos […] sociologicamente clínicos», em danças de ritual praticadas por homens mulheres e crianças; danças organizadas propositadamente para o visitante pelas autoridades portuguesas encarregadas dos assuntos indígenas[29]. Entre os homens de estudo com que privou na Guiné, destacaria o «zootécnico admirável» João Tenreiro, o etnógrafo autodidata António Carreira (na época administrador de Teixeira Pinto) e principalmente o etnólogo, geógrafo e historiador, que lhe serviu de guia naquela parte de África[30].

Do Senegal à Guiné, ficou impressionado com «as evidências da expansão maometana», cuja plasticidade social e cultural os portugueses estariam a imitar[31]. Perto de Bafatá, visitou uma mesquita e uma escola maometana, onde meninos aprendiam a ler e escrever árabe. Entre as fotografias que Teixeira da Mota tirou durante a visita, a pedido de Freyre, encontram-se fotografias do escritor brasileiro acompanhado de régulo fula, em frente à casa deste, em Gabu; conversando com fulas islamizados; e conversando com um mestre mandinga e experimentando escrever com um estilete árabe, em Tabicunda[32].

No discurso de agradecimento transmitido pela emissora local, em Bissau, nas vésperas da partida, declarou que encontrara na Guiné «gente tão fraterna e uma paisagem tão irmã da do Brasil tropical» e guardava «forte impressão» de vários régulos que conheceu e também de alguns «homens grandes», que considerou «autênticos aristocratas da cabeça aos pés»[33].

Cabo Verde

Em finais de agosto de 1951, o ministro do Ultramar informou o governador de Cabo Verde de que se encontrava em Lisboa o «grande sociólogo brasileiro» e que, a seu convite, este iria visitar todo o ultramar. Para o arquipélago, propunha um programa que incluía praticamente todas as ilhas (Santiago, Fogo, Brava, Boavista, S. Vicente, Santo Antão, São Nicolau e Sal), exceto a ilha de Maio, e sugeria o professor do Liceu do Mindelo, Baltazar Lopes da Silva, para guia, dados os seus conhecimentos socio-

[28] FREYRE, 1953a: 210.
[29] FREYRE, 1953a: 206 e 214.
[30] FREYRE, 1953a: 234-235.
[31] FREYRE, 1953a: 226-227.
[32] Ver encartes fotográficos em FREYRE, 1953a, 1953b. As edições portuguesas pela editora Livros do Brasil não incluem as fotografias.
[33] FREYRE, 1953b: 168-169.

lógicos[34]. Em resposta, o governador explicou que o itinerário proposto não era exequível dentro do prazo indicado, além de ser extremamente incómodo. Contrapunha um programa que contemplava Santiago (dias 21 e 22 de outubro), Fogo (23 e 24), Brava (24-26), Santo Antão (28-30) e Sal (31 de outubro a 3 de novembro)[35]. Como Baltasar Lopes Silva estava de licença graciosa, Freyre teria de ser acompanhado por outra individualidade. O ministro concordou com o programa, mas como Freyre tinha que regressar a Lisboa, a 1 de novembro, a visita deixaria de incluir Santo Antão[36].

Ora a data de chegada a Cabo Verde teve de ajustar-se à disponibilidade de transporte marítimo a partir de Bissau. Gilberto Freyre desembarcou na Praia na manhã de 19 de outubro, tendo viajado no vapor «Alfredo da Silva». De pouco lhe valeu a passagem em 1.ª classe. Durante a travessia um temporal abateu-se sobre a região, afetando o arquipélago e, muito duramente, Santiago. Ligações telegráficas inutilizadas para o interior da ilha, estradas intransitáveis, grandes prejuízos em edifícios do Estado (principalmente na residência do governador, hospital e quartel), árvores e postes telegráficos derrubados, moradias destruídas, famílias sem abrigo, culturas dizimadas. O governador, ainda sem notícias dos estragos nas outras ilhas, terminava assim um telegrama pungente: «Situação preocupa-me virtude falta verbas amparar gente pobre que foi a mais atingida e reparações estragos mais urgentes edifícios e estradas. E dentro deste amálgama chegou após viagem tormentosa professor GILBERTO FREIRE»[37].

Freyre desistiu de visitar o Fogo e a Brava, alegando cansaço. O governador, por seu turno, atribuiu a desistência ao facto do «hóspede do governo» se ter apercebido das deficientes ligações entre as ilhas. De facto, Freyre ficou três dias retido na Praia, sem poder conhecer o interior de Santiago. Acompanhado do governador e de Júlio Monteiro seguiu para o Mindelo, no «Alfredo Silva» (que se havia demorado na Praia porque o temporal havia inutilizado quase todos os barcos que faziam a descarga)[38]. Passou cinco dias em São Vicente. A bordo do «Areias» rumou depois à ilha do Sal, apanhando aí um avião italiano para Lisboa no dia 31 de outubro[39].

---

[34] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta de Telegrama n.º 62 CIF]. 1951 ago. 29. [a] Governo de Cabo Verde*. AHU. MU, 87, 1A.

[35] GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 110 CIF]. 1951 set. 4. [a] Ministro do Ultramar*. AHU. MU, 87, 1A.

[36] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Telegrama n.º 65 CIF]. 1951 set. 6. [a]* Governador-geral *de Cabo Verde*. AHU. MU, 87, 1A.

[37] GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 130 CIF]. 1951 out. 19. [a] Ministro do Ultramar*. Assunto: Temporal (por cima, a vermelho: «Chegada Dr. Gilberto Freyre»). AHU. MU, 87, 1A.

[38] Em *Aventura e rotina*, Freyre escreveu: «Venho por mar da ilha de São Tiago à de São Vicente. A comunicação entre as ilhas é tão deficiente que o arquipélago de Cabo Verde socialmente nega a sua configuração geográfica» (FREYRE, 1953a: 243).

[39] GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama 131 CIF]. 1951 out. 20. [a] Ministro do Ultramar*. AHU. MU, 87, 1A; FREYRE, 1953a: 253.

Num discurso de circunstância, proferido a 20 de outubro (isto é, um dia depois da sua chegada à Praia), Freyre falou do parentesco do cabo-verdiano com o brasileiro e exaltou o muito que havia de português na variedade de cores e formas da população cabo-verdiana[40]. Porém, ao contrário do que Osório de Oliveira e outros interlocutores em Portugal antecipavam e do anseio da intelectualidade cabo-verdiana, em *Aventura e rotina* escreveu que não encontrou senão um parentesco muito vago entre Cabo Verde e o Brasil[41]. Desagradou-lhe o que lhe pareceu um baixo grau de mestiçagem, uma população «tão negroide», sobretudo em Santiago, e o crioulo, que designou de «dialecto», a pobreza, a falta de comunicação entre as ilhas, a «incaracterização cultural»[42]. Para surpresa e desgosto dos intelectuais locais, mas também de Osório de Oliveira e mesmo de Sarmento Rodrigues, que apontavam Cabo Verde como um exemplo bem-sucedido da colonização portuguesa e do processo de miscigenação que a acompanhava, Freyre considerou que o arquipélago precisava de uma maior presença europeia e de «um novo ânimo — de origem antes cultural do que étnica — no sentido de maior atividade criadora de valores predominantemente europeus»[43].

Vários investigadores têm analisado as causas da incompreensão de Freyre perante a cultura cabo-verdiana e a realidade social do arquipélago; e os motivos da desilusão que a sua leitura apressada provocou em Cabo Verde[44]. A reação de Baltazar Lopes às páginas de *Aventura e rotina* dedicadas a Cabo Verde não deve ser vista como uma crítica ao luso-tropicalismo; traduz antes a reivindicação de que o regionalismo cabo-verdiano carregava viva a marca lusíada, o que justificava plenamente a mediação cabo-verdiana no seio do império português[45].

Concordando que a incompreensão de Freyre perante a realidade social cabo-verdiana pôs a nu os limites da valorização do negro e da cultura africana no seu pensamento, quero tão-só sugerir que as duras circunstâncias ambientais em que a visita se realizou, tão nos antípodas do que era esperado, inclusive pelo próprio Freyre — «chego a São Tiago de Cabo Verde sob uma chuva tão forte que parece mentira; pois o Cabo Verde é uma espécie de Ceará desgarrado no meio do Atlântico»[46] —, e os constrangimentos que acarretou (limitações práticas e supressão de pontos do programa) podem ter predisposto negativamente o observador. As altas expectativas que tantos interlocutores lhe incutiram ter-se-ão diluído (com a intempérie!) numa incapacidade de observar com empatia, numa falta de compreensão? Acresce, por fim,

[40] BARROS, 2009: 108.
[41] É preciso não esquecer que os intelectuais do movimento literário *Claridade* conheciam e admiravam a obra de Freyre desde a publicação de *Casa-grande & senzala* — que para muitos havia sido uma espécie de livro de cabeceira — e depositavam muitas esperanças na interpretação que o sociólogo brasileiro podia fazer da sua terra, população e cultura.
[42] FREYRE, 1953a: 238, 243, 248, 250.
[43] FREYRE, 1953a: 249.
[44] SILVESTRE, 2002; ARENAS, 2006; BARROS, 2008, 2009; NETO, 2009.
[45] BARROS, 2009: 109-111.
[46] FREYRE, 1953a: 237.

um episódio que a documentação não elucida totalmente, mas que terá desagradado sobremaneira ao viajante em Cabo Verde. À chegada a Lisboa, Freyre queixou-se de um «desagradável incidente na Praia motivo passaporte» e o ministro em telegrama ao governador foi taxativo na apreciação: «Atitude funcionário parece inteiramente inconveniente constitui indelével nota desagradável»[47]. O governador, depois de proceder a averiguações, tomou medidas drásticas:

> *culpas recaíram principalmente Administrador Concelho e um funcionário Administração Civil. (Daquele?) foi confirmada exoneração que já era minha intenção impor-lhe tendo embarcado regresso Metrópole dia 15 mês passado. Funcionário civil foi punido*[48].

A sua «leitura falhada da cultura cabo-verdiana»[49], que tanto desiludiu os «claridosos», também ditaria a prazo o afastamento pessoal entre Osório de Oliveira e o escritor brasileiro, sem que a adesão às ideias-mestras do luso-tropicalismo fosse maculada.

Índia

Depois de uma longa viagem, com várias escalas, e de alguns dias em Bombaim, Freyre chegou a Goa a 15 de novembro[50]. Ali, «em pleno Oriente», pareceu-lhe que chegava ao Brasil, «com o qual a Goa antiga se parece extraordinariamente»[51]. Freyre apreciou Pangim, a capital de Goa, que tanto lhe recordou uma pequena e velha cidade do Norte do Brasil, como São Luís do Maranhão. Visitou o arquivo de Goa com o Professor Pissurlencar, casas-grandes de luso-indianos, a Escola Médica de Goa, «Velha Goa». Toda a visita foi de reencontro com o Brasil, descobrindo e apontando semelhanças.

O ministro do Ultramar solicitara ao cônsul de Bombaim e ao governador-geral de Goa para que o viajante só tivesse contacto com «elementos confiança» e evitasse «adversários» da posição portuguesa. Esse esforço não foi totalmente bem-sucedido, pois Freyre terá tido contacto com um «separatista» em Goa, mas a conversa não levou Freyre a repudiar a política de Salazar[52]. Durante a estadia de Freyre no território, o governador, seguindo as instruções superiores, esforçou-se por mostrar um «perfeito entendimento racial» e religioso[53]. A visita ao templo hindu de Queula, onde

[47] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama 79 CIF]. 1951 nov. 5. [a] Governador de Cabo Verde.*
[48] GOVERNADOR DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 155 CIF]. 1951 dez. 7. [a] Ministro do Ultramar.*
[49] ARENAS, 2006.
[50] GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 138 CIF]. 1951 nov. 16. [a] Ministro do Ultramar.*
[51] FREYRE, 1953a: 263.
[52] FREYRE, 1953a: 301-302.
[53] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 116 CIF]. 1951 nov. 7. [a] Governador-geral da Índia.*

Freyre foi recebido pelo respetivo prelado, que dirigiu uma mensagem em marata ao governador, correspondeu inteiramente às preocupações do ministro.

> *Acompanhei Dr. GILBERTO FREYRE visita Devalaia Queula recebidos manifestações regozijo muito cativantes de todos mazanes. Prelado hindu obsequiou-nos especialmente tendo sido proferidos vários discursos e lida uma mensagem muito interessante e de alto significado do Prelado agradecendo tudo quanto temos feito a seu favor, vincando a liberdade que é dada a religião hindu, e enaltecendo as relações estreitas existentes entre Prelados e Governador*[54].

De igual modo, a cerimónia junto ao monumento a Afonso de Albuquerque na tarde de 25 de novembro, dia de Santa Catarina, quis corporizar essa «harmonia» no gesto encenado de três crianças, hindu, cristã e muçulmana, depondo coroas de flores no monumento[55].

O deslumbramento de Freyre com a vegetação, a paisagem e a cultura da «Índia portuguesa» foi abundantemente manifestado ao longo da estadia em Goa. Apenas lhe mereceram reparos o tratamento desigual nas forças armadas e administração pública portuguesa em relação ao luso-indianos, como em geral a discriminação no acesso a cargos públicos e altas patentes dos portugueses do ultramar, que considerou uma imitação de práticas inglesas e belgas![56]

O cansaço da viagem começava a pesar e Freyre, que ainda tinha São Tomé, Angola e Moçambique no programa, desistiu de ir a Macau. O governador-geral da Índia informou o ministro que o visitante seguia para Bombaim a 26 de novembro, e aí tomava o avião para Roma no dia 30, chegando a Lisboa no dia 1 de dezembro[57].

O ministro, que no dia 7 de novembro informara o governador de Macau que Freyre depois de visitar Goa, passaria por Singapura, Malaca, Hong Kong e Macau, ainda sem datas fechadas, e solicitara que Freyre fosse recebido e instalado convenientemente no território e acompanhado por «pessoa capaz», teve de mandar novo telegrama dizendo que a ida a Macau fora adiada[58].

São Tomé

A passagem de Gilberto Freyre por São Tomé foi muito curta, tão-só o tempo de permanência naquele porto do navio onde seguia com destino a Angola (5 horas).

---

[54] GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 144 CIF]. 1951 nov. 23. [a] Ministro do Ultramar.*
[55] GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 147 CIF]. 1951 nov. 25. [a] Ministro do Ultramar.*
[56] FREYRE, 1953a: 294.
[57] GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegramas n.º 145 e 146 CIF]. 1951 nov. 23 e 25. [a] Ministro do Ultramar.*
[58] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minutas dos telegramas n.º 99 CIF, 103 CIF, 107 CIF]. 1951 nov. 7, 17 e 24. [a] Governador de Macau.*

Ao contrário do plano inicial, nem sequer houve tempo para visitar as roças. O programa incluiu apenas a visita a algumas obras sociais e um banquete.

> *Para conhecimento Vexa comunico vapor «Pátria» onde viajava GILBERTO FREYRE chegou pelas 18 horas de sábado 22 o que não permitiu dar muito brilhantismo sua recepção contudo visitou todas obras sociais já inauguradas e em curso e outras. Foi-lhe oferecido banquete Palácio Governo com assistência todos altos funcionários Província tendo num brilhante improviso agradecido carinhosa recepção. Acompanhei-o a bordo. Vapor partiu pelas 23 horas tendo me manifestado sua grande satisfação pelo que viu, parecendo-me ter partido visivelmente bem impressionado com visita*[59].

Em *Aventura e rotina*, Freyre tece considerações com base nas conversas que manteve com o governador, Carlos Gorgulho, sobre o seu «espírito turístico», as obras públicas que estava a impulsionar (aeroporto, hospitais, escolas, pavimentação das ruas, casas para operários e higienização da cidade) ou a sua preocupação com a melhoria da «condição do trabalhador africano sem se destruir a economia do cacau»[60]. À falta de contato mais próximo com a população da ilha, reproduz, sem apontamento crítico, a visão que o governante lhe apresentou (o mesmo que seria responsável político pelo massacre de fevereiro de 1953 em São Tomé)[61].

Angola

O ministro do Ultramar tinha solicitado ao governador-geral de Angola, Agapito Silva Carvalho, a preparação de um programa da visita que incluísse as principais cidades e «desenvolvimentos» mais importantes do território: Luanda, indústrias, instalações indígenas, barragem das Mabubas, abastecimento de água, Duque de Bragança, Nova Lisboa, Lobito, Benguela, Sá da Bandeira, Moçâmedes, pescarias, caracul, bem como os laboratórios de engenharia e patologia veterinária, a escola agrícola do Tchivinguiro, sociedades culturais, campos experimentais, a missão combate à doença do sono e prospeção de endemias, a missão hidrográfica e a missão da pesca. O médico Alexandre Sarmento foi o nome indicado pelo ministro para acompanhar Freyre em Angola, por ter sensibilidade para as questões sociais que tanto interessavam ao visitante[62].

---

[59] GOVERNADOR DE SÃO TOMÉ (1951). *[Telegrama n.º 56 CIF]. 1951 dez. 24. [a] Ministro do Ultramar.*
[60] FREYRE, 1953a: 321-322.
[61] Sobre o massacre de 1953, *vd*. SEIBERT, 1997.
[62] Cf. MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minutas dos telegramas n.º 224 CIF e 226 CIF]. 1951 dez. 4 e 5. [a] Governador-geral de Angola.*

Em resposta, o governador-geral de Angola lembrava que a época era das piores para visitar o território. Devido às chuvas, o percurso teria de ser feito quase exclusivamente de avião. Quinze dias que incluíam as festas de Natal e Ano Novo afiguravam-se-lhe escassos, tornando difícil organizar um programa com todos os locais sugeridos pelo ministro[63]. Contrapunha um programa que considerava muito incompleto e mesmo assim bastante cansativo:

Dia 21 — visita Luanda seguindo vapor «IMPÉRIO» Lobito;
Dias 22 e 23 — visitas Lobito e Benguela e algumas pescarias e fábricas;
Dia 24 — avião Luanda visitas Mabubas e Tentativa;
Dia 25 — Luanda;
Dias 26 e 27 — partida avião Congo visita missão Sono e possivelmente colonato indígena Amba;
Dia 28 — chegada Luanda visitas missões hidrográfica e pesca;
Dias 29 e 30 — estação experimental café Duque Bragança Malange;
Dia 31 — regresso avião Luanda;
Dia 1 — Luanda;
Dias 2 e 3 — Moçâmedes Porto Alexandre Baía Tigres;
Dia 4 — Karakul subida Chela chegada Sá Bandeira;
Dias 5 e 6 — Sá Bandeira Humpata Chinvinguiro e arredores;
Dias 7, 8 e 9 — Nova Lisboa Ganda e Silva Porto;
Dia 10 — partida avião Lourenço Marques.

Em alternativa a Alexandre Sarmento, que só lhe parecia indicado nos dias passados em Nova Lisboa e arredores («únicas regiões e meios que ele conhece»), Agapito de Carvalho sugeria Ramos de Sousa e Ávila de Azevedo, diretores de economia e instrução, respetivamente; aptos a apreciar «problemas sociais e conhecedores todas as regiões e meios província».

O atraso na partida do «Pátria» de Lisboa viria a impor alterações ao programa previsto, eliminando alguns pontos «menos impressionantes». Além disso, Gilberto Freyre manifestara interesse em visitar a Companhia dos Diamantes de Angola e o ministro não quis contrariá-lo[64].

Freyre chegou a Luanda a 24 de dezembro. No telegrama de Boas Festas que enviou ao ministro dizia que ficara encantado com São Tomé e com primeiras impressões de Angola. O programa final, acertado pessoalmente entre Freyre e o governador-geral de Angola, teve início a seguir ao Natal.

[63] GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA (1951). *[Telegrama n.º 184 CIF]. 1951 dez. 12. [a] Ministro do Ultramar.*
[64] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 236 CIF]. 1951 dez. 17. [a] Governador-geral de Angola.*

26 — Luanda visita colégios escolas liceu instituições assistência museu.
27 — Mabubas Tentativa indústrias de Luanda sessão de homenagem da Sociedade Cultural.
28 a 31 — Visita à Companhia dos Diamantes.
1 — Silva Porto.
2 — Nova Lisboa.
3 — Sá da Bandeira Humpata Tchivinguiro.
4 — Karakul.
5 — Moçâmedes sobrevoando Alexandre e Baia Tigres.
6 — Lobito Benguela jantar despedida Luanda.
7 — Partida para L. Marques em avião especial.

Como é possível perceber, atendendo à extensão do território angolano, não seria possível visitar com vagar os vários locais. A inclusão da visita à Companhia dos Diamantes de Angola, no extremo nordeste da província, acabou por desequilibrar ainda mais a distribuição do escasso tempo de que Freyre dispunha, mas tratava-se de uma «exigência» do próprio, que já tinha conhecido em Lisboa o diretor da Companhia, comandante Ernesto de Vilhena, e sabia do conflito entre esta «potência de tal modo potente» e o governador-geral, «homem de antes quebrar que torcer»[65]. A sua pressão para visitar a Companhia dos Diamantes de Angola, além do evidente interesse sociológico, servia o prepósito de ter algo para criticar no livro que iria escrever, sem comprometer o governo de que era hóspede.

Depois de visitar em Luanda e arredores o que o ministro tinha intenção que lhe fosse mostrado, viajou de avião até Vila Luso e de carro até ao Dundo, pernoitando em Dala. Sobre o voo no avião CR-L-C-J dirigido pelo comandante Rosa, escreveria em *Aventura e Rotina*:

> *Voar de avião pequeno, em voo baixo, sobre paisagens que o observador deseje conhecer nas suas formas mais características de conflitos e acomodação de culturas humanas com a natureza e entre si, é, com certeza, o melhor meio de adquirir-se este conhecimento em superfície: tão útil ao conhecimento em profundidade*[66].

No Dundo, Freyre visitou hospitais, maternidades, oficinas, a «Casa do pessoal», cinema, salas de jogos, a piscina, os campos de jogos ao ar livre, a estação emissora, o museu etnográfico, a central de escolha e as casas dos técnicos europeus.

[65] FREYRE, 1953a: 324.
[66] FREYRE, 1953a: 344.

Já as habitações para os trabalhadores, só as conseguiu ver por fora e pareceram-lhe desadequadas ao clima e função.

Nas cidades que visitou em Angola, Freyre viu instituições de ensino, de assistência, e de investigação ou experimentação, obras públicas e indústrias. Em Silva Porto, Freyre visitou a Embala de Silva Porto, a Casa ou Mansão dos Velhos Colonos, fábricas de refinação de óleos, moagem e descasque de cereais, a piscina pública, o internato do Instituto Liceal e o colégio das Irmãs. Em Nova Lisboa, visitou o Laboratório Central de Patologia Veterinária, a Associação Comercial e Industrial do Huambo, a Escola Industrial Sarmento Rodrigues, o Museu Regional (na Câmara Municipal) e foi obsequiado com um jantar de honra no Palácio do Governo. Em Sá da Bandeira, visitou a Escola de Artes e Ofícios Artur de Paiva, a Casa Mãe das Raparigas da Huíla, o Liceu, a Estação Experimental da Humpata, a Escola Agropecuária do Tchivinguiro e o Posto Experimental do Caraculo. Em Moçâmedes, além das pescarias, visitou o cemitério dos «pretos», e a apelidou as esculturas das campas de arte luso-tropical. Em sobrevoo, teve contacto com o deserto, Porto Alexandre e a Baía dos Tigres. Antes de regressar a Luanda, o Lobito e Benguela foram as últimas cidades do períplo angolano; neste ponto particularmente e injustamente apressado.

Moçambique

Antes mesmo de Freyre embarcar para Angola, o ministro do Ultramar enviou um telegrama ao governador-geral de Moçambique avisando-o de que o convidado deveria chegar a Lourenço Marques de avião, a 7 de janeiro de 1952, e deveria permanecer na província por cerca de 15 dias. Tal como havia feito no caso da visita a Angola, solicitava que na organização do programa fossem incluídos os «progressos sociais e urbanísticos» da capital, escolas, instituições científicas (os laboratórios de engenharia e patologia veterinária, a missão de combate à doença do sono, campos experimentais), sociedades culturais, fábricas. A visita devia especificamente contemplar o caminho de ferro, o porto, e deslocações à Beira, Revué, Chimoio (dando conta dos trabalhos contra a erosão), Quelimane, Gurué e, finalmente, a Ilha Moçambique. Mais uma vez, o ministro transmitia ao anfitrião local instruções muito precisas quanto ao tratamento que devia ser dado ao convidado:

> *Certamente muito sensível a atenções pessoais deve gostar ver hipopótamos e elefantes. Agradeço promover sua instalação melhor hotel e determinar que não sejam postas quaisquer dificuldades passaporte ou alfândega muito desgostam professor FREYRE. Despesas viagens de conta Ministério e outras de instalação também podem ser caso Vexa desejar. Essencial ser que ele não tenha essas preocupações*[67].

[67] MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 244 CIF]. 1951 dez. 5 [a] Governador-geral de Moçambique.*

Como cicerones de Freyre no circuito moçambicano, sugere o engenheiro Gomes Pedro ou Belchior Dias, habilitados a compreender os problemas sociais e económicos que interessam ao sociólogo brasileiro.

A primeira versão do programa, enviada ainda em dezembro, foi depois ajustada porque Freyre só chegou ao aeroporto de Mavalane na manhã do dia 8 de janeiro[68]. No arquivo encontra-se o programa final detalhado, com datas e horários precisos, e que vai ao encontro das instruções ministeriais quanto ao teor da visita e cortesias ao visitante. Este foi hospedado no famoso Hotel Polana, propriedade de sul-africanos, que lhe mereceu elogios do ponto de vista «técnico», mas lhe desagradou por não aceitar hóspedes ou sequer visitantes negros, prática contrária à colonização portuguesa.

Na tarde de dia 8, depois de uma audiência com o governador, visitou vários estabelecimentos de ensino e o museu Álvaro de Castro com Moreira de Almeida, chefe dos serviços de instrução. Este também o acompanhou, na manhã de dia 9, na visita ao Arquivo Histórico e às instalações do Rádio Clube de Moçambique. Da parte da tarde, na direção dos serviços de Administração Civil, o diretor, Juvenal de Carvalho, pôs Freyre a par da «política indígena, acção missionária e progresso social». À noite foi-lhe oferecido um banquete na residência do governo-geral. No dia 10, na câmara municipal, mostraram-lhe o plano de urbanização de Lourenço Marques, seguindo-se uma visita geral à cidade (obras municipais, monumentos, edifícios públicos, hotéis, edifícios comerciais mais importantes, parques desportivos, bairro indígena e zona industrial). À tarde, visitou a Associação dos Velhos Colonos e a Associação Comercial. Nestas visitas foi acompanhado por Juvenal de Carvalho. No dia 10, ainda na capital, visitou o Laboratório de Patologia Veterinária, as instalações da Missão de Combate às Tripanossomíases, e as instalações do Centro de Investigação Científica Algodoeira, sendo recebido pelos respetivos responsáveis.

No dia 12, apanhou o avião para a Beira, na companhia do engenheiro Gomes Pedro. A visita à cidade e ao porto, foi complementada por uma explicação sobre o desenvolvimento industrial em curso. A 13, novamente de avião, partiu para Vila Pery, sobrevoando a reserva da Gorongosa. Tal como o ministro havia solicitado, Freyre pôde avistar inúmeros animais selvagens. Na região de Chimoio, visitou propriedades agrícolas defendidas contra a erosão, com o engenheiro Dias da Silva, da Junta de Exportações dos Cereais. À tarde, sobrevoou a fábrica de tecidos e obras do Revuè. Nos dias seguintes, deslocando-se de táxi aéreo, sobrevoou os tandos de Morromeu, visitou às instalações da Sena Sugar no Luabo, visitou Quelimane e palmares vizinhos, sobrevoou as plantações de sisal de Mocuba, visitou as plantações e fábricas de

[68] TEIXEIRA, Gabriel, Governador-geral de Moçambique, Capitão de mar e guerra (1951). *[Ofício n.º 321/C] [Confidencial] 1951 dez. 29 [a] Ministro do Ultramar*, em aditamento a ofício n.º 312/C de 14.12.51.

chá da área do Guruè e o Lumbo. Finalmente, visitou a ilha de Moçambique. A 17, regressou a Lourenço Marques, onde no dia seguinte visitou as instalações do porto e do caminho de ferro, o entreposto da Matola, as instalações petrolíferas e a fábrica de moagem da Companhia Industrial da Matola. Foi acompanhado nestas visitas pelo diretor dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes, major Pinto Teixeira. Foi-lhe oferecido um jantar de despedida na residência do governo-geral. Partiu na manhã de 19 para Johannesburg e a 21, aterrou em Lisboa. Cumpria-se um programa oficial cheio de cortesias e cautelas, com a situação colonial muito ao longe, para não incomodar.

CONCLUSÃO

Entre o que o ministro do Ultramar e os governadores coloniais quiseram mostrar (a sua conceção de progresso: urbanização, infraestruturas, obras públicas, desenvolvimento agrícola e industrial; e instantâneos da diversidade das populações e das culturas sob a unidade da civilização portuguesa) e o que Freyre quis ver (para confirmar a sua intuição), estabeleceu-se o programa geral da visita, com ajustamentos e alterações pontuais à medida que a mesma decorria. Tratava-se de uma visita a convite do governo de Portugal, financiada por este e dependente da logística e enquadramento que este propiciou. A negociação do programa entre convidado e anfitriões não se traduziu numa maior oportunidade para a aplicação de metodologias de campo, como a observação participante ou o inquérito etnográfico ou sociológico junto de comunidades, grupos, indivíduos. O contacto com as populações nas várias escalas da viagem foi sempre organizado e mediado por elementos da administração portuguesa. Em Angola e Moçambique, dada a dimensão dos territórios, a escassez de tempo e as dificuldades de circulação na época das chuvas, o recurso a pequenos aviões ou táxis aéreos para sobrevoos de zonas específicas determinou a forma de Freyre olhar e entender grande parte do espaço[69].

As anotações de Freyre sobre as paisagens e realidades sociais que observou diretamente ou a que acedeu por informações que os seus acompanhantes lhe transmitiram resultam só em parte das circunstâncias e condições concretas em que a viagem teve lugar. Decorrem também de consultas bibliográficas sobre o passado das regiões visitadas, e dos interesses e preocupações do autor. Daí que a narrativa de *Aventura e rotina* seja pontuada por digressões históricas e seja possível identificar questões transversais (como a habitação destinada aos africanos, as comparações com o Brasil, o grau de miscigenação alcançado, a busca de uma arte

[69] A título de curiosidade, refira-se que, em agosto de 1969, o Hudson Institute, um *think-tank* de Nova Iorque, realiza um *aerial survey* em Angola, encomendado pela Companhia União Fabril, para aferir das potencialidades de desenvolvimento local. A metodologia de inquérito adotada pela equipa consistia precisamente em percorrer o território em voos de baixa altitude.

luso-tropical), críticas recorrentes (ao «industrialismo capitalista» e às supostas influências estrangeiras consideradas nefastas e contrárias à forma do português estar nos trópicos), sugestões repetidas (o incremento dos estudos antropológicos e sociológicos no ultramar).

Durante a viagem pelas colónias portuguesas operou-se um alinhamento de Freyre com a política «ultramarina» portuguesa (chega a defender a existência do estatuto jurídico diferenciado para os indígenas) e um estreitamento dos laços afetivos com políticos e intelectuais portugueses. A simpatia de Freyre por Salazar e pelo Estado Novo português (que as críticas à censura e à polícia política não chegaram a beliscar), e a sua adesão à posição defendida por Portugal no seio da comunidade internacional não era um dado adquirido para os anfitriões aquando do convite, mas foi sendo alicerçada durante a visita e os livros publicados em 1953 vieram confirmá-la. Assim o entendia, aliás, o ministro e amigo, Sarmento Rodrigues:

> *Já recebi, de facto, os dois volumes: «Aventura e Rotina», «Um brasileiro em Terras Portuguesas». É claro que deve saber qual a minha impressão: muitíssimo boa. Eu sei que tem tido contraditores, uns por sérias convicções, outros porque não ficaram contentes com referências directas ou indirectas e ainda outros só para falar.*
>
> *É impossível fazer obra que a todos agrade; e quando se trabalha com independência, muito pior. Pela minha parte agradeço-lhe muito todas as suas atenções dirigidas à família que muito o estima, bem como a todos os Seus. Porque quanto à causa que defendemos, basta saber que é a mesma.*
>
> *Os seus livros são altamente benéficos e esclarecedores. Pena foi que não tivesse visitado as províncias do Extremo-oriente. Nelas colheria mais argumentos para as nossas teses*[70].

E que teses eram essas que Freyre e Sarmento Rodrigues comungavam? As teses sobre a excecionalidade portuguesa: que a presença de Portugal além-mar era marcada pelo amor e não pelo interesse material e a exploração predatória dos recursos e mão de obra local; que Portugal não tinha colónias sob o seu domínio, antes constituía uma nação multicontinental e multirracial; que «novos Brasis» estavam em construção em Angola e Moçambique. Teses veiculadas a partir dos anos 50 por figuras cimeiras do Estado Novo, pela diplomacia, pelo instituto que formava os quadros para a administração ultramarina, pela propaganda e pela censura[71].

[70] RODRIGUES, Sarmento (1954). *[Carta]. 1954 out. 25. [a] Gilberto Freyre.* BR, FGF, AFG.
[71] CASTELO, 1999, 2015.

Teses amplamente partilhadas pelas elites do país, porque tinham também raízes no nacionalismo português.

Sabemos que o luso-tropicalismo, explicitado durante a viagem de Freyre pelas colónias portuguesas, seria mobilizado para fazer face às lutas de libertação a partir de 1961, e sobreviveria ao fim da ditadura e do império, continuando a ser atualizado e reivindicado no espaço público em Portugal. Depois desta incursão exploratória pela geografia (de confirmação) do luso-tropicalismo, importa analisar as suas reconfigurações no tempo, entre os anos de 1960 e o início do século XXI. Esse é o trabalho a empreender numa próxima edição revista, melhorada e aumentada do meu livro de 1999.

FONTES

Arquivo do Instituto de Investigação Científica Tropical
AIICT. Comissão Executiva da Junta de Investigações do Ultramar, Processo 477 — Gilberto Freyre.

Arquivo Histórico Ultramarino
AHU. MU, 87, 1A. *Viagem de Gilberto Freyre ao ultramar português*, 1951.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo
ANTT. *Arquivo Marcello Caetano*, cx. 22, Correspondência/CINATTI, Rui, n.º 4.

Correspondência

CINATTI, Ruy (1947*). [Carta]. 1947 mai. 13. [a] Marcelo Caetano.* ANTT. Arquivo Marcello Caetano, cx. 22, Correspondência/CINATTI, Rui, n.º 4.

GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 110 CIF]. 1951 set. 4. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 155 CIF]. 1951 dez. 7. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama n.º 130 CIF]. 1951 out. 19. [a] Ministro do Ultramar.* Assunto: Temporal (por cima, a vermelho: «Chegada Dr. Gilberto Freyre»).

GOVERNADOR-GERAL DE CABO VERDE (1951). *[Telegrama 131 CIF]. 1951 out. 20. [a] Ministro do Ultramar*.

GOVERNADOR DE SÃO TOMÉ (1951). *[Telegrama n.º 56 CIF]. 1951 dez. 24. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 138 CIF]. 1951 nov. 16. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 144 CIF]. 1951 nov. 23. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegramas n.º 145 e 146 CIF]. 1951 nov. 23 e 25. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DA ÍNDIA (1951). *[Telegrama n.º 147 CIF]. 1951 nov. 25. [a] Ministro do Ultramar.*

GOVERNADOR-GERAL DE ANGOLA (1951). *[Telegrama n.º 184 CIF]. 1951 dez. 12. [a] Ministro do Ultramar.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Telegrama n.º 65 CIF]. 1951 set. 6. [a] Governador-geral de Cabo Verde.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 62 CIF]. 1951 ago. 29. [a] Governo de Cabo Verde*.

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 79 CIF]. 1951 nov. 5. [a] Governador de Cabo Verde.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minutas dos telegramas n.º 99 CIF, 103 CIF, 107 CIF]. 1951 nov. 7, 17 e 24. [a] Governador de Macau.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 103 CIF]. 1951 set. 6. [a] Governador da Guiné.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 116 CIF]. 1951 nov. 7. [a] Governador-geral da Índia.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 236 CIF]. 1951 dez. 17. [a] Governador-geral de Angola.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minutas dos telegramas n.º 224 CIF e 226 CIF]. 1951 dez. 4 e 5. [a] Governador-geral de Angola.*

MINISTRO DO ULTRAMAR (1951). *[Minuta do telegrama n.º 244 CIF]. 1951 dez. 5. [a] Governador-geral de Moçambique.*

OLIVEIRA, José Osório de (1951). *[Carta]. 1951 mar. 31. [a] Gilberto Freyre.* Arquivo Gilberto Freyre, Correspondência, José Osório de Oliveira.

OLIVEIRA, José Osório de (1951*). [Carta]. 1951 mai. 13, Lisboa. [a] Gilberto Freyre.* Arquivo Documental Gilberto Freyre, Correspondência, José Osório de Oliveira.

OLIVEIRA, José Osório de, delegado da Agência Geral das Colónias junto do SNI (1951). *[Cópia de informação] 1951 jan. 25, Lisboa [a] Agente Geral das Colónias.* Arquivo Documental Gilberto Freyre, Recife, Brasil. Correspondência, José Osório de Oliveira.

RODRIGUES, Sarmento (1954) *[Carta]. 1954 out. 25. [a] Gilberto Freyre.* BR, FGF, AFG.

TEIXEIRA, Gabriel, Governador-Geral de Moçambique, Capitão de mar e guerra (1951). *[Ofício n.º 321/C] [Confidencial] 1951 dez. 29 [a] Ministro do Ultramar*, em aditamento a ofício n.º 312/C de 14.12.51.

BIBLIOGRAFIA

ÁGOAS, Frederico (2020). *Social sciences, modernization, and late colonialism: The Centro de Estudos da Guiné Portuguesa*. «Journal of the History of the Behavioral Sciences». 56:4, 278-297.

ALMEIDA, Miguel Vale de (2000). *Um Mar da Cor da Terra: Raça, Cultura e Política da Identidade*. Oeiras: Celta Editora.

ANDERSON, Warwick; ROQUE, Ricardo; SANTOS, Ricardo Ventura (2019), *Luso-tropicalism and its discontents: the making and unmaking of racial exceptionalism*. New York; Oxford: Berghahn.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de (2000). *Castelos no Ar: Notas sobre Portugal em Aventura e Rotina*. In *Seminário Internacional Novo Mundo nos Trópicos. Anais do Seminário Internacional Novo Mundo nos trópicos*. Recife: Fundação Gilberto Freyre.

ARENAS, Fernando (2006). *Reverberações lusotropicais: Gilberto Freyre e a África*. In LUND, Joshua; MCNEE, Malcolm, *ed. Gilberto Freyre e os estudos latino-americanos*. Pittsburgh: Instituto Internacional de Literatura Iberoamericana, pp. 123-145.

BARROS, Victor (2008). *As «sombras» da Claridade: entre o discurso de integração regional e a retórica nacionalista*. In TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUSA, Julião Soares, *org. Comunidades imaginadas: Nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 193-217.

BARROS, Victor (2009). *Lusotropicalismo e Caboverdianidade: o discurso de Gilberto Freyre e o Contradiscurso de Baltasar Lopes*. In ANDRADE, Joel Carlos de Souza; OLIVEIRA, Iranilson Buriti; SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa de; VALENTE, Isabel Maria Freitas, *org. Daqui e d'além mar*. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande, 1.º vol., pp. 85-118.

BASTOS, Cristiana (1998). *Tristes trópicos e alegres luso-tropicalismos: das notas de viagem em Lévi-Strauss e Gilberto Freyre*. «Análise Social». XXXIII: 146-147, 415-432.

BASTOS, Cristiana (2015). *Aventura e rotina: um livro de meio de percurso revisitado*. In CASTELO, Cláudia; CARDÃO, Marcos, *org. Gilberto Freyre. Novas leituras de outro lado do Atlântico*. São Paulo: Edusp, pp. 35-48.

CAHEN, Michel (2008). *Persistance du lusotropicalisme au XXIe siècle*. «Lusotopie». 15:2, 223-229.

CAHEN, Michel; MATOS, Patrícia Ferraz (2018). *New Perspectives on Luso-tropicalism = Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo*. «Portuguese Studies Review». 26:1.

CARDÃO, Marcos (2015). *Fado tropical: Luso-tropicalismo na cultura de massas (1960-1974)*. Lisboa: Edições Unipop.

CASTELO, Cláudia (1999). «*O modo português de estar no mundo*»: *o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTELO, Cláudia (2002). *Leituras da correspondência de portugueses para Gilberto Freyre*. In *Actas do VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais: As Ciências Sociais nos Espaços de Língua Portuguesa: Balanços e Desafios*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, vol. 2, pp. 421-444.

CASTELO, Cláudia (2010). *Prefácio*. In FREYRE, Gilberto. *Um brasileiro em terras portuguesas*. São Paulo: É Realizações, pp. 11-29.

CASTELO, Cláudia (2015). *A Mensagem luso-tropical do colonialismo português tardio: o papel da* propaganda *e da* censura. In MARTINS, Moisés de Lemos, *org. Lusofonia e Interculturalidade: Promessa e travessia*. Famalicão: Húmus, pp. 433-449.

COUTO, Dejanirah; ENDERS, Armelle; LÉONARD, Yves, *org*. (1997). *Lusotropicalisme: Idéologie coloniales et identités nationale dans les mondes lusophones*. «Lusotopie». 4.

DÁVILA, Jerry (2011). *Hotel Trópico: o Brasil e o desafio da descolonização africana (1950-1980)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

FREYRE, Gilberto (1933). *Casa-grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.

FREYRE, Gilberto (1953a). *Aventura e rotina: sugestões de uma viagem à procura das constantes portuguesas de caráter e ação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

FREYRE, Gilberto (1953b). *Um Brasileiro em terras portuguesas: Introdução a uma possível luso-tropicologia: acompanhada de conferências e discursos proferidos em Portugal e em terras lusitanas e ex-lusitanas da Ásia, da África e do Atlântico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora.

LÉONARD, Yves (1997). *Salazarisme et lusotropicalisme: histoire d'une appropriation*. «Lusotopie». 4, 211-226.

MEDINA, João (2000). *Gilberto Freyre contestado: o lusotropicalismo criticado nas colônias portuguesas como álibi colonial do salazarismo*. «Revista USP». 45, 48-61.

MIRANDA, Rachel de Rezende (2002). *Além-mar: Aventura e Rotina: o lugar do Brasil no mundo luso-tropical de Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.

MOTTA, Marina Laet Panella (2021). *Cronotrópicos: espaço-tempo e alteridade nos relatos de viagem de Mário de Andrade, Gilberto Freyre e Claude Lévi-Strauss*. Florianópolis: Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina. Dissertação de mestrado.

NETO, Sérgio (2009). *Colónia Mártir, Colónia Modelo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

PEIXOTO, Fernanda Arenas (2015). *A Viagem como vocação: Itinerários, parecerias e formas de conhecimento*. São Paulo: EDUSP.

SEIBERT, Gerhard (1997) *Le Massacre de février 1953 à São Tomé: raison d'être du nationalisme santoméen.* «Lusotopie». 4, 173-191.

SILVESTRE, Osvaldo (2002). *A Aventura Crioula revisitada: Versões do Atlântico Negro em Gilberto Freyre, Baltasar Lopes e Manuel Ferreira*. In BUESCU, Helena Carvalhão; SANCHES, Manuela Ribeiro, *org. Literatura e viagens pós-coloniais*. Lisboa: Centro de Estudos Comparatistas-Edições Colibri, pp. 63-103.

THOMAZ, Omar Ribeiro (2002). *Ecos do Atlântico Sul: Representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: EdUFRJ.

TOLEDO, Júlia Neves (2019). *A Civilização lusotropical de Gilberto Freyre: uma síntese cultural lusófona*. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Dissertação de mestrado.

CRIME E SOCIEDADE. LISBOA, C. 1867-1910

MARIA JOÃO VAZ*

1. INTRODUÇÃO

O crime suscitou a atenção da sociedade portuguesa de finais do século XIX e do dealbar de Novecentos. Manteve atualidade e crescente relevância e para ele convergiu a ação dos poderes públicos. Era tema de reflexão geral e objeto de estudo em diversos campos do saber, como o direito, a sociologia, a antropologia, a história e a medicina. Preenchia grandes espaços nas páginas dos jornais, suscitava reflexões de carácter ensaístico e era considerado nas obras literárias, suscitando curiosidade, interesse e procura entre o público leitor.

As estatísticas sobre a prática do crime e os sujeitos nela implicados começaram a ser timidamente construídas durante o século XIX[1]. Comentadas por um discurso oficial que pretendia indicar o seu sentido e guiar a sua interpretação, foram vistas como uma justificação para os temores que a criminalidade ia suscitando. A autoridade do discurso oficial era reforçada pelo discurso dos ensaístas sociais de então que sancionavam as leituras oficiais e algo catastrofistas da realidade criminal. De forma global, considerava-se que o aumento da criminalidade era um efeito incontornável da mudança social, um mal intrínseco da sociedade liberal, crescentemente mais industrializada e urbanizada.

Foi ganhando força a ideia afirmada pelas próprias autoridades, de que o ambiente urbano era criminógeno, gerando seres degenerados, desregrados, indisciplinados e criminosos. Tal ideia era acompanhada pela generalidade da população, que via no facto de os tribunais e os estabelecimentos prisionais estarem implantados no centro das cidades mais uma justificação para se considerar o ambiente urbano como o mais propício para a prática do crime. O relacionamento entre a criminalidade e a cidade foi, de facto, um tema muito explorado ao longo da segunda metade do século XIX e início do século XX. Foi assim, no espaço urbano, em particular na maior cidade e capital do Reino, que a questão da criminalidade se colocou com maior acuidade.

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa — Instituto Universitário de Lisboa. Email: maria.vaz@iscte-iul.pt. Maria João Mendes Vaz (Prémio 1998).

[1] Consideradas como atestando o «estado moral» da população, as estatísticas relativas ao crime começaram a ser produzidas na Europa durante as primeiras décadas do século XIX, nomeadamente em França e em Inglaterra. Em Portugal foram produzidas de forma descontinuada durante todo o século XIX, passando a existir uma recolha e publicação sistemática de dados relativos à justiça criminal durante o século XX. Para uma crítica das estatísticas enquanto fonte para a História, *vd.* VAZ, 1998: 115-129; MORRIS, 2001.

2. A CIDADE DE LISBOA

A industrialização e o crescimento económico significaram igualmente um forte crescimento das cidades ao longo do século XIX, passando estas a receber fluxos cada vez maiores de pessoas e mercadorias. Lisboa, capital do Reino e do Império, teve um crescimento notável sobretudo no último quartel de Oitocentos[2]. Para ela foram pensadas intervenções que permitissem torná-la um elemento de prestígio nacional, espelho da modernidade e da grandeza com que se ambicionava projetar o país.

A cidade é pensada como um espaço de ordem e segurança. Contudo, tal como em outras cidades europeias, o caminho percorrido por Lisboa dificultou a concretização desta exigência. A crescente afluência de habitantes à cidade, na sua maioria mão de obra sem qualquer qualificação, fez com que em Lisboa se concentrasse uma população heterogénea, desenraizada, desprovida, que vivia, habitava e trabalhava em situação de grande privação. Em 1864, o número de habitantes da cidade era de 163 763, aumentando para 187 404 em 1878. Em 1890 a cidade contava já com uma população de 301 206 elementos, sendo em 1900 de 356 000[3]. Era uma população muito jovem onde, em 1911, 45% dos 435 359 habitantes da cidade tinha idade inferior ou igual a 25 anos, e 25,3% tinha idade inferior ou igual a 15 anos e onde a maioria da população era analfabeta. Contudo, em Lisboa a taxa de analfabetismo era um pouco inferior à taxa nacional: no distrito de Lisboa, de acordo com os dados dos Censos de 1890, a taxa de analfabetismo para os homens era de 62,7%, enquanto para as mulheres era de 66,4%[4]. Recém-chegados à cidade, muitos dos habitantes de Lisboa demonstravam dificuldades de inserção no ambiente urbano, na disciplina, formas de estar e de se comportar que se queria ver observadas dentro do espaço urbano. Incumpridora relativamente ao sempre crescente e cada vez mais complexo articulado normativo legal que o poder central e os poderes locais foram decretando, parte da população trabalhadora de Lisboa suscitou receios e foi assimilada a elementos perigosos, ligados à prática do crime, causadores de permanentes sentimentos de insegurança e intranquilidade.

De facto, o número de crimes registados em Lisboa era de forma muito significativa superior ao existente em qualquer outra parte do território do país, tanto em número absoluto, como relativamente ao número de habitantes aí existente. No ano de 1859, os dados demonstram o protagonismo de Lisboa na incidência do crime em Portugal. É o distrito com maior número de crimes, tanto em termos absolutos como relativamente à população que alberga. Com uma média nacional de 1,2 crimes por

[2] SILVA, 1997: 779-814.

[3] Recenseamento Geral da População dos anos de 1874, 1878, 1890 e 1900.

[4] Estas taxas foram calculadas para o total da população, sem retirar os menores de 7 anos cuja situação é por definição de analfabetismo. As taxas do distrito de Lisboa contrastam com as taxas nacionais onde o analfabetismo é muito superior, sobretudo para o caso das mulheres. De acordo com os Censos de 1890, 71,9% dos homens e 86% das mulheres são analfabetas. *Censo da População do Reino de Portugal no 1.º de Dezembro de 1890*, 1896.

mil habitantes, no distrito de Lisboa registam-se cerca de 5 crimes por mil habitantes. Nenhum outro distrito do país atinge sequer o quantitativo de 2 crimes por mil habitantes[5]. Uma situação que se manteve, aprofundando-se em alguns momentos, até à queda da Monarquia, em 1910.

A manutenção da segurança e ordem públicas dentro da cidade afirmou-se, assim, como uma prioridade. Neste âmbito, Portugal acompanhou o movimento internacional que considerou como fundamental para a concretização da ordem, segurança e tranquilidade nos espaços urbanos a constituição de corpos policiais modernos. Embora a sua concretização seja tardia relativamente ao ocorrido noutras cidades europeias, Lisboa passou a contar com um corpo de polícia civil a partir de 1867[6]. A Carta de Lei de 2 de julho de 1867 determina a criação da Polícia Civil de Lisboa, passando a cidade a ser patrulhada por elementos deste corpo policial, aos quais era delegado um elevado poder discricionário e de coerção, cuja função principal era simultaneamente a prevenção e a repressão da criminalidade[7]. Este corpo de polícia civil juntou-se a outras autoridades policiais já atuantes em Lisboa. Desta forma, a partir de 1867, duas forças policiais, a Guarda Municipal de Lisboa, instituição do foro militar criada em 1834, e a Polícia Civil de Lisboa, instituição do foro civil, ficaram encarregadas da manutenção da ordem, segurança e tranquilidade públicas na cidade. A estas juntava-se a ação das autoridades tradicionais de polícia, compostas por indivíduos ou grupos que, muitas vezes de forma voluntária, implementavam estratégias de segurança enquanto atividade secundária, como era o caso dos regedores e dos cabos de polícia. Juntam-se ainda formas de policiamento de iniciativa popular, por vezes colaborantes com as autoridades policiais, outras vezes desafiando o estabelecimento da hegemonia do poder do Estado sobre a totalidade do território e da população.

O contingente policial foi aumentando entre 1867 e 1910, tornando Lisboa uma cidade mais policiada e mais vigiada. Considerando o corpo de Polícia Civil, em 1867, caso fosse preenchido o número máximo previsto de guardas, que era de 250, passaria a existir 1 guarda civil para cada 655 habitantes[8]. A relação entre o número de polícias e o número de habitantes na cidade de Lisboa foi-se encurtando

[5] Os dados aqui utilizados foram publicados nos *Anuários Estatístico*s, para os anos de 1875, 1884, 1885, 1886, 1890-1895, 1897, 1900-1910, e no «Boletim do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça», 1859-1867.

[6] A cidade de Londres era patrulhada desde 1829 pela Metropolitan Police. Foi o modelo de policiamento implementado em Londres com a Metropolitan Police que foi seguido para Lisboa.

[7] A Carta de Lei de 2 de julho de 1867 determina igualmente a criação da Polícia Civil do Porto, com organização e funções idênticas.

[8] Como referido, de acordo com o Recenseamento Geral de 1864, a população de Lisboa seria então cerca de 163 763. Para a definição do número de polícias civis existentes na cidade ver a Carta de Lei de 2 de julho de 1867 e os diferentes Regulamentos policiais existentes entre 1867 e 1910: *Regulamento para os Corpos de Polícia Civil de Lisboa e Porto: criados pela Lei de 2 de Julho de 1867*, 1867; *Regulamento dos Corpos de Polícia Civil aprovados por Decreto de 21 de Dezembro de 1876*, 1877; *Regulamento da Polícia Civil e Judiciária de Lisboa aprovado por decreto de 12 de Abril de 1894*, 1894.

ao longo do tempo, pois embora a população da cidade aumentasse a bom ritmo, o número dos efetivos da Polícia Civil de Lisboa aumentava a um ritmo superior. Em 1878, a Polícia Civil contaria já com um máximo de 350 efetivos, o que significaria a existência de 1 polícia civil por cada 535 habitantes[9]. Em 1894, após novo aumento do número de efetivos, resultou na existência de 1 polícia civil para cada 376 habitantes[10]. Em 1900, o número de guardas da Polícia Civil de Lisboa tinha aumentado, já em 1898, para 1125 homens, resultando agora na existência de 1 polícia civil para cada 316 habitantes[11]. Foi realizado um novo aumento, em 1902, passando a existir 23 chefes de esquadra, 112 cabos, 235 guardas de 1.ª classe e 1069 guardas de 2.ª classe. Além do aumento do número de efetivos, existiu simultaneamente uma especialização nas funções de investigação criminal, sendo para tal criado um corpo específico em 1894.

Lisboa foi-se tornando, assim, a cidade mais policiada do país, sendo mais fácil a deteção do crime por parte das autoridades. Seria igualmente mais fácil à população recorrer à intervenção das autoridades policiais, muito presentes na vida social da cidade, tanto nos espaços e tempos de trabalho, como nos espaços e tempos de lazer. De facto, para uma interpretação da dimensão e tipologia do crime que se manifestava em Lisboa é imprescindível ter em conta os mecanismos de policiamento e de controlo social formal implementados na cidade. Foi a sua maior dimensão e eficácia relativamente ao existente no restante território que, em grande medida, colaborou para a construção da imagem de uma cidade onde a prática do crime era tida como endémica.

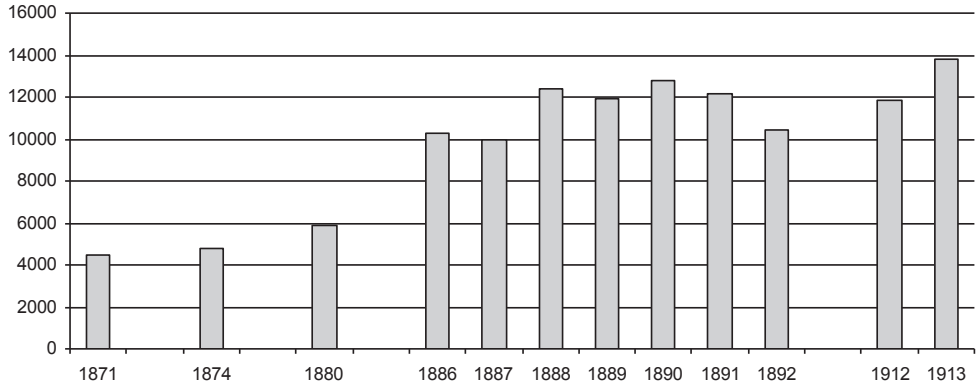
3. DIMENSÃO E TIPOLOGIA DO CRIME

A criminalidade apresentou em Lisboa uma tendência de permanente aumento, como pode ser observado pelos dados relativos às detenções realizadas na cidade pelas autoridades policiais[12].

Um maior aumento no número de detenções concretizou-se particularmente em 1886, ano que registou um grande acréscimo face às detenções realizadas em 1880. A dimensão do aumento sentido de 1880 para 1886 é assinalável, situando-se

[9] Recorda-se que a população de Lisboa rondaria então os 187 404 habitantes.
[10] O número de habitantes de Lisboa seria então de 301 206.
[11] A população de Lisboa seria então de 356 009 habitantes.
[12] Para o período de 1871 a 1892, os dados sobre foram retirados dos mapas dos respetivos anos: *Mapas estatísticos de alguns ramos de serviço a cargo do corpo de Polícia Civil de Lisboa durante o ano de 1871*, 1872; *Mapas estatísticos de alguns ramos de serviço a cargo do corpo de Polícia Civil de Lisboa durante o ano de 1874*, 1875; *Mapas estatísticos do ano de 1886 da Polícia Civil de Lisboa*, 1887; *Mapas estatísticos do ano de 1887 da Polícia Civil de Lisboa*, 1888; *Mapas estatísticos do ano de 1888 da Polícia Civil de Lisboa*, 1889; *Mapas estatísticos do ano de 1889 da Polícia Civil de Lisboa*, 1890; *Mapas estatísticos do ano de 1890 da Polícia Civil de Lisboa*, 1891; *Mapas estatísticos do ano de 1891 da Polícia Civil de Lisboa*, 1892; *Mapas estatísticos do ano de 1892 da Polícia Civil de Lisboa*, 1893. Para 1880 os dados foram publicados no jornal «O Século», de 3 de julho de 1881.

Gráfico 1. Detenções na cidade de Lisboa (1871-1913)

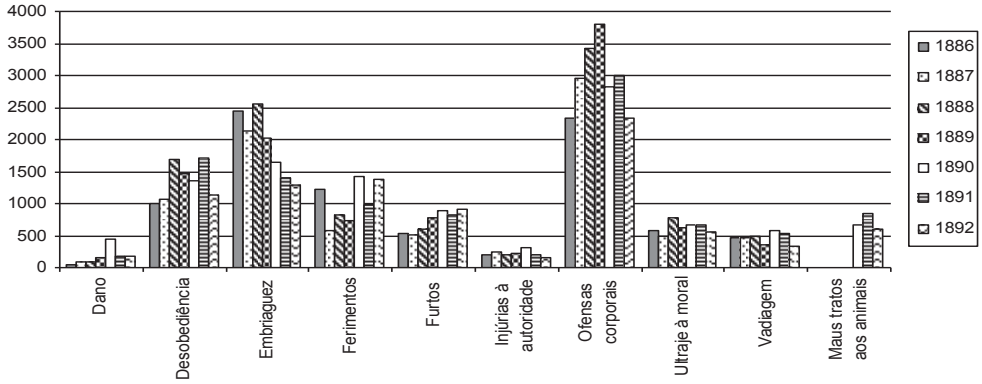


Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1887-1892 e 1912-1913

acima dos 60%, um acréscimo sem paralelo para o período observado. É visível um novo aumento entre 1887 e 1888, mas este situou-se na ordem dos 24%. Em 1892 o número de detenções aproximou-se de novo dos valores registados em 1886 e 1887. Pelo contrário, para o aumento registado entre 1880 e 1886 não haverá um retorno aos valores anteriores. São os anos de 1888 a 1891 que apresentam um número mais elevado de detenções.

Os mapas estatísticos que referem a dimensão do crime explicitam para alguns anos as ações que estiveram na base das detenções realizadas, permitindo compor um quadro sobre os crimes que de forma mais assídua foram detetados e perseguidos pelas autoridades policiais.

Gráfico 2. Crimes mais frequentes (1886-1892)



Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1887-1892

Em Lisboa predominava a prática do pequeno delito de forma avassaladora. Utilizando os dados apresentados nos relatórios da Polícia Civil de Lisboa, realizados para os anos de 1886 a 1892, podemos observar os crimes que apresentavam maior incidência em Lisboa, de acordo com as detenções efetuadas pelas autoridades policiais[13]. O tipo de delito mais frequente e que motivou o maior número de detenções foram as ofensas corporais. Tratava-se de pequenas agressões que integravam a tipologia dos atentados contra as pessoas, a categoria de crimes com maior incidência em Lisboa nos finais do século XIX. A sua frequente ocorrência mostra como o recurso sistemático a uma violência moderada no relacionamento interpessoal fazia parte do quotidiano dos habitantes de Lisboa, uma conflitualidade decorrente muitas vezes da própria sociabilidade popular. Tratava-se de uma violência moderada, mas ilegal e penalizada criminalmente, podendo os acusados pela prática deste crime sofrer uma condenação a pena de prisão entre 3 e 30 dias[14]. Tratava-se de uma violência sobretudo física, como o demonstra o elevado número de ofensas corporais que motivaram detenções. Só por si, o crime de ofensas corporais representa cerca de 35% do total de detenções efetuadas pelas autoridades policiais de Lisboa. O crime de ferimentos, que remete para um recurso a uma violência mais grave, que originava, ainda que temporariamente, danos físicos no agredido, tinha uma incidência muito menor (6,9% do total das detenções).

Na categoria dos crimes contra a ordem e a tranquilidade públicas, a segunda categoria de crimes com maior incidência em Lisboa, sobressaem os crimes de desobediência e injúrias à autoridade. São crimes conotados com a vontade disciplinadora dos poderes públicos, que tinha como alvo privilegiado as camadas populares e trabalhadoras da população lisboeta. A falta de reconhecimento da autoridade policial, o não acatamento das suas determinações e a contestação à sua ação estava na origem de uma importante percentagem das detenções efetuadas pela polícia. É também evidente que a primeira tarefa que o então recém-formado corpo da Polícia Civil de Lisboa procurava cumprir era ver confirmada junto da população a validade da sua ação e o reconhecimento do poder delegado de que estava investido.

Sobressai ainda a elevada ocorrência que delitos como a embriaguez e a vadiagem registaram em Lisboa. Principal destino nacional dos que, abandonando as zonas rurais se dirigiam para as cidades, muitas vezes a integração das populações neste novo espaço era difícil. Sem trabalho, ou vivendo de pequenos expedientes e trabalhos precários, muitos dos recém-chegados à cidade engrossaram o grupo dos

[13] Para dar leitura e definição ao gráfico apresentado são aqui apenas mencionados os dez crimes que originaram maior número de detenções no conjunto dos sete anos contemplados. São, contudo, muito variados e dispersos os tipos de crimes que estiveram na origem de um pequeno número de detenções.

[14] Art.º 359.º do *Código Penal de 1852*. Esta é a pena geral para as ofensas corporais que não produzam danos físicos de maior vulto no ofendido. Em outros casos, com danos físicos graves, geralmente o crime é classificado como ferimentos.

chamados «vadios», tidos na época como especialmente perigosos por se considerar que não acatavam a disciplina social que se procurava impor. Além de conotada com a indisciplina, a vadiagem era considerada como andando a par da embriaguez, confluindo ambas para uma vida de crime. A vadiagem e a embriaguez eram dois tipos de crime com fortíssima incidência em Lisboa, concentrando mais de 50% do total dos casos registados a nível nacional.

Outros delitos que com maior frequência estiveram na origem de detenções realizadas pelas autoridades policiais foram o ultraje à moral, muitos deles respeitando ao uso de vocabulário obsceno em público e em alta voz, à prática de atos de incivilidade e de insultos. Deste grupo de delitos faz parte o praticado por um trabalhador de 40 anos, detido por estar a urinar dentro das escadas de um prédio, tendo de seguida insultado o polícia que o deteve[15].

Nos atentados à propriedade sobressaem os crimes de furto e, em menor número, o dano. Excluindo a categoria dos crimes contra a religião, praticamente ausente na cidade de Lisboa, os crimes contra a propriedade são a categoria de crimes com menor incidência em Lisboa.

A tentativa de imposição dos ideais de disciplina, obediência e contenção é refletida pelos tipos de ações que surgem como tendo originado um maior número de detenções. A vontade de impor a obediência e a observância da autoridade pública, nomeadamente a autoridade policial, claramente pouco acatada, originava também um elevado número de detenções motivadas por desobediências e injúrias à autoridade que na sua avassaladora maioria respeitavam a contestações à ação da Polícia Civil de Lisboa.

A generalidade dos delitos com maior incidência remete para a vontade de disciplinar as classes trabalhadoras, procurando que estas adquirissem hábitos de disciplina e de trabalho, penalizando o seu não cumprimento. Remete igualmente para a vontade do Estado em formar cidadãos, cumpridores dos seus deveres e obrigações, espelho do ideal de cidadão que se procurava implantar: o indivíduo trabalhador e atento à família, respeitador das hierarquias, contido, circunspecto e reservado. Contudo, muitos destes comportamentos tidos como inadequados e definidos como crime não são percecionados como tal pelos grupos populares que habitavam a cidade, que consideravam, de acordo com os seus particulares códigos de comportamento e de valores, justificáveis certos comportamentos e ações que eram penalizadas pela lei. Numa caracterização geral, temos então em Lisboa o registo de uma incidência muito forte da prática de pequenos delitos e ilegalidades. Contudo, em termos percentuais, uma criminalidade mais gravosa, remetendo para a prática

[15] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 992, Cx. 1, n.º 51 (números provisórios). Processo de 1910.

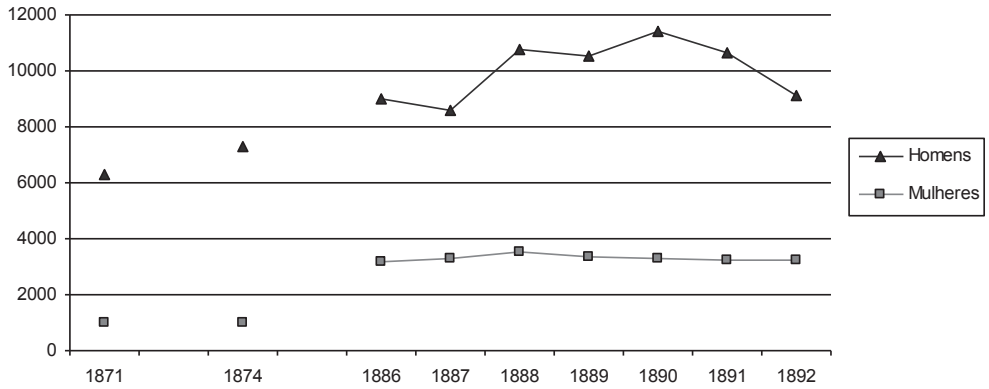
de crimes sujeitos a penas mais severas, tinha uma incidência maior nas zonas rurais, em particular no interior norte do país[16].

4. OS ATORES

Os dados estatísticos coligidos na época pela Polícia Civil de Lisboa permitem traçar um perfil geral dos elementos que com maior insistência estiveram implicados na prática de delitos. Foram sobretudos os homens jovens aqueles que com mais frequência foram delitos pelas autoridades policiais, acusados da prática de crime.

Era sobretudo entre os jovens e os jovens adultos, em particular entre os 16 e os 30 anos[17], que se registava o maior número de detenções, num registo que não evidencia alterações significativas durante todo o período que vai da década de 60 do século XIX ao final da Monarquia Constitucional.

Gráfico 3. Género dos detidos (1871-1892)



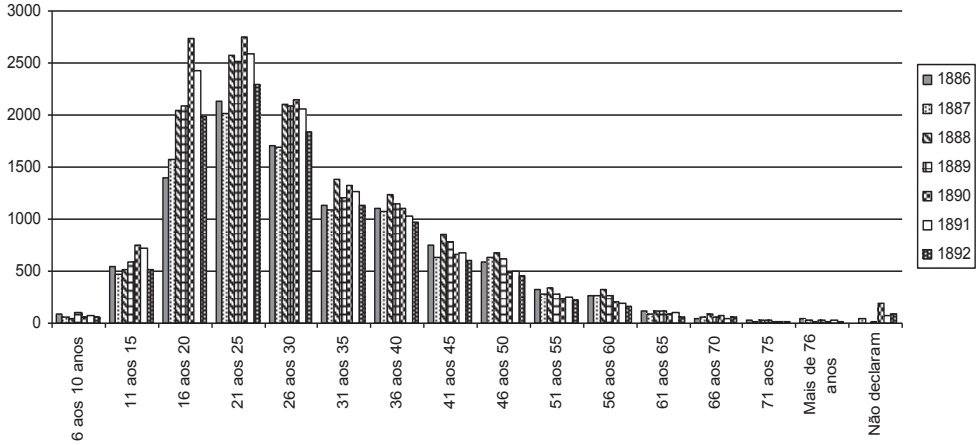
Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1886-1892

Contudo, o grupo dos muito jovens (dos 11 aos 15 anos) tem também representatividade assinalável. De facto, a participação crescente na criminalidade de crianças e jovens despertava na sociedade da época receios acrescidos sobre a extensão e grau da desagregação social que a prática do crime poderia significar. São inúmeras a referência a crimes praticados sobretudo por rapazes e, em muito menor número, também por raparigas, de idade muito baixa, verdadeiramente ainda crianças que não atingiram os 10 anos de idade.

[16] Na década de 90 do século XIX, a comarca de Macedo de Cavaleiros, na região de Trás-os-Montes, é apresentada como a que registou a maior taxa de homicídios. *Vd.* LOPES, 1897.

[17] *Mapas estatísticos do ano de 1886 da Polícia Civil de Lisboa,* 1887; *Mapas estatísticos do ano de 1887 da Polícia Civil de Lisboa*, 1888; *Mapas estatísticos do ano de 1888 da Polícia Civil de Lisboa*, 1889; *Mapas estatísticos do ano de 1889 da Polícia Civil de Lisboa, 1890; Mapas estatísticos do ano de 1890 da Polícia Civil de Lisboa*, 1891; *Mapas estatísticos do ano de 1891 da Polícia Civil de Lisboa*, 1892; *Mapas estatísticos do ano de 1892 da Polícia Civil de Lisboa*, 1893.

Gráfico 4. Idade dos presos (1886-1892)



Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1886-1892

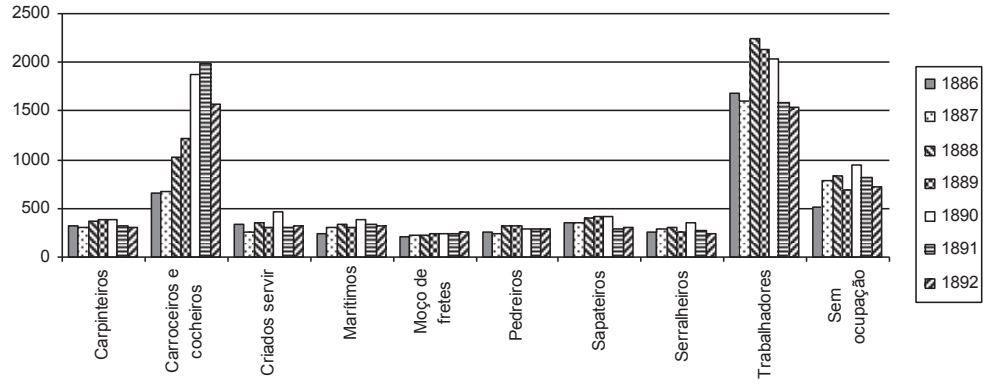
A participação no crime começava assim precocemente. Tratava-se geralmente de pequenos crimes, muitas vezes pequenos furtos, onde às crianças e aos jovens não é atribuído um tratamento diferenciado, considerando a sua idade, no relacionamento com a polícia ou com sistema de justiça criminal. Os exemplos apresentados de prática de crimes durante a infância e a juventude são inúmeros. Um jovem de 13 anos é acusado da prática de um furto de dinheiro que ele confessa. Antes, fora já preso duas vezes; a primeira com 9 anos, também por furto, e a segunda com 11 anos, pelo mesmo motivo. Apresenta numa situação para a época definida como de risco: os pais já morreram e diz ter uma irmã e uma tia, mas não sabe onde moram. Declara que desempenha a atividade de sota (boleeiro / cocheiro) de carroça e indica uma rua como local de residência, mas dizendo não saber o número da porta[18]. Dois rapazes de 13 anos são detidos pelo furto da vitrina de uma ourivesaria, sendo que ambos já sofreram prisões anteriores[19]. Outro rapaz também de 13 anos furta 2$000 a um homem[20], e um trio de rapazes com 12, 15 e 16 anos furtam o dinheiro a uma vendedora do mercado da Praça da Figueira[21]. Para a maioria destes jovens é apresentado o seu cadastro e, apesar da pouca idade que têm, muitos deles contam já com diversas detenções e algumas condenações. A importância da participação no crime dos jovens e crianças é também atestada pelas descrições dos cadastros de alguns detidos que são apensos aos processos-crime em que estes estão implicados.

[18] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 88 (números provisórios). Processo de 1902.
[19] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 46 (números provisórios). Processo de 1902.
[20] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 88 (números provisórios). Processo de 1902.
[21] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 435, Cx. 1, n.º 1 (números provisórios). Processo de 1905.

Na generalidade, estão repletos de detenções e as primeiras registam-se sempre em idades muito novas. Apenas um exemplo entre a imensidade dos que existem: Francisco Pinheiro é detido e acusado do furto de duas galinhas em 1910. Tem nesta altura 21 anos, é natural de Lisboa e a polícia apresenta-o como vadio. Embora ainda jovem, fora já detido várias vezes. No processo-crime em que está agora implicado referem-se algumas das suas anteriores detenções. Fora já preso como incorrigível em 1901, quando contava apenas 12 anos de idade. Até 1905 não consta no seu processo qualquer outra detenção, mas desde então, com 16 anos, até aos 21 anos, em apenas cinco anos, foi detido vinte e quatro vezes. As razões foram várias, desde o arremesso de pedras, a «contender com os transeuntes», ao jogo proibido, desordem, agressão, mas sobretudo por furto e suspeita de furto[22].

Quanto à naturalidade a maioria dos detidos nasceu fora de Lisboa, facto que se tornou marcante a partir do final da década de 80 do século XIX, quando a cidade mais cresce em população[23]. Entre os homens, as categorias ocupacionais ou profissões que mais vezes surgem mencionadas são as que constam do gráfico que se segue.

Gráfico 5. Profissões dos detidos (dez maiores categorias) (1886-1892)



Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1887-1892

Os dados respeitam apenas às dez categorias ocupacionais que mais vezes surgem mencionadas, sendo muito clara a supremacia de duas delas: a dos trabalhadores e a dos carroceiros e cocheiros. Uma primeira observação, muito evidente, é que as ocupações referidas remetem na sua totalidade para o mundo do trabalho popular, maioritariamente para um trabalho não especializado, sem um saber fazer profissional

[22] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 14, Cx. 2, n.º 90 (números provisórios). Processo de 1910.
[23] *Mapas estatísticos do ano de 1886 da Polícia Civil de Lisboa*, 1887; *Mapas estatísticos do ano de 1887 da Polícia Civil de Lisboa*, 1888; *Mapas estatísticos do ano de 1888 da Polícia Civil de Lisboa*, 1889; *Mapas estatísticos do ano de 1889 da Polícia Civil de Lisboa*, 1890; *Mapas estatísticos do ano de 1890 da Polícia Civil de Lisboa*, 1891; *Mapas estatísticos do ano de 1891 da Polícia Civil de Lisboa*, 1892; *Mapas estatísticos do ano de 1892 da Polícia Civil de Lisboa*, 1893.

específico, pois é essencialmente a esse tipo de mão de obra que se refere a categoria «trabalhadores». É uma categoria muito vaga, mas que se destina sobretudo a referir um vasto conjunto de trabalhos não especializados, geralmente desempenhados de forma precária e ocasional por parte de um considerável número de elementos das camadas populares urbanas, que lutavam permanentemente com fortes dificuldades em garantir a sua sobrevivência. Excecionalmente forte e significativa é a incidência de detidos entre os que desempenham a profissão de «cocheiro ou carroceiro». Embora nos primeiros anos aqui referidos o número de detidos com esta profissão fosse bastante inferior ao dos «trabalhadores», regista-se um aumento permanente do número de detidos fazendo com que, em 1891, fosse já esta a categoria ocupacional que apresentava o maior número absoluto de detidos e, em 1892, apresentasse valores semelhantes aos da categoria dos «trabalhadores».

Estes dados suscitaram na época reflexões atentas. É o caso do médico Roberto Frias que, juntamente com outros médicos, em particular os psiquiatras, procurou identificar as várias profissões ou ocupações que comportariam um maior risco de enveredar pela prática do crime. Entre elas refere os cocheiros e carroceiros, relacionando este facto com o maior consumo de álcool que existiria no interior deste grupo ocupacional[24]. Contudo, a observação dos processos-crime da época mostra que o elevado número de detenções efetuadas no interior deste grupo se deve essencialmente a questões relacionadas com o desempenho da profissão, com o trânsito de veículos dentro da cidade e as muitas desobediências à autoridade praticadas nesse âmbito. Por vezes, concluía-se que a ilegalidade praticada relativamente à circulação de veículos dentro da cidade se devia ao estado de embriaguez do condutor, ou pelo menos esta era uma estratégia muito utilizada pelos infratores para conseguirem encontrar atenuantes para o delito praticado. De facto, embora penalizada, a embriaguez era também considerada como uma atenuante da prática do crime, por retirar, ainda que momentaneamente, o discernimento necessário ao indivíduo[25]. Além disso, alguns dos crimes e contravenções determinadas para a altura remetiam em grande medida a sua prática para o grupo dos cocheiros e carroceiros, como era o caso dos «maus-tratos a animais», «circular a mais do que o trote regular», entre outros. Por último, encontramos cocheiros e carroceiros envolvidos em diversos atos de ofensas corporais e de ofensas à moral pública, muitas das vezes resultado de quezílias decorrentes da tarefa que desempenhavam ou mesmo de conflitos entre colegas da mesma profissão. Contudo, o problema do trânsito de veículos na cidade colocava-se então de forma intensa e era sobretudo devido a esse facto que este grupo ocupacional granjeava semelhante proeminência entre os detidos em Lisboa.

[24] FRIAS, 1880.
[25] Ver, por exemplo, *Código Penal aprovado por Decreto de 10 de Dezembro de 1852*, 1867: art.º14.º, 23.º n.º 4.

Para ilustrar as mil e uma formas que cocheiros e carroceiros acabavam por ser detidos devido a questões relacionadas com o trânsito os exemplos são imensos. Um cocheiro de 42 anos foi detido na Praça de Camões depois de entrar em disputa com os outros cocheiros dessa praça e de não ter obedecido à ordem policial de se retirar dela[26]. Outro que também não obedeceu à ordem policial de retirar do local em que se encontrava estacionado perturbando o tráfego foi também ele preso[27]; ainda outro cocheiro que se recusou retirar a carroça do local em que a tinha estacionado, um espaço destinado a cargas e descargas que ele não estava a efetuar, foi também detido pelo polícia[28]. Temos ainda o caso de um condutor que colocou a carroça que conduzia de forma a impedir o trânsito a um carro elétrico da Companhia Carris de Ferro de Lisboa, insultando ao mesmo tempo, com palavras obscenas, os passageiros do referido elétrico, resistindo seguidamente à prisão[29].

As questões relativas ao trânsito de veículos davam também origem a episódios de ofensas corporais, como é o caso de um carroceiro de 19 anos, que agrediu o seu «abegão» (geralmente encarregue da manutenção do carro) por este o ter chamado à atenção, dizendo que não podia subir a íngreme Rua do Alecrim «sem dianteira por o peso ser superior à força do animal». Depois de agredir o abegão a murros, pontapés e insultando-o, o rapaz resistiu à detenção, mas acabou por ser capturado na Rua Garrett. Embora a vítima não apresentasse marcas da agressão, o carroceiro foi condenado a 60 dias de prisão[30]. Também outro carroceiro foi acusado da prática do crime de ofensas corporais, por ter entalado com a roda da carroça que conduzia uma criança de 4 anos, que ficou ferida na cabeça e numa perna[31]. Um último caso também ilustrativo em como o crime de ofensas corporais acabava por ser extremamente abrangente no tipo de ações que como tal eram classificadas: um cocheiro conduzia o seu carro, no que é referido como um evidente estado de embriaguez, pela Rua de S. Bento, considerando-se que colocava em perigo a segurança dos transeuntes. Recusou-se a acompanhar o guarda que o interpelou e que recorreu ao auxílio de outros dois guardas para deter o infrator que, contudo, refere-se no processo-crime referente a esta ocorrência, ainda conseguiu agredir o polícia com o chicote e alguns pontapés[32]. Situações de violência e agressão motivadas por ocorrências de trânsito eram claramente frequentes nas ruas da cidade. De salientar ainda que a quase tota-

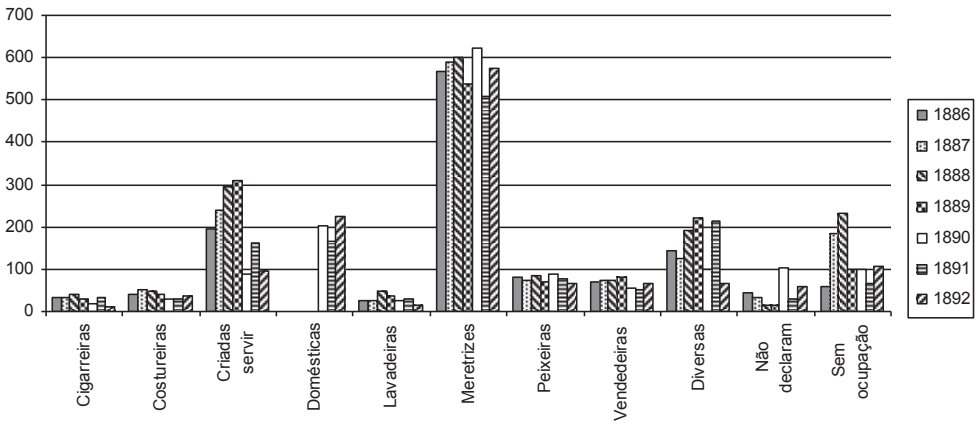
[26] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 987, Cx. 1, n.º 6 (números provisórios). O processo é de 1898. O réu acabou por ser absolvido.
[27] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 77 (números provisórios). Processo de 1902.
[28] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 92 (números provisórios). Processo de 1902.
[29] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 62 (números provisórios). Processo de 1902.
[30] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 733, Cx. 2, n.º 37 (números provisórios). Processo de 1902. O abegão é o encarregado da abegoaria onde são guardados os animais. O carroceiro é aqui apresentado como sendo seu subordinado.
[31] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 58 (números provisórios). Processo de 1902.
[32] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 14, Cx. 2, n.º 99 (números provisórios). Processo de 1910.

lidade dos cocheiros e carroceiros que surgem como arguidos nos processos-crime consultados apresentam já várias detenções anteriores, reforçando a explicação do facto de este grupo ocupacional surgir com um número de detenções tão elevado, em particular entre 1886 e 1892.

Num nível intermédio surge a categoria dos detidos que são classificados como não possuindo qualquer ocupação. Contudo, esta era uma situação excecional. Na altura, dizer-se que se tinha uma profissão não significava que se fazia um exercício efetivo da mesma. Nesse sentido, a quase totalidade de réus acusados de vadiagem nos vários processos-crime consultados, por definição pessoas sem modo de se sustentarem, afirmavam desenvolverem uma ocupação, ainda que um ou outro reconheça seguidamente que estavam sem trabalhar havia algum tempo. Num nível inferior, aparecem os criados de servir, os marítimos e um conjunto de atividades ocupacionais relacionadas com o mundo da industrial artesanal da cidade de Lisboa.

Entre as mulheres a ocupação com maior representatividade é a das meretrizes, seguida num patamar bastante inferior pelas criadas de servir e pelas domésticas. A categoria de diversas, bem como das que foram dadas como não exercendo qualquer atividade têm também uma representatividade assinável.

Gráfico 6. Profissões das detidas (1886-1892)



Fonte: *Mapas Estatísticos* para os anos de 1886-1892

Os elementos identificadores dos detidos e o perfil social do que se pode traçar a partir desses dados estão na base da construção social da imagem dos atores do crime que se divulga na época e que chegou até nós. São os indivíduos e grupos que se encontram na base da hierarquia social; é deles que se suspeita e espera que surja

a violação da lei, que provenha a prática do crime. Desta forma é também sobre eles que recai de forma privilegiada a ação dos mecanismos de controlo social, em particular a vigilância da polícia. As incipientes técnicas de investigação criminal impedem outros procedimentos que exigiriam conhecimentos e técnicas mais complexas para poderem ser investigadas.

5. OS PROTAGONISTAS

Território com grande incidência da prática do crime, fortemente vigiado comparativamente com o resto do país, em Lisboa domina uma criminalidade caracterizada pelo predomínio da ocorrência de pequenos delitos e ilegalismos. Como tal, no período final da monarquia constitucional, são sobretudo autores de pequenos delitos que integram a «Galeria de Criminosos Célebres», periódico publicado em Lisboa desde 1896 com o objetivo afirmado de fazer uma história descritiva da criminologia contemporânea com base científica[33]. São também eles que enchem as páginas dos jornais de maior divulgação, em particular do «Diário de Notícias», jornal que ardinas apregoavam e vendiam pelas ruas de Lisboa desde 1864.

À prática de crimes de menor gravidade correspondiam penalidades que muitas vezes não ultrapassavam a detenção por algumas semanas, por vezes mesmo por alguns dias. O regresso à vida em sociedade, porém, significava quase sempre o retomar da prática de ilegalismos e pequenos delitos como estratégia de sobrevivência, ao qual se seguia quase invariavelmente um novo período de detenção. Assim, socialmente perpassa a perceção de que sobretudo a cidade de Lisboa seria habitada por um amplo conjunto de pessoas que faziam da prática do crime um modo de vida, significando um perigo para a segurança geral, não tanto pela gravidade dos atos praticados, mas pela persistência em manter uma conduta de vida onde se fazia um permanente recurso à prática de crimes. A observação dos percursos de vida de alguns destes elementos permite observar traços característicos das classes populares que habitavam na cidade capital do país. São de facto estes os verdadeiros protagonistas do crime em Lisboa no período final da Monarquia Constitucional.

É o caso de Luiz de S. Pedro, também conhecido por Luiz Pedro ou Luiz dos Santos, que em 1908 tem um lugar destacado na já referida «Galeria de Criminosos Célebres»[34]. Luiz Pedro nasceu no Fundão, na atual Beira Baixa, em 1885, filho de José Pires e de Felizarda Preta. Aos 11 anos veio para Lisboa, onde residiu na Calçada de Sant'Ana, dedicando-se a várias atividades que não exigiam qualificação, entre as quais a de sota (ajudante de boleeiro ou cocheiro) e a de vendilhão (vendedor ambulante). Após a sua chegada a Lisboa, em 1896, é detido pela primeira vez

[33] «Galeria de Criminosos Célebres em Portugal», 1896-1908.
[34] «Galeria de Criminosos Célebres em Portugal», 1908: VII, 132-135.

por arremesso de pedras, o que lhe valeu 11 dias de prisão. Desde então e até 1908 é preso outras quarenta vezes, todas elas pela prática de pequenos delitos, maioritariamente por furto e vadiagem, mas também por arremesso de pedras, ofensas corporais e uma vez por mandado do juiz que o considerou um elemento suspeito e perigoso. Entre 1896 e 1908, por 28 vezes cumpriu pena de prisão, num total de 720 dias, e de degredo em África por 305 dias. Nas restantes detenções foi colocado em liberdade após ter apresentado termo de fiança ou abonação. É apresentado como um perigoso criminoso, não pela gravidade dos crimes praticados, mas porque a sua trajetória de vida apresenta uma permanente reincidência na prática de delitos, persistência em comportamentos ilegais que colocavam em causa a ordem, a segurança e a tranquilidade pública.

Antónia da Conceição teria também lugar numa «Galeria de Criminosos Célebres». Foi detida em 1910 por ter agredido com um banco um marinheiro inglês nas escadas do seu prédio. A identificação do local de nascimento é imprecisa. Afirma-se que pode ser natural de Luanda, sendo, contudo, possível que tenha nascido em Lisboa, o que atesta da dificuldade e imprecisão com que então eram recolhidos os elementos de identificação. Tinha 32 anos em 1910, afirmava-se meretriz e contava no seu registo criminal com mais de 100 detenções. Fora detida pela primeira vez em 1895, quando tinha 17 anos. Desde então e até 1910, mais de uma centena de prisões sofridas ficaram a dever-se às mais diversas razões, todas elas referentes a pequenos delitos. Foi várias vezes detida por desordem, furto, vadiagem, embriaguez, agressão à polícia, ultraje à moral, entre muitas outras. Em 1910 foi julgada e condenada por ofensas corporais e por vadiagem, pois embora afirmasse que ganhava a vida como meretriz, o juiz, de acordo com anteriores indicações da polícia, definiu-a como «vadia», considerando que não tinha «domicílio certo em que habite nem exerça ofício profissão por donde ganhe os meios de subsistência pelo trabalho». Foi condenada a 60 dias de prisão e a 10$000 réis de multa. Considerada vadia, foi, de acordo com a legislação, colocada à disposição do Governo para que se lhe desse trabalho[35].

António dos Santos é detido pela Polícia Civil de Lisboa, de S. Jorge de Arroios, no dia 28 de maio de 1902, por ter agredido com uma «bofetada» outro homem, um morador na Calçada do Poço dos Mouros que teve de receber assistência no Hospital de D. Estefânia. Os dados sobre a identificação do agressor são breves, mas vão ao encontro daquele que é o perfil social mais comum dos sujeitos implicados na prática de crimes: é homem e é jovem, tem 19 anos, é natural da comarca de Arganil, na Beira, zona de proveniência de muitos dos recém-chegados a Lisboa, é filho legítimo e identifica o seu pai e a sua mãe. Em Lisboa, mora nas Terras de Sant'Anna,

[35] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, n.º de transferência 14, Cx. 1, n.º 20 (números provisórios).

no Campo de Santana, é solteiro e refere que exerce a atividade de peixeiro. Nunca esteve preso e confessa ser verdadeira a acusação, demonstrando, contudo, considerar aceitável a atitude tomada perante a «afronta» de que fora alvo. Uma das duas testemunhas arroladas no processo, o taberneiro, proprietário do estabelecimento à porta do qual se deu a agressão, refere que a vítima, ao entrar na taberna, tropeçou por acaso no cesto de peixe que o agressor colocara no chão. Foi de imediato agredido, ficando com ferimentos que se estimou demorarem dez dias a sarar mas, contudo, sem impedimento qualquer para continuar a trabalhar, de acordo com a perícia feita à vítima. Se António Santos é um exemplo representativo do perfil social e da caracterização geral apresentado pela maioria dos que são detidos, acusados da prática de crimes, o desenvolvimento do seu processo também o é. O agressor é libertado e, embora se trate de um processo correcional, demorará algum tempo até ser marcado o julgamento. Citado para comparecer em tribunal correcional em sessão marcada para 2 de outubro, mais de quatro meses após a ocorrência criminal, o réu não é encontrado na morada que tinha indicado. O destino do processo é aguardar até ser conhecido o paradeiro do réu[36].

Este é um processo muito breve, mas a caracterização que permite traçar do agressor é elucidativa sobre o perfil social apresentado por grande parte dos suspeitos, acusados e condenados pela prática do crime. Também o desenlace do processo é igual a muitos outros processos: a incapacidade de encontrar o réu, agravada pela inexistência de laços de pertença do réu ao local e às pessoas que aí vivem, leva a que o processo fique a aguardar até, por fim, ser arquivado.

Alguns dos detidos pela prática de pequenos delitos encontraram um protagonismo invulgar. Foi o caso do «José da Carolina», considerado um «criminoso» perigoso a atuar na cidade de Lisboa durante a última década do século XIX e a primeira do século XX. Este apresenta o trajeto típico dos muitos que são classificados como grandes criminosos. O seu percurso é possível de ser reconstituído a partir do cruzamento de informações recolhidas em várias fontes consultadas. Começou cedo no crime, entre os 13 e os 16 anos[37], sendo detido pelas mais diversas razões por mais de vinte vezes entre 1894 e 1902. Neste último ano encontrou-se implicado em vários processos-crime, sendo o principal, ao qual os restantes são apensos, por furto de fazendas de seda de um armazém da Rua do Ouro. Tem nesta altura 24 anos, é solteiro e afirma ser oficial de sapateiro. Embora solteiro, junto a ele, e apresentada como sua cúmplice, está Rita Máxima de Oliveira, tem 23 anos, é natural

[36] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, n.º de transferência 1958, Cx. 2, n.º 50 (números provisórios).

[37] No jornal «Correio da Manhã», de 28 de março de 1895, refere-se que foram capturados em Lisboa os autores de um furto, todos rapazes muito jovens, entre os quais estava o «José da Carolina», referindo-se que contava então com 13 anos de idade. Contudo, no cadastro apenso aos processos-crime em que está implicado, diz-se que a sua primeira detenção se deu em 1894, tendo então 16 anos. ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 733, Cx. 2, n.º 30 (números provisórios). Processo de 1902.

de Arganil e identificada como tendo já exercido a profissão de meretriz. Ambos vivem «amancebados» tendo ela retirado o seu nome do registo das matriculadas. Tal como vivem também «amancebados», dois dos outros participantes no furto de fazendas, ele Francisco Ferreira de Almeida, conhecido pelo «Campo de Sant'Anna», de 24 anos e de profissão marceneiro, ela Carolina Sobrinho Rei, natural da Galiza, de 30 anos, que é dada como doméstica[38]. «José da Carolina» e Rita Oliveira formam o par criminoso ideal, segundo as definições de Cesare Lombroso que desfrutam na época de uma considerável aceitação, onde ao lado de um criminoso está sempre uma prostituta[39].

Em Portugal, como por toda a Europa, a criminalidade respeita essencialmente aos grupos populares e em especial aos sectores mais pobres da população[40]. Contudo, esporadicamente, surgem membros dos estratos médios e altos da sociedade implicados em crimes. São factos algo episódicos, mas que em geral recebem uma grande divulgação por parte da imprensa. Os exemplos cobrem um vasto conjunto de crimes. Um caso muito divulgado foi o fogo posto a um prédio na Rua da Madalena, em Lisboa, a 10 de abril de 1907. Um grande comerciante espanhol instalara nesse prédio o seu armazém de sedas e rendas. Fez um seguro, mas após a vistoria, foi-lhe declarado que o seguro seria anulado no mês de maio, pois tinha declarado mais do que realmente possuía. O incêndio teve lugar quando o comerciante e a sua família estavam fora, originando a morte a 15 pessoas (duas por saltarem das janelas). O facto apurado foi que, instigado por outro grande comerciante espanhol, resolvera incendiar o armazém de modo a receber o dinheiro do seguro antes de baixar o valor do prémio. Para concretizar esta ação, contudo, solicitou a participação de um «operacional» que ateou o fogo ao prédio. Foram presos e julgados, com muitas referências na imprensa, incluindo a publicação de fotos do julgamento[41].

O facto de se referirem a elementos de um estrato social geralmente pouco implicado na prática do crime dava mais notoriedade aos casos que, contudo, não deixaram de ser esporádicos, considerando o número de delitos registados. Alguns, porque especialmente violentos e graves, tiveram enorme divulgação, aproveitando-se a ocasião para tecer reflexões sobre a justiça penal. Casos como os homicídios

[38] ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 733, Cx. 2, n.º 30 (números provisórios) e N.º de transferência 985, Cx. 1, n.º 4 (números provisórios). Ambos os processos datam de 1902. Ao primeiro estão apensos outros dez processos, datados de 1900 a 1902, em que o réu «José da Carolina» se encontra também implicado. «José da Carolina» é também referido na «Galeria de Criminosos Célebres em Portugal», 1900: IV, 216-220.

[39] LOMBROSO, 1876.

[40] O facto de se tratar realmente de pessoas pobres é confirmado pela circunstância de a maioria dos condenados nos processos-crime consultados serem dispensados do pagamento das custas por apresentarem atestado de pobreza que, na altura, era obtido junto do pároco da zona de residência.

[41] Existem referências na generalidade da imprensa da época e em publicações dedicadas à abordagem específica da criminalidade como a «Galeria de Criminosos Célebres em Portugal», 1908: VII, 5-25.

cometidos por Urbino de Freitas, um médico portuense, que assassinou por envenenamento alguns membros da família e que após um período de prisão celular na Penitenciária de Lisboa acabaria por ser transportado para África, ou o crime cometido por Vieira de Castro que estrangulou a mulher em 1870 e se entregou à polícia, entre vários outros, preencheram jornais e outras publicações. Mas aqui os criminosos têm um nome, uma história, uma motivação, um crime em particular, de extrema gravidade, que foi cometido. São elementos pontualmente «desencaminhados» que não são tidos como permanentes e verdadeiras ameaças à vida social geral. Do outro lado, considera-se que existe uma crescente massa anónima, de permanentes atentadores à segurança, ordem e tranquilidade gerais, indisciplinados e resistentes ao trabalho, que habitam na cidade e que fazem do crime um modo de vida, por vezes vangloriando-se dos delitos perpetrados.

6. CONCLUSÃO

Considerando os dados sobre o crime e os detidos pela sua prática em Lisboa nas últimas décadas da Monarquia Constitucional, é clara a erosão das fronteiras que separam o mundo do crime do mundo do trabalho, sobretudo a partir da década de 80 do século XIX. As condições de vida de parte considerável da população trabalhadora para tal compeliam. A constatação da existência de um conjunto de elementos com trajetórias sociais marcadas pela prática precoce de delitos e pela continuada reincidência no crime, comprovável pelo grande número de detenções e de condenações sofridas, suscitou a criação da ideia da existência de uma «classe criminosa», que seria composta por elementos antissociais, de carácter indisciplinado e incorrigível, que permanentemente enveredariam pela prática do crime.

Por outro lado, a participação crescente na criminalidade de crianças e jovens despertou receios acrescidos sobre a extensão e grau de desagregação social que a prática do crime poderia significar para a sociedade da época.

A resposta caracterizou-se pelo reforço dos meios de repressão e da vigilância policial, em particular nos maiores espaços urbanos, no sentido de permitir a afirmação de cidades modernas e seguras. Mas a resposta passou também pela criação e reforço de mecanismos de proteção social que permitissem implementar medidas de combate à miséria e, de igual modo, entendia-se, ao crime. Em 1886, o juiz Lino de Machado, em artigo publicado no jornal «O Século», afirma que considerava a criminalidade como um facto puramente social, nomeadamente a «criminalidade profissional», pois é a sociedade que cultiva e propaga o «criminoso de profissão». Determina igualmente a proveniência desses «criminosos profissionais». Seriam elementos provenientes das «classes inferiores», que apresentavam caracteres e instintos brutais e violentos, uma ausência de sensibilidade e, em geral, «todos os indícios de uma natureza inculta. Eles pertencem às classes deserdadas, sofrem todas as conse-

quências da miséria, o alcoolismo e a anemia física e intelectual e as mais profundas perturbações sociais»[42]. A necessidade de alterar as condições de vida e de trabalho das classes populares e trabalhadoras de Lisboa foi consequentemente afirmada, significando igualmente uma forma de procurar atenuar o problema da criminalidade que que se considerava que assolava a cidade.

FONTES

Fontes manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 733, Cx. 2, n.º 37 (números provisórios). Processo de 1902.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 992, Cx. 1, n.º 51 (números provisórios). Processo de 1910.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 88 (números provisórios). Processo de 1902.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 92 (números provisórios). Processo de 1902.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 58 (números provisórios). Processo de 1902.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 1958, Cx. 2, n.º 62 (números provisórios). Processo de 1902.

ANTT. *Fundo Crime Antigo de Lisboa*, N.º de Transferência 14, Cx. 2, n.º 99 (números provisórios). Processo de 1910.

Fontes impressas

ANUÁRIO Estatístico de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877-1914.

«Boletim do Ministério dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça». Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1867.

CENSO da População do Reino de Portugal no 1.º de dezembro de 1890. Lisboa: Imprensa Nacional, 1896.

CENSO no 1.º de janeiro de 1864. Lisboa: Imprensa Nacional, 1868.

CENSOS de 1878. Lisboa: Tipografia Universal, 1879.

CÓDIGO Penal Aprovado por Decreto de 10 de dezembro de 1852. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.

CÓDIGO Penal Português. Decreto de 16 de setembro de 1886. 7.ª ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1919.

«Correio da Manhã». (28 mar. 1895).

FRIAS, Roberto (1880). *O Crime. Apontamentos para a sistematização da criminalidade*. Porto: Tip. de Alexandre da Fonseca Vasconcelos.

«Galeria de Criminosos Célebres em Portugal: História da Criminologia Contemporânea». Lisboa: Tipografia Palhares, 1896-1908.

LOMBROSO, Cesare (1876). *L'Uomo delinquente*. Milano: Hoepli.

[42] «O Século», 27 jul. 1886: 2. O artigo intitula-se *Criminalidade e repressão*. O autor esclarece, na tradição que caracteriza as considerações feitas por juristas sobre o crime e o criminoso, geralmente em permanente contraponto com as reflexões realizadas pela antropologia criminal, que uma bem direcionada política penal deveria ter em conta o meio social, familiar e psicológico do criminoso e não se cingir a uma abordagem descontextualizada destes elementos, como geralmente o faz a antropologia criminal.

LOPES, Alfredo Luís (1897). *Estudo Estatístico da Criminalidade em Portugal nos anos de 1891 a 1895*. Lisboa: Imprensa Nacional.
Mapas estatísticos de alguns ramos de serviço a cargo do corpo de Polícia Civil de Lisboa durante o ano de 1871. Lisboa: Imprensa Nacional, 1872.
Mapas estatísticos de alguns ramos de serviço a cargo do corpo de Polícia Civil de Lisboa durante o ano de 1874. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875.
Mapas estatísticos do ano de 1886 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1887.
Mapas estatísticos do ano de 1887 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1888.
Mapas estatísticos do ano de 1888 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889.
Mapas estatísticos do ano de 1889 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890.
Mapas estatísticos do ano de 1890 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
Mapas estatísticos do ano de 1891 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1892.
Mapas estatísticos do ano de 1892 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1893.
Mapas estatísticos dos anos de 1912-1913 da Polícia Civil de Lisboa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1913-1914.
REGULAMENTO para os Corpos de Polícia Civil de Lisboa e Porto: Criados pela Lei de 2 de julho de 1867. Lisboa: Imprensa Nacional, 1867.
REGULAMENTO dos Corpos de Polícia Civil aprovados por Decreto de 21 de dezembro de 1876. Lisboa: Imprensa Nacional, 1877.
REGULAMENTO da Polícia Civil e Judiciária de Lisboa aprovado por decreto de 12 de abril de 1894. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.
«O Século». (3 jul. 1881).
«O Século». (27 jul. 1886).

BIBLIOGRAFIA

CHEVALIER, Louis (1984). *Classes laborieuses et classes dangereuses à Paris, pendant la première moitié du XIX*e *siècle*. Paris: Hachette – Pluriel.
CHURCHILL, David (2018). *Crime Control and Everyday Life in the Victorian City*. Oxford: Oxford University Press.
EMSLEY, Clive (1996). *Crime and society in England: 1750-1900*. 2nd ed. London; New York: Longman.
EMSLEY, Clive (2007). *Crime, police & penal policy: European experiences, 1750-1940.* Oxford: Oxford University Press.
EMSLEY, Clive; JOHNSON, Eric; SPIRENBURG, Pieter, *ed.* (2004). *Social Control in Europe: 1800-2000*. Ohio: The Ohio State University.
GARLAND, David (2001). *The Culture of Control: Crime and Social Order in Contemporary Society*. New York: Oxford University Press.
GONÇALVES, Gonçalo Rocha (2014). *Police reform ant the transnational circulation of police models: the Portuguese case in the 1860s*. «Crime, Histoire et Societés = Crime, History and Societies». 18:1, 5-29.
JOHNSON, Eric (1995). *Urbanization and crime: Germany 1871-1914*. Cambridge: CUP.
KNEPPER, Paul (2016). *Writing the History of Crime*. London: Bloomsbury.
MORRIS, Robert (2001). «*Lies, damned lies and criminal statistics*»: *reinterpreting the criminal statistics in England and Wales*. «Crime, Histoire et Sociétés = Crime, History and Societies». 5:1, 111-128.
PINHEIRO, Magda (2011). *Biografia de Lisboa*. Lisboa: Esfera dos Livros.
SILVA, Álvaro Ferreira da (1997). *A Evolução da rede urbana portuguesa (1801-1940)*. «Análise Social». 143-144, 779-814.
TAYLOR, David (1998). *Crime, policing and punishment in England, 1750-1914*. London: Macmillan.
VAZ, Maria João (1998). *Crime e Sociedade: Portugal na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Celta.
VAZ, Maria João (2014). *O Crime em Lisboa: 1850-1910*. Lisboa: Tinta-da-China.

OS CIDADÃOS-SOLDADOS NO VINTISMO (1820-1823)*

ARNALDO DA SILVA PATA**

1. O CONCEITO DE CIDADÃO-SOLDADO

As revoluções liberais trouxeram para o palco social e político um novo corpo militar formado por cidadãos armados para defesa do novo regime. Estas novas forças militares não eram pagas e ficavam, geralmente, dependentes de autoridades civis. Estas novas milícias eram denominadas «nacionais» para reforçar a ideia de que eram uma força de defesa da nação formada por cidadãos. Em França, no início da Revolução, o nome adotado foi o de Guarda Nacional. Vestida de azul e vermelho, com as suas calças brancas, era tricolor como a bandeira nacional e opunha o seu próprio uniforme ao dos soldados reais[1].

Em Espanha, no período de vigência da Constituição de 1812, o epíteto escolhido foi o de Milícia Nacional, denominação que se manteve no triénio liberal de 1820-23. A partir de 1834, aquela força chamar-se-á Milícia Urbana pois pretendia-se a formação de um corpo militar formado pela classe média das cidades. Depois da subida ao poder dos *Progressistas* em 1836, estes assumiram a rutura com a organização da Milícia Urbana e denominaram-na — seguindo o exemplo francês — de Guarda Nacional. Com a restauração da Constituição de Cádis em agosto de 1836, voltou-se ao termo Milícia Nacional[2].

Em Portugal, depois do pronunciamento militar de 1820, que deu origem ao período *vintista*, o projeto da Constituição de 1822, no seu capítulo correspondente à força pública, falava em «milícias nacionais». No entanto, durante o vintismo, este nome foi substituído pela denominação francesa «Guarda Nacional». Na segunda experiência liberal (1826-28), o termo escolhido, no projeto pensado por alguns liberais, e nunca posto em prática, foi o de «corpos de segurança pública», afastando-se assim a semântica revolucionária do triénio liberal. Depois do triunfo definitivo das ideias liberais, voltou-se à denominação Guarda Nacional, que na época melhor respondia aos ideais de cidadão-soldado tal como tinham sido postos em prática nas barricadas francesas de 1830.

---

* Este ensaio é uma adaptação de um capítulo da minha tese de Mestrado (ver PATA, 2004).

** Mestre em História Contemporânea (FCSH/UNL)/Professor do Ensino Secundário. Email: arnaldopata@gmail.com. Arnaldo da Silva Pata (Prémio 2001).

[1] Ver DUPUY, 1972.

[2] Ver MARTI, 1986.

O conceito de cidadão-soldado, que está por detrás da criação das forças militares que temos vindo a aludir, deriva, segundo Cepeda Gomez, não só das ideias revolucionárias francesas[3], mas também das conceções político-filosóficas da Inglaterra do final do século XVII. Divulgara-se, na altura, toda uma teoria da superioridade do poder civil sobre o militar, sendo o soldado visto como um qualquer cidadão[4].

Em Espanha este ideal foi formulado nas Cortes de Cádis em 1812: o exército devia ser «una porción de ciudadanos armados destinados a proteger y defender las clases pacíficas y produtoras del Estado»[5].

Se o soldado era um cidadão o contrário também não era menos verdade[6]. Assim, cidadão é a designação do indivíduo política e socialmente integrado na nação. Dois dos seus principais deveres são a defesa da nação e a defesa da segurança pública. Se todo o cidadão tem o dever de proteger a pátria, tem também o direito de o fazer, exercitando a sua condição de soldado da nova nação liberal.

Para os deputados gaditanos, a milícia nacional, ou seja, os cidadãos armados para defesa do liberalismo, seria uma força de verdadeiros soldados, eficaz na manutenção da ordem interior. Estando esta assegurada, a milícia seria também utilizada contra os ataques do exército absolutista vindo do exterior. Vencia, assim, a tese de que a nação em armas seria invencível[7].

Em Portugal, as teorias que temos vindo a enunciar tiveram eco antes da Revolução de 1820, nas palavras de Gomes Freire de Andrade, que considerava que Portugal devia ter um exército de cidadãos ao serviço da nação «que armados para defender a Pátria, sejam tão temíveis na guerra aos seus inimigos, como na paz úteis ao Estado pela sua indústria»[8].

Nas Cortes Constituintes de 1821, aquando da discussão sobre a força militar, formulou-se o ideal do cidadão-soldado, tal como vinha a ser preconizado na Europa desde os finais do século XVIII. Nas palavras de alguns deputados podemos ver sintetizado esse ideal: «um militar é um cidadão, o mesmo que qualquer outro; é composto dos mesmos elementos cívicos […]. Não há separação, nem deve havê-la entre cidadão e soldado: os cidadãos, quando a necessidade pública o exija, são soldados,

[3] Segundo Diderot «não será o soldado-cidadão melhor defensor da pátria em comparação com o mercenário ou o soldado dos déspotas? Não deve cada cidadão ser soldado e cada soldado cidadão?»; BERTAUD, 1997: 73; VOVELLE, *coord.*, 1997.

[4] GOMEZ, 1990: 142-144.

[5] Conde de Tereno, citado em GOMEZ, 1990: 137.

[6] Sobre o conceito de soldado-cidadão ver BERTAUD: 83-87; VOVELLE, *coord.*, 1997.

[7] Em Portugal, falando para os concidadãos, José Liberato F. de Carvalho não tinha dúvidas: «necessariamente havemos de ser invencíveis, e havemos de sair vitoriosos tanto dos inimigos internos como externos» in «O Campeão Português», 24 abr. 1823.

[8] ANDRADE, 1806: 12.

e os soldados cidadãos, quando também a necessidade o exija»[9], ou seja, entre os cidadãos e os soldados deve «reinar entre todos a maior intimidade e igualdade»[10].

Assim, desde o final do século XVIII, a designação Guarda Nacional refere-se a forças armadas compostas de cidadãos com o objetivo da segurança interna e de consolidação do regime liberal. Neste sentido pretendia-se manter a ordem pública e a ordem política, dois conceitos que no momento revolucionário se identificavam. Nascia assim mais um arquétipo social do liberalismo: o cidadão-soldado.

2. OS DEBATES NAS CORTES EM TORNO DA FORMAÇÃO DA GUARDA NACIONAL (1821-23)

É certo que uma Guarda Nacional não é uma força militar. Não é mais do que o meio ou o modo que se estabelece para que o cidadão haja de desempenhar as funções de cidadão em qualidade de defensor da pátria e da Constituição[11].

Tendo em contra os exemplos estrangeiros e influenciados pela ideologia liberal sobre as forças de segurança, os deputados às Cortes Constituintes de 1821-22, discutiram o problema da segurança do Estado. Neste sentido, a possibilidade de se criar batalhões de cidadãos armados enquadrava-se no processo de restruturação e clarificação orgânica das forças militares de Antigo Regime[12].

A primeira alusão que se fez nas Cortes ao tema «cidadão-soldado» foi na intervenção do deputado Pimentel Maldonado que, no início de 1821, propôs que se passasse a nomear uma comissão para organizar uma «guarda constitucional»[13]. No entanto, esta proposta não teve discussão no parlamento e não passou de uma intenção.

Em 21 de fevereiro de 1821, Simões Margiochi, oficial de engenharia, apresentou um projeto para formar uma Guarda Nacional. Esta devia ser constituída por «todos os portugueses capazes de usar armas» e comandada pelos mesmos militares que chefiassem os corpos de linha e também por «magistrados ou homens-bons». Acima desse comando local, estaria o poder executivo, mas subordinado às Cortes. Esta Guarda teria a função de «defesa da independência da pátria, e liberdade da

[9] Ferreira de Moura in DCG, 21 dez. 1821: 3493.
[10] Barão de Molelos in DCG, 21 dez. 1821: 3494. Na mesma sessão parlamentar, Pinto de França considerou que «o soldado não deixa jamais de ser cidadão […]. O seu destino é manter a segurança e a liberdade dos seus concidadãos».
[11] Francisco A. Campos in DCG, 10 mar. 1823: 107.
[12] Já Borges Carneiro tinha defendido a necessidade de existir uma força militar (as legiões nacionais) dependente de autoridades civis e que servisse de apoio ao exército; 1820: 44.
[13] DCG, 31 jan. 1821: 16. Na mesma sessão Fernandes Tomás apresentou diversas propostas para resolver o problema da segurança de Lisboa, mas não incluiu a formação das milícias locais nas mesmas propostas.

geração presente e das futuras»[14]. Este projeto também não foi levado em linha de conta pelos constituintes, acabando por não ser discutido.

O debate do projeto da Constituição no que às forças militares dizia respeito (cap. 6, art.º 142.º-145.º), iniciou-se em 21 de dezembro de 1821. Nessa força, o projeto, muito influenciado pela Constituição de Espanha de 1812, incluía os «corpos de milícias nacionais formados pelos seus habitantes» a constituir em cada província[15].

Nas Cortes Constituintes, ao contrário do que seria de esperar, muitos deputados não receberam com agrado este projeto. Para o deputado Silva Correia, a formação de Corpos deste tipo, iria pôr em causa o prestígio e as funções do exército: «parece que entregando nós esta segurança a outra força seria desconfiar e entrar em dúvida que o mesmo exército desempenhasse exatamente um dos seus principais deveres»[16].

Para além do choque que podia advir entre as duas forças militares[17], também se referiram, nas críticas ao projeto, razões de ordem económica. Nesse sentido, o recrutamento iria reduzir a mão de obra. Assim, para Barreto Feio, estava demonstrado que «as milícias não servem senão para oprimir os povos, e arruinar a agricultura no tempo de paz, e que na guerra são absolutamente inúteis»[18].

Além dos argumentos já apresentados, houve no parlamento, quem lembrasse a inutilidade da existência destes corpos na Europa. Exemplos disso não faltavam: a restauração do absolutismo em Espanha; o fim do liberalismo em Nápoles e até mesmo Napoleão — «que fruto tirou ele desses tantos e tão complicados estabelecimentos cívico-militares […] de paisanos mascarados de soldados?»[19].

Contudo, não se ouviram apenas críticas à formação da Guarda Nacional. Para o deputado Miranda esta era útil devido à sua função específica, pois «serve para manter a segurança interna, e só em casos extraordinários deve ir à guerra»[20]. As opiniões favoráveis à inclusão no texto constitucional da necessidade de se criar uma força de carácter miliciano, terão sido incisivas, pois na altura da votação venceu a linha ideológica que defendia a menção da Guarda Nacional na Constituição de 1822. No entanto, como solução de compromisso entre as duas correntes, deixou-se para já de fora o recrutamento, redigindo-se apenas uma declaração de intenções: «Criar-se-ão Guardas Nacionais compostas de todos os cidadãos que a lei não exce-

[14] DCG, 31 jan. 1821: 44-45.
[15] DCG, 21 dez. 1821: 3511. Era um decalque da Constituição espanhola de 1812 e do seu art.º 362º: «Habrá en cada provincia cuerpos de milicias nacionais, compuestos de habitantes de cada una de ellas», in *Constituição Política da Monarquia Espanhola,* 1820: 26.
[16] DCG, 21 dez. 1821: 3511.
[17] Os oficiais do exército, nunca viram com bons olhos a formação de corpos militares formados por civis utilizando a terminologia e a ritualização próprias dos militares. Sobre o tema da especificidade da instituição militar, ver MARQUES, 1999: 16-21 e 99-105.
[18] DCG, 21 dez. 1821: 3513.
[19] DCG, 21 dez. 1821: 3512.
[20] DCG, 21 dez. 1821: 3512.

tuar. Serão sujeitas exclusivamente a autoridades civis. Seus oficiais serão eleitos e temporários. Não poderão ser empregues sem permissão das cortes fora dos seus distritos»[21]. Este enunciado era em alguns aspetos bastante diferente do apresentado inicialmente. Assim, falava explicitamente em Guardas Nacionais e não em milícias, prevendo eleições para os cargos de comando que seriam temporários, ficando estes debaixo da alçada do poder municipal[22].

Durante algum tempo não se falou nas Cortes em Guardas Nacionais. Todavia, se os deputados acharam em dezembro de 1821 que não era prioritária a existência de cidadãos armados, o futuro reservar-lhes-ia surpresas. Em Portugal, os liberais suspeitavam, com razão, que o sistema instituído em 1820, estava em perigo em virtude do avanço absolutista por toda a Europa. Nesse sentido enquadra-se a proposta do deputado Ferreira Moura que, no início de 1823, apresenta a necessidade de se formar uma comissão parlamentar com o objetivo de organizar uma força militar capaz de fazer frente a uma possível invasão estrangeira. Constituída a comissão, o seu projeto apresentado às Cortes, em 14 de fevereiro, pretendia desde logo formar uma Guarda Nacional em Lisboa e no Porto[23].

Pelos registos que ficaram dos debates, mais uma vez se vê que os deputados militares não estavam interessados na formação da Guarda Nacional, mas sim no aumento da força militar de linha e na canalização das despesas do Estado para esse efeito. Para eles, a formação da força cívica iria pôr em causa a própria operacionalidade do exército. As palavras de Barreto Feio são sintomáticas: «Desde que os povos da Península reassumiram os seus direitos, uma chusma de falsos políticos principiou a gritar por toda a parte — nada de exército, haja Milícias e Guardas Nacionais»[24].

Contudo, as ideias dos militares não vingaram e a questão que se pôs foi a de ser necessário, ou não, estabelecer a Guarda Nacional em todo o território. Assim, resolveu-se que a comissão de Guerra teria de apresentar, quanto antes, o plano de organização da mesma Guarda[25].

Fora do parlamento, a sensibilidade dos liberais sobre a Guarda Nacional, era evidente. O representante de Portugal nos Estados Unidos, Francisco Solano Constâncio, em uma carta ao ministro dos negócios estrangeiros, concluía que, para que o país pudesse sobreviver como nação livre e independente no contexto da balança política da Europa, era necessário «criar em Portugal as instituições próprias para

[21] MIRANDA, 1984: 58. Itálico nosso.
[22] Uma proposta de Constituição enviada às Cortes propunha um censo para a entrada dos cidadãos na Guarda Nacional: «os milicianos serão homens casados, residentes na municipalidade e possuidores de prédio de raiz, ou fundo mercantil ou frota», in *Projeto de Constituição Portuguesa Acomodado á espanhola:* 17.
[23] «Diário do Governo», 15 fev. 1823.
[24] «Diário do Governo», 20 fev. 1823.
[25] «Diário do Governo», 25 fev. 1823.

consolidar a nova ordem de coisas. Entre elas […] a mais urgente e necessária, a Guarda Nacional organizada como a atual de Espanha ou a de França de 1791»[26].

Apesar das ameaças exteriores, o perigo acabou por surgir internamente. Em 23 de fevereiro de 1823, o general Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, 2.º Conde de Amarante, subleva-se em Trás-os-Montes, à frente de vários regimentos, aos gritos de «morras» à Constituição e «vivas» ao rei absoluto.

Em reação a estes acontecimentos, os deputados das Cortes sentiram a necessidade de fazer avançar a formação de uma força militar composta de civis que defendesse o novo regime, pois o exército, ou uma parte dele, já não era defensor dos princípios constitucionais. Assim, é debaixo de ameaças e de falta de garantias dadas pelo exército que se enquadra o discurso inflamado — e bastante apoiado — de José Ferreira de Moura que, a 6 de março, propôs a medida mais eficaz para combater os «satélites do poder absoluto e os sectários do despotismo: armar-nos todos, porque é impossível que eles então possam corromper a todos […]. Logo é necessário formar um grande corpo inacessível a toda a corrupção, não só pelos seus sentimentos, mas até pela sua grandeza. Guardas Nacionais, e já, hoje mesmo, senhores, sejam decretadas. Dentro de oito dias quero vir a este recinto vestido com a farda nacional, porque é a da Constituição»[27].

Em 10 de março do mesmo ano é apresentado no *Soberano Congresso*, pela Comissão Militar — «em atenção ao cuidado, esforço, e diligência, que atualmente devem ser empregados na segurança pública, confiada a cidadãos probos, e que nela se interessam»[28] — o projeto de criação da Guarda Nacional em todo o território nacional.

A primeira questão importante que se levantou é a que diz respeito à definição dos objetivos da Guarda Nacional. Assim, referiu-se que esta servia para «defender a Constituição e rebater toda a comoção interna e externa que possa haver»[29] e era, nas palavras do deputado Fonseca Rangel, «instituída para defender os nossos bens, as nossas famílias, a pátria, a liberdade, e quanto mais há de precioso e mais sagrado para os bons cidadãos, e homens livres»[30].

Alguns deputados pretendiam a utilização da Guarda Nacional também em tarefas militares de maior importância. Esta foi a ideia defendida por Pato Moniz: «supúnhamos uma invasão inimiga em nossas terras, e eis aí logo a ocasião de servir a artilharia da Guarda Nacional». Para isso, este corpo devia ter uma rigorosa

[26] CONSTÂNCIO, 1979: 368.
[27] DCG, 6 mar. 1823: 55.
[28] DCG, 10 mar. 1823: 103. Foram autores do projeto os deputados: José Pereira Pinto; Agostinho José Freire; José Pinto da Fonseca; Bernardo da Silveira Pinto; Manuel Correia de Lacerda; Luís Pinto da França; Luís Castro de Meneses e Jorge de Avilez.
[29] José de Seixas in DCG, 10 mar. 1823: 103.
[30] DCG, 10 mar. 1823: 113-114.

disciplina «porque tem de fazer algum serviço, e poderá oferecer-se, ainda que rara, alguma ocasião de combater»[31].

Todavia, esta perspetiva não foi consensual. Para alguns deputados, das próprias funções desse corpo decorria o seu carácter civil e não militar. Assim, defendeu-se no *Soberano Congresso* que a esta força apenas deviam ser dadas tarefas de segurança local, como por exemplo «quando for preciso repelir força […] prender em flagrante, evitar bulhas ou desordens»[32].

As ideias militaristas a que vimos aludindo, foram muito criticadas e até ridicularizadas. Para Pimenta Aguiar «estes corpos nunca foram criados para irem à campanha, nem para ver o inimigo: desgraçado seria o general que tivesse nas suas fileiras guardas nacionais»[33]. Por outro lado, acentuou-se a noção de que quanto mais diferenças houvesse entre os cidadãos armados e o exército, melhor seria para a independência e superioridade da Guarda Nacional, já que esta «não é militar, e só deve ser composta de cidadãos que tomam a seu cargo defender a pátria, e nunca de indivíduos que se pareçam com soldados […]. É, portanto, necessário que a Guarda Nacional nenhuma semelhança tenha com a tropa de linha»[34].

Para os defensores do carácter marcadamente civil da Guarda Nacional, a disciplina e a hierarquização do exército não deviam ser apanágio dos batalhões cívicos. Para alguns deputados a milícia cívica era mesmo o contrário disto tudo e, remetendo-se para o exemplo dos primeiros tempos da Revolução Francesa, defendeu-se a espontaneidade na sua organização: «a segurança é que faz criar a Guarda Nacional. Os facciosos roubavam os campos, formavam partidos, roubavam os cidadãos. Daqui nasceu que os cidadãos se armaram espontaneamente para lhes obstar e daqui nasceu a Guarda Nacional»[35]. Nessa época, «a Guarda de cada distrito, sem uniforme, nem no vestido, nem no armamento, era conduzida pelo Maire a sossegar os tumultos» e até na Inglaterra «aos fogos, ou tumultos que acontecem em algum bairro, acodem os cidadãos vestidos tal qual estão em casa»[36].

Um dos responsáveis pelo projeto em discussão, Agostinho José Freire, pôs também o acento na espontaneidade organizativa: «em toda outra classe de tropa procura-se a gente que há-de fazer a organização, e cá é a gente que há-de fazer a organização; procuram-se praças para formar um regimento, e cá são as praças que hão-de formar o regimento»[37].

---

[31] DCG, 10 mar. 1823: 112-113. José Vitorino foi também defensor da utilização das Guardas Nacionais em ações de defesa do território: «podemos ser acometidos por forças externas, que queiram invadir o nosso território. Neste caso pode ser necessário empregar as guardas nacionais», DCG, 10 mar. 1823: 113.
[32] Fonseca Rangel in DCG, 10 mar. 1823: 113-114.
[33] Pimenta Aguiar in DCG, 10 mar. 1823: 113.
[34] Liberato Freire de Carvalho in DCG, 12 mar. 1823: 129.
[35] Pimenta Aguiar in DCG, 12 mar. 1823: 130.
[36] Manuel Pedro de Melo in DCG, 12 mar. 1823: 130.
[37] DCG, 10 mar. 1823: 130.

No projeto final, que teve aprovação régia em 22 de março de 1823, apesar de se estatuir um esquema organizativo com parecenças com a tropa de linha (batalhões, esquadrões, companhias e esquadras), definiu-se que «são os principais objetos das Guardas Nacionais defender a constituição, e manter a segurança e tranquilidade públicas»[38]. Pela organização que o projeto previa, podemos afirmar que, o modelo adotado foi o de um corpo militarizado que se devia preocupar, exclusivamente, com a segurança interna.

Outra questão que se colocou foi a de quem teria autoridade sobre esta força militar. No projeto propunha-se que fosse uma autoridade civil. Esta ideia foi geralmente aceite, tendo-se afirmado que «as Guardas Nacionais não podem deixar de estar sujeitas a uma autoridade civil: elas são instituídas nos países livres para sustentar a liberdade dos povos»[39]. Nesta perspetiva, «as Guardas Nacionais de cada distrito são independentes, separadas entre si, no que consiste a beleza desta instituição […]. O comandante da Guarda Nacional de um município somente pode mandar as daquele município»[40]. Para o deputado Pato Moniz, vendo-se já como futuro membro dos batalhões, era necessário especificar qual seria a autoridade civil que comandaria a Guarda Nacional, pois de contrário isso poderia conduzir a abusos: «eu não quereria ficar sujeito a que viesse, por exemplo, o Miguel Alcaide, e me dissesse: Sr. Guarda Nacional, venha comigo à ordem do meu juiz, e seguir-se a isso o que bem quisessem os tais senhores de vara branca, e vara preta»[41].

No projeto final acabou por ficar definido que os batalhões da Guarda Nacional ficariam «sujeitos direta exclusivamente à autoridade civil, que *por agora* será a câmara do distrito»[42]. Colocar a Guarda Nacional sob a autoridade municipal não era inovador na Europa, pois em França, no início da Revolução, a Assembleia Constituinte, confirmou a dependência destes ao novo poder municipal. Em Espanha, durante o triénio liberal, defendeu-se que «a Milicia Nacional está bajo las ordénes de la Autoridade superior local, que en todo caso grave obrará de acuerdo con el Ayuntamiento respectivo»[43].

A questão que mais celeuma levantou nas Cortes foi a de saber se a entrada dos cidadãos nos batalhões seria obrigatória ou voluntária.

O argumento principal na defesa da obrigatoriedade foi a necessidade de homens: «é necessário que se imponha obrigação […] pela razão de que como isto sempre traz alguns incómodos, muitos deixariam de alistar-se por poupar-se a eles, e outros dos

[38] DHCG, 1883: 647-649.
[39] Castelo Branco in DCG, 10 mar. 1823: 102
[40] Agostinho José Freire in DCG, 10 mar. 1823: 102.
[41] Pato Moniz in DCG, 10 mar. 1823: 106.
[42] DHCG, 1883: 647. Itálico nosso.
[43] Regulamento de 1822 in PÉREZ GARZÓN, 1978: 573-574.

alistados o deixariam, e dentro de dois anos estaria desfeita a Guarda»[44]. A experiência recente dos levantamentos absolutistas também teve naturalmente reflexo na opinião dos deputados: «conheço e respeito a ambição, boa vontade, e valor dos portugueses quando se trata de defender a sua pátria, direitos e liberdade; a experiência triste, e até recente me apresenta exceções, por isso não deixo ao arbítrio sujeito o dever»[45].

Para além do argumento da obrigatoriedade, por não se confiar em absoluto no «patriotismo» dos portugueses, afirmou-se o alistamento compulsivo como sendo um dever do cidadão liberal. Para Francisco António de Campos, «assim como todo o cidadão é obrigado a defender a Constituição, seja também todo o cidadão, obrigado a alistar-se nesta Guarda». Este deputado até chegou a propor castigos para quem não se apresentasse ao recrutamento: «que se imponha uma pena pecuniária àqueles que recusassem dar o seu nome para a guarda cívica, ou mesmo qualquer outra, como por exemplo publicar uma relação dos seus nomes nos diários públicos»[46].

Outra corrente ideológica no *Soberano Congresso* defendeu que a entrada na Guarda Nacional deveria ser voluntária. Para o deputado Leite Lobo, a Guarda Nacional, sendo obrigatória lembraria as ordenanças «que serviam mais de peso e de gravame aos indivíduos que estavam nelas, que de utilidade à pátria»[47].

Acentuou-se também que a obrigação do recrutamento iria colocar nos batalhões indivíduos que não serviriam para nada e poderiam vir mesmo a ser prejudiciais ao bom funcionamento dos corpos. Para o deputado Pato Moniz «essa boa organização depende […] das boas qualidades e condições dos indivíduos de que ela for composta, porque cem homens bons valem e podem mais, do que milhares de homens corrompidos, depravados, inimigos da pátria, e da liberdade». Além disso, «que há-de ir fazer à Guarda Nacional um desembargador, ou um cónego, há-de ir servir de espantalho, isto é, há-de ser inútil se não for prejudicial […]. Que hão-de lá ir fazer os empregados da casa Real, estando em efetivo serviço»[48], «iremos nós defender a liberdade com homens que nada lhe importa com isso?»[49].

Perante a precariedade do regime liberal, a maioria dos deputados acabou por aprovar que «todo o cidadão português no exercício de seus direitos políticos, e de idade entre vinte e um e cinquenta anos, é *obrigado* a servir na Guarda Nacional»[50].

Para o deputado Silva Carvalho, preocupado com o prestígio social que poderia ser afetado pela entrada de gente «pouco respeitável», era natural que nem todos

[44] Girão in DCG, 10 mar. 1823: 105.
[45] Fonseca Rangel in DCG, 10 mar. 1823: 106.
[46] DCG, 10 mar. 1823: 106.
[47] DCG, 10 mar. 1823: 107.
[48] Pato Moniz in DCG, 10 mar. 1823: 104-105.
[49] Leite Lobo in DCG, 10 mar. 1823: 106.
[50] Cf. Carta de Lei de 22-3-1813 in DHCG: 647. Itálico nosso. Apesar desta imposição, ficaram excluídos os militares, os eclesiásticos regulares, os vadios, os jornaleiros e os criados de servir. Além disso, havia alguns grupos profissionais que não eram obrigados a alistar-se, como era o caso dos magistrados, dos professores e dos médicos.

deviam entrar: «seria boa a organização deste corpo podendo nele entrar vadios? Haveria muitos cidadãos honrados que nele se quisessem alistar? Eu decerto não quisera alistar-me num corpo em que pudessem entrar vadios»[51]. Assim, mesmo defendendo-se a obrigação do alistamento, sabia-se que havia um grupo de pessoas que pouco tinha a ver com a nova força de segurança do liberalismo[52].

Na mesma linha de pensamento, alguns deputados defenderam que devia existir algum obstáculo à entrada dos cidadãos mais pobres e consequentemente pouco interessados na segurança, pois nada possuíam. Para os autores do projeto esta ideia era clara, apesar de não estar explícita: era necessário estabelecer um censo que pudesse obstar à entrada dos mais pobres, à semelhança do caso espanhol. Foi isso também que explicou Agostinho José Freire nas Cortes: «entendo que o armamento é restrito a certa classe de cidadãos. Se se trata de um armamento da nação em massa, então nada mais há que dizer-se […]. Mas não são estas as Guardas Nacionais»[53].

Estabelecido um censo relacionado com a posse de armamento, também o uniforme serviu para os defensores do carácter mais elitista da Guarda Nacional explicarem as suas ideias sobre a visibilidade social deste corpo. Assim, através do uniforme diferençar-se-iam os cidadãos proprietários «porque devendo estas guardas constar somente de homens probos e estabelecidos, era preciso que se distinguissem dos outros que não tendo essas qualidades poderiam armados entrar para sinistros fins»[54]. A posse de um uniforme digno era mesmo, para o deputado Girão, condição *sine qua non* para a entrada na Guarda: «eu tenho a tenção de alistar-me na Guarda Nacional, mas se se torna ridículo não vou lá»[55].

Na carta de lei de 23 de março de 1823 acabou por ficar estabelecido que os membros da Guarda Nacional se armariam e fardariam à sua custa. Os batalhões teriam de ter um uniforme igual, mas poderiam armar-se de forma diferenciada[56]. Assim, os oficiais armar-se-iam de sabres ou floretes que, naturalmente, só alguns podiam possuir, limitando os indivíduos aptos para as funções de comando dos batalhões. Os soldados podiam usar lança ou espingarda, segundo lhes fosse possível, a juízo das câmaras municipais[57].

Esta restrição censitária não era novidade na Europa. Em França, a Constituição de 1791 definia a Guarda, não como uma instituição, mas como um grupo de cidadãos ao serviço da força pública. No seu título IV art.º 2.º, definia-se que só os

[51] DCG, 10 mar. 1823: 103.
[52] Para o abade e deputado Inocêncio de Miranda, os mais pobres nem eram considerados cidadãos pois «o nome de cidadão em vigor só compete àquele que tiver algum estabelecimento ou modo de vida». In MIRANDA, 1822: 8.
[53] DCG, 10 mar. 1823: 108.
[54] Fonseca Rangel in DCG, 12 mar. 1823: 130.
[55] Girão in DCG, 12 mar. 1823: 113. Para este deputado era ridículo o facto de se poder aceitar «uma arma grande, outra curta, outra que não dê fogo, uma que seja de caçadores de montanha, outra que o não seja».
[56] No entanto, ficou estabelecido que as Câmaras, teoricamente, podiam dispensar do fardamento quem o requeresse.
[57] DHCG, 1883: 648. Também em relação ao armamento, os municípios tinham a última palavra.

cidadãos ativos, em estado de possuir armas — o que ainda restringia mais o recrutamento — podiam ser inscritos na tropa cívica.

O projeto de estabelecimento de corpos de cidadãos armados apresentava ainda uma questão importante que, todavia, não levantou polémica no parlamento. Referimo-nos à eleição de todos os postos dos batalhões. Esta forma original de escolher os cargos de chefia militar foi naturalmente herdada das experiências europeias de corpos deste tipo. Todos os membros da Guarda Nacional eram cidadãos com idênticos direitos, com chefes e oficiais eleitos.

Todavia, foi decidido que os oficiais, sargentos e cabos seriam eleitos de dois em dois anos por todos os soldados de cada esquadra ou companhia, determinou-se a eleição do estado-maior pelos oficiais do respetivo batalhão. Desta forma, e apesar de toda a democraticidade na base, os lugares de comando seriam preenchidos por um processo mais restritivo.

Acabadas as discussões em torno do tipo de tropa cívica que Portugal devia possuir, seguiu-se a publicação da carta régia de 22 de março de 1823. O passo seguinte foi naturalmente o começo das operações de recrutamento e, seguidamente, as marchas e as paradas, que, dois meses depois, se viriam a revelar inúteis.

3. A GUARDA NACIONAL DE LISBOA E O FIM DA PRIMEIRA EXPERIÊNCIA LIBERAL (1823)

A Guarda Nacional do *Vintismo* pouco tempo durou, tal como aconteceu às restantes medidas tomadas pelo *Soberano Congresso*.

Sabe-se que, em Lisboa, se chegou a efetuar o recrutamento nas últimas semanas de abril de 1823 e que a escolha das respetivas chefias, através de eleições, ocorreu em 27 do mesmo mês. Na altura, parece que a Guarda foi bem recebida, pois «muitos distintos fidalgos, eclesiásticos seculares, ministros, médicos e outros cidadãos que estão isentos deste alistamento também fizeram subir o número dos já alistados»[58]. Assim, formaram-se dois esquadrões de cavalaria, comandados, respetivamente, pelos majores Conde de Penafiel e José da Silva Carvalho (ministro da Justiça), e oito batalhões de infantaria, subdivididos em companhias[59]. Depois foram dadas ordens para se verificar o mesmo no resto do país, mas na maior parte dos casos não se passou das intenções[60].

[58] Edital da Câmara Municipal de Lisboa de 28-4-1823 in «O Correio do Porto», 03 mai. 1823.
[59] *Vd. Lista dos Oficiais do Estado Maior, Oficiais, e Oficiais Inferiores da Guarda Nacional de Lisboa*, 1823.
[60] Existem informações de que chegaram a existir batalhões no Porto, Coimbra, Sousel, Lamego e vários em Trás-os-Montes. Os batalhões de Trás-os-Montes foram suspensos em 6 de maio de 1823 até que se verificasse «o restabelecimento da pública tranquilidade» in «O Noticiador Conciso», 22 mai. 1823.

No Porto, a Câmara Municipal fez um chamamento voluntário, contrário à lei, mas não teve a resposta patriótica que esperava, passando a convocar compulsivamente os que não compareceram[61].

A formação da Guarda Nacional causou reações positivas na imprensa da época. Falando aos cidadãos, «O Campeão Português» afirmou que «a lei acaba de depositar em vossas mãos um grande poder, e uma grande força pública: sim, a lei, armando-vos guardas nacionais não teve outro objetivo em vista senão o de confiar à vossa guarda a sagrada Constituição da Monarquia»[62]. Para «O Servil Arrependido», o decreto de março «é sem dúvida uma das mais acertadas e providentes leis, que tem saído do Congresso Augusto, para ocorrer à segurança pública de todo o Reino. Este corpo, de si respeitável pela consideração que merecem todos os dignos cidadãos que o compõem, é e será sempre o garante do sossego interno do Reino e talvez mais alguma coisa»[63].

Mas nem todos pensavam assim. O aristocrata, futuro Marquês de Fronteira, nas suas *Memórias*, expôs o ridículo que era ver cidadãos comportarem-se como militares. O Marquês estava estupefacto ao ver nas chefias do esquadrão de cavalaria «o Ministro das Justiças, Silva Carvalho, e o bom e honrado lavrador Francisco de Lemos Bettencourt, não sabendo nenhum destes dois desembainhar a espada […] enquanto nas fileiras se viam distintos oficiais generais como o Conde de Vila Flor, Marquês de Loulé e outros, não esquecendo o pigmeu mordomo-mor de Sua Majestade, a quem ficava a matar o elegante uniforme de caçadores a cavalo». Além disso, «este caricato corpo» na altura das formaturas «nem a continência puderam fazer ao general, porque a maioria a não sabia fazer». Tudo isto «acabou por provocar o riso ao general e ao comandante do corpo, que dizia, em voz baixa, ao general: Em que arriosca me meteram»[64]. Assim, existia «uma espécie de rivalidade e discórdia, que os inimigos principiam a fomentar a jeito, entre esse corpo e a tropa de primeira e segunda linha»[65].

Em 17 de maio de 1823, os oito corpos da Guarda Nacional de Lisboa, foram apresentados ao Monarca e à sociedade lisboeta com pompa e circunstância. Destas manifestações, o que mais sobressaiu foi o carácter democratizante deste Corpo, pois até o rei D. João VI «fez a honra de comparecer adornado com a farda da Guarda Nacional, bem como sua alteza, o sr. Infante D. Miguel». Ao mesmo tempo,

[61] «O Correio do Porto», 23 abr. 1823.
[62] «O Campeão Português em Lisboa», 24 mai. 1823.
[63] «O Servil Arrependido», 22 mai. 1823.
[64] FRONTEIRA, 1931: 268-269. Itálico no original. Em França, os militares profissionais também sublinhavam o aspeto incongruente das tropas cívicas do início da Revolução: «é uma espécie de tropa inteiramente indisciplinada, desobediente e sem nenhuma instrução» (Coronel de Epernay citado em FURET, OZOUF, 1989: 6).
[65] «O Noticiador Conciso», 18 mai. 1823.

o monarca dirigia-se aos alistados tratando-os por «meus camaradas»[66]. Este episódio é também narrado por Pinheiro Chagas: «pouco tempo depois de o ter visto assim uniformizado, D. João VI mostrara envergonhar-se de que um oficial inglês tivesse presenciado essa mascarada e dissera-lhe: vivemos em tempos maus e sou obrigado a conformar-me com eles»[67]. Para denegrir ainda mais a imagem exterior dos novos batalhões, as fardas de certos criados «com librés de briche e guarnições de pano azul-claro, muito imitam as da guarda para o fim de ridicularizar este novo Corpo»[68].

No dia 18 de maio alguns guardas nacionais intercetaram cartas de dois emissários dos corpos do exército que falavam «em grandes reforços do exército Francês, pelos quais esperam para virem dar cabo de todos os Constitucionais»[69]. Na madrugada de 27 de maio, o exército decide atuar apoiando-se na figura do príncipe D. Miguel. Além desta figura tutelar, a pouca popularidade das Cortes permitiu-lhe não aparecer aos olhos da «opinião pública» como ditando a «lei da espada». Na ocasião ficou famoso o grito de «morra à Constituição» que anunciava uma nova era em Portugal. A atitude do exército revoltado em Vila Franca, pretendia «ressuscitar a colaboração tradicional do rei e das Cortes, na forma moderna da Carta de Luís XVIII»[70].

Em Lisboa, o governo reagiu, colocando os corpos de 1ª linha de prevenção, e mobilizou-se a Guarda Nacional[71]. Nestas circunstâncias foi encarregado de organizar a resistência, o General Bernardo Sepúlveda, à época governador militar de Lisboa e Estremadura.

Se o exército não era fiel às ideias liberais, alguns deputados decidiram que era urgente armar a Guarda Nacional, para defesa do sistema liberal. O deputado José Joaquim de Moura foi o porta-voz daqueles que pretendiam colocar quanto antes a tropa cívica na rua. No dia 27 de maio, em sessão extraordinária, na qual se declarou a «pátria em perigo», interveio, defendendo que era necessário «empenhar todas as tropas leais, e armar prontamente as guardas nacionais»[72]. Mas não era essa a opinião de todos. Sá Pinto, no mesmo dia, discordou: «quanto às guardas nacionais, causa riso semelhante lembrança: elas ainda se acham desorganizadas. Só quem quiser a anarquia se poderá aproveitar de uma massa confusa, sem ordem, e sem regularidade. Digamo-lo de uma vez, o povo só é próprio para obedecer à lei, e impróprio para operações militares»[73].

---

[66] «O Noticiador Conciso», 18 mai. 1823. O Marquês de Fronteira nas suas Memórias refere que, durante a Vila Francada, o monarca conservou o uniforme de soldado da Guarda Nacional à cabeceira da cama.
[67] CHAGAS, 1903: 227-228.
[68] «O Servil Arrependido», 24 mai. 1823.
[69] «O Servil Arrependido», 24 mai. 1823.
[70] Cf. VALENTE, 1997: 26.
[71] Segundo o testemunho do Marquês de Fronteira nas suas *Memórias*, a ordem de mobilizar a Guarda foi dada pelo Presidente da Câmara, Brás da Costa Lima.
[72] «Diário do Governo», 28 mai. 1823.
[73] «Diário do Governo», 30 mai. 1823.

Era notória a falta de confiança no povo armado e isso foi determinante. O general Sepúlveda enviou um ofício às cortes referindo que «constando-me que, no arsenal do exército se estavam fornecendo armas, e munições de guerra às guardas nacionais, […] pedi ao brigadeiro inspetor do mesmo arsenal, que suspendesse esta distribuição, e só continuasse com expressa ordem minha»[74].

O futuro Marquês de Fronteira, à época ajudante do General, nas suas *Memórias*, não perdeu mais uma ocasião para ridicularizar a Guarda Nacional. Foi desta forma que ele descreveu o aspeto dos batalhões: «encontrámos uns dois mil homens armados com toda a qualidade de arma, uns fardados, outros de casaca, e muitos de jaleca, formados da maneira mais irregular possível, uns em coluna, outros em linha, e alguns com as armas ensarilhadas, e fazendo uma algazarra, que ninguém se podia entender»[75].

O General Sepúlveda, pela sua atitude de recusa em armar os «populares», foi demitido pelas Cortes, sendo então nomeado para o seu lugar o tenente-general Jorge de Avilez. Seguidamente, o povo, já exaltado desde a recusa de Sepúlveda em distribuir armas, chegou mesmo a insultá-lo e a pôr a sua vida em perigo[76].

Para resistir aos revoltosos de Vila Franca, restava na capital apenas o 18 de Infantaria, algumas milícias, os voluntários do comércio e a Guarda Nacional, a quem Avilez mandou desesperadamente dar instrução militar no Campo Pequeno e construir entrincheiramentos.

Mas esta última era um corpo muito pouco disciplinado que, a julgar pelas palavras do Marquês de Fronteira, «praticava os maiores despropósitos, conservando a capital em contínuo sobressalto, com os seus toques a rebate e repetidas vozearias, o que fazia com que os habitantes, ainda os mais dedicados à liberdade suspirassem por um governo de ordem, fosse ele qual fosse»[77]. Formada à pressa, mal-armada, mal fardada e com um critério de admissão muito amplo, a Guarda Nacional da capital facilmente se tornou, não um Corpo militarizado, mas sim um grupo, mais ou menos (des)organizado, de cidadãos (mal)armados debaixo das ordens do comando militar.

Em 31 de maio os deputados começaram a perceber que a batalha pela defesa do regime liberal estava perdida: «em tão desesperadas circunstâncias […] não temos outro apoio senão o coração dos fiéis portugueses, as guardas nacionais, esse corpo instituído para ser o sustentáculo da Constituição e das liberdades públicas, e os corpos de 2.ª linha, dignos por certo de grande louvor à exceção de poucos»[78].

[74] «Diário do Governo», 30 mai. 1823. Também Trigoso de A. Morato defendeu que era perigoso dar armas aos cidadãos pois «é necessário conservar a Constituição; mas que também o é evitar a anarquia» (in «Diário do Governo», 28 mai. 1823).
[75] FRONTEIRA, 1931: 309.
[76] CHAGAS, 1903: 230.
[77] FRONTEIRA, 1931: 334.
[78] Barreto Feio in «Diário do Governo», 31 mai. 1823.

A Guarda Nacional de Lisboa acabou por não atuar em defesa do regime liberal. Na altura, percebeu-se que daí poderia resultar um autêntico banho de sangue e que o regime liberal acabaria, na mesma, por sucumbir[79]. Ironicamente, os guardas nacionais, acabaram por receber louvores pois «concorreram a manter a ordem e sossego na capital»[80], sendo «pasmoso ver, que entre um povo imenso, e todo armado, nem uma atrocidade se tenha cometido»[81].

Como protesto pelo desenrolar dos acontecimentos em desfavor do liberalismo, as Cortes autodissolveram-se sendo depois oficialmente encerradas por decreto de 3 de junho de 1823, significando a vitória das forças desavindas com o constitucionalismo vigente. Com o fim da primeira experiência liberal, a organização militar regressa às suas formas tradicionais. No ofício do Ministério dos Negócios da Guerra, decide-se que «achando-se a mesma cidade [Lisboa] sobejamente guarnecida de tropa, é por isso desnecessário que os batalhões das Guardas Nacionais se conservem armados»[82]. Por carta de lei de 13 de junho dissolvem-se e restabelecem-se as ordenanças que vêm preencher «os fins para que tinha sido criada a Guarda Nacional»[83].

Se os liberais elogiaram a Guarda Nacional, os contrarrevolucionários não tardaram a fazer o contrário. Assim, num texto de crítica à Constituição de 1822: «Pode haver mais diabólica Constituição?! Quando estas autoridades quiserem desobedecer ao Governo, onde ele irá parar?!»[84]. Em outro texto de teor semelhante dizia-se que «as guardas tísicas» tinham sido criadas para «desenvolver o fanfarronismo Constitucional» e «serviam mais de objeto de escárnio que de utilidade à causa pública»[85]. Também Trigoso de Aragão Morato nas suas *Memórias* crítica, com ironia, a experiência miliciana de 1823: «As Guardas que se compunham de homens pacíficos e de uma pequena parte de exaltados, nada fizeram a favor do sistema e bastante a favor do sossego público: no momento do perigo, todos os que estavam comprometidos cuidaram em se salvar»[86].

Por outro lado, mais tarde, os liberais lamentaram-se por não terem conseguido organizado um verdadeiro exército de cidadãos armados que defendesse a Constituição de 1822. Almeida Garrett afirmaria que um dos erros da Revolução de 1820 foi o de não ter unido o povo com o exército: «só nos últimos paroxismos do sistema se consentiu na instituição salutar das Guardas Nacionais. Daí militarmente proclamada, militarmente destruída foi a causa do povo, sem ao povo ser permitida sua própria

[79] Ingenuamente a Câmara Municipal de Lisboa ainda acreditava na continuidade da Guarda Nacional pois referiu, em 28-5-1823 que «confia cada vez mais em uma medida que a lei estabeleceu» in «O Correio do Porto», 03 jun. 1823.
[80] «Diário do Governo», 02 jun. 1823.
[81] Ofício de Jorge de Avilez de 01-06-1823 in «Diário do Governo», 03 jun. 1823.
[82] «Diário do Governo», 12 jun. 1823.
[83] DHCG, 1883: 777-778.
[84] DEUS, 1823: 95-96.
[85] DAUN,1823: 110.
[86] MORATO, 1933: 172-173.

defesa»[87]. Na mesma linha é a afirmação de José Liberato nas suas *Memórias*: «se quiserdes saber, sem vos enganardes, qual é o governo que quer ser absoluto […] é aquele que não quer a Guarda Nacional, e que debaixo de mil pretextos, a não organiza, ou a suprime quando existe»[88]. Também Passos Manuel dirá, mais tarde, que, em 1823 «a liberdade ainda não tinha por garantia as profundas convicções do país. A liberdade na luta contra o despotismo armado, precisa de convicções armadas — de uma força própria — esta força é a Guarda Nacional»[89].

O ideal do cidadão-soldado sucumbiu em 1823, mas voltará em grande força em 1834 aquando do triunfo do regime liberal. No entanto, irá uma vez mais criar novos problemas pois, apesar do desígnio de ser um pilar consistente da cidadania liberal, tornar-se-á um foco de instabilidade e de oposição ao poder instituído ao abrigo da Carta Constitucional de 1826.

FONTES IMPRESSAS

ALMEIDA, Francisco José de (1985). *Apontamentos da Vida de um Homem Obscuro*. Lisboa: A Regra do Jogo.

ANDRADE, Gomes Freire de (1806). *Ensaio sobre o Método de Organizar em Portugal o Exército*. Lisboa: Oficina de João Rodrigues.

CARNEIRO, Manuel Borges (1820). *Portugal Regenerado em 1820*. Lisboa: Tipografia Lacerdina.

CARVALHO, José Liberato Freire de (1982). *Memórias da Vida de*. 2.ª Edição. Lisboa: Assírio e Alvim.

CARVALHO, José da Silva (1825). *Revolução Anticonstitucional de 1823, Suas Verdadeiras Causas e Efeitos*. Londres: Livraria Thompson.

CONSTÂNCIO, Solano (1979). *Portugal e o Mundo nos Primeiros Decénios do Século XIX*. Lisboa: Editora Arcádia.

CONSTITUIÇÃO Política da Monarquia Espanhola (1820). Lisboa: Oficina de A. Rodrigues Galhardo.

DAUN, José Sebastião de Saldanha Oliveira, (1823). *Diorama de Portugal nos 33 Meses Constitucionais ou Golpe de Vista Sobre a Revolução de 1820, A Constituição de 1822 e a Restauração de 1823*. Lisboa: Impressão Régia.

DEUS, Faustino José de Madre de, (1823). *A Constituição Comentada e Desenvolvida na Prática*. Lisboa: Tipografia Maigrense.

DIÁRIO das Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1820-1823). Lisboa: Imprensa Nacional.

DOCUMENTOS Para a História das Cortes Gerais da Nação Portuguesa (1883). Lisboa: Imprensa Nacional.

FRONTEIRA E ALORNA, Marquês de (1832). *Memórias*, Vol. VI. Coimbra: Imprensa da Universidade.

GARRETT, Almeida [s.d.]. *Portugal na Balança da Europa*. Lisboa: Livros Horizonte.

LISTA dos Oficiais do Estado Maior, Oficiais, e Oficiais Inferiores da Guarda Nacional de Lisboa. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1823.

MIRANDA, Inocêncio António de (1822). *O Cidadão Lusitano. Breve Compêndio em que se demonstram os Frutos da Constituição e os Deveres do Cidadão Constitucional*. Lisboa: Tipografia de M. P. de Lacerda.

MIRANDA, Jorge (1984). *As Constituições Portuguesas: de 1822 ao Texto Atual*. 2.ª Edição. Lisboa: Livraria Petrony.

[87] GARRETT, [s.d.]: 72-73.
[88] CARVALHO, 1982: 150.
[89] PASSOS, 1845: 41.

MORATO *Francisco Manuel Trigoso de Aragão* (1933). *Memória*s. Coimbra: Imprensa da Universidade.
PASSOS, Manuel da Silva (1845). *Discurso do Sr. Deputado Passos (Manuel) Pronunciado na Sessão de 18 de outubro de 1844*. Lisboa: Tipografia Gazeta dos Tribunais.
PROJETO de Constituição Portuguesa Acomodada à Espanhola Para ser Oferecido às Nossas Cortes (1821). Lisboa: Tipografia Rolandiana.

LEGISLAÇÃO

«Diário do Governo». 40 (1823-02-15).
«Diário do Governo». 44 (1823-02-20).
«Diário do Governo». 48 (1823-02-25).
«Diário do Governo». 126 (1823-05-28).
«Diário do Governo». 127 (1823-05-30).
«Diário do Governo». 128 (1823-05-31).
«Diário do Governo». 129 (1823-06-02).
«Diário do Governo». 130 (1823-06-03).
«Diário do Governo». 138 (1823-06-12).

PERIÓDICOS

«O Campeão Português». (24 abr. 1823).
«O Campeão Português em Lisboa». (24 mai. 1823).
«O Correio do Porto». 26 (23 abr. 1823).
«O Correio do Porto». 105 (03 mai. 1823).
«O Correio do Porto». 130 (03 jun. 1823).
«O Noticiador Conciso». (18 mai. 1823).
«O Noticiador Conciso». (22 mai. 1823).
«O Servil Arrependido». 5 (22 mai. 1823).
«O Servil Arrependido». 6 (24 mai. 1823).
«O Servil Arrependido». 7 (27 mai. 1823).

ESTUDOS

BERTAUD, Jean-Paul (1997). *O Soldado.* In VOVELLE, Michelle, *dir. O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença.
BONIFÁCIO, Maria de Fátima (1999). *Apologia da História Política. Estudos Sobre o Século XIX Português*. Lisboa: Quetzal Editores.
CHAGAS, Pinheiro (1903). *História de Portugal Popular e Ilustrada*. Lisboa: Imprensa da História de Portugal, Vol. VIII.
DUPUY, Roger (1972). *La Garde Nationale et les Débuts de la Révolution en Ille-et-Villaine (1798-1793).* Paris: Librairie C. Klincksieck.
FRONTEIRA E D´ALORNA, Marquês de (1928). *Memórias, Parte Primeira e Segunda*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
FURET, François; OZOUF, Mona (1989). *Dicionário Crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Edições Nova Fronteira.
GARCÍA, Francisco Dueñas (1997). *La Milícia Nacional Local en Barcelona Durante el Trienio Liberal (1820-23).* Barcelona: Bellaterra.

GOMEZ, José Cepeda (1990). *El Ejército en la política Española (1787-1843).* Madrid: Fundación Universitaria Española.

LEÓN, José María García (1983) *La Milicia Nacional en Cádiz Durante El Trienio Liberal, (1820-1823).* Cádiz: Caja de Ahorros.

MARQUES, Fernando Pereira (1981). *Exército e Sociedade em Portugal no Declínio do Antigo Regime e Advento do Liberalismo*. Lisboa: A Regra do Jogo.

MARQUES, Fernando Pereira (1985). *Exército e Guardas Nacionais*. In *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, pp. 227, 301.

MARQUES, Fernando Pereira (1999). *Exército, Mudança e Modernização na Primeira Metade do Século XIX*. Lisboa: Edições Cosmos.

MARTI, Robert Vallverdú Y (1986). *La Milícia Nacional de Reus en els Orígens de la Catalunya Isabelina*. Tarragona Institut D'Estudis Tarraconenses.

PATA, Arnaldo da Silva Marques (2004). *Revolução e Cidadania. Organização, Funcionamento e ideologia da Guarda Nacional (1820-39).* Lisboa: Edições Colibri.

PÉREZ GARZÓN, Juan Sisinio (1978). *Milicia Nacional y Revolución Burguesa. El Prototipo Madrileno (1808-1874).* Madrid: Fundacion Jeronimo Zuritts.

RAMOS, Rui (2009). *História da Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

VALENTE, Vasco Pulido (1997). *Os Militares e a Política (1820-1856)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

VIEIRA, Benedita Maria Duque (1992). *O problema Político Português no Tempo das Primeiras Cortes Liberais*. In *Crise do Antigo Regime e as Cortes Constituintes de 1821-22.* Dir. Miriam Halpern Pereira. Lisboa: Sá da Costa, Vol.1.

VOVELLE, Michelle (1987). *A Mentalidade Revolucionária. Sociedade e Mentalidades na Revolução Francesa.* Lisboa*:* Edições Salamandra.

VICTOR DE SÁ: O LIVREIRO-EDITOR ANTIFASCISTA E A CAUSA DA CULTURA*

DANIEL MELO**

O percurso pessoal de Victor de Sá foi indelevelmente marcado pelo seu empenho na intervenção cívica e cultural, ambas sempre combinadas. Neste texto procura-se reconstituir criticamente o seu contributo enquanto mediador cultural a partir do seu labor a três níveis: livreiro-editor antifascista; promotor cultural da leitura e da cultura democrática; estudioso e apólogo da literacia para todos.

Em termos teóricos, crê-se ser relevante convocar a perspectiva de Nestor Canclini duma política cultural alargada, participativa e inclusiva, que só pode ser plenamente realizada na articulação democrática entre Estado e sociedade civil organizada[1]. E a noção de mediador intelectual proposta por Angela de Castro Gomes e Patricia Santos Hansen, que o define como sujeito da «produção de conhecimentos e da comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculado à intervenção político-social»[2], porquanto permite sustentar a perspectiva que se propõe neste texto e enquadrar uma parte central da intervenção intelectual de Victor de Sá, que entrelaça fortemente cultura e política.

A análise documental baseia-se em pesquisa feita desde a minha tese de doutoramento, na qual já havia avançado uma análise detalhada e contextualizada de dois inquéritos à leitura lançados justamente por Victor de Sá, os quais são fundamentais para compreendermos a reflexão hodierna sobre o lugar e a situação da cultura em Portugal e o impacto do défice de literacia e animação da leitura naquela[3].

Importa perceber que literacia e animação da leitura permitem pensar o problema da educação e da alfabetização para lá da sua dimensão instrumental e «tecnicista». Ou seja, a literatura académica especializada (p.e., das ciências documentais e da informação) desde o pós-II Guerra Mundial tem enfatizado ser insuficiente uma instrução que se limite a ensinamentos utilitaristas num tempo escolar circunscrito, já para não falar da recusa duma educação instrumentalizada ideologicamente por visões oficiais antidemocráticas, como sucede nas ditaduras, e a do salazarismo não foi excepção[4]. Segundo essa literatura, é vital consagrar uma educação integral e

* O autor não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Centro de Humanidades (CHAM). Email: danielseixasmelo@hotmail.com. Daniel Jorge Seixas de Melo (Prémio 2003).

[1] CANCLINI, 2001: 65.

[2] GOMES, HANSEN, 2016: 10.

[3] MELO, 2004: 213-214 e 217-220.

[4] MELO, 2020a: 92-105; MELO, 2020b: 75-97.

inclusiva, que actualize as literacias individuais e que seja alimentada pela prática da leitura e da (auto)formação ao longo da vida.

Em articulação com os inquéritos referidos, analisou-se criticamente um conjunto de documentos da autoria de Victor de Sá (do seu espólio pessoal) ou de familiares e amigos, e uma amostra representativa de escritos seus, livros e alguns textos de imprensa, dum *corpus* de centenas de textos que publicou ao longo de décadas em inúmeros órgãos de imprensa e em editoras suas e outras e que estão aí como obra e património de reflexão passível e merecedor doutras incursões, interpretações e análises. Foi ainda consultada bibliografia secundária de referência, bem como documentos do Arquivo da PIDE.

1. A DESCOBERTA DO GOSTO PELA VULGARIZAÇÃO DA LEITURA E DA CULTURA DEMOCRÁTICA

Nascido numa povoação rural de Barcelos em 1921, filho de sargento e de professora primária, Victor de Sá despertou para a intervenção cultural enquanto estudante liceal, entre 1934 e 1941[5]. Foi nesses anos que lhe surgiu o gosto pela escrita e pela (auto)promoção da leitura: realizou com o irmão Armando Henriques uns opúsculos manuscritos, intitulados «Colecção Infantil» e de que saíram alguns números, dados para ler provavelmente a amigos e familiares próximos; em 1937 conseguiu publicar os seus primeiros textos no jornal local «Correio do Minho», com o qual colaborará até 1991, boa parte deles expondo uma perspectiva democrática de promoção da leitura e da cultura (retomarei o tema mais adiante); co-organizou com colegas um pequeno jornal («Panorama») e uma minibiblioteca escolar para empréstimo domiciliário de livros, logo boicotada pelo reitor alegando conter «livros comunistas», tendo exemplificado com o romance *Germinal*, de Zola, pois de Marx ou Lenine nada constava[6]. Envolveu-se de par no grupo «Amigos do Saber», no qual buscou «que a cultura não beneficiasse um somente, mas que irradiasse a todos», uma «preocupação» que assumiu como «eminentemente social» e para sempre[7]. Este tempo escolar, durante o qual foi ainda presidente da Academia Bracarense (associação estudantil independente do Liceu Sá de Miranda), foi também o momento de percepção da inadequação do ensino oficial às necessidades dos jovens, pelo seu elitismo, ultraconservadorismo e alheamento face aos «problemas da vida e do mundo», espelhando uma escola «fora da realidade do mundo»[8].

[5] NUNES, 2011: 273-274.
[6] Na verdade, o que esse reitor pretendeu foi cercear qualquer alcance cívico daquela iniciativa. Sobre este boicote *vd.* SÁ, 1989: 32 e NUNES, 2011: 275; para o restante *vd.* SÁ, 2001: 13-14. Só até 17-7-1939 sairiam 90 textos de Victor de Sá no «Correio do Minho» (GOMES, 2014: 31-32 e 139-144).
[7] SÁ, 1954: 16.
[8] SÁ, 1989: 26.

Ganhou consciência política ao testemunhar a perseguição feita a republicanos em Braga, no final da Guerra Civil de Espanha, em 1939[9]. Consegue então tornar-se correspondente local do jornal «República», ligado aos oposicionistas demo-republicanos. E por volta de 1942 passou a integrar o núcleo local do Movimento Unitário Nacional Antifascista (MUNAF), iniciando um duradouro trajecto de militância política e cívica em plataformas frentistas da oposição, além de então ter encetado, muito provavelmente, os seus primeiros contactos com elementos do Partido Comunista Português (PCP)[10].

2. O LIVREIRO-EDITOR ANTIFASCISTA

Após terminar os estudos liceais resolveu não se inscrever logo na universidade e optou por ganhar autonomia financeira e experiência de vida, enquanto empregado na livraria Gualdino, na qual começou a trabalhar em Setembro de 1941. Seguiu-se-lhe a Livraria Cruz, onde se manteve entre 1943 e 1947. Foi neste contexto de experiência profissional e de preocupação com as questões políticas e sociais dos seus concidadãos que se tornou activista no sindicato local do seu ofício, chegando a ser dirigente do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Braga em 1945, seguindo a desde então prevalecente lógica oposicionista do «entrismo», ou seja, de se procurar dominar por dentro os sindicatos que haviam sido «corporativizados» pelo salazarismo. Foi um cargo no qual esteve pouco tempo devido à perseguição implacável que lhe foi movida pelas forças situacionistas, que incluiu um inquérito confidencial onde surge como «agente» do malquisto publicista e editor Agostinho da Silva e o encerramento prematuro duma exposição que organizara na sede do sindicato, onde se mostrou quadros de crítica social do pintor Manuel Filipe, também ele assumido oposicionista[11]. Note-se que Victor de Sá tornara-se membro do círculo de amigos de Agostinho da Silva no final da década anterior e fora por este convidado a lançar as suas edições no Brasil, c. 1940/1941, mas a viagem além-atlântico malogrou-se por interferência do pai daquele, por ser menor de idade[12].

A 13 de Julho de 1947 inaugurou a sua Livraria Victor, na Rua dos Capelistas (no espaço que fora da Papelaria Pereira até entrar em falência), não sem antes ter sido preso pela polícia política (a 2 de Junho), como aviso para deixar de ser «perigoso agitador», agora que deixara de poder ser controlado pelos patrões e colegas no ofício[13]. Voltará a ser preso em 1950, pelo seu envolvimento em iniciativas do

[9] SÁ, 1989: 22-25.
[10] NUNES, 2011: 276.
[11] SÁ, 2001: 17-20; GOMES, 2014: 35-39.
[12] Projecto que surgiu «pelos meus vinte anos», como confidenciaria mais tarde (SÁ, 1984: 8-13, cit.13).
[13] SÁ, 1989: 30. Sobre a preparação da inauguração da sua livraria *vd.* SÁ, 2001: 25-29. A delação que despoletou a sua prisão e a dos amigos José Gabriel Bacelar e Francisco Salgado Zena (entre outros) foi proferida por um influente pároco local (o padre Aloísio) ao novel governador civil de Braga, Armando Nery Teixeira, tendo sido denunciados

grupo oposicionista a que se ligará pela vida fora (os «Democratas de Braga») e talvez também como retaliação por estar a vender na sua livraria dos primeiros livros de Jorge Amado chegados a Portugal, c. 1949/1950, depois de já os ter distribuído na sua «biblioteca móvel», a partir de 1947, nesse intervalo de tempo sendo necessariamente edições brasileiras, pois a primeira edição portuguesa data de 1948 e é só relativa a *Jubiabá*[14]. Este escritor brasileiro tornar-se-ia um dos autores com mais livros proibidos de circular no país (15), com a edição lusa de *Jubiabá*, da Livros do Brasil, interditada de circular logo a 27-7-1949[15].

Além da actividade de livreiro, nos anos 1940 promoveu um projecto de biblioteca móvel (mobilizando parte da sua biblioteca particular e ofertas de conterrâneos, vd. infra) e tornou-se editor (mas sem o poder assumir explicitamente), ao publicar os 6 catálogos daquele serviço e alguns opúsculos, em torno de Antero de Quental e Eça de Queirós[16]. Em Antero encontraria referentes para a sua biblioteca e a sua reflexão sobre a leitura, já que aquele pensador preconizara a «ilustração» para as mulheres, o povo (*apud* sistema das bibliotecas rurais ambulantes do francês Cormenin) e o operário[17].

Em 1953 lançaria o seu ambicioso programa editorial, num prospecto intitulado «Plano inicial das actividades editoriais do Centro Cultural do Minho Livraria Victor»[18]. Nele assumia «consolidados os créditos» da sua livraria na venda das «mais conceituadas produções literárias nacionais e estrangeiras». Ciente dos «amargos obstáculos de ordem material e intelectual com que terá de deparar-se», ainda assim abalançava-se para colmatar «algumas das muitas lacunas evidentes no panorama livresco português e corresponder à sequiosidade dum público que nem sempre encontra» em português «o material necessário para satisfazer a sua curiosidade de saber» e «a necessidade de estudar». Seria um contributo para uma «superior e

como jovens «comunistas e funestos», e Victor de Sá com a agravante de vender livros desaconselháveis por perverterem as consciências, em especial dos jovens (GOMES, 2014: 52; LOURO, 2021: 1).

[14] GOMES, 2014: 52-53; SALEMA, 1982: 63-123 (para a divulgação de Jorge Amado em Portugal) e SÁ, 1947: 3 (para a incorporação de Amado no catálogo da «biblioteca móvel»).

[15] Aos 8 que constam em lista oficial (em PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981: 14-15) aditei 5 referidos noutro levantamento (AZEVEDO, 1997: 212-216), *Terras do sem fim* (proibido em 1951 *apud* SALLA, 2017: 116) e *O amor do soldado* (*apud* http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=02968.036.007#!2). Para *Jubiabá* cf. relatório da censura em PT-TT-SNI-DSC-35-8-4132_m0311.TIF (disponível em <https://digitarq.arquivos.pt/viewer?id=4331840>). Essa edição primeva dum livro de Amado em Portugal só seria autorizada a circular em 1960, por despacho exarado no mesmo documento, após as portas abertas por *Gabriela, cravo e canela*, então editado pela Publicações Europa-América ao fim de longo processo (1958-1960) em que se acenou com a possibilidade de Amado ganhar o Nobel e só depois do expurgo de «palavras inconvenientes» (SALEMA, 1982: 111-120, cit. chefe de gabinete do ditador na p. 116).

[16] SÁ, 1942a, 1942b (este com prefácio de Agostinho da Silva) e 1945a, respectivamente. Os opúsculos dedicados a Antero foram publicados pela Edições Futuro, então associada à livraria distribuidora Gualdino Correia & C.ª (vulgo Livraria Gualdino), na qual Victor de Sá foi empregado.

[17] SÁ, 1942a: 2-52.

[18] Todas as cits. provêm da f. 1 desse documento impresso do espólio de Victor de Sá à guarda da Biblioteca Pública Braga, 4 fls., [s. n., s. d.] (cortesia de Henrique Barreto Nunes, que também forneceu a datação).

desinteressada compreensão dos problemas», articulando «diversidade de ideias, de conceitos e de opiniões» e assumindo a missão cultural mesmo que sem garantia de «lucro financeiro». O plano integrava 4 colecções, a maioria dirigida por amigos intelectuais ligados ao PCP. A 1.ª, «Antologia do pensamento republicano», seria orientada por António Ramos de Almeida, que assinou o livro inaugural, *O Pensamento activo de Bernardino Machado*, relativo ao último presidente da I República, doutrinador republicano, líder maçon e reviralhista exilado. Deveriam seguir-se *Latino Coelho*, por Joaquim de Carvalho (catedrático de Filosofia da universidade coimbrã, afastado da direcção da editora daquela instituição por extinção ordenada pelo ditador em 1935) e *Mousinho da Silveira*, por Armando de Castro (então um historiador marxista emergente). Estavam na calha mais 17 obras, dedicadas a outros tantos pensadores. A 2.ª era a «Colecção Constitucional. Constituições portuguesas», e visava facultar aos estudantes de Direito e cidadãos interessados «os textos fundamentais» do direito constitucional luso em versão integral e com paratextos explicativos, dada a sua inacessibilidade no mercado livreiro, e integrava supostamente 5 livros, um para cada lei maior (1822, 1826, 1838, 1911 e 1933)[19]. A 3.ª, «Clássicos para o povo e para as escolas», ecoava a célebre colecção de David Corazzi, integraria «manuais» de c. 100 páginas com «notícias biográficas, históricas e literárias, cronologia, notas explicativas e vocabulário» e seria dirigida por Óscar Lopes, intelectual comunista que escreveria a influente *História da literatura portuguesa* em 1955 (junto com António José Saraiva), mas apenas apresentado como «professor liceal»[20]. A 4.ª, «Ciência e Vida» destinava-se a «temas de palpitante actualidade científica» e biografias de cientistas. A 5.ª e última, «Cartilhas do Mundo», era formada por 12 «cadernos de iniciação científica», em fascículos de c. 30 páginas, o primeiro deles a sair em Janeiro. Estas colecções de «divulgação científica» seriam dirigidas por Ilídio Sardoeira, então «professor liceal», saneado politicamente de docente de Biologia da Universidade do Porto e detido em 1952 pela PIDE. Tal projecto seria bloqueado pela ditadura, que não autorizou Victor de Sá a ser editor aquando do seu pedido de tornar a sua livraria também numa editora, em 1954[21].

Apesar das contrariedades, desse plano ainda editou o tal ensaio sobre Bernardino Machado (em 195-) e *Constituição de 1822*, organizado pelo advogado e seu amigo José Tarroso Gomes, estreia da colecção jurídica e cuja circulação foi autorizada pelos serviços de censura a 16-3-1954[22]. E seria resgatada a edição avulsa de *Fernando Pessoa, poeta da hora absurda*, por Mário Sacramento, livro que aí se

[19] Cit. [GOMES], *org*., [1954]: contracapa. Determinação da autoria do livro *apud* Henrique Barreto Nunes a partir do referido espólio de Victor de Sá.
[20] As citações são de novo da f. 1 do plano editorial.
[21] NUNES, 2007: 105.
[22] [GOMES], *org*., [1954], *apud* carimbo oficial no exemplar depositado na Biblioteca Nacional de Portugal.

anunciava «a sair nos primeiros meses de 1954» e que veria a luz do dia pela Contraponto do seu amigo Luiz Pacheco, em 1958[23]. Ademais, Victor de Sá publicaria mais 6 livros nessa década, parte deles muito provavelmente relacionada com as pesquisas que foi fazendo aquando da licenciatura, concluída em 1959, na FLUC, enquanto estudante-trabalhador (*vd.* Tabela 1)[24]. Os livros por si editados serão quase sempre «edição do autor», derivado à aludida interdição oficial, mas apondo-se em muitos deles a designação Centro Cultural do Minho e/ou Livraria Victor, e até figurando esta última (também) como distribuidora[25].

Tabela 1. Selecção de textos de Victor de Sá sobre questões culturais (1940-1981)

Data	Título do texto	Local de publicação e editor
13 Jan. 1940	*O Dia da cultura nacional: uma iniciativa que não pode morrer*	Braga, «Diário do Minho», p. 4
7 Set. 1940	*As colectividades de recreio e de desporto perante o problema da Instrução popular*	Braga, «Diário do Minho», pp. 1 e 4
4 Out. 1940	*Considerações sobre a actividade intelectual e cultural em Braga*	Braga, «Diário do Minho», p. 1
2 e 16 Fev. 1941	*Cultura popular*	Póvoa de Lanhoso, «Maria da Fonte», p. 2x2
1 Mar. 1941	*Educação e ensino: o problema da infância*	Braga, «Diário do Minho», p. 4
9 e 16 Mar. 1941	*As biografias de Agostinho da Silva*	Ílhavo, «Jornal de Ílhavo», pp. 2 e 4
11 Dez. 1941	*O valor educativo das biografias*	V. R. S.to António, «Ecos do Sul», p. 1
1945	*Panorâmica do livro em Portugal (in Bibliografia queirosiana)*	Braga, ed. a. (nb: texto reed. como livro autónomo em 1958)
2, 27 e 30 Mar. 1946	*Três anos de actividade da Biblioteca Móvel: resultados de um inquérito*	Coimbra, «Vértice», pp. 75-77
Abr. 1946	*A anarquia da nossa produção literária*	Coimbra, «Informação Literária», pp. 135-137
4 Jul. 1946	*A tragédia cultural do homem vulgar*	Coimbra, «Gazeta de Coimbra», p. 3
21 Set. 1946; 9 Nov. 1946; 14 Dez. 1946; 29 Mar. 1947	*Da acessibilidade das leituras*	Lisboa, «Mundo Literário», n.os 18, 27, 32 e 47, respectivamente pp. 2, 6, 6, 7+15

[23] O qual falaria de Sá em obra escrita em 1961 mas só editada anos depois (PACHECO, 1970: 12-14, 32).
[24] Apenas *Panorâmica do livro em Portugal* não foi edição sua, tendo sido publicado nas Caldas da Rainha por José dos Santos Marques (nb: uma versão anterior deste texto integrou a supramencionada *Bibliografia queirosiana*). Sobre a licenciatura *vd.* SIMÕES, 1999: 82.
[25] P.e. em SÁ, 1957.

Data	Título do texto	Local de publicação e editor
Fev.-Mar. 1947	*O moderno espírito das bibliotecas*	Coimbra, 3:44 «Vértice», pp. 293-295
30 Out. 1952	*O analfabetismo e o problema do livro*	Lisboa, «República», p. 1
19 Abr. 1953	*O sentido moderno do conceito de biblioteca*	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
16 Abr. 1954	*Extensão cultural: cidade e província*	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
4 e 18 Jun. 1954 ; 9 Jul. 1954	*Problemas concretos da cultura: a UNESCO*	Porto, «Jornal de Notícias», respectivamente pp. 7, 6 e 7
10 Jul. 1954	*O valor social da biblioteca*	Póvoa de Varzim, «Comércio da Póvoa de Varzim», p. 4, il.
7 Ago. 1954	*O que é uma biblioteca moderna*	Póvoa de Varzim, «Comércio da Póvoa de Varzim», pp. 3-4, il.
Nov. 1954	*O que foi a Biblioteca Móvel*	Braga, ed. a.
Abr. 1955	*O que é a UNESCO*	Braga, ed. a.
5 Mar. 1955; 18 Jun. 1955	*Um inquérito necessário*	Braga, «Correio do Minho»
11 Mar. 1955	*Por um conceito concreto de cultura*	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
25 Mar. 1955	*O problema das bibliotecas públicas*	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
Out. 1955	*A importância social duma associação de escritores em Portugal*	Lourenço Marques, «Itinerário, Arte e Divulgação», pp. 2 e 15
4 Nov. 1955	*A língua portuguesa e a produção editorial*	Porto, «Jornal de Notícias», p. 7
10 Abr. 1956 (dep.º legal)	*As bibliotecas, o público e a cultura. Um inquérito necessário*	Braga, ed. a.: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
20 Mai. 1957; 18 Jul. 1957 (dep.º legal)	*Problemas da mentalidade*	Braga: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
1958	*Sociedade e cultura*	Braga: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho
23 Set. 1958	*No dealbar dum novo ano lectivo: ensino primário em Portugal*	Lisboa, «República», pp. 1 e 9
13 Nov. 1958	*A cultura como pressuposto do fomento económico*	Lisboa, «República», pp. 1-2
17 Nov. 1958	*Sugere-se a integração da notável biblioteca de Joaquim de Carvalho no património do povo e ao serviço da cultura nacional*	Lisboa, «Diário do Lisboa», p. 7
27 Jan. 1959	*Cultura e orçamento*	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5
26 Mai. 1959	*As bibliotecas móveis e os escritores*	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5

Data	Título do texto	Local de publicação e editor
11 Jul. 1959	*Da necessidade de extensão bibliotecária*	Cascais, «Nossa Terra»
26 Jan. 1960	*Necessidade de uma editora nacional*	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5
Ago. 1960	*Cultura e democracia*	Coimbra, 20:202/203 «Vértice», pp. 385-388
11 Jan. 1961	*Apontamentos para a história da cultura: a obra cultural dos portugueses no exílio em diferentes épocas da história*	Lisboa, «República», p. 2
Mar. 1961	*Para a história das relações culturais luso-espanholas*	Porto, 9:1/3 «Bandarra», pp. 66-68
10 Abr. 1961 (dep.º legal)	*Cultura e democracia*	Braga, ed. a. («depositária»: Livraria Victor)
24 Fev. 1962	*A instrução pública: problema central do nosso tempo*	Rio Maior, «Rio Maiorense», pp. 1 e 5
13 Mar. 1962; Mai. 1962	*Crise de cultura*	Porto, «O Comércio do Porto», p. 5; Rio de Janeiro, «Jornal de Letras»
Abr. 1962	*O Congresso da Comunidade Europeia de Escritores*	Lisboa, 40:1398 «Seara Nova», pp. 75-76, il.
2 Out. 1966	*Saudemos o progresso das bibliotecas de extensão popular*	Guimarães, «Notícias de Guimarães», ºp. 1-2
29 Set. 1969	*Implicações políticas dos problemas da cultura portuguesa*	Lisboa, «A Capital», ºp. 3 e 6 (reed. em Regressar para quê?, 1970)
Mar. 1970	*Regressar para quê?*	Lisboa: Publicações D. Quixote
11 Mai. 1971	*A Biblioteca Pública e o Arquivo Distrital de Braga*	Porto, «O Comércio do Porto», p. 16
23 Nov. 1978	*Alexandre Herculano, Bento de Jesus Caraça: reforma de ensino, reforma de mentalidade*	Lisboa, «Diário do Lisboa», pp. 3 e 4
1979	*Responsabilidades culturais na projecção internacional crescente da língua portuguesa*	Lisboa: CLUL, pp. 61-65
6 Jun. 1980	*Apresentação do projecto-lei de defesa do património cultural e arqueológico*	Lisboa, «Diário da Assembleia da República», s. I, 1.ª Legislatura, n.º 63, pp. 2886/2887
19 Dez. 1980	*Sobre direitos de autor*	Lisboa, «Diário da Assembleia da República», s. I, 2.ª Legislatura, n.º 12, p. 363-365
23 Jan. 1981	*Que projecto cultural?*	Lisboa, «O Diário», p. 3

Fonte: NUNES, 2011; PORBASE

Os anos 1950, ademais, reflectiriam um contexto de refluxo oposicionista (até 1957), e serão marcados por grandes dificuldades em manter a livraria sustentável, tendo sido ostracizado pela «situação» e clero local (que desaconselhavam os docentes

e outros funcionários públicos recém-chegados a adquirirem livros na sua livraria), de várias apreensões de livros, além de novas detenções pela polícia política, em 1955 e 1958[26].

Duma dessas rusgas deixou testemunho, revelando como a perseguição era implacável e insaciável, sempre à cata das novas alternativas e moldando negativamente a própria edição nacional:

> *Mais uma vez o zeloso funcionário apareceu, com aquele mau jeito que tomam as pessoas de mal fingida amabilidade. Lá vinha com a interminável lista de títulos, em português uns, muitos em francês, bastantes já em inglês. Títulos de livros, de revistas, de magazines, de literatura preciosa e também de lit*[eratura] *de cordel, tudo caiu à rede e vinha para ser pescado. É a visita já quási familiar do agente da polícia que vem para apreensão de livros proibidos, de mais livros proibidos. E como em português já quási nada se publica além do «Jovem Piedoso» e do «Mês de Maria», a repressão recai agora sobre aquela magra literatura estrangeira que consegue escapar às malhas sempre cada vez mais apertadas das alfândegas e dos correios*[27].

Como revela essa carta que Victor de Sá endereçou a «M. c. A.», provavelmente nos anos 1950, a PIDE chegou ao cúmulo de tentar apreender livros inexistentes[28].

Em 1960, foi de novo preso e a sua livraria lacrada pela PIDE. Porém, nesta ocasião foi rapidamente liberto e a livraria reaberta, por pressão conjugada de Humberto Soeiro (seu advogado, e também companheiro de lutas) e de conterrâneos de ofício[29].

Face às dificuldades políticas e de carreira que lhe foram impostas, incluindo a anulação de ser professor na Escola Técnica de Braga (em 1959), Victor de Sá resolveu radicar-se em Paris a partir de 1963, cidade onde desenvolveu o seu doutoramento, na Sorbonne, primeiro em torno da acção cultural dos compatriotas radicados na França oitocentista e, depois, do pensamento socialista no período de crise do liberalismo luso da mesma centúria[30]. Antes de partir, assumiria explicitamente o imperativo ético da intervenção cívica em entrevista ao «Jornal de Letras e Artes»[31]. A Livraria Victor ficou então sob a gerência de Humberto Soeiro, mantendo os empregados e tendo a ajuda pontual do filho Victor Louro. Será dessa época o logótipo que dedicou à sua livraria, um farol iluminado (símbolo da protecção ou da luz de conhecimento),

[26] SÁ, 2001: 30.
[27] NUNES, 2007: 106-107.
[28] NUNES, 2007: 105-108. Não se localizou mais detalhes sobre este episódio insólito e também sintomático da arbitrariedade da acção da polícia política.
[29] SÁ, 1989: 40-41. LOURO, 2021: 2.
[30] SÁ, 1989: 39-40; SIMÕES, 1999: 82; NUNES, 2011: 279-280.
[31] SÁ, 1963b.

atravessado por uma gaivota e uma onda estilizadas[32]. Pouco após o seu regresso, que ocorreu em 1969, e face ao bloqueio de perspectivas de carreira académica (incluindo o não reconhecimento oficial do seu diploma de doutor e a não obtenção de nova bolsa de estudo da Fundação Gulbenkian), retomou o ofício de livreiro, investindo numa filial da Livraria Victor, inaugurada em Julho de 1971[33]. Convenientemente mais espaçosa, foi das primeiras livrarias no país a inovar no respeitante a ter mostruários de livros para lá da montra da loja, em várias mesas, além de retomar a difusão de livros subversivos e integrar uma galeria de arte.

Quando já estava de novo instalado em Braga, voltaram as denúncias e apreensões de livros, como no caso desencadeado por ofício de 7-4-1970 do Governador Civil de Braga, A. M. Santos da Cunha, o qual denunciava à PIDE a existência na Livraria Victor de livros indesejados por parte do clero local, a saber, *De Humberto Delgado a Marcelo Caetano*, *Queremos ser livres*[34] e *Padre Camilo Torres*[35].

Com o regresso da democracia, Victor de Sá optou por retomar a carreira académica, tendo o filho mais novo assumido a gerência da loja, convertendo a nova filial da R. Conselheiro Januário (criada em 1979 e próxima do Liceu Sá de Miranda) em Livraria Osvaldo Sá (c. 1982), a qual se mantém em funcionamento[36]. A casa-mãe findaria pouco anos depois, c. 1985, por demolição do prédio que a integrava.

3. O PROMOTOR CULTURAL

Para lá da sua livraria, a grande realização de Victor de Sá no âmbito da promoção cultural foi efectivamente a criação duma «biblioteca móvel», em 1942, que o próprio dinamizaria a partir de Braga e para toda a «metrópole» até 1950, com a ajuda dos seus irmãos e esposa, e de doações de amigos. Este serviço, que ele cunhou de «sistema de leituras facilitadas para utilização em qualquer ponto do país», baseou-se na remessa postal de livros seus aos cidadãos interessados, apoiada em quotização mensal de 2$50 (reduzida a 1$50 entre Abril de 1943 e Dezembro de 1944) e na escolha em catálogos (6, no total), gradualmente ampliados e enviados também por correio, junto com circulares[37].

---

[32] Cf. MIT, 2017.

[33] Sita na Rua Eng. Arantes de Oliveira, actual Rua 25 de Abril (cf. MIT, 2017).

[34] Deve ser a obra *Também nós queremos ser pessoas livres: estudos e documentos sobre a liberdade e a responsabilidade do padre, como pessoa, no interior da Igreja*. Ed., selecção de documentos, introdução e conclusões do padre José da Felicidade Alves.

[35] Camilo Torres foi um sacerdote progressista assassinado na Argentina. O ofício delator relativo a este caso foi reproduzido em PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo, 1980: 236 e em NUNES, 2016-2017: 196-215.

[36] *Apud* MIT, 2017.

[37] SÁ, 1954: 7-9, 30, cit. 7. Houve outra modalidade de pagamento do serviço, a «taxa de leitura», cujo custo variava por livro e vinha mencionado no catálogo (*vd.* SÁ, *org.* e *dir.*, 1942c: 3). O custo do serviço postal recaía nos remetentes, excepto para os assinantes, isentos quanto a despesas até 1$ mensal (SÁ, *org.* e *dir.*, 1942c: 3). Redução da cota mensal *apud* SÁ, 1943: 3 e 1944: 3; em 1945 passa para 2$, mais inscrição por 2$50 (SÁ, 1945a: 2).

A oferta começou no patamar das 200 obras e superou os 1500 volumes em 1947, e em 1945 fizeram-se 2398 requisições, o que demonstra a boa receptividade da iniciativa e também o facto da oferta ter tentado ir ao encontro das preferências das centenas de leitores «assinantes», tanto em termos quantitativos como qualitativos[38].

Tratou-se duma oferta generalista, ordenada por várias secções[39], as quais eram enquadradas por textos explicativos, sobre os «problemas centrais dos assuntos versados» e que procuravam «despertar o interesse dos leitores». Na literatura predominaram os prosadores portugueses e brasileiros[40], tendo contribuído para a divulgação pioneira no país de certos escritores modernos brasileiros, alguns dele malvistos (e censurados) pelo salazarismo, como Graciliano Ramos e Jorge Amado em Portugal, deste último tendo proposto 8 títulos em 1947, nas edições originais brasileiras[41]. Às secções iniciais foram aditadas outras em 1944, como as de «Biografias», «Problemas femininos», «História e Sociologia», e depois secções especiais, como a queirosiana, em 1945[42]. De notar que a secção «Problemas femininos» teve uma subsecção mais «politizada», designada por «Feminismo e acção feminina», ainda que com poucos volumes[43]. Aliás, as escolhas deste catálogo eram politizadas, no sentido de a selecção ter uma dimensão democratizante, não só pela diversidade de assuntos possível de abarcar nas várias secções mas também porque muitos dos títulos e autores foram escolhidos a dedo, por serem progressistas e incómodos, como Tomás da Fonseca ou Agostinho da Silva, ou mesmo comunistas, casos de Alves Redol, Soeiro Pereira Gomes ou Manuel da Fonseca[44]. Os próprios leitores admitiram (no inquérito de Victor de Sá de 1945) só ter tomado conhecimento de vários deles por intermédio desta biblioteca móvel, em especial os modernos brasileiros e portugueses e outros como Wilde, Gorky, Kostantin Fedin, Korolenko, Tagore, Buck ou Bertrand Russell[45]. O mesmo foi extensivo ao contacto com certos «problemas novos», como os «problemas sociais» e os de «expansão do livro»[46].

Uma oferta generalista que não descurou desde o início o seu enquadramento crítico e que atribuiu distintas, mas complementares, funções à leitura, de formação e distração, mesmo para aqueles géneros literários que à época eram associados, por muitos, a mero entretenimento ou escape social:

[38] SÁ, 1954: 9, 21, 29; SÁ, 1947: 1. Posteriormente falaria em milhares de beneficiários, em especial, jovens, operários e funcionários públicos (cf. SÁ, 1963a: badana).
[39] A saber: literatura; estudos literários; história e política; filosofia e ciências; pedagogia e edução; estudos económicos; artes; vários.
[40] SÁ, 1954: 21.
[41] SÁ, *org.* e *dir.,* 1942c: 8; SÁ, 1946: 18; SÁ, 1947: 3.
[42] SÁ, 1954: 32-34.
[43] SÁ, 1944: 43.
[44] SÁ, 1947: 8-9.
[45] SÁ, 1947: 8.
[46] SÁ, 1946: 8.

> *A chamada literatura de ficção vem nêste catálogo mais uma vez largamente representada; é que ela, auscultando mais de perto o coração dos homens, mais ao coração lhes fala e melhor lhes faz sentir as suas próprias pulsações. Depois vêm as obras que nos ajudam na interpretação histórica da nossa época; vêm as que tratam os vários problemas de natureza social, económica, pedagógica, etc. com que nos debatemos; finalmente, uma série de biografias, em que se pode sorver a soberba experiência de grandes personalidades que também se debateram com grandes problemas e que souberam vencer*[47].

A biblioteca móvel foi um meio a que recorreu para satisfazer o dever ético e cívico de democratização da leitura, tal como enunciou em proémio de catálogo que dedicou ao projecto:

> *A Biblioteca Móvel preenche uma das grandes lacunas existentes no panorama cultural português. Não basta que os intelectuais estudem e meditem e que os editores lancem as suas obras. É necessário que todo êsse trabalho encontre projecção na massa do povo, sem o que jazerá estéril no fundo duma estante*[48].

Era uma acção que considerava crucial, dado o bloqueio luso: «E o obscurantismo persiste, mantendo-se a ausência dum clima propício a aceitar e animar as iniciativas que poderiam ser de utilidade nacional para o desabrochar espiritual do povo português»[49]. Bloqueio esse sobretudo alimentado pelo preconceito reinante em estruturas que supostamente deviam apoiar a difusão cultural:

> *a incompreensão do meio manifesta-se pela forma rebaixada da hostilidade. As Academias e outras instituições culturais que foram creadas para desempenhar o papel de instigadores da cultura, estagnaram, anquilosaram, e, de fomentadoras, constituíram-se monopólio, casta, aristocracia de eruditos — consideram que, cultura, só dentro dos seus muros; fora deles, barbarismo, plebeísmo pedante. E essa sobranceira indiferença pelo estado cultural* […] *da massa do povo português, tem animado a hostilidade — os «enredos da reacção», como já lhe chamou Herculano — a todas as iniciativas particulares ou individuais, que procuram suprir a própria incapacidade e falta de iniciativa dos elementos responsáveis*[50].

[47] SÁ, 1946: 3-4.
[48] SÁ, 1945a: 1.
[49] SÁ, 1954: 10.
[50] SÁ, 1954: 10-11.

Esta biblioteca foi proposta como paliativo para o atraso cultural luso mas também como antídoto para o efeito fortemente destrutivo do momento bélico que então se vivia. No seu término, nova função emergia a seus olhos: «procuramos apresentar um feixe — variado ao menos, já que não completo — das obras que mais úteis podem ser às mentalidades que pretendam banhar-se nas correntes da nova humanidade que surge»[51]. Função esta que se ligava a um desejo pessoal agora expressamente revelado de, com tal projecto, contribuir «para o grande esforço de libertação em que se encontra empenhada a humanidade — e o povo português»[52].

A acção de extensão cultural era imprescindível, por motivos económicos («muitos estudantes ou estudiosos lutam sempre com dificuldade na consulta de livros») e por falta de organização e amparo da «bibliografia nacional», que estimulava que «muitas obras fundamentais» estivessem inacessíveis, que os guias e informações bibliográficas escasseassem, que o empréstimo domiciliário nas bibliotecas públicas rareasse e que estas fossem tão poucas[53].

Apesar dessa constatação que o amargurava e que procurou contrariar durante 8 anos, Victor de Sá não pôde prosseguir com a sua biblioteca móvel, por impossibilidade de manter a acção voluntarista. Contudo, os livros não ficaram a ganhar pó nas estantes, foram remetidos para a novel Biblioteca Osvaldo Santos Silva, da cooperativa cultural portuense Sociedade Editora Norte (SEN), e assim puderam continuar a ser lidos[54].

No domínio da promoção cultural, fechava-se um ciclo para Sá, que a partir daí se centraria na sua livraria e no aprofundamento da sua formação, para poder prosseguir na reflexão e na escrita, sempre com um grande enfoque nas questões da extensão cultural e educativa. Já a divisa da biblioteca móvel, «Intelekto kaj laboro» (Intelecto e trabalho), essa ficaria para sempre, numa língua internacionalista (o esperanto) perseguida por essas ditaduras de «terceira via» de que o salazarismo seria um sobrevivente[55].

De resto, e como se referiu acima, desde 1954 adoptara a designação de Centro Cultural do Minho para nome de editor dalguns dos seus livros, em associação à Livraria Victor, numa assunção pública e reiterada do cariz de intervenção cultural multiforme que pretendeu dar à sua acção empresarial, cívica e intelectual.

---

[51] SÁ, 1946: 3.
[52] SÁ, 1946: 4.
[53] SÁ, 1954: 17. Tal diagnóstico fora corroborado pelos respondentes ao inquérito de 1945 (SÁ, 1946: 7).
[54] SÁ, 1954: 48-50. Em 1959 discursaria nesse espaço e relembraria o contexto da sua doação (SÁ, 1961b: 79-89). E assumiu então que era um dos mais antigos sócios da SEN (SÁ, 1961b: 81).
[55] SÁ, 1947: capa e contracapa.

4. ESTUDIOSO E APÓLOGO DA LITERACIA PARA TODOS E DA DEMOCRATIZAÇÃO CULTURAL

Com efeito, importa constatar como essa dimensão de promotor cultural vai de par com a de estudioso e apólogo da literacia para todos.

A meio da pioneira experiência da sua «biblioteca móvel», em 1945, Victor de Sá lançou o primeiro dos seus dois inquéritos aos hábitos e preferências de leitura e à relação com a cultura, visando apurar a opinião dos utentes deste seu serviço sobre o mesmo e sobre os seus gostos de leitura.

O inquérito confirmou as ilações que avançara (no catálogo específico de 1946, *vd.* supra) relativamente às obras mais requisitadas na biblioteca móvel que dinamizou desde Braga e que chegaria a todo o país metropolitano nesses anos 1940: primado da narrativa de ficção (mormente do romance), seguido de estudos históricos, literários e pedagógicos, e a economia como área menos procurada. Dito doutro modo, Victor de Sá assumira várias vezes nos seus catálogos que o reforço bibliográfico que fora realizando acompanhava as preferências dos seus «leitores-assinantes» e, de facto, as áreas assumidas como eleitas eram as que estavam mais bem representadas nos diversos catálogos. Ademais, quanto à função da leitura, 98% dos respondentes a este inquérito assumiram a «natureza instrutiva» por detrás do seu gosto de leitura, havendo também 44% a combinar formação com distracção[56]. Ou seja, muitos destes leitores apropriavam-se dos romances segundo uma perspectiva de enriquecimento pessoal quanto à sua compreensão do mundo e dos problemas hodiernos.

Tal orientação teria de ser articulada com o facto duma certa pequena burguesia ser o verdadeiro público-alvo deste serviço, embora a classe média em geral tivesse uma representação ainda mais significativa[57]. Com feito, Sá salientaria retrospectivamente que a «compreensão, o apoio e o incentivo» tinham vindo «dum empregado de escritório, dum guarda-fios, dum professor primário, dum funcionário [público]; só mais raramente dum estudante; um pároco»[58]. E aditaria:

> *Era a essa multidão de gente esmagada pelo trabalho, isolada no campo ou na serra, a quem a necessidade da vida talvez tenha desviado das suas vocações ou tendências mais belas e que no anonimato do seu isolamento individual mantêm vivo o desejo verdadeiramente humano de se instruir e de cultivar, de apreciar as obras dos grandes autores, de ver tratados com compreensão os seus grandes e pequeninos problemas da vida quotidiana, que só através da leitura e do estudo podem ser iluminados e esclarecidos*[59].

[56] SÁ, 1946: 6.
[57] SÁ, 1954: 18-21.
[58] SÁ, 1954: 20.
[59] SÁ, 1954: 21.

Ainda no ano da vitória dos Aliados, Victor de Sá anunciou a publicação de uma «série de ensaios bibliográficos», de que saiu apenas o seu guia queirosiano, embora tivesse também projectado uma *Bibliografia da economia nacional*, a ser organizada por Nuno Fidelino de Figueiredo[60]. Estas obras serviam para orientar os leitores da sua biblioteca andarilha, mas também para recuperar e divulgar «escritores racionalistas, cujos trabalhos mais objectivos o ensino oficial procurava esconder»[61].

Essa *Bibliografia queirosiana* continha um texto intitulado *Panorâmica do livro em Portugal* e nele referia ser indispensável organizar criticamente a edição lusa, «com grande desenvolvimento nestes últimos anos», catalogando-a atempadamente e facultando «ao público carecido os manuais e guias indispensáveis do nosso matrimónio [*sic*] cultural»[62]. Na missão de organização das livrarias, bibliotecas e instituições afins devia empenhar-se a «iniciativa particular» porquanto o Estado, «se lhe cabem responsabilidades, […] a outros problemas mais essenciais tem que dar solução»[63].

Tal dever de «alargamento da cultura por todos os meios modernos de difusão» tivera já propostas por «nomes de relevo do nosso meio intelectual», como a criação dum Instituto do Livro (sugerida por Julião Quintanilha em «O Diabo» e secundada recentemente pela revista literária «Litoral») ou duma Liga Nacional de Cultura Popular, sugerida pelo jornal «Gazeta de Coimbra»[64]. Para Sá, esta liga podia ser o embrião daquele instituto, o qual só seria criado em 1979/1980, em pleno regime democrático[65].

A «curiosidade» de «muitas pessoas» pela sua biblioteca móvel animá-lo-ia a fazer um balanço crítico dessa iniciativa piloto em 1954, num contexto em que estavam no terreno as bibliotecas itinerantes do município de Cascais, dinamizadas por um Branquinho da Fonseca que pouco depois entregaria o seu projecto de bibliotecas itinerantes ao presidente-mentor da Fundação Calouste Gulbenkian, José de Azeredo Perdigão[66]. Sintomaticamente este livrinho seria o primeiro de 8 volumes duma colecção designada por «Cultura e acção», reforçando essa ideia-mestra da abordagem de Victor de Sá duma cultura que só se realiza plenamente através do envolvimento dos cidadãos e instituições na sua produção, difusão e recepção, numa linha de pensamento-acção bastante distante da prática intelectual do seu tempo, pelo menos em contexto ditatorial[67].

---

[60] SÁ, 1954: 7-8. Em 1942 publicara os seus dois primeiros estudos, ambos dedicados a Antero de Quental.
[61] SÁ, 1954: 15.
[62] SÁ, 1945b: 7. A obra acolheu achegas de Armando Carneiro da Silva, da biblioteca municipal coimbrã.
[63] SÁ, 1945b: 9. Note-se que se vivia então numa conjuntura de crise socioeconómica, com racionamento dos bens mais básicos.
[64] SÁ, 1945b: 9.
[65] *Vd.* MELO, 2004: 58.
[66] Sobre o tema *vd.* MELO, 2004: 281-282.
[67] Como anotaria Álvaro Salema no «Diário de Lisboa» de 4-5-1961, «Escrevendo, [Victor de Sá] é ainda o homem de acção, inquebrantável nos seus generosos sacrifícios, que continua a agir. Acredita que a cultura, como a liberdade, se

Ao cenário esperançoso que Victor de Sá delineara nos anos 1940 sucedeu o regresso a uma tradição obscurantista de que a ditadura salazarista era agora a principal herdeira e arauta. Mas a rememoração de boas práticas serviria de antídoto, mantendo aceso o «facho» das boas «experiências» na comunidade, para que não fossem esquecidas[68]. Essas iam da edição neo-realista à acção divulgadora de Agostinho da Silva, passando por Bento de Jesus Caraça e as universidades populares, e a iniciativa científica dinamizada por Abel Salazar e Rui Luís Gomes[69].

No ano seguinte, Victor de Sá realizou e divulgou o segundo dos seus inquéritos, com um universo bastante distinto do anterior, pois abarcando toda a população bracarense alfabetizada e estabelecendo comparações com a população ledora da região nortenha e da metrópole em geral. Saiu primeiro no «Correio do Minho», em 50 artigos interligados (sob a divisa «Um inquérito necessário») que se estenderam durante meio ano (de 5 de Março a 23 de Agosto), dando-lhe maior projecção e impacto, para mais num jornal oficial do regime, embora sob condição desse trabalho *pro bono* surgir no anonimato, assinado apenas por «Um bracarense»[70].

Como diria na versão já livre de censura, com essa obra pretendeu hastear «uma bandeira de liberdade» na «praça sitiada do obscurantismo», agitando «problemas de cultura quando as ousadias do espírito constituíam sacrilégios sem perdão». Era um tempo em que as estatísticas de leitura nas bibliotecas estatais vindas à luz num jornal revelavam uma paisagem árida, a começar por esse distrito de Braga que se «blasonava de cultura», e quando ainda não havia sido lançado o projecto da Gulbenkian[71]. Para «romper o cerco» e «promover uma discussão construtiva», Sá dará a voz a um plêiade de cidadãos, combinando de modo inovador especialistas da educação e cultura com intelectuais preocupados com a democratização cultural, caso de Branquinho da Fonseca[72]. Como desfecho, divulgaria o *Manifesto da UNESCO sobre as bibliotecas públicas, forças vivas ao serviço da educação popular*, de 1949[73].

Esta foi uma das mais relevantes reflexões públicas sobre o problema da cultura em Portugal que pôde então ecoar no espaço público, respeitando uma temática por muitos desvalorizada, mesmo ainda hoje. Contudo, foi necessariamente mais incómodo para os próceres e acólitos da ditadura, pois punha-a em causa no terreno em

conquistam e não se recebem. Uma vida corajosamente vivida sob este duplo signo é um acontecimento humano que vale tanto ou mais do que os estritos valores literários ou espèculativos» (transcrito em SÁ, 1961b: badana interior).

[68] SÁ, 1954: 11.

[69] SÁ, 1954: 14-15.

[70] SÁ, 1956: 7. Dedicou o livro a João de Barros, «poeta», «cidadão», «apóstolo da cultura» e «amigo» (SÁ, 1956: 3).

[71] SÁ, 1983: 9.

[72] Depuseram ainda docentes do magistério primário e doutros níveis de ensino (Vitorino Nemésio, António Álvaro Dória), utentes (jovens e adultos), inspectores e responsáveis de bibliotecas (como Mariana Amélia Machado Santos, António Cruz, Alberto Feio, José Pinto Loureiro e Vítor Guerra), estudantes, operários e empregados no comércio e serviços, o cónego Arlindo Ribeiro da Cunha e o edil bracarense (o mesmo que o iria delatar em 1970, enquanto governador civil de Braga, *vd. supra*).

[73] SÁ, 1956: 288-292.

que ela mais se ufanava, o das «realizações». Tal como bem interpretou Henrique Barreto Nunes, foi uma «autêntica pedrada no charco estagnado da política cultural portuguesa da altura», e «continua hoje a ler-se com grande interesse, pois trata-se de um documento sociológico que nos traça um retrato vivíssimo das práticas de leitura dos portugueses da década de 50, apontando soluções e caminhos que só muito mais tarde viriam a ser percorridos»[74].

A tónica recaía na promoção das bibliotecas, mormente das móveis, mas na condição de operarem enquanto «fomento espiritual», «mola impulsionadora», «para despertar nos leitores que temos em potência o próprio interesse da leitura, da curiosidade intelectual, do deleite emocional, enfim, daquelas virtualidades que fazem com que o homem seja homem — e não bicho»[75]. Para tal, haveria que cumprir uma série de requisitos, a começar pela remoção do «critério parcialista da selecção das obras», *i.e.*, da censura que impendia sobre os livros e as bibliotecas[76].

Após o inquérito Victor de Sá escreveria dezenas de textos sobre questões culturais, dos quais realço uma selecção, relativa à temática da democratização cultural (*vd.* Tabela 1). Constata-se que essa produção foi regular e dispersa por várias publicações nacionais e estrageiras, desde a imprensa local («Correio do Minho», «Gazeta de Coimbra», etc.) às revistas «Vértice» e «Seara Nova», passando por vários diários generalistas de Lisboa e Porto. Parte dela será integrada nos 8 volumes da já referida colecção «Cultura e acção», que foi publicando durante 10 anos[77], ou seja, até 1963, iniciando por então novo ciclo, com o seu projecto de doutoramento na Sorbonne.

Desta produção, detalhe-se ainda o alcance dalguns textos. Assim, em meados de 50, Sá escreverá sobre a importância da democratização da cultura, num opúsculo sobre a UNESCO, pioneiro na divulgação da acção deste organismo da ONU no país[78]. E nos anos seguintes dará à estampa livros reunindo ensaios dispersos e textos de conferências proferidas em associações culturais, indiciando como se desdobrava em esforços e procurava deixar a sua mensagem por todos os meios e espaços públicos possíveis.

O primeiro livro desse grupo, *Problemas da mentalidade*, saiu em 1957 em duas edições seguidas, totalizando 3 mil exemplares, indicador expressivo. O ensaio de abertura tem uma perspectiva inovadora, abordando a relação entre «Profilaxia

[74] NUNES, 2011: 277. Entre os temas abordados constam as funções, tipologias, organização, gestão, horários, catálogos e regulamentos das bibliotecas; selecção de obras e guias de leitura; legislação e funcionalismo; factores que influenciam a frequência e actividade das bibliotecas; conceitos de cultura; problemática do livro; assuntos relativos ao público infantil; papel dos intelectuais; e leituras sectoriais (desporto, religião, filosofia, direito).

[75] SÁ, 1961a: 45.

[76] SÁ, 1961a: 44.

[77] Alguns desses volumes grafam o editor como Livraria Victor, ou como sendo esta a «depositária» da obra, um modo de desafiar a recusa oficial de o reconhecer formalmente como editor.

[78] SÁ, 1955. Parte da recepção à colecção «Cultura e acção» deveu-se a figuras como Óscar Lopes, António Álvaro Dória, Afonso Cautela, Augusto de Castro e Sousa e Eduardo Frieiro (SÁ, 1961a: 81-87).

mental e bibliotecas», o que hoje convocaria porventura o âmbito da «biblioterapia» mas cujo teor era mais amplo, abarcando a necessidade de progresso mental e seu nexo ao progresso técnico e científico, a dialética das mentalidades (vanguardismo citadino e tradicionalismo provincial), a União Europeia (*sic*) e seus efeitos económicos e culturais (potencial para retirar os portugueses do seu «arcaísmo mental») e, por fim, as bibliotecas enquanto meios para a actualização de conhecimentos, sua importância e necessidade de modernização, via extensão bibliotecária[79]. Trata-se da versão completa de palestra por si proferida na Liga Portuguesa de Profilaxia Social, no Porto, em 21-3-1957. Noutros dois ensaios do livro abordou a necessidade de se mudar a organização escolar e de se estender a educação básica, de modo a facultar uma educação elementar robusta e a estimular os cidadãos para a sua formação, que levaria forçosamente à fruição cultural[80].

Em *Sociedade e cultura* ressalta o mergulho no século XIX para enquadrar na longa-duração questões relevantes da história e da cultura contemporânea portuguesa, como nos ensaios sobre «Herculano e a constituição da nacionalidade» e sobre «Garrett, defensor da cidadania intelectual», ambos de 1954[81]. Victor de Sá usou o género ensaístico para, ao reflectir sobre temas históricos, intervir no modo como se pensava a identidade nacional lusa, a política cultural e a condição/trabalho intelectual (GARRETT enquanto precursor dos ideais da UNESCO e da utopia da universal república das letras), mas também para abordar temas prementes, como em «Josué de Castro e a "Geopolítica da fome"», aproveitando o surgir da 3.ª edição brasileira desse influente livro para tecer comentários sobre as desigualdades sociais e económicas no mundo (donde, também no seu país…) e o olhar luso ensimesmado no passado (a contrapelo da produção brasileira) ou em «A língua portuguesa», no qual, a pretexto da necessidade de se projectar a língua portuguesa no mundo em conjunto com os brasileiros, denunciava sub-repticiamente o descaso salazarista quanto ao uso da cultura como motor de desenvolvimento espiritual e de acompanhamento dos problemas da actualidade internacional, ao invés do Brasil, causa da inversão de posições no domínio editorial, e na cultura em geral[82].

Em *Cultura e democracia* o autor destaca que a democracia implica a existência duma «cultura integral do indivíduo» (usa a expressão de Bento de Jesus Caraça mas sem o citar), entendida esta como combinatória da «integração das actividades

[79] SÁ, 1957: 9-50.

[80] A saber, «Círculo vicioso. A CNEA» (Dezembro de 1955) e «O problema básico da cultura nacional» (Outubro de 1956), (SÁ, 1957: 57-63 e 64-72, respectivamente). Este último texto só saiu na 2.ª ed., daí remeter apenas para esta; é compreensível que assim tenha sido, criticava assertivamente a «nossa profunda letargia cultural» e o atraso no ensino, tornando as crianças que tivessem só o 1.º grau (3.ª classe) «simplesmente ignorantes» e todas «numa situação de inferioridade cultural» face ao «nível alcançado» no exterior (SÁ, 1957: 72).

[81] *Vd.* SÁ, 1958: 27-59 e 61-72, respectivamente.

[82] *Vd.* SÁ, 1958: 73-80 e 81-98, respectivamente, com ambos os textos datados de 1955.

[individuais] no conjunto das conveniências coletivas» e «[d]a intelecção do conjunto mental e cultural em que vive [o indivíduo], de modo a torná-lo capaz de impulsionar o desenvolvimento e progresso do meio social no qual actua»[83]. O pensamento que funciona como mola propulsora desta engrenagem pressupõe a sua actualização constante, sob pena da sua inutilidade, e para esse efeito seria necessário um investimento constante e relevante na estrutura cultural, desde a produção à organização crítica, formação e circulação dos bens culturais específicos. O que só em democracia seria possível alcançar: só os regimes democráticos é que se preocupariam com a promoção e a igualdade de acesso de todos à cultura e à educação, incluindo salvaguardar um poder de compra elementar a todos os cidadãos, para que a cultura também pudesse ser uma necessidade básica para eles[84].

Ora, tal perspectiva mais dinâmica e de extensão cultural era não só contrária à da «situação» como à de parte das elites mais conservadoras, já que alegadamente iria «desnaturalizar e desnacionalizar as populações portuguesas»[85]. Mesmo os sectores supostamente mais reformistas da ditadura persistiam na inércia, como ilustra o caso do «Primeiro Plano de Fomento cultural» que o próprio proponente, o então ministro da Educação (Francisco de Paula Leite Pinto), sugeria em 27-12-1959 ser inviável, porquanto há 4 anos que vinha «procurando chamar a atenção do país para a necessidade» do mesmo e para o qual «colaborassem todos os Portugueses», mas o qual não passaria das intenções (tal como muitos outros projectos oficiais afins), para pesar de Victor de Sá, que o subscreveria[86]. Também sairia malograda a sua proposta duma «editora nacional» estatal, para reeditar obras do «património bibliográfico» há muito esgotadas, retomando os bons critérios de ex-responsáveis como Joaquim de Carvalho, demitido da Imprensa da Universidade de Coimbra no início da ditadura[87].

Retomaria o tema dum modo ainda mais articulado e acutilante num texto denso, intitulado *Implicações políticas dos problemas da cultura portuguesa*, que saiu primeiramente no diário de âmbito nacional «A Capital», em 1969. Nele começava por sustentar que, sendo a cultura «um meio de consciencialização e de valorização dos indivíduos», incumbiria ao Estado «a iniciativa e a consecução desse objectivo de âmbito colectivo»[88]. Cultura e política interligadas, portanto. Em termos retrospectivos, a I República prosseguira uma orientação democrática, e apesar de limitações várias, apostara num ensino de qualidade e permitira a liberdade de associação e expressão.

[83] SÁ, 1961a: 15. Noutro momento refere-se à cultura como sendo o «somatório de conhecimentos que permite ao homem ter uma compreensão de si próprio e da sua posição, quer em relação aos outros homens quer em relação ao Cosmos em que vive» (SÁ, 1961a: 31, *vd.* desenvolvimentos nas pp. 21-23).
[84] SÁ, 1961a: 31-39. Já o era, pois «o povo, portanto, tem fome, muita fome de cultura» (SÁ, 1961a: 76).
[85] Cit. de Álvaro Ribeiro em CARVALHO, 1961: 121.
[86] Cit. em SÁ, 1961a: 47.
[87] SÁ, 1961a: 51-52. As obras inacessíveis referidas remetiam para Amorim Viana, Antero e Sampaio Bruno.
[88] SÁ, 1970: 135.

Tendências estas que foram bloqueadas pela subsequente ditadura salazarista, que nos anos 1930-1940 induzira uma «degenerescência dos nossos valores literários e artísticos» (depois resgatados pela resistência cultural), assumindo uma «política marcadamente obscurantista» e «anticultural» que ainda se reflectia nefastamente nos percursos existenciais de centenas de milhares de portugueses, mormente dos emigrantes económicos[89]. O cunho desta política devia-se essencialmente ao facto de o Estado Novo ser um «Estado antidemocrático», e que nem improvisadas campanhas de alfabetização conseguiriam anular. Com efeito, a formação pela educação era pedra angular para a consciencialização e valorização culturais da comunidade, mas a ditadura apenas buscava alcançar estatísticas comparativas não indecorosas nesse campo, mesmo que à custa da qualidade educativa[90]. A reforma do ensino nada adiantaria se não se salvaguardasse o pleno acesso aos direitos culturais, pois só estes permitiram a formação integral dos cidadãos[91]. A articulação entre educação e cultura era imprescindível, mas só se realizaria solidamente num ambiente democrático. As profundas implicações políticas e cívicas desta reflexão eram assim expostas de modo evidente e demolidor para o *status quo*.

Esse texto seria reeditado pouco depois em livro pela Publicações D. Quixote, na interventiva colecção «Diálogo», e muito provavelmente foi o motivo principal para a proibição de circulação de *Regressar para quê?* (além dos textos de denúncia do estado decadente do ensino oficial). No livro ressurgiu um «plano de centro de investigações históricas» que propusera à Fundação Gulbenkian no ano anterior, sem sucesso, e que saíra originalmente na «Seara Nova»[92]. Um contributo mais para se repensar de modo articulado as dimensões formativa (no caso, da investigação) e cultural (por pressupor um centro bibliográfico e documental). Tirou 3 mil exemplares em duas edições no mesmo ano, o que atesta um crescente interesse pelos seus escritos e por textos sobre cultura.

Nos anos 1980/1990, Sá retomou a proposta de produção de guias orientadores, desta feita sobre a imprensa operário-sindical e o liberalismo[93]. E empenhou-se na formação de uma biblioteca na Universidade Lusófona, que ostentaria o seu nome a partir de 1997.

---

[89] SÁ, 1970: 136-137.

[90] SÁ, 1970: 137-140, cit. 137.

[91] Nas suas palavras: «Pretender ampliar o ensino e não reconhecer por outro lado aos cidadãos em geral e aos jovens em particular o uso das suas faculdades de autodeterminação, assim como o pleno desfrute dos direitos inerentes à condição de homem civilizado […] é uma contradição que compromete necessàriamente qualquer realização válida, efectiva, no plano das reformas necessárias e urgentes do ensino público em Portugal» (SÁ, 1970: 140). Donde: «É por força desta contradição que a solução dos problemas da cultura passa necessàriamente pela solução dos problemas políticos do nosso país, ou seja, […] pela conquista dos direitos fundamentais do cidadão, nomeadamente os de informação, associação e crítica» (SÁ, 1970: 140).

[92] SÁ, 1970: 115-122.

[93] *Vd.*, respectivamente, SÁ, 1991 e SÁ, RIBEIRO, 1994. Tanto quanto foi possível apurar, terá lançado a ideia do primeiro desses guias em 1981 (cf. SÁ, 1981).

5. NOTAS FINAIS

Neste escurso procurou-se comprovar como a intervenção cultural de Victor de Sá andou de par com a intervenção cívica e política. Explanaram-se os seus principais contributos numa tripla vertente: livreiro-editor, promotor cultural da leitura e da cultura democrática; estudioso e apólogo da literacia para todos.

Esses caminhos estiveram irmanados numa mesma vontade de intervenção cultural e cívica que acabam por conferir a Victor de Sá um estatuto essencialmente de dinamizador cultural, de mediador cultural progressista, sempre focado nos modos de entrelaçar cultura e política num sentido democratizante, ou seja, que permita que a formação cultural seja instrumento para o enriquecimento pessoal e colectivo de todos. O próprio Sá assumiria retrospectivamente a escolha do ofício de livreiro por lhe parecer «ajustar-se à sua vocação de dinamizador cultural»[94].

Nesse sentido, tais vias surgiram também unificadas por uma mesma preocupação de conceber a cultura para todos, enquanto formação, estudo, educação emocional, instrumento de compreensão e transformação do mundo e de si.

Por tudo isso, foi alvo de represálias por parte da ditadura e dalguns dos seus acólitos posicionados na sociedade local, mas não só. Esse repertório punitivo incluiu o bloqueio da sua actividade nos contextos liceal, sindical, profissional e político, neste último domínio com interrogatórios e detenções sucessivas e tentativas de ofuscamento e ostracização, não o autorizando a ter uma editora própria, impelindo-o a assinar sob pseudónimo parte da sua produção na imprensa e sujeitando-o a uma censura oficial que lhe mutilou ou proibiu a circulação de vários textos. Como tentativa de deslegitimação, em diversas ocasiões procurou associar-se o seu múnus cultural a uma actividade subversiva, não patriótica. Todavia, o seu contributo tornou-se de referência não só na resistência cultural antiditatorial mas na reflexão sobre alguns tópicos centrais da democratização cultural, articulando inovadoramente literacia, animação da leitura, acesso à cultura e formação humanista do cidadão, entre outros. O seu labor (de dinamizador cultural, livreiro, editor e pensador das temáticas da literacia e da democratização cultural) filia-se numa linhagem de projectos progressistas como as universidades populares, a vulgarização cultural dos anos 30 (com Agostinho da Silva, a Inquérito, a colecção «Biblioteca Cosmos» por Bento de Jesus Caraça e a sua teorização da cultura integral do cidadão) e certo associativismo sociocultural federado, e foi inspirador para iniciativas coevas ou subsequentes, como as bibliotecas itinerantes idealizadas por Branquinho da Fonseca para Cascais e a Fundação Gulbenkian, as cooperativas culturais ou o movimento de bibliotecários pró-rede nacional de bibliotecas públicas.

[94] SÁ, 1983: 207.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Cândido de (1997). *Mutiladas e proibidas*. [Lisboa]: Editorial Caminho.

GARCIA CANCLINI, Néstor (2001). *Definiciones en transición*. In MATO, Daniel, *org. Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización*. Buenos Aires: CLACSO, pp. 57-67.

CARVALHO, Joaquim de Montezuma de (1961). *Victor de Sá e a cultura*. In SÁ, Victor. *História e actualidade*. Braga: [Edição de autor], pp. 119-125.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (2016). *Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo*. In GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos, *org. Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, pp. 7-37.

GOMES, Joaquim da Silva (2014). *Victor de Sá em livro aberto*. 2.ª ed. Braga: Bom Jesus.

[GOMES], J[osé] T[arroso], *org.* ([1954]). *Constituição de 1822. Texto integral*. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Colecção Constitucional. Constituições portuguesas, n.º 1).

LOURO, Victor (2021). *A Livraria Victor*. «Internet Archive» [Consult. 15 Abr. 2021]. Disponível em <https://archive.org/details/livraria-victor>.

MELO, Daniel (2004). *A Leitura pública no Portugal contemporâneo (1926-1987)*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MELO, Daniel (2020a). *Debates sobre a cultura em Portugal: o complexo caso do livro e da leitura*. «Sociologia, Problemas e Práticas». 94, 97-118. DOI: https://doi.org/10.7458/SPP20209414027.

MELO, Daniel (2020b). *Libro y lectura en Iberoamérica tras la II Guerra Mundial: notas sobre la problemática*. In MELO, Daniel; BRANCO, Isabel Araújo, *ed. Edición y circulación del libro en Iberoamérica desde el final de la Segunda Guerra Mundial*. Gijón: Ediciones Trea, pp. 73-102.

MIT (2017). *Braga na segunda metade do sec XX… história contada por calendários de bolso*. (2) [Consult. 15 Abr. 2021]. Disponível em <https://debragaebonda.blogspot.com/2017/09/braga-na-segunda-metade-do-sec-xx.html>.

NUNES, Henrique Barreto (2007). *O Livreiro Victor de Sá*. «Forum». 41, 101-110.

NUNES, Henrique Barreto (2011). *Víctor de Sá: um homem na história*. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato, *org. O Mundo continuará a girar*. Vila Nova de Famalicão: Húmus; [Braga]: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 273-303.

NUNES, Henrique Barreto (2011). *Os Livros e as bibliotecas na vida de Victor de Sá*. «Notícia BAD». 13/XII. [Consult. 09 Abr. 2021]. Disponível em <https://www.bad.pt/noticia/2011/12/13/os-livros-e-as-bibliotecas-na-vida-de-victor-de-sa/>.

NUNES, Henrique Barreto (2016-17). «*Estes escritores morreram»: a censura aos livros e à leitura no Estado Novo.* «Boletim Cultural». Vila Nova de Famalicão: Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão. 4.ª série. 10-11, 196-215.

NUNES, Manuela Barreto (2011). *Bibliografia de Víctor de Sá*. In NUNES, Henrique Barreto; CAPELA, José Viriato, *org. O Mundo continuará a girar*. Vila Nova de Famalicão: Húmus; [Braga]: Conselho Cultural da Universidade do Minho, pp. 307-331.

PACHECO, Luiz (1970). *O Libertino passeia por Braga, a idolátrica, o seu esplendor*. [S. l.]: Contraponto.

PATO, Helena (2015*). Victor de Sá (1921-2003)*. «Antifascistas da Resistência». 16/VI. [Consult. 09 Abr. 2021]. Disponível em <https://www.facebook.com/FascismoNuncaMais/posts/728705230572192/>.

PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Fascismo (1980). *A Política de informação no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros, vol. 1.

PORTUGAL. Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1981). *Livros proibidos no regime fascista*. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.

SÁ, Victor de, *sel., pref. e notas* (1942a). *As Prosas de Antero de Quental*. Braga: Edições Futuro, 31/III.

SÁ, Victor de (1942b). *A Mocidade de Antero*. Braga: Edições Futuro.
SÁ, Victor de, *org*. e *dir*. (1942c). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 1*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Outubro).
SÁ, Victor de, *org*. (1943). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 2*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Abril).
SÁ, Victor de, *org*. (1944). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 3*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa]. (Janeiro)
SÁ, Victor de *org*. (1945a). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 4*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa & Comp.ª, Limitada]. (Janeiro).
SÁ, Victor de (1945b). *Bibliografia queirosiana*. Braga: [Edição de autor].
SÁ, Victor de (1946). *Biblioteca Móvel: Um feixe de leitura [catálogo n.º 5]*. Braga: [Livraria Cruz]. (Janeiro).
SÁ, Victor de (1947). *Biblioteca Móvel: Catálogo n.º 6*. Braga: [Ofics. Gráfs. Augusto Costa].
SÁ, Victor de (1954). *O Que foi a Biblioteca Móvel*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 1).
SÁ, Victor de (1955). *O Que é a UNESCO*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 2).
SÁ, Victor de (1956). *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Braga: [Edição de autor].; Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 3).
SÁ, Victor de (1957). *Problemas da mentalidade*. 2.ª ed. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 4).
SÁ, Victor de (1958). *Sociedade e cultura*. Braga: Livraria Victor – Centro Cultural do Minho. (Col. Cultura e acção; n.º 5).
SÁ, Victor de (1961a). *Cultura e democracia*. 2.ª ed. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 6).
SÁ, Victor de (1961b). *História e actualidade*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 7).
SÁ, Victor de (1963a). *Antero de Quental*. Braga: [Edição de autor]. (Col. Cultura e acção; n.º 8).
SÁ, V. de (1963b). *Escrevo por imposição de consciência cívica: sinto e sofro os problemas do meu tempo e do povo a que pertenço*. «Jornal de Letras e Artes». (29 Maio 1963) 7 e 10.
SÁ, Victor de (1970). *Regressar para quê?*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
SÁ, Victor de (1981). *Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa*. «Análise Social». 67/68, 839-860.
SÁ, Victor de (1983). *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Lisboa: Livros Horizonte.
SÁ, Victor de (1984). *Agostinho da Silva, trinta e tal anos de idade…* Lisboa: Biblioteca da Universidade Lusófona.
SÁ, Victor de (1989). *Fascismo no quotidiano*. Lisboa: Vega.
SÁ, Victor de (1991). *Roteiro da imprensa operária e sindical (1836-1986)*. Lisboa: Editorial Caminho.
SÁ, Victor de (2001). *Legendas para uma memória*. Braga: Biblioteca Pública de Braga.
SÁ, Victor de; RIBEIRO, Fernanda (1994). *O Liberalismo português (1820-1852): recolha bibliográfica*. «Forum». 14, 5-296.
SALEMA, Álvaro (1982). *Jorge Amado: o homem e a obra*. Mem-Martins: Publicações Europa-América.
SALLA, Thiago Mio (2017). *Livros do Brasil e a edição de romances brasileiros em Portugal nos anos 1940*. «FronteiraZ: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária da PUC-SP». 19, 111-129. DOI: https://dx.doi.org/10.23925/1983-4373.2017i19p111-129.
SIMÕES, J. Santos (1999). *Braga, grito de liberdade*. Braga: Governo Civil do Distrito de Braga.

Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. —, no âmbito da norma transitória DL 57/2016/CP1453/CT0062

A SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA (SPAE), 1918-2021: MAIS DE 100 ANOS AO SERVIÇO DA CIÊNCIA E DA COMUNIDADE*

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS**

Em 2018, a Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAE) celebrou o seu centenário. Nessa altura fui curadora, juntamente com Vítor Oliveira Jorge (arqueólogo, professor aposentado e presidente da SPAE), da exposição *A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, 1918-2018: 100 anos ao serviço da ciência*, que decorreu, entre 19 de Novembro de 2018 e 11 de Janeiro de 2019, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP). Essa ocasião permitiu-me reflectir sobre a contribuição da SPAE para a institucionalização académica da antropologia e o seu papel público como espaço para a difusão do conhecimento, debate e troca de ideias. Como se tratava de dar conta de 100 anos de actividade, foi feita uma selecção de alguns dos seus aspectos principais, ou que mais se destacaram, tal como farei neste texto.

A SPAE é, em Portugal, a mais antiga associação científica ligada à antropologia e ainda em actividade[1]. A primeira, designada por Sociedade de Antropologia, foi criada em Coimbra, em 1898, por Bernardino Machado (1851-1944); contudo, essa sociedade acabou por ter uma vida curta, uma vez que Bernardino Machado, o seu primeiro e único presidente, passou a estar mais envolvido com o Partido Republicano, ao qual aderiu oficialmente em 1903 e que acabou por escolher em 1907. É, contudo, a Bernardino Machado que se devem as primeiras diligências para criar uma cadeira de antropologia em Portugal, na Universidade de Coimbra, em 1885.

Fig. 1. Logotipo da SPAE

Mas a SPAE teve outros antecedentes. Entre as primeiras incursões realizadas no Porto no âmbito dos estudos antropológicos estão alguns trabalhos que surgiram

* A autora não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade de Lisboa — Instituto de Ciências Sociais. Email: patricia_matos@ics.ulisboa.pt. Patrícia Carla Valente Ferraz de Matos (Prémio 2005).

[1] MATOS, 2016.

na Academia Politécnica do Porto, antecessora da Universidade do Porto, podendo alguns ser consultados nos «Anais Científicos da Academia Politécnica do Porto». Destacam-se ainda algumas dissertações inaugurais realizadas na Escola Médico-Cirúrgica do Porto, que tiveram por assunto a antropologia e cujos temas incluíram: a) hereditariedade e casamento, especialmente os casamentos consanguíneos; b) crime e prisões; c) problemas da aclimação nas colónias, da regeneração social e da «raça». Desta escola destaca-se a tese do etnógrafo José Leite de Vasconcelos (1858-1941), intitulada *A evolução da linguagem, ensaio antropológico* (1886), que o antropólogo e arqueólogo António Augusto Esteves Mendes Correia (1888-1960) considera inaugurar a «notável bibliografia de filólogo, etnógrafo e arqueólogo» do autor[2].

Foi no Porto também que foi fundada a Sociedade Carlos Ribeiro em 1888 e, no ano seguinte, a sua «Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes» (1889-1898), à qual sucedeu a revista «Portugália» (1899-1908), significativamente subtitulada «Materiais para o Estudo do Povo Português — Pola Grey». Esta sociedade deveu o seu nome ao geólogo Carlos Ribeiro (1813-1882) e os seus maiores entusiastas foram Ricardo Severo (1869-1940), Rocha Peixoto (1866-1909) e Fonseca Cardoso (1865-1912).

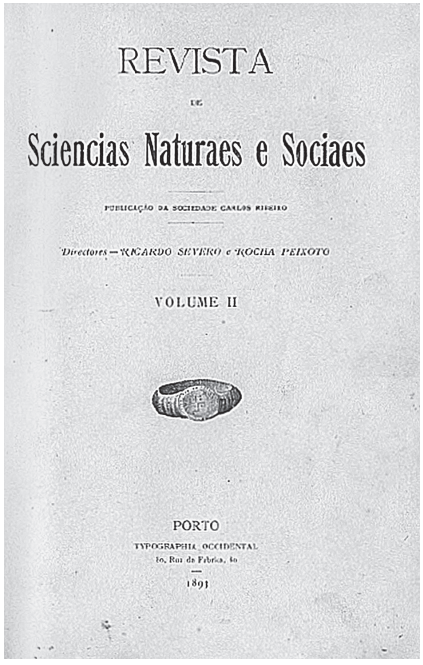

REVISTA
DE
Sciencias Naturaes e Sociaes
PUBLICAÇÃO DA SOCIEDADE CARLOS RIBEIRO
Directores — RICARDO SEVERO e ROCHA PEIXOTO
VOLUME II
PORTO
TYPOGRAPHIA OCCIDENTAL
1891

Fig. 2. Capa da «Revista de Sciencias Naturaes e Sociaes», vol. II, 1891

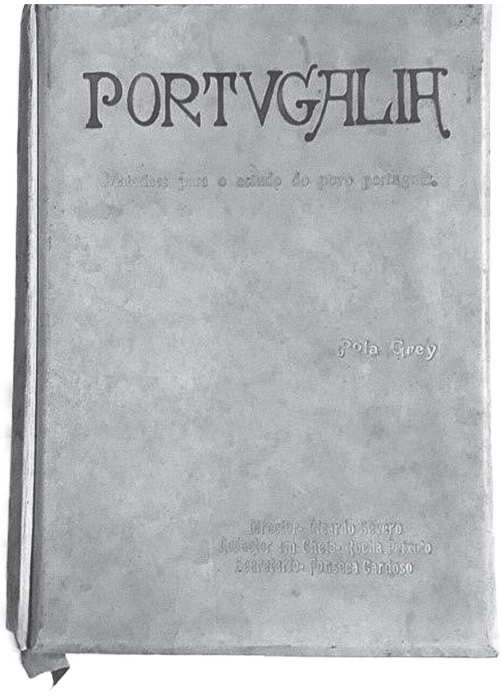

PORTVGALIA
Pola Grey

Fig. 3. Capa da revista «Portugália», tomo 1, 1899-1908

[2] CORREIA, 1941.

A SPAE foi fundada no Porto a 26 de Dezembro de 1918 por iniciativa de Mendes Correia, com o apoio de figuras mais velhas como Luís Bastos de Freitas Viegas (1869-1928), Aarão Ferreira de Lacerda (1863-1921) e Bento Carqueja (1860-1935). Nesse dia foi realizada a primeira Assembleia-Geral, aprovados os seus estatutos e decorreu a primeira reunião no gabinete do Director do Museu de Geologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (FCUP). Com cerca de 30 membros fundadores, a SPAE constitui-se como uma instituição republicana e laica, inspirada pelo período da Primeira República (1910-1926), pela criação da Universidade do Porto em 1911 e pelo contexto de promoção da instrução pública e divulgação de conhecimentos para públicos mais alargados. Mas foi sobretudo uma iniciativa de Mendes Correia: formado em medicina, dedicou-se à antropologia e à arqueologia, deixou um legado na geologia e foi continuador da escola de arqueologia da Comissão Geológica da segunda metade do século XIX. Foi fundador (1918) e presidente da SPAE, entre 1928 e 1947, e a principal figura desta sociedade e da antropologia em Portugal até, aproximadamente, os anos 50 do século XX.

Grosso modo, a história da SPAE pode ser dividida em duas grandes fases. Uma mais antiga, desde a fundação até aos anos 70, e outra mais recente, desde os anos 80 até aos dias de hoje. Os primeiros estatutos, de 1918, apesar de pequenas alterações neles introduzidas em 1924, estiveram em vigor até meados dos anos 80. De acordo com o Artigo 1.º do Capítulo I dos Estatutos de 1918, a SPAE tinha como objetivo: «Estimular e cultivar em Portugal o estudo dos métodos antropológicos, da antropologia zoológica, antropologia étnica, antropologia e arqueologia pré-históricas, psicologia experimental, etnografia, e dos ramos científicos seus derivados ou aplicados, como as antropologias militar, pedagógica, clínica, criminal, judiciária, etc»[3]. Os estatutos posteriores têm uma estrutura semelhante aos de 1918 e foram alterados na Assembleia-Geral de 11 de Janeiro de 1924. Uma alteração relevante ocorreu na alínea g) do Artigo 1.º em que passou a estar escrito «metrópole», em vez de país, e «ultramar», em vez de colónias[4]. A mudança de terminologia de colónias para ultramar é interessante nesta data, uma vez que as designações «ultramar» e «províncias ultramarinas» apenas passaram a integrar a Constituição Portuguesa de 1951, substituindo a expressão «colónias».

O título da SPAE testemunha uma antiga divisão, hoje desactualizada, entre antropologia (estudo do ser humano na dimensão física e biológica) e etnologia (estudo do ser humano na dimensão social e cultural). A maioria dos sócios estava ligada às chamadas «ciências». Das «ciências naturais» (zoologia, mineralogia, paleontologia, agronomia) vinha Aarão de Lacerda (com formação em zoologia e medicina), José

[3] SPAE, 1918: 3.
[4] SPAE, 1924: 4.

da Rocha Ferreira (professor de paleontologia) e Bento Carqueja (com formação em ciências físico-naturais). Da medicina vinha Luís Bastos de Freitas Viegas e Abel Salazar. Contudo, alguns deles, apesar da formação inicial, direcionaram as suas carreiras para outras áreas.

A funcionar no Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (IAUP), a SPAE organizou reuniões científicas e publicou desde 1919 a revista «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», entre 1919 e 1945, nomeada depois como «Trabalhos de Antropologia e Etnologia» (TAE), designação que mantém até hoje. A revista «TAE», que continha uma secção bibliográfica destinada a informar o leitor acerca dos progressos da antropologia desenvolvida em Portugal e internacionalmente, foi o principal meio de divulgação das actividades realizadas pela sociedade, contribuiu para a institucionalização da antropologia e permitiu vários intercâmbios internacionais.

Fig. 4. Logotipo do Instituto de Antropologia da Universidade do Porto (IAUP)

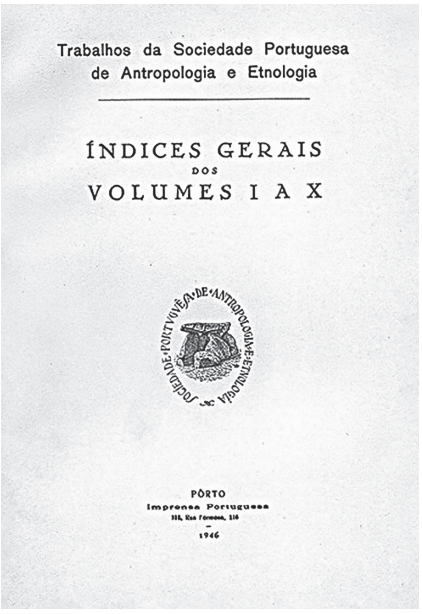


Fig. 5. *Índices Gerais dos Volumes I a IX*. «Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia», 1946

Uma das actividades da SPAE foi organizar uma biblioteca com trabalhos produzidos a nível nacional e internacional. Rui Correia de Serpa Pinto (1907-1933), com formação em engenharia e assistente de geologia da FCUP, foi bibliotecário e o primeiro organizador dessa biblioteca. Tratou-se de um dos mais promissores arqueólogos do seu tempo. Trabalhou com Mendes Correia nas escavações de Muge

desde 1930 e foi autor de um programa de estudos para a pré-história, ancorado na geologia, mas foi vítima de uma morte prematura. O relatório anual da SPAE de 1928 refere que, graças a Serpa Pinto, a biblioteca se encontrava toda catalogada, tendo-se pedido números de revistas nacionais e estrangeiras que faltavam nas coleções e conseguido novas permutas. Em 1930, as permutas eram já de 125[5]. Hoje a biblioteca da SPAE dispõe de um espólio de cerca de oito mil monografias, inventariadas em 2015 com indicações mínimas (autor, data, edição), e vinte e sete mil periódicos, registado através de um trabalho de vários meses realizado por especialistas, que contou com o apoio da Reitoria da Universidade do Porto. Tal inventário serviu de base ao contrato de doação da biblioteca da SPAE à Universidade do Porto, cuja cerimónia de entrega decorreu a 7 de Março de 2016.

Desde o início, a SPAE teve mulheres entre os seus sócios. Uma delas foi Leopoldina Ferreira Paulo (1908-1996), aceite como sócia efetiva em 1935; foi assistente de Mendes Correia na cadeira de Antropologia da FCUP e a primeira mulher a doutorar-se na Universidade do Porto, em 1944, com a tese *Alguns caracteres morfológicos da mão nos portugueses*. Por outro lado, é notório o esforço que, desde os primórdios, a SPAE desenvolve no sentido da sua internacionalização[6]. São disso exemplo as propostas dirigidas a sócios estrangeiros, correspondentes e honorários.

Entre os seus membros correspondentes estiveram: Aleš Hrdlička (Museu Nacional dos EUA, Washington, DC); Alfredo Niceforo (Paris); Alvaro de las Casas (galego, autor de trabalhos etnográficos); Angyone Costa (professor de arqueologia do Museu Histórico do Rio de Janeiro); Arthur Keith (Royal College of Surgeons of Great Britain and Ireland); Conde de Bégouen (arqueólogo francês, professor de pré-história na Universidade de Toulouse); Eduardo Hernández Pacheco (Universidade de Madrid); Eugenio Francours (etnógrafo polaco em Madrid); Eugenius Frankowski (professor assistente na Universidade de Cracóvia); Fabio Frassetto (Bolonha, Itália); Francisco de las Barras de Aragón (Madrid); Georges Hervé (professor na Escola de Antropologia de Paris); Henri Breuil (Instituto de Paleontologia Humana de Paris); Herman ten Kate (antropólogo e médico holandês, de Kobe); Hernan Lundborg (director do Instituto de Biologia da Raça de Upsala, Suécia); Hugo Obermaier (Madrid); J. P. Kleiweg de Zwaan (antropólogo físico holandês); Manuel Antón y Ferrándiz (director do Museu Antropológico Nacional de Madrid); Mario Carrara (Turim, Itália); Nello Puccioni (Florença, Itália); Oliveira Vianna (jurista e historiador brasileiro); Otto Schlaginhaufen (Zurique); Pedro Calmon (professor de direito e membro da Academia Brasileira de Letras); Quintiliano Saldaña (Madrid); Renato Kehl (médico brasileiro); René Verneau e Marcellin Boule (Museu de História Natural de Paris);

[5] SPAE, 1925-1944.
[6] MATOS, 2018.

Rudolph Martin (antropólogo alemão); Sergio Sergi (Universidade de Roma); Telesforo Aranzadi (Universidade de Barcelona); Vincenzo Giuffrida-Ruggeri (Universidade de Nápoles); e Yves Guyot (director da Escola de Antropologia de Paris).

Entre os sócios honorários estiveram nomes como: Émile Cartailhac (arqueólogo francês); Giuseppe Sergi (antropólogo italiano); e Salomon Reinach (arqueólogo francês). Alguns especialistas estrangeiros publicaram também nos «TAE». Foi o caso de Vincenzo Giuffrida-Ruggeri (antropólogo físico italiano), com um trabalho inédito em 1920, e Pedro Bosch-Gimpera (em catalão Pere Bosch i Gimpera) — arqueólogo, importante pré-historiador ibérico, exilado no México aquando do advento do franquismo, membro da SPAE — que publicou um artigo num dos dois fascículos dos «TAE» editados em 1928.

A SPAE destacou-se também pelas parcerias nacionais e internacionais. Mendes Correia sugeriu em 1919 que a SPAE colaborasse na organização de um Instituto Internacional de Antropologia, projetado pela Escola de Antropologia de Paris. Portugal e a SPAE ficaram representados na direcção por Eusébio Tamagnini e Barros e Cunha, ambos ligados à Universidade de Coimbra, e Aurélio da Costa Ferreira e Mendes Correia. Em 1930, vários elementos ligados à SPAE participaram na Secção de Portugal do XV Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica, realizado em França, tendo-se apresentado comunicações sobretudo no âmbito da antropologia física.

Por iniciativa da SPAE foi organizado no Porto, em 1934, o Primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, no qual foram apresentadas cerca de 80 comunicações referentes a assuntos coloniais[7]. Paralelamente a esse congresso decorreu a Exposição Colonial com a participação de vários habitantes das então colónias portuguesas[8]. Foram vários os sócios da SPAE que participaram também nos Congressos do Mundo Português realizados em Lisboa em 1940. Alguns membros da SPAE apresentaram ainda comunicações no IV Congresso da Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências e no XVII Congresso da Associação Espanhola para o Progresso das Ciências, realizados no Porto em 1942.

Uma forma de a SPAE divulgar o trabalho dos associados foi através da permuta de periódicos científicos. A partir de 1919 destacam-se as permutas com: «Acta Archaeologica» (Dinamarca [Copenhaga]); «Anthropos: Revue Internationale d'Ethnologie et de Linguistique» (Áustria); «Boletim do Museu Nacional do Rio de Janeiro» (Brasil); «Bulletin de l'Institut des Recherches Biologiques de l'Université de Perm» (Rússia); «Investigación y Progreso» (Madrid); «Journal Russe d'Anthropologie»; «La Tradizione» (Itália [Palermo]); «Lud» (Sociedade Etnológica Polaca em

[7] *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial*, 1934: 2 vols.
[8] MATOS, 2014.

Varsóvia); «L'Universo» (Instituto Geográfico Militar de Florença); «Mitteilungen der Anthropologischen Gesellschaft» (Viena); publicações da Société Archéologique, Historique et Géographique du Département de Constantine (Argélia); publicações da Société Royale de Archéologie de Bruxelles; publicações do Bureau of American Ethnology (Washington); publicações do Institut Archéologique Liégeois (Bélgica); «Revue Anthropologique» (Escola de Antropologia de Paris e Instituto Internacional de Antropologia); revista da *Società Italiana di Antropologia e Etnologia* (Florença); «Rivista di Antropologia» (Sociedade Romana de Antropologia); revista do Smithsonian Institution (Washington); revista «Ethnos» (México); e revista «Man» (Londres). A SPAE manteve também contactos com: «Archivio di Antropologia Criminale» (Turim); e «Archivio per l'Antropologia e l'Etnologia» (Florença).

As conferências apresentadas na SPAE refletiam os interesses de estudo desta sociedade científica e demonstravam alguma conformidade com outros produzidos na altura, a nível europeu e americano[9]. Inicialmente, incidiam frequentemente na paleontologia, arqueologia pré-histórica e evolução humana. A recolha de material arqueológico, sobretudo no país, era mais propensa a ser financiada do que as recolhas que envolvessem viagens para locais distantes, ou pesquisas etnográficas. Outra das áreas foi a medicina, sobretudo acerca de temas mais desconhecidos ou considerados aberrantes. Foi o caso da comunicação *Fístula auricular congénita*, de José Maria de Oliveira, acerca de «uma anomalia muito curiosa» (11-6-1920). Sobre o contexto colonial, Hernâni Monteiro, por exemplo, apresentou a comunicação *Mutilações dentárias da região do Humbe* (13-6-1922). No campo da etnologia e etnografia em contexto nacional, decorreu, por exemplo, a comunicação de Joaquim Pires de Lima sobre *O dente santo de Aboim da Nóbrega e a Lenda de S. Frutuoso Abade* (6-5-1921) e as comunicações de Armando Leça, como *O cancioneiro na vida portuguesa* (1936) e *O canto e a dança no cancioneiro português* (1939)[10].

Nos primeiros tempos da SPAE são frequentes as articulações entre antropologia e outros campos científicos, como a geologia, por exemplo, mas também com o campo político e com actividades de atuação quase no âmbito de uma «antropologia aplicada», no sentido de desenvolver, por exemplo, esforços para a melhoria das condições de vida das populações, aspecto em que se destacou Mendes Correia enquanto presidente da Câmara Municipal do Porto (1936-1942).

Por outro lado, destaca-se a realização de pesquisas com colaboração internacional. Por exemplo, foi por iniciativa de Mendes Correia, em 1949, que o Abade Jean Roche (1913-2008), professor e pesquisador do CNRS, e presidente da Sociedade de Pré-História Francesa, veio para Portugal trabalhar nos concheiros de Muge. Um

[9] STOCKING, 1988.
[10] SPAE, 1918-1924; SPAE, 1925-1944.

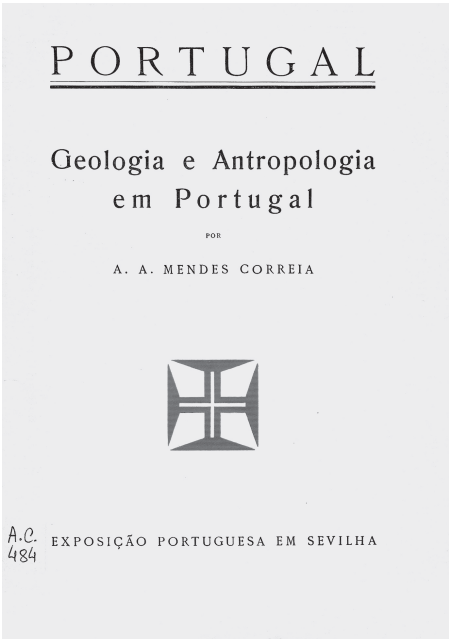
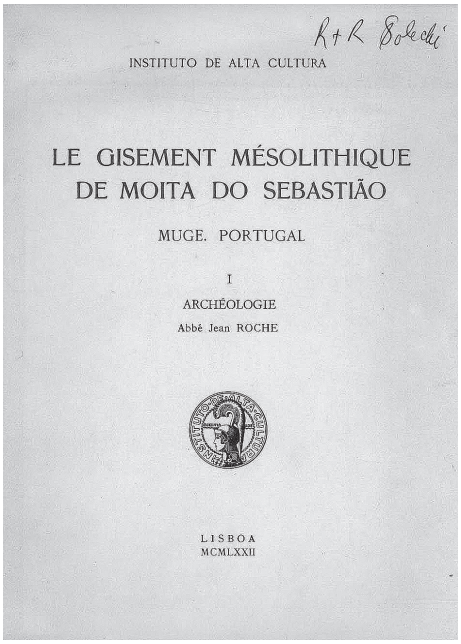


Fig. 6. *Geologia e Antropologia em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1929

Fig. 7. «Comércio do Porto». (16 Set. 1937)

dos seus primeiros contactos em Portugal foi com o Abade Henri Breuil (1877-1961) com quem trabalhou. Jean Roche, sócio honorário da SPAE, colaborou com os então Serviços Geológicos de Portugal e, mais tarde, a partir de 1974, com a FLUP, onde foi co-orientador ou incentivador das pesquisas de vários jovens pré-historiadores, realizando escavações no Bombarral, participadas por vários estudantes. Mendes Correia foi autor do prefácio do seu trabalho *L'Industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira, Muge*, publicado com o apoio do Instituto de Alta Cultura e do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular no Porto[11]. A sua tese de doutoramento[12] foi publicada com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que homenageou assim o seu trabalho realizado em Portugal. Jean Roche publicou ainda o primeiro volume de *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal*, dedicado à arqueologia[13], sendo o segundo volume, dedicado à antropologia, da autoria de Denise Ferembach (1924-1994), antropóloga física, que analisou os achados arqueológicos de ossos humanos da comunidade que viveu próximo das margens do rio Muge[14].

[11] ROCHE, 1951.
[12] ROCHE, 1963.
[13] ROCHE, 1972.
[14] FEREMBACH, 1974.


INSTITUTO DE ALTA CULTURA

LE GISEMENT MÉSOLITHIQUE DE MOITA DO SEBASTIÃO

MUGE. PORTUGAL

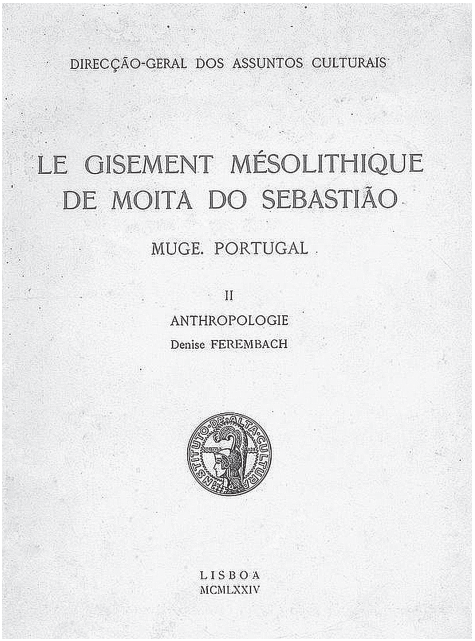
I

ARCHÉOLOGIE

Abbé Jean ROCHE

LISBOA
MCMLXXII

Fig. 8. *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1972. Vol. I: *Archéologie*


DIRECÇÃO-GERAL DOS ASSUNTOS CULTURAIS

LE GISEMENT MÉSOLITHIQUE DE MOITA DO SEBASTIÃO

MUGE. PORTUGAL

II

ANTHROPOLOGIE

Denise FEREMBACH

LISBOA
MCMLXXIV

Fig. 9. *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1974. Vol. II: *Anthropologie*

Até 1985, a presidência e a vice-presidência da SPAE foram ocupadas por um membro do Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina e por um membro do Instituto de Antropologia da FCUP, cujas posições eram alternadas no seguimento dos mandatos. Assim, quando o primeiro presidente da SPAE, Freitas Viegas (entre 1918 e 1928), faleceu em 1928, substituiu-o no cargo Mendes Correia (entre 1928 e 1947) e o vice-presidente passou a ser Hernâni Monteiro, professor de anatomia. Na altura em que Mendes Correia se deslocou para Lisboa, Hernâni Monteiro assumiu o cargo de presidente (entre 1948 e 1962) e Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1901-1990), professor de antropologia, o de vice-presidente. Hernâni Monteiro foi mais tarde sucedido por Santos Júnior no cargo de presidente (entre 1962 e 1985), assumindo nessa altura Abel Sampaio Tavares, professor de anatomia, o cargo de vice-presidente[15]. Houve assim uma alternância, entre professores de anatomia e professores de antropologia, na presidência e vice-presidência da SPAE, em resultado das relações próximas que existiam entre os Institutos de Antropologia e de Anatomia da Universidade do Porto.

[15] SPAE, 1918-1924; SPAE, 1925-1944; SPAE, 1944-1969; SPAE, 1970-1985.

De meados dos anos 50 até 1985, a SPAE dependeu sobretudo de Santos Júnior, que tinha sido assistente de Mendes Correia na cadeira de Antropologia da FCUP e era um dos seus colaboradores mais próximos. Santos Júnior realizou trabalhos no âmbito da arqueologia e da etnografia em Trás-os-Montes e Alto Douro, Angola e Moçambique; jubilou-se em 1971 e o seu espólio, doado pela família, encontra-se no Centro de Memória de Torre de Moncorvo. Em 1982 escreveu um artigo onde procura radicar o aparecimento da SPAE numa tradição que remonta à revista «Portugália» (1899-1903 e 1905-1908) e refere a ligação existente entre a SPAE e o Instituto de Antropologia Dr. Mendes Correia (designação posterior à de IAUP) e, em geral, à Universidade do Porto: «A Sociedade de Antropologia criou-se, cresceu e medrou com o amparo do Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências, e do de Anatomia da Faculdade de Medicina e também da Reitoria da Universidade do Porto»[16].

Ao longo do tempo e até aos anos 70, a produção dos sócios e colaboradores da SPAE foi benéfica também para as publicações do Instituto de Antropologia e das Faculdades de Ciências e de Medicina da Universidade do Porto. Esse processo contribuiu para o crescimento de um acervo de conhecimentos e de publicações que é hoje identificado com a Escola de Antropologia do Porto. Esta escola esteve assim intrinsecamente ligada à constituição e manutenção da SPAE e às actividades desenvolvidas no seu âmbito: apresentação de comunicações, eleição de sócios, permuta de trabalhos com especialistas e instituições internacionais ligadas às áreas afins que vinham plasmadas nos seus estatutos. A SPAE constituiu-se assim como um importante núcleo de investigação e de intercâmbio que se desenvolveu paralelamente à Escola de Antropologia do Porto[17].

Entre 1985 e 1986 ocorre uma renovação na SPAE por parte de um grupo de investigadores mais jovens. A nova direcção toma posse a 5 de Maio de 1985, ficando Vítor Manuel de Oliveira Jorge como presidente e Eduardo Jorge Lopes da Silva, arqueólogo, como vice-presidente[18]. A nova constituição foi publicada[19], os estatutos foram renovados e as actividades diversificadas. Os estatutos atuais são estes reformulados em 1986. Neles se pode ler que a SPAE é uma «Associação cultural e científica […] que tem por objectivo estimular e desenvolver a investigação antropológica, nas suas diferentes áreas e adentro uma perspectiva interdisciplinar»[20]. De 1986 em diante, a presidência da SPAE foi assumida por Eduardo Jorge Lopes da Silva (1986-1987), Susana Maria Soares Rodrigues (1987-1989) e Vítor Manuel de Oliveira Jorge (1990 até ao presente).

Por ocasião do 70.º aniversário da SPAE foi realizado o Colóquio de Antropologia Social, a 14 de Maio de 1988, no Auditório da Reitoria da Universidade do

[16] SANTOS JÚNIOR, 1982: 192.
[17] MATOS, 2012.
[18] SPAE, 1985-.
[19] «Diário da República», 5 Mai. 1986.
[20] SPAE, 1986: 1.

Porto. O colóquio constou de três debates em torno de temas genéricos, cada um deles introduzido por um especialista, que assegurou uma intervenção inicial, de cariz problematizante, adequando-se assim a uma nova era no campo das ciências sociais. O primeiro tema foi «A análise antropológica de coletividades rurais» com uma comunicação inicial de José Manuel Sobral (ICS — Universidade de Lisboa). O segundo tema debruçou-se sobre «O estudo da cultura material numa perspetiva antropológica» com uma comunicação inicial de Jorge Freitas Branco (ISCTE, Lisboa). E o terceiro tema tratou «As monografias locais na perspetiva da antropologia» com uma comunicação inicial de Joaquim Pais de Brito (ISCTE, Lisboa). As actas deste colóquio foram incluídas, entre outros assuntos, no volume 29 dos «TAE» (1989). Em 1988 foi ainda realizado o Colóquio de Arqueologia do Noroeste Peninsular (entre 22 e 24 de Setembro), cujas actas foram publicadas no volume 28 dos «TAE».

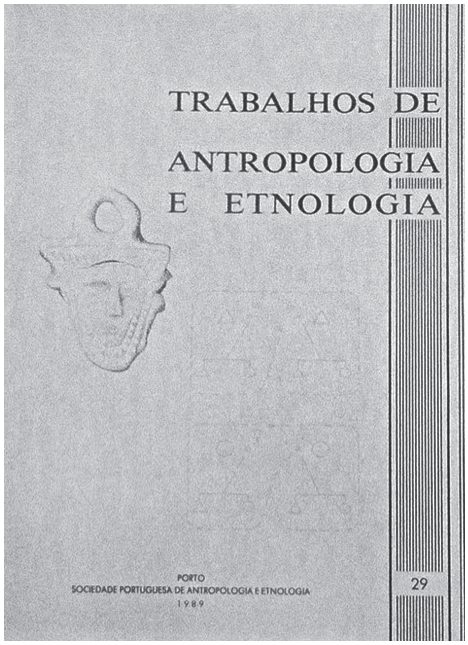


Fig. 10. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. 29, 1989

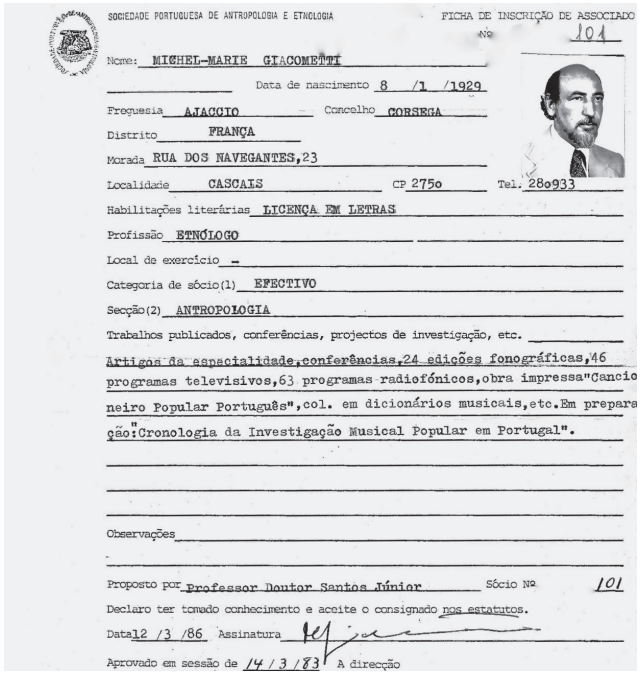
Várias figuras nacionais e estrangeiras que se distinguiram pelo seu currículo e/ou pelos serviços prestados à SPAE continuaram a ser homenageadas com a atribuição do título de sócios honorários. Entre elas estão, por exemplo: Adília Moutinho de Alarcão (arqueóloga); Augusto Santos Silva (sociólogo); Benjamim Enes Pereira (etnólogo); Eduardo Lourenço de Faria (ensaísta); Fernando Guilherme de Aguiar Branco da Silva Neves (jurista); Gaspar Soares de Carvalho (geólogo); George Olivier (antropólogo, França); Gilberto Freyre (sociólogo, ensaísta e historiador, Brasil); João Manuel Cotelo Neiva (geólogo); Jorge Nogueira Lobo de Alarcão e Silva (arqueólogo); José António Viale Moutinho (escritor); José João da Conceição Gonçalves Mattoso (historiador); José João Dias Mateus Rigaud Rodrigues de Sousa (investigador em história, arqueologia e património); José Manuel dos Santos Encarnação (arqueólogo); Manuela Delgado (arqueóloga); Nuno Lídio Pinto Rodrigues Grande (médico); Orlando Ribeiro (geógrafo); e Raymond Dart (anatomista e antropólogo, África do Sul).

Desta lista de sócios honorários faz parte Eduardo da Cunha Serrão (1906-1991), arqueólogo amador, como vários da época, que obteve apoio e incentivo do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular, criado no Porto por Mendes Correia, para alguns

dos seus trabalhos na região de Lisboa. Notabilizou-se na história da arqueologia por ter introduzido preocupações metodológicas importantes, como a estratigrafia e a referenciação topográfica das estruturas e objetos através de uma quadriculagem prévia dos sítios. Trabalhou sobretudo nos concelhos de Sesimbra e Sintra e coordenou os trabalhos de salvamento do complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo.

D. Domingos de Pinho Brandão (1920-1988), Bispo Auxiliar de Leiria (desde 1966) e Bispo Auxiliar do Porto (1972-1988), que fundou em 1958 o Museu de Arqueologia e Arte Sacra do Seminário do Porto para apoiar a formação pedagógica dos seminaristas da Diocese, também integrou a SPAE. Foi professor na FLUP e organizador dos Colóquios Portuenses de Arqueologia, publicados pela revista «Lucerna». Interessou-se por várias áreas do património — história de arte, arqueologia, epigrafia, numismática e museologia.

Um dos sócios efetivos e depois sócio honorário da SPAE foi o linguista Manuel de Paiva Boléo (1904-1992), que promoveu a língua portuguesa, assim como a qualidade do seu ensino, e contribuiu para a renovação da área da dialetologia e para a formação de vários jovens. Outro sócio foi Michel Giacometti (1929-1990), etnomusicólogo, que deixou um contributo ímpar para o conhecimento da música popular portuguesa, sobretudo a de raiz rural. Percorreu Portugal de lés a lés e conseguiu registar um património valioso e único. Fundou em 1960 os Arquivos Sonoros Portugueses e contribuiu em 1987 para a criação do Museu do Trabalho em Setúbal.



SOCIEDADE PORTUGUESA DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA — FICHA DE INSCRIÇÃO DE ASSOCIADO

Nº 101

Nome: MICHEL-MARIE GIACOMETTI

Data de nascimento 8 /1 /1929

Freguesia AJACCIO Concelho CORSEGA

Distrito FRANÇA

Morada RUA DOS NAVEGANTES,23

Localidade CASCAIS CP 2750 Tel. 280933

Habilitações literárias LICENÇA EM LETRAS

Profissão ETNÓLOGO

Local de exercício –

Categoria de sócio(1) EFECTIVO

Secção(2) ANTROPOLOGIA

Trabalhos publicados, conferências, projectos de investigação, etc.

Artigos da espacialidade,conferências,24 edições fonográficas,46 programas televisivos,63 programas radiofónicos,obra impressa"Cancioneiro Popular Português",col. em dicionários musicais,etc.Em preparação:"Cronologia da Investigação Musical Popular em Portugal".

Observações

Proposto por Professor Doutor Santos Júnior Sócio Nº 101

Declaro ter tomado conhecimento e aceite o consignado nos estatutos.

Data 12 /3 /86 Assinatura

Aprovado em sessão de 14 / 3 /83 A direcção

Fig. 11.
Ficha de membro da SPAE de Michel Giacometti
Fonte: Arquivo da SPAE

Também o etnólogo Ernesto Veiga de Oliveira (1910-1990) foi sócio efetivo e depois sócio honorário da SPAE. Integrou a equipa (coordenada por Jorge Dias, da qual fez parte Fernando Galhano, Margot Dias e Benjamim Enes Pereira) que teve como objetivo o estudo do património etnológico português. A SPAE homenageou-o em três volumes dos «TAE» publicados, respetivamente, em 1990 (vol. 30), 1991 (vol. 31) e 1992 (vol. 32), e por proposta da SPAE a Câmara Municipal do Porto criou a Praceta Ernesto Veiga de Oliveira.

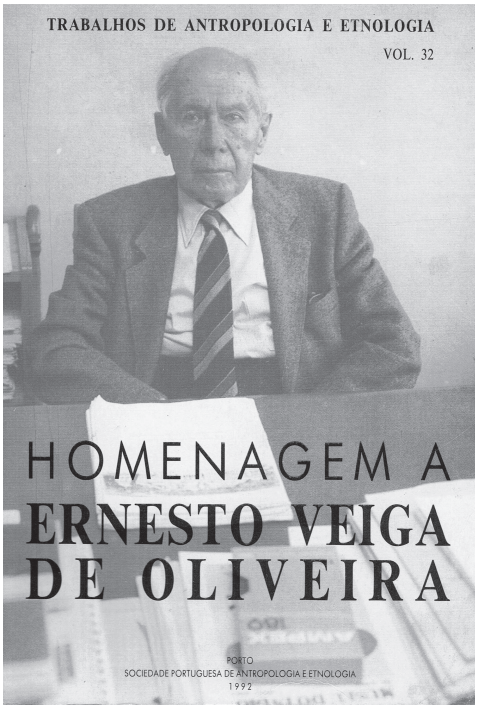


Fig. 12. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. 32, 1992

A SPAE tem levado ao debate público várias questões coevas com os seus períodos de atuação, como as relacionadas com a cultura e a identidade nos anos 90. Em 1992 organizou a mesa-redonda «Existe Uma Cultura Portuguesa?», que juntou uma plêiade de figuras da vida cultural no auditório da Casa das Artes no Porto. Nela participaram, entre outros, o cineasta Manoel de Oliveira, o historiador e teórico da literatura Óscar Lopes, Maria de Lourdes Pintasilgo (segunda mulher na Europa a ocupar o lugar de primeira-ministra), os cientistas José Mariano Gago e Luís Moniz Pereira, o ensaísta Eduardo Lourenço, o cientista Alexandre Quintanilha, o teórico da literatura e ensaísta Eduardo Prado Coelho, a antropóloga Eglantina Monteiro, o historiador Diogo Ramada Curto, os sociólogos Boaventura Sousa Santos e João Arriscado Nunes, o historiador Armando Carvalho Homem, o poeta e historiador da literatura Fernando Guimarães, o arquiteto Fernando Távora, os antropólogos João de Pina-Cabral e Jorge Freitas Branco e o arquiteto Nuno Portas. Os resultados foram publicados num livro, organizado por Augusto Santos Silva e Vítor Oliveira Jorge, editado pela Afrontamento[21].

Em 1993, a SPAE organizou o Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular realizado na FLUP. Contou com mais de 800 participantes, entre investigadores e estudantes, representativos de todas as facetas da arqueologia e de todos temas destas matérias na Península Ibérica, desde a pré-história mais antiga até aos tempos

[21] SILVA, JORGE, 1993.

Fig. 13. Capas das edições das Actas do Primeiro Congresso de Arqueologia Peninsular, 1993-1995. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vols. 33-36

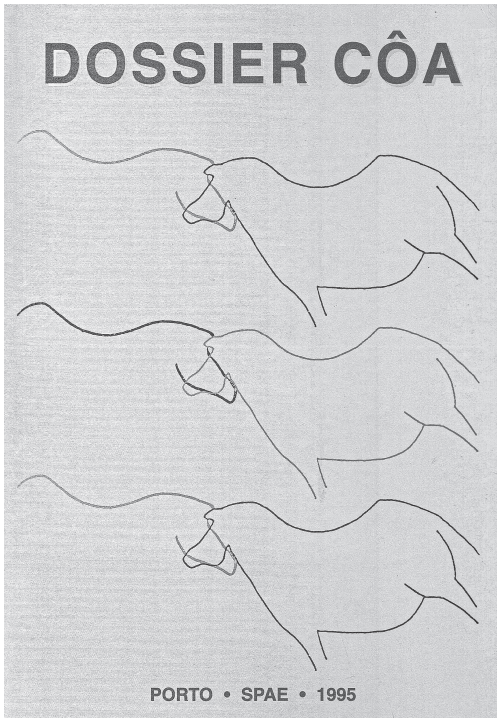


Fig. 14. *Dossier Côa*. Separata de «Trabalhos de Antropologia e Etnologia», vol. 36, 1995

modernos. As actas deste congresso foram publicadas até 1995 e integradas em oito volumes dos «TAE», exclusivamente consagrados ao efeito, tendo o último volume um anexo designado *Dossier Côa*, de que se fez separata.

A SPAE não é uma associação científica fechada, restrita apenas ao domínio académico, mas aberta à sociedade e aos problemas que nela se levantam. Manifestou, por exemplo, preocupações com o património e teve um papel significativo no esclarecimento público sobre a importância das gravuras rupestres encontradas na zona do rio Côa. Nesse sentido, elaborou um relatório dirigido ao governo português em 1995. Além disso, organizou e publicou, nesse ano, o já referido *Dossier Côa*, com distribuição gratuita, aquando do seu

lançamento na Fundação de Serralves perante um numeroso público e a presença do Ministro da Cultura Manuel Maria Carrilho.

Em 1997, a SPAE assinou um protocolo de colaboração com a Associação Portuguesa de Antropologia (APA). Tal consistiu num intercâmbio entre investigadores portugueses do Porto e de Lisboa, que se deslocaram entre estas duas cidades para apresentar as suas pesquisas. O resultado foi publicado num livro[22] que procura mostrar a riqueza do olhar antropológico em domínios diversificados. Nele colaboraram elementos de diferentes universidades do país, como Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia, Vítor Oliveira Jorge, João Teixeira Lopes, Alice Duarte, Júlio Machado Vaz, Miguel Vale de Almeida, Raúl Iturra, Henrique Gomes de Araújo, Paulo Castro Seixas, Augusto Santos Silva, Francisco Vaz da Silva, José Carlos Venâncio e Moisés de Lemos Martins.

Nesse mesmo ano, a SPAE organizou uma mesa-redonda intitulada «Conceptualização e Interpretação em Arqueologia», que procurou ser um retrato genérico do estado da arqueologia portuguesa. O evento decorreu na Fundação Eng. António de Almeida, no Porto, e dele resultou uma publicação organizada por Jorge de Alarcão (Universidade de Coimbra) e Vítor Oliveira Jorge, editada pela SPAE[23].

A SPAE foi estando também a par de algumas discussões teóricas internacionais. Foi o que aconteceu, por exemplo, com as teorias relativas a fenómenos como o sofrimento, a exclusão social e várias formas de discriminação (racial, de género, religiosa, de classe, entre outras). Estes temas foram debatidos no âmbito do colóquio intitulado «Nós e os Outros: a Exclusão em Portugal e na Europa», organizado no Porto, de que resultou um livro publicado pela SPAE[24]. Numa iniciativa posterior, intitulada «Pluralidades Portuenses», integrada no evento «Porto, Capital Europeia da Cultura 2001», foi possível contar com Michel Wieviorka (EHESS, Paris) — sociólogo e teórico dos movimentos sociais, da violência e do racismo.

Em 1999, a SPAE organizou a mesa-redonda intitulada «O Património e os Media», na Fundação Eng. António de Almeida. Nela participaram personalidades da vida cultural nacional, como Diana Andringa, Jorge Paiva, Manuel António Pina, Mário Ruivo, Vítor Serrão, Jorge de Alarcão e Maria Eduarda Gonçalves, entre outros. Em resultado desse debate foi publicado um livro[25].

Em colaboração com o Instituto de Investigação em Arte, Design e Sociedade da Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto (FBAUP), a SPAE organizou, em 2014, o ciclo de debates «O tempo e os seus modos», que decorreu ao longo de quatro meses, e envolveu dezenas de palestrantes. O ciclo foi coordenado por Vítor

[22] JORGE, ITURRA, *ed.*, 1997.
[23] ALARCÃO, JORGE, *ed.*, 1997.
[24] ARAÚJO, SANTOS, SEIXAS, *ed.*, 1998.
[25] JORGE, *ed.*, 2000.

Oliveira Jorge (SPAE e FLUP) e por Catarina Martins (FBAUP). As sessões decorreram no auditório da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto. Na ocasião procurou refletir-se sobre as diversas vivências do tempo, a aceleração contemporânea dos modos de vida e as suas relações com a tecnologia, tomando em consideração elementos como o arquivo, o museu, o património e a identidade.

Todos os anos a SPAE propõe e apresenta um programa de conferências, integrado nas suas actividades comuns, que decorre ao longo dos meses. É notória a diversidade dos temas tratados, assim como a presença de especialistas de várias áreas disciplinares, mas sobretudo ligados às ciências sociais e às humanidades. Foi o que aconteceu, por exemplo, no programa de 2016, cujas conferências decorreram na Fundação Eng. António de Almeida.

Fig. 15. Cartaz das conferências organizadas pela SPAE em 2016

Em 2018, a SPAE promoveu a realização do Colóquio Internacional *Modos de Fazer*, que co-organizou com o CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória) da FLUP. Esta iniciativa, que teve como oradores convidados Tim Ingold (University of Aberdeen, Escócia) e Kapil Raj (École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris), decorreu na FLUP e demonstrou o vigor e a actualidade desta sociedade científica. Em resultado do colóquio foi preparado um livro, em sistema de *peer review*, que reuniu vários autores[26].

Embora similar a outras no estrangeiro, a SPAE é uma sociedade única em Portugal: permitiu estimular e desenvolver estudos antropológicos, está relacionada com a Escola de Antropologia do Porto (primeira metade do século XX) e manteve relações com cientistas nacionais e estrangeiros, promovendo a permuta de trabalhos e o debate de ideias. Mendes Correia, docente tanto na Faculdade de Ciências como na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, além de fundador, foi um dos seus principais mentores. Os interesses científicos que foram surgindo na SPAE reflectiram várias mudanças de contexto histórico

[26] JORGE, *coord.*, 2020.

— Primeira República (1910-1926), Estado Novo (1933-1974), maior investimento nas colónias africanas (anos 30), período pós-Segunda Guerra Mundial e período pós-25 de Abril de 1974[27].

A SPAE continua a cumprir o seu objecto social, organizando conferências regulares e promovendo debates, que reúnem não apenas os sócios, mas também pessoas interessadas nos temas apresentados. Desde 1919 que continua a publicar, ininterruptamente, a sua revista, na qual colaboram antropólogos, arqueólogos e outros especialistas, sobretudo ligados às ciências sociais e humanas, mas também à biologia, à primatologia ou à filosofia. Trata-se da revista mais antiga em Portugal no âmbito desta especialidade que permitiu, por intercâmbio, constituir uma biblioteca com volumes de revistas provenientes de vários países, em especial da Europa, da América do Norte, Central e do Sul e da Rússia. Nos anos 90, os «TAE» revelaram uma actualização de conteúdos e uma nova apresentação gráfica. Esse período é contemporâneo de uma nova fase da antropologia em Portugal, com a criação de novos cursos nas universidades, um aumento da produção de teses de mestrado e de doutoramento e a divulgação de novos estudos. A partir de 1997, a revista incorporou o subtítulo «Revista inter e transdisciplinar de ciências sociais e humanas». A par do contexto e dos desafios atuais, a SPAE passou a editar online a sua revista, com acesso livre e gratuito, a partir de 2012[28]. Embora diferente dos moldes iniciais, a SPAE está viva e continua a ser um espaço de reflexão, debate e divulgação de conhecimentos, aberto a novos sócios e à comunidade científica, mas também a um público geral.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à direcção da SPAE, em especial ao Professor Vítor Oliveira Jorge, pelo apoio que permitiu a minha pesquisa sobre a história da SPAE. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT, I.P., *Norma Transitória* — DL57/2016/CP1441/CT0001.

FONTES

Fontes manuscritas

SPAE (1918-1924). *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, volume I* [Manuscrito]. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Portugal.

SPAE (1925-1944). *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, volume II* [Manuscrito]. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Portugal.

SPAE (1944-1969). *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, volume III* [Manuscrito]. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Portugal.

[27] MATOS, 2016.

[28] [Consult. 14 Jun. 2021]. Disponível em <https://revistataeonline.weebly.com>.

SPAE (1970-1985). *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Volume IV* [Manuscrito]. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Portugal.
SPAE (1985-). *Livro de Actas da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Volume V* [Manuscrito]. Arquivo da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto, Portugal.

Fontes impressas

ALARCÃO, Jorge; JORGE, Vítor Oliveira, *ed.* (1997). *Pensar a Arqueologia, hoje*. Porto: SPAE.
ARAÚJO, Henrique Gomes; SANTOS, Paula Mota; SEIXAS, Paulo Castro, *ed.* (1998). *Nós e os Outros: a Exclusão em Portugal e na Europa*. Porto: SPAE.
CORREIA, António Augusto Esteves Mendes (1941). *A Escola Antropológica Portuense*. Lisboa: [s.n.].
«Diário da República». III série. 102 (5 Mai. 1986).
FEREMBACH, Denise (1974). *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. II: *Anthropologie*.
JORGE, Vítor Oliveira, *ed.* (2000). *O Património e os Media*. Porto: SPAE.
JORGE, Vítor Oliveira, *coord.* (2020). *Modos de Fazer = Ways of Making.* Porto: CITCEM; SPAE.
JORGE, Vítor Oliveira; ITURRA, Raúl, *ed.* (1997). *Recuperar o Espanto: O Olhar da Antropologia*. Porto: Afrontamento.
ROCHE, Jean (1951). *L'Industrie préhistorique du Cabeço d'Amoreira, Muge*. Porto: Imprensa Portuguesa.
ROCHE, Jean (1963). *L'Épipaléolithique marocain*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 2 vols.
ROCHE, Jean (1972). *Le Gisement Mésolithique de Moita do Sebastião. Muge, Portugal.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura. Vol. I: *Archéologie*.
SILVA, Augusto Santos; JORGE, Vítor Oliveira, *ed.* (1993). *Existe uma Cultura Portuguesa?* Porto: Afrontamento.
SPAE (1918). *Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.* Porto: SPAE.
SPAE (1924). *Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.* Porto: SPAE.
SPAE (1986). *Estatutos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.* Porto: SPAE.
«Trabalhos de Antropologia e Etnologia». 29 (1989).
«Trabalhos de Antropologia e Etnologia». 30 (1990).
«Trabalhos de Antropologia e Etnologia». 31 (1991).
«Trabalhos de Antropologia e Etnologia». 32 (1992).
Trabalhos do I Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1934). Porto: I Exposição Colonial Portuguesa. 2 vols.

BIBLIOGRAFIA

MATOS, Patrícia Ferraz de (2012). *Mendes Correia e a Escola de Antropologia do Porto: contribuição para o estudo das relações entre antropologia, nacionalismo e colonialismo em Portugal (de finais do século XIX aos finais da década de 50 do século XX)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
MATOS, Patrícia Ferraz de (2014). *Power and Identity: The Exhibition of Human Beings in the Portuguese Great Exhibitions*. «Identities: Global Studies in Culture and Power». 21: 2, 202-218.
MATOS, Patrícia Ferraz de (2016). *Anthropology in Portugal: the case of the Portuguese Society of Anthropology and Ethnology (SPAE), 1918*. In DARNELL, Regna; GLEACH, Frederic W., *ed. Local knowledge: Global Stage*. Lincoln & London: University of Nebraska Press, pp. 53-97. (Histories of Anthropology Annual; 10).

MATOS, Patrícia Ferraz de (2018). *Inclusions and exclusions in the production and circulation of scientific knowledge: the case of the Royal Anthropological Institute (RAI) and the Portuguese Society of Anthropology and Ethnology (SPAE)*. In GRANJO, Paulo; ABOIM, Sofia; RAMOS, Alice, *ed. Changing Societies: Legacies and challenges*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 407-442. Vol. I: *Ambiguous inclusions: inside out, outside in.*

SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos Santos (1982). *A Sociedade Portuguesa de Antropologia e o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto*. «Trabalhos de Antropologia e Etnologia». 24: 2, 189-209.

STOCKING JR., George W., *ed.* (1988). *Bones, Bodies, Behaviour: Essays on Biological Anthropology.* London: University of Wisconsin Press. (History of Anthropology; 5).

REPRESENTAÇÕES DA MULHER NOS DIVÓRCIOS DA COMARCA DO PORTO (1911-1934)*

SANDRA COSTA**

1. O PONTO DE PARTIDA

O trabalho de investigação *Divórcio no Porto — 1911/1934: «E aos costumes disse nada»*, apresentado, publicamente, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, em 2006, e vencedor, nesse ano, da 15.ª edição do *Prémio Victor de Sá*, teve como objecto de estudo o divórcio enquanto realidade histórica, no período de influência da legislação republicana em matéria de Direito de Família, mediante a análise de casos concretos de divórcio litigioso e por mútuo consentimento, apresentados ao Tribunal da Comarca do Porto, na sequência da publicação da Lei do Divórcio de 3 de Novembro de 1910 até meados dos anos 30.

Esse fundo do Tribunal da Comarca do Porto conserva 135 processos de divórcio que abarcam um período balizado entre os inícios da Primeira República e os primeiros anos do Estado Novo, dos quais 126 são processos de divórcio litigioso e 9 constituem processos de divórcio por mútuo consentimento. Se, para o período de 1915 a 1925 e de 1929 a 1934, o acervo constitui apenas 5,6% do total de divórcios registados na Comarca do Porto[1], ou seja, parece constituir uma amostra numericamente limitada, a riqueza e extensão de alguns desses processos concederam, contudo, preciosos indicadores relativos ao fenómeno do divórcio apresentado a tribunal, principalmente no que diz respeito à variante de divórcio litigioso.

Assim, para além da análise demográfica que se podia retirar da leitura e tratamento dos dados que os processos apresentam, o objectivo essencial desse trabalho consistiu no dilucidar dos quadros sociais, mentais e comportamentais subjacentes às estratégias de dissolução conjugal, logo, à família, no Porto, no período em questão.

Nesse estudo, apesar de não se ter apresentado um capítulo autónomo sobre a temática do género, ao longo das diversas questões abordadas — os perfis das famílias divorciadas, as causas do divórcio, a guarda dos filhos menores — fez-se sempre a respectiva alusão ao papel da mulher na sociedade republicana, ao mesmo tempo que se iam respigando os comportamentos, as reacções e as atitudes face ao fenómeno do divórcio e a outras questões colaterais. Apresenta-se, agora, uma tentativa

---

* A autora não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Agrupamento de Escolas da Maia. Email: sandra.costa@aemaia.com. Sandra Cristina Martins Costa (Prémio 2006).

[1] INE. *Estatísticas Demográficas: Movimento Geral da População*; ADP. TCP, Secção V, Séries 112 e 113.

de aproximação à referida temática, ou seja, uma síntese das principais conclusões que se podem retirar sobre a imagem da mulher que atravessa estes processos de divórcio na Comarca do Porto, entre 1911 e 1934.

2. AS AUTORAS DOS PROCESSOS DE DIVÓRCIO

Mas que representações da mulher podemos, então, vislumbrar destes processos de divórcio dirimidos no Tribunal da Comarca do Porto? Comecemos por caracterizar aquelas que se apresentaram como autoras dos processos de divórcio litigioso.

Tabela 1. Categoria socioeconómica da mulher autora do processo de divórcio

		Autor do Processo		Total
		Homem	Mulher	
Categoria socioeconómica	Domésticas	27 54,0%	48 71,6%	75 64,1%
	Proprietárias	3 6,0%	10 14,9%	13 11,1%
	Costureiras/Modistas	7 14,0%	3 4,5%	10 8,5%
	Operárias	6 12,0%	1 1,5%	7 6,0%
	Serviçais	2 3,8%	4 6,0%	6 5,0%
	Profissionais Liberais	3 6,0%	1 1,5%	4 3,4%
	Empregadas do comércio	1 2,0%	0 ,0%	1 ,9%
	Assalariadas urbanas ou rurais	1 2,0%	0 ,0%	1 ,9%
Total		50 100,0%	67 100,0%	117 100,0%

Fonte: ADP. TCP, Secção V, Série 113

Se, até 1925, o número de divórcios requeridos pelo homem e pela mulher é praticamente equivalente (48 divórcios requeridos pelos maridos para 47 pedidos pelas esposas), a partir de 1926 a iniciativa da dissolução conjugal é claramente feminina (22 pedidos de divórcio por parte da mulher para apenas 9 pedidos por parte do homem).

Quanto à categorização sociográfica das mulheres, nos 117 casos em que os dados permitem esta caracterização (nove processos não fornecem informação sobre o assunto), tal como se pode observar na Tabela 1, constata-se que 71,6% das mulheres autoras dos processos de divórcio estão referenciadas como domésticas,

14,9% são proprietárias e 6% são serviçais (lavadeiras e criadas de servir). Assim sendo, e atendendo ao carácter ambíguo e pouco esclarecedor que a figura social de «doméstica» comporta, procurou-se determinar com quem estas estavam casadas, de modo a conseguir estabelecer uma caracterização mais completa do seu perfil.

Sabendo-se que 43,8% destas mulheres autoras domésticas são casadas com indivíduos cujas profissões remetem para estratos menos favorecidos da sociedade (Tabela 2), verifica-se que das 67 mulheres autoras dos processos judiciais de divórcio litigioso, com situação socioeconómica conhecida, apenas 29 parecem pertencer a estratos menos favorecidos da sociedade. Ou seja, apesar do pendor interclassista

Tabela 2. Categoria socioeconómica dos homens por autor do processo, quando a mulher é doméstica

		Autor do Processo		Total
		Homem	Mulher	
Categoria socioeconómica do homem	Operários/Artífices	6 22,2%	13 27,1%	19 25,3%
	Negociantes/Comerciantes	4 14,8%	8 16,7%	12 16,0%
	Proprietários	3 11,1%	6 12,5%	9 12,0%
	Empregados Comerciais	4 14,8%	3 6,3%	7 9,3%
	Assalariados urbanos e rurais	2 7,4%	4 8,3%	6 8,0%
	Trabalhadores dos Transportes	4 14,8%	1 2,1%	5 6,7%
	Funcionários Públicos	0 ,0%	5 10,4%	5 6,7%
	Profissionais Liberais	1 3,7%	3 6,3%	4 5,3%
	Capitalistas	1 3,7%	1 2,1%	2 2,7%
	Desempregados	0 ,0%	2 4,2%	2 2,7%
	Pescadores/Marítimos	2 7,4%	0 ,0%	2 2,7%
	Agricultores	0 ,0%	1 2,1%	1 1,3%
	Forças Públicas	0 ,0%	1 2,1%	1 1,3%
Total		27 100,0%	48 100,0%	75 100,0%

Fonte: ADP. TCP, Secção V, Série 113

ser característico do divórcio no Porto, seja ele feminino ou masculino, uma situação socioeconómica própria (ou do marido) coincidente com as classes médias ou a alta burguesia parece favorecer a iniciativa feminina do divórcio, bem como, por exemplo, o confronto judicial (através da contestação, reconvenção ou apelação). Verificou-se, ainda, que apenas duas autoras, uma serviçal e uma tecedeira, estão identificadas como analfabetas.

Cruzando a variável número de filhos do casamento com a autoria do processo (Tabela 3), constata-se que 43,9% dos homens autores dos processos de dissolução conjugal não têm filhos, enquanto as mulheres nas mesmas condições perfazem apenas 37,7% — apesar do número de mulheres autoras sem filhos (26) ser ligeiramente superior ao dos homens na mesma situação (25). Verifica-se, também, que existe um número superior de mulheres com um elevado número de filhos a pedir o divórcio relativamente ao de homens em condição idêntica — 10 mulheres que solicitaram o divórcio tinham três ou mais filhos, enquanto o mesmo aconteceu em apenas 4 casos de autoria masculina. Ou seja, ainda que a existência de filhos no casamento pareça ser um motivo dissuasor da prática divorcista (e quanto maior o número de filhos maior poder de dissuasão parece existir), este factor de restrição do divórcio não é especialmente feminino, como se poderia pensar, numa sociedade que, quer durante o período republicano, quer na vigência do Estado Novo, condiciona e orienta a mulher para o papel de esposa e mãe.

Tabela 3. Número de filhos do casamento, por autor do processo

		Autor do Processo		Total
		Homem	Mulher	
Número de Filhos	0	25 43,9%	26 37,7%	51 40,5%
	1	20 35,1%	26 37,7%	46 36,5%
	2	8 14,0%	7 10,1%	15 11,9%
	3	2 3,5%	8 11,6%	10 7,9%
	4	1 1,8%	2 2,9%	3 2,4%
	5	1 1,8%	0 ,0%	1 ,8%
Total		57 100,0%	69 100,0%	126 100,0%

Fonte: ADP. TCP, Secção V, Série 113

O divórcio solicitado pela mulher é, essencialmente, requerido (68,1%) e autorizado (61,8%) pelo fundamento «sevícias ou injúrias», usado de forma simples ou em conjugação com outros motivos. O «adultério do marido», enquanto causa simples, tem uma expressão residual, em conjugação com outros motivos aparece referenciado como terceiro motivo mais invocado, quer nos requerimentos iniciais (31,9%), quer nas sentenças (20,6%). Ou seja, as mulheres sentiam mais necessidade do que os homens de adicionar à causa «adultério» outras causas, com receio de verem ser-lhes negado o divórcio. E a diferença entre a percentagem de casos de adultério feminino dados como não provados (14,3%) e a percentagem de iguais situações (36,4%) em que estava em causa a fidelidade dos maridos revelam-nos os primeiros indícios de uma não efectiva equidade entre o adultério masculino e feminino, quando a Lei do Divórcio a tinha estabelecido, revogando as anteriores disposições do Código Penal de 1886 e do Código Civil de 1867, segundo as quais o adultério masculino, para ser equiparado ao da mulher (e mesmo assim com penas diferentes — condenação entre dois e oito anos de prisão para a mulher, enquanto o marido adúltero seria condenado a uma pena de multa de três meses a três anos), necessitava de ser qualificado, isto é, de ser acompanhado de escândalo público, de completo desamparo da mulher ou provar-se que era tido e mantido em pleno lar conjugal[2].

3. PERFIL DAS MULHERES DIVORCIADAS

Mas quem eram estas mulheres que se divorciaram, na Comarca do Porto, entre 1911 e 1934? Em primeiro lugar, quase todas estavam envolvidas no seu primeiro casamento e 50,8% tinham casado entre os 16 e os 20 anos, revelando alguma precocidade no casamento. Por outro lado, estes casamentos dissolvem-se, em média, após 10 anos de vivência conjugal.

Realmente, se para a esmagadora maioria destes indivíduos que opta pela dissolução conjugal o casamento em questão era o primeiro, não deixa de ser interessante encontrar alguns exemplos de recasamento, sendo de destacar os dois casos encontrados de duplo divórcio. Sabendo-se do carácter pouco expressivo que o fenómeno do divórcio teve em Portugal, aquando da sua implementação, e das vicissitudes sociais que a condição de divorciado provocava, de facto, quase causa espanto encontrar um homem, em 1925[3], e uma mulher, em 1929[4], envolvidos numa segunda dissolução conjugal por via de divórcio. A surpresa é ainda maior quando se verifica que, no caso feminino de segundo divórcio, foi a própria que o requereu das duas vezes, aos

[2] O §1.º do art.º 61.º da Lei do Divórcio, no qual se podia ler que «o adultério do marido será igualado, em carácter e gravidade, ao da mulher», eliminava, pois, a necessidade de o adultério do homem ser qualificado, conforme exigia o art.º 1204.º do Código de Seabra. Consultar: OLIVEIRA, 1997: 74.

[3] ADP. TCP, maço 0126, processo 00319, iniciado em 1925.

[4] Neste caso, pertencem ao acervo os dois processos de divórcio requeridos por esta mulher: ADP. TCP, maço 0093, processo 00236, iniciado em 1920 e maço 0177, processo 00474, iniciado em 1929.

23 e aos 32 anos de idade, por motivo de abandono do domicílio conjugal por mais de 3 anos. Mesmo pressupondo-se que esta causa de divórcio não traria a reprovação social de outras — um marido ausente não é alvo de vergonha pública — salienta-se a atitude de não resignação desta mulher perante o seu destino de mulher casada e pela segunda vez abandonada.

As mulheres divorciam-se predominantemente (64,6%) entre os 21 e os 35 anos, constituindo-se o divórcio feminino como o mais precoce (tal como o casamento e por consequência desta mesma precocidade) — apenas 11,5% dos homens se divorciam até aos 25 anos e 32% até aos 30 anos; em contrapartida, 24,2% das mulheres estão divorciadas até aos 25 anos e 46% até aos 30.

Por outro lado, é algo surpreendente a amplitude de idades que o divórcio litigioso atinge, principalmente no que diz respeito às mulheres — a idade da mulher neste tipo de divórcio oscila entre os 15 e os 64 anos. Numa primeira impressão, tal precocidade e divórcio tardio parece querer significar que estas mulheres, independentemente da idade, não se deixam tolher pelo estigma social reservado às divorciadas e que, pelo contrário, decidem o seu futuro mesmo quando as suas idades pressupunham mais comportamentos de obediência e de resignação do que de independência. Contudo, consultando os respectivos processos que envolvem estas duas mulheres cujas idades balizam o espectro etário do divórcio feminino no Porto, entre 1911 e 1934, tal não se confirma na totalidade.

Ainda que a jovem de 15 anos seja a própria autora do processo, não é de excluir que tenha requerido o divórcio por influência dos pais, que já não haviam concordado com o seu casamento — precedido de «rapto» e fuga pelo jovem casal para Tui — e em casa de quem ela se recolheu devido às injúrias e sevícias graves e ao adultério do marido[5]. No caso da mulher cuja idade de divórcio constitui o limite superior da dissolução conjugal feminina, verifica-se que não foi ela quem tomou a iniciativa de romper o laço matrimonial, apesar de depois ter constituído reconvenção[6]. Ou seja, a decisão de divórcio não terá sido total ou parcialmente destas mulheres.

As mulheres divorciadas, predominantemente, não têm filhos ou têm um filho entre os 0 e os 10 anos de idade. Parece significar isto que os casais em processo de divórcio não ficam à espera de uma idade mais avançada das crianças existentes no casamento para se divorciarem. De facto, parecem ser irrelevantes as preocupações

[5] ADP. TCP, maço 0285, processo 00721, iniciado em 1928.

[6] A reconvenção é a acção proposta pelo réu contra o autor perante o juízo em que é demandado. De acordo com o disposto nos art.os 332.º e seguintes do Código do Processo Civil de 1876, o réu que pretende reconvir deve, na audiência em que oferecer a contestação, apresentar o requerimento em que deduza a sua acção (Cf. art.º 332.º e seguintes do Código do Processo Civil de 1876). A acção principal e a reconvenção são julgadas como uma só e a sentença do juiz, lançada no processo da acção principal quando julgar procedente o divórcio, declarará se o autoriza pelos fundamentos da acção ou da reconvenção (art.º 15.º do Decreto-Lei de 3 de Novembro de 1910).

com as consequências emocionais e psicológicas que um divórcio pode acarretar para uma criança.

Quanto à categorização sociográfica das mulheres, verifica-se que 50,4% das mulheres que se divorciam no Porto, salvaguardando o facto de apenas duas estarem identificadas como analfabetas[7], parecem ter uma situação socioeconómica pouco coincidente com as classes médias ou a alta burguesia. Como já se referiu, o pendor interclassista parece, assim, ser característico do divórcio feminino.

A cidade do Porto é a residência predominante na modalidade de divórcio litigioso, quer para os cônjuges do sexo masculino (68,8%), quer para os do sexo feminino (67,2%), o que mostra o carácter essencialmente urbano do fenómeno; o segundo pólo residencial, ainda que com uma importância substancialmente menor e igualmente para ambos os sexos, é Vila Nova de Gaia.

Mapa 1. N.º de mulheres divorciadas, por freguesias do Porto
Fonte: ADP. TCP, Secção V, Série 113

No momento da colocação da acção de divórcio litigioso, a ausência de coabitação é também quase total — a mudança de residência no decorrer do processo, e não logo de início, acontece em apenas 13,7% dos processos e sempre por parte da mulher.

O divórcio feminino, no Porto, ocorre predominantemente nas freguesias orientais da cidade, sendo Santo Ildefonso a freguesia que mais divorciadas acolhe, logo seguida de Cedofeita, Paranhos e, depois, Bonfim e Campanhã (Mapa 1).

Concentrando-se, então, o divórcio feminino (mas também enquanto fenómeno total) na zona oriental da cidade do Porto e, dentro desta, nas freguesias centrais de Cedofeita e Santo Ildefonso, significa isto que a maior parte destas divorciadas residiam, como refere Gaspar Martins Pereira, na área «mais dinâmica em termos económicos», «com zonas comerciais e de serviços importantes», no «Porto dos

[7] Como referido atrás, apenas duas autoras — uma serviçal e uma tecedeira — surgem, explicitamente, referenciadas como analfabetas.

elegantes Armazéns Hermínios, que vestem as damas da cidade de acordo com o último grito da moda parisiense»[8].

No entanto, contrastando com estes espaços, no rol de ruas do Porto identificadas nos processos litigiosos do acervo em estudo, surgem referências a ilhas ou vielas populares, como o Bairro do Barredo, na Sé, onde na Rua S. Francisco de Borja vivia o autor do processo de divórcio iniciado em Novembro de 1912, empregado dos caminhos-de-ferro da Alfândega que, beneficiando de assistência judiciária, acusa a mulher, residente no Cais da Estiva, de ter mau génio e por diversas vezes ter abandonado o domicílio conjugal, voltando o autor a recebê-la até que esta desde há dois anos fora viver em pública mancebia com um barqueiro conhecido por Raul «Faz Casinhas», de quem tinha já um filho de cinco meses. Bairro do Barredo, então, onde às precárias condições de vida se juntava uma certa promiscuidade, «sociabilidades intensas» nas palavras de Gaspar Martins Pereira, que geravam «comportamentos e hábitos específicos» e que, segundo o discurso das elites, «punham em perigo os "bons costumes" e a família»[9]. Que diriam, afinal, as elites burguesas da época sobre esta mulher que, segundo um dos homens que testemunha nos autos de requerimento para concessão de benefício de assistência judiciária, «no Natal passado tivera por repetidas vezes relações sexuais» com ele, que lhe confessara ter tido relações com outros homens e que se justificara dizendo que o marido tinha uma amante e abandonava-a, logo, que tinha o mesmo direito?[10]

4. OS FILHOS

Independentemente da autoria do processo, o tipo de referência mais frequente sobre o destino dos filhos menores é a que indica que a guarda dos mesmos deverá ser entregue ao autor, sem que outras questões — despesas, educação, regime de visitas do outro cônjuge — sejam mencionadas. Já quanto à forma como essa referência, por vezes, vem argumentada, verifica-se que as autoras/mães ou não justificam porque lhes devem ser entregues os filhos, ou evocam as suas qualidades de boas mães; enquanto os autores do sexo masculino sentem necessidade de associar a sua vontade de conservar ou ficar com a guarda dos filhos ao mau procedimento/comportamento das rés/mães.

Nos autos de divórcio litigioso, a decisão mais frequente consiste na entrega do exercício do poder paternal ao cônjuge autor do processo. Por outro lado, se é certo que se encontram situações de evidente preocupação e protecção do bem-estar dos filhos, não é menos verdade que existem apenas duas situações de recurso judicial relativamente à entrega da guarda dos filhos menores e duas situações sem decisão

[8] PEREIRA, 1995: 47 e 49.
[9] PEREIRA, 1995: 67-68.
[10] ADP. TCP, maço 0057, processo 00131, iniciado em 1912.

final, transitando esta para a Tutoria da Infância; tão-só treze casos em que não há acordo entre os cônjuges quanto à guarda dos filhos; mães que com uma aparente facilidade, voluntariamente ou por acordo, prescindem da guarda de alguns dos seus filhos e recorrem a internatos ou colégios, para onde os filhos eram enviados, vivendo a maior parte do tempo longe dos pais. Ou seja, o que se percepcionou pela análise destes processos de divórcio é uma certa indiferença de ambos os progenitores, em que o sentido da posse dos menores parece ser mais importante do que a afectividade.

Um dos casos em que ocorre recurso judicial da sentença sobre a guarda dos filhos menores envolve um intenso jogo legal entre os progenitores pela guarda das duas filhas menores (de 9 e 11 anos de idade), de tal forma que aqueles não hesitam em fazer uso de diversos expedientes para atingir os seus objectivos — cartas das filhas, fotografias (Fig. 1) — e culmina no Supremo Tribunal de Justiça.

Fig. 1.
Fotografias dos cônjuges e suas filhas
Fonte: ADP. TCP, maço 0364,
processo 00912, iniciado em 1914

De facto, estão apensas ao processo diversas fotografias da mulher e o retrato de cada progenitor ladeado das duas filhas comuns mostrando um olhar embevecido entre mãe e filhas e uma postura ligeiramente mais austera no pai que, ainda assim, se deixa fotografar numa pose de proximidade e afecto. Seria apenas para definir

as identidades dos cônjuges, como refere, que esta mulher adiciona tais imagens ao processo? E o que é isso de «definir a identidade»? Tornar visível ao juiz o carinho que sentia pelas filhas e demonstrar-lhe que era em nome desse amor que lutava? Ou torná-lo mais benevolente para com os seus intuitos?

O certo é que se irão suceder os agravos e os recursos, até ao Supremo Tribunal de Justiça, numa intensa querela judicial na qual o destino das filhas menores é jogado entre dois adversários que já pouca preocupação parecem demonstrar pelo seu bem-estar, de tal forma que o processo culmina com a entrega da guarda das filhas menores aos avós maternos[11].

5. O ADULTÉRIO FEMININO

Relativamente ao adultério, dado que este era um dos motivos que podia ser invocado para o pedido de divórcio, mesmo nas situações em que a infidelidade parece ser um acontecimento já longínquo no tempo e o divórcio um desejo de ambos os cônjuges, este fenómeno é sempre apresentado ou referido, pelos autores, pelos advogados, pelas testemunhas e até pelos juízes dos processos, como algo socialmente negativo e estigmatizante, como uma marca de desonra, principalmente para as mulheres.

Na verdade, as vozes judiciais sobre o adultério feminino e masculino respigadas possibilitam a reconstituição de alguns quadros mentais da época sobre esta questão: o adultério feminino é uma deslealdade, um ilícito criminal, um escândalo social ou um visível desrespeito pelas regras sociais, um acto de leviandade e imoralidade, uma demonstração da fragilidade emocional da mulher («que quando se deprava é ordinária a valer»), um factor de desonra para o marido que tem o direito de «fazer justiça pelas suas próprias mãos», um pequeno passo até à prostituição e um óbice a que a mulher possa ficar com a guarda dos filhos menores (a mulher condenada por adultério deixa de ter a «autoridade moral necessária para ser uma boa educadora» refere, na sua pretensa imparcialidade, um dos juízes destes processos); já o adultério masculino é um vício, um escândalo público e uma imoralidade quando ostensivo, uma fonte de perigo devido às doenças venéreas que o homem contrai no contacto com mulheres «de vida fácil» ou «de mau porte» e uma grave injúria para a mulher.

Vislumbra-se, pois, destas vozes, um indício de uma certa imparidade de género relativamente à forma como a sociedade da época percepciona, vivencia e julga o adultério. Ainda que se tenha constatado que as mulheres, quando se tornam adúlteras, na maior parte das vezes, passam a assumir essas relações como uniões estáveis, o certo é que na poalha do tempo que repousa nestes processos só o adultério feminino surge referenciado como um crime; a infidelidade feminina é sempre um perigo moral para a sociedade e para a imagem que a mulher deve ter de si própria,

[11] ADP. TCP, maço 0364, processo 00912, iniciado em 1914.

enquanto a masculina é um vício e um perigo apenas para a saúde do casal; e se o homem recorre a prostitutas, a mulher adúltera pode tornar-se numa (pelo menos, por três vezes é feita essa associação).

O que está em causa, obviamente, é ainda uma imagem ideal da mulher, derivada da sociedade burguesa oitocentista, que a República não conseguiu nem quis rebater e que o Estado Novo vai entronizar, em que se continua a salientar, como refere Quaresma, «na personagem do modelo feminino a sua maternidade e o seu papel de esposa», na qual «pelo casamento, concretizava-se a subjugação ao marido e, como dona de casa, a mulher adquiria novas funções significativas de prestígio» com o «objectivo máximo [de] abonar o *status* do chefe de família», em que «na relação de dependência que estabelece com o homem, a mulher adquire um papel social de agente reprodutor de continuidade, de respeito à hierarquia e de submissão à autoridade», na qual «esposa e mãe, a mulher é, [e continua a ser] sobretudo, a guardiã do lar, devendo saber fazer do *ménage* uma arte, da vida em família uma religião e do seu lar o mais divino dos santuários»[12]. A forma como estes intervenientes — autores, advogados, testemunhas, juízes —, em plena República e depois dela, verbalizam o adultério feminino, mesmo quando ocorre no seio das camadas mais populares, revela, pois, que o que tal fenómeno continua a ameaçar é a moral social burguesa vigente na época.

Contudo, os vestígios de disparidade de género sobre o adultério não se ficam por aqui: o adultério enquanto causa de divórcio foi dado como provado em quinze autos e rejeitado em sete processos de autoria feminina, sendo comprovado em vinte e quatro processos e rejeitado em apenas quatro de autoria masculina.

Relativamente à matéria da prova, verifica-se a presença de alguma ambiguidade nos critérios estabelecidos e usados pelos juízes sobre este fundamento. Há processos em que o adultério da mulher é comprovado apenas porque a ré «conversava intimamente com um cortador de camisas da Camisaria Confiança» e por «ser público e notório que ela era infiel» (processo iniciado em 1917)[13] ou por a ré ter «sido vista publicamente com vários homens» (processo iniciado em 1919)[14], enquanto na vertente masculina, em contrapartida, nenhum caso de adultério do marido foi dado como provado apenas «por ouvir dizer» ou «ser público e notório», subsistindo mesmo algumas situações nas quais os depoimentos das testemunhas parecem inequívocos quanto ao adultério do marido, mas o juiz tal não reconhece.

Que características, então, enformam o adultério feminino e o masculino, nos processos de divórcio da Comarca do Porto, entre 1911 e 1934, ou as situações que judicialmente são aceites como tal? Será um mais privado e o outro mais público?

[12] QUARESMA, 1990: 320.
[13] ADP. TCP, maço 0077, processo 00185, iniciado em 1917.
[14] ADP. TCP, maço 0064, processo 00158, iniciado em 1919.

Não sendo as descrições sobre esta matéria sempre pormenorizadas, por norma, a infidelidade feminina começa «ainda no domicílio conjugal»[15] ou, pretensamente, na casa de um familiar a quem a mulher tinha sido confiada durante a ausência do marido em África, onde esta «se afeiçoa a um dos visitantes da casa»[16], ou ainda com uma fuga do domicílio conjugal[17], terminando estas situações, também por norma, em concubinato estável. Ocasionalmente, se a sua situação económico-social é menos favorecida, se o marido emigrou, se vive numa ilha ou numa viela popular onde o próprio espaço físico potencia a sociabilidade entre os moradores, se trabalha fora de casa[18], a mulher pode enveredar por um adultério mais ou menos fortuito e (perante as dificuldades económicas?) até cair na desgraça da prostituição[19]. Esporadicamente, a mulher também exibe («faz gala») ou não esconde o seu adultério, na romaria do Senhor de Matosinhos[20], se pertence às classes populares, e no Jardim da Cordoaria[21], nos cinematógrafos, nos teatros ou nas confeitarias do Porto[22], se pertence às classes médias e superiores.

Em contrapartida, a infidelidade masculina, podendo concretizar-se em situações de adultério ocasional ou de concubinato estável, geralmente é mais pública que a feminina, senão mesmo ostensiva.

Por conseguinte, destas fragmentadas reconstituições de percursos individuais e/ou conjugais conclui-se que, apesar de não se dever falar apenas em adultério feminino ou masculino mas em adultérios que se consubstanciam em diferentes formas, em diferentes espaços, em diferentes sociabilidades, em diferentes visibilidades, tendencialmente, a infidelidade feminina é mais fácil de comprovar porque é mais fácil de ser descoberta, enquanto a masculina raramente receia exibir-se ao olhar da sociedade e até da própria mulher. Se, nestas aventuras extraconjugais, as mulheres tentam passar despercebidas, recorrem a amigas confidentes ou às criadas para que estas lhes levem as cartas que escrevem às escondidas e marcam encontros mesmo no domicílio conjugal, os homens não se escusam a mostrar as suas conquistas. Enquanto as mulheres são apanhadas em flagrante delito e fogem ou são expulsas do domicílio conjugal, os homens coleccionam casos amorosos perante a passividade das esposas que, geralmente, só com a acumulação das injúrias, das sevícias

[15] ADP. TCP, maço 0149, processo 00406, iniciado em 1912 e maço 0065, processo 00163, iniciado em 1916.
[16] ADP. TCP, maço 0043, processo 00094, iniciado em 1912.
[17] ADP. TCP, maço 0313, processo 00784, iniciado em 1913 e maço 0055, processo 00125, iniciado em 1915.
[18] Associação feita em apenas um processo, em que uma das testemunhas afirma: «quando a mulher começou a trabalhar na fábrica começou a ter comportamentos levianos, impróprios de mulher casada, com os seus companheiros, amancebando-se com um deles» (ADP. TCP, maço 0184, processo 00504, iniciado em 1924).
[19] ADP. TCP, maço 0280, processo 00707, iniciado em 1915; maço 0132, processo 00344, iniciado em 1919 e maço 0178, processo 00484, iniciado em 1928.
[20] ADP. TCP, maço 0265, processo 00700, iniciado em 1919.
[21] ADP. TCP, maço 0065, processo 00163, iniciado em 1916.
[22] ADP. TCP, maço 0126, processo 00318, iniciado em 1919.

e das doenças sexualmente transmissíveis é que se resolvem a requerer o divórcio. Um desequilíbrio de género evidente, embora sejam múltiplas as formas em que os adultérios feminino e masculino se materializam.

6. OS AFECTOS

Mesmo tendo em atenção que estas caracterizações são todas provenientes de processos de litígio, o certo é que a capacidade de amar ou o amor raramente se incluem no rol de características pessoais ou nos sentimentos e valores a que os cônjuges atribuem maior importância. Parece assim que, nestes casamentos, mais significativo que amar o/a companheiro/a, era ser trabalhador, poupado, honesto ou dispensar consideração, amizade e confortos à mulher, se fosse homem, ou ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa, honesta, fiel, dedicada, trabalhadora e económica, se fosse mulher; ou seja, mais significativo que amar o outro era ocupar e desempenhar um papel específico dentro da família conjugal como desde o século XIX determinavam a sociedade e a moral burguesas e católicas — ao marido competia trabalhar, proteger e dirigir a família; à mulher reservava-se, essencialmente, o papel de mãe e a gestão «canseirosa» da economia doméstica, daí que não «sopeá-la»[23], caso tivesse estudos, fosse um acto condescendente e de elevado mérito para o marido.

Ora, se o amor conjugal parece estar tão pouco presente nos casamentos abrangidos pelos processos em estudo ou, quando muito, metamorfoseado nos comportamentos considerados correctos para a sociedade de então, em contrapartida, abundam as situações e as referências aos amores extraconjugais.

De facto, estes processos judiciais de divórcio parecem revelar uma dupla realidade no que ao sentimento amoroso diz respeito: por um lado, uma conjugalidade quase inexpressiva nesta matéria, mais preocupada em parecer a família que a sociedade espera ver do que em preservar afectos quando estes existem; por outro lado, amores e paixões, fora do casamento, em que sobressai uma sexualidade expressa de forma explícita.

Implícita ou explicitamente, os amores adulterinos povoam estas folhas azuis puídas pelo tempo e expõem o que a sociedade tanto esconde: mulheres que escrevem cartas íntimas às escondidas; homens «vivendo em constantes orgias» ou recorrendo a «mulheres de vida fácil»; «camas desarrumadas» e amantes surpreendidos; o «débil» corpo de uma mulher que «se debate em torrentes de prazer» coberto pelos «beijos quentes» do amante; homens que se viram «na necessidade de procurar sossego e afectos que em sua casa não encontrara[m]»[24]; mulheres que reconhecem na Lei do Divórcio uma fuga «à morte imoral e anti-natural das mais legítimas e nobres

[23] ADP. TCP, maço 0126, processo 00318, iniciado em 1919.
[24] ADP. TCP, maço 0115, processo 00279, iniciado em 1923.

aspirações e afectos» e que tão-só judicialmente separadas se acham no direito de «procurar em novo laço d'amor [sic] a felicidade que até aí não acharam»[25]. Amores adulterinos estes, vivenciados e percepcionados de forma dupla — para a mulher, quase sempre, significando a busca de uma nova conjugalidade estável, mas condenável ao olhar da moral vigente; para o homem, representando geralmente nada mais que a fruição livre dos sentidos.

Ou seja, a sociedade continuava a ter o mesmo comportamento regulador do século anterior, confirmando-se que em plena República a imagem tradicional e conservadora que se tinha da mulher, do casamento e da família mantém-se inalterável.

7. A VIOLÊNCIA

No que diz respeito à violência, de facto, as mulheres, apesar de viperinas de língua, como referem alguns processos, apenas protagonizam quatro situações de violência física contra os seus maridos — dois casos de bofetadas, uma mulher que ameaça atirar ácido sulfúrico à cara do marido e o empurra pelas escadas abaixo, e o arremesso de uma pedra para dentro do poço onde o marido estava a trabalhar — enquanto os homens surgem referenciados em cerca de trinta incidentes violentos sobre as esposas.

A violência feminina e a masculina, para além de substancialmente distantes em termos quantitativos, distinguem-se ainda quanto às características que assumem. Enquanto a agressão praticada pela mulher, quando existe, sugere espontaneidade, se consubstancia em formas primárias (bofetadas, ameaças e empurrão) ou recorre quase sempre a meios simples (arremesso de uma pedra), a profusa violência masculina alterna entre situações que se insinuam como irregulares, impulsivas e primárias (bofetadas, vestidos rasgados, beliscões, encontrões, arremesso de objectos) e uma agressividade continuada, compulsiva e complexa (murros, espancamentos, coronhadas, pauladas ou bengaladas) que não se inibe de atingir a mulher mesmo quando ela está grávida[26] ou o filho de meses se esta o tem ao colo[27].

Mas a violência não era apenas física, podia consubstanciar-se também em palavras ou outras formas mais rebuscadas. Relativamente às expressões injuriosas, os termos mais empregues pelos maridos implicados nestes processos da Comarca do Porto para atacarem a honra das esposas põem em causa a sua fidelidade, enquanto as ofensas que as mulheres têm mais perto da boca questionam preponderantemente a autoridade e responsabilidade dos maridos no microcosmos do lar, a sua origem familiar e a sua virilidade.

No entanto, como já se referiu, a oralidade não foi o único meio usado pelos cônjuges para atingirem a honra do outro ou dos seus familiares. Ao longo destes

[25] ADP. TCP, maço 0063, processo 00150, iniciado em 1915.
[26] ADP. TCP, maço 0192, processo 00516, iniciado em 1916.
[27] ADP. TCP, maço 0147, processo 00394, iniciado em 1919.

Fig. 2.
Postais ilustrados injuriosos quanto à figura da sogra
Fonte: ADP. TCP, maço 0192, processo 00516, iniciado em 1916

126 processos de divórcio litigioso da Comarca do Porto, as ofensas fazem-se sentir também nos gestos e nos comportamentos (quando um marido passeia com as amantes em frente do domicílio conjugal, vestindo-lhes roupas da esposa; quando outro contraria as ordens que a mulher dá aos criados, diante destes, e, estando ela incomodada e sentada no chão com receio de perder os sentidos, passa por cima dela sem lhe dirigir uma palavra; ou ainda outro se apresenta nu diante da mulher e da filha), nos silêncios e nas indiferenças (quando se começa a tratar a mulher «com indiferença, não fazendo caso dela, nem a acompanhando»[28]), ou na palavra escrita, como na Figura 2 se vislumbra, em postais ilustrados injuriosos quanto à figura da sogra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Numa época em que os valores e as atitudes perante o fenómeno, ainda marginal, do divórcio se pautavam por um confronto cultural entre duas formas de conceber a família e a sociedade conjugal — de um lado a visão tradicional da família e o casamento indissolúvel da Igreja e dos sectores sociais que lhe são próximos, do outro lado, a reivindicação laicizante e contratual dos estratos médios e privilegiados da sociedade —, estes 135 processos de dissolução conjugal parecem demonstrar que a implantação do divórcio em Portugal poderá ter sido vivenciada entre o sentimento

[28] ADP. TCP, maço 0086, processo 00216, iniciado em 1921.

de reprovação e o da necessidade, entre o escândalo social e o alívio pessoal, entre o reconhecimento da falha e a procura da felicidade numa nova relação conjugal. No entanto, longe dos receios dos seus detractores, o divórcio, pela voz dos seus protagonistas, e como sustentava Fernando Catroga[29], não emerge como um atentado à família monogâmica e patriarcal nem à valorização da imagem tradicional da mulher — é sempre essa representação ideal que está subjacente aos discursos processuais; é ainda essa imagem que, por exemplo, condena o adultério feminino e tolera a infidelidade masculina.

O divórcio, pelo punho dos advogados ou dos cônjuges, vem apenas contrariar o matrimónio indissolúvel e a «morte imoral e anti-natural das mais legítimas e nobres aspirações e afectos» que este determinava, «aspirações e afectos»[30] que se desejam legalizados num novo casamento.

FONTES

Fontes Manuscritas

Arquivo Distrital do Porto

ADP. *Tribunal da Comarca do Porto* (TCP), Secção V, Série 112, *Processos de Divórcio por Mútuo Consentimento*. 1912-1933.

ADP. *Tribunal da Comarca do Porto* (TCP), Secção V, Série 113, *Processos de Divórcio Litigioso*. 1911-1934.

Estatísticas

CENSOS da População de Portugal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1890-2001.

INE (1915-1925). *Estatísticas Demográficas. Movimento Geral da População.* Lisboa: INE.

INE (1929-1934). *Estatísticas Demográficas. Movimento Geral da População.* Lisboa: INE.

Legislação

CÓDIGO Civil Portuguez. Lisboa: Typ. Universal, 1867.

CÓDIGO do Processo Civil. Lisboa: Imprensa Nacional, 1876.

CÓDIGO Penal. Lisboa: Imprensa Nacional, 1886.

DECRETO-LEI n.º 1. «Diário do Governo». (1910-12-25).

DECRETO-LEI n.º 2. «Diário do Governo». (1910-12-25).

PORTUGAL. Ministério da Justiça. *Decreto-Lei de 3 de Novembro*. «Diário do Governo. I Série». 26 (1910-11-04) 282-284.

PORTUGAL. Ministério da Justiça e dos Cultos. *Decreto-Lei n.º 21287*. «Diário do Governo. I Série». 122 (1932-05-26) 933-964.

PORTUGAL. Ministério da Justiça. *Decreto-Lei n.º 29637*. «Diário do Governo. I Série». 123 (1939-05-28) 419-548.

PORTUGAL. Ministério da Justiça. *Decreto-Lei n.º 30615*. «Diário do Governo. I Série». 171 (1940-07-25) 825-829.

[29] CATROGA, 1986: 145.

[30] ADP. TCP, maço 0063, processo 00150, iniciado em 1915.

PORTUGAL. Ministérios da Justiça e da Cultura. *Portaria n.º 1003/99*. «Diário da República. I Série B». 262 (1999-11-10) 7904-7911.

PORTUGAL. Assembleia da República. *Projecto de Lei n.º 271/IX*. (2003-02-18)..

BIBLIOGRAFIA

BANDEIRA, Mário Leston (1996). *Demografia e modernidade: família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.

CASCÃO, Rui (1986). *Família e divórcio na 1.ª República*. In *Colóquio A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais: Actas*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, vol. 2, pp. 153-169.

CATROGA, Fernando (1986). *A Laicização do casamento e o feminismo republicano*. In *Colóquio A mulher na sociedade portuguesa: visão histórica e perspectivas actuais. Actas*, vol. 2. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, pp. 135-152.

DELGADO, Pedro (1996). *Divórcio e separação em Portugal: Análise social e demográfica: Século XX*. Lisboa: Editorial Estampa.

DELGADO, Pedro (1998). *O Divórcio na Primeira República e a Questão das identidades Culturais*. «Vértice». II Série. 86, 72-81.

DELGADO, Pedro (2003). *O Divórcio em Portugal (1975-2000)*. «Vértice». II Série. 110, 83-100.

FERREIRA, Flávio (2002). *Dicionário de Casamento/Divórcio & Temas Adjacentes*. Porto: Campo das Letras.

FERREIRA, Maria de Fátima da Cunha Moura (1993). *O Casamento civil e o divórcio 1865-1910: debates e representações*. Braga: Universidade do Minho.

GUINOTE, Paulo (1994). *Quotidianos femininos (1900-1933)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de mestrado.

MOURÃO-FERREIRA, David (1998). *E aos costumes disse nada*. In «Gaivotas em terra». Lisboa: Editorial Presença, pp. 67-116.

OLIVEIRA, Maria Teresa Martins de (1997). *A Mulher e o adultério nos romances «O Primo Basílio» de Eça de Queirós e «Effi Briest» de Theodor Fontane*. Lisboa: Livraria Minerva.

PEREIRA, Gaspar Martins (1995). *Famílias portuenses na viragem do século (1880-1910)*. Porto: Edições Afrontamento.

PEREIRA, Maria da Conceição Meireles (1997). *Separação de pessoas e bens no Porto do Código Civil à 1ª República*. «População e Sociedade». 3, 181-196.

QUARESMA, Vítor Sérgio (1990). *Constantes e mutações na mentalidade portuguesa*. In REIS, António, *coord*. *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, vol. 2, pp. 315-338.

TORRES, Anália Cardoso (1996). *Divórcio em Portugal, ditos e interditos: uma análise sociológica*. Oeiras: Celta Editora.

TORRES, Anália Cardoso (1999). *Divórcio*. In BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena, *coord*. *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Figueirinhas, vol. 7, pp. 569-571.

VAQUINHAS, Irene (2004). *Entre garçonnes e fadas do lar. Estudos sobre as mulheres na sociedade portuguesa do séc. XIX*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

VAQUINHAS, Irene Maria; CASCÃO, Rui (1993). *Evolução da sociedade em Portugal: a lenta e complexa afirmação de uma civilização burguesa*. In MATTOSO, José, *coord*. *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol. 7, pp. 441-457.

A REVOLUÇÃO DE 25 DE ABRIL DE 1974 EM MOÇAMBIQUE*

FERNANDO TAVARES PIMENTA**

Neste estudo vamos analisar o processo revolucionário de 25 de Abril de 1974 em Moçambique. Para o efeito, vamos ter em consideração o período compreendido entre a realização do golpe de Estado em Lisboa (25 de Abril de 1974) e a data da tomada de posse do Governo de Transição de Moçambique (21 de Setembro de 1974). Durante estes cinco meses, Moçambique participou das vicissitudes da revolução portuguesa, ainda que o horizonte fosse já o da descolonização e de uma mais do que provável independência. Contudo, até à tomada de posse do Governo de Transição, liderado por Joaquim Chissano, Primeiro-Ministro indicado pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), Moçambique continuou formalmente sob a administração colonial portuguesa, estando a sua governação condicionada à evolução da situação política na metrópole. Ao invés, com a entrada em funções do Governo de Transição e à luz do que tinha sido estabelecido no Acordo de Lusaka, assinado em 7 de Setembro de 1974, Moçambique adquiriu uma administração política autónoma relativamente a Portugal, tendo então tido início a fase propriamente dita de pré-independência e que culminou na emancipação completa em 25 de Junho de 1975.

Neste sentido, podemos dizer que a tomada de posse do Governo de Transição constituiu um momento de charneira no desenrolar do processo de descolonização de Moçambique, encerrando uma primeira fase caracterizada por uma grande efervescência política própria de um processo revolucionário. Uma fase curta, mas muito movimentada do ponto de vista político e social, durante a qual a sociedade civil foi obrigada a afrontar repentinamente um conjunto de questões e de problemas, até então «silenciados» pelo regime deposto, nomeadamente o da descolonização. Para além de uma alteração das estruturas de poder e de comando no seio do Estado colonial, Moçambique viveu durante esses cinco meses uma verdadeira «explosão de liberdade», consubstanciada no livre debate de ideias e de projectos políticos, na afirmação de uma imprensa finalmente liberta das amarras da censura, na realização de reuniões, de manifestações e de comícios, na formação de um número substancial de partidos e de organizações de diferentes tendências e ideologias. Aliás, pode-

* O autor não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Instituto de História Contemporânea (IHC). O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020. Email: fernandopimenta_2000@yahoo.com. Fernando Tavares Pimenta (Prémio 2009).

mos afirmar com propriedade que esses meses representaram o momento de maior abertura e de liberdade vivida pela sociedade civil moçambicana até à instituição do multipartidarismo na década de 1990.

Esta maior liberdade contrasta com a situação que se veio a criar em Moçambique a partir de Setembro de 1974, ou seja, após a assinatura do acordo de independência e a subsequente entrada em funções do Governo de Transição. Tal como definido no Acordo de Lusaka, o período de transição serviu, entre outras coisas, para preparar o terreno à criação de um regime de partido único em Moçambique. Assim, os partidos formados durante os meses iniciais do processo revolucionário desapareceram ou passaram a actuar na clandestinidade; a imprensa passou a ser definitivamente controlada pelos sectores afectos à Frelimo (concluindo um processo iniciado alguns meses antes); e o refluxo da sociedade civil foi evidente. Os intentos democratizantes da revolução foram substituídos por um projecto político que visava a modernização da sociedade moçambicana e a elevação das condições de vida da população, mas que recusava os princípios da democracia liberal e não tolerava a existência de uma oposição ou de vozes dissidentes ao regime de inspiração marxista-leninista instituído pela Frelimo. A Frelimo adquiriu o monopólio do poder político, colocando um ponto final no processo revolucionário espoletado pelo 25 de Abril de 1974.

Mas para compreender melhor as características do processo revolucionário em Moçambique, importa primeiro proceder à sua contextualização histórica, tendo em conta a evolução do colonialismo português no território moçambicano antes de 1974.

O CONTEXTO HISTÓRICO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS EM MOÇAMBIQUE

Com uma superfície de 799 380 quilómetros quadrados, Moçambique ocupa uma ampla faixa costeira nas margens do Oceano Índico, fazendo também a transição da África Oriental para a África Austral. As suas fronteiras foram estabelecidas em acordos internacionais realizados durante o período colonial, entre portugueses, ingleses, alemães e bóeres, e que determinaram a formação de um território com uma longa linha de costa, mas com um reduzido *hinterland*, especialmente no Sul. Vários povos africanos, com pouca ligação entre si, foram agregados no âmbito das fronteiras coloniais de Moçambique. São cinco os principais grupos etnolinguísticos moçambicanos, todos do ramo banto: Macua-Lomwe, Maconde e Yao, a Norte do rio Zambeze, e os Shona e Thonga a Sul[1]. No litoral há ainda que assinalar a existência de uma significativa influência islâmica e, nalguns casos, indiana.

Por outro lado, os portugueses estiveram estabelecidos de forma permanente nalgumas cidades e pontos da costa e do vale do rio Zambeze desde o século XVI,

[1] RITA-FERREIRA, 1958; DIAS, 1964.

nomeadamente na ilha de Moçambique, em Quelimane e em Tete. Contudo, a maior parte do território só foi ocupada militarmente pelas forças portuguesas no final do século XIX, senão mesmo nas primeiras duas décadas do século XX[2]. Data desta época o desenvolvimento das duas principais urbes: Lourenço Marques (a capital, actual Maputo) e a Beira, duas cidades portuárias e sedes de duas importantes linhas férreas fundamentais para as comunicações com os territórios vizinhos, em particular com o Transval, na África do Sul, e com a Rodésia do Sul (Zimbabwe)[3]. De referir que, para além dessas cidades, o povoamento branco foi bastante relevante nalgumas zonas do vale do rio Limpopo (no Sul) e no planalto do Chimoio (Vila Pery, no Centro). Na década de 1960, foram criados alguns colonatos brancos nas zonas férteis dos distritos de Niassa e de Cabo Delgado (no Norte), ao mesmo tempo que se procedeu ao desenvolvimento acelerado da cidade de Nampula. Assim, os colonos brancos passaram de 17 842 em 1928, para 27 438 em 1940, 48 213 em 1950, 97 245 em 1960 e 162 967 em 1970. Neste ano constituíam cerca de 2% do total da população moçambicana, que rondava os 8 168 933 efectivos. De salientar ainda que nas localidades de mais antiga colonização havia uma significativa população mestiça[4].

Em termos políticos, Moçambique fazia parte de um Império colonial extremamente centralizado, em especial durante o período do Estado Novo[5]. Em última análise, o poder residia no governo de Lisboa, que nomeava e demitia a seu bel-prazer o Governador-Geral, figura máxima da hierarquia do Estado colonial. A intervenção dos colonos e da restante população na governação era muito reduzida. O Conselho Legislativo, criado em 1955, tinha uma função pouco mais do que consultiva e, mesmo quando as suas funções foram alargadas no final da governação marcelista[6], nunca teve verdadeiro poder, nem autonomia em relação ao poder executivo. Além disso, o regime ditatorial de Salazar impediu a formação e o desenvolvimento de partidos políticos quer entre os colonos, quer entre a população africana. Os sindicatos e a imprensa eram severamente controlados pela ditadura, nomeadamente pela censura e pela polícia política portuguesa, a famigerada Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE)[7].

No entanto, durante os períodos eleitorais para a Assembleia Nacional (de Lisboa) e para a Presidência da República, a ditadura permitia o aparecimento de listas oposicionistas. Foi neste contexto que surgiu o Movimento de Unidade Democrática

[2] PELISSIER, 1987.
[3] MENDES, 1985; NEWITT, 1995; PIMENTA, 2019: 133-153.
[4] Em 1970, para além dos 162 967 brancos, residiam na colónia cerca de 50 189 mestiços, 22 531 indianos, 3814 chineses e 7 929 432 negros. Sobre o povoamento branco dos territórios africanos veja-se: PIMENTA, 2014: 93-110, 2018: 27-49; CASTELO, 2007.
[5] PIMENTA, 2010.
[6] PIMENTA, 2016: 12-30.
[7] UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Centro de Estudos Africanos, 1993. Cf. ISAACMAN, ISAACMAN, 1983.

(MUD), em 1945, mais tarde severamente reprimido pelo regime, ou a candidatura oposicionista do General Humberto Delgado à Presidência da República, em 1958. Em Moçambique, a oposição democrática exerceu uma consistente influência política, em especial em Lourenço Marques e na Beira. Estes oposicionistas eram na sua maioria advogados e outros profissionais liberais, quase todos brancos, que não dependiam directamente da administração pública e que dispunham de um estatuto social bem firmado na sociedade colonial, sendo por isso tolerados pelo regime[8].

Por outro lado, o Estado Novo rejeitou terminantemente a autonomização política de Moçambique, recusando discutir o problema da descolonização mesmo quando as outras potências europeias começaram a preparar as independências das respectivas colónias nas décadas de 1950 e de 1960[9]. E tão pouco aceitou a formação de movimentos nacionalistas nas colónias africanas. Esta situação obrigou os moçambicanos com ideais nacionalistas a se organizarem politicamente na clandestinidade e, perante as dificuldades de desenvolverem as suas actividades no interior da colónia, a saírem para o exílio. Foi neste contexto que foi fundada a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), em Dar-es-Salaam, na Tanzânia, em 25 de Junho de 1962[10]. A Frelimo nasceu da fusão de três organizações nacionalistas preexistentes: a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI). Eduardo Mondlane, um intelectual negro doutorado em Sociologia e professor na Universidade de Syracuse, nos Estados Unidos da América, foi o seu primeiro Presidente[11]. Refira-se que os quadros da Frelimo eram maioritariamente negros, mas havia também um número significativo de mestiços, de indianos e até alguns brancos[12].

A recusa portuguesa em negociar a independência da colónia levou a Frelimo a lançar a luta armada pela independência em 25 de Setembro de 1964[13]. A guerrilha foi desencadeada na província setentrional de Cabo Delgado, junto à fronteira com a Tanzânia. Portugal respondeu com o reforço do dispositivo militar, envolvendo-se num terceiro conflito colonial, depois do de Angola (1961) e do da Guiné (1963). Mais tarde, a Frelimo abriu uma outra frente de combate na região de Tete, junto à fronteira com a Zâmbia, obrigando a uma dispersão das forças portuguesas. Contudo, a guerra permaneceu distante dos centros urbanos e das zonas de colonização

[8] SANTOS, 2006; PIMENTA, 2018: 51-151.
[9] ALEXANDRE, 2017.
[10] MATEUS, MATEUS, 2010; CABAÇO, 2010; MORIER-GENOUD, *ed*., 2012.
[11] MONDLANE, 1969.
[12] PASSERINI, 1970.
[13] HENRIKSEN, 1983; GARCIA, 2003.

branca, o que transmitiu aos colonos a falsa ideia de que a situação estava sob o controlo do exército[14].

No entretanto, em 3 de Fevereiro de 1969, Eduardo Mondlane foi assassinado pela explosão de uma carta-bomba alegadamente preparada pela PIDE. Depois de um período de alguma indefinição, a chefia do movimento guerrilheiro foi assumida por Samora Machel[15], um ex-enfermeiro negro e líder militar da guerrilha, que foi eleito Presidente da Frelimo em Maio de 1970. A partir desta data, a Frelimo sofreu uma clara radicalização à esquerda, o que levou à saída de um número significativo de quadros e de antigos dirigentes, mais conservadores, sobretudo negros, e que não viam com bons olhos a participação de brancos e de indianos nas fileiras do movimento[16]. A este respeito, importa salientar que a direcção da Frelimo recusou sempre qualquer tentativa de racialização do princípio da nacionalidade, mostrando-se aberta à militância de moçambicanos de todas as raças[17].

No plano militar, a guerrilha conheceu progressos notáveis no final do período colonial, a despeito dos portugueses terem lançado uma poderosa operação militar em 1970, denominada de Nó Górdio[18], mas que não conseguiu eliminar as forças da Frelimo. De facto, os guerrilheiros procederam a um recuo estratégico, deslocando as suas forças para outras áreas e relançando depois a luta com maior intensidade. Além disso, a construção pelos portugueses da barragem de Cabora Bassa, no rio Zambeze, permitiu à guerrilha ter um alvo militar mediaticamente relevante, o que obrigou a uma concentração de tropa colonial nessa zona para fazer face aos ataques da Frelimo. Tornava-se, aliás, cada vez mais evidente o desgaste material e moral das Forças Armadas Portuguesas[19]. E, em 1973, o massacre de um número elevado de africanos por tropas coloniais na zona de Wiriyamu provocou uma forte reacção internacional, contribuindo para um maior isolamento político de Portugal, o que beneficiou consideravelmente a Frelimo[20].

No final de 1973, a situação militar em Moçambique era cada vez mais difícil para o lado português. A Frelimo tinha intensificado as suas operações e estava a actuar a menos de cem quilómetros da cidade da Beira. A população branca começou a dar sinais de forte apreensão política pelo «inesperado» avanço da Frelimo. De facto, uma

[14] CANN, 1997; AFONSO, GOMES, 2010.
[15] ISAACMAN, ISAACMAN, 2020.
[16] OPELLO JR., 1975: 62-82.
[17] Cf. BRAGANÇA, WALLERSTEIN, 1982. Para além da Frelimo, devemos referir a existência de um nacionalismo moçambicano de matriz africana, negro, que não se reconheceu inteiramente na Frelimo. Foi o caso dos grupos de nacionalistas negros, originários em grande parte do Centro-Norte de Moçambique, que deram vida ao Comité Revolucionário de Moçambique (COREMO), fundado em Lusaka, em Junho de 1965. Ao nível militar, o COREMO nunca representou uma alternativa válida à Frelimo e tão pouco constituiu uma verdadeira ameaça ao colonialismo português. Cf. PIMENTA, 2012: 65-91.
[18] GOMES, 2002.
[19] BERNARDO, 2003.
[20] HASTINGS, 1974.

parte significativa da minoria branca temia pelo seu futuro no território e encarava com cada vez mais desconfiança a actuação do exército português, que era considerado pouco eficaz no combate à guerrilha. Assim, em Janeiro de 1974, na sequência da morte da esposa de um fazendeiro branco numa operação da Frelimo, na região de Vila Pery, a população branca da Beira manifestou-se violentamente contra a tropa portuguesa, acusando-a de nada fazer para eliminar a guerrilha. Este episódio abriu uma fractura profunda entre a população branca e as Forças Armadas e contribuiu para o aumento exponencial da tensão política no interior de Moçambique[21].

Perante a agudização da situação militar, Jorge Jardim[22], um importante empresário e carismático líder político branco residente na região da Beira, tentou chegar a um entendimento com a Frelimo. Com o apoio do Presidente Banda, do Malawi, e graças à intermediação do Presidente Kaunda, da Zâmbia, Jardim terá conseguido chegar a uma espécie de «entendimento de princípios» com a Frelimo em Setembro de 1973. Denominado de «Programa de Lusaka», esse «entendimento» previa a independência de Moçambique, no quadro de uma Comunidade Lusíada, e a participação da Frelimo na futura estruturação política e administrativa do país, mas sem aceitar que a sua posição (eventualmente dominante) viesse a ser «exclusivista». Era igualmente assegurada a protecção dos interesses económicos dos portugueses na colónia e o respeito pelos direitos da minoria branca[23].

Munido destas «garantias», Jorge Jardim tentou então convencer o governo português a encetar conversações oficiais com a Frelimo. Mas a hipótese de uma negociação com a guerrilha foi recusada por Marcelo Caetano[24]. Perante a recusa do chefe do governo, Jardim começou a ponderar fazer a secessão da colónia com o intuito de negociar sozinho — isto é, sem a participação do governo de Lisboa — com a Frelimo. Mas a revolução de 25 de Abril de 1974 apanhou Jardim de surpresa em Lisboa, o que o coibiu de coordenar as actividades políticas dos seus apoiantes em Moçambique. Impedido de regressar à colónia pelo poder revolucionário, Jorge Jardim foi mais tarde alvo de um mandato de captura emitido pelas autoridades portuguesas. Contudo, Jardim conseguiu fugir para Espanha e, depois, para a África Austral, onde permaneceu em constante movimento entre o Malawi, a Suazilândia e a África do Sul. E, muito embora tivesse tentado «reanimar» os seus contactos com a Frelimo, acabou por ser ultrapassado pelos acontecimentos, tendo sido renegado quer por portugueses, quer pelos nacionalistas da Frelimo, que o encaravam com algum receio e muita desconfiança[25].

---

[21] PRO, FCO 45/1539, *Political Situation in Mozambique*, 1974. Cf. SCHNEIDMAN, 2005: 183-184. CARVALHO, 1991.
[22] ANTUNES, 1996.
[23] JARDIM, 1976: 119-120; PRO, FCO 9/2052, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
[24] Sobre a política colonial de Marcelo Caetano relativamente a Moçambique veja-se: SOUTO, 2007.
[25] PRO, FCO 9/2065, *Relations between Portugal and Africa*, 1974 (British High Commission, Blantyre, 31/07/1974). Cf. JARDIM, 1976: 91-135.

Paralelamente, ainda antes da queda da ditadura, surgiu em Moçambique uma «força política intermédia» entre o poder colonial e a Frelimo. Tratou-se do Grupo Unido de Moçambique (GUMO), que muito embora se tivesse apresentado como sendo multirracial, tinha uma liderança essencialmente negra. O GUMO parece ter sido suscitado — ou pelo menos apoiado — por elementos mais liberais do regime colonial, nomeadamente pelo Ministro Baltazar Rebelo de Sousa, e terá tido a conivência do Governador-Geral de Moçambique, Engenheiro Pimentel dos Santos[26]. O objectivo dos seus mentores seria o de roubar espaço político à Frelimo e, ao mesmo tempo, o de formar uma elite política africana capaz de governar o território depois da independência. Pensava-se, talvez, na instituição de um governo de maioria negra, mas mantendo a economia solidamente nas mãos do empresariado branco e em estreita relação com a ex-metrópole. No entanto, a revolução de 25 de Abril de 1974 surpreendeu o GUMO, que ainda não estava suficientemente organizado para se constituir numa alternativa válida à Frelimo[27].

Neste sentido, nas vésperas da revolução na metrópole, a situação política na colónia era bastante tensa, sendo notória a degradação da situação militar e o afastamento da população branca em relação às Forças Armadas Portuguesas. Era igualmente perceptível a apreensão da população branca pelo seu futuro e, no plano nacionalista, a ausência de uma alternativa sólida à Frelimo.

A MUDANÇA DE REGIME EM MOÇAMBIQUE

As primeiras notícias do golpe de Estado na metrópole chegaram a Lourenço Marques na manhã de 25 de Abril de 1974[28]. Perante o golpe, o Governador-Geral de Moçambique, Pimentel dos Santos, parece ter esboçado uma tentativa de resistência, tendo inclusive ordenado o encerramento do aeroporto da capital. Contudo, a intervenção de um destacamento de pára-quedistas favorável às forças revolucionárias desfez rapidamente qualquer veleidade «contra-revolucionária» por parte do Governador. Dois dias depois, o Governador-Geral foi exonerado das suas funções, tendo sido substituído pelo Secretário-Geral, Coronel David Ferreira, na qualidade de Encarregado do Governo[29]. De imediato foi decretado o fim da censura na imprensa e a extinção da Acção Nacional Popular, mas foi assegurada a continuação da Direcção Geral de Segurança (DGS, ex. PIDE), ainda que transformada em «polícia de informações militares»[30].

---

[26] PRO, FCO 45/1308, *Internal situation in Mozambique*, 1973.
[27] PRO, FCO 9/2049, *Overseas territories of Portugal*, 1974; PRO, FCO 45/1533, *Policy of Portugal to her overseas territories*, 1974.
[28] «Notícias», 26 Abr. 1974: 1.
[29] «Notícias», 28 Abr. 1974: 1. PRO, FCO 45/1539, *Political Situation in Mozambique*, 1974.
[30] «Notícias», 30 Abr. 1974: 1.

Claramente, o 25 de Abril suscitou um grande interesse na sociedade moçambicana, em especial entre a população branca, que acompanhou o desenrolar do processo com curiosidade e satisfação, mas também com algum receio pelo seu futuro no território. Em Lourenço Marques, na Beira e em Vila Pery realizaram-se manifestações de apoio à Junta da Salvação Nacional (JSN)[31]. Mas nenhuma delas afrontou o problema da guerra e a questão da independência de Moçambique. A própria imprensa teve inicialmente um certo receio em tratar de forma aberta a questão da independência, optando por alinhar pela posição oficial expressa por Spínola[32]. De facto, Spínola distinguia os princípios da autodeterminação e da independência, pelo que reconhecia o direito dos povos coloniais ao primeiro, mas defendia a manutenção dos territórios africanos sob a bandeira portuguesa por via da formação de uma federação entre Portugal e as suas colónias. Federação essa que seria referendada pelas populações[33].

No entretanto, a partir do exterior, a Frelimo reagiu com satisfação à queda do Estado Novo, tendo saudado a vitória das forças democráticas portuguesas. Mas, ao mesmo tempo, deixou bem claro que não havia «colonialismo democrático», pelo que a única forma de colocar um ponto final na guerra era o reconhecimento português do direito do povo moçambicano à independência. Como tal, a Frelimo rejeitou liminarmente a ideia de constituição de uma federação com Portugal[34]. E, a 3 de Maio de 1974, a direcção da Frelimo decidiu aumentar a intensidade da luta armada contra a tropa portuguesa, de forma a explorar o ambiente de confusão gerado pelo golpe em Portugal[35].

APARECIMENTO DE PARTIDOS POLÍTICOS

O fim da ditadura permitiu a livre constituição de movimentos políticos. A este respeito, assistiu-se a uma proliferação de partidos políticos, muitos dos quais com escassa representatividade entre a população moçambicana. Houve, porém, alguns movimentos que tiveram uma participação relevante no processo político. Vejamos os principais.

GUMO

O Grupo Unido de Moçambique (GUMO) foi o primeiro movimento a apresentar-se à população, através da publicação de um manifesto, no dia 29 de Abril de 1974. Nesse manifesto, o GUMO sublinhou os esforços no sentido de se constituir em «associação

[31] «Notícias», 29 Abr. 1974: 5.
[32] «Notícias», 27 Abr. 1974: 2.
[33] «Notícias», 28 Abr. 1974: 1. Sobre o pensamento de Spínola veja-se: SPÍNOLA, 1974, 1976, 1978.
[34] «Notícias», 29 Abr. 1974: 1.
[35] MACQUEEN, 1998: 159-160.

cívica» legalmente reconhecida antes do 25 de Abril. O GUMO apresentou também o seu programa, cujo objectivo principal era a «obtenção duma autonomia política progressiva, dentro das instituições políticas vigentes no Espaço Português atendendo às novas aberturas». Essa autonomia deveria ser obtida com a participação de todos os moçambicanos e segundo os princípios do «multirracialismo, diálogo e respeito dos parâmetros legais legitimamente estabelecidos». O GUMO propunha-se servir os interesses duma Comunidade Luso-Moçambicana e, sobretudo, lutar pela participação activa de «negros-mestiços» na estrutura económica de Moçambique. De facto, embora pugnasse pelo multirracialismo, o GUMO apresentava-se essencialmente como o defensor dos interesses da maioria negra. Esta situação fazia do GUMO uma espécie de concorrente interno da Frelimo, pois ambos procuravam apoios dentro da mesma base social: a maioria africana[36]. O GUMO era liderado por uma Comissão Central composta por Máximo Dias (Presidente, indiano), Joana Simeão (Vice-Presidente, negra) e Jorge de Abreu (Responsável das Actividades Económicas, branco)[37].

A afirmação pública do GUMO gerou alguma tensão logo nos primeiros dias do mês de Maio de 1974. Essa tensão foi perceptível no primeiro comício realizado por esse movimento no Campo de Futebol do Xipamanine, em Lourenço Marques, em 3 de Maio. O comício reuniu cerca de 20 000 pessoas, sobretudo negros provenientes dos subúrbios, mas nem todos estavam ali para apoiar o GUMO. Durante o discurso de Joana Simeão, uma parte significativa dos presentes manifestou-se contra o GUMO, apoiando ao invés a Frelimo. Gerou-se então um certo caos e a situação tornou-se tão tensa que Joana Simeão teve de recorrer à ajuda da polícia para sair do comício[38]. O episódio demonstrou as dificuldades de mobilização política por parte do GUMO, pesando neste caso a concorrência da Frelimo. Posteriormente, algumas franjas da minoria branca envolveram-se em confrontos com partidários do GUMO, por ocasião de outros comícios desse movimento. Esses confrontos foram particularmente sérios na Beira, na sequência de um comício realizado em 12 de Maio de 1974. O evento degenerou em graves incidentes com a população branca. Seguiu-se uma manifestação da população branca, envolvendo milhares de pessoas, em frente à residência do Governador de Distrito, perante o General Costa Gomes, que estava de visita à cidade. Os manifestantes pediram às autoridades portuguesas que pusessem fim aos desacatos e que fossem tomadas providências no sentido de ser garantida a paz e a segurança da população. Em resposta, Costa Gomes pediu

[36] «Notícias», 01 Mai. 1974: 2. PRO, FCO 45/1308, *Internal Situation in Mozambique*, 1973.
[37] «Notícias», 29 Abr. 1974: 2.
[38] «Notícias», 04 Mai. 1974: 1-2.

calma aos manifestantes, mas face ao crescimento da tensão, as forças de segurança tiveram de intervir, ocorrendo confrontos com os manifestantes[39].

Os incidentes da Beira provocaram o afastamento quase total dos brancos em relação ao GUMO, inclusivamente ao nível dos meios empresariais que o estariam a patrocinar. Como tal, o partido entrou num processo de rápida dissolução política, assistindo-se ao abandono de parte da cúpula dirigente. Jorge de Abreu foi o primeiro a tornar pública a sua demissão da Comissão Central[40]. Seguiu-se uma espécie de «guerra interna» entre Máximo Dias e Joana Simeão. Esta última reivindicava uma identificação política com a população negra, em especial com os Macua, que constituíam o maior grupo etnolinguístico de Moçambique. Em meados de Junho, Joana Simeão fez uma cisão no GUMO e constituiu um novo movimento denominado Frente Comum de Moçambique (FRECOMO)[41]. Posteriormente, a FRECOMO confluiu, com outras pequenas forças políticas, entre as quais a COREMO, no Partido de Coligação Nacional (PCN)[42]. No entretanto, Máximo Dias anunciou o fim da actividade política do GUMO a partir do dia 10 de Julho de 1974, considerando que «a criação de uma terceira força visa impor o neocolonialismo em Moçambique»[43]. A experiência política representada pelo GUMO tinha chegado ao seu termo, saldando-se num fracasso.

Democratas de Moçambique

Outra organização política com bastante peso foi o movimento dos Democratas de Moçambique, cujo núcleo duro era formado por antigos oposicionistas, sobretudo advogados e profissionais liberais brancos, entre os quais Almeida Santos, Pereira Leite, Adrião Rodrigues, Rui Baltazar, etc. Após a revolução de 25 de Abril, esses oposicionistas passaram a actuar como um movimento de pressão política sobre o regime colonial e de apoio à Frelimo[44]. O movimento, surgido primeiro na capital, acabou por se ramificar a vários pontos da colónia, onde tinham surgido grupos autónomos de democratas, em especial na Beira e Nampula. Todos esses grupos fundiram-se numa única estrutura política numa reunião realizada no dia 27 de Maio de 1974, sob a designação de Democratas de Moçambique.

---

[39] «Notícias», 13 Mai. 1974: 1 e 5. Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, os incidentes terão sido desencadeados por «provocadores da Frelimo». PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[40] «Notícias», 31 Mai. 1974: 1.
[41] «Notícias», 03 Jul. 1974: 12.
[42] Em 23 de Agosto de 1974, a COREMO, a FRECOMO e um conjunto de outros pequenos partidos negros (FUMO, MONIPAMO e MONAUMO) anunciaram a constituição de uma coligação denominada de Partido de Coligação Nacional (PCN). Foram escolhidos para Presidente Uria Simango e para Vice-Presidente Paulo José Gumane PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974. Cf. «Notícias», 24 Ago. 1974: 2.
[43] «Notícias», 05 Jul. 1974: 1; PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[44] «Notícias», 01 Mai. 1974: 2 e 13; «Notícias», 03 Mai. 1974: 1 e 2.

Nessa reunião, todos os grupos de democratas aceitaram os seguintes princípios: a) não constituem, nem têm por objectivo constituírem-se em partido político; b) reafirmam o seu apoio ao MFA; c) consideram fundamental a realização de negociações entre o governo português e a Frelimo com base no «reconhecimento do direito do Povo de Moçambique à independência»; d) denunciam todas as tentativas de criação de terceiras forças políticas. Para além disso, os Democratas definiram como objectivos: 1) impulsionar o desmantelamento do sistema criado pelo «fascismo-colonialismo»; 2) esclarecer e consciencializar politicamente a população; 3) dar a conhecer e explicar o programa da Frelimo à população; 4) impedir a quebra de unidade política do Povo de Moçambique[45].

De salientar que os Democratas conseguiram influenciar o governo português na selecção do novo Governador-Geral, obtendo a nomeação de um dos seus membros, o advogado Soares de Melo, que foi empossado em Junho de 1974[46]. A este respeito, os Democratas foram muito ajudados pela nomeação de Almeida Santos — um dos fundadores do movimento — para o lugar de Ministro da Coordenação Interterritorial, do 1.º Governo Provisório, em 15 de Maio de 1974[47]. Este Ministério sucedeu ao Ministério do Ultramar, herdando a sua estrutura e parte das suas funções. Almeida Santos terá sido escolhido para o exercício dessas funções em virtude das suas antigas ligações à oposição democrática na metrópole, mas também pelo seu conhecimento da realidade africana[48].

Neste sentido, com a conivência das autoridades portuguesas, os Democratas de Moçambique passaram a fazer publicamente campanha a favor da Frelimo. A 26 de Maio, o Dr. Adrião Rodrigues declarou que os Democratas subscreviam inteiramente o programa da Frelimo[49]. A 31 de Maio, numa sessão realizada em Inhambane, os Democratas afirmaram que a Frelimo era o único movimento representativo de Moçambique, facto que retirava toda a legitimidade política às outras forças políticas moçambicanas[50]. No dia seguinte, Soares de Melo, aos microfones da Rádio Clube de Moçambique, declarou que o socialismo era a melhor solução para Moçambique,

[45] «Notícias», 27 Mai. 1974: 1.
[46] Constituição do Governo Provisório de Moçambique: Governador-Geral, Dr. Henrique Vasco Soares de Melo; Secretário Adjunto, Dr. Patrício Campos Rodrigues da Costa; Secretário da Administração Territorial, Dr. Jorge Ribeiro; Secretário da Justiça, Dr. Sérgio Espadas Antunes; Secretário da Educação e Cultura, Professor José Martins; Secretário da Saúde e Bem Estar Social, Dr. António Paulino; Secretário da Coordenação Económica, Dr. António Mascarenhas Gaivão; Secretário do Trabalho e Segurança Social, Dr. Antero Augusto Sobral; Secretário dos Transportes e Comunicações, Tenente-Coronel Eugénio Picolo; Secretário da Comunicação Social e do Turismo, Dr. Willem Gerard Pott; Subsecretário do Planeamento e Finanças, Dr. António Cardoso; Subsecretário do Comércio, Dr. Domingos Simões; Subsecretário da Agricultura, Engenheiro Mário Carvalho. Cf. «Notícias», 19 Jun. 1974: 1; «Notícias», 26 Jun. 1974: 1.
[47] «Notícias», 16 Mai. 1974: 1.
[48] Cf. SANTOS, 1975, 2006.
[49] «Notícias», 26 Mai. 1974: 18.
[50] «Notícias», 01 Jun. 1974: 4.

numa clara alusão à orientação ideológica da Frelimo[51]. A 4 de Junho de 1974, Adrião Rodrigues declarou que o regime de partido único podia não ser um facto negativo, aceitando essa hipótese para Moçambique, desde que esse governo fosse formado pela Frelimo. Ao invés, a existência de vários partidos poderia constituir um perigo, na medida em que poderia «desunir o povo»[52].

Os Democratas de Moçambique conseguiram captar o apoio dos sectores ideologicamente mais à esquerda da comunidade branca. No entanto, o seu discurso radical, de crítica severa ao sistema capitalista e com laivos de marxismo, bem como a sua recusa em reconhecer a legitimidade de outras forças políticas que não a Frelimo, com a qual reclamavam uma total identificação político-ideológica, acabou por assustar e, consequentemente, afastar a maioria da população branca. Neste sentido, os Democratas de Moçambique, que pretendiam preparar a minoria branca para a independência, canalizando o seu apoio para a Frelimo, acabaram por ter uma acção contraproducente, uma vez que alienaram — mais do que mobilizaram — as eventuais simpatias dos brancos.

FICO

No entretanto, no pólo oposto aos Democratas, surgiu um outro movimento político denominado de FICO. Fundado em 5 de Maio de 1974, o FICO mobilizou os sectores mais conservadores da população branca, tendo adoptado inicialmente a designação de Frente Independente de Convergência Ocidental. Para o FICO, Moçambique era — e deveria continuar a ser — «terra portuguesa». O FICO rejeitava também o socialismo soviético, pelo que defendia a adesão ao campo ocidental no quadro da luta entre os dois blocos da Guerra Fria. Enfim, o FICO considerava a Frelimo uma força político-militar inimiga, pelo menos enquanto movesse guerra a Portugal. Refira-se que vários milhares de brancos participaram na primeira manifestação do FICO em Lourenço Marques[53]. Contudo, o FICO demorou algum tempo a esclarecer a sua posição quanto ao processo revolucionário e à questão da independência. Inicialmente deu a entender que recusava a ideia da independência. Mas, logo no dia 7 de Maio, o FICO fez saber que apoiava o programa da Junta de Salvação Nacional. Dez dias depois, o FICO apareceu já com um *slogan* politicamente menos agressivo: Ficar Convivendo, designação que veio a adoptar como nome definitivo em 21 de Maio. O FICO também declarou que o seu principal objectivo era a «manutenção de Moçambique no seio da Comunidade Luso-Brasileira»[54], aceitando a realização de

[51] «Notícias», 02 Jun. 1974: 1.
[52] «Notícias», 05 Jun. 1974: 2.
[53] «Notícias», 06 Mai. 1974: 1 e 4; PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[54] «Notícias», 19 Mai. 1974: 4.

um referendo, na linha do que fora proposto por Spínola, para que fosse auscultada a vontade dos «Povos de Moçambique»[55].

Convergência Democrática da Beira

Paralelamente, na Beira surgiu uma organização de brancos liberais designada de Convergência Democrática de Moçambique. Tendo como figura de proa João Soares Cardoso, a Convergência Democrática colocava-se politicamente entre o FICO e os Democratas de Moçambique, reclamando uma posição intermédia e uma identificação com os valores da social-democracia. A Convergência Democrática defendia a instituição de um regime democrático, onde todas as tendências ideológicas pudessem exprimir livremente a sua opinião e participar na governação do país após a independência segundo a vontade do povo expressa em eleições livres[56]. Era portanto a favor da eleição democrática dos representantes da população moçambicana, manifestando-se contrária a qualquer tipo de ditadura[57]. Por outro lado, a Convergência Democrática reconhecia o papel fulcral da Frelimo na luta contra o colonialismo, bem como o seu direito a participar no processo de independência, mas não aceitava que o movimento liderado por Samora Machel fosse considerado o único representante do povo moçambicano. Com efeito, a Convergência Democrática considerava que a Frelimo estava a recusar ao povo moçambicano o direito à autodeterminação, na medida em que exigia a independência imediata só por si negociada. Uma situação que poderia conduzir à instituição de um regime totalitário em Moçambique. Ora, a posição da Convergência Democrática colidia frontalmente com a posição assumida pelos Democratas de Moçambique, que não concebiam a existência de outra força política representativa do povo moçambicano que não a Frelimo.

No entanto, foi em torno do controlo do jornal «Notícias da Beira» que se deu o principal embate político entre os dois movimentos. Senão vejamos. Durante o mês de Maio de 1974, os Democratas de Moçambique tinham conseguido obter o controlo dos principais meios de informação de Lourenço Marques, nomeadamente do jornal «Notícias» e da Rádio Clube de Moçambique. Na Beira a situação foi diferente. Os Democratas mostraram-se incapazes de obter o controlo do jornal «Notícias da Beira», tendo sido necessária a intervenção directa das autoridades portuguesas para que a direcção do jornal fosse retirada ao círculo político de Jorge Jardim, que estava no exílio. A administração do «Notícias da Beira» ficou então a cargo do Governo-Geral[58]. Mas, no início de Julho de 1974, a Convergência Democrática obteve da parte do Governo-Geral a autorização para explorar o «Notícias da Beira». Esta situação

[55] «Notícias», 04 Jun. 1974: 5.
[56] «Notícias», 07 Jun. 1974: 4.
[57] «Notícias», 22 Jun. 1974: 7.
[58] «Notícias», 19 Jun. 1974: 1.

desagradou profundamente aos Democratas, que criticaram a decisão do Governo e acusaram a Convergência Democrática de ser a expressão política do grande capital financeiro. Os dois movimentos iniciaram então uma espécie de «guerra de comunicados», com troca de acusações e de ataques verbais, que durou semanas. Contudo, os Democratas conseguiram mobilizar a seu favor os militares portugueses, tendo a Comissão Regional do MFA na Beira expresso um parecer contrário à entrega do jornal à Convergência Democrática[59]. Assim, por pressão do MFA, as autoridades portuguesas voltaram atrás na sua decisão, recusando entregar a exploração do jornal à Convergência Democrática[60].

Os Democratas de Moçambique conseguiram também influenciar os militares portugueses no sentido de se proceder à neutralização política da Convergência Democrática. De facto, a 28 de Julho de 1974, na sequência de uma reunião com a Comissão Coordenadora do MFA, a Convergência Democrática anunciou a suspensão das suas actividades. Num último comunicado dirigido à população, a Convergência Democrática denunciou o extremismo de quem tinha «fugido à discussão dos problemas», afirmando a existência de «controlo ideológico» da imprensa e da rádio por parte de grupos políticos interessados em promover sistematicamente a imagem da Frelimo e em negar e denegrir outros pontos de vista divergentes[61].

CRESCIMENTO DA TENSÃO POLÍTICA E FRACASSO DO GOVERNO PROVISÓRIO

A polémica em torno do «Notícias da Beira» e o silenciamento da Convergência Democrática reflectiram o crescimento da tensão política e social em Moçambique. Esta situação deu origem aliás ao aparecimento de organizações extremistas e até de carácter paramilitar, nomeadamente o AMA. O AMA recorria à violência para exprimir a sua oposição aos Democratas e à Frelimo, tendo realizado alguns atentados com granadas em Lourenço Marques[62]. Por sua vez, a realização de actos de violência foi concomitante ao esvaziamento da autoridade do governo colonial em Moçambique. Com efeito, o processo revolucionário provocou o enfraquecimento do aparelho policial e militar no qual se apoiava a administração portuguesa. Na ausência de directivas claras por parte de Lisboa e não dispondo de uma linha de rumo bem definida relativamente ao processo de descolonização, as autoridades portuguesas foram gradualmente perdendo o controlo sobre a situação política na colónia, o que teve claras consequências no campo da ordem e da segurança. Em termos militares, o exército português cessou toda a actividade ofensiva, respondendo apenas ao fogo

[59] «Notícias», 22 Jul. 1974: 1.
[60] «Notícias», 27 Jul. 1974: 1.
[61] «Notícias», 29 Jul. 1974: 5.
[62] «Notícias», 24 Jun. 1974: 1; «Notícias», 25 Jun. 1974: 2.

inimigo, o que facilitou a penetração de guerrilheiros no território moçambicano, bem como a formação de grupos armados desgarrados.

Paralelamente, o Governo Provisório de Soares de Melo não teve tempo para actuar medidas concretas que atenuassem a tensão política e social, na medida em que esteve em funções menos de dois meses. Na verdade, Soares de Melo tentou assumir uma postura de compromisso entre as orientações de Spínola e as pressões dos Democratas de Moçambique. Assim, Soares de Melo procurou ir ao encontro de algumas das reivindicações dos Democratas, nomeadamente no que dizia respeito ao desmantelamento do aparelho repressivo da ditadura. Por exemplo, o Governador procurou eliminar a Organização Provincial de Voluntários de Defesa Civil (OPVDC) e todas as milícias paramilitares existentes no território moçambicano[63]. E, a 8 de Junho de 1974, foi lançada uma operação militar de captura dos agentes da extinta PIDE/DGS, a chamada Operação Zebra. Durante a operação foram detidos cerca de duzentos agentes da polícia política, o que reduziu significativamente a rede de informação militar das Forças Armadas Portuguesas. Enfim, a 17 de Junho de 1974, o Governo-Geral emanou um mandato de captura contra Jorge Jardim, acusado de ser o mentor da «reacção» em Moçambique[64].

No entanto, essas medidas não eram suficientes para satisfazer os Democratas de Moçambique, que pretendiam um saneamento total da administração pública, ao mesmo tempo que não aceitavam a existência de outras forças políticas que não a Frelimo. Em meados de Julho de 1974, os Democratas denunciaram que as «forças da reacção» estavam a crescer na cidade da Beira, que os elementos da ex-PIDE/DGS estavam de novo quase todos em liberdade e que a OPVDC, os GEP e os Flechas subsistiam «intocáveis»[65]. Para além disso, os Democratas não entendiam — e não aceitavam — a posição de compromisso assumida pelo Governador-Geral. Como tal, começaram a criticar Soares de Melo, pela sua condescendência para com outras forças políticas[66].

Contudo, foram factores externos à colónia que precipitaram a queda do Governo Provisório de Moçambique. Perante o agravamento da escalada de violência em Angola, Spínola nomeou uma Junta Governativa para Angola, com contornos mili-

[63] «Notícias», 17 Jun. 1974: 1.

[64] PRO, FCO, 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974. O Consulado Britânico em Lourenço Marques afirma que teriam sido encarceradas cerca de quinhentas pessoas acusadas de pertencerem ou trabalharem para a PIDE/DGS. Muitos dos elementos detidos foram conduzidos para a Prisão de Machava, a mesma que antes servia de cadeia aos oposicionistas e nacionalistas presos. Cf. «Notícias», 09 Jun. 1974: 1.

[65] «Notícias», 13 Jul. 1974: 5. Os GEP (Grupos Especiais de Pára-Quedistas) e os Flechas eram unidades militares do exército colonial formadas sobretudo por africanos. Eram tropas de elite altamente treinadas na luta contra a guerrilha da Frelimo. Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, em Maio de 1974 as Forças Armadas Portuguesas em Moçambique seriam constituídas por 54 000 homens, dos quais 40 000 seriam recrutados localmente (36 000 negros e mestiços e 4000 brancos naturais da colónia). Os militares metropolitanos seriam apenas 14 000. PRO, FCO 45/1549, *Military situation in Mozambique*, 1974.

[66] «Notícias», 05 Jul. 1974: 5.

tares, presidida pelo oficial da armada Rosa Coutinho, em 24 de Julho de 1974[67]. Por arrastamento político, foi anunciada a decisão de criar uma Junta Governativa para Moçambique[68]. Face a isto, Soares de Melo, sentindo-se politicamente desamparado por Lisboa, pediu a sua demissão do cargo de Governador-Geral a 25 de Julho de 1974[69]. Manteve-se contudo em funções, ainda que demissionário, durante mais algumas semanas, mas já sem qualquer intervenção significativa no processo político[70].

PRIMEIRAS NEGOCIAÇÕES COM A FRELIMO

No entretanto, Portugal e a Frelimo tinham dados os primeiros passos no sentido de chegar a um acordo de cessar-fogo. Logo em Maio de 1974, o General Costa Gomes tinha enviado uma delegação de seis antigos presos políticos a Dar-es-Salaam com uma proposta de cessar-fogo para a direcção da Frelimo[71]. Mas as primeiras conversações oficiais só tiveram lugar a 5/6 de Junho, em Lusaka. Nestas primeiras conversações, Mário Soares e Samora Machel discutiram as condições para o estabelecimento de um cessar-fogo, sendo que a Frelimo colocou três condições essenciais: 1.º) o reconhecimento do direito à independência imediata de Moçambique; 2.º) o reconhecimento da Frelimo como única legítima representante do povo moçambicano; 3º) a transferência do poder para as mãos da Frelimo. Ora, estas exigências eram contrárias às ideias de Spínola, que pretendia a realização de um referendo para decidir o futuro das colónias portuguesas. Por isso, não foi possível avançar mais nas conversações, que entraram num impasse[72].

No entanto, a degradação da situação militar na colónia e, sobretudo, a pressão do MFA levou a uma alteração da posição portuguesa. De facto, certas unidades militares portuguesas começaram a negociar acordos separados de cessar-fogo com os guerrilheiros, nomeadamente em Cabo Delgado, em Junho, e no Tete, em Julho de 1974. Posteriormente, a guarnição militar portuguesa de Omar, na fronteira com a Tanzânia, rendeu-se à Frelimo, tendo os soldados portugueses sido feito prisioneiros e levados para a Tanzânia. Foi um acontecimento com uma enorme repercussão mediática e que baixou ainda mais o moral das tropas. Por outro lado, o MFA foi adquirindo força no interior do aparelho do Estado colonial, constituindo-se numa

[67] PRO, FCO 45/1503, *Political situation in Angola*, 1974.
[68] «Notícias», 26 Jul. 1974: 1.
[69] «Notícias», 26 Jul. 1974: 1.
[70] Em 19 de Agosto de 1974, perante a demora na nomeação da Junta Governativa de Moçambique, Soares de Melo transmitiu formalmente o poder ao Secretário de Estado da Administração Territorial, Jorge Ferro Ribeiro, que assumiu as funções de Encarregado do Governo. Cf. «Notícias», 20 Ago. 1974: 3; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975.
[71] Segundo o Consulado Britânico em Lourenço Marques, essa delegação terá comunicado a vontade de Costa Gomes de chegar a um acordo rápido com a Frelimo, de forma que a independência do território se concretizasse no espaço de um ano. PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[72] PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974. Cf. MACQUEEN, 1998: 164-167.

espécie de poder paralelo ao Governo Provisório. Assim, a 1 de Julho, o MFA exigiu o reinício das conversações com a Frelimo e, dez dias depois, recomendou, num memorando, o reconhecimento do direito à independência e da Frelimo como o mais válido representante do povo de Moçambique. A 20 de Julho, num plenário em Nampula, as delegações do MFA de Tete e de Cabo Delgado exigiram a realização de um acordo com a Frelimo e, dois dias depois, o MFA voltou a reafirmar a necessidade de se iniciarem novas conversações com o movimento guerrilheiro[73].

A LEI CONSTITUCIONAL N.º 7/74, O MFA E OS DEMOCRATAS DE MOÇAMBIQUE

Todos estes acontecimentos tiveram um peso significativo na evolução do processo político português, fragilizando consideravelmente a posição de Spínola. Neste sentido, perante a rápida degradação da situação militar e face ao crescimento acentuado das pressões do MFA, o Presidente da República foi obrigado a fazer modificações na política colonial no sentido de se chegar a um rápido acordo com as guerrilhas nacionalistas. Assim, a 26 de Julho de 1974, Spínola promulgou uma nova Lei Constitucional, a Lei n.º 7/74. A nova Lei Constitucional reconheceu «o direito à autodeterminação, com todas as suas consequências, incluindo a aceitação da independência dos territórios ultramarinos». Tratou-se de uma clara vitória do MFA, que defendia a negociação directa da independência com as guerrilhas nacionalistas, o estabelecimento de um cessar-fogo e uma rápida transferência de poderes para as mãos desses mesmos movimentos em regime de exclusividade[74].

A promulgação da Lei n.º 7/74 abriu a porta a uma rápida solução do problema da descolonização, o que foi de imediato aproveitado pela Frelimo. Assim, a Frelimo propôs a realização de negociações com os portugueses, em Dar-es-Salaam, entre 30 de Julho e 2 de Agosto de 1974. A delegação portuguesa foi liderada por um oficial do MFA, Melo Antunes. O encontro permitiu estabelecer o quadro geral do futuro processo de independência. Ficou assim decidido: 1) a realização da independência sem referendo prévio; 2) o reconhecimento da Frelimo como único legítimo representante do povo de Moçambique; 3) a transferência do poder para a Frelimo depois de um período de governo de transição. No fundo, este primeiro entendimento entre as duas partes representou uma clara vitória da Frelimo, que viu as suas posições aceites pelos portugueses. De 14 a 17 de Agosto de 1974, houve uma nova ronda de negociações em Dar-es-Salaam, que confirmaram as posições anteriores. Estavam assim criadas as condições para a celebração do acordo final[75].

---

[73] MACQUEEN, 1998: 161.
[74] PIMENTA, 2010: 139-140.
[75] PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975. Cf. MACQUEEN, 1998: 178-179.

No entretanto, usufruindo de um novo contexto político-militar que lhes era nitidamente favorável, os Democratas de Moçambique levaram a cabo a conclusão da sua manobra de controlo de informação, alinhando os principais órgãos de comunicação social com as posições da Frelimo. Na imprensa passou-se a defender ostensivamente a tese de que a Frelimo era «a legítima representante do povo moçambicano e que o poder deveria ser transferido em regime de monopólio para essa Frente»[76].

Além disso, uma bem orquestrada campanha jornalística procedeu à demonização política de todos os que se opunham à transferência do poder directa e exclusivamente para as mãos da Frelimo e, por esta via, à criação de um regime de partido único. Assim, os Democratas e a imprensa pró-flelimista rotularam de «reaccionários» e de «colonial-fascistas» todos os que exprimiam opiniões divergentes das defendidas pelo movimento guerrilheiro. Essa campanha jornalística provocou fortes críticas da parte de vários quadrantes da sociedade moçambicana[77]. E grupos mais radicais, descontentes com a atitude da imprensa, chegaram mesmo a atacar com explosivos as instalações dos jornais «Notícias» e «A Tribuna» na madrugada de 15 de Agosto de 1974[78].

Tudo isto teve pesadas consequências ao nível da psicologia da população, gerando insegurança, confusão e medo, sobretudo entre a minoria branca, que não estava preparada para lidar com a nova situação política criada pelo processo de descolonização e que temia pelo seu futuro no país após a independência.

Neste sentido, durante o mês de Agosto de 1974, assistiu-se à radicalização do discurso político, ao extremar de antagonismos e ao aumento generalizado da tensão política e social. Aliás, uma onda de greves, de manifestações e de protestos varreu o território, o que teve graves repercussões na economia e até no abastecimento de géneros de primeira necessidade às principais cidades. Para além disso, a violência contra pessoas e bens cresceu de forma exponencial, gerando um ambiente de acentuada insegurança. Com o exército praticamente paralisado, grupos de bandoleiros espalharam o pânico entre as populações rurais dos distritos do Centro e do Norte, causando numerosas vítimas entre negros, brancos, mestiços e indianos, sendo as cantinas destes últimos alvos preferenciais de assaltos, pilhagens e destruições. Em Agosto de 1974, houve mesmo uma tentativa de «limpeza étnica» por parte de grupos de africanos armados contra as minorias branca e indiana na região compreendida entre Quelimane e António Enes e, duma forma geral, na zona de Nampula. A Frelimo negou qualquer envolvimento nos acontecimentos e nunca se conseguiu apurar com exactidão quem esteve por detrás dessa «onda de violência anti-bran-

[76] «Notícias», 27 Jul. 1974: 1.
[77] «Notícias», 13 Ago. 1974 : 1.
[78] «Notícias», 17 Ago. 1974: 1.

ca»[79]. Mas o facto é que o medo se apossou de grande parte da população branca, de tal forma que, todas as semanas, estavam a sair da colónia cerca de mil brancos. Era o início do êxodo.

O ACORDO DE LUSAKA E A REBELIÃO DE LOURENÇO MARQUES (7 DE SETEMBRO DE 1974)

Foi, pois, neste contexto de acentuada crispação política e forte tensão social que foi assinado o acordo de independência de Moçambique, em Lusaka, no dia 7 de Setembro de 1974. O Acordo de Lusaka estabeleceu o reconhecimento português da independência de Moçambique e a transferência de poderes exclusivamente para as mãos da Frelimo, marcando a data da independência para 25 de Junho de 1975[80]. Foi declarado um cessar-fogo imediato. Todos os prisioneiros de guerra deveriam ser libertados e as forças militares portuguesas deveriam ser gradualmente concentradas nas zonas urbanas a fim de facilitar o seu repatriamento. O Acordo definiu também a constituição de um Governo de Transição, formado por seis ministros nomeados pela Frelimo e três por Portugal. O Governo de Transição seria chefiado por um Primeiro-Ministro indicado pela Frelimo (Joaquim Chissano), ao passo que Portugal nomearia um Alto-Comissário, cujas funções seriam semelhantes às de um Chefe de Estado. Não teria, porém, qualquer autoridade directa sobre o Governo de Transição. Com a aprovação da Frelimo, Vitor Crespo foi mais tarde nomeado Alto-Comissário[81].

Neste sentido, o Acordo de Lusaka não garantiu a instalação de uma democracia multipartidária, criando, pelo contrário, as condições à instituição de um regime de partido único em Moçambique[82]. Na verdade, o Acordo serviu acima de tudo para sancionar internacionalmente a entrega de Moçambique à Frelimo. Os signatários justificaram essa posição pelo facto de a Frelimo ter sido o único movimento moçambicano a adquirir uma «legitimidade popular pela via revolucionária indubitável», isto é, pela via militar. Por isso, foram excluídas do processo de independência e tornadas ilegais todas as outras forças políticas moçambicanas[83].

No entanto, o Acordo de Lusaka provocou uma reacção imediata das forças políticas excluídas do processo de independência, nomeadamente do FICO e do Partido de Coligação Nacional (PCN). Dirigentes políticos brancos — Gomes dos Santos (FICO), Hugo Velez Grilo (FICO), Gonçalo Mesquitela (da extinta Asso-

[79] «Notícias», 10 Ago. 1974: 1; «Notícias», 13 Ago. 1974: 1-2; «Notícias», 15 Ag. 1974: 1. PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[80] MOITA, 1984: 289.
[81] PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975. Cf. MACQUEEN, 1998: 181-182.
[82] *Apud* MOITA, 1984: 289.
[83] PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974; PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975. Cf. *O acordo de Lusaka inconstitucional e antidemocrático não defende os interesses de Portugal e dos povos de Moçambique.* «Jornal Português de Economia & Finanças», 16-31 Dez. 1974: 7-12.

ciação Nacional Popular) — e negros — Joana Simião, Uria Simango, Kawandame, Gumane — juntaram-se numa única plataforma política para impedir a aplicação do Acordo, o Movimento Moçambique Livre (MML). O Movimento Moçambique Livre desencadeou, no próprio dia da assinatura do Acordo, uma rebelião em Lourenço Marques, ocupando a Rádio Clube de Moçambique e, momentaneamente, o aeroporto[84]. O MML conseguiu ainda libertar acerca de duzentos antigos agentes da polícia política, que tinham sido presos em Junho de 1974, e mobilizar milhares de manifestantes que desfilaram nas ruas da capital moçambicana a favor do movimento[85]. O MML apresentou como objectivos fundamentais a realização de um referendo imediato sobre a independência e a formação de um «governo livre, democrático e multirracial», representativo da maioria negra e dos outros segmentos demográficos moçambicanos, com a participação de todas as forças políticas[86].

Por outro lado, conscientes da sua fragilidade militar, os rebeldes apelaram, através da rádio, à intervenção sul-africana, cujas tropas estavam estacionadas na fronteira, a escassos quilómetros de Lourenço Marques. Jorge Jardim, então exilado no Malawi, mas de passagem por Johannesburg[87], era considerado o líder dos rebeldes e foi por várias vezes designado de coordenador exterior do movimento. Um número significativo de populares, sobretudo brancos, «protegia» as instalações da emissora de qualquer acção adversa, enquanto as entradas da cidade eram guardadas por elementos da ex.-OPVDC. No total, porém, os rebeldes teriam apenas duzentos e cinquenta homens armados. Na Beira e em Vila Pery também houve manifestações de apoio aos insurrectos, as quais foram dispersas pelas autoridades portuguesas. Mas na capital moçambicana, a polícia e as forças militares permaneceram «indiferentes» aos acontecimentos, abstendo-se de intervir a favor ou contra os rebeldes. O Presidente da República também se mostrou relutante em agir contra os insurrectos. Ao invés, Spínola enviou dois oficiais que lhe eram fiéis, o Tenente-Coronel Dias de Lima e o Comandante Duarte Costa, para dialogarem com os líderes da sublevação[88].

[84] Os incidentes terão começado no dia 6 de Setembro de 1974, no momento em que militantes pró-Frelimo, nomeadamente alguns Democratas, mobilizavam a população da cidade para um comício no Estádio da Machava. Durante a mobilização, um automóvel do jornal «Notícias», engalanado com quatro bandeiras da Frelimo, terá arrastado pelo chão uma bandeira portuguesa, facto que provocou a reacção de alguns brancos, registando-se então os primeiros confrontos que depois evoluíram para a rebelião. PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.

[85] O Consulado Britânico em Lourenço Marques estimou em cerca de vinte mil o número de manifestantes a favor do MML. PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974

[86] PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.

[87] PRO, FCO 9/2503, *Overseas territories of Portugal*, 1974. Segundo o relato do próprio, Jorge Jardim estava de passagem por Johannesburg no dia 7 de Setembro de 1974. JARDIM, 1976: 347-354.

[88] Spínola justificou a sua relutância em tomar medidas contra os revoltosos pelo facto de não poder agir contra «portugueses» que se haviam levantado «em defesa da honra e da dignidade da Pátria». Cf. SPÍNOLA, 1978: 307-308. Em declarações à imprensa, Melo Antunes falou da existência duma «proclamação da independência unilateral de Moçambique» pelos rebeldes de Lourenço Marques. Cf. «A Província de Angola», 12 Set. 1974: 2.

No entanto, a situação política alterou-se rapidamente a desfavor dos rebeldes. De facto, o MFA acusou o MML de «alta traição» e exigiu a neutralização imediata da rebelião. A Frelimo também reagiu aos acontecimentos de Lourenço Marques, classificando o MML de «grupo de forças racistas e reaccionárias que querem evitar a independência»[89]. E, em 9 de Setembro de 1974, Spínola, pressionado pelo MFA, ratificou o Acordo de Lusaka, o que retirou aos insurrectos qualquer esperança de apoio da parte do Presidente da República. Os sul-africanos também optaram por não intervir militarmente em Moçambique, oferecendo apenas asilo político aos revoltosos. Sem o apoio de verdadeiras forças militares e dispondo apenas de um punhado de homens armados, a rebelião estava condenada ao fracasso. No dia 10 de Setembro de 1974, os líderes rebeldes terão chegado a um acordo com as autoridades portuguesas no sentido de abandonar as instalações da rádio. E, no dia seguinte, por ordem directa do General Costa Gomes, tropas pára-quedistas portuguesas, provenientes do Norte de Moçambique, colocaram um ponto final na rebelião de Lourenço Marques. Os dirigentes brancos da revolta conseguiram fugir para a África do Sul, enquanto os líderes negros passaram à clandestinidade no interior do país. Uria Simango e Joana Simião foram posteriormente presos pela Frelimo[90].

A rebelião provocou um número considerável de mortos e de feridos de todas as raças. De facto, durante a revolta, grupos de extremistas brancos efectuaram *raides* nos subúrbios pobres da capital, disparando de forma indiscriminada sobre a população africana, com o objectivo talvez de a amedrontar, causando feridos e mortos. Mas estes ataques tiveram precisamente o efeito oposto, pois espoletou a violenta reacção de milhares de populares negros que marcharam sobre a «cidade de cimento», armados de catanas, paus, pedras e ferros, e «deixando um manto de destruição à sua passagem». A este respeito, Benedito Machava, com base em relatos de alguns africanos que participaram nos acontecimentos, descreve um quadro particularmente «chocante» da forma como foram chacinados os brancos pela multidão em fúria: brancos assassinados no interior das respectivas casas ou queimados vivos, dentro de automóveis, quando tentavam fugir; mulheres esquartejadas; cadáveres abandonados nas ruas; etc. Dominada a custo por intervenção de um grupo de nacionalistas moçambicanos (o «Grupo Galo», conotado com a Frelimo, mas não integrante da sua estrutura política), esta onda de violência provocou o terror entre a população branca de Lourenço Marques, conduzindo à saída apressada de milhares de brancos para a África do Sul e a Rodésia. Embora de forma mais contida, a violência racial

[89] PRO, FCO 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.
[90] Para uma descrição «pessoal» da rebelião por alguns dos intervenientes veja-se: SAAVEDRA, 1975; MESQUITELA, 1976; OLIVEIRA, 1978; COUTO, 2011; CARDOSO, 2014.

continuou nas semanas seguintes, por meio de agressões, roubos e destruição de bens e propriedades de brancos[91].

A TOMADA DE POSSE DO GOVERNO DE TRANSIÇÃO DE MOÇAMBIQUE

O Alto-Comissário Vitor Crespo chegou a Lourenço Marques a 12 de Setembro de 1974, quatro dias antes de Joaquim Chissano, que foi empossado Primeiro-Ministro do Governo de Transição no dia 21 de Setembro de 1974. O Governo de Transição integrou vários Democratas de Moçambique, que voluntariamente confluíram na Frelimo. Assim, o executivo era constituído por Armando Guebuza, Ministro do Interior, da Frelimo; Rui Baltazar Santos Alves, Ministro da Justiça, dos Democratas de Moçambique; Mário Fernandes Graça, Ministro da Economia, dos Democratas de Moçambique; Óscar Monteiro, Ministro da Informação, da Frelimo; Gideon Ndobe, Ministro da Educação e Cultura, da Frelimo; Tenente-Coronel Eugénio Figueira Picolo, Ministro dos Transportes e Comunicações, indicado por Portugal; António Joaquim Paulino, Ministro da Saúde e Assuntos Sociais, indicado por Portugal; Mariano de Araújo Matsinhe, Ministro do Trabalho, da Frelimo; Luís Maria Alcântara Santos, Ministro das Obras Públicas, indicado por Portugal[92].

A tomada de posse do Governo de Transição inaugurou uma nova fase no processo de descolonização de Moçambique. Teve então início a retirada progressiva da tropa portuguesa estacionada no território moçambicano, a substituição dos quadros superiores da administração pública por novos elementos afectos à Frelimo, a criação de um banco central moçambicano, enfim, a preparação do país para a plena independência. Porém, esse processo foi gravemente prejudicado pela saída de grande parte dos recursos humanos mais qualificados, em especial os brancos, cujo êxodo prosseguiu nos meses seguintes, e a consequente derrapagem da economia moçambicana. A este respeito, o medo e a violência, por vezes com cunho racial, terão sido duas das principais causas do êxodo da população branca. Mas houve outros motivos que também contribuíram para a saída dos brancos, nomeadamente o modo como foi concretizado o processo de descolonização, por meio de um acordo fechado entre Portugal e a Frelimo e a concomitante marginalização política dos outros partidos; a

[91] MACHAVA, 2015: 72-75. Os relatórios elaborados pelo Consulado Britânico em Lourenço Marques são particularmente relevantes para a compreensão da rebelião. Para além de descreverem de forma minuciosa os acontecimentos, os diplomatas britânicos responsabilizaram os Democratas de Moçambique por terem criado um ambiente propício à revolta devido ao radicalismo e ao extremismo das suas posições, mas atribuíram as maiores responsabilidades ao Estado Português, por ter negociado um acordo sem ter tido em consideração as opiniões e os interesses da população. PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974; PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974 [em especial *Despatches* by Stanley Duncan, HM Consul General at Lourenço Marques, entitled *European insurrections in Mozambique*, 7-10 September 1974].

[92] PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.

transferência do poder em regime de monopólio para a Frelimo; a adopção de políticas económicas de cariz marxista-leninista; a criação de um regime de partido único[93].

Mas a análise da fase de pré-independência — ou seja, os nove meses compreendidos entre 21 de Setembro de 1974 e 25 de Junho de 1975 — já não reentra no âmbito deste trabalho, merecendo só por si um estudo detalhado e que está em larga medida por fazer, pelo menos em termos historiográficos. Interessa-nos, porém, assinalar o corte representado pela assinatura do Acordo de independência e a subsequente tomada de posse do governo de transição na história da descolonização de Moçambique. De facto, o mês de Setembro de 1974 representou um momento de charneira, após o qual se assistiu ao recuo da sociedade civil moçambicana, ao desaparecimento dos muitos partidos e grupos políticos aparecidos durante a fase revolucionária do pós-25 de Abril de 1974 e à imposição de uma unicidade partidária não consentânea com a democracia. Embora breves, os cinco meses que mediaram a queda do Estado Novo e a tomada de posse do Governo de Transição representaram um momento de intenso debate político, na imprensa e na sociedade civil, de liberdade de expressão e de associação política, distinguindo-se claramente da fase posterior marcada pela criação de um regime de partido único em Moçambique.

FONTES

Public Record Office (PRO)

PRO, FCO 45/1308, *Internal situation in Mozambique*, 1973.
PRO, FCO 9/2065, *Relations between Portugal and Africa*, 1974.
PRO, FCO 9/2049, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
PRO, FCO 9/2052, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
PRO, FCO 9/2503, *Overseas territories of Portugal*, 1974.
PRO, FCO 45/1533, *Policy of Portugal to her overseas territories*, 1974.
PRO, FCO 45/1534, *Policy of Portugal towards her overseas territories*, 1974.
PRO, FCO 45/1539, *Political situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO 45/1540, *Political situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO, 45/1541, *Political situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO 45/1542, *Political situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO 45/1543, *Political situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO 45/1549, *Military situation in Mozambique*, 1974.
PRO, FCO 45/1503, *Political situation in Angola*, 1974
PRO, FCO 45/1731, *Mozambique: annual review for 1974*, 1975.

Fontes Impressas

HASTINGS, Adrian (1974). *Wiriyamu*. Londres: Search Press.
JARDIM, Jorge (1976). *Moçambique terra queimada*. Lisboa: Editorial Intervenção.
MESQUITELA, Clotilde (1976). *Moçambique 7 de Setembro*. Lisboa: A Rua.

[93] RITA-FERREIRA, 1988: 121-169.

MONDLANE, Eduardo (1969). *The Struggle for Mozambique*. Harmondsworth: Penguin.
OLIVEIRA, Bernardino G. (1978). *Aqui (Portugal) Moçambique*. Vila Nova de Famalicão: Centro Gráfico.
SANTOS, António de Almeida (1975). *15 meses no governo ao serviço da descolonização*. Lisboa: Asa.
SAAVEDRA, Ricardo de (1975). *Aqui Moçambique Livre*. Johannesburg: Livraria Moderna.
SPÍNOLA, António de (1974). *Portugal e o futuro*. Lisboa: Arcádia.
SPÍNOLA, António de (1976). *Ao Serviço de Portugal*. Lisboa: Bertrand.
SPÍNOLA, António de (1978). *País sem rumo*. Lisboa: Scire.

Periódicos

«A Província de Angola». 15835 (12 Set. 1974) 2.
«Notícias». 16120 (26 Abr. 1974) 1.
«Notícias». 16121 (27 Abr. 1974) 2.
«Notícias». 16122 (28 Abr. 1974) 1.
«Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 1.
«Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 2.
«Notícias». 16123 (29 Abr. 1974) 5.
«Notícias». 16124 (30 Abr. 1974) 1.
«Notícias». 16125 (01 Mai. 1974) 2.
«Notícias». 16125 (01 Mai. 1974) 2 e 13.
«Notícias». 16126 (03 Mai. 1974) 1 e 2.
«Notícias». 16127 (04 Mai. 1974) 1-2.
«Notícias». 16129 (06 Mai. 1974) 1 e 4.
«Notícias». 16136 (13 Mai. 1974) 1 e 5.
«Notícias». 16139 (16 Mai. 1974) 1.
«Notícias». 16142 (19 Mai. 1974) 4.
«Notícias». 16149 (26 Mai. 1974) 18.
«Notícias». 16150 (27 Mai. 1974) 1.
«Notícias». 16154 (31 Mai. 1974) 1.
«Notícias». 16155 (01 Jun. 1974) 4.
«Notícias». 16156 (02 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16158 (04 Jun. 1974) 5.
«Notícias». 16159 (05 Jun. 1974) 2.
«Notícias». 16161 (07 Jun. 1974) 4.
«Notícias». 16163 (09 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16169 (17 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16171 (19 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16174 (22 Jun. 1974) 7.
«Notícias». 16176 (24 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16177 (25 Jun. 1974) 2.
«Notícias». 16178 (26 Jun. 1974) 1.
«Notícias». 16185 (03 Jul. 1974) 12.
«Notícias». 16187 (05 Jul. 1974) 1.
«Notícias». 16187 (05 Jul. 1974) 5.
«Notícias». 16195 (13 Jul. 1974) 5.
«Notícias». 16204 (22 Jul. 1974) 1.
«Notícias». 16207 (26 Jul. 1974) 1.
«Notícias». 16208 (27 Jul. 1974) 1.

«Notícias». 16210 (29 Jul. 1974) 5.
«Notícias». 16222 (10 Ago. 1974) 1.
«Notícias». 16225 (13 Ago. 1974) 1.
«Notícias». 16225 (13 Ago. 1974) 1-2.
«Notícias». 16227 (15 Ago. 1974) 1.
«Notícias». 16228 (17 Ago. 1974) 1.
«Notícias». 16231 (20 Ago. 1974) 3.
«Notícias». 16235 (24 Ago. 1974) 2.
O acordo de Lusaka inconstitucional e antidemocrático não defende os interesses de Portugal e dos povos de Moçambique. «Jornal Português de Economia & Finanças». 325 (16-31 Dez. 1974) 7-12.

BIBLIOGRAFIA

AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos (2010). *Os Anos da Guerra Colonial, 1961-1974*. Porto: Quidnovi.
ALEXANDRE, Valentim (2017). *Contra o vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.
ANTUNES, José Freire (1996). *Jorge Jardim: agente secreto*. Venda Nova: Bertrand.
BERNARDO, Manuel (2003). *Combater em Moçambique: Guerra e Descolonização, 1964-1975*. Lisboa: Prefácio.
BRAGANÇA, Aquino de; WALLERSTEIN, Immanuel (1982). *The African Liberation Reader*. Londres: Zed.
CABAÇO, José Luís (2010). *Moçambique: Identidades, Colonialismo e Libertação*. Maputo: Marimbique.
CAMILO, Carlos (1984). *Moçambique: Os acontecimentos de 7 de Setembro e 21 de Outubro de 1974*. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, *ed. Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 341-343.
CANN, John P. (1997). *Counterinsurgency in Africa: The Portuguese Way of War, 1961-1974*. London: Greenwood Press.
CARDOSO, Ribeiro (2014). *O Fim do Império: Memórias de um Soldado Português: O 7 de Setembro de 1974 em Lourenço Marques*. Lisboa: Caminho.
CARVALHO, Otelo Saraiva de (1991). *Alvorada em Abril*. Lisboa: Alfa.
CASTELO, Cláudia (2007). *Passagens para África: O Povoamento de Angola e de Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento.
COUTO, Fernando (2011). *Moçambique 1974: O fim do Império e o nascimento da nação*. Lisboa: Caminho.
DIAS, Jorge (1964). *Os Macondes de Moçambique*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
GARCIA, Francisco Proença (2003). *Análise global de uma guerra. Moçambique, 1964-1974*. Lisboa: Prefácio.
GOMES, Carlos de Matos (2002). *Moçambique 1970: Operação Nó Górdio*. Lisboa: Prefácio.
HENRIKSEN, Thomas (1983). *Revolution and Counter-Revolution: Mozambique's War of Independence, 1964-1974*. Westport: Conn.
ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara (1983). *Mozambique: From Colonialism to Revolution, 1900-1982*. Boulder/Colorado: Westviem Press.
ISAACMAN, Allen; ISAACMAN, Barbara (2020). *Mozambique's Samora Machel: A Life Cut Short*. Athens: Ohio University Press.
MACHAVA, Benedito (2015). *Galo amanheceu em Lourenço Marques: O 7 de Setembro e o verso da descolonização de Moçambique*. «Revista Crítica de Ciências Sociais». 106, (Maio 2015) 53-84.
MACQUEEN, Norrie (1998). *A Descolonização da África Portuguesa*. Mem Martins: Inquérito.
MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Rui (2010). *Nacionalistas de Moçambique: Da luta armada à independência*. Lisboa: Texto Editores.

MENDES, Maria Clara (1985). *Maputo antes da independência: Geografia de uma cidade colonial*. Lisboa: Memórias do Instituto de Investigação Científica Tropical.

MOITA, Luís (1984). *Não há uma mas várias descolonizações*. In ASSOCIAÇÃO 25 DE ABRIL, *ed. Seminário 25 de Abril. 10 anos depois*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 287-290.

MORIER-GENOUD, Eric, *ed*. (2012). *Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique*. Leiden: Brill.

NEWITT, Malyn (1995). *A History of Mozambique*. London: C. Hurst & Co.

OPELLO JR., Walter C. (1975). *Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: Frelimo in the 1960s*. «Journal of Southern African Studies». 2, 1, 62-82.

PASSERINI, Luisa (1970). *Colonialismo Portoghese e Lotta di Liberazione nel Mozambico*. Torino: Einaudi.

PELISSIER, René (1987). *História de Moçambique: Formação e oposição (1854-1918)*. Lisboa: Estampa.

PIMENTA, Fernando Tavares (2010). *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização, 1890-1975*. Porto: Afrontamento.

PIMENTA, Fernando Tavares (2012). *Os Nacionalismos no Império: Angola e Moçambique*. In JERÓNIMO, Miguel Bandeira, *coord. O Império Colonial em Questão*. Lisboa: Edições 70, pp. 65-91.

PIMENTA, Fernando Tavares (2014). *Emigração madeirense para Angola e Moçambique (1930-1948): O Caso do Arquivo da Agência Ferraz*. «Islenha». 54, 93-110.

PIMENTA, Fernando Tavares (2016). *Decolonisation Postponed: the Failure of the Colonial Politics of Marcelo Caetano*. «Social Dynamics: A Journal of African Studies». 42, 1, 12-30.

PIMENTA, Fernando Tavares (2018). *Brancos de Moçambique: Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*. Porto: Afrontamento.

PIMENTA, Fernando Tavares (2019). *Cidades Coloniais: formas de organização sócio-identitária na África Portuguesa (Luanda, Benguela, Lourenço Marques e Beira)*. In AVELINO, Yvone Dias, *ed. Tecituras das Cidades: História, Memória e Património*. São Paulo: Gramma, pp. 133-153.

RITA-FERREIRA, António (1958). *Agrupamento e caracterização étnica dos Indígenas de Moçambique*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar.

RITA-FERREIRA, A. (1988). *Moçambique post-25 de Abril: Causas do êxodo da população de origem europeia e asiática*. In INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA, *ed. Moçambique: cultura e história de um país*. Coimbra: Instituto de Antropologia, pp. 121-169.

SANTOS, António de Almeida (2006). *Quase memórias. Vol. 1: Do colonialismo e da descolonização. Vol. 2: Da descolonização de cada território em particular*. Lisboa: Casa das Letras; Notícias.

SCNEIDMAN, Witney W. (2005). *Confronto em África. Washington e a queda do Império Colonial Português*. Lisboa: Tribuna.

SOUTO, Amélia Neves de (2007). *Caetano e o ocaso do Império: Administração e guerra colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*. Porto: Afrontamento.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE. Centro de Estudos Africanos da (1993). *História de Moçambique: Moçambique no auge do colonialismo, 1930-1961*. Maputo: Universidade Eduardo Mondlane, vol. 3.

REPRESSÃO E SUBJETIVIDADE POLÍTICA NO ESTADO NOVO: A CADEIA DE PENICHE*

MIGUEL CARDINA**

Num estudo sobre a resistência brasileira à ditadura, Luci Gati Pietrocolla utilizou o conceito de «viver entre parênteses» para agrupar três situações paradigmáticas: a clandestinidade, o exílio e a prisão[1]. Marcadas em doses diferentes pelo medo, pela nostalgia e pela esperança, estas experiências tanto provocavam um elevado grau de constrangimento físico e psicológico como se podiam constituir em eixos nucleares na edificação da identidade política. Dando lugar a um confinamento forçado e vigiado, a prisão seria à primeira vista a situação em que a interrupção ou abrandamento drástico da militância se tornaria mais evidente.

Tomando como ponto de observação a cadeia do Forte de Peniche nos anos finais do Estado Novo, este capítulo mostra ao invés como o «viver entre parênteses» no cárcere era atravessado por uma tensão entre as dinâmicas coercivas determinadas pelas estruturas repressivas, por um lado, e as diferentes estratégias de resistência levadas a cabo pelos presos políticos, por outro. O confronto com a regulamentação e com as práticas da instituição carcerária constituiu-se como um elemento fundamental na (re)construção da subjetividade política. Este posicionamento diante dos códigos de conduta em vigor e diante das figuras de autoridade na prisão cruzou-se com clivagens ideológicas que, transportadas para o interior da cadeia, resultaram na operacionalização de distintas culturas de reivindicação e formas de vivenciar o quotidiano no cárcere.

1. PRESOS E PRISÕES: O CASO DE PENICHE

O complexo repressivo do Estado Novo compôs-se de uma série de medidas legais, instituições jurídicas, organizações policiais e estruturas prisionais. Adaptando em alguns casos mecanismos de controlo político já existentes ou em embrião durante a I República (1910-1926) e a Ditadura Militar (1926-1933), o Estado Novo procedeu a uma mais rigorosa tipificação dos «delitos políticos e sociais»[2]. Veio assim a definir-se

---

* Uma versão prévia deste texto foi publicada, em CARDINA, Miguel (2015). *Repressive Dynamics and Political Subjectivities: the Case of Peniche Prison*. «e-Journal of Portuguese History». 13:1, 106-124.

** Universidade de Coimbra/Centro de Estudos Sociais (CES). Email: miguelcardina@ces.uc.pt. Miguel Gonçalo Cardina Codinha (Prémio 2011).

[1] PIETROCOLLA, 1995.

[2] Cf. Decreto n.º 21942. PORTUGAL. Ministério da Justiça e dos Cultos, 1932.

um sistema de justiça que tinha o seu eixo fundamental na polícia política e que se ancorava numa série de tribunais plenários a quem competia julgar os delitos políticos e num conjunto de prisões destinadas a albergar presos que atentavam «contra a segurança do Estado». De acordo com Fernando Rosas, esta «violência punitiva» constituía uma espécie de segundo círculo de segurança, acionado sempre que falhava a interiorização nos espíritos da obediência e da ordem, e veio a revelar-se uma das razões explicativas para o «saber durar» do regime[3].

A rede penitenciária funcionava como o último elo da mecânica repressiva. Entre 1933 e 1936 o regime alargou essa rede, abrindo ou remodelando espaços prisionais. A Cadeia do Aljube em Lisboa (1933-1966), a Colónia Penal do Tarrafal na ilha de Santiago, em Cabo Verde (1936-1954 e 1961-1974), o Forte de Caxias (1936-1974) e o Forte de Peniche (1934-1974) foram os mais utilizados, aos quais se deve somar uma rede de cadeias da PIDE/DGS nas principais cidades do país e um conjunto de prisões e campos de concentração em território africano. Em Caxias funcionava também o hospital-prisão e, a partir de 1971, um centro de interrogatórios. Durante o período de prisão preventiva, os elementos do sexo masculino podiam ficar nas delegações da PIDE de Coimbra e Porto, mas eram habitualmente transferidos para Lisboa, permanecendo no Aljube ou em Caxias, prisão na qual estavam também as mulheres já condenadas. Depois de julgados e condenados, os presos do sexo masculino eram transferidos para o Forte de Peniche.

A prisão de Peniche funcionara como fortificação militar entre meados do século XVII e finais do século XIX, desempenhando um papel de defesa da costa atlântica e fora depois espaço de encarceramento. No início do século XX veio a servir de refúgio a *boers* fugidos da Guerra Anglo-Boer que assolou a África do Sul e, entre 1916 e 1919, na sequência da entrada de Portugal na I Guerra Mundial, foi usada como prisão para austríacos e alemães[4]. Em 1934 foi transformado numa das prisões da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado) e em 1945 passaria a estar dependente da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça.

Apesar de não estar sob a jurisdição da PIDE, esta estrutura policial tinha informações — nomeadamente a partir de 1965, quando abriu um posto em Peniche — sobre aquilo que de essencial se passava no interior da cadeia. Consultando a documentação emanada do posto da PIDE/DGS de Peniche, ressalta o conhecimento detalhado que aquela estrutura tinha do quotidiano prisional. Com efeito, constam aí vários relatórios de guardas informadores, bem com documentos internos da cadeia, análises do porte moral da direção ou do médico da cadeia, informações sobre o

[3] ROSAS, 2012: 183-210.
[4] *Aljube: A voz das vítimas*, 2011: 76.

teor de conversas mantidas durante visitas aos presos e ainda descrições sobre as permanentes tensões entre guardas e presos[5].

As descrições existentes dos primeiros anos de funcionamento do forte como presídio da ditadura dão conta de um espaço com condições muito precárias: a instalação dos presos era feita em antigas cavalariças e em velhos barracões abandonados e nas celas abundavam as ratazanas, as baratas e os percevejos. É interessante, a este respeito, apor o olhar sobre as condições prisionais em Peniche dado por comunistas, como Fernando Miguel Bernardes e Jaime Serra, e o relato feito por Henrique Galvão, que ali passou algumas temporadas, a primeira das quais em 1953. No seu diário escrito em Peniche no verão de 1953, e publicado logo a seguir ao 25 de Abril, Henrique Galvão fala de um cenário de imundície, da falta de assistência médica condigna, da humidade e do salitre acumulado nas celas, da presença incomodativa das pulgas e de galinhas criadas pelos guardas no pátio com as sobras de uma alimentação — que era, nas suas palavras, «uma intoxicação diária». Este «anticomunista entre comunistas», como caracteriza aí a sua condição, identifica diferenças na forma como a direção da cadeia o tratava a si e aos presos comunistas, o que tanto resultaria, na sua leitura, de uma vontade de distinção explícita por parte do poder carcerário como também da inflexibilidade do capitão em cumprir tarefas que lhe haviam sido acometidas — descascar batatas, limpar a latrina no refeitório e descarregar lenha[6].

Fernando Miguel Bernardes e Jaime Serra, por seu turno, valorizam algumas melhorias que então ocorrem. De acordo com Jaime Serra, durante a década de 50 conquistou-se melhor comida e melhores condições prisionais, em função das lutas dos presos e das suas reclamações persistentes, que incluíam levantamentos de rancho e greves de fome[7]. A alimentação mantinha--se má e a assistência médica insuficiente, mas Fernando Miguel Bernardes enumera alguns exemplos que atestariam o resultado das reivindicações dos presos e da sua mais apurada consciência ideológica: a partilha de cigarros clandestinamente com quem estava no «segredo», um buraco escuro e húmido onde eram colocados presos em castigo; a leitura coletiva e comentada dos jornais; a criação de uma biblioteca e a sistematização de aulas de Português, Francês, Matemática, Filosofia ou Economia Política, orientadas por um preso mais versado nas matérias aos restantes[8].

[5] A GNR (Guarda Nacional Republicana) enviou também relatórios diretamente à PIDE sobre episódios ocorridos no interior da cadeia, como aquando de uma greve de fome, em 1970, à qual foi chamada a intervir. ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, CI (1), proc. 14, NT 1149.
[6] GALVÃO, [s.d.]: 36-37.
[7] SERRA, 1997: 72.
[8] BERNARDES, 1991: 75-77.

A década de 50 é também um período onde ocorrem tentativas — falhadas e bem-sucedidas — de fuga, todas de militantes e dirigentes comunistas[9]. É com a consciência de que a cadeia não dava mostras de impedir fugas que se engendra a construção de novas instalações, postas em funcionamento entre 1956 e finais de 1961. Os novos edifícios — pavilhões A, B e C — vinham melhorar as condições higiénicas no estabelecimento, mas ao mesmo tempo permitiam uma vigilância mais apertada dos indivíduos encarcerados[10].

2. O EXERCÍCIO DO PODER

O aprisionamento pretendia, de maneira mais imediata, subtrair ao sujeito a possibilidade de intervenção política. Mas buscava também, por meio da tortura e da ação disciplinar na cadeia, desgastar a subjetividade do preso. Esta erosão tinha o seu início logo após a captura e na fase da instrução preparatória dos processos, da competência da PIDE e onde os detidos estavam frequentemente sujeitos à tortura. Este último processo prolongava-se posteriormente, ainda que de forma distinta, no espaço prisional. Para além do confinamento físico, as regras, os ritmos, as proibições, o isolamento, a má alimentação ou castigos construíam uma teia punitiva que visava a produção de «corpos dóceis», para recorrer a um conceito de Michel Foucault[11].

No final da década de 50, Erving Goffman utilizou o termo «instituição total» para descrever lugares — como hospitais, casernas, prisões — onde indivíduos apartados da sociedade por um limite considerável de tempo levam uma vida formalmente administrada. Apesar das diferenças entre eles, algumas características especificam estes espaços: a vida quotidiana ocorre no mesmo lugar e sob a mesma autoridade; a atividade diária é feita na relação com pessoas na mesma situação; todas as fases do dia são reguladas e parte de um plano para satisfazer os objetivos da instituição. Outro elemento central das «instituições totais» é o corte entre o mundo dos internos e o mundo dos funcionários, com estes a dispor do poder[12].

Ao contrário do que é postulado por um certo entendimento do quadro teórico baseado na noção de «instituição total», as prisões não são instituições separadas na sociedade. São espaços sujeitos a dinâmicas internas de poder e permeáveis à inte-

[9] A 3 de novembro de 1950, escapam de uma antiga caserna, situada na parte norte do Forte, Jaime Serra e Francisco Miguel (este recapturado no dia seguinte); em 1954 tenta-se sem sucesso uma fuga coletiva na caserna 4 através de um túnel longamente escavado; a 18 de dezembro de 1954, Dias Lourenço foge do «segredo»; já em 1960, a 3 de janeiro, ocorre a famosa fuga de dez destacados militantes e dirigentes comunistas: Álvaro Cunhal, Joaquim Gomes, Carlos Costa, Jaime Serra, Francisco Miguel, José Carlos, Guilherme Carvalho, Pedro Soares, Rogério Carvalho e Francisco Martins Rodrigues.

[10] O pavilhão A tinha dois pisos de salas coletivas, o pavilhão B, o último a ser posto em funcionamento, tinha três pisos de celas individuais, e o C, colocado a funcionar em 1956, possuía dois pisos de salas coletivas e um terceiro com celas individuais. Nesta nova arrumação, a cadeia passaria a dispor de lugar para 147 presos, ainda que esse número não venha a ser preenchido na totalidade. AHMJ. 01.17.01/295, proc. 1 a 100.

[11] FOUCAULT, 2004: 125-152.

[12] GOFFMAN, 1961: xiii.

ração com o contexto social em redor. Como foi mostrado por Christian De Vito, a compreensão dos processos de politização em contexto prisional exige considerar dinâmicas internas e externas e tomar em conta a agência dos presos e das autoridades prisionais[13]. Ao estudar os presos políticos gregos durante o período da guerra civil, Polymeris Voglis realça também como a sua subjetividade vai sendo constituída e disputada através de diferentes discursos, práticas e posicionamentos[14]. Nessa perspetiva, procura-se de seguida observar as modalidades de controlo e os processos de resistência dos presos, mostrando como a prisão se revela um espaço permeável a elementos políticos e ideológicos mais amplos.

No que concerne às modalidades internas de controlo, podem ser identificados cinco eixos. O primeiro diz respeito às modalidades de vigilância. Num contexto em que se havia iniciado a guerra colonial, o Estado Novo produz mudanças no seu sistema penitenciário e introduz alterações no que concerne aos presos políticos. Assim, e no âmbito do Decreto-Lei n.º 43960, altera-se o regime prisional dos presos políticos, equiparando-os aos dos presos comuns. Isso significava o fim de algumas regalias, como o regime de vida em comum durante o dia, cuja aplicação passa a estar dependente de cada diretor de estabelecimento prisional. Em resultado disso, documentos internos dão conta de longos períodos de vida celular, de fortes limitações ao contacto com outros presos e de intervenções arbitrárias ao abrigo de uma disposição segundo a qual os reclusos deveriam sentir-se constantemente sob o olhar vigilante do guarda[15].

A vigilância constante constituía um elemento decisivo no controlo e dominação do preso. Esse elemento fora claramente reforçado na sequência das alterações arquitetónicas efetuadas no Forte. A parede da frente das celas foi substituída por barras de ferro, o que possibilitava ao carcereiro vigiar permanentemente o preso. Fechados em celas individuais, nas quais permaneciam cerca de 20 horas, os presos eram permanentemente vigiados por um guarda, que se misturava com eles sempre que saíam da sua sala, ouvindo as conversas e fiscalizando os gestos. O olhar perscrutador dos guardas estendia-se também aos tempos de convívio permitidos, à censura da correspondência recebida e enviada e ao parlatório, onde eram recebidas as visitas[16]. Os guardas escutavam as conversas, intervindo por vezes com admoestações sobre o seu teor e em alguns casos determinando mesmo a interrupção das visitas[17]. Na

[13] DE VITO, 2014.
[14] VOGLIS, 2002.
[15] *Apud* ALBUQUERQUE, 2006: 216, 223.
[16] AHMJ. 01.17.02.01/498, proc. 370.
[17] O regulamento da cadeia de 1971 enquadrava assim esta interferência: «o funcionário que assiste à visita deve suspendê-la imediatamente, comunicando o sucedido para decisão superior, quando […]: perceber que a conversação versa sobre assuntos de carácter político, imoral ou que contenham apreciações desprimorosas ao Governo, aos funcionários dos Serviços Prisionais ou ao regime interno do Estabelecimento». ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200.

nova configuração prisional, o parlatório individualiza os presos e separa visitantes e visitados através de um vidro espesso colocado sobre uma banca com cerca de 1 metro de altura à qual se acrescentam em 1967 umas baias, de modo a que o preso apenas pudesse comunicar com o seu visitante.

O segundo eixo consistia na punição. Os castigos eram prática antiga na cadeia e exerciam-se com frequência. Durante a sua permanência em Peniche na década de 50, Henrique Galvão recordou ter visto um homem ser punido com vários dias de «segredo» por não ter acorrido prontamente ao toque para a formatura[18]. São vários os relatos que constam da documentação enviada do posto de Peniche da PIDE aos serviços centrais, ou de estruturas como a Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (CNSPP), que dão conta de admoestações, proibições, castigos, espancamentos e entubamentos forçados na sequência de greves de fome[19].

Outra forma de exercício do poder sobre o preso consistia nas diferentes modalidades de isolamento. À chegada a Peniche, o preso tinha desde logo de respeitar um prazo que podia chegar a seis meses de incomunicabilidade com os restantes encarcerados. Nesse «período de observação», os presos permaneciam isolados numa cela, comendo aí e saindo à parte para o recreio. Para os que estavam em celas individuais, as já referidas 20 horas de clausura celular eram outra forma de isolamento, bem como os castigos no «segredo». De forma menos evidente, as tentativas de desarticulação da organização comunitária dos presos e a mudez nas refeições e no convívio também concorriam nesse sentido. Carlos Brito recorda que nesses espaços se podia jogar xadrez mas não falar, salvo o estritamente necessário — para dar o xeque, por exemplo — o que o leva a falar de «uma espécie de suplício de Tântalo»[20]. Importa notar, porém, que as lutas dos presos levaram a importantes conquistas a este nível: no início dos anos 70 chega-se à situação de cela aberta das 7 da manhã às 9 da noite e, em dias de aniversário, a confraternizações no refeitório de todo um piso até noite dentro.

O poder carcerário manifestava-se também na regulamentação do tempo e do espaço do prisioneiro[21]. O quotidiano encontrava-se inteiramente rotinizado. Cada secção — ou seja, cada piso de pavilhão — tinha o seu horário específico, de modo a que se evitassem cruzamentos com presos de outras secções. Do levantar ao dei-

[18] GALVÃO, [s.d.]: 62-63.
[19] Cf. CNSPP, 1972, 1975.
[20] BRITO, 2011: 90-91.
[21] Segundo Fernando Miguel Bernardes, nos anos 50 era comum a referência dos guardas ao regulamento para justificarem impedimentos, mas não consta que houvesse um efetivo regulamento interno. A dada altura passa a existir um papel dactilografado lido à entrada na cadeia com os «deveres do preso». BERNARDES, 1991: 77. Mais tarde, já em 1971, passa a existir um regulamento que, no ambiente de tensão já instalado, acabava por ser objeto de frequente contestação.

tar, o tempo era regulado por apitos que assinalavam a sequência do dia[22]. Após o almoço havia um período de uma a duas horas de recreio onde se podia falar na proximidade do guarda. Ao final da tarde havia o «convívio», de uma hora e meia, no qual se podiam fazer alguns jogos e onde os guardas faziam a entrega de correspondência e liam castigos e despachos[23].

Uma última forma de exercício da dominação consistia na discricionariedade com que se aplicam, criavam ou revertiam regras consoante os casos concretos. Carlos Brito considera que no início dos anos 60 se vivia num «mundo de proibições» onde «tudo o que não estava expressamente autorizado, era proibido»[24]. No que concerne à requisição de livros, manuais escolares e livros de ficção tinham muito mais possibilidade de passar no crivo do carcereiro do que ensaios, enciclopédias ou livros em estrangeiro, em regra proibidos uma vez que os guardas responsáveis pela biblioteca não tinham conhecimentos linguísticos que permitissem aferir o grau de perigosidade da leitura[25]. Ainda assim, a regra era adaptada consoante o preso ou o guarda encarregado de decidir. Um outro aspeto, em certa medida, da discricionariedade revelava-se à possibilidade de manter ou não o preso detido para lá do tempo de condenação. As «medidas de segurança» consistiam numa extensão da pena por um período de seis meses a três anos, prorrogáveis por períodos sucessivos de três anos. Apesar da prisão perpétua não estar contemplada no *corpus* jurídico-penal português, este dispositivo abria espaço, em última análise, à possibilidade de manter indefinidamente no cárcere um preso condenado por crimes contra a segurança do Estado[26].

3. DINÂMICAS DA RESISTÊNCIA

Ao mesmo tempo que o poder carcerário procurava disciplinar o tempo, a mente e o corpo dos presos, estes desenvolviam estratégias de resistência que buscavam contê-lo e afrontá-lo. No interior da cadeia, a definição de formas de partilha e de solidariedade entre os presos era uma outra estratégia de resistência. É assim que se desenvolve a organização de comunas, através da qual se socializava dinheiro, tabaco, roupa e alimentos. Lino Santos Coelho, que estivera preso em Peniche no final dos anos 30, recorda como os comunistas já haviam adotado essa forma de organização

[22] A quantidade de toques fora alvo de lutas com vista à sua redução. Na sequência disso, o regulamento de 1971 assinala os seguintes «toques de besouro eléctrico»: alvorada (3 toques), refeições (1 toque), recreios (1 toque), convívios (1 toque), silêncio (1 toque). ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200.

[23] BERNARDES, 1991: 141.

[24] BRITO, 2011: 95-96.

[25] PEREIRA, 2005: 417. Faz-se eco aqui do depoimento de António Borges Coelho.

[26] Segundo Irene Pimentel, de um universo de 12 385 presos, pouco mais de 500 sofreram a aplicação de medidas de segurança. As medidas de segurança, na metrópole, seriam abolidas de acordo com a Decreto-Lei n.º 450/72, de 14 novembro de 1972. Mantinha-se, no entanto, a prorrogação da pena a dois períodos sucessivos de três anos, aplicável «[a]os delinquentes habituais ou por tendência e aos imputáveis perigosos, em razão de anomalia mental». PIMENTEL, 2007: 459-475.

à época[27]. Nas celas de comunistas, que constituíram até finais de 1960 a grande maioria dos encarcerados, um organismo responsável composto por dois ou três militantes difundia documentação do PCP e informações políticas. Os presos de extrema-esquerda irão decalcar o modelo, acentuando retoricamente as dimensões igualitárias e autoformativas das comunas[28].

As visitas também tinham um papel importante, pois permitiam ao preso manter laços afetivos e algum contacto com a realidade exterior. Para além dos advogados, podiam visitar o preso alguns familiares (pais, filhos, esposas, irmãos, tios e sobrinhos), sempre com a vigilância próxima e ativa dos guardas. As visitas tinham a função de manter os laços afetivos e quebrar a monotonia dos dias, mas eram igualmente um instrumento de luta para o melhoramento das condições prisionais, na medida em que através dela se divulgavam informações sobre o quotidiano prisional e se procurava aceder clandestinamente a documentação do exterior.

O estudo consistia numa outra modalidade de resistência à anomia que resultaria do cárcere. No entanto, os livros nem sempre eram fáceis de dispor e os jornais eram submetidos a uma «dupla censura» — para além da censura prévia, recortavam-se notícias ou arrancavam-se páginas dos jornais entregues ao preso. Clandestinamente, circulava o «Avante!» e documentação do PCP e, a partir de finais dos anos 60, material de outras proveniências ideológicas e documentação de organizações de extrema-esquerda[29]. Para além disso, Peniche albergava um conjunto importante de dirigentes políticos e funcionou, sobretudo para uma geração mais nova de militantes, como um lugar de formação política.

Uma outra estratégia consistiria na reivindicação da dimensão política do encarceramento, repudiando as tentativas de associação da militância à criminalidade. Se é verdade que o regime foi cioso na separação entre presos políticos e presos comuns, os presos políticos bateram-se para que essa linha divisória não esmorecesse. Isso mesmo se nota na exigência dos presos de Peniche para continuarem a mencionar no endereço das cartas a sua condição de «preso político» quando, em meados de 1960, tal gesto fora proibido pela direção da cadeia. Argumentaram então que a abolição da referência significaria uma equiparação na prática com os presos comuns que iam também estando em Peniche a realizar trabalhos de construção ou limpeza[30].

A evocação da condição de «preso político» era aliás um elemento central na visibilização da situação do preso e na denúncia pública da ditadura portuguesa. Este processo era particularmente desenvolvido em termos domésticos, e apesar das restrições impostas, pela CNSPP, criada em finais de 1969 para tornar conhecidos

[27] COELHO, 1981: 138-146.
[28] ANTT/PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933.
[29] RODRIGUES, 2009: 33.
[30] AHMJ. 01.17.02.01/498, proc. 370.

atropelos feitos à sombra da legislação aplicável e auxiliar os presos e as suas famílias. Papel relevante a esse nível teve também a Amnistia Internacional — cuja criação em 1961 teve no seu centro, precisamente, uma campanha de solidariedade a estudantes portugueses presos — e que desenvolveu ações internacionais de defesa dos direitos humanos que tinha como um dos seus focos a situação portuguesa[31].

É importante ter em conta as mudanças introduzidas pelo regime na sequência da substituição de António de Oliveira Salazar por Marcelo Caetano, em setembro de 1968. Como nota Nuno Teotónio Pereira, membro destacado da CNSPP, sem a tímida abertura proporcionada pela «Primavera Marcelista» a estrutura nunca teria tido oportunidade de nascer[32]. A intervenção da chamada Ala Liberal contribuiu também para chamar a atenção para a situação dos presos políticos. Com efeito, um grupo de deputados da Ala Liberal visitou os presos em Peniche e, em janeiro de 1973, Francisco Sá Carneiro apresentou uma proposta de amnistia aos presos políticos que não chegou a ser discutida e votada na Assembleia Nacional. Pouco antes, no final de 1972, um grupo de familiares de presos políticos havia entregado aí uma petição assinada por mais de 10 mil cidadãos portugueses pedindo a amnistia de todos os detidos por delitos de opinião[33].

4. DUAS PRISÕES

A partir de finais da década de 60, as clivagens ideológicas tendem a ganhar forte preponderância na vivência dos quotidianos prisionais e da definição de linhas de pertença e modos de solidariedade. O peso dos conflitos ideológicos na cadeia não era inédito: basta pensar na tensão entre comunistas e anarquistas — e nas divisões no seio dos comunistas — no Tarrafal de 1936-1945. Mas ocorria agora num tempo histórico diferente e em prisões onde, apesar de tudo, as permeabilidades com o exterior eram mais fáceis. Com a chegada dos presos de extrema-esquerda, o peso específico do fator prisão — na tessitura de solidariedades entre presos e na construção de um discurso comum contra o carcerário — tende a ser claramente suplantado pela rigidez das fraturas político-ideológicas, que vertiam para o interior do presídio distintos posicionamentos sobre o modo de enfrentar o regime, sobre a atitude a ter diante da autoridade prisional e sobre a forma de vivenciar a experiência do cárcere.

Uma parte significativa dos presos não pertencentes ao PCP estava ou viria a estar ligada à galáxia de organizações «marxistas-leninistas» — *i.e.* maoistas — que a partir de 1964 começam a surgir no país. A este respeito, importa notar que o nas-

[31] A atenção da AI relativamente à situação dos presos políticos em Portugal é atestada pela avalanche de cartas e exposições, oriundas de várias secções internacionais da AI, dirigidas por exemplo ao Ministério do Interior e ao Ministério da Justiça. ANTT. *Ministério do Interior*, Gabinete do Ministro, GBT 20, pt 1, cx 325; AHMJ. 09.17.02.56/1 DGS Presos Políticos.

[32] PEREIRA, 1995.

[33] Circular n.º 18 de 6 de fevereiro de 1973. *Vd.* CNSPP, 1973.

cimento da corrente marxista-leninista em Portugal é coetâneo da instalação de um forte clima de animosidade com o campo do PCP. Foi no interior do PCP, sobretudo através da crítica política desenvolvida por Francisco Martins Rodrigues, membro do Comité Central do partido, que delineou um património teórico crítico das teses do levantamento nacional e de unidades com os sectores republicanos e através das quais ecoava o embate provocado pelo conflito sino-soviético. A crítica de Francisco Martins Rodrigues ao partido viria a culminar numa expulsão, que evocava motivos não-políticos, e na posterior constituição da FAP (Frente de Ação Popular) e do CMLP (Comité Marxista-Leninista Português). Em 1965, a entrada de dois membros da FAP/CMLP no país seria noticiada no «Avante!» com o título *Cuidado com eles*. O aviso procurava limitar eventuais manobras de cooptação de militantes do PCP pela FAP/CMLP e foi visto por este último campo como uma denúncia objetiva à PIDE. A instalação no «interior» do núcleo dirigente da FAP/CMLP duraria pouco tempo, sendo interrompida por uma significativa vaga de prisões[34].

A tensão viria a prolongar-se para o interior dos espaços prisionais, chegando a envolver confrontos físicos. Num documento apreendido pela PIDE em Caxias — onde os presos «marxistas-leninistas» estiveram num primeiro momento, até à sua condenação — estes estipulavam a necessidade de divergência com os presos do PCP. Fazia-se a distinção entre os dirigentes e os trabalhadores de base, reiterava-se o imperativo de manter uma posição de distanciamento relativamente aos primeiros e criticavam-se alguns camaradas por se terem deixado «envolver até certo ponto nas palavras e atitudes unitárias dos revisionistas». O texto, porém, era bastante crítico relativamente aos resultados práticos que tinham sido alcançados, apontando-se duas razões maiores para o fracasso. A primeira razão repousava no facto de os presos m-l estarem com «dirigentes revisionistas no mesmo lado da trincheira, conduzindo uma luta comum e diária contra os carcereiros fascistas». Isso acarretaria um momentâneo esquecimento de que «os revisionistas não são comunistas em erro mas uma corrente burguesa»[35].

A segunda razão tocava na questão do porte, ou seja, do «falar» ou «não falar» diante da tortura e do interrogatório policial. Não deixa de ser significativo que o «mau porte» na polícia apareça junto de fatores como a baixa cultura política e a inexperiência, todos eles reputados de secundários relativamente à linha política seguida. O facto de uma parte considerável dos presos da FAP/CMLP não ter conseguido manter até ao fim uma postura intransigente no confronto com a PIDE/DGS, tal como era considerado essencial no seu código de conduta, ajuda a explicar isto. O que não significa, porém, que a questão tenha sido efetivamente secundarizada.

[34] PEREIRA, 2008; CARDINA, 2011.
[35] ANTT/PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933.

Francisco Martins Rodrigues, por exemplo, apesar de continuar a ser reconhecido como o principal teórico da corrente, indicou que não fomentava contactos com grupos políticos no exterior, já que entrou num processo de autolimitação em função de ter «falado»[36].

Um documento da corrente marxista-leninista, apreendido pela PIDE/DGS, data de 1968 o agudizar das posições, com o «rompimento da luta contra a permanência dos guardas nos refeitórios», a recusa em abandonar as visitas após um preso ter a sua interrompida e a «tentativa de moderação da luta desencadeada pelo espancamento de um camarada». Estipulando-se então que os «revisionistas» eram «inimigos de classe, não apenas no plano teórico e abstracto, mas em todas as posições práticas», decide-se impor o tratamento por você aos «elementos dirigentes revisionistas», abolir os jogos e a leitura conjunta e em voz alta do jornal, não participar em festejos de aniversário («reflexo declarado de uma ideologia burguesa»), manter o afastamento das festas religiosas e não festejar em comum o 1.º de Maio[37].

Com efeito, o fosso traçado entre os presos é revelado não apenas pela comemoração separada de datas simbólicas, mas também na consideração das efemérides que merecem evocação. Se todos comemoravam — embora não conjuntamente — o 1.º de Maio, a extrema-esquerda celebrava ainda o 18 de Janeiro (de 1934, data da falhada revolta contra o Estado Novo), o 1.º de Outubro (aniversário da revolução chinesa de 1949), a revolução russa de Outubro (a 7 de novembro) e o 4 de Fevereiro (início da luta armada em Angola). Ao invés, os militantes do PCP comemoravam o 5 de Outubro (de 1910, Implantação da República) e o 1.º de Dezembro (de 1640, Restauração da Independência)[38]. A tensão agravar-se-ia no decorrer das greves da fome conduzidas a partir de 1970 pelos presos mais radicais, greves essas que não contariam com a adesão dos membros do PCP. Uma delas, iniciada a 15 de junho de 1970, eclodiu após um conflito entre João Pulido Valente e o guarda António Poupa por este lhe ter recusado uma lâmina de barbear. Seguiram-se vários dias de protestos e castigos com uma greve da fome levada a cabo por 22 dos 47 presos[39]. Entre 1970 e 1972 há registo de várias outras greves de fome, justificadas com a disciplina prisional ou visando expressar solidariedade com algum colega castigado ou vítima de uma situação considerada inaceitável[40].

Em janeiro de 1972, os presos de extrema-esquerda reivindicaram a separação dos presos do PCP, decidindo a direção da cadeia agrupar aqueles no 2.º piso do

[36] Entrevista do autor a Francisco Martins Rodrigues, 29 jan. 2008. Sobre tortura, confissão e silêncio, cf. CARDINA, 2013.
[37] ANTT/PIDE/DGS, PC 2645/65, NT 5795-5796, vol.3.
[38] COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS. Grupo de Base A Vanguarda, [s. d.].
[39] COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS. Grupo de Base A Vanguarda, [s. d.].
[40] Foi o que aconteceu na véspera do Natal de 1972, quando presos ligados a grupos de extrema-esquerda e a movimentos anticoloniais entraram em greve de fome pelo fim das «medidas de segurança» a Domingos Arouca. ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200, f. 26.

pavilhão B. Em princípios de julho desse ano iniciou-se a luta contra a presença dos guardas no piso, contra os recortes nos jornais, e pelo regime de cela aberta[41]. Os presos comunistas mantinham igualmente uma série de reivindicações. Em setembro de 1970, Manuel Pedro dirige um requerimento ao Ministério da Justiça pedindo um regulamento interno, menos agressividade dos guardas, música, visitas em comum, entrevistas com advogados, uma nova direção na cadeia, assistência médica e melhorias na alimentação. Em novembro de 1971, um informador do Forte de Peniche relata à DGS o teor de uma exposição efetuada por «dezoito reclusos da linha russa» ao Diretor-Geral dos Serviços Prisionais. Aí se solicitam quatro visitas em comum por ano (Natal, Ano Novo, Páscoa e aniversário), aprovação do regulamento interno com as alterações sugeridas; regime de cela aberta durante o dia, televisão e gira-discos, entrada livre de livros, revistas e jornais que circulem no país, mesas de pingue-pongue, visitas a sós com os advogados, visitas com família e amigos, possibilidade de escrever para qualquer pessoa, consultas médicas com especialistas e equipamento médico condigno[42].

As sucessivas cedências da direção prisional causavam uma sensação de mal-estar junto dos guardas. Um guarda fala de uma «situação explosiva» que fazia com que os próprios colegas temessem pela sua integridade física. Declara então, preocupado, que «desde 1947, data em que entrei ao serviço na cadeia, nunca os reclusos estiveram tão insubordinados como neste momento, sobretudo os de tendência chinesa». Numa exposição, feita em janeiro de 1971, pelo chefe de posto da DGS em Peniche aos serviços centrais dessa polícia, faz-se notar como os guardas se encontram «bastante receosos com a maneira como estão a decorrer ali o cumprimento das ordens» com cada vez «mais regalias aos presos políticos», acusando o Diretor-Geral dos Serviços Prisionais de as conceder e de estar assim, na prática, a apoiar as reivindicações das famílias e dos presos[43].

Por outro lado, a atuação dos guardas e o regime de exceção que vigorava em Peniche continuava a ser alvo de repetidos alertas públicos, nomeadamente por parte da CNSPP[44]. A substituição de Manuel da Encarnação Falcão na direção da cadeia, em 1973, contribuiu para atenuar a dureza das condições de encarceramento. Mas esse processo de abrandamento do controlo, da vigilância e da violência policial é também o resultado de uma intervenção continuada dos presos visando desgastar a autoridade e conquistar acesso mais alargado à gestão do tempo e dos espaços no quotidiano prisional.

[41] Entrevista do autor a Rui d'Espiney, 1 jul. 2008; FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES MARXISTAS-LENINISTAS, 1972.
[42] ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200, f. 41.
[43] ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 14, NT 1149, f. 40; ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200, f. 35 e 62.
[44] Sobre a situação prisional dos presos políticos na cadeia do Forte de Peniche, *vd*. CNSPP, 1972: 83-88.

Com o 25 de Abril, os presos políticos foram libertados das cadeias de Caxias e Peniche, ainda que não imediatamente. Ao raiar da manhã de 26 de abril, os presos de Peniche continuavam no interior da Fortaleza. A meio da noite de 26 para 27, os prisioneiros foram ouvidos pelos representantes oficiais das Forças Armadas, enviados pela Junta de Salvação Nacional, e começaram a sair em liberdade. A presença de três presos condenados por «crimes de sangue» — Francisco Martins Rodrigues e Rui d'Espiney, da FAP/CMLP, e Filipe Viegas Aleixo, da LUAR — provocou um impasse que foi resolvido com a sua saída em liberdade condicional, ficando sob a custódia do advogado Manuel Macaísta Malheiros. Só no dia seguinte a sua libertação foi definitiva[45].

Registe-se que este próprio processo de libertação dos presos foi pontuado pela clivagem entre as duas fações, diferindo a memória do que se passou consoante a área política. Fernando Miguel Bernardes nota que a maioria dos detidos se recusou a «sair sem a garantia de que nem um preso político ficasse entre as grades», não identificando qualquer conflito entre eles[46]. Rui d'Espiney e Francisco Martins Rodrigues, por sua vez, evocam a solidariedade em assembleia dos presos da área da extrema-esquerda que se recusaram a sair enquanto lá ficasse algum dos condenados por «crimes de sangue». O primeiro recorda que a assembleia apenas teve a presença dos presos do 1.º e 2.º piso: «por cima estavam os presos do PCP. Aí as coisas foram completamente diferentes: quando chegou a hora de serem libertados, foram libertados»[47]. Martins Rodrigues afirma também que os presos do PCP começaram a sair e que foi o grupo dos presos m-l, da LUAR e anticoloniais que terá tomado uma atitude de intransigência[48].

Segundo os presos mais radicais, tal inseria-se na linha de falta de solidariedade dos presos comunistas às lutas efetuadas no interior da cadeia. Para estes, por seu turno, a prática de constante afrontamento aos guardas e à direção da cadeia originava lutas inconsequentes e provocava um ambiente de irritação que inviabilizava as pequenas conquistas. Pires Jorge retrata bem esta perspetiva: «A partir de meados de 60 […] foram para a cadeia uns tantos esquerdistas. Eram muito débeis e sem qualquer expressão orgânica, mantinham-se isolados. Fizeram na cadeia algumas coisas próprias de esquerdistas, condenadas desde logo à derrota, e tendo sempre como principal objetivo atacar o Partido e os outros presos políticos. Lutas que eles começavam e abandonavam a meio, por falta de sensibilidade e de firmeza política»[49].

[45] OLIVEIRA, 2013.
[46] BERNARDES, 1991: 146.
[47] Entrevista do autor a Rui d'Espiney, 1 jul. 2008.
[48] Entrevista do autor a Francisco Martins Rodrigues, 29 jan. 2008.
[49] JORGE, 1984: 90.

5. CONCLUSÃO

A observação da cadeia de Peniche durante o Estado Novo permite mostrar como dinâmicas mais vastas atravessaram os muros da instituição penal. Nesta medida, o espaço prisional foi sendo permeável ao pulsar da vida política no exterior, ao mesmo tempo que determinava modos de socialização política que intensificaram identidades militantes e fronteiras políticas. Com efeito, a prisão tornara-se palco de um confronto: por um lado, a tentativa por parte dos poderes carcerários de domesticar o corpo e a mente, buscando acionar processos de «mortificação de si»[50]; por outro, a resistência declarada a esse processo. Confrontar as regras estabelecidas e as práticas prisionais tornou-se, por isso, um fator central no processo de (re)construção da subjetividade política. Essa postura diante das autoridades carcerárias e dos códigos de comportamento em vigor articulava-se com clivagens ideológicas, lançando as bases para diferentes culturas de protesto e formas de vivenciar a vida quotidiana na prisão.

No fundo, tratava-se de duas formas distintas de entender a atitude do militante preso, mas também o tipo de intervenção legítima ou necessária diante do poder que os encarcerava. Poder esse que, durante os anos 60 e sobretudo na primeira metade da década de 70, foi sendo paulatinamente erodido. Também no interior do espaço prisional, o regime demonstrava-se incapaz de alavancar os dispositivos de controlo com a intensidade que o fizera anos antes, quer pela crescente visibilidade externa da situação dos presos, quer pela contestação interna que estes moviam à disciplina e à autoridade prisional. Estar na prisão constituía, pois, um muito particular «viver entre parêntesis», no qual reverberava claramente o processo de decadência do Estado Novo.

FONTES

Arquivo Nacional Torre do Tombo

ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 14, NT 1149.
ANTT/PIDE/DGS, Ministério da Justiça, Cadeia do Forte de Peniche, série CI (1), proc. 809, NT 1200 (*Regulamento Interno da Cadeia do Forte de Peniche*).
ANTT/PIDE/DGS, PC 1397/67, NT 5933 (*Algumas experiências da actividade na cadeia em 1966*).
ANTT/PIDE/DGS, PC 2645/65, NT 5795-5796, vol.3.
ANTT. *Ministério do Interior*, Gabinete do Ministro, GBT 20, pt 1, cx 325.

Arquivo Histórico do Ministério da Justiça

AHMJ. 01.17.01/295, proc. 1 a 100 (Gabinete do Ministro da Justiça, Direção-Geral dos Serviços Prisionais, Informação).
AHMJ. 01.17.02.01/498, proc. 370 (*Informação sobre a situação dos presos políticos da cadeia do Forte de Peniche*, 1965).
AHMJ, 09.17.02.56/1, DGS Presos Políticos (Gabinete do Ministro da Justiça).

[50] GOFFMAN, 1961.

BIBLIOGRAFIA

ALJUBE: *A voz das vítimas*. Org. Alfredo Caldeira, Fernando Rosas, Raimundo Narciso. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2011.

ACCORNERO, Guya (2013). *La répression politique sous l'Estado Novo au Portugal et ses effets sur l'opposition estudiantine, des années 1960 à la fin du regime*. «Cultures & Conflits». 89, 93-112.

ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de (2006). *Direito Prisional Português e Europeu*. Coimbra: Coimbra Editora.

BERNARDES, Fernando Miguel (1991). *Uma Fortaleza da Resistência*. Lisboa: Avante!

BRITO, Carlos (2011). *Tempo de subversão: Páginas vividas da resistência*. Lisboa: Edições Nélson de Matos.

CARDINA, Miguel (2011). *Margem de Certa Maneira: O Maoismo em Portugal: 1964-1974*. Lisboa: Tinta-da-China.

CARDINA, Miguel (2013). *To Talk or Not to Talk: Silence, Torture, and Politics in the Portuguese Dictatorship of Estado Novo*. «Oral History Review». 40:2, 251-270.

COELHO, Lino Santos (1981). *Memórias de um Rebelde: Testemunhos do Terror Fascista*. Lisboa: Editora em Marcha.

CNSPP: Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1972). *Presos Políticos: Documentos 1970-1971*. Porto: Afrontamento.

CNSPP: Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1973). *Circular n.º 18*. [S.l.:s.n.]. (06 fev.1973).

CNSPP: Comissão Nacional de Socorro aos Presos Políticos (1975). *Presos Políticos: Documentos 1972-1974*. Lisboa: Iniciativas Editoriais.

COMITÉ MARXISTA-LENINISTA PORTUGUÊS. Grupo de Base A Vanguarda, [s.d.]. *As Lutas dos revolucionários portugueses no interior das prisões*. [S.l.:s.n].

DE VITO, Christian (2014). *Processes of radicalization and de-radicalization in Western European prisons (1965-1986)*. In BOSI, Lorenzo; DEMETRIOU, Charles; MALTHANER, Stefan. *Dynamics of Political Violence: A Process-Oriented Perspective on Radicalization and the Escalation of Political Conflict*. Surrey: Ashgate, pp. 71-90.

FEDERAÇÃO DE ESTUDANTES MARXISTAS-LENINISTAS (1972). *Viva a luta dos revolucionários nas masmorras da burguesia!* (19 set. 1972).

FOUCAULT, Michel (2004). *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes.

GALVÃO, Henrique, [s.d.]. *Diário de Peniche*. Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.

GOFFMAN, Erving (1961). *Asylums: Essays on the Social Situation of Mental Patients and Other Inmates*. Garden City, NY: Anchor Books.

JORGE, Joaquim Pires (1984). *Com uma imensa alegria: Notas autobiográficas*. Lisboa: Avante!

OLIVEIRA, Luísa Tiago de (2013). *O Fim da PIDE/DGS e a libertação dos presos políticos*. In OLIVEIRA, Luísa Tiago de, *ed. Militares e Política: O 25 de Abril*. [S.l.]: Estuário, pp. 79-102.

PEREIRA, José Pacheco (2005). *Álvaro Cunhal: Uma biografia política: O Prisioneiro (1949-1960)*. Lisboa: Temas e Debates.

PEREIRA, José Pacheco (2008). *«O um dividiu-se em dois»: origens e enquadramento internacional dos movimentos pró-chineses e albaneses nos países ocidentais e em Portugal (1960-1965)*. Lisboa: Alêtheia.

PEREIRA, Nuno Teotónio (1995). *A Comissão de Socorro aos Presos Políticos*. «Público». (17 out. 1995).

PIETROCOLLA, Luci Gati (1995). *Anos 60/70: O viver entre parênteses: A perseguição política aos revolucionários e suas famílias*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Tese de Doutoramento.

PIMENTEL, Irene Flunser (2007). *A História da PIDE*. Lisboa: Círculo de Leitores; Temas e Debates.

PORTUGAL. Ministério da Justiça e dos Cultos (1932). *Decreto n.º 21942*. «Diário do Govêrno I Série». 1.º Suplemento. 284 (1932-12-05) 2373-2377.

RODRIGUES, Francisco Martins (2009). *História de uma vida*. Lisboa: Dinossauro; Abrente.

ROSAS, Fernando (2012). *Salazar e o Poder: A arte de saber durar*. Lisboa: Tinta-da-China.
SERRA, Jaime (1997). *Eles têm o direito de saber: Páginas da luta clandestina*. Lisboa: Avante!
VOGLIS, Polymeris (2002). *Becoming a Subject: political prisoners during the Greek Civil War*. New York; Oxford: Berghahn Books.

DA FRATERNIDADE REPUBLICANA À IMAGINAÇÃO IMPERIAL: USOS E ABUSOS DO LUSO-BRASILEIRISMO COMO DISCURSO POLÍTICO

ISABEL CORRÊA DA SILVA*

1. A RESSACA DE FIM DO IMPÉRIO LUSO-BRASILEIRO

Quando, há mais de dez anos atrás, comecei a interessar-me pelo estudo das relações entre Portugal e o Brasil deparei com uma espécie de vazio historiográfico no período que separa o entorno da independência brasileira e os anos 20 já do século XX. E, no entanto, quanto mais lia e investigava sobre o tema, mais me apercebia o quanto das reconfigurações da ideia imperial portuguesa se mantiveram sustentadas em paradigmas herdados do decomposto império luso-brasileiro, não só através da tradição, mas também da imaginação. Na minha pesquisa de doutoramento, que culminou na tese *Espelho Fraterno: o Brasil e o republicanismo português na transição para o século XX* (2013) que tive a honra de ver premiada com o prémio Vítor de Sá, concentrei-me na dimensão republicana dessa imaginação imperial e consequentemente foquei-me sobretudo nas duas décadas que medeiam os adventos das repúblicas brasileira e portuguesa, 1889 e 1910, respetivamente.

Depois da implantação da República no Brasil, em Portugal os republicanos da propaganda inventaram a retórica da fraternidade luso-brasileira para exaltar os ânimos nacionais com o exemplo da emancipação política dos irmãos de além-mar. Mas sempre foi demais evidente que o luso-brasileirismo não foi apanágio dos republicanos, antecedeu-os e sucedeu-os em muito. É sobretudo sobre o *depois* que se debruça esta reflexão. Designo por luso-brasileirismo as várias evocações e utilizações retóricas de uma suposta ligação especial entre Portugal e Brasil. É um conceito que se sustenta numa certa semântica oitocentista comprometida com o próprio princípio da afirmação das nacionalidades. Poderia ser entendido como sinónimo de brasilofilia se o passado colonial que une os dois países em questão não o obrigasse a ser mais que isso. É, pois, um conceito que abarca fundamentos básicos e objetivos da lógica política das relações internacionais, das redes migratórias, da diplomacia cultural e das dinâmicas económicas que regem as afinidades e as rivalidades entre Estados, mas um conceito que abarca também princípios mais subjetivos que se situam no campo da emotividade, do simbólico, da imaginação. De forma mais ou menos explícita,

* Universidade de Lisboa/Instituto de Ciências Sociais. Email: isabelcorreadasilva@ics.ulisboa.pt. Maria Isabel Carvalho Corrêa da Silva (Prémio 2013).

com maior ou menor grau de consciência por parte dos atores, o luso-brasileirismo aqui entendido e analisado corresponde à convocação da soma daquelas dimensões num discurso com fins políticos, cujas motivações e objetivos foram variando ao longo do tempo e das circunstâncias em que foi sendo utilizado.

Se já em 1797 D. Rodrigo de Sousa Coutinho pressagiava que «Portugal reduzido a si só, seria dentro de um breve período uma província da Espanha»[1], no período que antecedeu e anunciou a independência do Brasil esse temor ganhou outras proporções. Depois do facto consumado em 1822, o espanto teve de dar lugar à resignação. Mas os acontecimentos de 1822 não retiraram o Brasil do mapa político português. Bem pelo contrário. Na verdade, durante grande parte da primeira metade do século XIX, o Brasil ocupou um lugar central em quase todas as equações da política interna e externa portuguesa, com o jogo dinástico a manter-se sempre em aberto até à morte de D. Pedro IV, em 1834[2], com o sonho do estabelecimento de um acordo comercial sempre na mira — tentativas concretas e falhadas em 1826, 1836 e 1840[3] —, com as questões relativas ao tráfico dos escravos entre o Brasil e as possessões portuguesas em África a marcarem impositivamente a agenda diplomática portuguesa e luso-brasileira[4].

A partir das décadas de 40 e 50 do século XIX, a procura de *novos brasis em África*[5] recuperou em força a herança colonizadora do lado de lá do Atlântico para sustentar ou refutar projetos de ocupação e exploração das possessões portuguesas em África, inclusive através da procura de *expertise* brasileira para aplicação na colonização agrícola militar em territórios como o de Angola[6]. Na década de 60, a «questão ibérica» voltou a pôr em evidência a pertinência de discutir a viabilidade de Portugal como nação pequena e independente[7]. E a *corrida para África* encetada em força na década de 80 obrigou a recolocar a questão colonial no centro da agenda política e debaixo de mais apertada atenção por parte da opinião pública[8]. Paralelamente a um reanimado investimento em campanhas de exploração do *hinterland* africano e a negociações diplomáticas, foi ganhando força a convicção de que, afinal, os territórios ultramarinos podiam ser o garante da viabilidade do presente e do futuro de Portugal — mesmo que se não diretamente, pelo menos pela margem de negociação que concediam à gestão de alianças no contexto de rivalidade e disputa das potências internacionais[9]. O trauma do Ultimato Inglês de 1890 veio provar a natureza

[1] COUTINHO, 1993: 48.
[2] PAQUETTE, 2013.
[3] MAGALHÃES, 1997; CASTRO, SILVA, SARMENTO, *eds*., 2006.
[4] FERREIRA, 2012; MARQUES, 1999.
[5] ALEXANDRE, 2000.
[6] OLIVEIRA, 2020.
[7] CATROGA, 1985.
[8] ALEXANDRE, 2004.
[9] BELL, 2016.

fatalmente quimérica dos *brasis em África*. A marcha de ressentimento que se lhe sucedeu — «A Portuguesa» — deu letra de forma a esse despertar traumático: seria a «memória» dos «heróis do mar», dos «egrégios avós», que viria levantar o «esplendor de Portugal» e levá-lo «à vitória». Seria pela voz desse passado que «deu novos mundos ao mundo» que se bradaria «à terra inteira» que «Portugal não pereceu»[10]. Mais tarde, em 1910, a elevação de «A Portuguesa» a hino nacional (já despojada do seu original teor anglófobo) assim como a adoção da esfera armilar em complemento ao escudo das armas nacionais do novo regime selaram essa espécie de pacto entre passado e futuro, através do qual se abraçaria um novo tipo de consciência imperial, aparentemente restabelecido da ressaca da perda do Brasil, mas ainda simbolicamente legitimado entre a saudade e a utopia do Brasil.

2. A POLITIZAÇÃO DA FRATERNIDADE LUSO-BRASILEIRA: REPUBLICANOS *VERSUS* MONÁRQUICOS

No arranque da década de 90 do século XIX, a implantação da República brasileira voltou a colocar o Brasil no centro dos debates da opinião pública em Portugal. Um ano depois, a 31 de janeiro de 1891, a primeira intentona republicana fez-se na Câmara Municipal do Porto, debaixo de uma bandeira evocativa dos acontecimentos americanos de poucos meses antes. O ato foi mais do que simbólico: a conspiração que levara ao golpe portuense desenvolvera-se ao longo do ano anterior nas casernas recorrendo ao exemplo brasileiro para incentivar os militares portugueses a tomarem papel ativo na arena política, tal como os irmãos do Brasil haviam feito. Logo em finais de 1889, as reações da imprensa republicana às notícias da implantação da República no Brasil haviam sido no sentido de louvar o suposto vínculo entre nação e exército. Poucos dias após da revolta, o jornal «Os Debates» escrevia: «o seu dever [do exército] é fazer respeitar a vontade soberana da nação. Colocando-se ao lado do povo, contra o império, o exército brasileiro deu uma prova brilhante do seu patriotismo»[11]. Em Portugal, desde a guerra civil que o militarismo estava enterrado e adormecido. Os militares não tinham qualquer tipo de espírito de corpo e, faziam, na verdade, uma vivência essencialmente civil. E, no entanto, os acontecimentos brasileiros trouxeram a questão da intervenção política dos militares de regresso às páginas dos jornais. Com as fações republicanas a enfatizarem um discurso de exaltação do papel patriótico das forças militares nos destinos da nação[12].

O surto de comoção patriótica do Ultimato incorporou o exemplo do Brasil na retórica latinofilista e antibritânica que se desenvolveu por essa altura. Face à humilhação a que Portugal fora sujeito pela Inglaterra, figuras como Teófilo Braga

[10] Sobre a crise moral que recaiu sobre o Portugal de fim de século veja-se: MATOS, 2007.
[11] «Os Debates», 1889.
[12] SILVA, 2012.

e Latino Coelho clamavam pelo «restabelecimento da confederação dos povos latinos», herdeiros do verdadeiro «espírito da ocidentalidade» que tinha a sua extensão natural no continente americano onde o governo moderno, a República, era já uma realidade[13]. Afinal a «pequena nacionalidade portuguesa» havia produzido «dois monumentos colossais: *Os Lusíadas* e o Brasil», lia-se nos jornais[14]. O ano de 1890 foi de enorme agitação e de debate inflamado: nas ruas, nos jornais, no parlamento. No dia 15 de novembro, as celebrações do primeiro aniversário da República brasileira foram ocasião para carregar na tecla de que a revolução era o único reparo para a humilhação infligida pela Inglaterra e a única via para a verdadeira regeneração do país. Em artigo da «Republica Portugueza» João Chagas fazia profetismos: «o historiador terá de tornar inseparáveis estes dois acontecimentos: a revolução brasileira e a revolução portuguesa»[15]. No Porto, os republicanos juntaram-se todos num banquete a comer «pastéis à Quintino Bocaiuva; fatias de vitela à Rui Barbosa; maionese de lagosta à Floriano Peixoto; peru à Deodoro da Fonseca; couve-flor à Silva Jardim; pudim à Américo Braziliense; geleia à Saldanha Marinho; morangos com creme à Aristides Lobo» e a fazer brindes à República portuguesa[16].

A dinâmica de indignação pós-Ultimato foi geral por todas as grandes cidades do país. Mas o Porto e Coimbra tiveram de facto dinâmicas próprias que incluíram apelos diretos às forças militares e o empolgamento das juventudes académicas e militares — tal como se havia passado na Escola Vermelha do Rio de Janeiro com as chamadas «mocidades científicas» do exército[17]. Tudo isto dando forma a um ambiente subversivo e de conspiração a que as baixas patentes do exército vieram dar corpo e uma ação concreta na intentona da madrugada de 31 de janeiro de 1891, momento no qual na varanda da Câmara Municipal do Porto, à falta de outro símbolo para marcar visualmente a vitória da República, os revoltosos ergueram a bandeira do Centro Democrático Federal 15 de Novembro[18]. Faltou-lhes um general como Deodoro da Fonseca e chefias partidárias prontas a arriscar. O malogro da intentona de 31 de janeiro (e o longo e mediático julgamento dos implicados — muitos dos quais seguiram para o exílio no Brasil) assim como o rumo de instabilidade e radicalismo seguido pelos governos militares de Floriano Peixoto no Brasil levaram a que a rapidamente as referências ao Brasil desaparecessem da cronística republicana do 31 de Janeiro. Mas talvez a data tenha sido a primeira ocorrência consequente deste tipo de moderna instrumentalização política do conceito de fraternidade luso-brasileira.

[13] *Liga para a confederação dos povos latinos*, 1890: 1.
[14] *Saudação á Republica dos Estados Unidos do Brasil*, 1890: 1.
[15] CHAGAS, 1890: 1.
[16] *Saudação á Republica dos Estados Unidos do Brasil*, 1890: 1.
[17] CASTRO, 2000.
[18] MONTALVOR, 1935: 360.

Deste momento em diante e até à implantação da República em Portugal em 1910, os republicanos portugueses mantiveram-se sempre atentos aos destinos da República brasileira e do seu exemplo fizeram explícitos e variados usos políticos. Instrumentalizaram o que puderam, aprenderam o que souberam, imitaram e recusaram o que lhes foi mais conveniente. A partir de um jogo de espelhos tendencialmente — mas nem sempre deliberadamente — viciado, o modelo da «República irmã» serviu de forma ativa a propaganda de oposição ao longo das últimas duas décadas de vida da Monarquia portuguesa.

Mas os republicanos não tiveram o papel exclusivo da construção desta retórica luso-brasileirista de fim de século. A reconfiguração de uma certa consciência imperial brotou de dentro do espetro da cultura política liberal — monárquica ou republicana — e foi uma subjetividade que se foi desenvolvendo ao longo das últimas décadas da Monarquia. Na verdade, os africanistas foram maioritariamente devotados realistas. A Sociedade de Geografia de Lisboa nunca abandonou o seu *élan* de instituição monárquica (mesmo quando foi presidida pelo republicano Consiglieri Pedroso). Em 1907, o príncipe Luís Filipe foi o primeiro herdeiro de um trono europeu a visitar os territórios coloniais em África[19]. E para 1908 planeava-se uma aparatosa visita do rei D. Carlos ao Brasil. Já não sendo o Brasil uma colónia pode parecer descabido integrar o plano desta viagem no arrolamento de provas da consciência imperial da Monarquia portuguesa. Mas não é. A reintrodução do Brasil no discurso político português deve ser compreendida à luz da emergência de um tipo de patriotismo cultural que abrirá caminho ao nacionalismo do século XX. À diferença do patriotismo cívico, este novo tipo de patriotismo cultural permitia alargar significativamente as fronteiras do espaço simbólico onde concretizar a regeneração pátria. Permitia pensar Portugal já não apenas como um país atrasado e decadente lutando contra a sua pequenez numa arena dominada por ambiciosas e modernas potências. Mas como um «Portugal Maior». Tanto no espaço como no tempo. Maior porque possuidor de um vasto império colonial (presente e pretérito). Maior por ser nação «valente e imortal», como se cantava em «A Portuguesa». O patriotismo cultural autorizava que em 1908 se pudesse dizer sem má consciência patriótica que «é no Brasil que está hoje a alma de Portugal»[20]. Frase que explicitamente se dirigia à comunidade de emigrantes portugueses no Brasil, mas que tinha também implícita a ideia do Brasil como caução simbólica e imaginária de uma representação engrandecida de Portugal.

A colónia portuguesa no Brasil, em particular as comunidades de algumas cidades de maior desenvolvimento urbano como São Paulo e Rio de Janeiro, era reputada

[19] A. VICENTE, A. P. VICENTE, 1998; VICENTE, GOMES, 2018.
[20] BOAVENTURA, 1908: 96.

pela sua organização cívica e política internas. Produtora de um discurso saudosista sobre si própria, com o objetivo indisfarçável de se distinguir das restantes colónias de estrangeiros, esta comunidade de emigrantes nunca se desvinculou totalmente de uma herança imperial, a partir da ideia de partilha de uma genealogia cultural comum com o seu país de acolhimento. Em inícios do século XX, uma parte importante da elite desta colónia deixou-se seduzir pelo projeto de governo do rei D. Carlos e do seu ministro João Franco e assumiu um engajamento político que até então lhe era desconhecido — ao ponto de, em 1907, 30 000 portugueses residentes no Brasil terem enviado uma enfática mensagem de apoio a João Franco, mensagem essa que está na origem do termo «talassa» que depois ficou na política e na cultura portuguesa como sinónimo de monárquico. Este eixo de engajamento político transnacional criado entre o franquismo em Portugal e a colónia portuguesa no Brasil esteve na base do nascimento de uma outra via, paralela e rival à republicana, de politização do discurso da fraternidade luso-brasileira[21].

A tal ponto esse discurso se afirmou dominante que se transformou no único ponto de convergência possível entre grupos políticos tão antagónicos como a partir de certa altura se tornaram os republicanos e monárquicos portugueses emigrados no Brasil. Esta desunião interna da colónia portuguesa no Brasil acentuou-se particularmente depois do regicídio de 1 de fevereiro de 1908, a partir de quando a imprensa e as movimentações dos clubes e de grupos de civis nas ruas se foi radicalizando de ambos os lados ao ponto de amiúde obrigar à intervenção das autoridades brasileiras. Às vésperas da I República, a comunidade de portugueses no Brasil perdera a sua pacatez patriótica e estava mergulhada em fervilhante ambiente de sectarismos políticos. Parte da responsabilidade cabia ao franquismo, a outra à propaganda republicana que passara a investir mais seriamente nestes emigrantes. Estreando uma prática que se prolongaria por mais algum tempo, o «Almanach de O Mundo para 1910» (editado em 1909) começou a publicar uma secção intitulada *Republicanos Portugueses do Brasil* com o retrato acompanhado de uma pequena nota biográfica de cada um[22]. Em consequência deste espinhoso cenário que só manchava a reputação dos portugueses e de Portugal junto do governo brasileiro, instâncias oficiais procuraram encontrar vias alternativas de harmonização. Em janeiro de 1909, a Sociedade de Geografia de Lisboa lançava um concurso e instituía um prémio pecuniário de 200 mil réis para a melhor memória sobre «o modo mais eficaz de promover a união moral da colónia portuguesa no Brasil com a mãe pátria, apresentando alvitres para evitar a sua desnacionalização e indicando igualmente os meios mais apropriados para lhe dar indispensável força na luta com as outras colónias estrangeiras que ali

[21] SILVA, 2017.

[22] *Republicanos Portugueses do Brasil*, 1909: 117, 193, 207, 233, 273, 279, 287; *Republicanos Portugueses do Brasil*, 1910: 259, 265, 271, 276, 285; BARBOSA, 1909: 173-179.

lhe disputam influência»[23]. Em novembro desse mesmo ano, uma nova proposta de Consiglieri Pedroso para a constituição de uma Comissão Luso-Brasileira foi também recebida com entusiasmo[24]. Estes esforços de apaziguamento e cativação dos emigrantes portugueses no Brasil tinham propósitos muito objetivos e práticos: as finanças portuguesas continuavam a depender seriamente das remessas de dinheiro que os emigrantes enviavam para as suas terras natais, assim como o crescimento da posição de Portugal no seio das importações e do comércio brasileiro dependia quase exclusivamente do vigor, da boa implantação e do desenvolvimento da comunidade de emigrantes portugueses. Para qualquer governo português, monárquico ou republicano, a colónia portuguesa no Brasil era um aliado indispensável e cuja estabilidade e vínculo à mãe-pátria não podiam ser descurados.

O luso-brasileirismo foi a linguagem comum que, por via de um discurso historicista, conseguiu congregar divergências políticas com um apelo subtil a uma imaginação imperial na qual os próprios emigrantes se podiam vislumbrar como atores. Depois da implantação da República em 1910, veio a provar-se o verdadeiro potencial político desta retórica, tendo sido unicamente através dela que os republicanos em Portugal conseguiram encontrar um ponto de diálogo e conciliação com os homens da colónia portuguesa no Brasil. O que foi decisivo para os destinos políticos do próprio regime, uma vez que a colónia foi durante os primeiros anos da República um ativo agente da reação monárquica e contribuiu seriamente para a contrarrevolução: através do envio assíduo de dinheiro para os conspiradores monárquicos; através da difamação do novo regime na imprensa brasileira e internacional; através do boicote à importação de produtos portugueses; através da denúncia das prisões políticas, entre outras iniciativas diplomáticas de combate ao novo regime.

A «pacificação da colónia portuguesa no Brasil»[25], nas palavras de Bernardino Machado no periódico «A Capital», transformou-se numa prioridade para a República portuguesa, uma prioridade que implicava não só a estabilidade interna (perigo de escalada de uma guerra civil), como o reconhecimento internacional do novo regime pelas outras nações. Neste desafio, colónia portuguesa no Brasil e governo brasileiro constituíram-se como duas entidades distintas mas indissociáveis para a diplomacia

[23] «Boletim da Sociedade de Geografia», 1909: 132.

[24] Proposta de criação de uma Comissão Luso-Brasileira apresentada pelo presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, Consiglieri Pedroso, na sessão de dia 10 de novembro de 1909. A proposta de Consiglieri abriu uma linha de debate que se prolongou ao longo de todo o ano de 1910 na programação da SGL. Constituída em janeiro de 1910, numa sessão com a presença de D. Manuel, a Comissão Luso-Brasileira reuniu-se cerca de 15 vezes e foram apresentadas e publicadas várias comunicações em resposta ao repto de Consiglieri: de Escragnolle Dória, *Da Conveniência de um Accordo Luso-Brasileiro*; de Joaquim Gil Pinheiro, *Os Portuguezes no Brasil. Tomando por Base a Lusa-Colónia em São Paulo*; de Eugénio Egas, *Portugal-Brazil: a iniciativa Consiglieri Pedroso vista de lá para cá*; de A. Ferreira de Serpa, *O Accordo Luso-Brasileiro*; de Augusto Lacerda, *As Duas Pátrias*. Cf. «Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa», 1909, 1910. Sobre a reação da colónia às iniciativas da SGL veja-se, por exemplo: *Dois povos abraçando-se, o acordo luso-brasileiro*, 1909: 1; *O Maior Objectivo*, 1910: 1 e *O Acordo Luso-Brasileiro,* 1909: 4.

[25] MACHADO, 1914: 1.

da nova República portuguesa. Era impossível pensar num estreitamento de relações com o Brasil sem a colaboração da elite portuguesa que aí residia e que continuava a ter uma forte presença na política, na imprensa e na economia daquele país. Mas, antes de aspirar obter a cooperação da colónia, era, sobretudo, preciso conseguir a sua neutralização. O que só se conseguia recorrendo a uma figura de prestígio como Bernardino Machado, que melhor que ninguém soube falar a linguagem da fraternidade luso-brasileira e pô-la ao serviço de uma consciência imperial difusa e de um historicismo prometidos pela nova República[26].

3. O LUSO-BRASILEIRISMO CULTURAL

> *Mas o Brasil está lá agora numa desvairada moda! Tudo é Brasil. Tudo é como no Brasil. Mudaram os nomes às ruas. À Praça do Príncipe Real passou a chamar-se do Rio de Janeiro, outra rua é do Brasil, outra é do Pará. E a graça actual, vendo os carros eléctricos passarem pela Rua Augusta, é dizer: «Vamos ao Rio de Janeiro por 300 reis»*[27].

Assim relatava o escritor brasileiro João do Rio, regressado de uma viagem a Portugal em meados de 1911, numa das suas muitas crónicas sobre Lisboa publicadas na «Gazeta de Notícias» do Rio de Janeiro. Efetivamente, o despertar de todos os quadrantes políticos para a ideia da fraternidade luso-brasileira fez com que nas primeiras décadas do século XX, a integração do luso-brasileirismo na consciência imperial portuguesa tenha assumido formas concretas, através da multiplicação de propostas e iniciativas tendo em vista o estreitamento de relações entre Portugal e o Brasil. Deste impulso emergiram várias modalidades de projetos de aliança, tratados e convenções bilaterais ou mesmo de confederação.

As sugestões mais explicitamente declaradas de intervenção institucional na promoção da aproximação luso-brasileira reportavam-se ainda aos finais do século XIX e à ideia do reforço da emigração portuguesa para o Brasil como combate à desnacionalização do país. Em 1902, Sílvio Romero e outros que tais faziam conferências no Real Gabinete Português de Leitura e noutros espaço da colónia defendendo essas teses. Entre 1908 e 1910, as várias conferências na Academia das Ciências de Lisboa e na Sociedade de Geografia de Lisboa vieram propor alternativas de bases para um acordo luso-brasileiro. Depois da implantação da República, as diligências pela aproximação luso-brasileira ganharam um carácter mais político e proliferaram, em Portugal e na colónia no Brasil, comunicações, ensaios e pequenas publicações sobre o assunto[28].

---

[26] SILVA, 2015.
[27] RIO, 1911: 2.
[28] Das quais são de destacar as de RODRIGUES, 1911a, 1911b e de TELLES, 1913a, 1914.

Entre 1915 e 1920, o projeto da revista «Atlântida» congregou gente dos mais variados quadrantes políticos de um lado e do outro do Atlântico, mantendo sempre abertas as várias dimensões dessa luso-brasilidade. Sob uma dupla direção (João de Barros em Portugal e João do Rio no Brasil), a revista tentou o estatuto de uma semioficialidade, estampando na capa a advertência: «Sob o Alto Patrocínio de S. Exas. os Ministros das Relações Exteriores do Brazil e dos Extrangeiros e Fomento de Portugal». Nos seus cinco anos de existência, a «Atlântida» foi um palco eclético por onde passaram quase todas as formas de expressão, mais ou menos assumida, do luso-brasileirismo como discurso político. Desde as tentativas de recuperação do acordo de intercâmbio cultural de Consiglieri Pedroso, à abertura de um inquérito sobre a viabilidade de uma confederação luso-brasileira, passando por reflexões históricas sobre as afirmações da consciência nacional ou sobre a excecionalidade da nação portuguesa e da sua missão civilizadora. Em 1917, em resposta a um repto lançado pelos editores da revista, publicaram-se na revista dezenas de artigos com considerações e propostas de reforço da aliança luso-brasileira, muitas delas já alvitrando a hipótese concreta de uma confederação de cariz propriamente político[29].

Ressurgiu, efetivamente, por esta altura, a moda das revistas luso-brasileiras, como a célebre «Orpheu» (1915) que começou inicialmente por ser um projeto repartido entre Portugal e o Brasil, tendo, tal como a «Atlântida», um diretor brasileiro (Ronald de Carvalho) e um português (Luís de Montalvor, pseudónimo de Luís da Silva Ramos, antigo secretário da Legação Portuguesa no Rio de Janeiro). Entre 1920 e 1921 a revista «Águia» publicou-se no Rio de Janeiro sob coordenação de António Pinto e António Sérgio. E, entre 1910-1937, a «Revista Portuguesa» publicou-se com o patrocínio da Câmara de Comércio de São Paulo, sob a direção de Ricardo Severo[30].

O surto luso-brasileirista expandiu-se com fôlego nos meios culturais aos políticos. Em diferentes quadrantes, portugueses e brasileiros, se aventaram planos para o desenvolvimento de uma política do Atlântico[31]. Em 1918, o deputado Lobo d'Ávila propôs na Câmara dos Deputados a nomeação de uma comissão parlamentar encarregada de estudar os meios de reforço institucional de laços oficiais entre Portugal

[29] Cf. RAPOSO, 1945: 26. Vejam-se, por exemplo, os seguintes artigos em diferentes números da «Atlântida»: Moreira Telles, *Relações Luso-brazileiras*, 1 (nov. 1915) 62-67; Alberto de Oliveira, *Os Portugueses no Brazil*, 3 (dez. 1915), 195-204; J. de B., *Uma Ideia a Defender. A Confederação Luso-Brasileira: será possível uma nova e grande Lusitânia?*, 20 (jun. 1917) 659-673; Henrique Lopes de Mendonça, *O Inquérito da «Atlântida». Confederação Luso-Brasileira*, 21 (jul. 1917) 771-773; Magalhães Lima, *O Inquérito da «Atlântida». Confederação Luso-Brasileira*, 22 (ago. 1917) 841-847; Alberto de Oliveira, *O Inquérito da «Atlântida». Confederação Luso-Brasileira*, 23 (set. 1917) 964-966; *A Confederação Luso-Brasileira. Três opiniões: Jaime Magalhães Lima, Alves Ribeiro, Pinto da Rocha*, 26 (dez. 1917) 261-270; Jaime Cortesão, *As Afirmações da Consciência Nacional, II, III, IV e V,* 8, 9, 10 e 11 (jun.-set. 1916) 780-782, 883-886, 947-975 e 1069-1072; Carlos Malheiro Dias, *Recomeçando o Passado*, 14 (dez. 1916) 155-157 e *O Património Histórico do Brasil*, 38 (mai. 1919) 185-195.

[30] Entre 1940 e 1942 publicou-se a «Atlântida» que fez a ponte editorial luso-brasileira, já irrevogavelmente impregnada do espírito pan-lusitanista da consciência imperial do Estado Novo. Cf. ALVES, 2009: 66-71 e NEVES, 1992.

[31] ALMEIDA, 1918; VELLOSO, 1918; MELO, 1919.

e Brasil[32]. Com o fim do Sidonismo ressurgiu o ideal republicano federal e com ele novas propostas para a organização de um Estado federado português, incluindo o Brasil à esfera de uma Confederação[33]. Mas talvez a figura que mais entusiasticamente personificou este luso-brasileirismo de simbiose político-cultural tenha sido João de Barros, que começou a publicar ensaios sobre o Brasil e as relações luso-brasileiras ainda antes do projeto da «Atlântida»[34].

O contexto da I Guerra Mundial, e depois do pós-Guerra, ajudou a enquadrar os discursos sobre a necessária solidariedade entre os povos latinos na defesa do legado democrático e civilizacional de que supostamente eram representantes. Do mesmo modo que concedeu alguma seriedade às especulações sobre o campo infinito de vantagens económicas e estratégicas possíveis de obter num hipotético triângulo de alianças entre Brasil, Portugal e os seus territórios atlânticos e africanos[35].

4. DA IMAGINAÇÃO IMPERIAL AO NACIONALISMO HISTORICISTA

Mas em inícios dos anos 20 começou a ganhar força um certo repúdio à esterilidade idealista do *projeto luso-brasileiro*[36]. O exacerbamento nacionalista da época não se compadecia com o tipo de retórica amiúde subserviente, mas também fantasiosa para onde muitas vezes resvalava o discurso em torno da amizade Portugal-Brasil. A afirmação de Portugal no contexto internacional do pós-Guerra obrigava a tratar a questão colonial de forma mais objetiva e consistente. Mas mesmo abandonando os fantasiosos projetos de confederações e alianças, a cativação simbólica do Brasil para a afirmação da vocação colonial portuguesa continuava a ser preciosa.

Foi nesta perspetiva que o Estado português decidiu patrocinar iniciativas de grande imponência e simbolismo como a realização da travessia aérea de Gago Coutinho e Sacadura Cabral do Atlântico Sul e a viagem do presidente da República portuguesa ao Brasil. Em setembro de 1822, o presidente da República, António José de Almeida, fez uma faustosa visita de Estado ao Brasil. Na ocasião, dirigindo-se a

[32] «Diário da Câmara dos Deputados», 1918: 6-20.

[33] LEAL, 2006. Cf. também *Lei Orgânica da Federação Nacional Republicana (agremiação de política reformista)*, 1920. Bettencourt Rodrigues fez uma síntese da maior parte destas proposições luso-brasileiras em *Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opiniões e Alvitres*. *Vd*. RODRIGUES, 1923.

[34] BARROS, 1919, 1920, 1921.

[35] Veja-se o conjunto geral de artigos do número especial de propaganda patriótica: «Atlântida». 25 (nov.1917); e os seguintes artigos em distintos números da mesma revista: Graça Aranha, *A Nação*, 37 (1919) 7-12; J. Gaillard, *Le développement maritime et l'avenir transatlantique du Brésil*, 38 (maio 1919), 167-182; João do Rio, *Portugal-Brasil após a guerra*, e João de Barros, *Portugal, o Brasil e as Colónias Portuguesas*, 40 (jul. 1919) 440-459 e 498-499, respetivamente. Veja-se também PAULO, SILVA, 2001: 279-326.

[36] Vejam-se as opiniões críticas neste sentido na revista «Águia», que entre 1920 e 1921 foi publicada no Brasil: nas *Cartas do Brasil*, dos números 101-102 (maio-jun. 1920) 188-196; 103-104-105 (jul.-set. 1920) 38-47; 106-107-108 (out.-dez. 1920) 157-167. E ainda Fidelino Figueiredo, *Um Século de Relações Luso-Brasileiras.* «Revista de História». 14:55 (1925) 161-188 e Carlos Malheiro Dias, *Relações Luso-Brasileiras (Quimeras e Realidades)*. «Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses». Fascículo II (mar. 1924) 193-207.

uma assembleia constituída pelos deputados e senadores da República irmã, António José de Almeida pronunciou as seguintes palavras:

> *Ao que me consta, vão dar um último fecho a este primeiro ciclo de sua história, colocando no Corcovado a imagem de Cristo. Fazem bem! Ele é um alto e nobre exemplo para vós, para nós, para todos os que amem sinceramente a humanidade. Eu próprio devo dizer com toda a franqueza que tive pena, ao entrar na baía da Guanabara, de já não o ter visto lá, porque queria saudá-lo, na minha qualidade de português, como tendo sido o primeiro e melhor donatário desta terra e talvez o verdadeiro descobridor dela, porque, se Pedro Álvares Cabral, com sua esquadra, veio aqui em nome do amor da Pátria, veio também, em nome do amor de Deus.* […] *Porque eu não vim ao Brasil falar só em nome dos vivos senão também em nome dos mortos, que são os nossos mortos, que são os mortos dos senhores, que são os homens das descobertas, das conquistas, que descobriram e avassalaram o Mundo* […]. *É pesada e grave a representação que trago*[37].

Mais tarde, nesse mesmo dia, falou no Real Gabinete de Leitura — instituição que funcionava com sede simbólica da emigração portuguesa no Brasil. Nesta ocasião, referiu-se ao Atlântico como «o grande mar lusitano, contido, como entre varais, pela costa do Brasil e pela costa de África, tendo por estábulo de repouso o porto de Lisboa, cais da Europa», e reiterou a sua fé num futuro em que as duas pátrias não seriam «só amigas de todas as horas, mas também as cooperadoras de todos os instantes na mesma obra de engrandecimento para elas e de civilização para o Mundo»[38].

Mais de uma década passada sobre os tumultuosos primeiros anos da República portuguesa, António José de Almeida dava finalmente corpo à viagem «infinitamente política» (como lhe havia chamado o rei D. Carlos) do primeiro chefe de Estado europeu a uma antiga colónia. Quinze anos depois do malogro da viagem de D. Carlos, a República escolhia uma data simbólica para a reedição da iniciativa: António José de Almeida deveria chegar no dia 7 de setembro, associando-se diretamente a sua visita à celebração do centenário da independência do Brasil.

Ainda em 1921, o governo português apoiou também a edição da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, dirigida por Carlos Malheiro Dias, com o objetivo de conceder feição erudita e suposta legitimação científica à ideia de uma vocação colonial do povo português. Em termos de política colonial, esta ideologia era a via da razoabilidade. Um país pequeno e pobre como Portugal estava fadado ao insucesso se tentasse concorrer com as outras potências nos mesmos termos em que elas com-

[37] *Apud* DEROUET, 1923: 193-194.
[38] *Apud* DEROUET, 1923: 235-237.

petiam entre si. Já desde a Conferência de Berlim (1884-85) que a política portuguesa procurava encontrar uma forma de suplantar essa insanável clivagem entre as suas ambições e os seus recursos. A invocação dos direitos históricos, os inconsistentes esforços de ocupação do *hinterland* africano, a reorganização da administração colonial e as alianças mais ou menos forçadas tinham tido resultados erráticos e frágeis. Nas negociações do pós-Guerra, Portugal manteve os seus territórios coloniais e integrou a Sociedade das Nações, mas o jogo nunca ficara definitivamente fechado[39].

O discurso sobre a suposta aptidão colonizadora do povo português já não soava à apologia saudosista e lírica das evocações à idade de ouro dos descobrimentos. Mas mais que um discurso, era um percurso. Passível de ser identificado e estudado. Deixando a História a falar por si: exibia-se o sucesso do Brasil como a mais irrefutável prova das excecionais capacidades colonizadoras do povo português[40]. É intuitivamente claro o quanto esta ficção servia e era servida pela colónia portuguesa do Brasil: os portugueses que, em terras brasileiras, labutavam por uma vida nova fora da terra pátria estavam, de alguma maneira, a dar continuidade a essa missão civilizadora. Não por acaso, a *História da Colonização Portuguesa do Brasil* foi ideia concebida pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Pará, custeada pelos principais capitalistas da colónia e pensada como um projeto de grande divulgação, com tiragem de 20 000 exemplares vendidos em fascículos em Portugal e no Brasil[41].

Do gradual processo de fusão desta consciência neoimperial com o messianismo regenerador do pensamento republicano nasceu o nacionalismo português de meados do século XX. Um nacionalismo historicista mas simultaneamente moderno. Bem distinto do historicismo cívico que enquadrava o pensamento dos liberais de Oitocentos. Um nacionalismo cultural que já pouco tinha a ver com a cultura do patriotismo cívico do liberalismo. Um nacionalismo já profundamente impregnado de imaginação imperial, ressuscitada e reformada depois de quase um século adormecida. Imaginação imperial essa que pressupunha um entendimento simbólico da grandeza de Portugal para além do que a geografia autorizava.

O discurso do luso-brasileirismo, ao mesmo tempo que ajudava a tornar esta ideia de um *Portugal Maior* menos abstrata, era também veículo legitimador de um projeto colonial ambicioso que a República já enunciava e que o Estado Novo pôs em ação. Em 1934, o célebre mapa que mostrava aos portugueses que Portugal não era um país pequeno, por razões óbvias, não incluía o Brasil[42]. Mas, no fundo, ele

[39] CARVALHO, MARTINS, 2011; OLIVEIRA, 2011.
[40] RAMOS, 2000; JERÓNIMO, 2009.
[41] ALVES, 2009: 264.
[42] Mapa atribuído a Henrique Galvão, exposto na exposição colonial do Porto em 1934, cópia digital disponível na Biblioteca Nacional Digital: purl.pt/11440.

estava lá… Como não podia deixar de ter estado na Exposição do Mundo Português em 1940. E continuou a estar por muito tempo.

Na década de 60, quando o império começou a dar mais sérios sinais de fragilidade, foi do Brasil, pela mão do sociólogo Gilberto Freyre, que veio uma preciosa panaceia para sustentar a posição portuguesa relativamente à questão do indigenato. O famoso luso-tropicalismo freiryano só entrou em força em Portugal nesta época, mas a sua integração no discurso colonial português ajudou por algum tempo o Estado Novo a organizar a sua política de resistência aos ataques da comunidade internacional[43].

O fim do império e a transição para a democracia não significaram, naturalmente, o fim da imaginação imperial portuguesa, como o prova o primeiro colossal investimento cultural feito em Portugal com dinheiro da União Europeia: a XVII Exposição de Arte, Ciência e Cultura, em 1983, dedicada ao tema *Os Descobrimentos Portugueses e a Europa do Renascimento*[44]. Se, por um lado, é verdade que o esforço de integração e consolidação do projeto europeu fez de alguma forma esmorecer saudosismos imperialistas e tentou desviar Portugal da sua dimensão atlântica, por outro lado, no campo de competição cultural entre as várias nações europeias, Portugal continuou a apostar na ideia de uma macro comunidade para negar a sua condição periférica. Como disse Eduardo Lourenço em 1999, «a lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa»[45]. Vinte anos depois continua a fazer-se abusivo uso da ideia de «portugalidade» para combater supostos radicalismos de penitência pelo passado colonial, como a proposta de destruição do conjunto de buxos heráldicos da Praça do Império — com a representação das armas das antigas províncias ultramarinas[46]. Mas se o tampouco neutro conceito de «mundo lusófono» foi por muito tempo genericamente aceite ou tolerado, a utilização do conceito de «portugalidade» já tem sido, nos últimos anos, alvo de profunda controvérsia. Aplicado, ora benévola e ingenuamente nuns casos, ora subversiva e pouco inocentemente noutros, na legitimação de iniciativas de evocação historicista — como a criação do Museu das Descobertas, ou a colocação numa das principais praças da zona histórica de Lisboa de uma estátua do Padre António Vieira de cruz em riste paternalmente circundado de três crianças indígenas —, o conceito tem esbarrado numa feroz frente de combate que, com clara influência de um fluxo internacional, tem vindo a exigir um ato de contrição pública face ao passado colonial português.

---

[43] LOURENÇO, 1976; CASTELO, 1998. As obras paradigmáticas da teoria de Freyre são *Casa Grande e Senzala. Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal* (1933) e *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas* (1949).

[44] RAMOS, 1997.

[45] LOURENÇO, 1999: 117.

[46] FERNANDES, 2021; *Contra o apagamento dos brasões da Praça do Império*, [s.d.].

Independente ou paralelamente à dinâmica destes debates, uma certa perceção não-geográfica da identidade e da estatura de Portugal permanece — embora já não exclusivamente focada no Brasil, sobretudo porque as vagas emigratórias dos 50 e 60 do século XX levaram portugueses para muitos outros destinos. Perceção essa indubitavelmente herdeira da imaginação imperial e que continua a ser identificável no discurso oficial sobre a essência e a potência da nacionalidade portuguesa. Relembre-se o primeiro discurso presidencial de Marcelo Rebelo de Sousa de 10 de junho de 2016, em Paris[47]. O presidente falou de uma «geografia espiritual portuguesa» que abrangia todas as partes do mundo por onde se espalham as comunidades portuguesas de emigrantes. E com François Hollande ao lado, Marcelo Rebelo de Sousa disse que Paris era também uma capital portuguesa tendo em conta o número de portugueses que ali viviam… o mesmo que um século antes, em 1914, o cônsul Alberto de Oliveira dizia ser o Rio de Janeiro: a segunda cidade portuguesa no mundo, a seguir a Lisboa[48].

FONTES

Imprensa periódica

A FEDERAÇÃO Universal dos Povos. «Victória da República: Almanaque para o Ano de 1889». (1889) 138-139.
«A Pátria». (15 nov. 1890) 1.
BARBOSA, José (1909). *O Brasil*. «Almanach d'A Lucta para 1910» 173-179.
CHAGAS, João (1890). *Um grande exemplo*. «A Republica Portugueza». (15 nov. 1890) 1.
«Diário da Câmara dos Deputados». (29 jul. 1918) 6-20.
DOIS POVOS abraçando-se, o acordo luso-brasileiro. «A Bandeira Portugueza». (11 dez. 1909) 1.
LIGA para a confederação dos povos latinos. «A República». (22 abr. 1890) 1.
MACHADO, Bernardino (1914). *Dois países irmãos: A familia portugueza no Brasil*. «A Capital». (4 fev. 1914) 1.
O ACORDO Luso-Brasileiro. «Portugal Moderno». (1 dez. 1909) 4.
O MAIOR Objectivo. «A Bandeira Portugueza». (20 jan. 1910) 1.
«Os Debates». (23 nov. 1889).
REPUBLICANOS Portugueses do Brasil. «Almanach de O Mundo para 1910». (1909) 117, 193, 207, 233, 273, 279, 287.
REPUBLICANOS Portugueses do Brasil. «Almanach de O Mundo para 1911». (1910) 259, 265, 271, 276, 285.
RIO, João do (1911). *Notícias de Portugal*. «Gazeta de Notícias». (7 jun. 1911) 1-2.
SALGADO, Heliodoro A. (1889). *A União Latina*. «A Victoria da Republica. Almanach para 1890» 176-182.
SAUDAÇÃO á Republica dos Estados Unidos do Brasil. «A Republica». (15 nov. 1890) 1

[47] SOUSA, 2016.
[48] OLIVEIRA, 1919: 15.

Outras fontes impressas

ALMEIDA, João de (1918). *Visão do Crente*. Porto: Companhia Portuguesa.

BARROS, João de (1919). *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz: Conferência realizada no Ateneu Comercial do Porto em 25 de Março de 1919*. Lisboa: Liv. Aillaud; Bertrand.

BARROS, João de (1920). *Caminho da Atlântida: Uma Campanha Luzo-Brasileira*. Lisboa. Livr. Profissional.

BARROS, João de (1921). *Sentido do Atlântico*. Lisboa: Aillaud; Bertrand.

BOAVENTURA, Visconde de São (1908). *A Pasta de um Jornalista*. Lisboa: Parceria António Maria Pereira.

«BOLETIM da Sociedade de Geografia de Lisboa». 27ª Série (1909); 28ª Série (1910).

COUTINHO, D. Rodrigo de Souza (1993). *Memória sobre o Melhoramento dos Domínios de Sua Majestade na América (1797)*. In *Textos Políticos, Económicos e Financeiros (1783-1811)*. Lisboa: Banco de Portugal, t. III, pp. 47-66.

DEROUET, Luís (1923). *Duas Pátrias: O que foi a Viagem do Sr. Dr. José António de Almeida ao Brasil*. Lisboa: Sociedade Editora O Mundo.

DIAS, Carlos Malheiro, *dir.* (1921). *História da Colonização Portugueza no Brasil*. Porto: Litografia Nacional.

FREYRE, Gilberto (1949). *O Mundo que o Português Criou: Aspectos das Relações Sociais e de Cultura do Brasil com Portugal e as Colónias Portuguesas*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympo.

FREYRE, Gilberto (1994 [1933]). *Casa Grande e Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime da Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro: Record.

LEI Orgânica da Federação Nacional Republicana (agremiação de política reformista). [S.l.:s.n.], 1920.

MELO, Aldo de Cavalcanti (1919). *A Confederação Luso-Brasileira: Esboço de construção jurídica*. Funchal: Typ. Diario de Noticias.

MONTALVOR, Luís de (1935). *História do Regímen Republicano em Portugal*. Lisboa: Ática, vol. I.

OLIVEIRA, Alberto (1919). *Na Outra Banda de Portugal: Quatro Anos no Rio de Janeiro*. Lisboa: Portugal-Brasil Limitada.

RAPOSO, Hipólito (1945). *Folhas do Meu Cadastro*. Lisboa: Edições Gama, vol. I.

RODRIGUES, Bettencourt (1911a). *A Pátria e o Povo Portuguez*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

RODRIGUES, Bettencourt (1911b). *A Republica Portugueza: Resposta aos que a difamam*: *Conferência realizada no Rio de Janeiro na noite de 10 de Abril de 1911 no salão do Jornal do Commercio*. Lisboa: Clássica Editora.

RODRIGUES, Bettencourt (1923). *Uma Confederação Luso-Brasileira: Factos, Opiniões e Alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

SOUSA, Marcelo Rebelo de (2016). *Discurso do 10 Junho de 2016 em Paris*. [Consult. 11 ago. 2016]. Disponível em <http://www. presidencia.pt/?idc=10&idi=109046>.

TELLES, Moreira (1913a). *A Emigração Portugueza para o Brasil*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.

TELLES, Moreira (1913b). *O Brazil e a Emigração*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.

TELLES, Moreira (1914). *Brazil e Portugal: Apontamentos para a História das Relações dos dois Paizes*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes.

VELLOSO, Duarte (1918). *A Confederação Luso-Brasileira: conferência realizada no dia 3 de Maio de 1918 no Grémio Luiz de Camões*. Curitiba: Impressora Paranaense.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDRE, Valentim (2000). *Velho Brasil, novas Áfricas: Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Afrontamento.

ALEXANDRE, Valentim (2004). *Império português. Ideologia e economia (1830-1890)*. «Análise Social». XXXVIII:169, 959-979.

ALVES, Jorge Luís dos Santos (2009). *Malheiro Dias e o Luso-Brasileirismo: um Estudo de Caso das Relações Culturais Portugal-Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tese de doutoramento.

BELL, Duncan (2016). *Reordering the world: essays on Liberalism and Empire*. Princeton: University Press.

CARVALHO, Thiago; MARTINS, Fernando (2011). *As Relações luso-brasileiras*. In MENESES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires, *coord*. *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 179-205.

CASTELO, Cláudia (1998). *«O Modo Português de Estar no Mundo»: O Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*. Porto: Edições Afrontamento.

CASTRO, Celso (2000). *Os Militares e a República*. Rio de Janeiro: Zahar.

CASTRO, Zília Osório de; SILVA, Júlio Rodrigues da; SARMENTO, Cristina Montalvão, *eds*. (2006). *Tratados do Atlântico Sul: Portugal-Brasil, 1825-2000*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.

CATROGA, Fernando (1985). *Nacionalismo e Ecumenismo: A «Questão Ibérica» na segunda metade do século XIX*. «Cultura — História e Filosofia». IV, 419-463.

CONTRA o apagamento dos brasões da Praça do Império: Pela nossa Praça do Império, pela Portugalidade, pela Inteligência e pelo Encontro. [Consult. 29 maio 2021]. Disponível em <https://peticaopublica.com/?pi=PT105983>.

FERNANDES, Ferreira (2021). *Praça do Império: a Guerra dos Buxos*. «Mensagem de Lisboa». (2 mar. 2021). [Consult. 29 maio 2021]. Disponível em <https://amensagem.pt/2021/03/02/cronica-ferreira-fernandes-belem-praca-do-imperio-a-guerra-dos-buxos/>.

FERREIRA, Roquinaldo (2012). *Cross-Cultural Exchange in the Atlantic World: Angola and Brazil during the Era of the Slave Trade*. Cambridge: Cambridge University Press.

FIGUEIREDO, Fidelino (1925). *Um Século de Relações Luso-Brasileiras*. «Revista de História», 14:55, 161-188.

JERÓNIMO, Miguel Bandeira (2009). *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português, c. 1870-1930*. Lisboa. Imprensa de Ciências Sociais.

LEAL, Ernesto Castro (2006). *A Ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*. «Revista de História das Ideias». XXVII, 251-291.

LOURENÇO, Eduardo (1976). *Brasil — caução do colonialismo português*. In LOURENÇO, Eduardo. *O Fascismo Nunca Existiu*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp. 37-49.

LOURENÇO, Eduardo (1999). *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva.

MAGALHÃES, José Calvet de (1997). *Relance Histórico das Relações Diplomáticas Luso-Brasileiras*. Lisboa: Quetzal.

MARQUES, João Pedro (1999). *Os Sons do Silêncio: o Portugal de Oitocentos e a Abolição do Tráfico de Escravos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

MATOS, Sérgio Campos (2007). *Representações da Crise Finissecular em Portugal (1890-1910)*. In HOMEM, Amadeu Carvalho; SILVA, Armando Malheiro da; ISAÍA, Artur, *coord*. *Progresso e Religião. A República no Brasil e em Portugal 1889-1910*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 17-33.

NEVES, João Alves das (1992). *As Relações Literárias de Portugal com o Brasil*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira (2020). *Dimensões do governo colonial em Moçâmedes e suas conexões com o Brasil: trabalho, negócios e conflitos, 1840-1860*. «Mundos do Trabalho». 12, 1-27.

OLIVEIRA, Pedro Aires (2011). *O Factor Colonial na Política Externa da Primeira República*. In MENEZES, Filipe Ribeiro de; OLIVEIRA, Pedro Aires, *eds*. *A I República Portuguesa. Diplomacia, Guerra e Império*. Lisboa: Tinta-da-China, pp. 299-332.

PAQUETTE, Gabriel (2010). *After Brazil: Portuguese Debates on Empire, c. 1820-1850*. «Journal of Colonialism and Colonial History». 11: 2 (Fall).

PAQUETTE, Gabriel (2013). *Imperial Portugal in the Age of Atlantic Revolutions: The Luso-Brazilian World, c. 1770-1850*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.

PAULO, Heloisa; SILVA, Armando B. Malheiro da (2001). *Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso: a construção da colônia ideal e o ideal colonialista*. In RAMOS, Maria Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa, *org*. *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. Chapecó: Argos — Editora Universitária, pp. 279-326.

RAMOS, Rui (1997). *Tristes Conquistas: a Expansão Ultramarina na Historiografia Contemporânea (c. 1840-1970)*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Dissertação para provas de acesso a investigador auxiliar.

RAMOS, Rui (2000). *Um Novo Brasil de um Novo Portugal: A história do Brasil e a ideia de colonização em Portugal nos séculos XIX e XX*. «Penélope». 23, 129-152.

SILVA, Isabel Corrêa da (2012). *O Espelho Fraterno: o mito do 31 de Janeiro na interface Portugal-Brasil*. In ROLLO, Maria Fernanda, *coord*. *Congresso Internacional I República e Republicanismo — Atas*. Lisboa: Assembleia da República, pp. 175-186.

SILVA, Isabel Corrêa da (2013). *O Espelho Fraterno: o Brasil e o Republicanismo Português na Transição para o Século XX*. Lisboa: Divina Comédia.

SILVA, Isabel Corrêa da (2015). *A Disputa entre monárquicos e republicanos pela afeição política da colónia portuguesa no Brasil (1889-1914)*. In ROLLO, Maria Fernanda; SANTOS, Yvette, *coord*. *Ecos das Migrações: memórias e representações dos migrantes século XIX-XX*. Coimbra: Almedina, pp. 17-39.

SILVA, Isabel Corrêa da (2017). *The monarchical engagement of Portuguese immigrants in Brazil: a case of nineteenth-century transnational politics.* «Atlantic Studies: Literary, Cultural and Historical Perspectives». 15:4, 539-558.

VICENTE, Ana; VICENTE, António Pedro (1998). *O Príncipe Real Luiz Filipe de Bragança, 1887-1908*. Lisboa: Inapa.

VICENTE, Filipa Lowndes; GOMES, Inês Vieira (2018). *Tensions of empire and monarchy: the African tour of the Portuguese crown prince in 1907*. In ALDRICH, R.; MCCREERY, C., *eds*. *Royals on tour: politics, pageantry and colonialism*. Manchester: Manchester University Press, pp.146-168.

O CERIMONIAL FÚNEBRE RÉGIO NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL PORTUGUESA*

PEDRO URBANO**

1. PROBLEMÁTICAS E FONTES

Os rituais de passagem das monarquias tiveram destacada importância no teatro político. As cerimónias fúnebres régias medievais possibilitaram a partilha do sentimento de perda, fomentando a união e estabilidade do reino[1]. No início da Idade Moderna, a complexificação dos rituais fúnebres substituiu os exacerbados gestos medievais[2]. A exibição e propaganda do poder régio através do luxo e espectáculo das cerimónias deste período asseguravam a permanência e continuidade da monarquia[3]. Também a morte do soberano foi um importante momento de afirmação do poder real. Assentava no pressuposto da sua sacralidade e na existência de dois corpos, um físico, que sofre e morre, e outro político. Este tinha origem no poder divino e assegurava a sua perduração e a sobrevivência da sua memória[4].

O século XIX redefiniu a concepção da morte. O romântico exacerbamento dos sentimentos individuais entendeu-a como a libertação da vida, sinónimo de amores impossíveis, injustiças e sofrimento. No plano da saúde pública, a produção legislativa liberal decretou a obrigatoriedade do enterramento nos cemitérios públicos, entendido pelas populações como uma dessacralização da morte, originando protestos e revoltas. Assistiu-se também à crescente valorização da ideia de nação, que os Estados procuraram desenvolver, constituindo um desafio aos regimes monárquicos e à tradicional vida de corte, também ela em mutação, pela instauração de regimes constitucionais e pela penetração de valores burgueses. De facto, o liberalismo acelerou a paulatina secularização da instituição monárquica, enfraquecendo a sacralidade do soberano régio e do seu corpo místico, propiciando novos mecanismos de

* Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projecto CEECIND/04492/2017. O IHC é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito dos projectos UIDB/04209/2020 e UIDP/04209/2020.
O autor não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade Nova de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Instituto de História Contemporânea (IHC); Universidade de Lisboa — Faculdade de Letras/Centro de Estudos Clássicos (CEC). Email: purbano@fcsh.unl.pt. Pedro Urbano da Gama Machuqueiro (Prémio 2014).

[1] MATTOSO, 1995: 397-398.

[2] LOPES, 2017: 29.

[3] APOSTOLIDÈS, 1981.

[4] BLOCH, 1961; KANTOROWICZ, 1957; GIESEY, 1987; CONNERTON, 2009.

legitimação do poder[5]. A ritualização política foi valorizada de modo a veicular os novos valores constitucionais, através das cerimónias monárquicas, legitimando-se em simultâneo o regime liberal e a própria Coroa[6].

A análise das cerimónias fúnebres durante a monarquia constitucional permitirá avaliar as alterações rituais durante este regime e a sua adequação aos novos desafios constitucionais. A análise de conjunto possibilita uma avaliação de longa duração, a comparação e datação das modificações. De resto, a escolha da morte de apenas um monarca revelar-se-ia infrutífera, pela particularidade das circunstâncias da morte de alguns deles[7], pois apenas as cerimónias de D. Pedro V decorreram sem percalços. Porém, é sabido que foi por este monarca que se fez a última cerimónia fúnebre da quebra dos escudos. Efectivamente, Luís Espinha da Silveira e Paulo Jorge Fernandes realçaram algumas alterações significativas nas cerimónias de D. Luís, nomeadamente a presença de jornalistas no interior do templo[8], indiciando a necessidade moderna de divulgação da cerimónia e reforçando a continuidade da ideia de uma monarquia-espectáculo.

A preparação e organização cerimonial dos rituais fúnebres encontram-se descritas nos livros de funerais do Ministério do Reino, onde era registada toda a documentação emitida nesta ocasião, relativamente também a conselheiros de Estado, cardeais-patriarcas e alguns generais. Aí constava o programa propriamente dito e as ordens expedidas por aquele ministério — o que significava que a gestão destas cerimónias estava a cargo do poder político e não da Casa Real, muito embora funcionasse em articulação com grande parte dos serviços daquela. A partir de 1870, as informações são simplificadas, registando-se apenas as datas e remetendo para os ofícios de datas passadas ou, no caso dos programas cerimoniais, para os Diários do Governo propriamente ditos, onde eram publicados.

A análise desta documentação permite contabilizar em cada uma das cerimónias fúnebres reais portuguesas 5 momentos distintos: a proclamação da morte; a preparação do cadáver até à sua saída da câmara ardente; o cortejo fúnebre e o seu sepultamento; as cerimónias imediatamente posteriores e, finalmente, as exéquias celebradas anualmente. Vejamos em particular cada um destes momentos.

[5] SILVA, SEIXAS, 2020: 28-29.
[6] SAN NARCISO, 2020: 219-220.
[7] D. Pedro IV teve um enterro militar, como ditou a sua vontade testamentária; os rituais fúnebres de D. Maria II sofreram alterações pelo facto de ser mulher; os de D. Luís por ter morrido fora de Lisboa e os de D. Carlos pelo regicídio e por ter sido enterrado juntamente com o príncipe herdeiro.
[8] SILVEIRA, FERNANDES, 2006: 264-268.

2. A PROCLAMAÇÃO DA MORTE DO REI

A primeira acção pública após a morte do monarca era a sua proclamação, seguida da inauguração do reinado do seu sucessor[9]. Era o momento por excelência da materialização dos dois corpos do rei. Embora se anunciasse a morte física do rei, proclamava-se igualmente a continuidade da monarquia e da dinastia. O sucessor — ou o regente na sua vez — procedia ao juramento da Carta Constitucional, da preservação da fé católica apostólica do reino, da integridade do reino, da observância da lei e promoção do bem-estar geral da nação[10]. Seguia-se a definição do luto observado pela família real, corte, repartições públicas, teatros e espectáculos públicos. A família real encerrava-se durante um período de 8 dias, pelo menos desde a morte de D. Maria I[11], o que configurava um dos processos de privatização do luto, iniciado em finais da Idade Média[12]. O período de luto variou ao longo da monarquia constitucional, notando-se uma tendência para a sua diminuição. Apesar do capítulo 17 da pragmática de 24 de Maio de 1749 ordenar a duração de luto régio de seis meses[13], no caso de D. Maria I e de D. João VI regulamentou-se por um ano, metade do tempo rigoroso, metade aliviado. A pragmática joanina só vigorou efectivamente entre a morte de D. Pedro IV e a de D. Pedro V. Dos seis meses de luto estipulados, três meses foram de luto rigoroso e os restantes três aliviados. Com D. Luís assiste-se a nova redução deste período, estipulando-se um máximo de 3 meses, mantendo-se a proporção entre pesado e aliviado. Por D. Carlos, o período de luto aumentou novamente para 4 meses, provavelmente por incluir o luto pelo irmão do novo monarca, uma vez que o quarto mês corresponderia a metade do luto por irmão, regulamentado pela pragmática atrás mencionada. As repartições públicas, teatros e espectáculos públicos fechavam por 8 dias — 15 por ocasião da morte de D. Pedro V. A partir das cerimónias de D. Maria exceptuaram-se as casas fiscais e, a partir de D. Pedro V, as estações de saúde pública, que fechavam apenas no dia de enterro. De seguida era publicado o formulário para os diplomas oficiais, a partir da morte de D. Maria II[14].

---

[9] Neste período contabilizam-se duas regências após a morte de um soberano, tendo ambas recaído em D. Fernando. A primeira ocorreu após a morte de D. Maria II, devido à menoridade de D. Pedro V e a segunda depois da morte deste, por o herdeiro presuntivo, D. Luís, estar ausente do reino ao transportar a irmã D. Antónia a Sigmaringen, na sequência do seu casamento.

[10] PORTUGAL. [Sem indicação], 1853: 1555; PORTUGAL. [Sem indicação], 1861: 2956; PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros,1889: 2411; PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros, 1908: 373.

[11] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 77.

[12] LOPES, 2016: 30.

[13] *Collecção*, 1797: 1-13. No reino vizinho, o período de luto foi de 6 meses, tendo sido reduzido a 3, por intervenção de Carlos IV, em 1789. QUIJADA ÁLAMO, 2013: 148.

[14] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 163-166; liv. 1342, fol. 77-104, 126-130; 203; liv. 1345, fol. 68-74v; liv. 901, fol. 69-70v, 89-93.

3. A PREPARAÇÃO DO CADÁVER E SUA EXPOSIÇÃO NA CÂMARA ARDENTE

Vários rituais eram realizados entre o tratamento do cadáver e a saída da câmara ardente, para S. Vicente de Fora: o embalsamamento, a entrega dos intestinos, o amortalhamento do corpo, o cortejo desde a Câmara Régia até uma das salas do palácio onde era velado em câmara ardente; o beija-mão ao rei defunto; o lançamento de água benta ao caixão pelos membros da família real e a saída do corpo para o cortejo. A preparação do corpo e o seu velório em câmara ardente apresentavam algumas semelhanças com o ritual dos Habsburgos da monarquia hispânica do período moderno[15].

Nestes rituais, era dada primazia aos oficiais da Casa Real, em particular ao gentil-homem de serviço à data da morte do monarca. Competia-lhe tratar do corpo do monarca morto, como o tratara em vida, materializando a dupla acepção do corpo do rei. Por isso, este oficial assistia ao processo de embalsamamento do cadáver, desde a morte de D. José até à de D. Pedro V[16]. Este processo permitia a preservação do corpo régio para a vida eterna, impedindo a corrupção da materialidade. Praticado em Portugal desde a primeira dinastia[17], viabilizava a exposição do real cadáver por um período mais alargado. D. Maria II, por ser mulher, foi assistida pela camareira-mor, responsável da sua família feminina, garantindo que «tudo se fez com a decência devida e com todo o cuidado e desvelo»[18], reproduzindo o ritual efectuado por ocasião da morte das rainhas consortes[19]. Findo o embalsamamento, o cadáver era vestido e deposto na cama, por cima de uma almofada ou alcatifa ricas, pelo gentil-homem da Câmara «guardando sempre as mesmas cerimónias e actos de respeito, com que lhe dava de vestir, enquanto vivo»[20]. D. Maria II foi vestida pela dama camarista de serviço e criadas[21].

Em seguida, o cadáver era transportado da Real Câmara para a sala do palácio onde ia ser velado. O camarista de serviço destacava-se pelas funções que desempenhava: abria o cortejo, empunhando um castiçal com vela, dado pelo guarda-roupa de serviço[22], e, com D. Pedro IV, pelo porteiro da Real Câmara[23]. Esta mudança poderá

[15] RODRÍGUEZ MOYA, 2012: 178-179.
[16] Não consta a sua presença nos rituais de D. Luís e D. Carlos. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 163-166; liv. 1342, fol. 77-104, 126-130, 203; liv. 1345, fol. 68-74v; liv. 901, fol. 69-70v, 89-93.
[17] Nomeadamente com D. Dinis. BRANDÃO, 1672: 482. Em Castela, o embalsamento parece ter sido introduzido já no século XVII, com Filipe IV. RODRÍGUEZ MOYA, 2012: 181.
[18] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 10.
[19] LOURENÇO, 2003, 582-583.
[20] Esta referência surge relativamente a D. João VI, D. Pedro IV, D. Maria II e D. Pedro V. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 126-130, 204v; liv. 1344, fol. 7-10; liv. 1345, fol. 73-73v.
[21] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 7-10.
[22] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 163; liv. 1342, fol. 126.
[23] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 201-201v.

explicar-se pelo facto de os guarda-roupas deixarem de efectuar serviço efectivo na Real Câmara, embora constem em publicações oficiais no reinado de D. Carlos[24]. A partir de D. Maria II, o oficial responsável pela entrega daqueles objectos deixa de ser referido, o que pode indiciar uma simplificação do ritual. Atrás do camarista — ou da dama, no caso de D. Maria II — ia o cadáver, conduzido pelos oficiais da Casa, depois do qual seguia o mordomo-mor. No caso de D. Maria II, o lugar deste era ocupado pela camareira-mor, acompanhada pelas suas damas. Era dada a primazia à família feminina, por ser a responsável pelo contacto directo com o corpo da rainha em vida e na morte[25].

Na câmara ardente, o cadáver era colocado numa essa pelos oficiais-mores, auxiliados por reposteiros, e velado pelos camaristas e oficiais-mores designados pelo mordomo-mor. Apenas se conhece a escala de velório do rei D. Fernando, em 1885. Foi velado por dois oficiais em simultâneo, durante duas horas, findas as quais foram substituídos por outros dois oficiais[26]. Embora desconhecendo-se as pessoas designadas no velório de D. Maria II, sabe-se que as damas ficavam à direita do corpo e os oficiais à esquerda[27]. Divisão semelhante ocorre a partir do reinado de D. Luís, embora as funções fossem desempenhadas exclusivamente pelos oficiais masculinos da Casa Real. Estes situaram-se à direita e os da Casa Militar, à esquerda[28]. A presença das damas, no caso de D. Maria II, deveu-se ao facto de a soberana ser mulher, enquanto a presença posterior da casa militar decorreu do processo de militarização das cortes europeias, nas quais os militares desempenharam um papel privilegiado nas cerimónias régias[29].

O reinado de D. Luís inaugurou outra novidade, nomeadamente o local onde foi erigida a câmara ardente. Até então, era escolhida uma sala do Paço onde o soberano morrera, sendo decorada para o efeito de púrpura (D. Maria II e D. Pedro V). Em contrapartida, embora as cerimónias de D. Pedro IV tenham sido realizadas apenas com honras militares, o seu velório deu-se na sala do trono. D. Luís morrera no Palácio da Cidadela de Cascais, tendo-se escolhido um local em Lisboa, que permitisse um cortejo fúnebre sem complicações. A opção pelo mosteiro dos Jerónimos não é explícita[30]. A imprensa especulou que o rei marinheiro repousava no templo consagrado às expedições portuguesas[31]. Com D. Carlos, o seu corpo foi velado no seu palácio de residência, mas em espaço sagrado, na capela do Paço, em vez de

[24] *Annuario Diplomático e Consular Portuguez*, 1889-1891, 1894-1896, 1898-1903, 1905-1909.
[25] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 126-130, 204-204v; liv. 1344, fol. 5-7; liv. 1345, 73-74v.
[26] ANTT. *Casa Real,* Mordomia-Mor, mç. 35, mct. 5.
[27] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 7-10.
[28] Na verdade, o corpo foi velado pelos alunos da Casa Pia, instituição alojada nos Jerónimos. SILVEIRA, FERNANDES, 2006: 264-268.
[29] MANSEL, 1988.
[30] PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1889: 2419.
[31] SILVEIRA, FERNANDES, 2006: 264-268.

uma sala de aparato, como anteriormente acontecia[32]. A mudança para o interior da Igreja encerra dois corolários. O primeiro, a sacralização do espaço, ao transferir-se do interior do paço para o templo. Em segundo, a realização do velório em espaço público. Embora a exposição do real corpo se mantivesse num espaço fechado, passou a ser público, podendo ser visitado por quem o desejasse. O corpo do rei deixava de estar confinado a um espaço a que apenas alguns sectores sociais privilegiados podiam aceder, abrindo-se a possibilidade para que, sobretudo as classes populares, tivessem acesso directo ao rei.

Num dos dias da exposição do corpo, procedia-se ao cerimonial de beija-mão do cadáver, símbolo medieval ibérico do juramento e a celebração do contrato de fidelidade e vassalagem prestados ao Rei[33]. O ritual esteve ausente nas cerimónias fúnebres de D. José e a partir de D. Pedro V[34], que o abolira no seu casamento, substituindo-o pela apresentação de cumprimentos, muito embora se tenha verificado nas cerimónias fúnebres de D. Estefânia[35]. Perdia-se um dos principais símbolos de união e fidelidade que ligavam Rei e súbditos, ainda que desses, só um grupo restrito participasse das cerimónias.

Durante o embalsamento do corpo, eram retiradas as suas vísceras e levadas de forma cerimonial por um coche da Casa Real até S. Vicente. Daí, eram recolhidas pelos clérigos beneficiados desta Igreja, que as sepultavam. Este ritual ocorreu até D. Pedro IV, não havendo qualquer referência posterior[36]. Uma vez que os corpos dos reis continuaram a ser embalsamados, é provável que o sepultamento das vísceras tenha deixado de ser um acto ritualizado e, por isso, de ser documentado, logo com D. Maria II, quando os escrivães ainda anotavam todos os procedimentos rituais.

Por fim, ocorria a detalhada e ritualizada cerimónia do lançamento de água benta ao cadáver por parte da família real. Este ritual desenrolou-se até D. Pedro V inclusive, deixando de estar mencionada nas cerimónias de D. Luís e D. Carlos[37]. Os membros da família real, ou pelo menos o monarca sucessor, acompanhados do pessoal ao seu serviço, entravam na câmara ardente, faziam uma reverência *omnia plena* composta de 3 vénias ao altar e ao cadáver: primeiro à entrada, depois quando se aproximavam do corpo e por fim para o altar, ajoelhando para orar. Findas as orações, levantavam-se e lançavam a água benta para a urna, efectuando nova cortesia. O aspersório era apresentado pelo mordomo-mor. Em seguida, o caixão era

[32] PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1908: Suplemento.
[33] SILVÉRIO, 1999: 181.
[34] No caso de D. Maria II, o beija-mão foi antecipado, pela rápida decomposição do corpo da rainha. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 136; liv. 1344, fol. 5.
[35] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1345, fol. 68.
[36] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 171; liv. 1341, fol. 129v, 197v.
[37] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 166; liv. 1342, fol. 105, 201; liv. 1344, fol. 27; liv. 1345, fol. 78. A aspersão de água benta no real cadáver não é mencionada nas cerimónias de D. João VI.

levantado pelos oficiais-mores da Casa Real e encaminhado para o coche. Após a saída do féretro, a família real retirava-se, acompanhada do seu pessoal de serviço. Por ocasião do lançamento de água benta ao cadáver de D. Pedro IV, refere-se que a rainha seria iluminada por vela transportada por um moço fidalgo, no percurso de regresso à sua Câmara[38]. Toda esta cerimónia era assistida pelo gentil-homem de serviço — ou dama camarista no caso da rainha D. Maria II — com um castiçal e vela acesa, realçando novamente a importância dos oficiais da Câmara Régia nas cerimónias fúnebres, decorrentes da sua função de cuidar do corpo do monarca.

4. O CORTEJO FÚNEBRE

Seguia-se o cortejo fúnebre, que unia os espaços onde a cerimónia era encenada: iniciava-se na câmara ardente do palácio, passando pela rua até ao depósito do cadáver na igreja, em S. Vicente de Fora. Era um dos pontos altos da cerimónia, por ser a última saída pública do monarca, uma encenação pública do poder, na qual os vários actores sociais tomavam parte, demonstrando fidelidade e obediência e exibiam o seu estatuto e privilégio[39]. Era o momento de tornar público aquilo que até então era privado e da esfera familiar — em sentido alargado — materializando o momento transitório entre a vida e a morte[40]. Era o único momento presenciado por todos os grupos sociais, sobretudo pelos escalões mais baixos. Muito embora não lhes fosse concedida uma participação cerimonial activa, possibilitava-se a partilha de consternação geral[41].

O percurso variou ao longo do tempo, reflectindo os distintos locais de partida: Bemposta, Queluz, Necessidades, Belém. Pesem embora estas diferenças, a partir de D. João VI passou sempre pela praça do Comércio, a principal praça de Lisboa[42], e que já havia sido o lugar da aclamação de D. Maria I[43]. Seis porteiros de cana, de capa e volta, a cavalo, com as suas insígnias, as varas, abriam o cortejo. A partir do de D. Maria II, os porteiros mantêm-se, sem referência às suas insígnias, e acompanhados por uma força militar de cavalaria, que se faz notar paulatinamente nestas cerimónias. Depois surgiam os dois Corregedores da Casa e do Crime, até D. João VI. A ausência posterior destes procuradores judiciais indicia a reforma judicial liberal que os eclipsou. Seguiam-se, até ao cortejo de D Pedro IV, os titulares, posicionados do lado direito; os oficiais da Casa Real, à esquerda. Ao centro encontravam-se os oficiais da Casa Real que levam insígnias, os quais deteriam funções efectivas[44].

[38] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 202v.
[39] LOURENÇO, 2003: 586.
[40] ARAÚJO, 1997: 225-226.
[41] GÓMEZ REQUEJO, 2014: 263.
[42] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 130, 200; liv. 1344, fol. 15-20; liv. 1345, fol. 68-73.
[43] ANTT. *Códices e documentos de proveniência desconhecida*, n.º 180, fol. 1.
[44] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 130, 200; liv. 1344, fol. 15-20; liv. 1345, fol. 68-73.

A inovação surgiu no cortejo de D. Maria II, mantendo-se nos seguintes. Após a cavalaria e porteiros de cana, integravam-no as corporações e pessoas particulares que o desejassem, devendo juntar-se no Terreiro do Paço. Esta incorporação sucedeu também, por exemplo, nos cortejos de casamento de D. Pedro V e D. Luís[45]. No caso daquele cortejo fúnebre, a única corporação foi a do Corpo de Comércio, tendo aumentado o número de associações nos cortejos seguintes[46]. Esta presença assume grande significado, como foi demonstrado, pela emergência dos grandes negociantes no governo da cidade e no cerimonial régio, abrindo as fileiras da participação activa a outros grupos sociais, a quem estava até então vedado o acesso[47].

Na posição seguinte estavam os presidentes e membros dos tribunais e da Câmara Municipal de Lisboa. No cortejo de D. Pedro V, a municipalidade precedia o poder judicial. Seguiam-se os conselheiros e, no daquele rei, o governador civil. Só depois vinha a Corte e, a partir de D. Luís, os príncipes estrangeiros. É nesta altura que as cerimónias fúnebres adquirem uma componente diplomática e internacional mais profunda que a mera presença do corpo diplomático acreditado em Lisboa, como até então acontecia. Esta circunstância foi favorecida pelo desenvolvimento dos meios de transporte, em particular o comboio, permitindo a chegada de representantes estrangeiros em tempo útil. Nas cerimónias fúnebres de D. Luís, assistiram os duques de Montpensier, Edimburgo, Aosta e príncipe Guilherme de Hohenzollern[48]. Nas de D. Carlos, o número de representantes aumentou, estando presentes o infante de Espanha e duque de Cádis Fernando da Baviera e de Bourbon; o príncipe Arthur de Connaught; João de Orleães, duque de Guise; o infante de Espanha D. Carlos de Bourbon e o repetente príncipe Guilherme de Hohenzollern. Outras cortes marcaram presença através dos seus enviados extraordinários, nomeadamente do principado do Mónaco, dos reinos da Dinamarca, Itália e Saxe, e dos impérios da Alemanha e Áustria[49].

O lugar seguinte era ocupado pelo corpo político: os conselheiros, ministros e secretários de Estado. A partir do cortejo de D. Luís eram precedidos pela deputação dos Pares do Reino, que, pela primeira vez, integraram o cortejo. Embora já estivessem presentes na cerimónia desde a de D. Maria II, tanto pares como deputados apenas tinham assento em tribuna própria no interior da Igreja de S. Vicente de Fora.

[45] Nestes dois casos, a designação é apenas de corporações. PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1858: 581-582; PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1862: 2413-2414.
[46] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 15-20; liv. 1345, fol. 68-73; PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1889: 2419; PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1908: Suplemento.
[47] SILVEIRA, FERNANDES, 2006: 264-268.
[48] Eram todos familiares da família real portuguesa. António de Orleães, duque de Montpensier, era avô de D. Amélia; o de Edimburgo, Alfredo Ernesto, primo do rei D. Fernando; o de Aosta, Amadeu de Sabóia, irmão da Rainha D. Maria Pia, o único acompanhado pela mulher, a princesa Letícia Bonaparte. O príncipe Guilherme era filho de D. Antónia, irmã de D. Luís. *Funerais de El-Rei D. Luiz*, 1889: 1-2.
[49] *Os Representantes estrangeiros*, 1908: 2.

Constata-se assim uma presença mais significativa do poder legislativo, adquirindo um estatuto simbólico que lhe permite participar activamente nas cerimónias da monarquia e no espaço público, não se restringindo à sua assistência.

Até às exéquias de D. Pedro IV, sessenta clérigos da Igreja Patriarcal precediam os coches da Casa Real, em cavalos cedidos por esta instituição. Os primeiros coches eram ocupados pelo mordomo-mor e reposteiro-mor. Todavia, a partir de D. Maria II, o préstito era iniciado pelo porteiro da Real Câmara e os moços do guarda-roupa, seguidos dos gentis-homens da Câmara e ajudantes-de-campo, tanto do monarca falecido como os do sucessor. Só depois surgia o mordomo-mor, com a sua insígnia e as chaves do caixão, o reposteiro-mor e o porteiro-mor[50]. Com D. Luís e D. Carlos somava-se-lhes o mestre-sala. A excepção ocorre com D. Pedro V, não sendo referido o pessoal da Câmara nem particularizados os ofícios-mores da Casa Real. Apesar deste interregno, verifica-se uma valorização dos ofícios da Câmara Régia a partir de D. Maria I. Embora não ultrapassando a importância dos oficiais-mores, mais próximos do real cadáver, os ofícios da Câmara passam a incorporar o cortejo, destacando-se aos olhos da sociedade. Ainda que perdessem terreno nas funções e rituais dentro do espaço privado da câmara do rei, adquirem maior poder simbólico, por serem catapultados para o espaço público.

A incorporação do porteiro-mor e do mestre-sala no cortejo pode ser explicada de duas formas. As funções do porteiro nos rituais fúnebres de D. Maria II foram as de direcção do cerimonial de corte durante a missa pontifical e a indicação do lugar que competia a cada indivíduo. Nesta ocasião a missa foi celebrada pela primeira vez em S. Vicente de Fora, sendo natural que o oficial integrasse o cortejo. Este ofício, tal como outros ofícios-mores, tinha sofrido um esvaziamento crescente das suas funções efectivas desde os finais da época moderna, mantendo importância simbólica nas cerimónias régias[51]. A inclusão do mestre-sala no préstito poder-se-á prender com a importância que este ofício começou a deter no final do século. Quando fora criado, no reinado de D. João I, era responsável pelo serviço de mesa e pelo bom ordenamento da assistência durante as refeições públicas reais, tendo adquirido funções a nível de protocolo e etiqueta, na organização de cerimónias e jantares oficiais[52]. No reinado de D. Carlos era já considerado um dos 6 grandes cargos da corte, a par dos mordomos-mores do rei e da rainha, estribeiro-mor, capitão da guarda e chefe da casa militar[53]. As suas funções nas cerimónias fúnebres parecem aproximar-se às do porteiro-mor, nomeadamente no que diz respeito à direcção do cerimonial de

[50] O mordomo-mor tinha como função ser a principal testemunha da entrega do cadáver régio e o responsável pela entrega das chaves do caixão. O reposteiro-mor era o responsável por retirar e colocar o pano que cobria o ataúde.
[51] MACHUQUEIRO, 2013: 84-85.
[52] SANTOS, 2002: 49; SENOS, 2000: 140.
[53] GERSCHEY, 1905.

corte. Esta suposição assenta no facto de, nas cerimónias fúnebres da imperatriz do Brasil, Teresa de Bourbon-Duas-Sicílias, falecida durante o exílio no Porto, não se ter nomeado porteiro-mor, mas um mestre-sala, cuja escolha recaiu no conde das Alcáçovas, para «superintender todos os actos do […] funeral, provendo de modo que julgar conveniente para a sua maior regularidade»[54].

A partir do cortejo fúnebre de D. Pedro V, após os oficiais, seguia-se o coche da Coroa, transportada por um oficial da Casa Real não especificado; o coche de respeito, transportando as coroas florais e representando a dupla e derradeira saída pública do monarca[55], e, por último, os eclesiásticos designados. Desconhecemos se estes corresponderiam aos sessenta clérigos da patriarcal mencionados anteriormente. Só depois surgia o coche com o ataúde, invertendo o que acontecera no cortejo de D. Maria II, no qual o real cadáver precedia, por esta ordem, o coche de respeito, o da coroa e os eclesiásticos[56]. Embora nas cerimónias de D. Pedro IV o coche da Coroa não fosse mencionado no programa do cortejo, expediram-se ofícios para a requisição de um coche para a coroa e nomeação de um criado para a acompanhar[57].

O coche transportando o cadáver era acompanhado, desde D. José, por 6 moços da Câmara a pé[58] de cada lado, com tochas acesas, descobertos. Do lado de fora, encontravam-se 24 moços de estribeira[59], também a pé e descobertos, entre duas alas de soldados da Guarda Real. Este coche e o de respeito iam armados em camarim, de tecidos ricos, nomeadamente veludo preto e franjas de ouro, a partir de D. Maria II[60]. O estribeiro-mor a cavalo acompanhava a última roda do coche e o capitão da Guarda Real dos Archeiros, atrás daquele e na direcção da outra roda do coche.

Habitualmente, o cortejo prosseguia com os soldados da Guarda Real. Contudo, a partir do préstito de D. Maria II, foram designados também os oficiais generais e o Estado-Maior do Comando-em-Chefe do Exército, designado por Casa Militar com D. Luís e D. Carlos. Fechava o cortejo uma força ou brigada de cavalaria. A infantaria disposta ao longo do percurso deveria, para além das descargas do estilo, incorporar o cortejo à medida que este passasse.

Como se depreende, a sociedade civil, a elite política e as forças militares participaram de forma activa no cortejo, primeiro com incorporação das corporações civis e elementos militares nas cerimónias fúnebres de D. Maria II e com a da deputação

[54] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 901, fol. 74v.
[55] LOURENÇO, 2003: 586.
[56] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 15-20.
[57] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 198v e 206v.
[58] Número referido nas cerimónias de D. Maria. II. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 15-20.
[59] Número designado apenas para D. Pedro IV. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 206v.
[60] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 15-20; liv. 1345, fol. 68-73. PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1889: 2419; PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino, 1908: Suplemento.

de pares a partir das de D. Luís. Ainda que a elite política precedesse a corte, o maior destaque era dado aos membros da Casa Real, que precedia o coche da Coroa.

À chegada a S. Vicente, os oficiais designados para pegar nas argolas do caixão retiravam o ataúde e colocavam-no numa essa à entrada do templo. Então, os membros escolhidos da irmandade da Santa Casa da Misericórdia[61] pegavam no ataúde, transportando-o desde o adro até à primeira essa colocada no centro da Igreja. Aí, a colegiada da mesma irmandade cantava os responsórios da sua competência, findos os quais os oficiais-mores pegavam no ataúde e colocavam-no na essa no centro da quadratura patriarcal, dando-se início aos ofícios fúnebres. Até D. Maria II, a missa pontifical era oficiada na sala da câmara ardente do Palácio e a partir de então passou a fazer-se em S. Vicente, pois as dimensões reduzidas do paço das Necessidades não o permitiam. A missa pontifical de D. Luís, na qual se executou uma composição de autoria portuguesa[62], foi criticada pela imprensa, nomeadamente a decoração que, apesar de opulenta, «era muito vista. Nem uma ideia nova». O jornalista sugeria que em seu lugar deveriam existir referências à tradição marítima de Portugal, cujo rei teria honrado[63]. Insinuava, por isso, a necessidade da presença de símbolos condignos de um rei constitucional, que exprimissem o seu carisma pessoal[64].

Por último, efectuava-se o depósito do corpo, lavrando-se um auto de juramento e entrega do dito pelo mordomo-mor, que atestava tê-lo reconhecido e acompanhado desde o encerramento da urna até àquele momento. O auto era assinado por si e pelos oficiais que haviam pegado nas argolas do caixão. Das duas cópias efectuadas, uma ficava em poder do patriarca, bem como uma das chaves. As outras chaves e respectivo auto eram remetidos ao Arquivo da Torre do Tombo.

5. AS CERIMÓNIAS POSTERIORES: A QUEBRA DOS ESCUDOS E BEIJA-MÃOS DE PÊSAMES

Após o enterro, sucediam-se outras cerimónias, umas a cargo da administração periférica, nomeadamente das vereações, e outras da responsabilidade da Casa Real. As primeiras eram claramente públicas, desenrolando-se inclusive no espaço público; as segundas tinham um carácter mais restrito, circunscrevendo-se à corte.

Desde a morte de D. Mariana de Áustria que a Câmara Municipal de Lisboa mandava afixar um bando anunciando a morte do monarca, o que se deixou de verificar a partir de D. João VI, ainda que se tenha colocado essa hipótese nos pre-

[61] O enterro dos defuntos era considerado uma obra de misericórdia, tendo a Santa Casa da Misericórdia, desde a sua fundação, tido como principal missão o acompanhamento fúnebre. ARAÚJO, 2007: 5.
[62] Executou-se a missa de Mozart, os ofícios de David Perez, e o *Libera Me*, de Gazul, podendo tratar-se de Francisco Freitas Gazul (1842-1925) ou de Alfredo Gazul (1844-1908). *Em S. Vicente*, 1889: 246.
[63] *Funerais de El-Rei D. Luiz*, 1889: 1.
[64] SILVA, SEIXAS, 2020: 43.

parativos das cerimónias de D. Pedro IV[65]. Outra obrigação da Câmara Municipal de Lisboa, comum a outras câmaras do reino, era a da quebra dos escudos. Para isso, em Lisboa e para a morte de D. Maria II e D. Pedro V — a última verificada —, armaram-se três estrados em três praças centrais: Praça do Comércio, D. Pedro IV e Santo António da Sé. Em cada uma delas, os administradores dos bairros da Sé, Alfama e Bairro Alto, depois de pronunciar «Chorae portugueses que é morta a vossa Rainha a Senhora Dona Maria II» ou «o vosso Rei o Sr. D. Pedro V», partiam os escudos. A cerimónia iniciava-se no Terreiro do Paço, de onde partia o cortejo, precedido por um piquete de cavalaria com as armas em funeral e por duas bandas de música militares, que tocavam composições fúnebres. Seguia-se um vereador da Câmara empunhando a bandeira fúnebre, os administradores dos bairros, três juízes de polícia correccional, a Câmara Municipal com respectivo síndico, com capas, chapéus desabados e fumos caídos, empunhando varas pretas; o guarda-mor e contínuos com capas pretas e os empregados da secretaria, e finalmente os cidadãos que quisessem tomar parte, em duas alas, dentro das quais guardando as precedências os magistrados e municipalidade. Um esquadrão de cavalaria fechava o cortejo. No final era celebrada uma função religiosa, na Igreja de Santo António, por alma do monarca defunto[66]. Curiosamente, por altura da morte de D. Luís, alguma imprensa noticiava a possibilidade de a quebra dos escudos voltar a repetir-se[67]. Durante a Idade Moderna, o alferes-mor da Casa Real participava na cerimónia da quebra dos escudos em Lisboa, encabeçando o cortejo a cavalo e levando uma bandeira negra ao ombro. No local da cerimónia, ficava em pé, do lado esquerdo do príncipe, com a bandeira enrolada[68]. Todavia, na quebra dos escudos por D. Maria II e D. Pedro, quem desempenhou essas funções foi um vereador. Na quebra dos escudos realizada noutras cidades, era o procurador mais antigo quem a efectuava[69].

A desvinculação da administração periférica, em particular o poder autárquico, destas cerimónias régias fúnebres, quer no caso do bando, quer no da quebra dos escudos, poderá ser entendida como um fortalecimento do poder central, ficando a primazia das cerimónias de consternação pela morte do monarca restrita à capital. Porém, mais do que demonstrar alguma debilidade dos municípios, arredados destas celebrações, terá tido como resultado a inexistência da partilha de consternação geral — diria mesmo nacional — em torno da morte da figura régia.

Alguns dias após o enterro, a corte era convocada para o beija-mão de pêsames no Palácio Real, habitualmente o da Ajuda. A excepção foi no beija-mão após

[65] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1341, fol. 171; liv. 1342, fol. 77, 207, 217.
[66] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 65-70; liv. 1345, fol. 111v-114.
[67] *El-Rei D. Luiz em Cascaes*, 1889: 1.
[68] GRINÉ, 1997: 17.
[69] *Relação do modo como na Cidade de Coimbra se fez a cerimónia da quebra dos escudos*, [1816].

a morte de D. Maria II, verificado nas Necessidades. Esta cerimónia passou a ser designada por cumprimentos de pêsames por ocasião da morte daquela rainha, não havendo referência desta cerimónia para D. José ou D. João VI. Além da corte, eram convidadas algumas instituições que apresentavam os seus cumprimentos ao novo monarca. O número destas instituições aumentou de cerimónia para cerimónia. Na de D. Pedro IV foram expedidos avisos para as duas câmaras legislativas, Câmara Municipal de Lisboa, Colégio dos Nobres, Academia Real das Ciências e Terreiro Público[70], tendo o número de instituições aumentado consideravelmente posteriormente, logo na cerimónia seguinte[71].

Para além deste aumento, salienta-se outra inovação, nomeadamente nas cerimónias de D. Luís. Para além dos cumprimentos habituais recebidos pelo novo monarca, a rainha Maria Pia recebeu particularmente também os cumprimentos das senhoras que eram habitualmente recebidas por si — as suas damas efectivas e honorárias, mulheres de oficiais-mores e embaixatrizes[72]. Saliente-se, no entanto, que pela primeira vez houve uma rainha consorte viúva, depois da instauração da monarquia constitucional. No caso de D. Carlos, não houve cerimónia de cumprimentos, mas sim audiência particular no Paço das Necessidades, repartida por dois dias. Recebidos por D. Manuel e D. Amélia, admitiam-se todas as pessoas, homens e mulheres já anteriormente apresentadas à rainha[73], o que significava um alargamento social face à audiência particular dada por D. Maria Pia, o que pode encontrar explicação tanto na forma como D. Carlos morrera como na conjuntura envolvente. Estaria a Coroa à procura de apoio perante as romarias republicanas às campas dos regicidas?

6. EXÉQUIAS ANUAIS

Outro conjunto de cerimónias ocorria anualmente: as exéquias pela morte do rei antecessor, tendo um carácter predominantemente espiritual, pois consistiam na celebração de um ofício por alma do rei defunto e um importante meio de propaganda política[74]. Tinham lugar, numa primeira fase e até 1870, na Igreja de S. Vicente de Fora, e depois na Sé. A cerimónia compreendia uma missa cantada, erguendo-se um catafalco no transepto da Igreja, decorado com símbolos fúnebres e régios: um pano

[70] ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1342, fol. 211-211v.

[71] Academia Real de Ciências de Lisboa, administração da capela S. João Baptista, administração-geral da Imprensa Nacional, Biblioteca Nacional de Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, Comissão dos Estudos em Lisboa, Comissão Geral de Instrução Primária pelo Método Português, Conselho Geral de Beneficência, Conselho de Saúde Pública do Reino, Enfermaria-Mor do Hospital Real de S. José, Escola Médico-Cirúrgica de Lisboa, Real Arquivo da Torre do Tombo, Inspecção-Geral dos Teatros e Espectáculos Públicos do Reino, Junta do Depósito Público de Lisboa e Provedoria da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. ANTT. *Ministério do Reino*, liv. 1344, fol. 55.

[72] PORTUGAL. *Ministério dos Negócios do Reino*, 1889: 2657.

[73] PORTUGAL. *Mordomia-Mor da Casa Real*, 1908: 597.

[74] As exéquias reais foram introduzidas na monarquia hispana com a Casa de Áustria, sendo incorporadas em outras cortes europeias. ALLO MANERO, ESTEBAN LORENTE, 2004: 41.

bordado a ouro e franjado a prata, encimado pela coroa imperial, envolta em crepes e rodeada por serpentinas e tocheiros. Nesta ocasião, era realizada uma salva de tiros pelos barcos ancorados no Tejo, cuja bandeira era ostentada a meia-haste, e pelas duas baterias de campanha localizadas na Praça do Comércio. A família real assistia à cerimónia, acompanhada dos membros das casas real e militar, ministério, corpo diplomático, autoridades administrativas, contingentes militares e individualidades religiosas. Como em outras festividades religiosas, as camadas populares podiam estar presentes no interior do templo[75]. Ainda que se limitassem a assistir à cerimónia, não lhes era vedado o acesso, como nas cerimónias que tinham lugar no interior do Paço.

Duas inovações se podem constatar nesta cerimónia. A primeira diz respeito à autoria da missa de *Requiem*, executada pela orquestra da Sé e pela música da Real Câmara. Até 1898, os compositores eram estrangeiros. Nessa data, o compositor e mestre de capela português Augusto José de Carvalho foi incumbido da composição de uma missa de exéquias (missa e *Libera Me*), tendo sido habitualmente interpretada desde então. Foi uma das raras iniciativas da Coroa que alterou parte do cerimonial régio, embora contrastando com outros exemplos europeus, como o caso inglês, que apresentava uma maior diversidade de transformações, e não exclusivamente musicais[76]. A outra novidade foi introduzida após a morte de D. Maria II, por intervenção do regente D. Fernando, em 1854. Habitualmente, as exéquias anuais por alma do soberano precedente deixavam de ser celebradas. D. Fernando ordena, como seria de esperar, a celebração anual do óbito de D. Maria II, com o mesmo aparato com que era assinalado o do Duque de Bragança. Porém, determina a continuidade dos festejos anuais em memória do dador da Carta Constitucional. Intencional ou não, a manutenção da cerimónia das exéquias pela alma do fundador do regime constitucional assumia-se como um festejo político, na construção do culto cívico a um *grande homem* e do engrandecimento da memória liberal, a par de outras festividades liberais: o aniversário da Carta Constitucional, da sua outorga, ou o desembarque das tropas liberais no Mindelo. Embora durante o século XVIII já existisse a ideia de culto cívico dos mortos e de um panteão de heróis que lutaram pelo bem comum, os regimes liberais apropriaram-se destas memórias com objectivo pedagógico dos seus ideais políticos[77].

A manutenção do culto a D. Pedro IV decidida por D. Fernando pode ser entendida como uma forma de homenagear a falecida mulher, ao manter viva a memória de seu pai. Contudo, a análise de outras acções de D. Fernando, nomeadamente a constituição do jazigo real em S. Vicente de Fora, entre 1853 e 1856, oferecendo maior dignidade ao panteão da dinastia de Bragança, é demonstrativa do

[75] MACHUQUEIRO, 2013: 304.
[76] MACHUQUEIRO, 2013: 305-306.
[77] CATROGA, 1990: 445.

seu esforço de construção da memória colectiva em redor da monarquia, através da dignificação da dinastia e do fundador do regime constitucional. Nesta mesma óptica poderá ser entendida a alteração do lugar das cerimónias de exéquias anuais, tanto as de D. Pedro IV como dos sucessivos reis. A partir de 1870, em pleno reinado de D. Luís, a realização destas cerimónias passa de S. Vicente para a Sé. Ao afastar a celebração do panteão régio, na sua dupla componente fúnebre e monárquica, para um local aparentemente mais neutro, poderá indiciar uma tentativa de despertar na opinião pública o sentimento nacional em torno da figura de D. Pedro IV e também dos monarcas falecidos, não como heróis monárquicos, mas como heróis da nação. Efectivamente, embora mantendo a relação entre poder régio e poder divino, rompia-se o tradicional laço privilegiado entre a comunidade monástica, onde se situava a sepultura régia e a monarquia[78], abrindo espaço a uma possível comunhão nacional.

Todavia, desde a década de 60 do século XIX, o culto a D. Pedro IV esmorecia, nomeadamente as exéquias e o ímpeto da construção de estátuas públicas em sua honra. As exéquias mantiveram algumas características de Antigo Regime. Eram administradas por uma irmandade religiosa, limitada aos familiares e aos militares sobreviventes das lutas liberais, limitando a promoção do interesse público[79]. A sua componente religiosa contrastava com os momentos nacionais e cívicos que marcavam as comemorações dos centenários das grandes figuras nacionais verificadas entre 1880 e 1900[80]. Além disso, estas cerimónias sofreram igualmente o crescente desinteresse e consequente afastamento dos habituais grupos de apoio convidados para as mesmas, contribuindo para a perda do aparato que uma maior concorrência daria. A última comemoração destas exéquias antes do regicídio de 1908 foi sintomática, tendo o jornal afecto ao Partido Progressista «Novidades» publicado a este propósito uma ilustração representando a defunta Carta Constitucional jazendo numa urna funerária. Além da crítica à actuação da figura régia, evidenciava a inexistência de um sentimento nacionalista em torno desta e dos valores constitucionais que a Carta trouxera[81].

7. CONCLUSÕES

À semelhança do que acontecera nas cerimónias régias ao longo da monarquia constitucional, assiste-se ao alargamento do tecido social nas cerimónias fúnebres, em particular do poder político e militar, sobretudo no cortejo, o ponto alto da cerimónia pública. Contudo, ainda que estes dois poderes concorram directamente com a

[78] BUESCU, 2011: 9-33.
[79] CATROGA, 1999: 177-185.
[80] Camões (1880), Marquês de Pombal (1882), Infante D. Henrique (1894), Santo António (1895), descoberta do caminho marítimo para a Índia (1898) e chegada ao Brasil (1900).
[81] MACHUQUEIRO, 2013: 304-305.

corte, o estatuto e precedência dos oficiais da Casa Real mantêm-se intocáveis, sendo o poder simbólico o último reduto de poder que este grupo ainda detinha. A incorporação nesse cortejo das corporações e pessoas particulares, a partir das cerimónias de D. Maria II, foi singular, coadunando-se com os ideias liberais da monarquia constitucional. Alguns rituais caíram em desuso, nomeadamente o enterramento ritual dos intestinos; a proclamação do Bando pela Câmara Municipal, logo com D. João VI; o lançamento de água benta ao cadáver e a quebra dos escudos, a partir das cerimónias de D. Luís. Perdiam-se dois actos privados, de cariz religioso: o enterro das vísceras por parte dos religiosos de S. Vicente e o lançamento da água benta pelos membros da família real, mas também dois actos em que a administração periférica tomava parte de modo activo. Desconhece-se se a ausência de menção destes rituais no programa oficial a partir das cerimónias fúnebres de D. Luís significa a sua não realização. Mesmo tratando-se apenas da ausência de registo, esta pode ser entendida como a desvalorização ritual e, consequentemente, perda do seu significado simbólico. Se assim for, poderá relacionar-se com a paulatina penetração dos valores burgueses da família e da noção de privado. Para além da simplificação da etiqueta, isto explicaria o facto de, com D. Luís, e de forma mais vincada com D. Carlos, a cerimónia oficial de transmissão de pêsames se transformar em audiência particular, sobretudo no ambiente peculiar de oposição republicana e apoio aos regicidas. Uma das continuidades é a manutenção da importância e do simbolismo do pessoal da câmara do rei, seja dos gentis-homens, seja da dama camarista, em especial da de serviço. Era dado a estes oficiais um lugar de destaque, quer no tratamento do cadáver, quer no seu acompanhamento, decorrente das funções que em vida deviam ao mesmo corpo. Com D. Luís, quando os camaristas deixam de ser referidos no acto de embalsamamento e da realização do cortejo de acompanhamento do cadáver da câmara para a câmara ardente e se deixa de realizar o lançamento da água benta, estes oficiais passam a figurar no cortejo público. Por outras palavras, há uma transferência do seu poder simbólico do poder privado, encerrado nas portas do palácio e confinado aos olhares da corte, para o espaço público, onde passam a ser visíveis aos olhares de todos, independentemente do seu estatuto social. O mesmo acontecia com outros oficiais da câmara, como os guarda-roupas e o porteiro da Real Câmara, cujas funções se resumem a funções simbólicas, fenómeno transversal a outros ofícios desde finais da Idade Moderna. Algo semelhante ocorria com os ofícios-mores de porteiro-mor e mestre-sala. Neste último caso, houve uma valorização das suas funções no final da monarquia constitucional, ao se tornar um dos grandes cargos da corte e com relevo nas cerimónias fúnebres. Assinalam-se outras alterações com D. Luís, nomeadamente a transição da câmara ardente do espaço fechado e privilegiado do Paço régio para um espaço igualmente fechado, mas aberto a todos, o das igrejas. No entanto, apesar desta abertura teórica que permitiu envolvimento da

comunidade na cerimónia, através da sua assistência, pode ter sido entendido como um alinhamento com as instituições católicas que o anticlericalismo republicano criticava abertamente. Finalmente, é de salientar igualmente a tentativa, consciente ou não, por parte de D. Fernando, em agregar em torno da memória do dador da Carta Constitucional os sentimentos nacionais, primeiro com a reforma do panteão da dinastia a que pertencia em S. Vicente de Fora e depois com a continuação das exéquias de D. Pedro IV, contrariando a tradição de as terminar após a morte do seu sucessor. A passagem das exéquias de S. Vicente de Fora para a Sé Patriarcal, já no reinado de D. Luís, pode também ser entendida como um esforço de tornar estas celebrações não apenas como dinásticas, mas à escala nacional. Ainda assim, tal como acontecera com outras cerimónias de exaltação do liberalismo e da própria Carta Constitucional, lentamente agonizaram, pela fraca concorrência, não apenas da própria família real e corte, como de diversos quadrantes da sociedade. As exéquias régias agonizavam com o próprio regime monárquico.

FONTES MANUSCRITAS

Arquivo Nacional da Torre do Tombo

ANTT. *Casa Real,* Mordomia-Mor, maço 35, macete 5.

ANTT. *Códices e documentos de proveniência desconhecida,* n.º 180, fol. 1. *Auto do levantamento e juramento que os grandes títulos seculares, eclesiásticos e mais pessoas que se acharam presentes fizeram à muito alta, muito poderosa rainha fidelíssima a Senhora D. Maria I* […].

ANTT. *Ministério do Reino,* Registo de ordens sobre diversos funerais régios, 1754/1910, liv. 901, fol. 69-93.

ANTT. *Ministério do Reino,* Registo de ordens sobre diversos funerais régios, 1754/1910, liv. 1341, fol. 126-197v.

ANTT. *Ministério do Reino,* Registo de ordens sobre diversos funerais régios, 1754/1910, liv. 1342, fol. 77-217.

ANTT. *Ministério do Reino,* Registo de ordens sobre diversos funerais régios, 1754/1910, liv. 1344, fol. 5-70.

ANTT. *Ministério do Reino,* Registo de ordens sobre diversos funerais régios, 1754/1910, liv. 1345, 73-114.

GERSCHEY, Augusto (1905). *[Carta] 1905 Out. 8, [a] Conde de Figueiró*. Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Lisboa, Portugal. *Casa Real*, Mordomia-Mor, liv. 43, fol. 52.

FONTES IMPRESSAS

ANNUARIO Diplomático e Consular Portuguez. Lisboa: Imprensa Nacional, 1889-1891, 1894-1896, 1898-1903, 1905-1909.

BRANDÃO, Francisco (1672). *Sexta parte da Monarchia lusitana que contem a historia dos últimos vinte & três anos del Rey Dom Dinis*. Lisboa: Oficinna de Joam da Costa.

COLLECÇÃO das leis, decretos, e alvarás, que comprehende o feliz reinado del rei fidelíssimo D. José o I Nosso senhor desde o ano de 1750 até o de 1760, e a Pragmatica do Senhor Rei D. João o V. do anno de 1749. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1797, tomo 1.

El-Rei D. Luiz em Cascaes. «Diario Illustrado». 18:5943 (21 Out. 1889) 1.

Em S. Vicente. «O Occidente: Revista Illustrada de Portugal e do Extrangeiro». XII:391 (1 Nov. 1889) 246.

Funerais de El-Rei D. Luiz. «Diario Illustrado». 18:5949 (27 Out. 1889) 1.

Os Representantes estrangeiros. «Diario Illustrado». 38:2459 (8 Fev. 1908) 2.

PORTUGAL, [Sem indicação] (1861). *Proclamação de 1861-11-11*. «Diário do Governo». 257 (1861-11-12) 2956.
PORTUGAL. [Sem indicação] (1853). *Proclamação de 1853-11-15*. «Diário do Governo». 270 (1853-11-16) 1555.
PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1858). *Programa de 1858-05-06*. «Diário do Governo». 107 (1858-05-07) 581-582.
PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1862). *Programa de 1862-09-29*. «Diário de Lisboa». 221 (1862-09-30) 2413-2414.
PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1889). *Aviso de 1889-11-20*. «Diário do Governo». 263 (1889-11-20) 2657.
PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1889). *Programa de 1889-10-21*. «Diário do Governo». 23 (1889-10-22) 2419.
PORTUGAL. Ministério dos Negócios do Reino (1908). *Programa de 1908-02-03*. «Diário do Governo». 26 (1908-02-03) Suplemento.
PORTUGAL. Mordomia-mor da Casa Real (1908). *Aviso de 1908-02-25*. «Diário do Governo». 45 (1908-02-25) 597.
PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (1889). *Proclamação de 1889-10-19*. «Diário do Governo». 238 (1889-10-21) 2411.
PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (1908). *Proclamação de 1908-02-01*. «Diário do Governo». 26 (1908-02-03) 373.
RELAÇÃO do modo como na Cidade de Coimbra se fez a cerimónia da quebra dos escudos. [Lisboa]: Imprensa Nacional, [1816].

BIBLIOGRAFIA

ALLO MANERO, M. Adelaida; ESTEBAN LORENTE, Juan F. (2004). *El estudio de las exequias reales de la monarquía hispana: siglos XVI, XVII y XVIII*. «Artigrama». 19, 39-94.
APOSTOLIDÈS, Jean-Marie (1981). *Le Roi-machine: Spectacle et politique au temps de Louis XIV*. Paris: Les Editions de minuit.
ARAÚJO, Ana C. (1997). *A Morte em Lisboa: Atitudes e representações: 1700-1830*. Lisboa: Editorial Notícias.
ARAÚJO, Maria M. (2007). *Rituais fúnebres nas misericórdias portuguesas de Setecentos*. «Fórum». 41, 5-22.
BLOCH, Marc (1961). *Les Rois thaumaturges*. Paris: Armand Colin.
BUESCU, Ana Isabel (2011). *A Morte do rei: Tumulização e cerimónias de trasladação dos reais corpos (1499-1582)*. «Ler História». 60, 9-33.
CATROGA, Fernando (1990). *O Culto cívico de D. Pedro IV e a construção da memória liberal*. «Revista de História das Ideias». 1, 445-470.
CATROGA, Fernando (1999). *O Céu da Memória: Cemitério romântico e culto cívico dos mortos*. Coimbra: Minerva.
CONNERTON, Paul (2009). *How Societies remember*. 17th ed. Cambridge: Cambridge University Press.
GIESEY, Ralph Giesey (1987). *Le Roi ne meurt jamais: Les obsèques royales dans la France de la Renaissance*. Paris: Flammarion.
GÓMEZ REQUEJO, María V. (2014). *Los Austrias y las ceremonias alrededor de la muerte del rey, ritual y simbología*, «Estudios Institucionales». 3:4, 251-266.
GRINÉ, Euclides dos Santos (1997). *A Construção da imagem pública do Rei e da família Real em tempo de luto (1649-1709)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Dissertação de mestrado.

KANTOROWICZ, Ernest (1957). *The King's two bodies A Study in Mediaeval Political Theology*. Princeton: Princeton University Press.

LA PARRA LÓPEZ, Emílio (2011). *La Imagen pública de los monarcas españoles en el siglo XIX*. In LA PARRA LÓPEZ, Emílio, *coord. La imagen del poder: Reyes y regentes en la España del siglo XIX*. Madrid: Editorial Síntesis.

LOPES, Ana (2017). *O Luto em Portugal: da Corte à Gente Comum (séculos XV-XVI)*. «Medievalista». 22 (Jul.-Dez.) 1-35.

LOPES, Ana M. (2016). *Confortando reis e rainhas: as cartas consolatórias entre a política e o luto (séculos XV-XVI)*. Braga: Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Dissertação de mestrado.

LOURENÇO, Maria P. (2003*). Morte e exéquias das rainhas de Portugal (1640-1754)*. In *Barroco: Actas do II Congresso Internacional*. Porto: Universidade do Porto, pp. 579-592.

MACHUQUEIRO, Pedro Urbano (2013). *«Nos bastidores de Corte». O Rei e a Casa Real na crise da monarquia 1889-1908*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

MANSEL, Philip (1988). *The Court of France, 1789-1830*. Cambridge: Cambridge University Press.

MATTOSO, José (1995). *O Poder e a Morte*. «Anuario de Estudios Medievales». 25:2, 395-427.

QUIJADA ÁLAMO, Diego (2013). *La Muerte del rey: Honras fúnebres reales en la ciudad de Palencia en el siglo XVIII*. «PITTM». 84, 137-163.

RODRÍGUEZ MOYA, Inmaculada (2012). *Ritual y representación de la muerte del rey en la monarquía hispánica*. «POTESTAS». 5, 155-191.

SAN NARCISO, David (2020). *La Niebla constitucional de la Corona: Las ceremonias políticas de la monarquía en el Estado nación español (1808-1868)*. «Historia y Política». 44, 219-249.

SANTOS, Maria José Azevedo (2002). *Jantar e Cear na Corte de D. João III*. Coimbra; Viseu: Centro de História da Sociedade e da Cultura; Palimage Editores.

SENOS, Nuno (2000). *O Paço da Ribeira, 1501-1582*. Lisboa: [s. n.].

SILVA, Isabel; SEIXAS, Miguel (2020). *Uncrowned kings: rituals and ritual objects in eighteenth—nineteenth century Portuguese royal acclamation ceremonies*. «European Review of History: Revue européenne d'histoire». 28:1, 28-49.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da; FERNANDES, Paulo Jorge (2006). *D. Luís*. Lisboa: Círculo de Leitores.

SILVÉRIO, Carla (1999). *Representações da realeza na cronística medieval portuguesa: A dinastia de Borgonha*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de mestrado.

«O CONJUNTO DUPLAMENTE MUSEU, PELO CONTINENTE E CONTEÚDO»: AFIRMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE EXPOSITIVA NO MUSEU MACHADO DE CASTRO (1931-1944)

DUARTE MANUEL FREITAS*

INTRODUÇÃO (INÍCIO DA VISITA)

O multifacetado artista e pedagogo António Augusto Gonçalves (1848-1932) alicerçou a fundação, no ano de 1911, do Museu Machado de Castro (MMC)[1] sob a ótica de uma museologia para educação e fomento das artes aplicadas à indústria — também designadas por artes industriais —, de acordo com a conjuntura internacional verificada a partir da exposição universal de Londres de 1851, sendo um espelho clarividente do seu pensamento político, patrimonial e educativo.

O surgimento de um novo regime político, com a implantação da Primeira República, constituiu-se numa oportunidade para reestruturação do panorama museológico português e, consequentemente, para a concretização das aspirações gonçalvinas de instituir os alicerces fundacionais de um novo museu conimbricense, cujo acervo procederia de instituições já estabelecidas — o Museu do Instituto de Coimbra e o Tesouro da Sé —, a que se juntou o espólio proveniente dos espaços religiosos desamortizados ou em vias de encerramento[2]. Assim, e de acordo com o estipulado em diploma legal, a missão do novo organismo passaria por «offerecer ao estudo publico collecções e exemplares de evolução da historia do trabalho nacional», sendo ainda «ampliado com uma secção de artefactos modernos, destinada à educação do gosto publico e à aprendizagem das classes operarias»[3].

Da teoria, instituída no diploma fundacional, à prática museológica estabelecida nas salas do museu, a distância foi deveras evidente. Se, na organização dos espaços expositivos — assentes inicialmente no antigo paço episcopal e nas salas do cabido da Sé Nova de Coimbra, passando destas últimas para a igreja de São João de Almedina, em 1923 — e na componente pedagógica instituída, o *leitmotiv* das artes industriais encontrava-se presente, conquanto em doses redutoras, a «força» (e qualidade) do

* Universidade Autónoma de Lisboa / CHSC-UC; CICH-UAL. Email: duartemanuelfreitas@gmail.com. Duarte Manuel Roque de Freitas (Prémio 2015).

[1] Com o Decreto-Lei n.º 46758, de 18-12-1965, registou-se a alteração do estatuto e da nomenclatura do referido espaço museológico, obtendo, deste modo, a designação, ainda atual, de Museu Nacional de Machado de Castro.

[2] FREITAS, 2016: 67-87.

[3] PORTUGAL. Ministério do Interior, 1911.

acervo exposto, com particular destaque para as coleções de escultura gótica e da renascença coimbrã, sobrepôs-se, paulatinamente, à missão inicial, afirmando-se, sobretudo, como um espaço museológico onde as Belas Artes imperaram[4].

A 24 de novembro de 1929, António Augusto Gonçalves terminou o seu consulado à frente do MMC, por ter atingido o limite de idade em funções nos estabelecimentos do Estado. Sucedeu-lhe, no cargo, o reconhecido arqueólogo e historiador de arte Vergílio Correia (1888-1944), que manteve uma relação algo conflituosa com o seu antecessor até ao falecimento deste (1932), uma vez que, para Gonçalves, a função inicial do museu aos poucos se desvirtuava com as diretrizes predominantemente arqueológicas — no ponto de vista do acervo e na aplicabilidade ao paço episcopal — impostas pela nova direção[5]. O próprio Vergílio Correia não deixou de confirmar, por escrito, tais mutações na missão e no alcance do organismo sob o seu comando:

> *Cada diretor possui, naturalmente, o seu critério pessoal, a que subordina o organismo que o Estado lhe confia. Depois de um quarto de século de regência de um artista plástico tomava conta um arqueólogo. Logicamente passou, sem descurar o resto, a arqueologia a dominar, valorizando-se o que existia desse género e procurando-se alargar a secção, quer por uma exposição melhorada, quer pelo aumento de espécimes*[6].

De um espaço museológico concebido originalmente para «ser aproveitado por operários, reconhecida a necessidade de fazer desabrochar e expandir as faculdades profissionais»[7], Vergílio Correia almejou um novo enquadramento conceitual de teor regionalista ou provincial, num protótipo já por si teorizado em 1930[8], conquanto instituído oficialmente, em diploma legal, pelo Decreto n.º 20985, de 7 de março de 1932, que efetivou a aplicação, ao organismo, do estatuto de museu regional (art.º 51.º)[9]. Segundo o novo diretor, os estabelecimentos museológicos com tal categoria deveriam afastar-se dos protótipos expositivos aplicados às instituições de âmbito nacional, marcadas essencialmente pela especialização em determinadas disciplinas ou períodos cronológicos. A diferenciação far-se-ia pelo emprego de uma narrativa como «caixa de ressonância» da história de uma região/localidade, estruturada atra-

[4] FREITAS, 2020: 7-9.
[5] FREITAS, 2016: 84-87; ALMEIDA, 1947: 69-71; ALMEIDA, 2007: 141-164.
[6] CORREIA, 1943: 1.
[7] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [14].
[8] CORREIA, 1930: 318-328.
[9] PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública, 1932.

vés de representatividades materiais do seu *modus vivendi* e *operandi*, a partir de um acervo enquadrado na clássica tríade arte, arqueologia e etnografia[10].

Pretende-se, com o presente estudo, compreender as especificidades inerentes à exposição permanente do MMC, entre 1931, ano que marca a primeira transmutação expositiva da «Era Vergílio Correia», até ao falecimento deste, já no ano de 1944, numa instituição concetualmente regida, em termos teóricos, por uma museologia de âmbito regional.

O segundo diretor herdou uma instituição marcada por um tratamento expositivo que extravasou a mera disposição de peças nos espaços internos, uma vez que António Augusto Gonçalves não se inibiu de ocupar as paredes externas do museu — do largo fronteiro e do pátio principal —, com a aplicação de vários elementos arquitetónicos e artísticos (sobretudo escultóricos e azulejares). Além da preservação dos componentes historicamente relevantes, inerentes ao próprio complexo arquitetónico — já por nós compreendido como «um verdadeiro tratado de sobreposição de memórias»[11] —, tal opção gerou autênticos escaparates ao ar livre, dotando o pátio central de uma ambiência entre a lógica palaciana e o *locus* de proteção das artes, arrematado, no lado poente, por uma *loggia* tardorrenascentista, que permitia um privilegiado miradouro sobre a cidade e os campos do Mondego.

Ao recinto interno da antiga igreja de São João de Almedina fixou-se, a partir de 1923 — após um longo e polémico processo de reconversão a espaço museológico —, o polo autónomo do antigo Tesouro da Sé de Coimbra, com a exposição dos objetos de arte sacra, ourivesaria civil, tecidos raros, tapetes e paramentos litúrgicos.

Na área correspondente ao antigo paço episcopal formaram-se dois patamares expositivos. No piso térreo, conceberam-se salas segundo critérios cronológico-estilísticos, onde, de igual modo, se denotou, por motivos logísticos, a escolha pela colocação do acervo de maior peso e dimensão. Assim, no lado nascente, fixou-se a galeria romana, com reconstituições arquitetónicas e decorativas provenientes de *Aeminium* e de *Conimbriga*. O bloco sul reconfigurou-se em duas alas distintas: a galeria medieval, contento imaginária em pedra e diversos fragmentos arquitetónicos; e a galeria da renascença, considerada o *ex-libris* do museu, através da exposição de retábulos e escultura em pedra calcária da renascença coimbrã. No quadrante oposto (bloco norte) situou-se a única sala com alusão direta às artes industriais, a partir de expositores contendo objetos em ferro forjado.

Após subida pelas escadas externas dispostas no ângulo sudoeste, chegava-se ao andar cimeiro, cujo contexto expositivo variou entre salas dedicadas a uma disciplina artística em específico — galerias de cerâmica e escultura em madeira policromada

[10] CORREIA, 1930: 318-328; CORREIA, 1935: 1; CORREIA, 1940: 1; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1931b: 249-252.
[11] FREITAS, 2016: 8.

(no bloco sul) e a sala de pintura antiga (no bloco norte) — e a opção, de maior incidência, pela criação de contextos pouco harmónicos a partir da junção de diferentes peças. Além da aplicação de tetos mudéjares e o uso das paredes da galeria de escultura em madeira para montagem de retábulos de talha dourada, constata-se, no referido piso, uma formatação espacial ainda marcada pela utilidade anterior que interferiu, de forma significativa, na *mise en scène*, mantendo-se *in situ* o que a um museu interessava, como por exemplo a própria capela privada dos prelados conimbricenses ou a permanência da decoração de grande aparato, *alla maniera* neomanuelina, do antigo salão nobre do paço, então transformado em sala de pintura antiga[12].

Segundo as perceções de Vergílio Correia, aquando da tomada de posse do cargo de diretor, os espaços expositivos do MMC apresentavam vários constrangimentos e evidentes disparidades entre si:

> *Mestre Gonçalves concentrou no edifico do antigo Paço Episcopal* […] *uma massa imponente de documentos, procurando expor tudo, em detrimento mesmo da ordenação e da cronologia. Mercê das suas extraordinárias faculdades artísticas, com materiais baratos — pedra, cal e tintas de água —, o velho director* […] *compôs no andar terreo do palácio dos bispos essas admiráveis galerias medieval e do renascimento, celebres tanto pela importância das peças como pela graciosidade da disposição com que soube valorizá-las. No andar alto, porém, constituído por uma correnteza de arruinadas salas, sem condições museográficas, nas quais os materiais baratos não tinham cabimento, não foi possível repetir o milagre, e aí o mobiliário, as pinturas, as louças e os metais, acumulados como em arrecadação, apareciam perante o público com o aspecto irregular de uma exposição provisória. Para a apresentação conveniente de tudo quanto possuía, o espaço não chegava*[13].

Somente no ano de 1931 se registou a primeira alteração na componente expositiva do museu durante a vigência de Vergílio Correia, com a inauguração, no dia 19 de junho, da sala de Coimbra Antiga, situada no primeiro andar do bloco norte, num corredor que fora, em tempos, a livraria do prelado D. Manuel Correia de Bastos Pina (1830-1913). Além do alvorecer de um novo paradigma expositivo, em tudo concordante com as conceções de uma museologia de enaltecimento das especificidades locais e regionais, o referido acontecimento revela as preocupações do novo diretor em instalar, segundo as suas palavras, «uma secção cívica, utilizando para o

[12] Sobre o contexto expositivo do MMC durante o consulado de António Augusto Gonçalves à frente da instituição, atenda-se ao artigo, da nossa autoria, intitulado «O "efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas": particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado de Castro, 1913-1931», inserido numa obra coletiva, atualmente no prelo (e ainda sem nome definido), de homenagem ao historiador português José Amado Mendes.
[13] CORREIA, 1935: 1.

Fig. 1. Sala Coimbra Antiga
Fonte: Sem autor identificado, c. 1931. AMNMC. Pasta *Fotografias*

efeito, e para princípio, os documentos gráficos já existentes nas coleções, e outros que obtive, referentes à topografia citadina, quer vial quer monumental»[14]. Junto às 55 referências existentes no catálogo — mapas, plantas, desenhos e fotografias então recentes de artérias citadinas e de monumentos —, dispuseram-se 12 retratos «de artistas, construtores e animadores, antigos e modernos, que concorreram para a edificação e adorno urbanos»[15]. Considerado, pelo diretor, um *work in progress*[16], a instalação da sala gráfica e citadina pouco mais precisou de uma parede branca onde foram colocadas peças devidamente emolduradas, com a particularidade de os retratos dos obreiros e patrocinadores se encontrarem num patamar superior, contendo todo o acervo uma numeração aposta, concordante com as explicações contidas no catálogo impresso para o efeito[17].

[14] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1931b: 251. Sobre este assunto, *vide*, de igual modo, RAMALHO, 1936: 58-59.
[15] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1931b: 251.
[16] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1931b: 251.
[17] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1931a.

1. UM EDIFICADO DE DIFERENTES MEMÓRIAS

Ao longo dos anos de 1930 e inícios da década seguinte, o MMC tornou-se um autêntico estaleiro de obras de reparação, supressão, restituição/restauro e beneficiação/ampliação do complexo arquitetónico, dirigidas e financiadas pelo Estado através da Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), cumprindo esta entidade a função basilar de proteção dos «espaços de memória» classificados e, ao mesmo tempo, de enaltecimento do regime político então vigente, num «misto de propaganda de fomento e de catarse histórico-apologética em causa própria»[18]. Noutro contexto, já estudámos as diversas campanhas de obras aplicadas ao edifício, pelo que, nestas linhas, faremos tão só um breve elencar dos principais procedimentos seguindo uma estruturação cronológica.

- 1933 — Início do progressivo desentulhamento do antigo criptopórtico romano da *civitas aeminiensis*, cuja existência e comparação com estruturas análogas foram apresentadas, por Vergílio Correia, num estudo publicado em 1930.
- 1934/1935 — Incorporação, no complexo arquitetónico, do portal de Santo Agostinho do antigo convento de Santa Ana (c. 1600), adossado à cabeceira da igreja de São João de Almedina, e do portal de São Tomás do antigo colégio dos dominicanos conimbricenses (c. 1547), reconstituído na fachada norte e devidamente enquadrado com o Largo do Salvador.
- 1934-1936 — Obras de beneficiação dos espaços expositivos dispostos no lado nascente (rés do chão) e de uma sala contígua, surgindo nos desaterros diversas componentes arquitetónicas que se reportavam aos tempos medievos da igreja de São João de Almedina, destacando-se, do período românico ducentista, as sapatas da fundação do tempo, os cunhais da fachada e uma arcada cega. Ainda do mesmo edificado, mas de construção anterior, exumaram-se arcadas e capitéis de um claustro de características pré-românicas.
- 1937 — Levantamento de um novo piso, na vertente nordeste, nas proximidades do pátio principal, com o objetivo de dotar o espaço museológico de uma nova sala dedicada à exibição do acervo oriental colecionado por Camilo Pessanha (1867-1926).
- 1938 — Intervenção no largo fronteiro ao museu, com o objetivo de expurgar das paredes os elementos arquitetónicos e decorativos descontextualizados, ao proceder-se à retirada da componente de escaparate museológico concebida durante o consulado de António Augusto Gonçalves. Almejou-se uma maior monumentalização do edifício e seu largo de entrada, dotando-o de uma suposta *facies* primitiva *alla maniera* manuelina, conquanto claramente manipulada,

[18] FREITAS, 2016: 206.

inclusive com elementos externos ao edificado original. Procedeu-se, ainda, a uma reconstituição, à «forma primitiva», da porta dupla de arcos ultrapassados ducentista, originando um ligeiro recuo do vértice sudeste do antigo paço episcopal.

- 1938-1940 — Reconfiguração do edificado, na vertente norte, com o objetivo de prover o complexo arquitetónico de salas de exposição e de reservas. Os novos espaços se ergueram na área correspondente à antiga cocheira do paço e ao passadiço neomanuelino, originando uma significativa reformatação do pátio interno do referido quadrante.
- 1944 — Dada a interferência com o projeto de reestruturação da cidade universitária, planificado por Cottinelli Telmo, procedeu-se à supressão, no lado nascente, do corpo lateral à igreja de São João de Almedina, que permitia a circulação vertical entre os dois patamares expositivos, originando, com esta decisão, o encerramento ao público deste polo museológico.
- 1944-1946 — Alteração significativa da fachada sul e sudoeste do paço episcopal, numa tentativa de impor — de forma artificial e sem qualquer fundamento histórico coerente — o receituário manuelino, em consonância com os procedimentos adotados no pátio fronteiro ao museu (1938). Além da permanência da entrada externa para o piso inferior das estruturas romanas, registou-se a aplicação, no plano intermédio, de arcadas envolvendo janelas e, no topo, a montagem de uma varanda que possibilitou a deslocação entre os quadrantes intervencionados. O contexto estilístico imposto pelo restaurador passou, de igual modo, pela mudança do remate das janelas, colocando-se cantarias lavradas à maneira manuelina.

No cômputo geral, além de permitir a compreensão da elasticidade temporal do complexo arquitetónico — a partir do «despertar» das preexistências —, de aumentar a capacidade espacial do contexto expositivo e de proceder à aplicações arquitetónicas de salvaguarda patrimonial, os ciclos de obras atrás indicados almejaram a monumentalização das fachadas do edifício, sujeitando-o à doutrina *violletiana* de unidade histórico-estilística aplicada a um palácio quinhentista — ironicamente concebido, nos planos restauradores, por dois estilos (do manuelino «fabricado» ao maneirista realmente presente) —, numa estruturação bem reveladora da *praxis* instituída pela DGEMN. Ainda assim, a presença de Vergílio Correia à frente da instituição e o uso do seu *know-how* nos domínios da arqueologia e da história da arte temperaram as tomadas de posição da repartição estatal, ditando a permanência de elementos do período medievo — compreendidos e datados de forma correta pelo diretor —, quer

nos espaços externos (com o restauro da porta dupla de arcos ultrapassados), quer internos (com os vestígios medievos da igreja de São João de Almedina)[19].

Perante um espaço museológico onde dificilmente se encontra um recanto que não tenha sido alvo de intervenção/reparação, a consolidação do contexto expositivo só ocorreu nos inícios da década de 40, originando a publicação de catálogos-guia, entre os quais o dedicado às *Secções de Arte e Arqueologia* (1941). A partir destes importantes elementos descritivos, a que se juntam outros documentos escritos, plantas do complexo arquitetónico e registos fotográficos, avancemos para a compreensão da *mise en exposition* aplicado ao MMC.

2. O TEMPLO DA OURIVESARIA

Instalada na seiscentista igreja de São João de Almedina, o polo de Arte Sacra do MMC abria-se ao público a partir da porta principal do templo, no largo fronteiro ao museu, detendo, logo à entrada, a exibição do busto, em bronze, do Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina, moldado pelo escultor Costa Mota, com o intuito de enaltecer os seus préstimos como paladino do património religioso da Diocese e organizador primaz daquela coleção, originalmente exibida nas salas do Cabido da Sé Nova[20]. Ainda que se trate de um espaço desafeto ao culto, os signos e símbolos da função anterior não foram de todo expurgados, mantendo-se, *in situ*, o que a um museu interessou como códigos visuais/funcionais de contextualização e de deleite estético, ao permanecerem intactos o altar-mor em talha dourada, as pinturas murais de Pasqual Parente e o púlpito[21]. Dispuseram-se, nas paredes, retábulos em talha dourada de outras proveniências, que ali reforçaram uma ambiência concordante com o espólio exibido[22].

A adaptação a espaço museológico fez-se, *grosso modo*, a partir: de entradas de luz introduzidas na fachada do templo; do alargamento do coro, através da extensão de duas galerias laterais; e da construção de um andar sobre a antiga sacristia disposta a nascente, que permitiu a circulação vertical entre os dois patamares expositivos[23]. Conquanto não sejam, de todo, tidas como inapropriadas, para Vergílio Correia as condições de instalação deste polo museológico — isolado e seguro como uma «casa-forte», detendo ainda um rigoroso sistema de visitas — debatia-se, já em 1935, com falta de espaço, ao impossibilitar uma exibição conveniente do acervo[24].

No piso inferior montou-se, em duas alas, a coleção de ourivesaria, onde se destacaram, entre outros objetos, as pratas da Sé conimbricense e o conhecido legado

[19] FREITAS, 2016.
[20] RAMALHO, 1936: 56-57; CORREIA, 1939a: 104; CORREIA, 1942: 106; AMNMC. *Diário do Museu*, 19-11-1935.
[21] FREITAS, 2016: 183-204.
[22] AMNMC. *Diário do Museu*, 06-07-1935, 09-09-1942.
[23] FREITAS, 2016: 183-204.
[24] CORREIA, 1935: 1.

Fig. 2. Interior do Museu de Arte Sacra/igreja de São João de Almedina, após desmantelamento do contexto expositivo
Fonte: Sem autor identificado, segunda metade da década de 40. AMNMC. Pasta *Fotografias*

da Rainha Santa Isabel[25], remetendo-se para o andar cimeiro a exibição do acervo têxtil — paramentos, tecidos, bordados e tapeçarias —, ao sobressair nesta última disciplina, pela iconografia e sumptuosidade, o exemplar flamengo do século XVI que retrata Vénus e Marte surpreendidos por Vulcano[26].

Para o desenvolvimento dos trabalhos necessários em torno das referidas coleções, Vergílio Correia contou com os importantes préstimos do padre António Nogueira Gonçalves (1901-1998) — conservador-ajudante da instituição, desde 1939 —, colocando nas suas mãos a responsabilidade do estudo, inventariação e exposição do acervo[27], numa medida que rapidamente obteve bons resultados, através da publicação, já em 1940, do catálogo-guia da secção de ourivesaria, com referência a mais de 640 peças[28]. A realização, no mesmo ano, da Exposição Portuguesa de Ourivesaria

[25] Século XIV, MNMC 6037.
[26] MNMC 6050. *Vide* RAMALHO, 1936: 56-57; CORREIA, 1939a: 104; CORREIA, 1942: 105; *Guia de Portugal*, 1944: 258.
[27] FREITAS, 2016: 99-104; FREITAS, 2019b: 140-142.
[28] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1940.

— ocorrida no museu, no âmbito das comemorações centenárias[29] —, proporcionou a reunião de um elevado número de objetos de diferentes proveniências do território nacional, beneficiando, em grande medida, o labor de base comparativa do epitetado, por Vergílio Correia, «capelão de São João»[30]. O exigente estudo sobre os têxteis só se concluiu em 1943 — numa temática até então pioneira na historiografia artística portuguesa —, cujas dificuldades passaram pela ausência de uma relação documental coerente, uma vez que somente um número reduzido de espécimes possuía rótulos cozidos no forro com informações de inventário ou de proveniência[31].

Por interferir com a largura pretendida do *cardus maximus* a aplicar na reforma da cidade universitária, demoliram-se, em 1944, as salas anexas, dispostas a nascente, da igreja de São João de Almedina, inviabilizando, por alguns anos, a funcionalidade do espaço expositivo, ao transformar-se em mero armazém de peças até finais da década de 50[32].

3. PISO TÉRREO

Seguimos para o contexto museológico instalado no antigo paço episcopal que, em 1941, contava com 43 salas organizadas segundo uma coerência temática ou cronológica, onde se procedeu à exibição de um acervo com aproximadamente 5000 peças inventariadas[33].

Seguindo o esquema geral de circulação, a visita iniciava-se na Galeria Romana, disposta em quadro salas contíguas no bloco norte, sendo a guardiã dos vestígios arqueológicos provenientes de *Conimbriga* e da *civitas aeminiensis*. No cômputo museográfico, realce-se a aplicação nas paredes dos mosaicos exumados nas ruínas de Condeixa-a-Velha — com destaque para a iconografia do Labirinto de Creta, exposto na primeira sala —, a montagem de colunas e de fragmentos arquitetónicos, a utilidade dos «mostradores» (vitrines horizontais) para enaltecimento de peças de menor dimensão e o uso de plintos como mobiliário de suporte de retratos romanos[34]. Utilizaram-se, de igual modo, as paredes como apoio às inscrições epigráficas, ao evidenciar-se, na sala III, a lápide honorífica do século III dedicada à cidade de *Aeminium*, que se tornou numa espécie de «pedra da roseta», uma vez que a sua descoberta corroborou o nome romano da atual cidade de Coimbra[35].

[29] A análise à referida exposição temporária será efetuada num artigo a publicar proximamente.
[30] CORREIA, 1941: 1.
[31] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1943: 1-4.
[32] FREITAS, 2016: 332-337.
[33] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [1].
[34] AMNMC. Pasta *Fotografias*; CORREIA, 1939a: 102; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 1-12; CORREIA, 1942: 101.
[35] Século IV, MNMC 150.

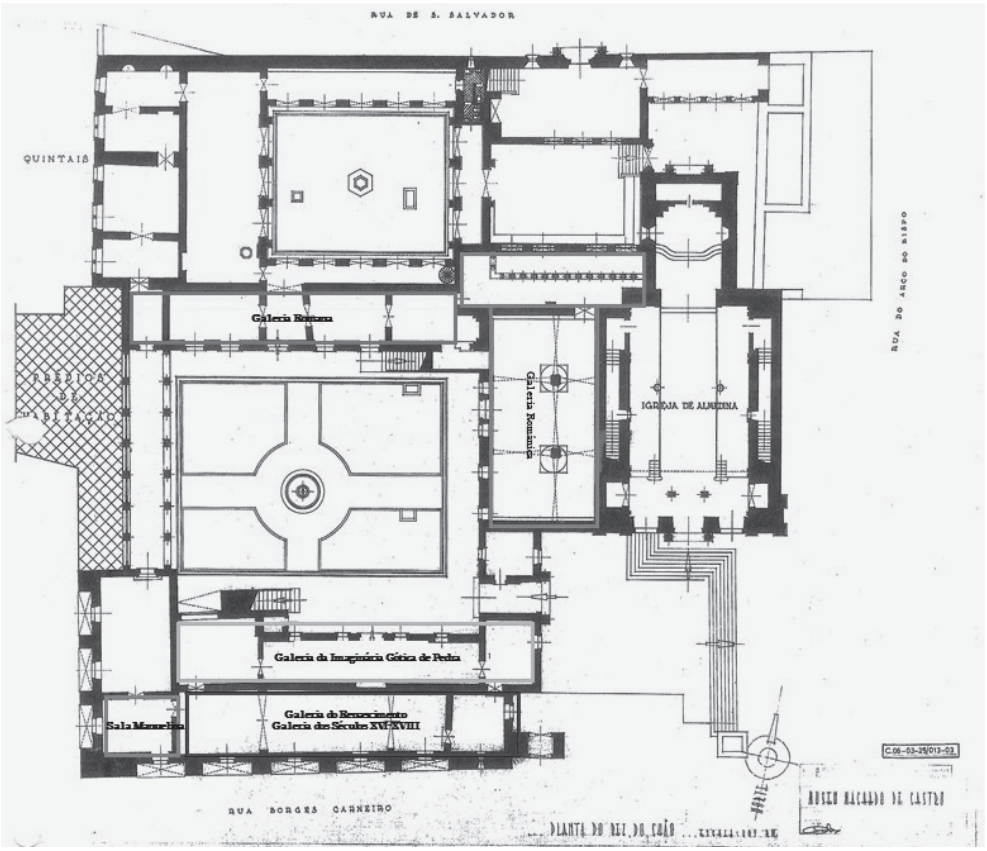


Fig. 3. Planta do piso térreo do Museu Machado de Castro com a indicação dos espaços expositivos (1931-1944). Fonte: Sem autor identificado. Planta original datada de 1948. Desenho adaptado por Duarte Manuel Freitas (marcação dos limites espaciais e denominação das salas). AMNMC. Pasta *Desenhos*. Integrou o caderno «Museu Machado de Castro. Plantas», 12-07-1948 (Pasta PT DGEMN:DSARH-010/079-0374)

Grande parte dos espécimes expostos na última sala da galeria extrapolavam a cronologia do domínio romano da Península Ibérica, daí que uma metodologia mais rigorosa levaria, necessariamente, à autonomização deste espaço e consequente constituição de outra secção expositiva. Nela apresentaram-se fragmentos decorativos de labor visigótico e de outros estilos posteriores, como a coluna e o capitel califal em mármore branco do século XI, ambos recolhidos em Montemor-o-Velho[36]. O referido conjunto, de nítida decoração muçulmana, encontrava-se exposto entre dois elementos arquitetónicos do próprio edifício, mantidos *in situ* no âmbito expositivo, referentes ao período medievo da igreja de São João de Almedina: do lado direito uma arcada cega e do lado esquerdo uma porta de acesso à sala onde foi encontrado

[36] MNMC 611; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 13-16; AMNMC. Pasta *Fotografias*.

Fig. 4. Galeria Romana, salas 3 e 4
Fotografia de A. de Sousa, c. 1936. AMNMC. Pasta *Fotografias*

e reconstituído — igualmente *in situ* — parte do claustro do referido templo (tramo sul e canto sudoeste), entrando-se já nos espaços pertencentes à Galeria Românica.

O ciclo de obras ocorridas neste quadrante, entre 1934 e 1936, proporcionou a manutenção destes vestígios, criando-se uma ambiência estrutural que pretendeu invocar a função original dos elementos expostos[37]. Assim, no espaço onde se restituiu «a mais antiga crasta de terras portuguesas»[38], segundo o raciocínio de Vergílio Correia, aplicaram-se, na parede norte, quatro janelões gradeados de grandes dimensões, com vista ao aproveitamento da luminosidade provinda de um pátio interno do museu. Conjugou-se a estrutura claustral novamente ereta com a aplicação de capitéis românicos, destacando-se os adornos de folhagem estilizada dos exemplares provindos da extinta igreja de São Cristóvão[39], colocados à mesma altura que os da

[37] AMNMC. *Diário do Museu*, 09-12-1935, 09-07-1936.
[38] CORREIA, 1936: 1.
[39] Século XII, MNMC 587-591.

Fig. 5. Galeria Românica: claustro *in situ* da igreja de São João de Almedina
Fonte: Sem autor identificado, c. 1936. AMNMC. Pasta *Fotografias*

crasta, ao expor-se ainda um conjunto significativo de cabeceiras de sepultura, lápides funerárias e cachorros ornamentais[40].

O vão disposto na parede sul permitia a deslocação para a segunda sala da referida galeria, já no lado nascente. Os trabalhos arqueológicos nela realizados exumaram diversos vestígios da igreja românica de São João de Almedina:

> *as portas laterais do templo, as bancadas corridas dos flancos, os socos das duas primeiras pilastras a partir da entrada (as quais suportavam tambores basais cilíndricos), o embasamento de grossos blocos de armação do portal, os cunhais da fachada, elevando-se o de Sudeste a 10 metros de altura*[41].

Os fragmentos identificados ganharam relevância no novo contexto expositivo, numa composição que também incluiu espécimes do mesmo estilo provenientes dos templos medievos da urbe, entre capiteis (dos mosteiros de Santa Cruz e de Lorvão), campas, sarcófagos e outros trechos de arquitetura[42], cujo resultado, na opinião do

[40] AMNMC. Pasta *Fotografias*; CORREIA, 1939a: 100-101; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 17-20; CORREIA, 1942: 101; FREITAS, 2016: 212-216.
[41] MUSEU DE MACHADO DE CASTRO, 1941: [6].
[42] MUSEU DE MACHADO DE CASTRO, 1941: 21-22.

segundo diretor, é um «caso por certo raríssimo de feliz aproveitamento de elementos de arqueologia artística, conjuntamente monumentos e espécies museológicas»[43].

A passagem da Galeria Românica para a Galeria da Imaginária Gótica de Pedra obrigava o público a voltar ao pátio principal, para prosseguimento da visita pelo bloco sul. Ao longo de três divisões, com janelas voltadas para o referido pátio, criou-se uma narrativa visual que pretendeu enaltecer um dos períodos áureos da escultura portuguesa tardomedieva, onde a produção das oficinas de Coimbra mais se destacou. Embora permanecendo na mesma área expositiva desde a abertura do espaço museológico, Vergílio Correia procedeu, a partir de 1935, a uma remodelação significativa destas salas, que passou pela mudança da cor das paredes — do rosa para o alvadio claro —, pela seleção criteriosa do acervo a expor, bem como pela aplicação estruturante de arcadas como elos comunicantes entre os três compartimentos[44]. Na divisão nascente — «uma salinha quadrada, que na opinião de um crítico vale todo um museu»[45] —, sobressaiu, entre vários capitéis, a Deposição de Cristo no Túmulo[46], o cavaleiro medieval, proveniente da Capela dos Ferreiros da igreja matriz de Oliveira do Hospital[47] e o importante legado do imaginário mestre Pero, destacando-se, dos distintos exemplares da sua autoria/oficina, a obra devocional dedicada à Senhora do Ó, originária da Sé Velha[48]. Entre várias lápides funerárias e capitéis, a divisão central, de maiores dimensões, apresentou ainda o sarcófago relicário dos Mártires de Marrocos[49], fixando-se, na sala do lado oeste, os exemplares da centúria de Quatrocentos, como a representação escultórica das Santas Mães, colocada originalmente em lugar de destaque no pórtico do convento de Santa Ana[50] ou o São Miguel Arcanjo, proveniente de Montemor-o-Velho, atribuído na atualidade a Gil Eanes[51].

A qualidade e importância do acervo exposto para a história da arte escultórica portuguesa levou Vergílio Correia a enaltecer o proveito didático que uma visita a este recinto poderia originar, exprimindo-se nos seguintes modos:

> *Lentamente os olhos penetram-se da diversidade dos contributos, da maior ou menor perfeição das peças expostas… Frequentando a Galeria aprende-se a distinguir as épocas da Escultura, como mais facilmente se distinguem as da Arquitectura,*

[43] CORREIA, 1938: 1.
[44] AMNMC. *Diário do Museu*, 30-07-1935; CORREIA, 1937: 1.
[45] CORREIA, 1937: 1.
[46] Séculos XIV-XV, MNMC 851.
[47] Século XIV, MNMC 704.
[48] Século XIV, MNMC 645.
[49] Século XIII, MNMC 578.
[50] Século XV, MNMC 2622.
[51] Século XV, MNMC 4056. *Vide* CORREIA, 1939a: 102-103; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 23-34; CORREIA, 1942: 103.

nos Monumentos. E esse conhecimento não apresenta um simples interesse discente. Faz mais: aumenta a nossa capacidade e receptividade emocionais[52].

A Sala Manuelina — situada na segunda ala do bloco sul, mais propriamente no quadrante sudoeste —, partiu de uma remodelação efetuada durante o consulado do segundo diretor. Para a montagem da *mise en scène*, Vergílio Correia evidenciou, em artigo publicado no «Diário de Coimbra», o aproveitamento dos conhecimentos museográficos que adquiriu numa viagem efetuada a França, no ano de 1934, ainda que não especifique as instituições visitadas, nem concretize quais os aspetos técnicos replicados[53]. Os registos iconográficos da referida secção expositiva evidenciam um espaço relativamente reduzido para uma grande quantidade de peças expostas, colocadas em bases/plintos (de pedra e/ou cimento), apoiadas, de igual modo, pela própria parede e com a legenda aplicada no mobiliário de suporte, encontrando-se ainda fragmentos decorativos colocados por baixo de uma janela, já nas proximidades do solo. Destacam-se, neste conjunto pouco harmónico e claramente sobrecarregado, o crucifixo mais conhecido por «o Santo Cristo das Maleitas»[54], o padrão da ponte

Fig. 6. Sala Manuelina
Fonte: Sem autor identificado, c. 1936. CPRA. *Postais e Fotografias*

[52] CORREIA, 1937: 1.
[53] CORREIA, 1935: 1; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 35-37.
[54] Século XVI, MNMC 4121.

manuelina de Coimbra, de Diogo Pires-o-Moço[55], o anjo custódio do convento de Santa Clara[56] e a Pia Batismal, proveniente da igreja de Santo António dos Olivais, disposta no epicentro da sala[57]. À entrada, entre as duas arcadas que permitiam o acesso à sala, colocou-se, sob um plinto, o anjo heráldico ostentando as armas de Portugal, proveniente do mosteiro de Santa Cruz, sendo, à época, a peça mais reconhecida e citada do acervo manuelino do museu[58].

No espaço contíguo, com janelas voltadas para a Rua Borges Carneiro, fixou-se a Galeria do Renascimento, considerada por Vergílio Correia um

> *verdadeiro santuário em que muitas das obras mais representativas da nova arte trazida pelos escultores franceses que se fixaram em Coimbra* […] *estão congregadas numa disposição feliz, em que o gosto de Mestre António Augusto Gonçalves soube suprir as deficiências do espaço e a pobreza dos materiais empregados*[59].

Ainda que o espaço possa ter sofrido ligeiras alterações no ano de 1935[60], manteve, na sua essência, a formatação original empregue pelo primeiro diretor do Museu, com a montagem dos diferentes retábulos a partir da utilização das paredes, exibindo-se esculturas e peças avulsas sobre plintos à frente e ao lado daqueles, de modo a criar um corredor propício a uma normal circulação por parte dos visitantes[61]. As características desta montagem museográfica não proporcionaram a colocação de peças em destaque, conquanto, pela sua volumetria, o retábulo da Misericórdia do escopo de João de Ruão[62], a expressividade comedida da Deposição de Cristo no Túmulo do mesmo autor[63] e o dinamismo figurativo da representação dos apóstolos, moldados em barro, da *Última Ceia* de Filipe Hodart[64] se evidenciem pela qualidade escultórica apresentada.

No fim desta ala, no lado nascente, formou-se a Galeria dos Séculos XVI-XVIII, num arranjo pouco coerente entre exemplares da renascença coimbrã e a imaginária barroca proveniente da Universidade, moldada por Claude de Laprade[65], cuja falta de espaços para a constituição de uma ala autónoma dedicada aos exemplares da centúria de Setecentos e a evidente dificuldade logística em deslocar peças em pedra

[55] Século XVI, MNMC 827.
[56] Século XVI, MNMC 799.
[57] Século XVI, MNMC E599.
[58] Século XVI, MNMC 4102.
[59] CORREIA, 1939a: 103.
[60] AMNMC. *Diário do Museu*, 30-07-1935.
[61] CORREIA, 1939a: 103; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 38-42; CORREIA, 1942:103-104; *Guia de Portugal*, 1944: 251-253.
[62] 1557, MNMC 4098.
[63] 2.º quartel do século XVI, MNMC 4085.
[64] C. 1530, MNMC 867, 887.
[65] C. 1700, MNMC 1080-1085.

Fig. 7. Galeria do Renascimento
Fonte: Sem autor identificado, c. 1935-1940. AMNMC. Pasta *Fotografias*

de elevada volumetria não deverão ser alheias à constituição e resultado final deste conjunto cronológica e estilisticamente dissonante[66].

Após a passagem por todas as salas do quadrante sul, os roteiros redigidos por Vergílio Correia convidam à apreciação do pátio principal,

> *alegrado pela admirável galeria do Bispo D. Afonso de Castelo Branco, através de cujas arcadas e colunata os longes da paisagem coimbrã dos «saudosos campos» nos aparecem emoldurados, mostra as paredes revestidas de azulejo português dos séculos XVII e XVIII, monocrómico, a azul, ou policrómico, com desenhos e padrões de tapete, de figuras ou países*[67].

A utilização das paredes do pátio como autênticos expositores da arte azulejar advém, como já salientámos, dos primórdios do museu, não deixando de ser considerada uma herança pesada para o consulado de Correia. As críticas à manutenção do escaparate *gonçalvino* fizeram-se ouvir, inclusive, em publicações de grande

[66] CORREIA, 1935: 1; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 43-47.
[67] CORREIA, 1939a: 103-104. *Vide* CORREIA, 1942: 104-105.

difusão, como o *Guia de Portugal* de 1944, que o considerou «a única nota de menos gosto [do museu,] com perda da sua sóbria harmonia decorativa»[68]. Ainda na década anterior, e de modo mais pessoalizado, a passagem pelo espaço museológico de José de Figueiredo (1871-1937) — ocorrida no dia 1 de maio de 1933 — deixou marcas pelos seus comentários depreciativos quanto ao excesso de aplicações azulejares no pátio principal, uma vez que tal decoração desmerecia o segundo museu mais importante do país. Embora o diretor do organismo conimbricense rebatesse tal opinião, invocando posições técnicas de famosos museólogos — tais como Lois Réau, Paul Vitry e Heure Verne[69] —, os tempos de mudança trazidos pela «unidade de estilo» *violletiana* seguida pela DGEMN colocaram a prazo tais «expositores ao ar livre».

Em 1941, uma nova formatação retilínea do ajardinamento do pátio, desenvolvido em torno do fontenário seiscentista, pretendeu concordar com o todo edificado, faltando somente a purga do elemento azulejar invasor[70]. Segundo o parecer de Vergílio Correia,

> *a orientação que agora se segue é a de monumentalizá-lo, de acordo com a sua categoria tradicional e atual; é a de dar-lhe um verdadeiro ar de Paço, suprimindo tudo o que exteriormente o afixe como museu. O museu é dentro; formado por coleções ordenadas, aparentadas num ambiente de sóbria beleza, que as favoreça. Muito há ainda que trabalhar para obter esse resultado; mas pelo que já se fez, pode confiar-se no futuro*[71].

Tal objetivo, aplicado ao pátio principal, alcançou-se somente no ano de 1949, cinco anos após o falecimento do segundo diretor[72].

4. ANDAR CIMEIRO

A narrativa expositiva apresentada no piso superior não diferiu, de forma substancial, do formato instituído nos tempos iniciais por António Augusto Gonçalves. Salvo raras exceções de peças individuais, o acervo exibido neste contexto não detinha o mesmo reconhecimento da historiografia artística nacional e internacional, quando comparado, por exemplo, com o acervo das galerias românica, gótica e do renascimento, fixado, por evidentes questões logísticas, no andar inferior.

Os melhoramentos estruturais ocorridos neste contexto — assentes, sobretudo em trabalhos de pintura, limpeza e reparação de tetos e soalhos — beneficiaram o ambiente expositivo, não sendo, contudo, suficientes para ocultar algumas debilidades

[68] *Guia de Portugal*: 1944: 251.
[69] AMNMC. *Diário,* Ofertas e Compras, Registo de entradas de Objectos, Livro 1.º 1924-1935, fl. 34 v.
[70] FREITAS, 2016: 246.
[71] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [15].
[72] FREITAS, 2016: 246-249.

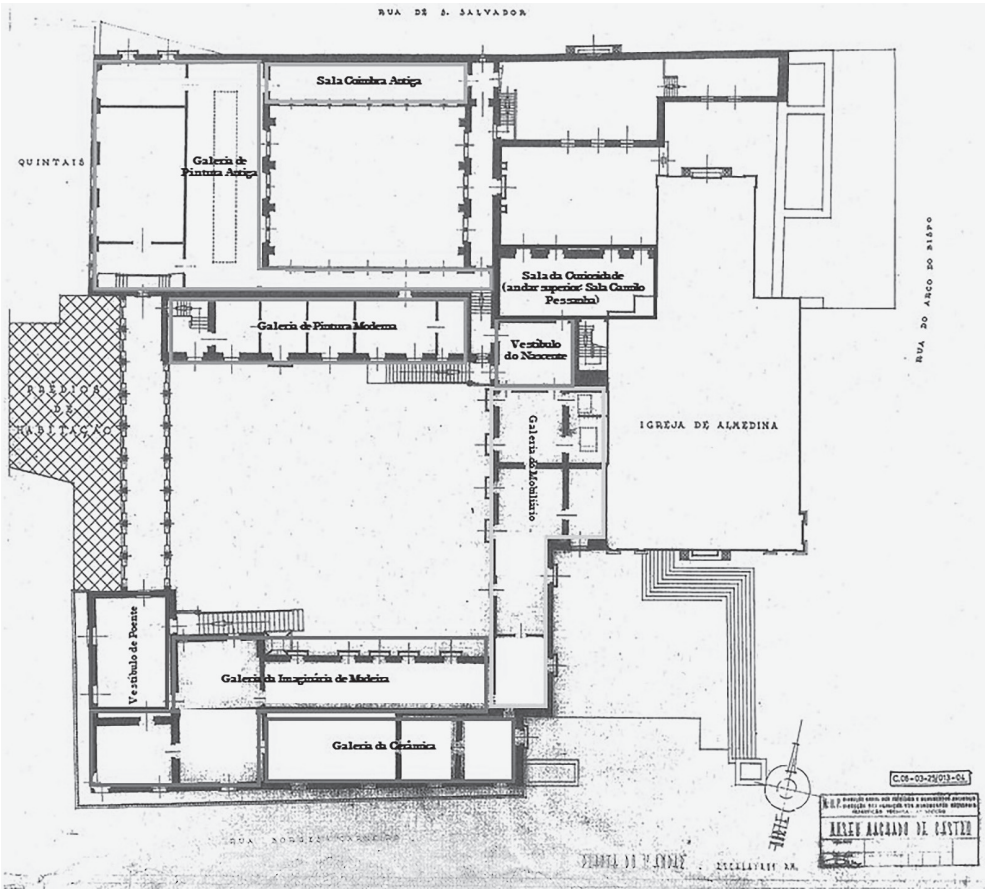


Fig. 8. Planta do piso cimeiro do Museu Machado de Castro com a indicação dos espaços expositivos (1931-1944). Fonte: Sem autor identificado. Planta original datada de 1948. Desenho adaptado por Duarte Manuel Freitas (marcação dos limites espaciais e denominação das salas). AMNMC. Pasta *Desenhos*. Integrou o caderno «Museu Machado de Castro. Plantas», 12-07-1948 (Pasta PT DGEMN:DSARH-010/079-0374)

decorrentes do excesso de peças exibidas[73]. A opção pela montagem de salas a partir de conjuntos pouco harmónicos — já presente durante a vigência anterior — manteve-se de forma visível nos vestíbulos e, de modo mais camuflado, nas galerias temáticas.

Como protótipo do primeiro exemplo aqui referido, atenda-se à composição do Vestíbulo de Poente — a primeira sala do andar cimeiro —, onde, para além de mobiliário provindo de instituições religiosas, se exibiram retratos dos bispos-condes de Coimbra e um tapete persa, num arranjo nada concordante no que compete

[73] FREITAS, 2016: 244-246.

às disciplinas artísticas, conquanto não divirja no período cronológico apresentado (séc. XVIII), aproximando-se de uma *period room* pouco harmónica[74].

Situaram-se, ao longo do bloco sul, as quatro salas que formaram a Galeria da Imaginária de Madeira, cuja sequência lógica, de base temporal, foi estabelecida por Vergílio Correia nos primeiros anos ao serviço do museu[75]. Da sala medieval evidenciou-se o reconhecido e impressivo Cristo Negro, do oratório das Donas de Santa Cruz de Coimbra[76], «perpetrado de todo o dramatismo do sentimento gótico», conforme descrito no *Guia de Portugal*[77]. No espaço contíguo, já na sala do Renascimento, registe-se a colocação de um dos tetos mudéjares quatrocentistas da Sé Velha de Coimbra — aplicação efetuada desde os primórdios do museu, dispondo ainda de um outro teto, das mesmas caraterísticas, na primeira sala do lado nascente —, numa abundância significativa de esculturas, intercaladas com guadamecis e mobiliário indo-português[78]. Se, na sala dedicada à imaginária de Setecentos, a *Pietà* provinda do colégio de São Bento — atualmente atribuída a Frei Cipriano da Cruz[79] — surgia

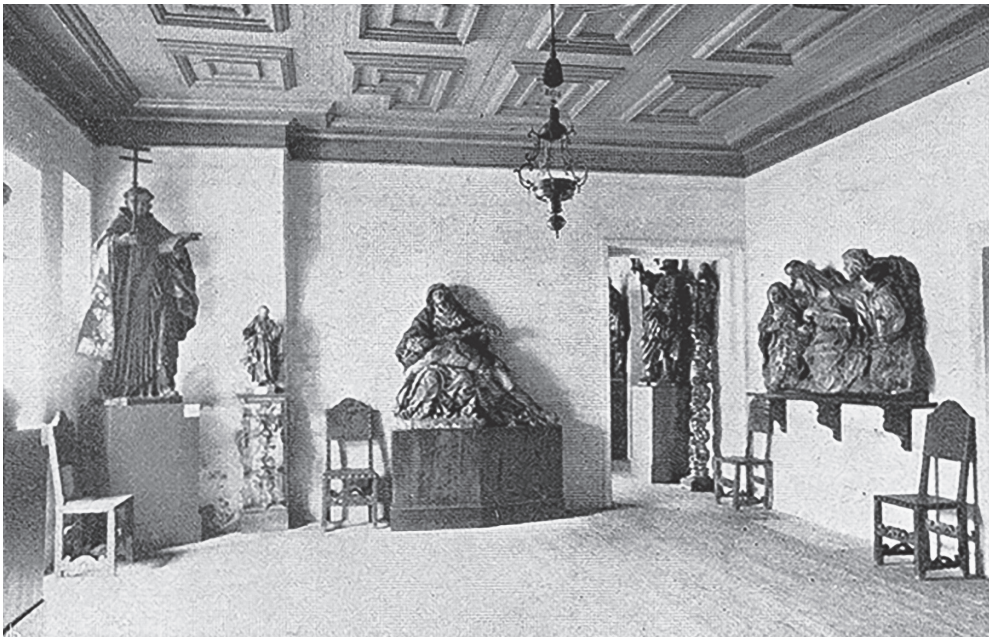


Fig. 9. Galeria Imaginária de Madeira: sala do século XVII
Fotografia de A. de Sousa, c. 1935-1940. CPRA. *Postais e Fotografias*

[74] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 49-51; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[75] CORREIA, 1935: 1.
[76] Séculos XIII-XIV, MNMC 10891.
[77] *Guia de Portugal*, 1944: 253. Veja-se igualmente MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 53-56.
[78] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 57-60; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[79] MNMC 1969.

como peça de charneira[80], na área contígua aquela, referente aos exemplares do século XVIII, uma das maiores do espaço museológico, expuseram-se quase 50 elementos escultóricos, cujo aglomerado relevou-se pouco eficiente para uma compreensão estética por parte do visitante[81].

A Galeria de Cerâmica, que incluiu três divisões distintas — Sala Teixeira de Carvalho, Sala das Faianças e Sala dos Barros — estabeleceu-se na ala externa do bloco sul, com janelas voltadas para a Rua Borges Carneiro. Na primeira secção apresentaram-se as cerâmicas portuguesas — com particular realce para o fabrico conimbricense —, agrupadas pelos colecionistas Joaquim Teixeira de Carvalho (1861-1921) e António Augusto Gonçalves, num palco expositivo que pouco ou nada se modificou desde a abertura do museu ao público, em 1913. A sua estruturação efetuou-se a partir do uso de várias prateleiras, no intuito de obter, com os objetos expostos, um agregado piramidal, dispondo, no nível inferior, de diversos quadros com composições azulejares[82].

Todo o quadrante nascente foi ocupado pela Galeria do Mobiliário, que se solucionou através de composições de disciplinas artísticas distintas — pintura,

Fig. 10. Galeria da Cerâmica: sala das faianças
Fonte: Sem autor identificado, c. 1935-1940. AMNMC. Pasta *Fotografias*

[80] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 61-62; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[81] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 63-68; *Guia de Portugal*, 1944: 254.
[82] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 69-70; *Guia de Portugal*, 1944: 253. A catalogação do acervo de faiança portuguesa ficou a cargo de António Nogueira Gonçalves e de José Correia da Fonseca. Como resultado desse labor, foi publicado, em 1947, *Secção de Cerâmica I: Faiança Portuguesa*: *Catálogo-Guia*. MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1947.

escultura, objetos de marfim, gravuras portuguesas e italianas, cofres e tabuleiros —, pontuados por exemplares do mobiliário nacional, sendo a centúria de Setecentos a de maior predominância[83]. Insere-se neste contexto expositivo o aproveitamento do antigo oratório privado do paço episcopal, que se manteve praticamente intacto na apresentação dos elementos artísticos a ele afetos — os painéis azulejares aplicados nas paredes, o altar e a tela, justaposta ao teto da sala, alusiva à Imaculada Conceição, da autoria de Pasqual Parente[84] —, acrescidos de pinturas de temática religiosa atribuídas a Josefa de Óbidos e a André Gonçalves[85].

No Vestíbulo do Nascente, a apresentação de tapetes de arraiolos dos séculos XVII e XVIII fez-se através da sua aplicação nas paredes, conciliados com algum mobiliário disperso[86]. De forma contígua, e já enquadrada no início do bloco norte, seguia-se a Sala da Curiosidade, cuja existência e denominação advêm do consulado *gonçalvino*, conquanto não surja descrita no catálogo do museu de 1941. Recorrendo a uma explanação apresentada, três anos mais tarde, no *Guia de Portugal*, deparamos com algumas reminiscências da arte industrial dos tempos iniciais da instituição museológica, numa miscelânea onde coube

> *uma boa coleção de estanhos, cobres e bronzes, espelhos de portas, sinetes, instrumentos musicais, disciplinas, exemplares de encadernações ricas,* […] *vários fragmentos de tecidos recolhidos em sepulturas e uma madeixa dos cabelos louros da infanta D. Catarina, filha do infante D. Pedro, sepultada em Santa Clara*[87].

A reestruturação da sala onde se reergueu o sobrante do claustro pré-românico de São João de Almedina, ocorrida no ciclo de obras de 1935-1936, originou o aumento do piso superior da área intervencionada, correspondente à referida Sala da Curiosidade. A partir desta, e dada a solidez dos alicerces, projetou-se e efetivou-se o levantamento de um novo andar, com varandas voltadas para o lado norte, encontrando-se concluído já em 1937[88]. Nele se organizou a Sala Camilo Pessanha — inaugurada a 2 de junho do referido ano[89] —, com o propósito de acautelar o legado histórico-patrimonial recolhido pelo poeta de *Clepsidra* por terras do Oriente e que inicialmente se instalou, de forma provisória, no antigo passadiço neomanuelino do paço (quadrante norte), por volta de 1928[90]. Por ser uma «secção exótica, que nada

[83] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 71-84; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[84] Século XVIII, MNMC 7985.
[85] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 75-76; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[86] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 84; *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[87] *Guia de Portugal*, 1944: 253.
[88] FREITAS, 2016: 234-235.
[89] AMNMC. *Diário do Museu*, 02-06-1937.
[90] AMNMC. Pasta *Fotografias*; CORREIA, 1935: 1; RIBEIRO, 2002 :156-184.

tem que ver com a massa de espécimes que constituem o museu»[91], Vergílio Correia isolou o referido espaço do circuito normal do visitante, incutindo-lhe um conceito próximo a uma reserva visitável que, em 1941, aumentou consideravelmente o acervo através do depósito da coleção de frascos de rapé de fabrico chinês do antigo Presidente da República Manuel Teixeira Gomes (1860-1941)[92].

Ao longo do bloco norte mantiveram-se os espaços dedicados à pintura, conquanto tenham sofrido uma remodelação significativa a partir de 1933[93]. Seguindo o esquema geral de circulação, no corredor com janelas voltadas para o pátio interno colocaram-se dez quadros da autoria de Simão Rodrigues, provenientes da sacristia da Sé Velha, com temática alusiva à vida de Cristo[94]. Nas cinco salas dispostas no lado esquerdo, ocorreu a instalação da Galeria da Pintura Moderna, dando primazia às obras da autoria do primeiro diretor António Augusto Gonçalves (sala 1), às de temática coimbrã (sala 2) e, nas restantes áreas (3 a 5), com destaque evidente para executantes de reconhecimento nacional (Columbano, Soares dos Reis, Armando de Lucerna, Henrique Pousão, entre outros)[95]. Na Galeria de Pintura Antiga, a sala dos séculos XVI e XVII apresentou uma estrutura conducente à iluminação zenital, destacando-se, pela qualidade patenteada, a Deposição de Cristo no Túmulo de Bernardo Manuel, originária do convento de Santa Clara[96]. A passagem disposta no lado esquerdo da referida sala dava acesso ao corredor onde foi adaptada a Sala de Coimbra Antiga, que já tivemos oportunidade de analisar[97].

Os primitivos portugueses acomodaram-se no antigo salão nobre do paço episcopal, já expurgado da decoração aplicada nas paredes, ainda que se mantivesse, até aos finais da década de 1930, o teto neomanuelino de Eugénio Cotrim, uma encomenda do Bispo-Conde D. Manuel Correia de Bastos Pina (c. 1897). Segundo o catálogo-guia, exibir-se-iam por volta de 30 tábuas, executadas ou atribuídas a Manuel Vicente, Vicente Gil, Garcia Fernandes, Cristóvão de Figueiredo e outros autores ainda não confirmados, como o executante do famoso Tríptico de Santa Clara[98].

Na área acedida pelo lado esquerdo exibiram-se os exemplares de pintura estrangeira, sobretudo flamenga, com destaque para os volantes e o fragmento do painel central (Virgem Dolorosa) do Tríptico da Paixão de Cristo, proveniente do convento das clarissas de Coimbra[99]. A partir desta sala, o visitante tinha acesso ao primeiro

[91] CORREIA, 1935: 1. Veja-se igualmente MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [11]-[12].
[92] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 84; AMNMC. *Diário do Museu*, 08-01-1944; *Guia de Portugal*, 1944: 255.
[93] CORREIA, 1934: 14-15; CORREIA, 1935: 1.
[94] 1605-1608, MNMC 2578-2587; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 86-88; *Guia de Portugal*, 1944: 255-256.
[95] CORREIA, 1935: 1; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 95-101; *Guia de Portugal*, 1944: 255.
[96] 1570-1580, MNMC 2526; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 93-94.
[97] *Guia de Portugal*, 1944: 256.
[98] C. 1486, MNMC 2521-2524; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 89-92.
[99] 1514-1517, MNMC 2518-2519, 11267; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: 86-88.

andar da *loggia* tardoquinhentista, um espaço privilegiado para a contemplação da cidade e seus campos ribeirinhos.

5. OUTROS QUADRANTES

Fora do circuito do visitante registado no catálogo-guia de 1941, conquanto já concluído no ano anterior, ficou o pavilhão de dois patamares erguido no bloco norte, onde, anteriormente se circunscrevia a cocheira do paço episcopal. Se o primeiro andar do edificado serviu para colmatar a falta de áreas destinadas a reservas, no piso térreo estabeleceu-se uma componente museológica concordante com a função daquela área em tempos anteriores, ao exibirem-se cinco meios de locomoção pertencentes ao bispado, com particular realce para a berlinda do Bispo-Conde e reitor da Universidade D. Francisco Lemos de Pereira Coutinho (1735-1822)[100].

No canto noroeste, os espaços do piso térreo sofreram adaptações significativas a partir de 1939, com o intuito de serem integrados no contexto expositivo, ao prever-se a instalação de salas para mostra de ferros forjados — coleção de arte industrial organizada pelo primeiro diretor — e a passagem dos exemplares de escultura em pedra dos séculos XVII e XVIII, gerando assim mais espaço para a exibição coerente do acervo disposto na Galeria do Renascimento (bloco sul)[101]. A utilização desta nova área em termos estritamente expositivos só se efetivou em 1949, cinco anos após a morte de Vergílio Correia[102].

A falta de condições para a ampliação das secções já dispostas no circuito e a necessidade de constituir novas coleções, em particular a de Etnografia — ainda ausente num espaço museológico de cariz regional —, levaram o segundo diretor a solicitar à Direção Geral do Ensino Superior e Belas Artes a devolução das salas amigavelmente cedidas, desde 1920, ao Instituto de Coimbra, numa decisão unilateral tomada durante a vigência de António Augusto Gonçalves. Sitos no ângulo Nordeste do complexo arquitetónico, com entrada pela Rua de São João e próximas ao arco do bispo — que procedia a ligação entre o paço episcopal e as salas do Cabido, contíguas à Sé Nova —, os referidos espaços só seriam entregues em definitivo ao museu em junho de 1940, detendo um caderno de obras já aprovado que previa a eliminação das divisões internas. O referido projeto não avançou uma vez que colidiu com a requalificação da cidade universitária, levando ao derrube do referido recinto, juntamente com os anexos da igreja de São João de Almedina, em agosto de 1944, e não

[100] Século XVIII, MNMC 7.350; FREITAS, 2016: 235; CORREIA, 1939a: 104; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [12]; *Guia de Portugal*, 1944: 256.
[101] CORREIA, 1939b: 1; MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [12].
[102] FREITAS, 2016: 246-249.

permitindo, de igual modo, a permanência do arco do bispo, demolido passados quase quatro anos, no mês de abril de 1948[103].

Por fim, resta-nos aludir às espectativas geradas pelo desentulhamento, iniciado em 1933, dos dois pisos do criptopórtico do *forum* da *civitas aeminiensis*, uma vez que, seguindo o raciocínio de Vergílio Correia, «por um estranho destino, o edifício que havia de ser Museu guardava, portanto, nas suas entranhas, a mais vasta obra de arquitectura que nos resta da época romana»[104]. Os trabalhos arqueológicos não impediram a organização de visitas guiadas, pelo menos desde 1943, aos alunos da Faculdade de Letras, no contexto das disciplinas de Arqueologia e de História da Arte, lecionadas pelo próprio diretor[105]. O objetivo de abrir, ao público e sem restrições, as galerias romanas, com iluminação artificial e uma vertente museológica instituída, só se atingiu em 1970[106].

CONCLUSÃO (FIM DA VISITA)

Em 1939, ao efetuar uma breve caraterização da instituição que dirigia, Vergílio Correia enalteceu o seguinte:

> *Ao interesse despertado pelas coleções expostas, acresceu a atração do próprio edifício, cuja origem remonta ao tempo dos romanos. A adaptação do velho Paço dos Bispos, ao fim a que o destinaram teve como consequência a relevação de trechos muito antigos quer das subestruturas, quer das obras vivas, que tornaram o conjunto duplamente museu, pelo continente e conteúdo*[107].

Dada a especificidade e elasticidade temporal de um edifício/«continente» pleno de memórias arquitetónicas da cidade — «levantadas do chão», compreendidas e contextualizadas durante a sua vigência enquanto diretor —, o MMC ultrapassou a mera função, inerente a todas as instituições análogas, de expor espécimes/«conteúdo» dentro (e fora) de quatro paredes. A relevância do edificado no cômputo do património arquitetónico português, já compreendida aquando da sua elevação ao estatuto de Monumento Nacional (1910)[108], obrigou a ações específicas por parte da tutela (Ministério das Obras Públicas), e da DGEMN em particular — uma «máquina» igualmente propagandística bem oleada com generosas dotações —, que almejaram a monumentalização do edifício, a partir da progressiva retirada da função de «escaparate» nas diferentes fachadas, enaltecendo-lhe, por um lado, os códigos estéticos

[103] FREITAS, 2016: 237-242.
[104] MUSEU MACHADO DE CASTRO, 1941: [5].
[105] FREITAS, 2015, vol. II: 432.
[106] FREITAS, 2016: 293.
[107] CORREIA, 1939a: 99.
[108] PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria, 1910.

originais e, no sentido inverso, forçando-lhe a unidades estilísticas, onde a utilização do «falso» também se verificou. Compreenda-se, ainda, a atitude de salvaguarda patrimonial a partir da incorporação de elementos arquitetónicos de grande volumetria provindos de outras edificações que a cidade, aos poucos, via fenecer.

A preservação das preexistências dispostas nos espaços internos — com destaque para os vestígios medievos da igreja de São João de Almedina — levou à modificação das galerias do quadrante norte e nascente (rés do chão), de modo a proceder-se ao seu enquadramento através de uma narrativa expositiva, concordante com o seu estilo e cronologia, chamando ao novo contexto o acervo de fragmentos arquitetónicos medievos depositados na instituição. Assim, «Como acontece em Cluny, o museu ficará instalado sobre outro museu», salientou o segundo diretor em 1935, ao anunciar em diário regional as referidas alterações, numa invocação de outro organismo internacionalmente reconhecido pela sobreposição de memórias arquitetónicas — o parisiense Musée de Cluny, atual Musée National du Moyen Âge —, não deixando ainda de compreender, neste aspeto, as valências futuras do criptopórtico enquanto monumento e espaço museológico[109].

Além da reconstituição e integração, no espaço expositivo, dos passados arquitetónicos que as paredes ocultaram ou que a terra guardou, as transformações efetuadas por Correia dificilmente conseguiram fugir às marcações espaciais já deixadas pelo consulado anterior, quer pelas características do acervo a expor — colocando o de maior peso e volumetria no piso térreo —, quer na persistente dicotomia entre a qualidade museográfica aplicada no piso térreo e os reduzidos predicados das salas do andar cimeiro, que, embora esbatida, apresentou-se ainda longe de uma total equalização.

Na *mise en exposition* concebido durante o consulado de Vergílio Correia denota-se ainda a: tentativa de refinamento expositivo, através da diminuição das peças em exibição, remetendo o excesso para reservas; ordenação interna das galerias por ordem cronológica (Galeria da Imaginária de Madeira e Galeria da Pintura Antiga); constituição de novas áreas (Sala Manuelina e Galeria de Pintura Moderna); opção pelas reconstituições de grande formato (aplicação de tetos mudéjares, colocação de mosaicos romanos em paredes, bem como de retábulos da renascença coimbrã); constituição de conjuntos (pouco) harmónicos, embora concordantes em termos cronológicos, numa aproximação às *period rooms* (Vestíbulo de Poente); criação de um contexto expositivo apartado do circuito habitual do visitante, numa espécie de reserva visitável (Sala Camilo Pessanha); integração do pátio principal na circulação do visitante (a denominada galeria de D. Afonso de Castelo Branco); manutenção *in situ* de elementos decorativos anteriores à musealização no paço episcopal e na igreja de São João de Almedina.

[109] CORREIA, 1935: 1.

Vagueando pelas galerias do MMC entre 1931 e 1944, não se encontram evidentes as referências museográficas (nacionais e/ou internacionais) que poderiam ter influenciado o contexto expositivo definido por Vergílio Correia. Neste âmbito, a escassez de estudos de caso do panorama museológico português não nos permite avançar com uma análise comparativa coerente. Ainda assim, as circunstâncias em que o referido diretor se formou, em termos museológicos, com passagem como conservador pelos museus nacionais de Lisboa (Arqueologia e Arte Antiga), que o levaram a privar com José Leite de Vasconcelos (1858-1941) e José de Figueiredo, bem como as missões de estudo efetuadas a instituições congéneres europeias e o conhecimento dos principais museólogos francófonos, levam-nos a intuir serem estes os caminhos de uma aprendizagem museográfica solidificada[110].

Internacionalmente, as boas-práticas instituídas a este nível encontram-se firmadas no manual de referência *Muséographie: Architecture et aménagement des musées d'art*, resultante de uma discussão saída do Congresso Internacional de Museologia, organizado em Madrid em 1934, com a chancela do Office International des Musées. Em termos paradigmáticos, defendeu-se, neste «areópago» dos principais museólogos europeus, a quebra da lógica museu-armazém e o consequente despojamento de uma *mise en scène* formatado para exibição dos elementos patrimoniais mais relevantes, legendados *in situ* e escalpelizados através de catálogos-guias, com o intuito de providenciar uma maior compreensão e deleite do visitante[111]. Se parte destes preceitos se encontram instituídos em algumas das galerias principais do museu conimbricense (sobretudo as do piso térreo), uma análise ao grau de execução deverá ter em conta as insuficientes dotações provindas da tutela (Ministério da Instrução Pública), que serviram, essencialmente, para cumprir com o pagamento aos funcionários, deixando de parte quaisquer projetos de transformação expositiva de maior fôlego.

No cômputo geral e perante o cenário expositivo definido por Vergílio Coreia, uma pergunta se impõe: foi o MMC uma instituição de âmbito regional, tal como definiu, em 1930, o seu diretor? A presença de um acervo condicente com as disciplinas de arqueologia e arte proveniente das casas religiosas da cidade/região, bem como a marcada presença da história local, a partir da sala gráfica e citadina Coimbra Antiga, contrastou com a total ausência de uma vertente marcadamente etnográfica, não permitindo, em nosso entendimento, a realização plena do referido conceito. Contudo, o próprio diretor não deixou de compreender a excecional qualidade do acervo exposto na instituição que comandava, cuja relevância artística no país abriria possibilidades de elevação a outro *status*:

[110] FREITAS, 2016: 88-98; FREITAS, 2019a: 82-84.
[111] *Muséographie*, 1935.

> *À escultura se concede* […] *a maior importância. Por ela, de facto, o Museu se superioriza, com as suas admiráveis séries que vão da época romana ao século XVIII. Conto mesmo que um dia — talvez não muito distante — o Museu de Coimbra seja considerado, oficialmente, o Museu Nacional de Escultura, tal como o de Valladolid, em Espanha*[112].

Com o falecimento repentino de Vergílio Correia, ocorrido a 3 de junho de 1944, o cargo que ocupava permaneceu vacante e as responsabilidades técnicas e científicas foram assumidas pelo «capelão de São João» António Nogueira Gonçalves, até 18 de maio de 1951, iniciando-se, nesta data, o consulado de Luís Reis Santos (1898-1967) à frente do espaço museológico[113].

Assumindo uma museologia onde a arqueologia detinha um papel assaz fundamental, não só como disciplina, mas também numa vertente eminentemente prática sobre um complexo arquitetónico de elevada elasticidade temporal, Vergílio Correia definiu, por escrito, tais conceções museológicas respondendo à seguinte questão:

> *Como se faz um Museu? Pois como se vê: estabelecendo um plano e executando-o, criando as secções indispensáveis, não deixando perder elementos, vigiando os desaterros e as reconstruções, de modo a recolher tudo quanto é antigo, tudo quanto vai levar às colecções, o claro-escuro das cousas que morreram… e que perduram*[114].

FONTES

Fundos

Arquivo do Museu Nacional de Machado de Castro

AMNMC. *Diário,* Ofertas e Compras, Registo de entradas de Objectos, Livro 1.º 1924-1935.

AMNMC. *Diário do Museu* (1934-1944).

AMNMC. *Livro de Entradas de Objectos* (1930-1942).

AMNMC. *Livros de Inventário:* Livro 1 (n.º 1 a n.º 2885); Livro 2 (n.º 2856 a n.º 4121); Livro 3 (n.º 4122 a n.º 4496); Livro 4 (n.º 4501 a n.º 6000); Livro 5 (n.º 6001 a n.º 7561); Livro 6 (n.º 7562 a n.º 8097); Livro 7 (n.º 8098 a n.º 8788); Livro 8 I (n.º 8789 a n.º 9277); Livro 8 II (n.º 9278 a n.º 10 140), Livro 9 (n.º 10 411 a n.º 12 232).

AMNMC. Pasta *Desenhos*.

AMNMC. Pasta *Fotografias.*

AMNMC. Pasta PT DGEMN:DSARH-010/079-0374, caderno *Museu Machado de Castro. Plantas*, 12-07-1948.

---

[112] CORREIA, 1935: 1.

[113] FREITAS, 2016: 104-107; FREITAS, 2019c: 273-275.

[114] CORREIA, 1935: 1.

Coleção Particular Regina Anacleto
CPRA. *Fotografias e Postais*.

Museu Nacional de Machado de Castro (n.º de coleção/inventário do acervo)
MNMC E599; MNMC 150; MNMC 578; MNMC 587 a 591; MNMC 611; MNMC 645; MNMC 704; MNMC 799; MNMC 827; MNMC 851; MNMC 867; MNMC 887; MNMC 1080 a 1085; MNMC 1969; MNMC 2518 a 2519; MNMC 2521 a 2524; MNMC 2526; MNMC 2578 a 2587; MNMC 2622; MNMC 4056; MNMC 4085; MNMC 4098; MNMC 4102; MNMC 4121; MNMC 6037; MNMC 6050; MNMC 7350; MNMC 7985; MNMC 10891; MNMC 11267.

Legislação

PORTUGAL. Ministério da Educação Nacional (1965). *Decreto-Lei n.º 46758*. «Diário do Governo. Série I». 286 (1965-12-18) 1696-1705.
PORTUGAL. Ministério da Instrução Pública (1932). *Decreto n.º 20985*. «Diário do Governo. Série I». 56 (1932-03-07) 431-436.
PORTUGAL. Ministério das Obras Públicas Comércio e Indústria (1910). *Decreto de 16-06-1910*. «Diário do Governo». 136 (1910-06-23) 2163-2166.
PORTUGAL. Ministério do Interior (1911). *Decreto n.º 1 de 26-05-1911*. «Diário do Governo. Série I». 124 (1911-05-29) 2244-2247.

Fontes Impressas

ALMEIDA, Lourenço Chaves de (1947). *Subsídios para a história do Museu Machado de Castro*. «Ocidente». 106, 69-72.
ALMEIDA, Lourenço Chaves de (2007). *Memórias de um ferreiro*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
CORREIA, Vergílio (1930). *Da importância dos museus regionais*. «Biblos». VI, 318-328.
CORREIA, Vergílio (1934). *A Pintura em Coimbra no século XVI*. «Biblos». X, 1-20. Separata.
CORREIA, Vergílio (1935). *Arte e arqueologia: Como se faz um museu*. «Diário de Coimbra». 1689 (7 maio 1935) 1.
CORREIA, Vergílio (1936). *Arte e arqueologia: Restauro de monumentos: Obras em curso*. «Diário de Coimbra». 1927 (22 jun. 1936) 1.
CORREIA, Vergílio (1937). *Arte e Arqueologia: Imaginária gótica Coimbrã*. «Diário de Coimbra». 2171 (4 mar. 1937) 1.
CORREIA, Vergílio (1938). *Uma «caixa de surprezas»*. «Diário de Coimbra». 2741 (24 out. 1938) 1.
CORREIA, Vergílio (1939a). *Museu Machado de Castro*. In GIRÃO, A. de Amorim; SOARES, Torquato de Sousa; CORREIA, Vergílio. *Coimbra e Arredores*. Coimbra: Comissão Municipal de Coimbra, pp. 99-104.
CORREIA, Vergílio (1939b). *Temas de arte e arqueologia: Obras no Museu Machado de Castro*, «Diário de Coimbra». 2943 (22 maio 1939) 1.
CORREIA, Vergílio (1940). *Museus Regionais*. «Diário de Coimbra». 3202 (12 fev. 1940) 1.
CORREIA, Vergílio (1941). *O Portal de Santana*. «Diário de Coimbra». 3862 (15 dez. 1941) 1.
CORREIA, Vergílio (1942). *Museu Machado de Castro*. In GIRÃO, A. de Amorim; SOARES, Torquato de Sousa; CORREIA, Vergílio. *Coimbra*. Coimbra: Instituto para a Alta Cultura, pp. 99-106.
CORREIA, Vergílio (1943). *Coimbra pré-românica*. «Diário de Coimbra». 4272 (8 fev. 1943) 1.
GUIA de Portugal. Vol. III: Beira I — Beira Litoral. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1944.
MUSEU MACHADO DE CASTRO (1931a). *Coimbra Antiga: Catálogo da Sala de Documentação Gráfica e Citadina*. Coimbra: Imprensa da Universidade.

MUSEU MACHADO DE CASTRO (1931b). *Sala de Coimbra Antiga*. «Arte e Arqueologia». Ano I (1931) 249-252.
MUSEU MACHADO DE CASTRO (1940). *Secção de ourivesaria: Catálogo-Guia*. Coimbra: Coimbra Editora.
MUSEU MACHADO DE CASTRO (1941). *Secções de Arte e Arqueologia: Catálogo-Guia*. Coimbra: Coimbra Editora.
MUSEU MACHADO DE CASTRO (1943). *Secção de Tecidos, Bordados, Tapeçarias e Tapetes: Catálogo-Guia*. Coimbra: Coimbra Editora.
MUSEU MACHADO DE CASTRO (1947). *Secção de Cerâmica I: Faiança Portuguesa*: *Catálogo-Guia*. Coimbra: Coimbra Editora.
RAMALHO, M. Costa (1936). *Coimbra: Roteiro ilustrado*. Lisboa: Edição do Guia de Portugal Turístico.

BIBLIOGRAFIA

DAVALLON, Jean (1986). *Claquemurer, pour ainsi dire, tout l'univers: la mise en exposition*. Paris: Centre Georges Pompidou.
DAVALLON, Jean (2000). *L'Éxposition à l'oeuvre: Stratégies de communication et médiation symbolique*. Paris: L'Harmattan.
DAVALLON, Jean (2006). *Le Don du patrimoine: une approche communicationnelle de la patrimonialisation*. Paris: Lavoisier.
FREITAS, Duarte Manuel (2015). *Memorial de um Complexo Arquitetónico Enquanto Espaço Museológico: Museu Machado de Castro (1911-1965)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2 vols. Tese de doutoramento. [Consult. 01 jun. 2021]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10316/86939>.
FREITAS, Duarte Manuel (2016). *Museu Machado de Castro: Memorial de Um Complexo Arquitetónico Enquanto Espaço Museológico*. Casal de Cambra: DGPC; Caleidoscópio.
FREITAS, Duarte Manuel (2019a). *Correia, Vergílio*. In *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: IHA-NOVA, pp. 82-84.
FREITAS, Duarte Manuel (2019b). *Gonçalves, António Nogueira*. In *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: IHA-NOVA, pp. 140-142.
FREITAS, Duarte Manuel (2019c). *Santos, Luís Reis*. In *Dicionário Quem é Quem na Museologia Portuguesa*. 1.ª ed. Lisboa: IHA-NOVA, pp. 273-275.
FREITAS, Duarte Manuel (2020). *Para uma árvore genealógica museológica: o caso singular do Museu Machado de Castro*, «MIDAS – Museus e Estudos Interdisciplinares». 11, 1-18. [Consult. 01 jun. 2021]. Disponível em <https://journals.openedition.org/midas/2127>.
FREITAS, Duarte Manuel (2021). *O «efeito confuso da pitoresca aglomeração de cousas diversas»: particularidades do discurso expositivo nos primórdios do Museu Machado de Castro, 1913-1931*. «[Estudos de Homenagem a José Amado Mendes]». Coimbra: Imprensa da Universidade. [No prelo].
GLICENSTEIN, Jérôme (2009). *L'art: une histoire d'expositions*. Paris: Presses Universitaires de France.
HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998). *El museo como espacio de comunicación*. Gijón: Trea.
MONTEIRO, Joana d'Oliva (2016). *Um Modelo de avaliação de exposições de arte: Estudo de caso: Museu Nacional de Arte Antiga*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento policopiada.
MUSÉOGRAPHIE: Architecture et aménagement des musées d'art: Conférence International d'Études. Madrid 1934. Société des Nations, Office International des Musées: Institut International de Coopération Intellectuelle, 1935, 2 vols.
NOORDEGRAAF, Julia (2004). *Strategies of display: Museum presentation in nineteenth and twentieth century visual culture*. Rotterdam: Museum Boijmans Van Beuningen Rotterdam; NAI010 Publishers.
RIBEIRO, José Diogo Henriques Seco (2002). *A Colecção de arte chinesa do poeta Camilo Pessanha*. «Arquivo Coimbrão». XXV, 115-249.

O *CAPITAL* DA FRUSTRAÇÃO: TRANSIÇÃO POLÍTICA E REGULAÇÃO ECONÓMICA NO FIM DO MARCELISMO

MÁRCIO BARBOSA*

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A progressiva deterioração das condições de governo de Marcello Caetano (1968-1974) deveu-se a muitos e variados fatores, desenvolvidos na nossa tese de doutoramento, distinguida com o Prémio Victor de Sá — *Novo Estado Marcelista (1929-1974)*. Pretende-se aqui somente refletir sobre alguns desses fatores conjunturais, nomeadamente paradoxos, frustrações ou movimentos contracíclicos daquele momento histórico que dificultaram o processo decisório e ação política de Caetano.

Que novidade ou mudança seria consentida pelos eixos de tensão internacional? Qual o nível de convergência ou divergência do discurso e orientação marcelista com os movimentos político-económicos dominantes no chamado mundo capitalista? A relação entre transição política e regulação económica seria decisiva? O planeamento seria apenas um instrumento de desenvolvimento e um mecanismo de normalização do sistema ou seria mais do que isso?

2. O PARADOXO GLOBAL: CRISE, (IN)GOVERNABILIDADE E DEMOCRACIA

Entre as mudanças profundas que se devem à Grande Guerra, podemos destacar a irreversível valorização estratégico-política dos meios de mobilização e controlo das consciências como eixo da nova arte de governar[1]. Neste sentido, o professor de ciência política P. T. Moon definia o inalienável valor da propaganda, quer como meio educativo das massas no domínio das relações internacionais, ignorando já os conceitos de estado-nação e de nacionalismo, quer como instrumento para o idealismo democrático e os seus contrários, os totalitarismos nazi-fascista e estalinista[2].

A emergência da poderosa arma da propaganda, das técnicas de persuasão e gestão das democracias de massas (a grande sociedade), controladas numa primeira fase pelo estado e mais tarde também por poderosas companhias ou organizações multinacionais, levariam o politólogo H. Lasswell (1902-1978) a considerar que os limites da «competência» dos cidadãos para participarem, por sua iniciativa, na

* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Email: mscb09@hotmail.com. Márcio Sérgio Costa Barbosa (Prémio 2016).
[1] Não por acaso, um dos conselheiros do presidente Wilson em Versailles foi precisamente Walter Lippmann (1889-1974), o autor de *Opinião Pública* (1922), que influenciaria profundamente a obra homónima de Marcello Caetano em 1965.
[2] MOON, Parker Thomas (1925). *Syllabus on international relations*. New York: Macmillan & Co., p. 122.

construção da vontade geral, tinham sido irreversivelmente ultrapassados pela complexidade da sociedade[3].

Dentro desta linha de pensamento, consolidada após 1945, verificou-se uma importante metamorfose teórico-discursiva. A interrupção do círculo virtuoso do crescimento económico, precisamente entre 1968 e 1974, resultou na substituição gradual do conceito de progresso linear e cumulativo (kantiano-positivista), caído (definitivamente?) em desgraça, pela semântica global ou globalizante, até então em estado embrionário. O primeiro amparo intelectual em relação à nova semântica consistiria, eventualmente, na desconstrução da dominante perspetiva físico-cosmológica segundo a qual o processo de globalização se desenvolve sob o signo de ausência gravitacional. Uma ideia que facilita a sensação de liberdade, espontaneidade, igualdade de oportunidades ou inexistência de direção e controlo.

A ausência de ideias de que também falava Lasswell proporcionou o terreno fértil para o germinar da convicção de que o capital financeiro seria bem-sucedido onde o trabalho havia falhado — «trabalhadores do mundo, uni-vos». Os grandes grupos financeiros internacionais e empresas multinacionais constituíram a imparável vanguarda das novas estratégias de integração e expansão à escala planetária, com uma aparência não-ideológica. A famosa tecnocracia, segundo o modelo norte-americano, foi o instrumento visível da vitória do quantitativo sobre o qualitativo, segundo o princípio elementar de que os números não conhecem ideologias. Algo também traduzível, talvez incorretamente, numa certa ideia de ideologia dos números, genericamente associada ao chamado neoliberalismo. A decisão política (nacional/regional) ficou assim tendencialmente cativa duma realidade económico-financeira que parecia impor-se sempre externamente, fosse qual fosse a geografia.

O esforço levado a cabo por autores como L. Althusser (1918-1990)[4] no sentido de reposicionar o elemento ideológico e, por conseguinte, o estado no eixo da roda surgia em contraciclo[5]. Em 1968, precisamente quando Marcello Caetano (MC) substituía o velho ditador, Peter Drucker (1909-2005), um dos grandes teóricos da gestão e administração modernas, intuía a reestruturação em curso na nova economia planetária, ao referir-se à necessidade de *discontinuity*, não para a emergência dum novo regime ou sistema político, mas da *new age* que resumiu numa expressão sintomática: *global shopping center*[6]. Os *world managers* foram substituindo progressivamente os políticos como modelos e agentes de governação. Do mesmo modo,

[3] LASSWELL, Harold (1927). *Propaganda Technique in the World War*. New York: Alfred Knopf.
[4] ALTHUSSER, Louis (1974 [1970]). *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. Lisboa: Editorial Presença.
[5] Não deixa de ser curioso, à luz da teoria crítico-reprodutivista de Althusser, que MC tenha sido professor (elogiado como tal por todos) dos futuros primeiros líderes dos quatro principais partidos do regime da constituição de 1976: Álvaro Cunhal (PCP), Mário Soares (PS), Sá Carneiro (PPD-PSD) e Freitas do Amaral (CDS).
[6] DRUCKER, Peter (1968). *The Age of Discontinuity*. New York: Harper and Row.

a indefinição que determinava a semântica global demonizou o seu elemento antinómico, o estado-nação (esse *monster*, segundo Drucker).

A aspiração à supranacionalidade, outrora domínio exclusivo da imaginação literária e da especulação filosófica, estava agora, subitamente, ao alcance de poderosas empresas globais. Com a promoção da velocidade a virtude, nenhuma ideia podia competir com o dólar. As técnicas de propaganda, amadurecidas durante décadas, conseguiam transferir a essência da política para o serviço mercantilista, disfarçando até à omissão o único verdadeiro objetivo: crescimento e lucro ilimitado[7]. Elemento que também constitui, sem dúvida, uma das causas da erosão do discurso político. Como corolário desse processo, verificou-se uma captura da incansável missão civilizadora europeia por parte da emergente semântica globalizante.

Neste sentido, o confronto ideológico sofreu uma profunda deslocação gravitacional. Conceções ideológico-políticas contrárias viam-se perante o mesmo desafio de sobrevivência e perante o mesmo inimigo externo. O ponto de encontro seria a defesa do interesse nacional. Repare-se como a esquerda progressivamente se nacionalizou, adotando um discurso patriótico. Daí que também MC tentasse alinhar com o movimento de convergência para esse ponto de encontro partindo do contrário ideológico, dum regime antidemocrático e nacionalista para um «regime progressivo»: «o culto da Pátria não pode traduzir-se, porém, em nacionalismo exclusivista e apegado cegamente às tradições. A tradição é dinâmica»[8]. No fundo, a evolução natural da crítica ao «nacionalismo exacerbado» que fizera nos anos 30.

O caso mais notável, contemporâneo de MC, foi sem dúvida o governo de S. Allende (1970-73), grande protagonista na cruzada desmistificadora da «mentira» civilizadora global. Em dezembro de 1972, na conferência da ONU para o comércio e desenvolvimento, Allende afirmou sem rodeios que «os mercados não têm pátria»[9]. Embora partindo de polos opostos, como se disse, a convergência é evidente, por paradoxal que possa parecer. É possível que o próprio MC se tenha apercebido dessa contingência quando apresentou pela primeira vez o seu «Estado Social», pelo cuidado aparentemente dispensável em esclarecer que não era «socialista»[10].

A convergência estendia-se também à intenção de cumprir «cada vez com mais firmeza e com mais resolução as missões que o nosso tempo impõe aos Estados». No caso português, o objetivo não consistiria em expulsar o «capitalismo imperialista»,

[7] Vejam-se alguns *slogans* de multinacionais norte-americanas anteriores a 1974: «For the benefit of mankind»; «ITT at the service of men and nations»; «The best ideas are the ideas that help people. ITT».

[8] CAETANO, Marcello (1972). *Contra a revolução fomentadora de anarquia e criadora de miséria*. Discurso proferido na sessão de encerramento do plenário da C.D. de Setúbal da ANP, a 18 de junho de 1972, SEIT, p. 6.

[9] Discurso de Salvador Allende *apud* MATTELART, Armand (2000). *História da Utopia Planetária: da cidade profética à sociedade global*. Lisboa: Bizâncio, p. 296.

[10] «O Estado deve tomar resolutamente na sua mão os comandos da vida económica para a nortear, para a impulsionar, para a disciplinar. Mas não para a entorpecer. […] É por isso que defendo um Estado Social — mas não socialista».

mas atraí-lo moderada e controladamente. Embora criticasse a conceção socialista/comunista de progresso da sociedade — «como é errada essa visão das coisas!» — e se esforçasse por ser pragmático, até se sentir traído pelos «privilegiados», a preocupação estava presente[11].

Aproximando-se de uma confirmação da «teoria da convergência dos sistemas»[12], seria na realidade o espírito de resistência, tanto à direita e como à esquerda. Ao contrário de François Mitterrand (1916-1996), quando preconizou «um socialismo do possível»[13], Allende procurou implementar «o» socialismo democrático (impossibilitado). Numa convergência da diferença, o corporativismo atualizado de MC continuava a postular-se como o corretor do capitalismo[14]. Segundo a noção marcelista de que a estrutura corporativa permitiria, em qualquer circunstância, manter as rédeas da economia e resguardá-la dos excessos capitalistas. No fundo, a resposta ao repto da invasão pelo mundo a que se referia Adérito Sedas Nunes em 1966. Sem, contudo, ser conquistado[15].

O impulso inflacionista generalizado no final dos anos 60, que condicionaria decisivamente o governo de MC, era o mal visível dum complexo paradoxo[16]. A expansão sem precedentes do capital transnacional gerara também uma profunda crise de confiança, elemento chave dos mercados, nesse mesmo modelo de crescimento económico. Para isso contribuíram uma série de fatores, destacando-se: o fim da convertibilidade do dólar em ouro decidida por Nixon em 1971, a liberalização generalizada dos movimentos de capitais nos EUA em 1974, a crise petrolífera em 1973/1974, as pressões do Grupo dos 77 no seio da ONU e a estagnação da produção industrial nas economias mais desenvolvidas.

Não menos importante, verificar-se-ia a agudização da crise do modelo do *welfare state* ou estado social. As dificuldades da social-democracia nos países escandinavos, paradigmas por excelência desse modelo, demonstram a força daquela conjuntura internacional. Na Noruega, o socialismo reformista fora ultrapassado pela formação de uma maioria moderada/conservadora entre 1965 e 1971. Na Suécia, o primeiro governo de Olof Palme, iniciado em 1969, foi condicionado desde o princípio por uma lenta agonia, até ser derrotado nas eleições de setembro de 1976.

---

[11] CAETANO, Marcello (1969). *Ninguém pode escusar-se a cumprir deveres para com a pátria*. Discursos proferidos, em maio de 1969, na cidade do Porto, SEIT, pp. 11 e 20-21.

[12] Vários autores terão contribuído decisivamente para o desenvolvimento da teoria, no entanto destacamos aqui dois autores: TINBERGEN, Jan (1903-1994) e GALBRAITH, John Kenneth (1908-2006).

[13] MITTERRAND, François (1973 [1971]). *Um socialismo do possível*. Lisboa: Moraes Editores.

[14] «O presidente do Conselho chama a atenção [para o facto] de nos últimos quarenta anos ter sido possível evitar, por meio de providências adequadas, as crises periódicas de sobreprodução não deve ser motivo para nos esquecermos do perigo. Claro que não é a economia portuguesa que as desencadeia: mas a universalização dos fenómenos origina por todo o lado a produção de sintomas que importa considerar com atenção». AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 1, ata n.º 9 (08/06/70), f. 10.

[15] NUNES, Adérito Sedas (1966). *Sociologia e ideologia do desenvolvimento*. Lisboa: Moraes Editores, pp. 257-284.

[16] GALBRAITH, John Kenneth (1974). *Inflação: mal universal!* Lisboa: D. Quixote.

O segundo grande paradoxo consistia no conflito astuciosamente concebido ou espontaneamente despoletado, conforme o grau de boa-fé aplicado na leitura, entre liberdade e democracia. Por um lado, a análise exclusivamente economicista operada por um determinado setor neoliberal, onde se destacou Milton Friedman (1912-2006). Com base no princípio de que «a igualdade entra vivamente em conflito com a liberdade», Friedman considerou que «uma sociedade que põe a igualdade à frente da liberdade acabará por não ter nem igualdade nem liberdade», dado que, para o economista, «uma sociedade que põe a liberdade em primeiro lugar acabará por ter, como feliz subproduto, mais liberdade e mais igualdade»[17].

Por outro lado, o anúncio do suposto fracasso das democracias ocidentais. O relatório final (1975) da Comissão Trilateral, promovida em julho de 1973 por iniciativa do *bilderberger* D. Rockefeller e constituída por largas dezenas de individualidades do chamado mundo ocidental (incluindo o Japão), entre as quais se destacaram o francês M. Crozier, o americano S. P. Huntington e o japonês Joji Watanuki, começou com uma pergunta inquietante do diretor da Trilateral, Z. Brzezinski: «a democracia está em crise?» A resposta daqueles três autores não podia ser mais negativa: «as democracias ocidentais são ingovernáveis»[18]. Já a conclusão oferecida por Huntington continua a suscitar a maior perplexidade: «acabámos por reconhecer que há limites para o crescimento económico. Há também limites potencialmente desejáveis para a extensão indefinida da democracia política»[19]. Ou seja, a aparente preocupação com a saúde das democracias ocidentais carregava um outro sentido: desenvolver mecanismos que possibilitassem ao sistema demoliberal suprimir a revolta e as tensões sociais em face do aumento das desigualdades.

O discurso de MC era assim apanhado em contraciclo pelo último paradoxo de todos: por um lado, minotaurizado por mais de quatro décadas de ditadura e, por outro, caucionado pelo contexto de crise profunda em que o ocidente se via mergulhado. O excecionalmente longo prefácio de MC à terceira coletânea dos seus discursos, «Renovação na Continuidade», foi inteiramente dedicado a esse problema[20]. Um texto perfeitamente integrado, intelectual e politicamente, no debate em curso.

[17] FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN Rose (s.d. [1979]). *Liberdade para escolher*. Lisboa: Europa-América, p. 202.

[18] «Multiplicam-se os fatores de desestabilização. Na economia, reafectação e austeridade passaram a ser as palavras-chave. […]. Quanto mais democrático é um sistema, mais exposto está a ameaças intrínsecas. Nos últimos anos, o funcionamento da democracia parece incontestavelmente ter provocado uma derrocada dos meios tradicionais de controlo social, uma deslegitimação da autoridade política e das outras formas de autoridade, e uma sobrecarga de exigências dirigidas ao governo, exigências essas que excedem a sua capacidade de as satisfazer. Entre os desafios, destacaram «o que é lançado pelos intelectuais e pelos grupos próximos deles, que afirmam o seu desagrado perante a corrupção, o materialismo e a ineficácia da democracia, e ao mesmo tempo perante a submissão dos governos democráticos ao capitalismo monopolista». Comparável, segundo os autores, ao que se passou anteriormente com «as cliques aristocráticas», os movimentos fascistas e os partidos comunistas».

[19] CROZIER M.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. (1975). *The crisis of democracy: Report on the governability of democracies to the Trilateral Commission*. New York: University Press, pp. 4-8 e 115.

[20] CAETANO, Marcello (1971). *Renovação na Continuidade*. Lisboa: Verbo, pp. VII-XXXIX.

Quer na identificação da fragilidade democrática, «uma flor de estufa», quer pela resistência à cavalgada imparável e neoliberal dos mercados.

Com o agudizar da situação política interna, o discurso foi evoluindo. Um ano depois, em setembro de 1972, rejeitou abertamente a democracia parlamentar[21]. Em junho de 1973, um mês antes do apelo internacional de David Rockefeller, MC fazia o seu «apelo ao interesse geral». Depois de pretender acabar «com essa classificação ridícula de direitismos e esquerdismos quanto às atitudes e procedimentos do governo», proferiu um dos discursos mais significativos:

> *Não pensem os ingénuos que há terceiras vias. Que pode ter êxito um regime liberal-democrata para o qual, mesmo no tempo em que ele era atual na Europa, nunca mostrámos capacidade, ou alguma fórmula de social-democracia sem dirigentes nem apoio popular*[22].

A simplificação operada por MC aproximava-se, bem decerto, da primeira proposição nietzschiana sobre a «crise» e a «ideia de eterno retorno»[23]. Mas qual o derradeiro sentido destas palavras? O evidente abandono dos requintes semânticos em torno da palavra democracia, que fizeram as delícias do seu antecessor e de alguns dos seus críticos, parecia denunciar a criogenização da moderação e a suspensão do futuro em aberto. Precisamente quando se equacionava, no sentido da salvaguarda do consenso seriamente ameaçado, um modelo neocorporativo de organização estatal, após a explosão em França e Itália dos conflitos sociais em 1968/1969.

Em face duma previsível reinstitucionalização dos «conflitos de classes», MC adaptava-se à evolução do conceito de «terceira via». Desde que H. Macmillan definiu a *middle way* em 1938 até à *third way* trabalhista dos anos 90, o conceito foi progressivamente abandonado pelo centro-direita europeu e conservado quase em exclusividade pela social-democracia. Elementos da escola ordoliberal alemã, fundada por W. Eucken (1891-1950), chegaram a aderir. Foi o caso de W. Röpke (1899-1966). No entanto, nos finais dos anos 50 e princípios dos anos 60, no auge do chamado milagre económico alemão, Röpke abandonou a fórmula. Substituiu-a pela necessidade de construção da «primeira via», no sentido duma maior abertura (liberdade económica) do modelo de economia social de mercado, imposta por um

[21] «A democracia será um bom sistema de governo mas nos países que começam por ter a consciência daquilo que se não discute e que sabem estar o segredo da prosperidade e até do florescimento cívico no trabalho perseverante, bem feito e produtivo». CAETANO, Marcello (1972). *Ao cabo de quatro anos: problemas e soluções*. Discurso proferido perante as comissões da ANP, a 27 de setembro de 1972, SEIT, p. 14.

[22] CAETANO, Marcello (1973). *O Apelo do interesse geral*. Discurso proferido em Aveiro, a 24 de junho de 1973, SEIT, 1973, pp. 12-13.

[23] NIETZSCHE, Friedrich (2012). *A Vontade de poder: para uma transmutação de todos os valores*. Alfanje: Lisboa, p. 39. «Posições extremistas não são compensadas por posições moderadas, mas por posições *extremistas* contrárias.»

mundo cada vez mais interdependente. A identificação de MC com esse modelo ia ao encontro da visão de José Pedro Pinto Leite, profundamente ligado à RFA[24]. No entanto, o problema central a nível mundial permanecia o mesmo: a acumulação[25]. O outro prato na balança da Liberdade.

3. O CAPITAL DA FRUSTRAÇÃO: TRANSIÇÃO POLÍTICA E REGULAÇÃO ECONÓMICA

Uma análise político-economicista parcelar de processos de transição ou revolução comporta enormes limitações. Nunca será demais sublinhá-lo. Do mesmo modo se pode considerar a tentação de analisar criticamente o marcelismo à luz de processos de transição política posteriores (Espanha, URSS e ex-repúblicas soviéticas), sobretudo segundo o raciocínio do que *poderia ter sido e não foi*. Baseado, claro está, no pressuposto do sucesso (sempre político) das experiências posteriores ao que foi considerado como início da chamada «terceira vaga». Refletindo particularmente sobre a Europa de Leste, segundo o eixo orientador do seu pensamento — «teoria e prática» —, Ralf Dahrendorf concluiu o seguinte:

> *A transição política leva à frustração económica, que tem por consequência a instabilidade e a inquietação; a transição económica conduz à frustração política, que também tem por consequência a instabilidade e a inquietação. Num esquema ou noutro, a vítima é a liberdade.* […] *Não é verdade que as instituições democráticas por si libertem forças económicas; nem, pela mesma ordem de ideias, o desenvolvimento baseado no mercado cria uma constituição política de liberdade. No mínimo, há um hiato temporal considerável* [três anos] *entre a mudança económica e política*[26].

Os dados sobre os quais o Conselho de Ministros para os Assuntos Económicos (CMPAE) começou a trabalhar em 1970 não eram animadores. A produção industrial e o investimento privado tinham estagnado em 1965 e o III Plano de Fomento (PF) falhava em aspetos fundamentais. Até 1969 o «desenvolvimento económico» não estava a «processar-se ao ritmo esperado» nem se estavam a cumprir «as metas relativas ao emprego». O «III Plano indicava a criação de 20 000 novos empregos anuais», mas

[24] Entre 18 e 24 de janeiro de 1970, Pinto Leite acompanhou a visita de Rogério Martins à RFA. No regresso, teve longas discussões com o deputado Teixeira Pinto, defensor do velho protecionismo corporativo. «Diário das Sessões». 17 (1970-01-29) e 26 (1970-02-25).

[25] Entre outros, o economista britânico Angus Maddison (1926-2010), especialista em história macroeconómica quantitativa, salientou esse aspeto — acumulação de capital — nos seus estudos.

[26] DAHRENDORF, Ralf (1993). *Ensaios sobre o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 87-90.

verificou-se, «na realidade, um recuo da população ativa ocupada». Embora, devido à elevada emigração, o desemprego se mantivesse num nível baixo e estável[27].

A Lei de Meios para 1971 manifestava, sem grandes ruturas, uma nova «orientação geral da política económica e financeira», «política de investimento», «política económica setorial» e «política regional»[28]. Uma semana antes evidenciaram-se as enormes dificuldades nos acertos ao III PF para o último triénio, no qual ter-se-ia trabalhado «em condições deficientes e pouco seguras»[29]. No entanto, logo no final de janeiro de 1971, João Salgueiro apresentava os primeiros dados relativos a 1970: a taxa de execução do III PF estava a aumentar e, «a manter-se até final do ano a diferença registada [em relação a 1969], ser-se-á conduzido a um grau de execução próximo dos 95%»; o Instituto Nacional de Estatística já havia encurtado o prazo para o fornecimento de dados de seis para dois meses; o setor das pescas havia sido pressionado, através do ministro da Marinha, a apresentar informações; a conjuntura interna era de «alta»; o turismo saíra da «crise» e crescia a uma taxa de 20%; o nível de investimento, preços e salários estava em ascensão. Ou seja, regressar-se-ia à convergência com a Europa desenvolvida[30].

Em abril de 1973, o crescimento do PIB entrava na casa dos «7%» e a inflação mostrava «sintomas» de abrandamento[31]. A 16 de outubro desse ano, dez dias depois de se iniciar o conflito israelo-árabe do *Yom Kippur*, o governo percebia a profunda relação entre a conjuntura internacional que se estava a desenhar (crise petrolífera e explosão descontrolada da inflação) e a evolução da conjuntura económica interna[32]. Apesar disso, em todos os setores havia sinais positivos, sobretudo na indústria: «o acréscimo da produção industrial estimado para 1972 atinge a elevada taxa de 12%, tudo indicando que esse ritmo está a ser mantido no ano corrente». Desde 1971 que se registavam «fortes aumentos de salários, sobretudo rurais e femininos», cuja convergência com os demais foi uma prioridade[33]. Conforme disse MC, chegou a haver «confiança na evolução futura».

A progressiva transição económica em curso permitia inclusivamente desvalorizar, no âmbito das negociações para renovação do acordo da Base das Lajes, um eventual apoio financeiro americano[34]. Algo que ia ao encontro da pertinente crítica dirigida

[27] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 1, ata n.º 9 (08/06/70), fls.8-10.
[28] «Diário do Governo. I Série». 298 (1970-12-28) 1968 (1-4).
[29] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 1, ata n.º 17 (22/12/70), fls.3-5.
[30] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 19 (19/01/71), fls.5-12.
[31] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 4, ata n.º 48 (03/04/73), fls.3-5.
[32] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv.4, ata n.º 52 (16/10/73), fl.4.
[33] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv.2, ata n.º 29 (16/11/71), fl.5.
[34] Mário Soares «fez as suas contas e concluiu que «os americanos nos facultarão um máximo de 10 milhões de contos, o que é pouco, pois os emigrantes enviam 14 milhões por ano». AMC. Cx. 21, Correspondência/Carvalho, Henrique de Miranda Vasconcelos Martins de (diplomata, ministro da Saúde e Assistência), n.º 59 (22/12/71).

por Dahrendorf ao Plano Marshall[35]. Por outro lado, apesar de MC não ter tido ao seu lado o desejado campeão da política económica (Erhard), a afirmação de que o «ênfase está na política económica» não deixa de fazer todo o sentido. Em maio de 1971, Xavier Pintado pôde colher, à margem duma reunião da EFTA, «a impressão clara de interesse e de certa compreensão pela orientação política portuguesa»[36].

A constante pressão introduzida por MC nos CMPAE, no sentido de uma maior aceleração de processos, daria frutos em 1972. Com base no Decreto-lei n.º 283/72 era aprovado, em outubro, o conjunto de diplomas respeitantes à reorganização do setor de coordenação económica[37]. Xavier Pintado comentaria então «o facto de termos podido fazer sem perturbações uma transição que muitos receavam e de termos vivido quatro anos de paz interna»[38]. MC começava a obter sucesso na travessia do «hiato» e na «transição económica».

Tema constante nos CMPAE, a inflação era, naturalmente, muito mais do que um problema económico. Para MC, segundo palavras de agosto de 1971, o grande risco consistia em «comprometer as possibilidades de controlo sobre a evolução da economia». Nesta altura, a média da inflação na OCDE cifrava-se entre 5% e 5,5% e, como dizia X. Pintado, «já seria satisfatório que, no país, não se excedesse esta ordem de grandeza». As causas apontadas por MC nessa reunião são interessantes[39]. Dois meses depois, em outubro, pedia sugestões para a controlar, dado apresentar «indícios recentes» de «agravamento» e «motivo para um começo de alarme junto da opinião pública». Sugeriu então «moderar a subida das rendas de casa, cuja incidência no custo de vida é muito elevada»[40].

Em novembro, o CMPAE voltou ao assunto. Costa André (Tesouro) notou que, a par da emigração, a «mobilização militar teve um efeito inflacionista poderoso,

[35] «O Plano Marshall, em especial, necessita de um historiador de primeira água que mostre que foi bem-sucedido uma só vez, e, por acaso, apenas em alguns dos países a quem se ofereceram os seus benefícios, mas, acima de tudo, em condições que é improvável repetirem-se noutro lado qualquer. A mera disponibilidade de capital não resolve nada: pelo contrário, é a causa enraizada do problema da dívida, tanto na Europa de leste como no Terceiro Mundo». DAHRENDORF, Ralf (1993). *Ensaios sobre o Liberalismo*. Lisboa: Editorial Fragmentos, pp. 91-92.

[36] AMC. Cx. 43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado Comércio), n.º 12 (19/05/71). Já havia colhido a mesma impressão em abril: «Entretanto não houve qualquer afirmação de ataque ou desprimorosa p.ª Portugal, antes se tendo reconhecido, mesmo do lado sindical sueco e norueguês, os progressos realizados em matéria de organização sindical no nosso país». Documento n.º 2 (17/04/70).

[37] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 3, ata n.º 41 (31/10/72), fls.1-3.

[38] AMC. Cx. 43, Correspondência/Pintado, Valentim Xavier (economista; secretário de Estado Comércio), n.º 22 (17/10/72).

[39] «O presidente do Conselho faz notar que os estratos mais favorecidos a que foi feita referência constituem minoria e são, também, os suscetíveis de manifestar mais elevada propensão para poupar e investir, dado que atingem rapidamente a satisfação das necessidades correntes. As pressões sobre os preços resultam, sobretudo, das camadas populacionais com maior propensão ao consumo e que hoje predominam, em que avultam as famílias dos emigrantes e dos militares — camadas onde se verifica evidente subida de nível de vida ao mesmo tempo que se generaliza, entre trabalhadores, o recurso às compras a crédito, processo em si mesmo inflacionista». AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 26 (03/08/71), fls.13-14.

[40] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 28 (19/10/71), fls. 3-11.

ao multiplicar a criação de rendimentos sem contrapartida produtiva, como são os das remunerações pagas às famílias dos mobilizados»[41]. Reforçava a opinião de MC. Daí se percebe porque o governo nada fez em relação à perda de salário real dos militares durante os anos de 1972 e 1973. Pelo contrário, até desejaria que isso acontecesse. Essa perda, tão sentida pelos oficiais generais, sê-lo-ia muito mais pelos quadros intermédios. Na AN, apenas um deputado questionou o governo (uma vez) sobre as «medidas tomadas e resultados obtidos» em relação ao «problema de alta dos preços e aumento do custo de vida»[42]. No início de 1974, como advertira o economista Pinto Barriga em 1972, os «antibióticos monetários» já não tinham «poder seguro sobre a inflação»[43].

Quando se completavam os «três anos», abateu-se a «crise de novembro» (petróleo). Para além das consequências diretas, verificou-se uma queda no mercado de capitais, seguida de respetiva fuga, que havia regredido desde finais de 1972 até fevereiro de 1974. Precisamente neste mês, um deputado que afirmava ter «defendido publicamente», «na passada campanha eleitoral» e «sob a influência demasiado viva de Fraga Iribarne, a necessidade de promover entre nós um desenvolvimento político», temia que o «futuro do país» fosse no sentido das «duas pseudossoluções» — «a ditadura militar e a violência revolucionária»[44]. Precisamente o que Francisco Franco procurou prevenir atempadamente em Espanha.

Obviamente, MC não era nem podia ser Franco ou Juan Carlos. Este é o primeiro aspeto fundamental quando se invoca essa comparação. Uma vez que mais ninguém quis ou pôde ser nenhum daqueles dois, MC também não podia ser, até pelos caracteres humanos, Fraga Iribarne (1922-2012) ou Arias Navarro (1908-1989). O primeiro ficou diretamente associado ao fuzilamento de Julián Grimau e o segundo ganhou merecidamente o cognome de «carnicerito de Málaga», pela brutalidade demonstrada no final da Guerra Civil Espanhola. Ao contrário do pragmatismo imobilista do ditador português, Franco revelou desde cedo um pragmatismo flexível. Após o 25 de Abril em Portugal, a deterioração do regime espanhol e da unanimidade no seio das Forças Armadas (FA) não retiraram Franco do poder. Depois da sua morte, Juan Carlos confirmou Navarro e Iribarne no governo, do qual o primeiro se demitiria por sua iniciativa em julho de 1976, levando a que o segundo, por esse motivo, perdesse o lugar no governo seguinte. Neste cenário, abatidos os dois primeiros, Juan Carlos nomeou e apoiou de facto Adolfo Suarez (1932-2014).

[41] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 29 (16/11/71), fls. 6-12.
[42] ANTT/PCOS/MC. PRC 17/B-26-10 (20-21/03/72).
[43] AMC. Cx. 16, Correspondência/Barriga, António Pinto (prof. no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras; deputado; procurador à CC), n.º 11 (72).
[44] AMC. Cx. 54, Correspondência/Silva, Vítor Manuel de Aguiar e (professor universitário; deputado), n.º 6 (24/02/74).

A transição da «lei para a lei» verificada em Espanha foi preparada pelo poder efetivo (Franco) e assegurada pelo poder legítimo (Juan Carlos). Em Portugal é difícil perceber quem poderia ter sido um ou outro. Américo Thomaz? A economia espanhola, recordista europeia de crescimento económico entre 1960-73, conseguiu sobreviver à crise de 1973/74. Apesar do aumento da dívida externa em relação à OPEP, em 1975 Espanha continua a apresentar um considerável desenvolvimento económico-social, quer em termos absolutos quer em termos relativos. Quer dizer, a contínua evolução económica desde a segunda metade da década de 50 foi politicamente correspondida.

Ao longo de 1973, cumprido o tempo mínimo, MC foi perdendo progressivamente o reduzido suporte político que tinha. Se tivermos em consideração o interessante estudo de Daron Acemoglu e James Robinson, verifica-se, por um lado, uma aproximação estrutural tanto às características exigíveis por um sistema democrático como às suas potenciais dificuldades[45], e, por outro lado, uma excecionalmente rápida sobreposição de antagonismos. Até agosto/setembro de 1973, atingira-se uma elevada taxa de crescimento económico e começavam a verificar-se os primeiros sinais de afirmação da classe média e de redução das desigualdades (a partir de baixo)[46]. Simultaneamente verificava-se a perda real de rendimento no setor militar. Estes dois elementos conjugados proporcionariam, segundo aqueles autores demonstram, um dos maiores «incentives for coups»[47].

Além disso, verificava-se uma crescente insatisfação das elites (sobretudo económicas) e, a partir de outubro/novembro de 1973, a primeira desaceleração no alargamento da emergente classe média[48]. Quer dizer, se de um ponto de vista exclusivamente político estamos perante a criação das condições para uma transição «from nondemocracy to democracy system», dum ponto vista económico os indicadores tendem a inverter o sentido. Seria o caso, por exemplo, da política de Ordenamento do Território que se estava a desenhar para por termo às «críticas de morosidade e arbitrariedade que [se ouviam] formular, designadamente a investidores estrangeiros»[49], pela sua repercussão nos conflitos entre «landowners and industrialists» ou entre «capital, land and the burden of democracy»[50].

---

[45] ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 287-320.

[46] RODRIGUES, Carlos Farinha, *coord.* (2012). *Desigualdade económica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos — ISEG, p. 62.

[47] ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 221-225.

[48] ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 221-225 e 255-286 — «The role of the middle class».

[49] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 3, ata n.º 36 (23/05/72), fls. 4-14.

[50] ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. (2006). *Economic Origins of Dictatorship and Democracy*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 287-312.

Pode assim considerar-se que a descrença de MC «no que respeita à ineficácia da economia de mercado» e «nas soluções resultantes da *mão invisível*» induz em erro[51]. Isto porque resulta duma formulação radicalmente neoliberal do conceito de capitalismo. Não há dúvida nenhuma quanto à desconfiança marcelista em relação a este, dado preconizar a conservação, por parte do estado, de mecanismos de controlo da atividade económica. Para evitar, desde logo, uma excessiva concentração de poder económico privado. No fundo, tratar-se-ia duma aproximação portuguesa, país em vias de desenvolvimento, à ideia central de Eucken, pensada fundamentalmente para economias mais avançadas[52]. Condição *sine qua non* para uma autêntica liberdade económica e política, porventura inseparáveis uma da outra.

4. PLANEAR EM CONTRACICLO: LIBERDADE, INTERESSE NACIONAL E PLANEAMENTO

No início dos anos 70, a relação entre planeamento e independência nacional, no sentido da capacidade de intervenção político-económica a nível nacional, vivia o seu crepúsculo. Em setembro de 1973, os principais especialistas franceses do Plano, uma permanente fonte de inspiração nacional, entravam em pânico com a tendência do investimento estrangeiro em França. O problema não estava no «montante elevado do investimento estrangeiro», mas sim no «desequilíbrio de fundo» que resultava da fraca implantação das indústrias francesas no estrangeiro. Por isso, nesse mês, a esquerda francesa conseguiu alcançar consenso em torno de um programa: «todo e qualquer investimento estrangeiro deverá apresentar uma utilidade para a economia francesa (tecnologia nova e capacidade produtiva) no respeito das condições definidas pelo Plano»[53].

No entanto, a tendência dominante na nova ordem global, desde a então novíssima terceira via à teoria das expetativas racionais, incompatibilizou-se progressivamente com o interesse nacional e com a existência de planos económicos. A impotência argumentativa contra a ideia da restrição de liberdade genericamente associada ao planeamento, até por influência da experiência soviética, ganhou contornos de irreversibilidade. Foi curto o passo da defesa duma certa neutralidade em matéria de política económica até à formulação indefinida de um «estado garantidor»[54]. Garantidor de quê? Teoricamente, da redistribuição da riqueza. Na realidade, do crescimento

[51] SOUSA, Alfredo de (1989). *Políticas orçamental e monetária: a viragem: 1973-1974*. In *Nova economia em Portugal: Estudos em homenagem a António Manuel Pinto Barbosa*. Lisboa: Universidade Nova, p. 143.

[52] «Assim como uma ciência só pode fazer investigação racional se não estiver submetida ao *diktat* dos grupos de interesses estatais e económicos, também, da mesma maneira, uma direção económica racional para todos os cidadãos só é possível através de uma economia de mercado isenta de poder económico». EUCKEN, Walter (1998). *Fundamentos da Economia Política*. Prefácio de Walter Oswalt-Eucken. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. XXXVII.

[53] «Le Monde. Dossiers et documents: les firmes multinationales». 8 (1974) 3.

[54] CANOTILHO, J. J. Gomes (2008). *O Estado garantidor: claros-escuros de um conceito*. In NUNES, António José Avelãs; COUTINHO, J. N. Miranda, *org. O Direito e o Futuro: o Futuro do Direito*. Coimbra: Almedina, pp. 571-576.

económico, numa perspetiva quantitativa e segundo o «sistema simples de liberdade natural»[55]. As crises cíclico-sistémicas evidenciam a capciosidade do raciocínio.

O abalo sentido na consolidação de métodos e estruturas de planeamento económico desde a saída de MC do governo em 1958 — «assim foi mais uma experiência» — fazia-se sentir em 1970 com redobrada gravidade. O III PF apresentou deficiências na sua preparação e execução, cujo diagnóstico reuniu consenso no seio do governo. Em junho de 1970, quando se discutia a execução do PF para o triénio seguinte, João Salgueiro sublinhou o interesse em que as decisões a tomar adquirissem uma forma «definitiva e não sujeita a acertos posteriores». O secretário de Estado do Tesouro, por sua vez, reforçava «a importância de melhorar a qualidade da preparação dos projetos apresentados, muitos dos quais não passam da mera indicação de quantias a investir»[56].

O esforço em colocar as estruturas e os métodos de planeamento em funcionamento faziam lembrar Sísifo. Em janeiro de 1971, o CMPAE deliberava aperfeiçoamentos importantes nos métodos e na orgânica da coordenação e do planeamento económico[57]. Meio ano depois, MC recebeu a informação do Secretariado Técnico sobre o início da preparação do IV PF. Como foi apresentada muito em cima da data prevista para o início dos trabalhos, MC, «para evitar os riscos de demora na tomada de decisões», delegou competências no subsecretário de Estado do Planeamento Económico[58]. João Salgueiro via ser-lhe atribuída autonomia e responsabilidade dez dias depois de enviar a MC uma «nota sobre empreendimentos de Fomento em curso ou vias de realização»[59], no âmbito da última fase do III PF. Na qual considerou que a «resposta do setor privado» era «mais sensível» do que a do público, «mercê do maior desembaraço de decisões e melhor acolhimento de novas iniciativas». Iniciativas que Salgueiro parecia conhecer e defender com maior detalhe do que as do estado[60]. Quatro meses depois de lhe ser atribuído o necessário «desembaraço», Salgueiro deixou o Secretariado Técnico.

A questão da participação privada na elaboração e financiamento dos PF foi determinante. Sérgio Ribeiro, aqui como representativo de uma tendência em crescimento, centrava a sua crítica ao III PF nesse ponto. Na introdução ao conjunto de textos publicados em outubro de 1973, utilizava o VII Plano francês, apesar de não o considerar «um modelo de participação, no sentido democrático do termo», e as

[55] EUCKEN, Walter (1998). *Fundamentos da Economia Política*. Prefácio de Walter Oswalt-Eucken. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 82-87.
[56] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 1, ata n.º 9 (08/06/70), fls. 16-17.
[57] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 19 (19/01/71), fl. 12.
[58] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 2, ata n.º 24 (22/06/71), fl. 3.
[59] AMC. Cx. 50, Correspondência/Salgueiro, João Maurício Fernandes (secretário de Estado do Planeamento Económico), n.º 2, anexo 1 (12/06/71).
[60] AMC. Cx. 50, Correspondência/Salgueiro, João Maurício Fernandes (secretário de Estado do Planeamento Económico), n.º 2, anexo 1 (12/06/71).

críticas de determinados setores industriais portugueses, de que o «Expresso» dava eco, para salientar a «limitação da intervenção de setores privados» na elaboração do IV PF[61]. Não era original, pois desde meados da década de 60 que se discutia em França a forma de se construir um «planeamento democrático», no sentido de «restituir à coletividade uma liberdade»[62].

O tema fora alvo de profunda discussão no CMPAE. As conclusões não coincidiam, no entanto, com as de Ribeiro. Iam mesmo no sentido contrário. Em janeiro de 1972, fez-se o diagnóstico do problema quanto ao III PF na ausência de MC. O novo ministro de Estado submeteu então à consideração do conselho uma exposição elaborada pelo diretor-geral do Secretariado Técnico «sobre a participação do setor privado nos trabalhos preparatórios do IV Plano de Fomento».

Silva Pinto não foi da mesma opinião, apesar de confirmar «ter já sentido oposições vivas, por parte do setor privado, pelo que as diligências propostas pelo Ministro de Estado se lhe afiguram oportunas e capazes de suscitarem repercussões favoráveis junto do setor privado». Segundo este, o III PF não teria ficado aquém das expetativas por falta de intervenção do setor privado, mas sim pelo «excesso» de «intervenção». Fazia questão de não «esquecer, entretanto, a experiência frustrante que foi a preparação do III PF, por excessiva exaustividade e abertura do que se pediu aos grupos de trabalho».

A ameaça chegava ao CMPAE e Dias Rosas era o seu mensageiro. Quase dois meses depois, a 29 de fevereiro, após Rogério Martins comunicar que «o Serviço de Apoio ao Investidor despendeu 92% do que tinha previsto, tendo atendido 91 investidores de 19 países com resultados concretos apreciáveis», o ministro de Estado recordou as conclusões daquele conselho. MC acusava as pressões, mas parecia não querer ceder ao exigir «condições e contrapartidas». De igual modo, mantinham-se as resistências às suas instruções. Um mês depois, a Proposta de Lei do IV PF foi aprovada e enviada para a CC. Apesar do «louvor» e do «apreço», MC admitiu que «a nova orgânica de planeamento […] não correspondeu ao que se esperava»[63].

Tanto as falhas do governo como as pressões dos privados terão contribuído para os problemas apresentados pelo projeto do IV PF. Apesar de aceitar «como hipótese de trabalho a divisão entre o *político* e o *económico*», Sérgio Ribeiro, entre outros, parecia valorizar apenas a influência da decisão política nas opções económicas, ignorando as pressões contrárias. Ou seja, a constituição do poder económico em poder político, conforme sublinhara Eucken. Seria certamente uma caricatura, mas como dizia Rogério Martins em 1970, quase tudo «neste país estava ligado ou à

[61] RIBEIRO, Sérgio (1973). *Sobre o plano e o planeamento em Portugal*. Lisboa: Prelo, pp.1 0-11, 49-61.
[62] GRUSON, Claude (1964). *Planification économique et recherches sociologiques*. «Revue Française de Sociologie». 4 (out./dez. 1964).
[63] AMC/PC/CMPAE. Súmulas, liv. 4, ata n.º 49 (05/06/73), fls. 5-6; ata n.º 51 (02-03 e 06/08/73), fls. 7-8.

CUF ou ao Champalimaud»[64]. A proposição segundo a qual o governo estaria a ser antidemocrático na forma como supostamente marginalizava a iniciativa privada, parecia assim partir do princípio, no mínimo frágil, de que o poder económico agiria altruística e democraticamente.

5. NOTA FINAL

Em suma, a mobilização do conceito de transição, pacífica e posteriormente estabelecido no quadro de reflexão demoliberal, confirmou a inseparabilidade entre transição política e económica. Conforme se expôs, a estratégia marcelista prosseguia um caminho perfeitamente integrado com «o» modelo. Paralelamente, a fundamentação apresentada expôs nova antinomia: a incompatibilização do esmagador neoliberalismo liderado por Nova Iorque com os modelos político-económicos intervencionistas, única via para uma transição real bem-sucedida.

A indefensabilidade, à esquerda e à direita, do interesse nacional contra a desregulação ou abertura económica em curso, crescente concentração/acumulação de poder económico-financeiro e consequente condicionamento da decisão política, esvaziou consideravelmente o debate ideológico, por muito que o confronto este-oeste incutisse a opinião contrária.

O Novo Estado marcelista não deixou assim de apresentar um quadro de respostas coerente com os complexos desafios daquele tempo. Uma vez que estava a ser bem-sucedido em aspetos fulcrais, não pode com rigor atribuir-se o fracasso exclusivamente ao que não foi feito. Ou seja, em parte também terá perdido o desafio de mudança e os confrontos internos precisamente por estar a ser bem-sucedido. Compreende-se por isso a observação de W. Eucken:

> *Tem de se compreender o carácter lógico do sistema* […] *e reconhecer a diferença fundamental entre «verdade» e «atualidade». Com a mudança das instituições, só muda a atualidade das diferentes partes. Apenas isso. Proposições teóricas hoje inatuais podem dentro de poucos anos ser de novo atuais*[65].

[64] AMC. Cx. 36, Correspondência/Martins, Rogério da Conceição Serafim (secretário de Estado da Indústria até 1972), n.º 24 (04/07/70).

[65] EUCKEN, Walter (1998). *Fundamentos da Economia Política*. Prefácio de Walter Oswalt-Eucken. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 372.

PROSOPOGRAFIA DE UM PARTIDO POLÍTICO OITOCENTISTA: OS REGENERADORES NO PARLAMENTO*

PATRÍCIA GOMES LUCAS**

1. INTRODUÇÃO

O Partido Regenerador foi uma organização política da segunda metade do século XIX e primeira década do século XX, cuja relevância política e longevidade, tendo sido confirmadas pela historiografia, só recentemente começaram a ser estudadas de forma detalhada[1]. Entre as diversas temáticas referentes à vida partidária cuja análise importa aprofundar, encontra-se o estudo prosopográfico dos indivíduos que compunham o partido. A sua relevância prende-se, em grande medida, na capacidade de, através do estudo de um conjunto de sujeitos históricos, colocar ao alcance do investigador pistas mais amplas sobre a sociedade da época, a cultura política, ou os processos partidários. A prosopografia foi utilizada, nas últimas décadas, como mecanismo de análise de instituições políticas, nomeadamente do Parlamento português, com resultados de interesse[2]. Estes estudos, contudo, não se centraram na vertente partidária.

É com esse fim que propomos, neste artigo, examinar a prosopografia do corpo parlamentar do Partido Regenerador, como exemplo mais visível e estanque dos seus representantes, no sentido de perceber quem eram realmente os membros que compunham a organização, e de que forma essa composição evoluiu ao longo do tempo. Dada a multiplicidade de processos eleitorais e legislaturas em que os Regeneradores participaram, optámos por seleccionar três momentos com características tanto semelhantes quanto distintas, de forma a permitir uma análise comparativa da prosopografia Regeneradora. Como elemento comum refira-se terem sido processos eleitorais organizados por governos do Partido Regenerador, logo depois da entrada em vigor de novas leis eleitorais, e que ficaram marcados por eventos políticos e partidários significativos. Em 1860, decorreram eleições organizadas pelo primeiro governo maioritariamente Regenerador, que nelas testava a lei eleitoral promulgada poucos meses antes, que introduzia os círculos uninominais como base do escrutí-

---

* A autora não segue o acordo ortográfico de 1990.

** Universidade de Lisboa — Faculdade de Ciências Sociais e Humanas / Instituto de História Contemporânea (IHC). Email: patricia.gomes.lucas@hotmail.com. Patrícia Isabel Gomes Lucas (Prémio 2019).

[1] LUCAS, 2019.

[2] ALMEIDA, 1995, 2005; ALMEIDA, FERNANDES, SANTOS, 2006; SOBRAL, ALMEIDA, 1982.

nio em todo o território nacional[3]. Em 1881, as eleições foram promovidas por um governo Regenerador em luta aguerrida com o principal partido da oposição; o acto eleitoral, utilizando a lei eleitoral de 1878, foi o último em que vigorou a divisão da geografia eleitoral exclusivamente em círculos uninominais. Em 1901, o governo Regenerador fez aprovar uma nova lei eleitoral, que dividia os territórios portugueses em 33 círculos plurinominais.

A lei eleitoral de 1859 não inovava no que diz respeito ao direito de voto, mantendo os requisitos que vigoravam desde o decreto de Setembro de 1852, ou seja, atribuindo direito de voto aos cidadãos maiores de 25 anos com uma renda líquida anual de 100 mil réis, o que se traduzia em 310 494 eleitores[4]. O escrutínio era realizado a duas voltas, sendo necessária maioria absoluta na primeira, e maioria relativa na segunda. Como novidade encontrava-se a divisão do território nacional em 165 círculos eleitorais uninominais, no continente e ilhas, aos quais se juntavam 14 deputados eleitos pelo Ultramar[5]. O objectivo desta alteração era aproximar a política das populações eleitoras, reduzindo simultaneamente a capacidade de intervenção e manipulação dos governos no processo eleitoral.

No caso da lei eleitoral de 1878, os requisitos legais para o direito de voto foram bastante alargados em relação à legislação anterior, pelo que o número de votantes reais aumentou significativamente. Podiam votar todos os cidadãos maiores de idade, ou seja, acima dos 21 anos — que tivessem uma renda anual líquida de 100 mil réis, que soubessem ler e escrever, ou que fossem chefes de família. O facto de estes critérios serem paralelos e não cumulativos tornou possível que muitos indivíduos que até aí tinham visto a condição de eleitor vedada tivessem oportunidade de participar no processo eleitoral. Não é, por isso, de estranhar que entre 1877 e 1878 o número de eleitores recenseados tenha praticamente duplicado. Chegados à eleição de 1881, existiam 841 511 eleitores recenseados, um número que rondaria 18% da população nacional, e 70% da população masculina[6]. A lei em vigor em 1881 definia ainda que o território português — continente e ilhas — era dividido em 137 círculos uninominais, aos quais se juntavam mais 12 deputados eleitos pelos círculos dos territórios ultramarinos[7].

Quanto à legislação em vigor em 1901, o decreto de 4 de Agosto desse ano mantinha as disposições legais da legislação anterior referentes ao direito de voto — que era atribuído a todos os cidadãos maiores de 21 anos que pagassem um mínimo

[3] Note-se que haviam sido realizadas eleições suplementares para 7 círculos eleitorais em Outubro de 1859, nas quais se havia testado o sistema da lei eleitoral desse ano. Contudo, dada a limitação desse processo de escrutínio, consideramos a eleição de Janeiro de 1860 como a primeira sob a égide total do sistema uninominal.
[4] ALMEIDA, 1998: 727 e 733.
[5] ALMEIDA, 1998: 259-285.
[6] ALMEIDA, 1998: 733.
[7] ALMEIDA, 1998: 307-320.

de 500 réis em contribuições diretas ao Estado, ou soubessem ler e escrever — o que se traduzia em cerca de 551 437 eleitores[8]. Portugal era dividido em 33 círculos plurinominais, sendo 22 em território continental, 4 nas ilhas dos Açores e Madeira, e 7 nas possessões ultramarinas, a partir dos quais eram eleitos 134 deputados pelo continente, 14 pelos Açores e Madeira, e 7 pelo Ultramar[9].

2. O «PASSO DE GIGANTE» ELEITORAL (1859)

Em Março de 1859 tinha fim a primeira experiência governativa do Partido Histórico. O executivo vira a sua credibilidade abalada por várias polémicas políticas, e fora finalmente derrubado devido ao desacordo com o Parlamento quanto à rescisão do contrato de construção da linha de caminho-de-ferro de Lisboa ao Porto[10].

Em face disto o jovem rei D. Pedro V deu posse a um governo maioritariamente Regenerador, mas liderado pelo cartista duque da Terceira. Esta opção juntava a energia de uma nova geração regeneradora com a moderação do velho militar da guerra liberal. Terceira era acompanhado por um grupo de jovens que Oliveira Martins havia de baptizar como «liberalismo novíssimo», e que seria mais tarde descrita por Júlio de Vilhena como «o que havia de mais ilustrado na política portuguesa daquele tempo» [11]. A promessa era dar um novo rumo ao país.

Durante alguns meses o Parlamento foi aprovando legislação, nomeadamente reformas dos ministérios e secretarias e do exército. O diploma mais significativo terá sido, porém, a reforma eleitoral, votada em Abril na Câmara do Deputados e promulgada em Novembro de 1859, que implementava de forma extensa o sistema uninominal. O diploma, inspirado por José Estêvão, pretendia limitar o poder do governo, descentralizar o processo eleitoral, e garantir a independência dos deputados eleitos.

Apesar de não existir um conflito com a maioria parlamentar histórica, o governo obteve a dissolução das Cortes, alegando a necessidade de testar a nova lei eleitoral. O gesto foi mal recebido pela oposição, que acusou o governo de procurar apenas a «satisfação de interesses pessoais» [12].

Durante o mês de Dezembro as comissões eleitorais dos vários partidos reuniram-se para montar o plano de acção para a eleição. Chegados a 1 de Janeiro, como era já expectável, foi a coligação governamental a vencer a eleição, mas um facto deve ser assinalado: os históricos conseguiram eleger um número não despiciendo

[8] São utilizados os dados recolhidos no recenseamento eleitoral de 1898-1899, pela inexistência de dados específicos para 1901. Este número de eleitores representava 10,3% da população nacional, e cerca de 40% da população masculina; ALMEIDA, 1998: 733.
[9] ALMEIDA, 1998: 475-522.
[10] BONIFÁCIO, 2001.
[11] MARTINS, 1996: II, 280; VILHENA, 1921: II, 53.
[12] «O Portuguez», 1859: 1.

de deputados, vencendo aliás as votações nos círculos da capital. A lei eleitoral, que representava «um passo de gigante maior do que talvez se pense para o futuro das instituições», nas palavras de Fontes Pereira de Melo, forçava o poder central a ouvir mais atentamente os interesses locais, colocando assim alguns obstáculos à hegemonia do executivo[13].

O contexto político destes anos, ainda em processo de definição, limita significativamente a capacidade de percepção das ideologias e preferências dos deputados. Optámos, por isso, por restringir a amostra estudada aos deputados cujas inclinações partidárias eram nítidas. Para a eleição de 1860 identificámos, por isso, 62 deputados efectivamente eleitos com o apoio do Partido Regenerador.

Seguindo os estudos existentes, delineámos um conjunto de elementos prosopográficos caracterizadores, que nos permitem obter uma visão global e comparativa sobre o corpo parlamentar Regenerador. São estes, idade, formação académica, profissão, local de origem, número de vezes que tinham sido eleitos anteriormente, detenção de título nobiliárquico e relação entre o círculo de eleição e o círculo de origem.

Dentro do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador para a legislatura de 1860-1861, a idade média era de cerca de 42 anos (Tabela 1). Uma parte significativa, 29%, desempenhavam funções parlamentares pela primeira vez, o que nos mostra que a elite partidária estava ainda em construção, não se fixando num conjunto imutável depois da constituição do partido[14].

Tabela 1. Idade, experiência e deputados estreantes

Mínima	Média	Máxima
28	42,84	60
Deputados estreantes		29%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

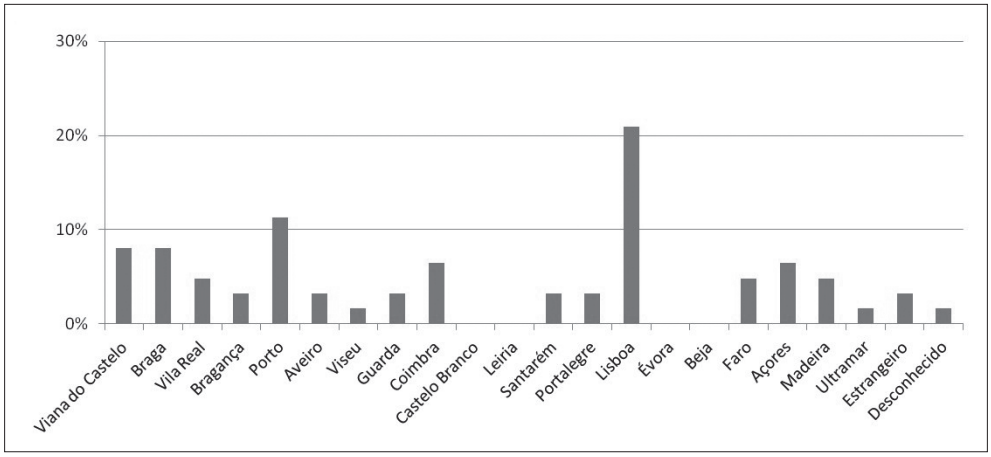
No que diz respeito à origem geográfica dos deputados Regeneradores de 1860, a maioria provinha dos distritos de Lisboa e do Porto, o que confirma a importância destas duas regiões como produtoras de um ambiente político que não existia no resto do país (Gráfico 1).

O corpo parlamentar era uma elite na sociedade portuguesa do século XIX, o que é visível na sua educação: a esmagadora maioria dos deputados do Partido Regenerador tinham formação universitária ou equivalente (Gráfico 2). O curso que

[13] «Diário da Câmara dos Deputados», 1860: 50.

[14] Maria Filomena Mónica argumenta até que a lei eleitoral de 1850 e a eleição de 1860 representaram uma renovação da classe política, permitindo a entrada de um conjunto de novos deputados de todos os sectores políticos para o Parlamento; MÓNICA, 1996: 1047.

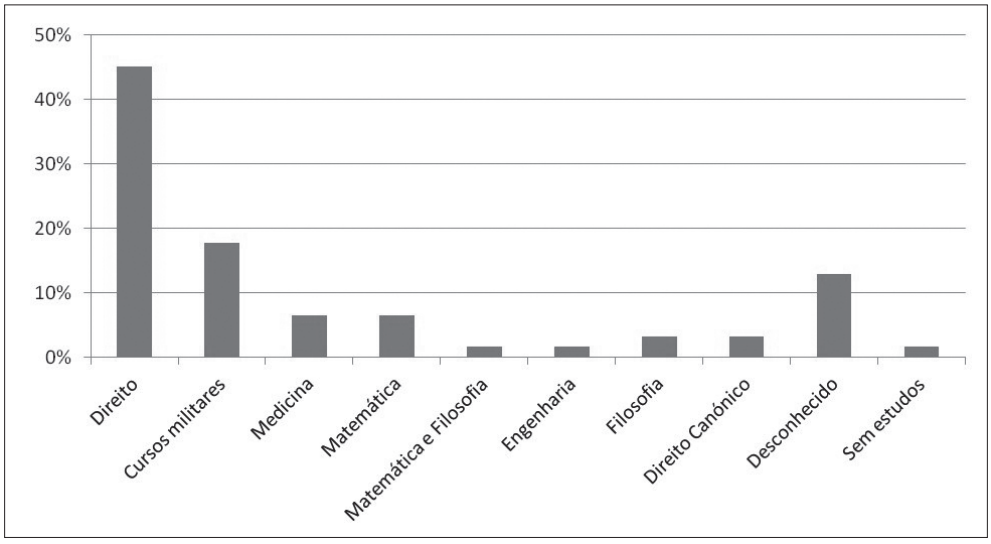
Gráfico 1. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

detinha o maior número de licenciados nesta legislatura era Direito, com 45% dos deputados Regeneradores. A situação não é incomum: o curso de Direito permitia aos alunos seguirem carreiras não apenas na advocacia, mas também na magistratura ou no funcionalismo público, pelo que era uma opção com potencial. Depois de Direito, as disciplinas com maior relevância entre os deputados eram os cursos militares, com 18%.

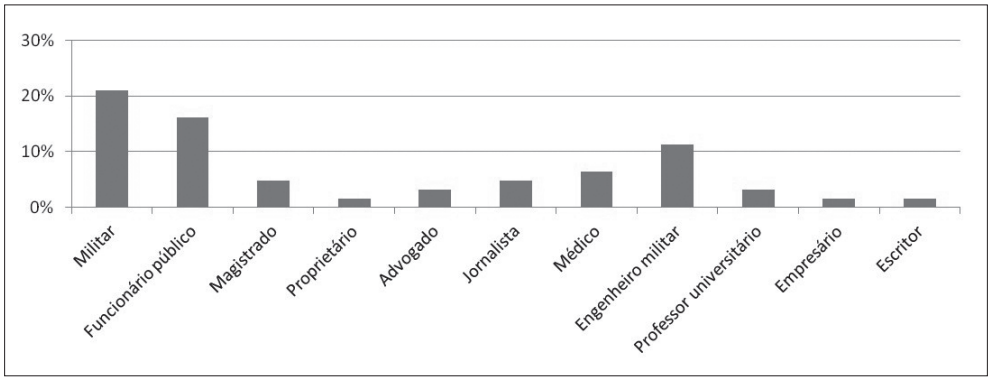
Gráfico 2. Formação académica



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Quanto à actividade profissional dos deputados Regeneradores, os valores mais elevados dizem respeito aos militares e aos funcionários públicos, com 24,2% e 21%, respectivamente (Gráfico 3). Outras profissões com valores relevantes são os magistrados e professores universitários. Isto revela uma ligação significativa entre os deputados do Partido Regenerador e o Estado como produtor de ocupações profissionais.

Gráfico 3. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Em 1860, a percentagem de membros da aristocracia titulada na bancada parlamentar do Partido Regenerador era apenas de 5% (Tabela 2), reforçando a ideia do corpo parlamentar regenerador como reflexo da sociedade adepta dos melhoramentos materiais e da modernização do estado.

Tabela 2. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	5%
Sem título nobiliárquico	95%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

No que diz respeito à ligação entre os deputados e os seus círculos de eleição, alguma historiografia sugere que a maioria dos deputados do Parlamento português, no século XIX, tinha uma ligação com o seu círculo eleitoral, essencialmente pelo nascimento[15]. Os dados relativos aos Regeneradores em 1860 mostram um resultado

[15] ALMEIDA, 1995: 144. Conclusões semelhantes foram recuperadas, para uma análise comparativa a nível europeu, por PEDERSEN, KJAER, ELIASSEN, 2007: 160-190.

um pouco diferente: a maioria dos deputados, 65%, não nascia no círculo pelo qual eram eleitos (Tabela 3).

Tabela 3. Local de origem *vs.* círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	35%
Círculo diferente	65%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

3. A «GUERRA DE EXTERMÍNIO»[16] (1881)

O primeiro governo do Partido Progressista tomou posse em 1879 — dando início ao chamado «Rotativismo» — e caiu em 1881, desgastado por várias questões políticas e de opinião pública. Nas ruas, Republicanos e a facção mais avançada dos Regeneradores organizavam frequentemente meetings que reuniam centenas de pessoas contra o governo. Na Câmara dos Pares, a maioria de membros apoiantes do Partido Regenerador tornava impossível ao executivo fazer passar propostas. Em Março de 1881, os Regeneradores tomavam posse, desta vez liderados por António Rodrigues Sampaio, acompanhado de um grupo onde se salientavam os políticos mais jovens, o que levou o executivo a receber o epíteto de «governo dos meninos». Durante esse verão os Regeneradores puseram em marcha uma elaborada estratégia eleitoral, que lhes permitiu não apenas vender a eleição, mas também reduzir quase até à irrelevância a representação do Partido Progressista, seu principal adversário, no Parlamento.

No que diz respeito à eleição de 1881, e à legislatura que se lhe seguiu, conseguimos identificar 136 deputados que foram eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Dentro do conjunto de deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador para a legislatura de 1882-1884, a idade média rondava os 42 anos, em linha com os valores da eleição de 1860 (Tabela 4). Quanto aos deputados estreantes, a percentagem subia para uns expressivos 42%, o que se deve ao esforço feito pelo governo

Tabela 4. Idade, experiência e deputados estreantes

Mínima	Média	Máxima
22	42,5	71
Deputados estreantes		42%

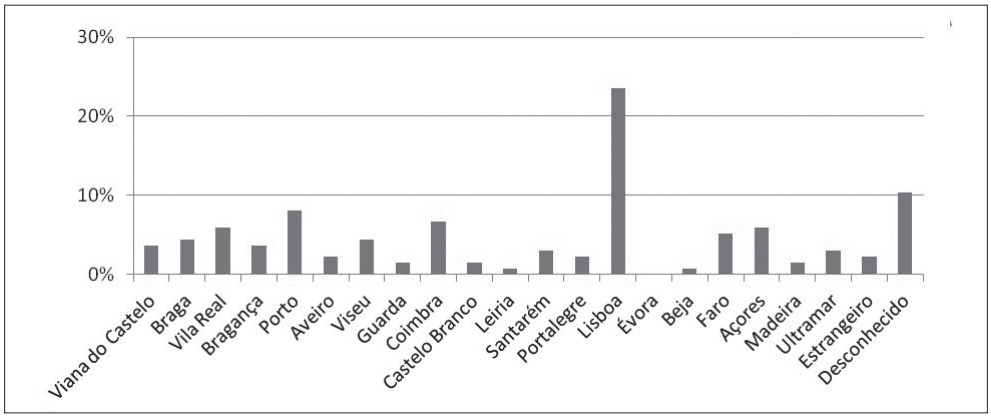
Fonte: MÓNICA, 2004-2005

[16] Foi possível traçar as origens da expressão «guerra de extermínio» até um jornal do Partido Progressista, sendo o autor, muito provavelmente, Emídio Navarro; «O Progresso», 1881: 1. Durante o período eleitoral a utilização desta locução vulgarizou-se na imprensa Progressista.

Regenerador para impedir os partidos da oposição de chegar ao Parlamento, que obrigou os Regeneradores a introduzir na câmara electiva um grande número de indivíduos que não tinham experiência enquanto deputados.

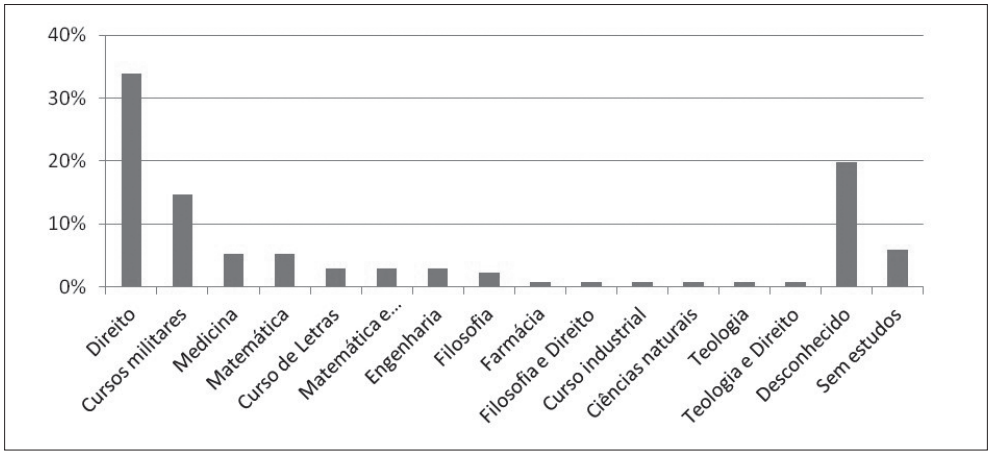
Passadas cerca de duas décadas, a maioria dos deputados continuava a ser originária dos distritos de Lisboa e, bastante mais atrás, do Porto (Gráfico 4). Da mesma forma, os valores referentes à formação académica estavam em linha com o verificado em 1860: a percentagem de deputados sem estudos superiores era de apenas 6%; Direito continuava a registar os números mais elevados, com 34% dos deputados Regeneradores, seguido dos cursos militares e da Medicina, com 15% e 5%, respectivamente (Gráfico 5).

Gráfico 4. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

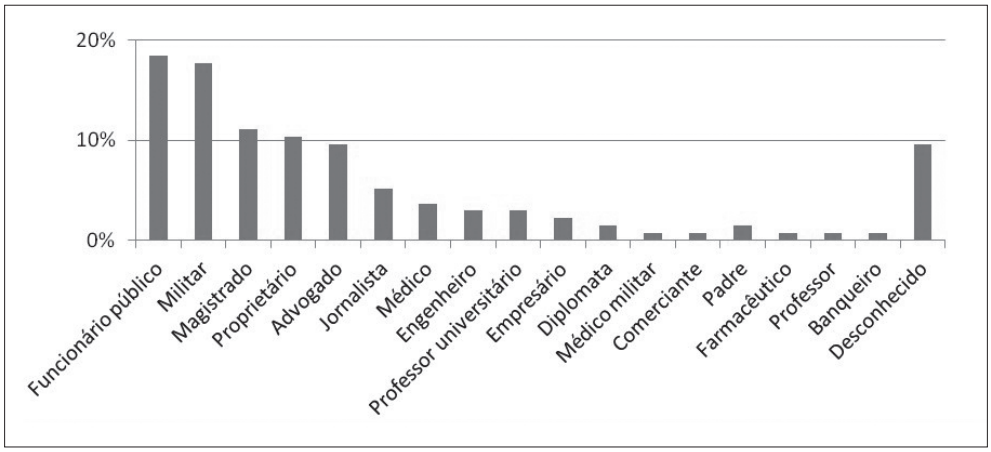
Gráfico 5. Formação académica



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Profissionalmente, verificou-se um aumento do número de funcionários públicos, que passaram para os 18,4%, e um decréscimo de militares, que desceram para os 17,6% (Gráfico 6). A percentagem de proprietários sofreu uma subida significativa, passando para os 10%, contrariando assim o valor de 1860, no que foi seguida pela percentagem de membros da aristocracia titulada, que chegava em 1881 aos 12% (Tabela 5). O crescimento dos parlamentares titulados poderá estar relacionado com o aumento da nobilitação durante o século XIX, como mecanismo de agradecimento e favorecimento do monarca, que deu origem a uma nova nobreza mais dinâmica.

Gráfico 6. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Tabela 5. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	12%
Sem título nobiliárquico	88%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

No que diz respeito à ligação entre deputados e círculo de eleição, em 1881 a maioria dos deputados, 62%, não nascia no círculo pelo qual eram eleitos (Tabela 8). Isto não invalida, ainda assim, casos de deputados com fortes e duradouras ligações aos seus círculos de eleição.

Tabela 6. Local de origem *vs.* círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	28%
Círculo diferente	62%
Desconhecido	10%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

4. A «IGNÓBIL PORCARIA» (1901)

Em Junho de 1900, os Progressistas deixavam o poder, e tomava posse um governo Regenerador liderado por Hintze Ribeiro. O novo executivo de Hintze era composto por várias figuras de proa do Partido Regenerador, e pretendia mostrar uma posição de força. Pouco tempo antes, Hintze ocupara também a chefia oficial do Partido Regenerador. António de Serpa Pimentel falecera no início de Março de 1900, e o processo de escolha de um sucessor fora tratado rapidamente. João Franco teria mostrado interesse em elevar-se à liderança, propondo uma direcção bicéfala entre ele e Hintze, mas não obteve os apoios necessários. Franco começou então a afastar-se do núcleo central do Partido Regenerador, anunciando que não aceitaria um possível convite para integrar o governo[17]. O ambiente foi azedando; apesar de ter sido eleito pelos Regeneradores em Novembro de 1900, Franco dizia que «já não estava em edade de soffrer o Hintze»[18].

As eleições de 1901 vieram a realizar-se precisamente devido ao conflito entre Hintze e João Franco. Em Maio de 1901, abriram-se oficialmente as hostilidades, e João Franco, que fora o líder da bancada Regeneradora e congregara durante a década de 1890 um grande número de simpatizantes, garantiu o apoio de cerca de 25 deputados[19]. Hintze Ribeiro estava consciente disso, e de que iria ficar em minoria caso João Franco e os Progressistas se aliassem, pelo que pediu de imediato ao rei a dissolução das câmaras. Antes do fim de Maio o Parlamento encerrava, e as eleições eram convocadas para Outubro. A parte crucial do processo eleitoral haveria de decorrer, portanto, durante o Verão de 1901[20].

Hintze Ribeiro compreendia a conjuntura delicada em que se encontrava, e compreendia também que os Regeneradores, sozinhos, não conseguiriam dominar totalmente o Parlamento. Começou assim a desenhar-se o projecto de lei eleitoral de

[17] RAMOS, 2006: 158.
[18] CABRAL, 1924: 30.
[19] RAMOS, 1994: 252.
[20] Importa salientar que existe um estudo sobre a composição do Parlamento nesta legislatura, mas que proporciona poucas informações quanto às diferenças entre deputados de diferentes sectores partidários. É, ainda assim, uma base fundamental para o estudo da prosopografia parlamentar; SOBRAL, ALMEIDA, 1982.

1901, que haveria de ficar conhecida como «ignóbil porcaria»: poucos dias depois da publicação da reforma eleitoral, o jornal republicano «O Século» afirmava que nem «Fontes Pereira de Mello, por exemplo, ou Rodrigo Sampaio [sic], tão pouco, subscreveriam em qualquer circumstancia essa ignobil porcaria!»[21] O objectivo da nova lei era, por um lado, impedir a eleição dos amigos políticos de João Franco — que não eram poucos e tinham algumas vantagens regionais, nomeadamente na Beira Interior — e, por outro lado, manter afastados os Republicanos — que não paravam de crescer desde o *Ultimatum* Britânico. Tudo isto só seria possível com o acordo dos Progressistas, o que também convinha ao líder Progressista, José Luciano de Castro. As divergências partidárias não tinham de se sobrepor aos bons resultados eleitorais. A prova da eficiência das manobras eleitorais foi que os franquistas só elegeram um deputado, e os republicanos nem isso conseguiram.

Durante a legislatura de 1902-1904 foi possível identificar 108 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador. Do ponto de vista dos dados biográficos obtidos, e do estudo prosopográfico, foi possível concluir que a idade média à data da eleição rondava os 44 anos, ligeiramente acima do que se tinha verificado nas legislaturas de 1860-1861 e 1882-1884 (Tabela 7). O mesmo se pode verificar no número de eleições anteriores: tanto o valor médio como o valor máximo aumentaram, diminuindo o número de deputados que faziam a sua estreia — se 46% dos deputados na legislatura de 1882 eram estreantes, em 1902 apenas 27% se encontravam nessa situação, em linha com os 29% de 1860. Depois do frenesi da «guerra de extermínio» de 1881, no qual os Regeneradores tinham sido forçados a dispor de um grande número de candidatos, o corpo parlamentar voltava a ser formado por indivíduos mais experientes.

Tabela 7. Idade, experiência e deputados estreante

Mínima	Média	Máxima
24	44,1	69
Deputados estreantes		27%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

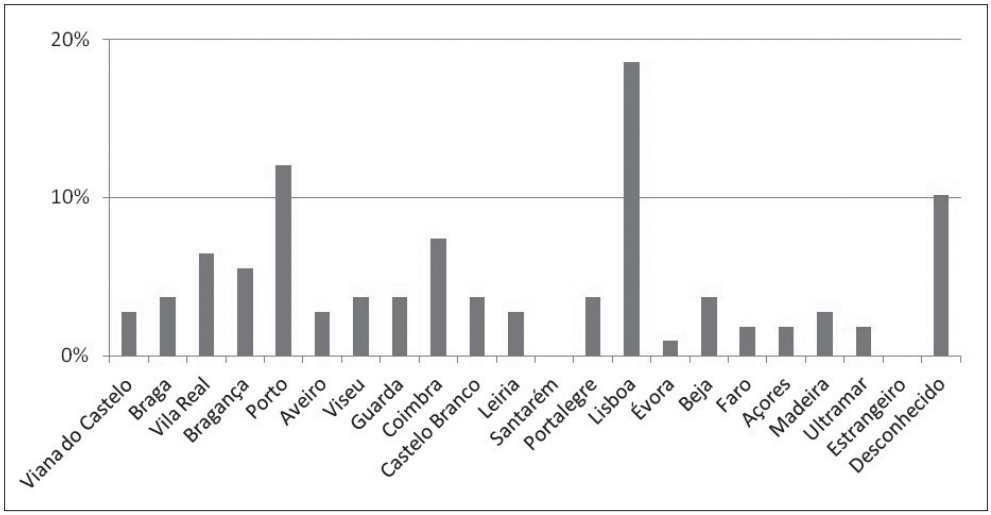
No que se refere à origem geográfica dos deputados, em comparação com os dados para as legislaturas de 1860-1861 e 1882-1884, é possível observar uma redução da importância da capital no conjunto dos locais de origem, um movimento acompanhado pelo aumento do número de deputados provenientes do Porto (Gráfico 7). Nos restantes distritos verificam-se ligeiras alterações, como o aumento do número

[21] «O Século», 1901: 1.

de deputados provenientes dos Açores, o que confirma um movimento de descentralização das origens do corpo parlamentar, ainda que limitado.

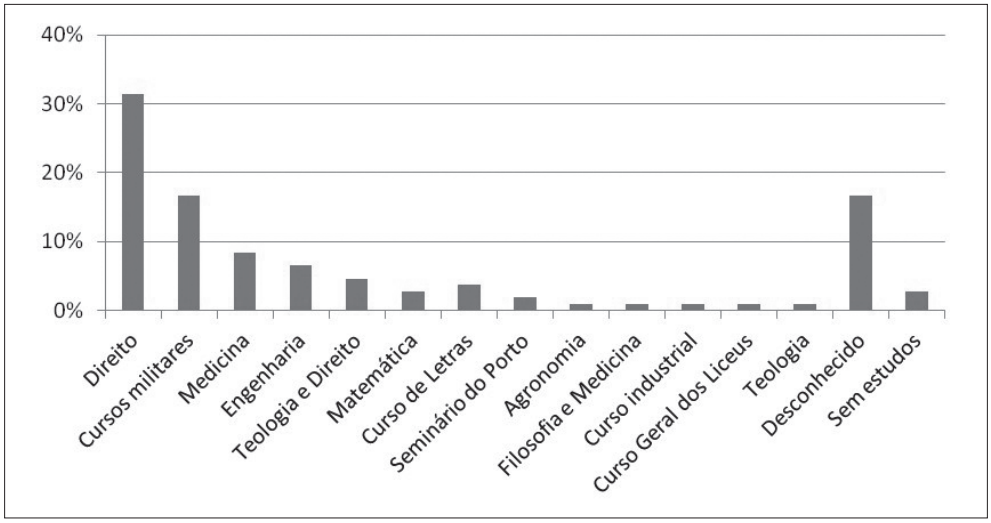
No que diz respeito à formação académica, mantém-se o padrão existente em 1860-1861 e 1882-1884: uma parte significativa dos deputados Regeneradores tinham formação em Direito (31%), um valor que estava, contudo, em decréscimo desde

Gráfico 7. Origem geográfica (distritos)



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Gráfico 8. Formação académica

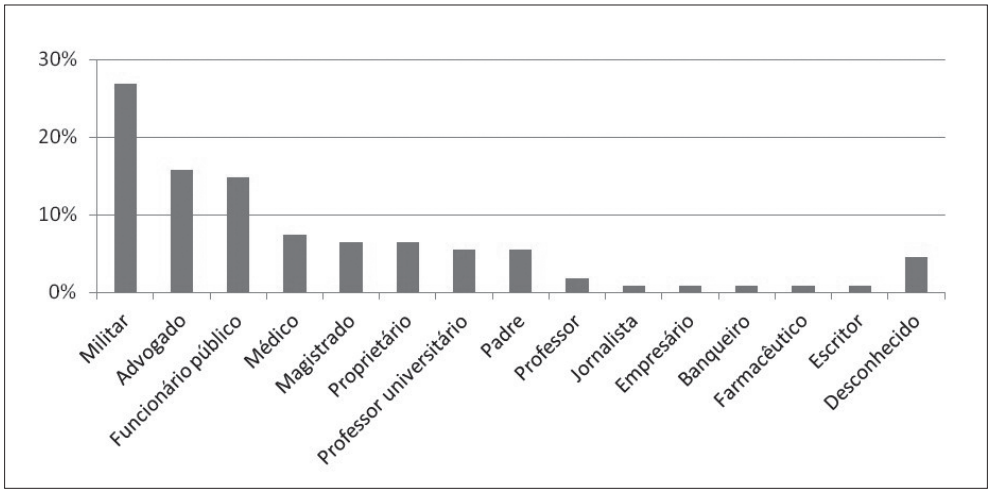


Fonte: MÓNICA, 2004-2005

1860, enquanto a percentagem de deputados com formação militar voltava a subir ligeiramente (17%) (Gráfico 8). Para além de direito e dos cursos militares, Medicina continuava a ser uma área bastante procurada, agora seguida pela Engenharia, escolhas de 8% e 6% dos deputados Regeneradores, respectivamente.

No que se refere à actividade profissional, o funcionalismo público voltava a sofrer uma redução, passando para os 15%, enquanto o número de militares aumentou significativamente, chegando aos 27% do total dos deputados Regeneradores, acima do valor de 1860 (Gráfico 9)[22]. O número de funcionários públicos foi, inclusive, ultrapassado pelo número de advogados (16%). No que se refere aos proprietários, verificou-se um decréscimo, em paralelo com a redução da percentagem de membros da aristocracia titulada presentes na câmara electiva, regressando a valores próximos dos de 1860: em 1901, apenas 6% dos parlamentares Regeneradores eram proprietários, a mesma percentagem de Regeneradores que detinham títulos nobiliárquicos, ou seja, cerca de metade dos que existiam em 1881, em ambos os casos (Tabela 8).

Gráfico 9. Actividade profissional



Fonte: MÓNICA, 2004-2005

[22] Note-se que José Manuel Sobral e Pedro Tavares de Almeida apontaram o funcionalismo público como a classe profissional com maior número de deputados em 1902-1904, mas incluíram nessa categoria professores universitários, professores do ensino secundário e magistrados, que nesta análise optámos por considerar separadamente; SOBRAL, ALMEIDA, 1982: 655.

Tabela 8. Origem social dos deputados

	%
Com título nobiliárquico	6%
Sem título nobiliárquico	94%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

Quanto à relação dos deputados com o seu círculo de eleição, houve um aumento do número de indivíduos que efectivamente tinham uma ligação de nascimento com o seu círculo eleitoral, subindo de 28% em 1881 para 35% em 1901 (Tabela 9). O valor continua, ainda assim, a ser reduzido, contrariando para o sector Regenerador as conclusões obtidas para a totalidade do hemiciclo dessa legislatura[23]. Estes valores comprovam que as decisões tomadas pela chefia partidária tinham uma significativa relevância no que diz respeito ao Partido Regenerador, e que a preponderância continuava a ser dos candidatos indicados pela cúpula partidária.

Tabela 9. Local de origem vs círculo de eleição

	%
Mesmo círculo	35%
Círculo diferente	55%
Desconhecido	10%

Fonte: MÓNICA, 2004-2005

5. CONCLUSÃO

Podemos, assim, concluir que o corpo parlamentar regenerador revelou, ao longo dos 3 actos eleitorais aqui estudados, algumas semelhanças: era um grupo de políticos jovens e com formação superior, essencialmente recrutados entre os militares e funcionários públicos. Geograficamente, predominava a origem nas regiões de Lisboa e do Porto, e estava em declínio a pertença a famílias da aristocracia titulada. No que diz respeito à ligação ao círculo pelo qual eram eleitos, cerca de um terço dos deputados tinham uma ligação pelo nascimento. Conclusões semelhantes foram obtidas para o corpo ministerial durante a Monarquia Constitucional pós-Regeneração, o que se explica pelo percurso parlamentar prévio da grande maioria dos ministros portugueses desse período[24].

[23] SOBRAL, ALMEIDA, 1982: 657. Note-se que os autores referem outros vínculos ao círculo de eleição, que não incluímos neste estudo. Ainda assim, o valor sugerido de 2/3 dos deputados com ligações ao seu círculo é bastante superior ao que conseguimos apurar.
[24] ALMEIDA, PINTO, 2003: 22.

A evolução destes valores entre 1860, 1881 e 1901 mostra-nos, em grande medida, a disparidade do caso da eleição de 1881, onde o número de deputados estreantes foi muito significativo. Curiosamente, os critérios prosopográficos onde este novo contingente de jovens regeneradores teve impacto foram díspares: por um lado, o funcionalismo público passou a ser a principal ocupação profissional; por outro, aumentou o número de indivíduos da aristocracia titulada; e, finalmente, baixou a percentagem de indivíduos nascidos no seu círculo de eleição.

No último ano estudado, 1901, o corpo parlamentar regenerador era um grupo tendencialmente mais instruído, onde se continuava a destacar a formação em direito, mas onde se verificava agora uma preponderância muito significativa de militares. Em termos da origem geográfica, Lisboa continuava a ser o local com maior importância, tendo, contudo, sofrido uma redução, que permitiu o aumento do número de indivíduos proveniente de outros distritos, nomeadamente do Porto. Observa-se, portanto, que o corpo parlamentar Regenerador se transformara, ganhando maior experiência e habilitações e descentralizando as suas origens. Era um reflexo das transformações da sociedade, nomeadamente no que diz respeito à preponderância do funcionalismo público e ao declínio da influência da aristocracia proprietária. A bancada parlamentar Regeneradora tinha, contudo, uma limitada ligação às regiões que representava no Parlamento, no que se afasta da visão historiográfica sobre o tema. Importa ainda referir que existe pouca continuidade entre o corpo parlamentar Regenerador de uns anos para os outros: de 1860 para 1881 só transitaram 8 deputados eleitos com o apoio do Partido Regenerador; da mesma forma, apenas 11 deputados eleitos em 1881 se encontravam em funções em 1901.

A comparação dos valores por nós obtidos com outros que nos dão uma perspectiva europeia da situação dos partidos considerados conservadores revela, porém, diferenças assinaláveis: alguns autores têm defendido que os partidos conservadores do século XIX tinham uma importância significativa de membros da nobreza, um número elevado de indivíduos profissionalmente ligados ao sector primário, como o caso dos proprietários, e um número em decréscimo de deputados que eram simultaneamente altos funcionários públicos[25]. As características do Partido Regenerador que conseguimos obter são precisamente o contrário. O corpo parlamentar Regenerador tinha uma baixa percentagem de membros da aristocracia, um número reduzido de proprietários, e uma elevada percentagem de funcionários públicos, a maior parte pertencentes aos níveis mais elevados do aparelho burocrático. Os regeneradores posicionaram-se, assim, como um caso atípico no panorama partidário europeu de oitocentos.

[25] CROMWELL, VERZICHELLI, 2007: 194-216.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Pedro Tavares de (1995). *A Construção do Estado Liberal*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

ALMEIDA, Pedro Tavares de, *org.* (1998). *Legislação Eleitoral Portuguesa 1820-1926*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa (2003). *Portuguese Ministers, 1851-1999: Social Background and Paths to Power*. In ALMEIDA, Pedro Tavares de; PINTO, António Costa; BERMEO, Nancy, *ed. Who Governs Southern Europe: Regime Change and Ministerial Recruitment, 1850-2000.* London: Frank Cass, pp. 6-37.

ALMEIDA, Pedro Tavares de (2005), *The Portuguese administrative elite, 1851-1910*. «Revista de História das Ideias». 26, 439-462.

ALMEIDA, Pedro Tavares de; FERNANDES, Paulo Jorge; SANTOS, Marta Carvalho dos (2006). *Os deputados da 1ª República Portuguesa: inquérito prosopográfico*. «Revista de História das Ideias» 27, 399-417.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima (2001). *História de um nado-morto: o primeiro ministério histórico (1856-1859).* «Análise Social». XXXV: 57, 989-1012.

CABRAL, António (1924). *As cartas d'El-Rei D. Carlos ao Sr. João Franco*. Lisboa: Portugal-Brasil.

CROMWELL, Valerie; VERZICHELLI, Luca (2007), *The Changing Nature and Role of European Conservative Parties in Parliamentary Institutions from 1848 to the Twenty-first Century*. In COTTA, Maurizio; BEST, Heinrich, dir. *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*. Oxford: Oxford University Press, pp. 194-216.

«Diário da Câmara dos Deputados». (5 mar. 1860).

LUCAS, Patrícia Isabel Gomes (2019). *Partidos e política na Monarquia Constitucional: o caso do Partido Regenerador (1851-1910)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento.

MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira (1996). *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Guimarães Editores.

MÓNICA, Maria Filomena (1996). *As Reformas eleitorais no constitucionalismo monárquico, 1852-1910*. «Análise Social». XXXI: 139, 1039-1084.

MÓNICA, Maria Filomena (2004-2005), dir. *Dicionário Biográfico Parlamentar: 1834-1910*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa; Assembleia da República.

«O Portuguez» (27 Nov. 1859).

«O Progresso» (5 Jan. 1881).

«O Século» (14 Ago. 1901).

PEDERSEN, Mogens N.; KJAER, Ulrik; ELIASSEN, Kjell A. (2007). *The Geographical Dimension of Parliamentary Recruitment: Among Native Sons and Parachutists*. In COTTA, Maurizio; BEST, Heinrich, dir. *Democratic representation in Europe: diversity, change, and convergence*. Oxford: Oxford University Press, pp. 160-190.

RAMOS, Rui, *coord.* (1994). *A Segunda Fundação (1890-1926)*. In MATTOSO, José, dir. *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa.

RAMOS, Rui (2006). *D. Carlos: 1863-1908*. Rio de Mouro: Círculo de Leitores.

SOBRAL, José Manuel; ALMEIDA, Pedro Tavares de (1982). *Caciquismo e poder político. Reflexões em torno das eleições de 1901*. «Análise Social». XVIII: 72-74, 649-671.

VILHENA, Júlio de (1921-1922). *D. Pedro V e o seu reinado.* Lisboa, Academia das Ciências.

«GUITARRA DE PORTUGAL» E «CANÇÃO DO SUL»: A IMPRENSA DE FADO ENTRE A TRADIÇÃO E A AFIRMAÇÃO CULTURAL (1922-1948)

CÁTIA TUNA*

INTRODUÇÃO

Há dois traços no percurso biográfico de Victor de Sá que enquadram a escolha do tema do meu contributo para esta obra em sua homenagem[1]. O primeiro foi o seu trabalho como livreiro fundamentalmente na Livraria Victor que fundou e geriu em Braga, o que espelha a «devoção» que tinha pelo livro como objeto de conhecimento partilhado e o zelo por assegurar a sua acessibilidade[2]. O contacto com os dois periódicos de fado que este estudo apresenta — a «Guitarra de Portugal» («G.P.») e a «Canção do Sul» («C.S.») — que em certos momentos assumirá propositadamente uma escala quase microscópica, faculta esse ingresso ao quotidiano dos bastidores deste mundo peculiar que o livro e — no caso específico deste estudo — o jornal colocavam em movimento na época em estudo.

O segundo aspeto do itinerário do historiador homenageado concerne às suas convicções e pertença política, tendo sido comunista, o que resultou em nove detenções pela PIDE e nos impedimentos à prossecução dos seus percursos de estudante e, mais tarde, de professor. Como historiador, a sua identidade política refletiu-se na atenção que deu à formulação das primeiras ideias socialistas em Portugal (objeto da sua tese de doutoramento) e ao movimento operário (tema apresentado nas provas de agregação)[3]. Os estudos de Rui Vieira Nery revelaram o fado como um observatório privilegiado das dinâmicas de sociabilidade constitutivas do movimento operário uma vez que alguns dos seus protagonistas eram praticantes de fado e que este género musical serviu de propaganda dos ideais ou ideologias destes grupos de vanguarda política[4]. As investigações do musicólogo e historiador focam-se sobretudo nos primeiros anos do século XX. O nosso estudo, ao abordar dois jornais que se consolidaram já durante a ditadura militar e no início do Estado Novo, acaba por se reportar a personalidades que, embora por vezes de modo mais dirimido, com uma

* Universidade Católica Portuguesa/Centro de Estudos de História Religiosa (CEHR). Email: catiatuna@ucp.pt. Cátia Sofia Ferreira Tuna (Prémio 2020).

[1] Este texto integra a minha investigação de doutoramento — cf. TUNA, 2020a: II, 207-219.

[2] SÁ, 1954, 1956.

[3] SÁ, 1978, 1981.

[4] NERY, 2015, 2010. No campo da antropologia sobressai a investigação de Paulo Lima: LIMA, 2004.

liberdade de militância mais limitada, tinham uma ligação mais ou menos ativa a estes movimentos ideológicos. Uma perspetiva rápida sobre o envolvimento político de alguns dos nomes que constam na Tabela 1 testifica esta inscrição nos círculos de vanguarda ideológica: Domingos Serpa era anarquista, Manuel de Matos era sindicalista, João Linhares Barbosa situava-se no campo libertário.

Tabela 1. Dirigentes, editores e redatores principais dos jornais

	«Guitarra de Portugal»	«Canção do Sul»
Diretor	João Linhares Barbosa (1.ª série [1922-1939]), Mário Ribeiro (2.ª série [1945-])	Venceslau de Oliveira (até 1927), José Alves (1927) Francisco Viana (1930), João Reis (pseud. António Cardo) (1930-1931), Cândido Torrezão (1931), João Reis (António Cardo) (1931-)
Subdiretor		Celeste Inácio (1930-)
Secretário de redação	Carlos A. Figueiredo (1936), Horácio Gameiro (1936-)	Carlos Conde (1931), Celeste Inácio (1931-), José Nascimento Santos (1934-), Jacinto Lobo (1935-)
Editor(es)	José Oliveira Piedade (-1938), João Linhares Barbosa (1938-1939) João da Mata (1945-)	Armando Dias (1926-1927), João Reis (1930-) António Fernandes (1931-1932), João Fernandes Sampaio (1932-) Arthur Leite (1935-)
Redator (principal)	Domingos Serpa (1922-1929), João Oliveira Vidal (1929-1935), António Gomes (1936-), José de Oliveira Piedade (juntamente com António Gomes) (1938-), João da Mata (1945-)	Joaquim Frederico de Brito (1930), Raul Álvaro (pai) (1931), Manuel de Matos (1939-)
Administrador	Sabino Isidro dos Santos (até 1934), Luís Beleza (1934-1935), A. Nunes da Silva (1938-1939)	João Reis (1927-)
Proprietário	João Linhares Barbosa (1938-1939), Francisco Costa (1945-)	João Reis (1930-1934), Celeste Inácio (Judia) (1934-)

Fonte: TUNA, 2020a: II, 202-205

Destacamos entre os colaboradores Avelino de Sousa, que fora anarcossindicalista, Mário Domingues que era anarquista, Cristiano Lima e Martinho da Assunção, ambos comunistas. À exceção deste último e de Manuel de Matos (acima referido), os nomes enunciados estavam sobretudo vinculados à «G.P.»[5].

A imprensa operária em que se envolveram constituiu para eles uma plataforma de aprendizagem do saber-fazer dos trabalhos de redação, revisão, grafismo, tipografia e administração. A vitalidade expressiva que o fado teve no campo da imprensa é

[5] A caracterização política da comunidade fadista e, particularmente, daqueles que estavam vinculados aos jornais de fado após 1926 está desenvolvida em: TUNA, 2020a: 190ss.

assim atinente a este dinamismo ideológico intrinsecamente panfletário a que estava vinculado pelo menos já desde 1870, aproximadamente, quando a agitação operária, que fez sentir a sua presença a partir da vitória concludente do liberalismo (1834), é revigorada sob a influência da I Internacional[6]. Pedro Félix aponta desde essa época a estimativa de 100 títulos de fado e refere que até à década de 1920 aqueles são marcados exatamente por essa vinculação: os promotores e redatores são operários, ligados a movimentos sindicais ou associações mutualistas[7]. Com o início da «G.P.» em 1922 e da «C.S.» no ano seguinte, o etnomusicólogo assinala uma nova fase caracterizada pelo destaque do fadista cantor em detrimento do fadista poeta; também pela maior durabilidade e menor quantidade de títulos, que anteriormente na maioria das vezes não chegavam à publicação do segundo ou do terceiro número. A «G.P.» interrompe a sua publicação em 1939 e inicia uma segunda série em 1945; a «C.S.» conhece uma grande irregularidade nos seus primeiros anos; reinicia em 1926 para parar logo no ano seguinte; em 1930 recomeça com uma regularidade quase irreversível[8]. Ambos os títulos publicariam no total cerca de 700 números durante as duas décadas aproximadas de publicação (descontando os interregnos indicados) em que foram explicitamente periódicos de fado. Outros periódicos de fado existiram nesta altura: destacamos «O Fado» (1923-1926), a «Canção do Povo» (1926), a «Canção Nacional» (1927-1928), e o «Trovas de Portugal» (1933-1944).

Após focarmos a conflitualidade que caracterizou a sua relação, faremos uma caracterização do itinerário de cada um dos títulos para no final retirarmos os principais pontos em que a identidade fadista os fazia confluir e, sobretudo, divergir.

A CONCORRÊNCIA ENTRE OS DOIS PERIÓDICOS

É incontornável referir o conflito concorrencial entre a «G.P.» e a «C.S.». Quando esta reaparece em 1926, existe de imediato uma contenda com o seu rival devido à opereta *Mouraria*[9]. O diretor da «C.S.», Venceslau de Oliveira, criticou a peça, o que João Linhares Barbosa, diretor do jornal concorrente, interpreta como uma acusação pessoal. O grau de conflituosidade entre os dois títulos atinge o seu auge no ano de 1932[10]. Existe primeiramente um melindre por parte da «C.S.» ao considerar ofensivas umas quadras publicadas no jornal rival pela ocasião do Carnaval. Na retaliação, a «G.P.» aproveita para acusar a «C.S.» de nunca defender o fado e os fadistas das

[6] SÁ, 1990: 217-218.
[7] FÉLIX, 2010.
[8] Para um enquadramento destes dois jornais noutras iniciativas de edição periódica da época ver NERY, 2004: 150 e TUNA, 2020a: 34-42.
[9] BARBOSA, 1926: 3.
[10] Sínteses de natureza biográfica dos vários dirigentes e colaboradores dos periódicos de fado já referidos na Tabela 1 e referidos ao longo do texto, podem ser consultadas no portal «Fado e religião», uma iniciativa da Fundação Mário Soares e Maria Barroso — TUNA, 2020b.

difamações de que são alvo, a qual responde ironizando a irregularidade e os atrasos da «G.P.», longe de manter a periodicidade quinzenal[11]. A «C.S.» procura nesta fase diferenciar-se da concorrência por esta observância no cumprimento de aspetos como a periodicidade mas também pela moralidade das letras; neste ano pode ler-se em muitos números o aviso de que «aceita toda a colaboração que nos for enviada desde que os originais não excedam as normas da moralidade e dignifiquem puramente o Fado»[12].

Ainda no verão de 1932 ocorre outro atrito mais sério devido a acusações de plágio: o jornal fundado por Linhares Barbosa incrimina o adversário de usurpar poemas, num caso de acusação de plágio que envolveu a polícia, o Governo Civil e que foi para o tribunal. Foi protagonizado por Carlos Conde nas circunstâncias conturbadas em torno do convite que lhe foi dirigido por António Cardo (pseudónimo de João Reis, então diretor da «C.S.») para ir para o seu jornal. As acusações da «G.P.» alcançam a vida privada dos membros da direção do título adversário (já sugeridas nas quadras publicadas no carnaval)[13]. O conflito entre os dois jornais em 1932 fez correr muita tinta e fez também com que de certo modo se contassem as espingardas, seguindo-se a publicação de manifestações de apoio[14]. As acusações de plágio entre os jornais persistirão[15].

Um novo pico de atrito dá-se em 1936, com a parceria estabelecida entre o Café Luso e a «C.S.»; a «G.P.» acusa esta de pretender que aquele estabelecimento o vendesse em regime de exclusividade e recusou-se a ser comercializada naquele estabelecimento[16].

A «GUITARRA DE PORTUGAL»

O jornal «G.P.» surgiu em 1922 a partir de uma conversa entre Linhares Barbosa e Domingos Serpa, a quem se vieram a juntar Fernando d'Almiro, Luís Sameiro e Oliveira Piedade. Estava assim constituído um sólido elenco redatorial e corpo dirigente. Este título começou por ser impresso nos baixos da redação de «O Sport de Lisboa», ao Calhariz[17]. Em 1923 ocorre «uma cisão na equipa redactorial inicial da *GP*»; a fação discordante (Manuel Soares «do Intendente» e José António da Silva «Bacalhau») fundam o jornal «O Fado» que finaliza logo em 1926 e que representa uma corrente mais conservadora no meio do fado quanto a inovações formais, em

[11] *A Calúnia é a arma dos cobardes e dos pulhas*, 1932: 4.
[12] «C.S.», 16 mai. 1932: 3.
[13] *António Cardo e Celeste Judia: Estes gatunos são loucos ou são malandros?!… Desmascarámos os da "CS"*, 1932. A acusação recai sobre Celeste Inácio (com o pseudónimo de Judia) alegando que teria vindo de Idanha-a-Nova, abandonando o marido, e que João Reis teria abandonado a mulher e o filho para se juntar à Judia, que era sua prima.
[14] Por exemplo: *Uma Manifestação á "A CS"*, 1932: 4.
[15] Ver, por exemplo: *A Caça às lebres*, 1938: 2.
[16] *Nós, o "Luso" e eles: Onde estás. Probidade profissional!?…*, 1937: 6; *"Eles" e o café Luso…*, 1937: 4.
[17] *José Manuel Soares: o "Pepe"*, 1931: 2.

contraposição com a posição de Linhares Barbosa que valorizava a abertura do fado à possibilidade de se promover culturalmente, abrindo-se a novos espaços e modalidades[18]. O seu primeiro ardina foi Pepe, que seria um jogador de futebol de sucesso; também o foi João d'Oliveira Vidal que evidenciou nessa época um grande gosto por fado; em 1927, com cerca de 20 anos, viria a ser o secretário da direção[19]. Dois anos após a sua fundação, a tiragem do jornal rondava os 2000 exemplares.

Começou a existir desde o final de 1926 a intenção de conferir uma componente mais erudita-musical ao jornal. Assume-se o seguinte desiderato: «A "GP" […] vae, do próximo ano em diante, publicar uma pagina musical, ficando assim, o nosso trimensário, uma das publicações mais completas no genero»[20]. Este periódico manifesta cordialidade com vários colegas de imprensa, sobretudo imprensa «pequena», local, teatral e produzida pelo meio operário: «A GP tem relações cordiais com os jornais Jornal dos Teatros, Gazeta da Capital, O Estrondo, O Eco Telegrafo Postal, O Protesto, A Indústria (Setubal) e Correio Olhanense, entre outros»[21].

A abrangência da «G.P.» é enaltecida, procurando não se confinar a um circuito social restrito no que respeita à ideologia, à classe e mesmo à religião: «E, assim, esta pequena fôlha, vai a tôda a parte do mundo, onde existam portugueses, sem credos políticos, filosóficos ou religiosos. Lê-nos o cónego humilde e o ateu empolgante»[22].

Este periódico gozou de uma certa estabilidade até à morte de Domingos Serpa, em julho de 1929, que à data exercia a função de redator. A direção alterou-se bastante: João Oliveira Vidal, passa a ser o redator e Alfredo Madeira o secretário[23]. A década de 1930 inicia com uma crise financeira que, de resto, com algumas intermitências, acompanhará a primeira série do jornal. Em 1931 anuncia-se um empréstimo e a organização de festas para angariação de fundos em vista à amortização da dívida[24]. Dois anos mais tarde, João da Mata referiria que em termos financeiros foi necessário recorrer a amigos, que ofereceram o seu crédito[25]. A «G.P.» acaba por ter uma longa interrupção em 1935 (na mesma altura em que o mesmo sucede com o periódico rival) por causa de um pequeno conflito com a tipografia e por ter mudado o seu grafismo e o material de impressão[26]. Nesse ano, revela a situação negativa das suas contas e pede um empréstimo de 5$00 a cada «amigo da *Guitarra*»:

[18] NERY, 2004: 195.
[19] «G.P.», 22 jan. 1927: 1.
[20] «G.P.». 20 dez. 1926: 1. O primeiro que sinalizamos é este artigo: *Jorge Ramos — Impressões… a musica*, 1926: 2.
[21] «G.P.», 30 mai. 1926: 4.
[22] *Sete anos: sete anos de pastor Jacó serviu Labão, pai de Raquel, serrana bela…*, 1929: 2.
[23] «G.P.», 27 jul. 1929: 3.
[24] «Para suavisar a crise por que estamos passando, reflexo da crise que geralmente assoberba a vida portuguesa, pensa êste jornal iniciar desde já um empréstimo material, para o qual contamos com os nossos amigos mais dedicados. […] A amortização dêsse empréstimo será feita com o produto de algumas festas que vamos organizar». *Aos amigos do nosso jornal*, 1931: 7.
[25] «G.P.», 9 jul. 1933: 5.
[26] «G.P.», 8 jun. 1935: 6.

> *Não é surpresa para ninguém confessarmos que a vida da «GP» tem sido, há 4 anos a esta parte, uma vida de dificuldades e sacrifícios; os motivos são os de todas as empresas como a nossa: o encarecimento de mão de obra e matérias primas, em especialidade, o papel; as dificuldades de se conseguir publicidade, relativamente remunerada; a deprimente situação de cobranças fora do continente, o que nos trouxe um «deficit» de perto de dez mil escudos; a falta de pagamentos de muitos recibos em Lisboa e na provincia; só agentes, nos devem a parcela de sete mil escudos, e por fim a crise que atravessam as classes operárias, classes onde temos a maior população de leitores…*[27].

O empréstimo será amortizado em janeiro de 1937. A sustentabilidade financeira periclitante veio a provocar mesmo o fim do jornal, que esteve cerca de cinco anos suspenso; no último número da primeira série, pode ler-se:

> *Não é novo o motivo e todos o conhecem de sobejo. A falta de numerário com que lutamos força-nos por vezes a estas situações, situações que se modificarão quando todos aqueles que nos lêem saibam que não é com cantigas apenas que se faz um jornal. A falta de pagamento aos nossos recibos contribuem cruelmente para que não sejamos pontuais*[28].

A «G.P.» conseguiu um amplo raio de alcance: em 1928, sexto ano de publicação, passou a ter agentes no Estados Unidos da América, em New Jersey e em New York (em Brooklyn); nesta última, o agente chamava-se António Lourenço (mais conhecido por António das Calças) e era um grande amigo emigrante da direção do jornal[29]. Nesse ano passa também a ter agentes em Setúbal (Alfredo Jacques), em Tomar e em Faro[30]. No ano de 1933 tem um novo agente e correspondente no Algarve, em Vila Real de Santo António, chamado António Gonçalves Barradas, e um comerciante açoriano chamado Francisco Machado Lemos assume o lugar de agente na ilha Terceira[31].

Entretanto, pela importância que o Porto adquire para a «G.P.», é aberta nesse ano e nessa cidade uma sucursal do jornal, que ficou a cargo do fadista nortenho Joaquim Ferreira Matinha, sendo secretários os também fadistas Manuel Mendes e

---

[27] *Em prol da "GP": um empréstimo a favor do nosso jornal*, 1935: 2.
[28] *O Atrazo do nosso jornal*, 1939: 3.
[29] «G.P.», 8 jan. 1928: 8; «G.P.», 10 abr. 1928: 10.
[30] Em Setúbal: «G.P.», 8 jan. 1928: 8. Em Tomar: «G.P.», 29 mar. 1928: 8. Em Faro: «G.P.», 10 abr. 1928: 4. Benavente e Sacavém têm também agentes deste jornal: «G.P.», 28 mar. 1930: 4.
[31] Em Vila Real de Santo António: «G.P.», 24 jun. 1933. Na ilha Terceira: «G.P.», 25 ago. 1933: 11.

Adriano de Magalhães[32]. Foi, no entanto, uma experiência fugaz: Linhares Barbosa e a restante direção deslocou-se ao Porto, dissolveu a filial e implantou um novo sistema de venda: João Matinha passou a correspondente, Adriano Magalhães a propagandista e Luiz da Encarnação (proprietário do Café Portugal) a controlador das vendas. Determina-se que todas as casas onde o fado se canta vão passar a vender o jornal, mas a venda será feita pelos próprios fadistas[33].

Este investimento do jornal no Norte verifica-se fora do Porto, pela notícia de que estão sendo «organizadas em várias localidades dos arredores do Pôrto sub-agências da "GP"». O jornal também quer investir no Algarve, onde existe um grupo de fadistas empenhados na divulgação do género musical e da «G.P.», especificamente, sendo Francisco Masquete correspondente do jornal em Olhão: «Em várias terras da Província, especialmente em Olhão, Portimão, Silves, Faro, aceitam-se agentes para êste jornal» [34].

Em 1934, é inaugurada no Brasil, na cidade de São Paulo, «uma agência da "GP" sob a direcção do nosso querido compatriota o distinto guitarrista João Fernandes»[35]. Na segunda série, iniciada em 1945, é percetível o investimento da «G.P.» em agentes da província.

A «G.P.» faz sempre uma festa anual na ocasião do seu aniversário, que inclui fados e, por vezes, a exibição de operetas. Ele assume que «não é apenas um jornal de versos para o Fado, é também um documentário da vida fadistal»[36]. Este jornal tem duas rubricas bastante estáveis: uma intitulada *Fado Canção* e outra *Fado Velho*. No fim de 1933, a «G.P.» projeta uma série de transformações, designadamente gráficas, que começará pela alteração do cabeçalho no início do ano seguinte.[37] Em 1938, diz-se que o jornal «passará oficialmente a sair como quinzenário, ficando, assim, sendo o mais antigo quinzenário Português», vislumbrando-se uma centralização no fundador e diretor: «João Linhares Barbosa, antigo e único proprietário e também director, desta revista, passa do número de hoje a ter lugar de Editor, lugar que acumulará com os outros que já tinha e Oliveira Piedade, passa para o lugar de redactor»[38].

Em órbita deste órgão da imprensa estão grandes figuras do fado, com autoridade no meio, destacando-se Avelino de Sousa, para além dos seus fundadores Domingos Serpa e Linhares Barbosa[39]. Linhares Barbosa é uma personalidade de grande relevância na história do fado, o que é em parte justificado pela sua produ-

[32] «G.P.», 18 abr. 1933: 7. Essa filial no Porto, esta agência que fica na Rua da Alegria, 860, Porto; inicialmente ficou a cargo de Adriano Magalhães. «G.P.», 24 jun. 1933.
[33] «G.P.», 11 nov. 1933: 2.
[34] *Agentes da Guitarra*, 1933: 10.
[35] Ficava na Rua de Santa Efigénia, 65, 1.º. «G.P.», 21 abr. 1934: 4.
[36] «G.P.», 9 jul. 1933: 3.
[37] «G.P.», 11 nov. 1933: 5. Este novo cabeçalho concretiza-se no início de 1934: «G.P.», 8 fev. 1934.
[38] «G.P.», 10 jul. 1938: 6.
[39] Avelino de Sousa inicia uma rúbrica sobre *Recordações do Passado*, 1939: 3.

ção poética, que detém um valor estético intrínseco e insofismável. Mas através da «G.P.», órgão da imprensa que fundou e dirigiu durante 18 anos, o poeta defendeu o fado, conferiu-lhe visibilidade no espaço público, entrou em interlocução com figuras exponenciais da cultura e mesmo com detratores com o objetivo de o afirmar socialmente ao sarar as ruturas estabelecidas. Nos primeiros números da «G.P.», ainda antes de 1926, é patente a entrevista a escritores, poetas e outros intelectuais proeminentes da época. O registo de Linhares vai alterar-se à medida que sobe o tom da polémica que tem com o núcleo mais conservador do fado, tornando-se mais ríspido. Empenhou-se ainda a dignificação das novas profissões que o género proporcionava: a de poeta popular e a de fadista. Assim se propõe numa retrospetiva laudatória do seu contributo:

> *Não tenham ilusões… Quem mais trabalhou e lutou pelo Fado, quem mais contribuíu para o dignificar e para o fazer ascender até ao ponto onde se encontra, quem mais labutou para que a remuneração aos fadistas — que em algum tempo oscilava entre a «nota de cem e a tijela de económica» — fôsse condigna, quem impôs que aos poetas populares fôssem atribuídos direitos de autor, êsse — não haja confusões de nomes, — chama-se: João Linhares Barbosa*[40].

As homenagens ao fundador da «G.P.» têm lugar e explicitam a visão que este detinha para o género musical e a energia com que o defendeu[41]. De salientar é ainda João da Mata, que participou na liderança do jornal na segunda série como editor, mas que já tinha uma grande experiência de fundador e diretor de periódicos incidentes no fado, além de uma destacada atividade como violista e organizador de digressões e sessões de fado.

A «G.P.» procurou assegurar uma ação difusora do fado que assim contribuísse para o sucesso do género musical e dos seus artistas: «A "GP" vive do auxílio de todos os fadistas e a todos os fadistas é indispensável o auxilio da "GP"»[42]. Segundo Rebelo de Bettencourt, a «G.P.» é um «magnifico trimensário ao qual se deve […] a reabilitação em grande parte, do fado português»[43]. O jornal faz-se valer daqueles que lhe dão reconhecimento social, como D. José de Bragança, que é «distinto fidalgo e nosso amigo e assinante»[44], ou o industrial Vicente Joaquim Esteves, havendo referência a uma «lista de assinantes que este nosso amigo nos enviou de nomes acreditados no nosso meio comercial e industrial»[45].

---

[40] *Variações*, 1945: 2.
[41] VALENTE, 1928: 3.
[42] Cf. «G.P.», 20 jan. 1933.
[43] Rebelo de Bettencourt, artigo no jornal «Açoriano Oriental» (fev./mar. 1938). Citado por: «G.P.», 30 abr. 1938: 2.
[44] «G.P.», 28 mai. 1931: 7.
[45] «G.P.», 20 fev. 1927.

Pelos corpos dirigentes da «G.P.» passaram indivíduos de meios diferentes, desde o próprio proprietário da tipografia na qual a impressão do jornal foi maioritariamente realizada (Luís Beleza, dono da Tipografia Beleza) ou António Gomes que foi empregado na estação dos Caminhos de Ferro Sul e Sueste e era o revisor tipográfico do jornal «Diário de Notícias»[46]. Carlos Alberto de Figueiredo, um ex-artista mecânico e à altura empregado no comércio; é Horácio Gameiro quem o substitui após a sua morte em 1936. Não é poeta, guitarrista nem cantador, tendo como profissão ser «empregado de carteira» de uma das mais importantes «firmas comerciais da nossa praça» e sendo casado com uma fadista (Alcídia Rodrigues)[47].

Na segunda série, em 1945, o administrador é Francisco M. Costa, empresário na área do fado. Francisco Radamanto e José Afonso de Matos passam ao quadro efetivo da redação deste jornal no final desse ano[48]. Nesta segunda série, a «G.P.» configura-se graficamente como uma revista — modificação que tinha ocorrido anos antes com a «C.S.»[49]. Embora mais paulatinamente, tal como o periódico concorrente a «G.P.» vai-se tornando um periódico de generalidades no âmbito das artes do espetáculo. Em 1947 o jornal transforma-se no «Ecos de Portugal», que durará até 1951.

A «CANÇÃO DO SUL»

A «C.S.» começou a 1 de abril de 1923. Após alguns números e um longo interregno que terá estado relacionado com problemas financeiros e má administração, ressurge no dia 18 de dezembro de 1926. Persistem os problemas no mandato da primeira direção liderada por Venceslau de Oliveira, pivô ativo do meio e da imprensa teatral, pelo que os corpos diretivos mudam sucessivamente[50]. Entre finais de abril de 1927 e maio de 1930 o jornal conheceu uma longa interrupção, novamente.

João Reis destaca-se como personalidade que está presente nos corpos diretivos desde este recomeço acabando por tomar as rédeas definitivamente em 1931. Até lá, com mandatos muito breves, são diretores pessoas estreitamente ligadas ao mundo do fado, como José Alves (durante um mês em 1927) e Francisco Viana, que assume a direção após o interregno de três anos que se segue, num mandato de seis meses. Este, juntamente com Joaquim Frederico de Brito, que era redator no jornal, entram

[46] *A Redacção da "GP"*, 1936: 2.
[47] «G.P.», 20 nov. 1936: 3.
[48] «G.P.», 1 nov. 1945: 7.
[49] Logo no 5.º número o cabeçalho é alterado.
[50] Esta interrupção entre 1923 e 1926 é atribuído a João d'Almeida, conhecido por João das Velhas, proprietário de um restaurante homónimo, por causa de questões de dinheiro, e ao editor Armando Dias. João Reis pede ao director da «G.P.» para publicar uma carta, na qual pode ler-se: «Motivado pela má orientação, por desconhecimento total dos seus deveres administrativos do editor de "A CS" editor esse, que tomo a si o encargo da sua publicação, venho eu, João Reis seu univoco proprietário e administrador, por esta forma declarar em publico, que suspendi o dito jornal pelo tempo suficiente aquele senhor liquidar todas as suas contas em debito […]. Reaparecendo depois sobre a direcção de pessoas com conhecimentos da causa a que nos propomos» (*Uma carta*, 1927: 6). A carta é datada de 27 de abril de 1927 e foi escrita em Lisboa (*Prevenção*, 1927: 1).

em colisão com João Reis, que assume o jornal como diretor, editor e proprietário no fim de 1930, e saem do jornal[51]. João Reis investe de imediato na expansão do jornal anunciando: «Iniciamos hoje uma nova e mais aturada propaganda pelo norte do País»[52]. Pouco tempo depois torna-se diretor Cândido Torresão, jornalista maduro ligado à imprensa humorística, que no espaço de quatro meses pede para deixar as suas funções[53]. Desde esse momento, João Reis começa um longo e estável mandato à frente do periódico. Deste modo, a «C.S.» não tem tantas pessoas ligadas diretamente à prática do fado e com um valor tão grande de ancestralidade comparativamente à «G.P.», mas, pelo contrário, constitui-se de figuras mais adstritas à produção poética e a outros setores da imprensa.

Como redatores da «C.S.» ressaltamos o jornalista Belo Redondo, jornalista do «Diário de Notícias», que na fase inicial escreve e publica contos; Armando Neves e Júlio Guimarães, poetas de fado que começam a colaborar com o periódico em 1936; mais tarde Severo Portela, o jornalista Carlos Silva que se notabilizou na sua defesa do fado e Henrique de Carvalho, professor, diretor, proprietário do Instituto Académico e autor de vários livros[54]. É de ressaltar o maestro Raul de Campos que é convidado para ser colaborador artístico da direção do jornal; na rúbrica que assegura praticamente não fala de fado mas de «folclore português», de música no geral e de generalidades[55].

A «C.S.» detém um expressivo alcance geográfico, nacional e internacional. Sabemos que nos primeiros números tem agências em Arruda dos Vinhos, Évora e Elvas, por volta de 1927; em 1931 há notícias que indicam a existência de leitores nos Estados Unidos da América; em 1935 sabemos que é vendido no Algarve e no Funchal, entre outros exemplos que poderiam ser dados[56]. É salutar o representante que o quinzenário tem na Beira, em Moçambique; chama-se Filipe Farinha é um ativo promotor do fado nessa região[57]. Em 1941, João Inácio e Celeste Inácio vão ao norte do país para fazerem propaganda do jornal, visitando as sedes do «Jornal de

[51] «Por não concordarem com a zeloza orientação tomada pelo único proprietário e editor do nosso quinzenário, A CS, deixaram de fazer parte da sua redacção, estes dois nossos amigos, velhos cultores de fado, a quem enviamos o nosso mais sincero adeus de despedida». «C.S.», 1 nov. 1930: 2. Pedem para a *GP* publicar a sua declaração: «G.P.», 31 nov. 1930: 3.

[52] «C.S.», 1 nov. 1930: 2.

[53] Torresão esteve na direção do jornal «Os Ridículos» e foi um dos fundadores do jornal «O Casmurro», no início da segunda década do século XX, juntamente com Artur Arriegas que era bastante ligado ao fado. Cf. «C.S.», 1 mar. 1931: 3.

[54] Júlio Guimarães passa a ser colaborador no jornal. Armando Neves: «C.S.», 1 jan. 1936: 3. Júlio Guimarães: «C.S.». 1 abr. 1936: 3. Henrique Carvalho: «C.S.», 1 jun. 1940: 7. Severo Portela: «C.S.», 1 nov. 1938: 6. Carlos Silva: «nosso presado amigo e distinto jornalista, antigo batalhador de pugnas políticas a quem deu tôda a sua alma e valor — a partir dêste número colaborará assiduamente no nosso jornal com uma secção privativa de grande agrado». «C.S.», 16 abr. 1937: 5. Carlos Silva foi diretor do jornal extinto «A Reacção», e colaborava no «Mensageiro do Ribatejo» e na «C.S.». Cf. «C.S.», 16 jun. 1937: 2.

[55] CAMPOS, 1934: 3.

[56] «C.S.», 16 jul. 1931: 4.

[57] «C.S.», 16 nov. 1945: 3.

Notícias» e do «Comércio de Gaia». No ano seguinte, durante o interregno do antigo rival, a administração da «C.S.» decide entregar a Luís da Encarnação (Juiz da praça) todos os serviços administrativos referentes ao Porto e seus arredores[58].

Percebe-se nos anos de 1937 e 1938 uma dinâmica de persuasão da «C.S.» relativamente a figuras de prestígio: Álvaro Ribeiro, José Régio, Cândido Torresão (antigo diretor), Campos Coelho, Rocha Martins, António Navarro, que colabora igualmente na *Presença*: todos são convidados para colaborar com o jornal. Esta colaboração, de facto, concretiza-se embora se constitua de participações muito pontuais[59]. Também em 1945 o poeta Miguel Torga e Adolfo Simões Müller publicarão poemas seus na revista. A «C.S.» é caracterizado pelo filósofo Álvaro Ribeiro nas cartas escritas a José Régio (nas quais procura persuadir o amigo a colaborar naquele título), como «jornal modesto, escrito por trabalhadores, e manchado de erros estranhos, mas redigido por pessoas simpáticas», que sendo «mal redigido» é uma «pobre revista, tão ingénua mas tão simpática» e que «tem mais vida e mais vibração» que a «G.P.»[60].

O jornal que teve João Reis como seu diretor mais longevo, patenteou-se que era de fado mas não só, enfatizando bastante o folclore no qual enquadrava o fado[61]. Com efeito, a «G.P.» estava certa ao referir que o seu concorrente não dava muita atenção à parte da defesa do fado; a brandura na resposta às críticas era intencional:

> *Não nos move o intuito de fazer guerra a um colega maioral, que é o «Diário de Lisbôa», por espírito de verrina ou por aquela prosápia doentia que os pequenos sentem ao serem notados pelos grandes quando lhes pisam os calos. Em nós o principio da camaradagem ainda se não submergiu e entendemos por bem o exemplo vir de baixo*[62].

Na «C.S.» não se registava o estilo militante do jornal de Linhares Barbosa e existia uma estratégia diferente, pretendendo posicionar o fado num espaço de interesse cultural elevado, como verificámos pelos colaboradores que procurou mobilizar, mas também pelo tipo de rúbricas que tinha e que concerniam a espetáculos no geral; a secção *Mascarilha Vermelha*, por exemplo é sobre teatro; em 1934 começa com a secção charadística que contém muitos contos. Contudo, nunca deixa de se inscrever no âmbito da poesia popular e na pequena imprensa, afiançando que nele «não cabem castas nem élites poéticas ou jornalísticas»[63].

---

[58] «C.S.», 16 nov. 1941: 1-3; «C.S.», 16 mar. 1942: 7.
[59] «C.S.», 16 fev. 1938: 2.
[60] RÉGIO, 2008 [1928-1968]: 27.30.33 (Excertos retirados das cartas de 2 dez. 1937, 17 dez. 1937 e 7 out. 1938).
[61] «Mas, o folclore de portugueses não é só o Fado. E, assim, embora em plano secundario, mostraremos o que há a pensar acerca do país». Refere, inclusivamente, o desejo de dar especial atenção ao fandango. *Reaparecendo*, 1930: 1.
[62] *O Vinho do "Diário de Lisboa"*, 1936: 2.
[63] *Jovens poetas*, 1938: 5.

A «C.S.» esteve suspensa entre 1 de abril de 1935 e 1 de junho de 1935, e a 1 de outubro desse ano surge remodelada graficamente. Este jornal que assim se aproximou de uma revista, manifestou uma preocupação de melhoria gráfica notada no novo cabeçalho, no tipo de papel e material de composição. Desde outubro de 1935 também houve um investimento na periodicidade que desde então não conheceu falhas (verificámos que esta regularidade era um fator diferenciador da «G.P.»). Em 1936 é de salientar a sua estreita proximidade com o Café Luso (por exemplo, todos os fadistas que entrevista cantam lá), o que explica a polémica que este café teve com a «G.P.», anteriormente descrita. Em outubro desse ano inicia uma nova secção ou rubrica intitulada *Dos novos* em que apresenta jovens fadistas[64], estabelecendo também uma estreita pareceria com a Rádio Luso:

> *Entre o Rádio Luso e «A CS» foi firmado um pacto de amizade assistência mútua na elaboração de festas, programas, e outros factores de interêsse, tanto para o posto como para o jornal.*
>
> *A página do Rádio Luso, que hoje inauguramos, fica sendo privativa do posto, onde vêm publicadas as letras dos maiores sucessos artísticos que sejam cantados através do microfone daquela Estação*»[65].

Desde a remodelação de 1935, a prosperidade do jornal parece crescente, e em 1937 anuncia que devido às ótimas tiragens que tem tido, esgotando rapidamente, passará a trimensário[66]. Pouco antes tinha anunciado que, não obstante o enorme aumento do preço do papel, manteria o preço de 50 centavos (ao contrário da generalidade dos jornais)[67]. Este jornal (ou revista) amplia consideravelmente o seu número de páginas e melhora o seu aspeto gráfico em outubro de 1938[68]. Os grandes jornais elogiam esta mudança arrojada: «Diário de Notícias», «O Século», o «República»… A sua estratégia passa por angariar novos leitores, chamando a atenção para o baixo preço[69], estimulando a angariação de agentes na província e de novos assinantes, colocando em apenso um cupão para ser por estes preenchido[70]. Nesta fase é patente um investimento da «C.S.» no objetivo de se tornar uma «revista moderna»[71]. Esta reconfiguração significa claramente uma vontade de afirmação jornalística e cultural.

---

[64] «C.S.», 16 nov. 1936: 3.
[65] «C.S.», 16 abr. 1936: 7.
[66] «C.S.», 16 set. 1937: 2.
[67] «C.S.», 16 jul. 1937: 7.
[68] «C.S.», 16 nov. 1938: 4.
[69] «Pelo seu custo — comparado ao de um jornal diário […] vale mais do que um jornal diário». *Leitor amigo*, 1938: 15.
[70] «C.S.», 1 nov. 1938: 15. O número em que se encontra o cupão: «C.S.», 1 dez. 1938: 2.
[71] «C.S.», 16 dez. 1938: 6.

A «C.S.» em 1937 abriu uma secção para novos poetas, caracterizando-a como um grande sucesso. Em abril de 1938 anuncia uma nova secção «Colectivismo Cultural e Recreativo» que incide em «assuntos de interesse colectivo — de tôdas as sociedades recreativas de Lisboa e arredores» acrescentando que a iniciativa «tem por índole estreitar ainda mais as sociedades de recreio com o fado — e ao mesmo tempo auxilia-las na publicidade gratuita que até aqui lhe tem sido feito escassamente»[72].

Nesse ano promove ainda dois concursos: o Concurso das Melhores Poesias de 1938[73] e o Concurso da Primavera. Este último teve uma dimensão e um impacto muito significativos. Cada bairro (num total de 12) escolheram representantes, tendo ocorrido eliminatórias em cada um deles. A grande vencedora foi Márcia Condessa, representante do Bairro da Bica. Até agora os concursos tinham sido sobretudo de poesia popular, promovidos pelos jornais; os concursos de cantadores eram promovidos pelas casas de fados, disputados numa só noite, sem existir nem a representatividade dos bairros nem as eliminatórias. Esta nova modalidade prolonga o concurso no tempo, confere-lhe um espírito bairrista e dá-lhe a visibilidade oferecida pelo órgão de imprensa promotor. Esta iniciativa integrou claramente uma estratégia da «C.S.» se difundir e granjear peso e destaque dentro do público fadista que disputava com a «G.P.»[74].

Esta vitalidade do jornal demonstra-se, finalmente, nos poetas de reconhecimento cultural que o quinzenário conseguiu convocar, como já explicámos anteriormente. Com efeito, a «C.S.» investe numa dimensão erudita e procura não se circunscrever ao fado, possivelmente para ser mais apelativa e alargar assim o seu público. Comprovam-no as capas do jornal a partir sensivelmente de 1939 nas quais aparecem atrizes que não são fadistas, como Carmencita Aubert, Beatriz Costa ou Mirita Casimiro. Contudo, os leitores notam o receio por este enfraquecimento da dimensão fadista[75]. Por essa altura reconhece-se que os seus redatores não conseguem assegurar as 16 páginas (8 folhas), referindo a insatisfação por parte dos assinantes pelos atrasos que estão a existir; em maio desse ano regressa-se, pois, às 8 páginas (4 folhas), como tinha sido até outubro de 1938. Em 1940, devido ao aumento do preço do papel, o primeiro número de cada mês mantem-se com 8 páginas mas o segundo será de

[72] «C.S.», 16 abr. 1938: 2.
[73] «C.S.», 1 nov. 1938: 6.
[74] «C.S.», 1 mai. 1938: 1.
[75] «C.S.», 1 abr. 1939: 3.

4[76]. Em 1941, anuncia-se que o preço irá aumentar e afirma-se: «Vamos remodelar radicalmente tôdas as secções do nosso jornal»[77].

Nos anos 40, o jornal mostrou a clara intenção de uma tendência mais generalista dos assuntos a tratar: «Os nossos serviços técnicos estão estudando a melhor forma do nosso jornal abraçar as seguintes modalidades artísticas: Cinema, Teatro, Dancing e Radiofonia»[78]. No quinzenário «C.S.» criam-se duas secções de crítica sobre teatro e cinema com a intenção de «correspondermos ao crescente interèsse do publico pelo nosso jornal»[79]. Além de atrizes, atores e cançonetistas na esmagadora maioria das capas, a secção *Cinema e Teatro* ocupa a totalidade da contracapa. A linha editorial já distante do fado é assumida: «Estamos a fazer o possível para que a nossa revista seja uma revista ilustrada com interêsse em todos os meios artísticos»[80]. Esta alteração é visível no novo subtítulo: «Revista Quinzenal de Fado — Poesia Popular — Teatro — Rádio — Cinema»[81]. A divulgação das iniciativas culturais e dos programas do teatro, cinema, a noticiação dos artistas a tocar nos *dancings* e *music halls* lisboetas, foi recebida com desagrado por alguns leitores que não compreendiam a valorização dos espetáculos estrangeiros em detrimento dos portugueses, o que motivou uma resposta por parte da redação[82].

Em 1945, o jornal liderado por João Reis reconhece a intensificação das dificuldades desde 1939 e as mudanças são inevitáveis[83]: a partir de 1 de outubro desse ano transforma-se definitivamente numa revista, aumenta as páginas e aumenta o preço (passa a 1$50). Contudo, a componente de divulgação poética do jornal não

[76] A «C.S.» diz que «A escassez no fabrico de papel de jornal, e o seu aumento de preço levou os nossos serviços administrativos a adoptar, a partir de hoje, uma medida draconiana que, certamente, será acolhida sem reservas pelos nossos amigos e leitores. / Trata-se de sacrificar 4 páginas mensalmente […]. Assim, provisoriamente [sic], o primeiro jornal do mês será de 8 páginas e o de 16 será de 4 páginas» (*Uma medida enérgica,* 1940: 2). Em agosto de 1940 diz-se: «As quatro páginas obrigatórias que tínhamos instituído mensalmente […] Passam a ser eventuais» («C.S.», 16 ago. 1940: 3). Em dezembro desse ano falam de um «recente colapso no fabrico de papel de jornal, que continua a escassear no mercado» («C.S.», 1 dez. 1940: 3).

[77] O aumento é justificado pelo aumento das taxas dos CTT e pela supressão do «desconto» de que gozavam no preço do papel («C.S.», 16 nov. 1941: 5). O anúncio da remodelação encontra-se no seguinte número: «C.S.», 1 jan. 1941: 3.

[78] «C.S.», 1 fev. 1944: 3.

[79] «C.S.», 1 ago. 1941: 3.

[80] «C.S.», 16 jul. 1942: 3.

[81] «C.S.», 1 dez. 1942: 1.

[82] «C.S.», 16 mar. 1944: 3. Por esta altura, o periódico também se propõe a ser um facilitador para artistas e associações de todos os géneros de espetáculo: «"CS" dentro em breve vai iniciar uma curiosíssima secção de informações úteis, como seja a documentação necessária para se obter cartões de cantadeiras ou cantadores de fado, artistas de variedades e declamação, de circo, artistas líricos, etc., etc. / Nessa secção ilucidar-se-á também a forma da legislação das colectividades de recreio, desporto e dramáticas. Para êsse fim colheremos as necessárias informações junto das instâncias competentes. Daí os nossos assinantes e leitores poderão fazer-nos as preguntas [sic]que julgarem conveniente, que a todas elas responderemos nestas colunas». «C.S.», 16 set. 1944: 5.

[83] «Porque de 1939 para cá a nossa vida jornalística tem sido um sacrifício ingente, premente e sempre vivo. As matérias primas aumentadas constantemente — os leitores racionando a sua leitura predilecta por falta de trabalhos, enfim, de dia para dia, de hora para hora, vamos, os encargos aumentando e as receitas diminuindo — num desequilíbrio fantástico». «C.S.», 1 jul. 1945: 3.

esmorece, patenteando-se como objetivo principal e manifestando-se pelo facto de o antigo e respeitado poeta popular Martinho d'Assunção e seu filho passarem a ser colaboradores em 1945[84].

CONCLUSÃO

Os dois periódicos analisados começam como jornais e terminam como revistas, num processo que coincide com a crescente diluição da identidade fadista que foi mais evidente na «C.S.» e na década de 1940. A relação entre a tradição e a modernidade joga-se de um modo diferente em cada um destes órgãos de imprensa. Os anos iniciais da «G.P.» são marcados por um esforço de abertura a outras instâncias sociais e culturais em nome de uma dignificação do fado, incluindo uma estratégia de diálogo com os seus críticos. Na década de 1930, a «G.P.» destaca-se mais por uma lógica de propaganda e apologética do género musical e ainda por uma vigilância das práticas procurando balizá-las dentro de uma certa ideia de tradição formal, mas também de fronteiras morais no comportamento e modo de organização e relação entre os fadistas, isto é, na manutenção de ideais de cariz mutualista no modo como aqueles se organizam como coletivo. Neste período, será a «C.S.» a demonstrar progressivamente uma abertura cultural que será levada ao limite, intuindo-se por vezes que sobrepõe a sua inserção entre os outros órgãos da imprensa e na dinâmica cultural que esta envolvia à sua vinculação ao fado, que a «G.P.» manteve mais como prioridade de um modo mais resiliente.

A «C.S.» aspirou sob a direção de João Reis aos atributos de uma imprensa culturalmente mais sofisticada, o que se consumou na convocação de autores de autoridade no âmbito dessa expertise literária. A «G.P.» focou-se na defesa do fado, arrogou um registo apologético e, por vezes, mesmo agressivo. O grupo dirigente do «C.S.» não seria menos ancorado ao núcleo vital e popular do fado, embora a sua ligação ao género musical só timidamente seja aludida. Estaria mormente em causa uma fação ou forma de estar no fado não alinhada com Linhares Barbosa e com a sua rede próxima ou, simplesmente, a pertença a diferentes circuitos da boémia fadista. João Linhares Barbosa, figura fundacional que se manterá como eixo vital da «G.P.», era incontestavelmente uma referência de autoridade no meio fadista, fornecendo uma calibragem entre a tradição, a ancoragem no âmbito popular mas também a promoção do fado no espaço público[85].

---

[84] «Que centenas de rapazes e raparigas versejam, hoje, a capricho, conscienciosamente, mercê das nossas lições e do nosso desejo de divulgar o que de mais belo a natureza deu ao homem — a poesia — não é ficção literária ou fantasia publicitária. […] / O fado e a poesia — irmãos siameses — absorve-nos parte do nosso tempo. […] Vamos dedicar no ano que se segue — a máxima atenção espiritual, para seu depuramento e prestígio e valorização cultural» (*Vinte e dois anos*, 1944: 3). Anúncio de que Martinho d'Assunção filho e pai passam a ser colaboradores: «C.S.», 16 set. 1945: 5.

[85] É revelador, neste âmbito, que na segunda série o cabeçalho mantenha a referência «Fundador: João Linhares Barbosa», não obstante a sua substituição como diretor por Mário Ribeiro.

Contrastando com a ancestralidade no fado dos protagonistas da «G.P.», do lado do título rival temos João Reis que se pauta por uma estratégia de inovação e de modernização, num maior arrojo tanto gráfico como no campo dos conteúdos, e numa lógica de inscrição do seu jornal na restante imprensa, piscando o olho à imprensa de vanguarda cultural. A inovação passa pela consciência da importância de dinâmicas de sociabilidade mobilizadoras no meio fadista, destacando-se o Concurso da Primavera que teve um enorme sucesso em 1938 (ao passo que a «G.P.» organizava anualmente a sua festa). Esse concurso prova também que disputava claramente o público fadista com a «G.P.», o que justifica a busca por estratégias de expansão e especialização.

Pese embora a menor capacidade de sustentabilidade da «G.P.», os dois jornais partilham uma grande resiliência ante as dificuldades financeiras, iniciativas idênticas de angariação de assinantes através da criação de uma rede de agentes e da venda nos locais de prática de fado. Os seus redatores e dirigentes partilhavam o mesmo perfil social: eram, fundamentalmente, operários.

Nesta época de profunda transformação do fado, os seus órgãos de imprensa não a testemunharam apenas, mas contribuíram ativamente para essa dinâmica de transmutação. A projeção que possibilitaram ao género musical não era uma mera divulgação mas assumia uma dimensão capilar: eles prolongavam o espírito comunitário fadista (e bairrista) existente em Lisboa para outros espaços nacionais e internacionais, partilhando os eventos, os intérpretes, instrumentistas e poetas, as notícias dos membros da comunidade fadista que era uma rede eminentemente popular mas com o fascínio de estar, em alguns casos, à tangente do estrelato de alguns, muitas vezes apresentados como promessas. No quotidiano e na materialidade destes jornais como plataformas de partilha jogaram-se diversas dinâmicas: de sociabilização e, simultaneamente, de conflitualidade; de propaganda e defesa do fado e, ao mesmo tempo, de investimento numa abertura cultural com várias estratégias. Uma fundamental que une os dois periódicos de fado é a da criação literária, sendo a poesia popular que enche maioritariamente as suas páginas o campo expressivo em que se inscrevem e que talvez mais inexoravelmente os liga ao fado.

FONTES

«Canção do Sul»

PREVENÇÃO. «C.S.». 1:19 (3 mai. 1927) 1.
REAPARECENDO. «C.S.». 7:21 (15 maio 1930) 1.
«C.S.». 7:32 (1 nov. 1930) 2.
«C.S.». 8:40 (1 mar. 1931) 3.
«C.S.». 8:49 (16 jul. 1931) 4.
«C.S.». 10:69 (16 maio 1932) 3.
UMA Manifestação á "A CS". «C.S.». 10:72 (1 jul. 1932) 4.
CAMPOS, Raul de (1934). *Ligeiras Considerações*. «C.S.». 12:119 (1 jul. 1934) 3.
«C.S.». 13:145 (1 jan. 1936) 3.
«C.S.». 13:151 (1 abr. 1936) 3.
«C.S.». 14:152 (16 abr. 1936) 7.
O VINHO do "Diário de Lisboa". «C.S.». 14:155 (1 jun. 1936) 2.
«C.S.». 14:164 (16 nov. 1936) 3.
"ELES" e o café Luso… «C.S.». 14:169 (1 jan. 1937) 4.
«C.S.». 14:176 (16 abr. 1937) 5.
«C.S.». 15:180 (16 jun. 1937) 2.
«C.S.». 15:182 (16 jul. 1937) 7.
«C.S.». 15:186 (16 set. 1937) 2.
JOVENS poetas. «C.S.». 15:194 (1 jan. 1938) 5.
«C.S.». 15:197 (16 fev. 1938) 2.
«C.S.». 16:201 (16 abr. 1938) 2.
«C.S.». 16:202 (1 maio 1938) 1.
«C.S.». 16:212 (1 nov. 1938) 6.
LEITOR amigo. «C.S.». 16:214 (1 nov. 1938) 15.
«C.S.». 16:213 (16 nov. 1938) 4.
«C.S.». 16:216 (1 dez. 1938) 2.
«C.S.». 16:217 (16 dez. 1938) 6.
RECORDAÇÕES do Passado. «C.S.». 17:360 (10 mar. 1939) 3.
«C.S.». 16:223-224 (1 abr. 1939) 3.
«C.S.». 17:360 (10 mar. 1939) 3.
«C.S.». 18:252 (1 jun. 1940) 7.
UMA MEDIDA enérgica. «C.S.». 18:254 (1 jul. 1940) 2.
«C.S.». 18:256 (16 ago. 1940) 3.
«C.S.». 18:263 (1 dez. 1940) 3.
«C.S.». 18:265 (1 jan. 1941) 3.
«C.S.». 19:279 (1 ago. 1941) 3.
«C.S.». 19:284 (16 nov. 1941) 1-5.
«C.S.». 19:294 (16 mar. 1942) 7.
«C.S.». 20:302 (16 jul. 1942) 3.
«C.S.». 20:310 (1 dez. 1942) 1.
«C.S.». 21:327 (1 fev. 1944) 3.
«C.S.». 21:330 (16 mar. 1944) 3.
VINTE e dois anos. «C.S.». 22:331 (1 abr. 1944) 3.
«C.S.». 22:340 (16 set. 1944) 5.

«C.S.». 23:356 (1 jul. 1945) 3.
«C.S.». 23:361 (16 set. 1945) 5.
«C.S.». 23:362 (16 nov. 1945) 3.

«Guitarra de Portugal»

«G.P.». 4:89 (30 maio 1926) 4.
JORGE Ramos — Impressões… a musica . «G.P.». 5:103 (20 dez. 1926) 2.
BARBOSA, João Linhares (1926). *Escarro ou trono?… Resposta a um ataque que nos é feito no ultimo numero da "CS"*. «G.P.». 5:104 (30 dez. 1926) 3.
G.P.». 5:106 (22 jan. 1927) 1
«G.P.». 5:107 (20 fev. 1927).
UMA carta. «G.P.». 5:113 (30 abr. 1927) 6.
«G.P.». 6:131 (8 jan. 1928) 8
«G.P.». 6:137 (29 mar. 1928) 8.
«G.P.». 6:138 (10 abr. 1928) 4, 10.
VALENTE, L. Sousa (1928). *Como nós vemos João Linhares Barbosa*. «G.P.». 6:144 (21 jun. 1928) 3.
«G.P.». 7:176 (27 jul. 1929) 3.
SETE ANOS: sete anos de pastor Jacó serviu Labão, pai de Raquel, serrana bela… «G.P.». 7:177 (20 ago. 1929) 2.
«G.P.» 8:193 (28 mar. 1930) 4.
«G.P.». 9:211 (31 nov. 1930) 3.
«G.P.». 9:228 (28 maio 1931) 7.
AOS AMIGOS do nosso jornal. «G.P.». 10:237 (24 set. 1931) 7.
JOSÉ Manuel Soares: o "Pepe". «G.P.». 10:239 (31 nov. 1931) 2.
A CALÚNIA é a arma dos cobardes e dos pulhas. «G.P.». 10:249 (28 fev. 1932) 4.
ANTÓNIO CARDO e Celeste Judia: Estes gatunos são loucos ou são malandros?!… DESMASCARÁMOS os da "CS". «G.P.». 10:256 (4 jul. 1932).
«G.P.». 12:268 (20 jan. 1933).
«G.P.». 12:273 (18 abr. 1933) 7.
«G.P.». 12:276 (24 jun. 1933).
«G.P.». 11:276 (9 jul. 1933) 3.
«G.P.». 12:277 (9 jul. 1933) 5.
AGENTES da Guitarra. «G.P.». 11:278 (31 jul. 1933) 10.
«G.P.» 12:279 (25 ago. 1933) 11.
«G.P.». 12:282 (11 nov. 1933) 2, 5.
«G.P.». 12:286 (8 fev. 1934).
«G.P.». 12:290 (21 abr. 1934) 4.
«G.P.». 13:304 (8 jun. 1935) 6.
EM PROL da "GP": um empréstimo a favor do nosso jornal. «G.P.». 14:307 (14 ago. 1935) 2.
A REDACÇÃO da "GP". «G.P.». 14:315 (31 mai. 1936) 2.
«G.P.». 15:320 (20 nov. 1936) 3.
NÓS, o "Luso" e eles: Onde estás. Probidade profissional!?… «G.P.». 15:326-327 (31 jan. 1937) 6.
«G.P.». 16:339 (30 abr. 1938) 2.
«G.P.». 16:344 (10 jul. 1938) 6.
A CAÇA às lebres. «G.P.». 17:352 (10 nov. 1938) 2.
O ATRAZO do nosso jornal. «G.P.». 18:367 (25 nov. 1939) 3.
«G.P.». 2.ª série. 24:10 (1 nov. 1945) 7.

VARIAÇÕES. «G.P.». 2.ª série. 24:12 (31 dez. 1945) 2.
RÉGIO, José (2008 [1928-1968]). *Correspondência com Álvaro Ribeiro*. Notas de apresentação de Joaquim Domingues. Revisão de Paula Lobo. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

BIBLIOGRAFIA

FÉLIX, Pedro (2010). *Periódicos de música: Fado*. In CASTELO-BRANCO, Salwa, *dir*. *Enciclopédia da música em Portugal do século XX (L-P)*. Lisboa: Temas & Debates; Círculo de Leitores, pp. 995-996.
LIMA, Paulo (2004). *O Fado operário no Alentejo: o contexto do profanista Manuel José Santinhos*. Vila Verde: Tradisom.
NERY, Rui Vieira (2004). *Para uma História do Fado*. Lisboa: Público; Corda Seca.
NERY, Rui Vieira (2010). *«Propaganda pela Trova»: Movimento operário e ideal republicano no fado de Lisboa até à Ditadura*. In PEREIRA, Sara, *ed*. *Fado 2010*. Lisboa: EGEAC-EEM; Museu do Fado, pp. 11-61.
NERY, Rui Vieira (2015). *Os Sons da República*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
SÁ, Victor de (1954). *O Que foi a biblioteca móvel*. Braga: [Edição de Autor].
SÁ, Victor de (1956). *As Bibliotecas, o público e a cultura: um inquérito necessário*. Braga: Livraria Victor; Centro Cultural do Minho.
SÁ, Victor de (1978). *A Crise do liberalismo e as primeiras manifestações das ideias socialistas em Portugal (1820-1852)*. 3.ª ed. Lisboa: Livros Horizonte.
SÁ, Victor de (1981). *Movimento operário e sindicalismo em Portugal*. Porto: Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores Têxteis.
SÁ, Victor de (1990). *Esquema histórico do movimento operário português*. «Revista de História». 10, 217-224.
TUNA, Cátia (2020a). *«Não sei se canto se rezo»: ambivalências religiosas e culturais do fado (1926-1945)*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Tese de doutoramento.
TUNA, Cátia (2020b). *Portal «Fado e Religião»*. In *Fundação Mário Soares e Maria Barroso*. Disponível em <http://premio.fmsoares.pt/2020/pessoas>.

NÃO NOS DEIXEMOS PETRIFICAR

REFLEXÕES NO CENTENÁRIO DO NASCIMENTO DE VICTOR DE SÁ

COORD.
AMÉLIA POLÓNIA
FERNANDA RIBEIRO
GASPAR MARTINS PEREIRA
HENRIQUE BARRETO NUNES
JORGE FERNANDES ALVES
JOSÉ VIRIATO CAPELA
LUÍS ALBERTO MARQUES ALVES
MARIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA

CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO